LUCIANA MURARI

TUDO O MAIS É PAISAGEM:

REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA NA CULTURA BRASILEIRA

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi inicialmente escrito como tese de doutoramento junto ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, apresentada em maio de 2002. Ao CNPq, agradeço pela concessão do apoio financeiro necessário à realização da pesquisa no Brasil, e à Capes, de uma bolsa sanduíche junto à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris.

Aos funcionários das seguintes instituições, por sua dedicação e sua sempre generosa colaboração com o trabalho de pesquisa: Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em especial o setor de Livros Raros; Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Usp; Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Usp; Centro de Apoio à Pesquisa Histórica Sérgio Buarque de Holanda, da Usp; Biblioteca Estadual Professor Luís de Bessa, em particular os setores de Obras Raras e Coleção Patrimonial; Biblioteca Nacional; Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa; Bibliotecas das faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, de Direito e de Letras da UFMG; Centro de Documentação e Informação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – CEDIC; Centro de Apoio ao Cidadão, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Bibliothèque Nationale de France; Bibliothèque d'Information du Centre d'Art et de Culture Georges Pompidou; Université Paris X – Fichier Central de Thèses de Nanterre.

Desde meu ingresso no processo seletivo até os últimos instantes de preparação da tese, tive a sorte de contar com a amizade da Christina, sempre presente para dividir

comigo alegrias e conflitos. Muito devo à Cláudia, pelos ótimos bate-papos, pela leitura crítica e minuciosa e pelas preciosas sugestões bibliográficas aqui incorporadas. Muitos amigos me acompanharam: Fábio, com quem tive divertidas e instigantes conversas, que ajudaram a manter o ambiente arejado; Rinaldo, que tanto colaborou para que este trabalho tivesse uma boa e variada trilha sonora; Deirdre, força de energia e afirmação, que sempre me ajudou a acreditar no melhor; Daniel, meu querido diário; Fádua, pela compreensão e a solidariedade que demonstrou durante a finalização da tese. Tenho uma enorme gratidão pela Cláudia Mori que, junto ao Milton, muito ajudou a transformar São Paulo em um lugar mais aconchegante e mais caloroso, pelo carinho com que me hospedaram, e pela amizade que resultou deste convívio. Este trabalho certamente não teria sido possível sem a presença afetuosa de minha querida Silvana, em cada página deste trabalho. Com ela vou aprendendo a escrever a minha própria história. Minha família esteve todo tempo por perto, auxiliando no que foi possível: meu pai, minhas irmãs Fernanda e Paula, minha tia Marialva. Minha mãe, especialmente, dedicou muito de seu tempo e de sua disposição a mim, nas menores e nas maiores coisas de todo dia. Agradeço ainda à Kátia e à Gilda, que cuidaram de mim com sua força e sua delicadeza, e à Helena Schirm, que gentilmente me auxiliou no trabalho de normalização da tese.

A professora Eliana Dutra, que orientou minha dissertação de mestrado, tornou-se uma fonte de estímulo nos momentos de transição mais cruciais deste percurso, com seu diálogo caloroso e suas valorosas indicações. Afrânio Garcia orientou meu estágio na França, onde pude contar com os comentários e as sugestões da professora Anne-Marie Thiesse. Os professores do curso de pós-graduação da Usp, em especial aqueles com os

quais cursei disciplinas – Janice Theodoro, Antônio Arnoni Prado e Nicolau Sevcenko – forneceram importantes referências para a realização deste trabalho. Zilda Iokoi, como coordenadora do programa, foi sempre gentil e disponível. Um agradecimento muito especial vai para o professor Elias Thomé Saliba, orientador sincero e sempre presente, pelas seguras advertências, pela liberdade e pela paciência com que conduziu a pesquisa e a redação desta tese. E também pelo bom humor e ótimas histórias, que tornaram a realização do trabalho ainda mais prazerosa.

Ao meu irmão Leonardo, em memória.
E para minhas sobrinhas Ana e Inés , ao futuro.

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: Um paraíso terrestre: <i>imagens da natureza na formação do Brasil</i>	58
CAPÍTULO 2: Em guerra contra a natureza: <i>representações do conflito entre o homem e o meio no Brasil</i>	161
CAPÍTULO 3: A angústia do exilado: <i>o sentimento do sertão na alma brasileira</i>	276
CAPÍTULO 4: Redenção: <i>progresso e transformação da natureza</i>	410
PÓS ESCRITO	558
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	564

RESUMO

A temática deste trabalho é a representação da natureza no pensamento social e na literatura brasileira entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, e suas relações com a emergência de um sentido de modernidade na cultura do país. As fontes pesquisadas foram obras de caráter político, historiográfico, sociológico e literário, compreendendo narrativas de ficção e de não ficção. Os eixos principais adotados em sua abordagem foram: a busca de relações entre os aspectos da natureza brasileira e a formação histórica, política e social do país; a concepção do conflito e da violência na descrição da atividade humana no território; a imagem do sertão na formação da sensibilidade e do sentimento da vida brasileira; a inserção do espaço natural nos projetos de modernização concebidos pela intelectualidade do país, no sentido da promoção do controle, do uso prático e da fruição estética da natureza.

Palavras-chave: Brasil, 1870-1922; modernização; pensamento social; literatura; natureza; vida rural; paisagem.

INTRODUÇÃO

No Brasil, fora do Rio e São Paulo, tudo o mais é paisagem...

Matheus de Albuquerque, *O declínio*, 1911

Parodiando o famoso remoque cosmopolita de Lorde Beaconsfield, segundo o qual em todo o mundo só existiam Londres e Paris, e o resto era paisagem, o cronista Matheus de Albuquerque transportou a mesma idéia à realidade brasileira do início do século XX: *no Brasil, fora do Rio e São Paulo, tudo o mais é paisagem...*¹ Lorde Beaconsfield e Matheus de Albuquerque atribuíam o termo *paisagem*, por eliminação, a todos os espaços que, em seus universos de referência, opunham-se aos grandes centros urbanos cosmopolitas como Londres e Paris, ou Rio de Janeiro e São Paulo. Por um lado, qualificar um espaço como *paisagem* significava, na fala destes, defini-lo a partir do domínio da natureza sobre os signos da civilização, do poder, da técnica ou da modernidade.² Para além dessa visão cosmopolita da civilização moderna, a paisagem era por outro lado elemento privilegiado da criação cultural das nacionalidades – a assimilação do território e da natureza à cultura, na forma de imagens.

¹ALBUQUERQUE, Matheus de. In: _____. *Sensações e reflexões*. 2. ed. aumen.. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada, [19--]. 1. ed. 1916. p. 61-71. Citação: p. 67.

² Lorde Beaconsfield – Benjamin Disraeli – foi uma das figuras mais proeminentes da vida política da Inglaterra vitoriana. Além de deputado, senador, e primeiro-ministro, cargo que ocupou por oito anos, foi também romancista. Seu nome está irrevogavelmente ligado à política imperial inglesa. O termo *beaconsfieldismo* chegou a ser virtualmente sinônimo de imperialismo, pois foi ele um dos grandes forjadores da imposição da regra britânica na política internacional. A frase citada por Albuquerque é coerente com essa visão imperialista: o termo *paisagem* qualifica (ou desqualifica) espaços geográficos vazios de progresso e de poder, o *resto do mundo* visto a partir do centro dinâmico do capitalismo e da política internacional. LANGLADE, Jacques de. *Disraeli: le fou de la reine Victoria*. Paris: Penin, 1996. SEAMAN, L.C.B. *Victorian England: aspects of English and imperial history. 1837-1901*. Londres: Methuen, 1973.

Matheus de Albuquerque escreveria posteriormente um texto em que demonstrava, ao contrário deste olhar *blasé* em direção ao que restava à margem da civilização moderna, um profundo interesse por aquele *tudo o mais* que englobava, na verdade, a maior parte do território e da população brasileiros: a natureza selvagem, o mundo rural, os territórios incultos, as fronteiras da civilização. Em seu balanço da segunda década republicana, o cronista definia a situação brasileira a partir do contraste entre duas realidades que se mostravam cada vez mais distanciadas no conjunto da vida nacional: o movimento ruidoso de atualização dos incipientes centros urbanos, notadamente da capital da República, contrapunha-se ao imenso deserto que ainda se estendia por grande parte do território e que não havia sido tocado pelas mãos da civilização.

O Brasil ia avançar. Não que esse movimento traduzisse precisamente uma das necessidades fundamentais do país. Não eram propriamente forças econômicas que se reorganizassem depois do profundo abalo que a abolição em massa lhes acarretou. Não se rumavam para esta finalidade social os nossos apregoados destinos de povo agrícola que necessita antes de tudo cuidar da sua alimentação, conquanto se diga que a agricultura limita a inteligência, ao passo que a indústria a desenvolve. Aquelas fontes de riqueza nacional continuavam na maior parte abandonadas a si mesmas, por isso que só uma parcela do imenso deserto brasileiro negociara ou merecera os favores de uma colonização aleatória de “retirantes” tangidos pelas secas, teriam decerto sucumbido com a extinção do elemento servil que, com todos os seus defeitos, o seu pecado de origem e sua conservação impossível, constituía a única força de trabalho organizada que possuíamos. Tampouco era a conquista do sertão que se empreendia conquanto de estudos realizados por alguns raros desbravadores da bronca intelectualidade nacional se evidenciasse o perigo de investir-se em limitar a nossa ação ao litoral; nem mesmo a experiência caríssima de fatos recentes, como a aventura de Canudos, constituía um roteiro nessas vastas e rudes zonas sertanejas, barbaramente sulcadas pelos instintos, meio infantis, meio ferozes, de uma sub-raça votada à miséria, propensa ao crime. E embora a nossa precária e onerosa economia contasse com alguns quilômetros mais de viação e comissões anódinas se aforçassem em resolver teoricamente o problema da irrigação de terras adustas, e vilas operárias se esboçassem, como um sonho de fraternidade universal, na cabeça devaneadora de ministros ciosos de popularidade – tudo isso com

uma rapidez e uma inconsistência fantásticas, a lembrar vagamente as criações maravilhosas e frágeis de Catarina da Rússia – mesmo assim não era da solução imediata de questões vitais da atualidade brasileira que se cuidava, nos arroubos daquela hora progressista.

*Nada disso. O essencial era que nós queríamos, da noite para o dia, conquistar um lugar de honra nos requintes das civilizações acabadas ou decadentes. A azáfama ruidosa, que envolvera tumultuariamente os nossos homens de governo, exprimia mais uma aspiração ligeira e mórbida de conforto e luxo do que desejo são e duradouro de domínio e solidez. O país queria, principalmente, mudar de **toilette**. Pesava-lhe já, como uma ignomínia colonial, a sórdida rabona burocrática e, suarento de cansaço e de vergonha, começava a levantar o seu palácio, onde, à noite, lhe fosse permitido por a sua casaca de **clubman**.³*

O aparente avanço que se observava à medida que a instabilidade dos primeiros anos do regime republicano havia sido controlada, acompanhado pela adoção de alguns símbolos da vida moderna pelas classes urbanas, não atingia as *questões vitais da atualidade brasileira* que, em sua visão, residiam na reorganização da vida nacional em profundidade, a partir da incorporação à vida moderna do interior brasileiro, ainda insulado em relação ao amplo movimento internacional de intensificação sem precedentes das atividades produtivas, avanço tecnológico, racionalização da vida social e incremento da riqueza material. Estas questões surgiam à medida que o olhar se desviava dos rumos assumidos pela embrionária modernização brasileira pós-1870 e buscava não as transformações, por vezes frenéticas e ilusórias, mas as incômodas permanências, não o progresso técnico, mas a vida primitiva das comunidades tradicionais, não a indústria e o mercado, mas a agricultura e as necessidades da subsistência, não os centros urbanos, mas as regiões rurais e selvagens do território.

³ ALBUQUERQUE, Matheus de. De Florianópolis a Rio Branco. In: _____. *As belas atitudes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. 1.ed. 1912. p 7-16. Citação: p. 14-16.

Optamos neste trabalho pela atualização ortográfica de todas as citações diretas, inclusive dos títulos de obras e nomes de autores, quando estes últimos já estão consagrados em suas formas atuais. No caso de estrangeirismos não fixados na língua portuguesa, palavras não dicionarizadas ou de atualização mais problemática, indicaremos a forma original. Nas referências bibliográficas, contudo, os títulos das obras serão mantidos na ortografia da edição consultada.

Uma “modernidade” que não havia ainda sequer estabelecido os princípios da promoção do controle do homem sobre a natureza por meio da técnica – seu verdadeiro emblema – parecia uma simples troca de figurino. Pelo contrário, a natureza dominava ainda a maior parte do território, alheada do projeto modernizante que incendiava as mentes dos intelectuais brasileiros. As questões apontadas pelo cronista definiam-se a partir da relação da sociedade brasileira com os ambientes naturais e com seu correlato e inseparável mundo rural: a reorganização da vida agrícola do país de modo a prover sua própria população e a realizar suas potencialidades agrícolas; a colonização dos territórios ainda desérticos; a exploração das riquezas naturais com vistas à promoção da riqueza material; o estabelecimento da ordem num amplo território ainda à margem da legalidade e entregue à barbárie – em resumo, o que o autor denomina *a conquista do sertão*, e que pode ser entendido amplamente como o domínio da nacionalidade sobre a natureza e o território brasileiros, *o imenso deserto interior* ainda vazio de homens, como as regiões selvagens, e de progresso, como as áreas rurais.

Estas questões eram, sem dúvida, tão pertinentes ao universo da modernização quanto a industrialização e a vida urbana, seus símbolos mais imediatos. O moderno construía-se sobre seu avesso pré-moderno, antiquado no tempo contemporâneo, porém ainda presente, persistente, assustadoramente violento, indomável e misterioso: *essas vastas e rudes zonas sertanejas, barbaramente sulcadas pelos instintos, meio infantis, meio ferozes, de uma sub-raça votada à miséria, propensa ao crime*. Submeter o vazio dos desertos e o arcaico mundo rural representava a possibilidade de verdadeira superação da herança colonial, pretérito obscuro, estático e tradicional, cuja continuidade naquele momento progressista parecia simplesmente fantasmagórica. A abolição da escravatura era o sinal mais nítido de que os tempos eram outros, mas na

visão do cronista nada havia sido ainda devidamente colocado no lugar daquele passado, remanescente ainda nos sertões isolados com suas populações errantes e ociosas. O fim da organização escravista não reparara o erro, apenas parecera inevitável. Neste contexto, Matheus de Albuquerque observava a necessidade de assumir o comando sobre as forças naturais, e conseqüentemente sobre as populações dispersas abrigadas pelo meio rural e selvagem, e convertê-las aos propósitos do aperfeiçoamento da sociedade brasileira, dentro do processo de desenvolvimento das forças produtivas observado num mundo capitalista que se tornava cada vez mais interligado, e no qual entretanto as diferenças entre as economias capitalistas centrais e as regiões periféricas tornavam-se cada vez mais gritantes. Estas mesmas diferenças pareciam se exprimir de modo agudo dentro do próprio território nacional: a convivência de um universo urbano modernizado e cosmopolita com os vastos sertões pobres, primitivos e inexplorados soava como um contra-senso à medida que ambas eram vistas como componentes de uma mesma sociedade. O discurso de Albuquerque supõe o contraste evidente entre esse núcleo moderno limitado e superficial, e o mundo rural e selvagem dominado ainda pelas forças da natureza, onde se escondia uma verdade nacional precariamente disfarçada sob camadas de internacionalismo e indiferença por parte da elite brasileira. Cabia, portanto, restaurar ou criar uma unidade fundamentada no domínio da natureza e do território, projeto intelectual esboçado pelo cronista em linhas rápidas porém incisivas, na verdade a tônica de um discurso que foi diversas vezes formulado pelos mais significativos intelectuais brasileiros da época.

O trabalho que se apresenta tem como tema a relação entre homem e natureza no Brasil, no olhar da intelectualidade que, principalmente a partir da década de 1870, voltava-se crescentemente para as regiões rurais e naturais do interior brasileiro, à

procura de um Brasil profundo, que cabia compreender, assimilar ao movimento da história, à cultura e à sociedade brasileira. Buscava-se também operar transformações intensas na vida do país a partir da efetiva incorporação da totalidade do território à institucionalidade do Estado nacional, à moderna demanda de submissão da natureza à cultura. Propunha-se uma nova tomada de posse da terra brasileira e de suas riquezas naturais, e o primeiro passo para tal seria reescrever a história da colonização como processo de ocupação e de inserção do homem no ambiente natural. Estas demandas possuíam não apenas um sentido propriamente econômico – a natureza vista como fonte de riqueza e matéria bruta a ser trabalhada, espaço a ser desbravado e povoado –, mas também um sentido simbólico – a natureza como universo sensorial, manancial de vida e de identidade, força de resistência a ser submetida pela ação humana, paisagens que constituíam o cenário da experiência dos indivíduos, da memória social e da construção de uma imagem do Brasil, para si mesmo e para o mundo. Essas duas questões são na verdade indissociáveis, e como tal se apresentavam para os observadores da vida brasileira das primeiras décadas da modernização, como se torna nítido no discurso mobilizador de Albuquerque. Partindo da presença da temática da relação entre homem (e sociedade) e natureza na produção intelectual brasileira a partir de 1870, pretendemos compreender sua inserção nos projetos e nas representações da nacionalidade, por meio de discursos e narrativas dirigidas ao meio físico selvagem e às regiões que se encontravam à margem do processo de modernização iniciado no país. Ao avesso do impressivo, ainda que incipiente, cenário técnico-industrial brasileiro, a natureza, espaço por excelência da imaginação romântica da nacionalidade, dizia muito a respeito dos impasses da modernização no país. Uma expectativa de modernidade direcionava este olhar em direção aos ambientes selvagens e pré-modernos, aos quais aplicava sua

particular percepção do mundo físico, do tempo e do espaço, desejos e projetos de transformação. Este conhecimento foi construído a partir da representação do passado, da formação, da origem e da continuidade, mas tinha os olhos certamente fixados no vislumbre de um futuro progressista assentado no estabelecimento de relações modernas entre o homem e a natureza na terra brasileira.

Conquistar um lugar de honra nos requintes das civilizações acabadas ou decadentes – na expressão de Matheus de Albuquerque, era este o desiderato da emergente elite urbana brasileira nas primeiras décadas do século XX, simbolizando a ascendência cultural que os países à vanguarda da moderna civilização exerciam sobre as sociedades ditas seguidoras, cujas elites manifestavam ardente entusiasmo pelo triunfo tecnológico, científico e cultural da modernidade à qual ansiavam ser incorporadas. Na segunda metade do século XIX, o crescimento econômico do mundo capitalista adquiriu uma intensidade até então inédita, sob o impulso da expansão da atividade industrial nos Estados Unidos e nos principais países europeus, e das recentes inovações tecnológicas nos setores de transporte e de comunicação, que possibilitaram a incorporação de novos espaços à dinâmica do capitalismo e a aceleração do ritmo das trocas, com correspondente ampliação dos mercados para a economia industrial em ascensão, de forma a integrar todo o planeta, progressivamente, ao sistema capitalista. A extensão das linhas de estradas de ferro, a ampliação da rede de cabos telegráficos, a urbanização crescente, e a migração em escala inédita faziam parte deste conjunto de transformações definidas por uma palavra chave: o progresso – por vezes indistinto de um termo correlato de sentido fundamentalmente cultural, a civilização.

A partir de 1850, o desenvolvimento capitalista recebeu novo impulso, com a emergência da segunda revolução industrial, ou revolução tecnológica, caracterizada sobretudo pela exploração de novas fontes de energia, pelo desenvolvimento da indústria de bens de capital, difusão dos motores a explosão, e aprimoramento da indústria química. Trata-se, na visão de Munford,⁴ da ruptura mais radical promovida até então na relação do homem com a natureza. A partir dos desenvolvimentos estruturais gerados pela primeira revolução industrial, baseada na energia carbonífera e na indústria pesada, foi possível intensificar a produção em massa e de forma padronizada.⁵ Até as duas últimas décadas do século XIX, a triunfante sociedade burguesa guiava-se pelos princípios do liberalismo e do individualismo, da competição sem restrições na iniciativa privada representada por um grande número de pequenas e médias empresas. Foi este um período de notável hegemonia européia no contexto mundial. Entre 1873 e 1896, contudo, a política econômica liberal passou por uma convulsão sem precedentes, à medida que seus principais fundamentos vinham sendo questionados em função dos problemas pertinentes à dinâmica do desenvolvimento capitalista naquele momento. Tratava-se de uma crise de superprodução que desequilibrava a economia mundial, uma vez que a tecnologia de fabricação em larga escala ultrapassava a capacidade de absorção dos produtos pelo mercado, ou seja, o aumento excepcional da capacidade produtiva na indústria não encontrava correspondência no crescimento da demanda. Inaugurava-se assim a era do capitalismo monopolista, marcado pela intervenção governamental no controle da sociedade e na

⁴ Citado por: ARAÚJO, Hermes Reis de. O mercado, a floresta e a ciência no mundo industrial. In: ARAÚJO, Hermes Reis de (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 65-90. Citação: p. 73.

⁵ ARAÚJO, Hermes Reis de, op. cit. nota 4. SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: v.3.: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

regulação da vida econômica, pela adoção de medidas neomercantilistas, pela aglomeração industrial com o surgimento de grandes unidades industriais através de procedimentos de concentração e de centralização de capital, pelo controle monopolista dos mercados por um conjunto restrito de produtores, pelo acirramento da concorrência, pela limitação da liberdade de competição e do livre comércio. A concentração de capitais, a maior concorrência e o protecionismo freqüentemente vieram agravar a crise e trazer maior incerteza ao mercado e aos investidores.

O crescimento demográfico nos países centrais do capitalismo estimulava a produção em massa para o consumo interno, nem sempre na necessária proporção, enquanto a competição exacerbada entre as economias industriais, derivada da necessidade de garantir os lucros, agravava as rivalidades políticas em torno da conquista – formal ou não – de novos territórios e áreas de influência, que proporcionassem a expansão de mercados e a inversão dos capitais excedentes. O elevado número de falências nos países centrais estimulou as aplicações nos mercados externos, em particular nos países periféricos, onde freqüentemente os investidores recebiam alguma forma de garantia governamental. Além disso, a maior escala de produção, os novos padrões da indústria e a urbanização crescente demandavam grande volume de matérias primas para a indústria, maior mercado de consumo e maiores demandas para o abastecimento dos mercados urbanos, o que dividiu o mundo, grosso modo, entre os países produtores de matérias-primas e os países industrializados. Este processo promoveu a unificação dos mercados capitalistas em nível mundial, correlata à expansão da presença direta ou indireta dos países centrais no restante do mundo. O novo imperialismo criou modalidades inéditas de integração à economia capitalista de regiões periféricas no contexto mundial. Dependentes de sua assimilação aos países

centrais que ditavam a ideologia da modernização com seus respectivos padrões tecnológicos e culturais, estas regiões ingressavam mais intensamente num processo de ocidentalização. Ainda que marginais no conjunto do capitalismo internacional, os países não-industrializados estavam, contudo, decididamente inseridos neste sistema global, alocados nas zonas de dependência dos países avançados, enquanto seu atraso tecnológico acentuava sua subordinação econômica e política. O impacto cultural deste processo sobre as sociedades tradicionais e agrícolas destes países – assim como sobre as regiões pré-modernas dos próprios países centrais – parecia simplesmente esmagador.⁶

A inquietação causada pelo imperialismo e a influência exercida pelas correntes ideológicas a ele relacionadas tornaram-se, no Brasil pós-1870, temas maiores da vida intelectual do país. Em geral, para os países periféricos no sistema econômico mundial, a expansão sem precedentes do capitalismo teve conseqüências decisivas. A fuga de capitais europeus para mercados externos formados por regiões inseridas no domínio imperialista, ou por ex-colônias pouco desenvolvidas cujos governos eram muitas vezes dependentes do afluxo de capitais estrangeiros, atendeu a uma necessidade de estabilização e de expansão dos investimentos. Tais inversões assumiram a forma de empréstimos governamentais para obras públicas com garantia de juros, para a realização de obras de infra-estrutura de transporte e comunicação – notavelmente, inovações tecnológicas características da primeira revolução industrial. A principal delas foi a construção de vias férreas, que ligavam as regiões de extração ou produção agrícola a um porto que as enviava para a indústria ou para o mercado consumidor

⁶ HOBSEBORN, Eric J. *A era do capital: 1845-1875*. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. id. *A era dos impérios: 1875-1914*. Tradução Sieni Maria Campo e Yolanda Steidel de Toledo. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

urbano; conseqüentemente, investia-se também na marinha mercante e em melhoramentos da estrutura portuária, somados à expansão das linhas telegráficas que permitiam regularizar os fluxos de informação, e a melhoramentos urbanos, que dependiam em larga parte de equipamentos e pessoal importados dos países centrais. A exportação de capital e de equipamentos, resultante da redução das inversões internas nos países centrais, fortaleceu o processo de constituição de uma economia capitalista global. Não havia, contudo, alteração significativa na divisão internacional do trabalho – daí a referência de Matheus de Albuquerque aos *nossos apregoados destinos de povo agrícola que necessita antes de tudo cuidar da sua alimentação, conquanto se diga que a agricultura limita a inteligência, ao passo que a indústria a desenvolve*. Numa economia voltada para a exportação de produtos primários, as prioridades não recaíam, certamente, sobre o abastecimento do mercado interno. Registre-se o modelo de aprimoramento civilizacional vinculado à indústria, não à agricultura – ainda que grande parte dos países capitalistas fossem ainda predominantemente rurais, a modernidade estava inegavelmente associada à atividade industrial e à vida urbana.⁷ No Brasil, o processo de urbanização neste período é incipiente, porém já significativo: enquanto em 1872 as cidades com mais de vinte mil habitantes abrigavam cerca de 8 por cento da população, esta cifra cresceu, em 1920, para cerca de 13 por cento.⁸

Na América ibérica como um todo, o desenvolvimento econômico observado neste período caracterizou-se por sua orientação para o mercado externo, a partir da exportação de produtos primários. O Brasil pós-1870 deve ser visto no interior deste

⁷ SALIBA, Elias Thomé. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga. 1891-1930*. 1981. Tese (Doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Brasil 1870-1914: a força da tradição*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1992. 29 f. Citação: p. 8.

contexto. O ano do término da Guerra do Paraguai e da divulgação do manifesto do Partido Republicano, 1870, é geralmente tido como marco inicial do processo de modernização no Brasil. A partir daí percebia-se a confluência de diversos elementos que apontavam para a transformação, ainda que lenta e incipiente, da estrutura social e econômica do país. Frente à percepção de um mundo em transformação, o ritmo do tempo parecia se ter acelerado, pois afinal, como definiu Machado de Assis, *não há dúvida que os relógios, depois da morte de López, andam muito mais depressa*.⁹ Em seu conjunto, esse fluxo de transformações caminhava no sentido de promover a integração progressiva do Brasil na economia internacional em sua fase imperialista. A contrapartida dos empréstimos externos contraídos para a estabilização financeira e a adoção de medidas modernizantes foi o emprego de uma política conservadora, voltada para a constituição de um Estado atualizado de acordo com os moldes europeus. A demanda por sua atuação mais incisiva sobre a sociedade levou a um crescimento sem precedentes da ingerência do poder público central no país, com a ampliação da burocracia e de sua esfera de atuação. No ano de 1871, o processo de extinção da escravidão era impulsionado pela promulgação da Lei do Ventre Livre, enquanto Rio Branco dava início a seu governo reformista, que tratou algumas das questões mais prementes do país, da organização do trabalho ao sistema judiciário, das relações entre a Igreja e o Estado ao recrutamento militar e à reorganização do sistema de pesos e medidas. A oposição ao sistema monárquico, tido como sinônimo de atraso num mundo dominado pela ideologia progressista, se fortalecia gradativamente, enquanto o

⁹ ASSIS, Machado de. A Semana. 25 de março de 1894. In: _____. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: WM Jackson, 1955. V. 27, v. 2 (1894-1895). p. 62-67. Citação: p. 62.

movimento pela extinção da escravatura mobilizava as forças renovadoras da sociedade.¹⁰

Do ponto de vista da organização social brasileira, a transformação mais notável do período foi a lenta e progressiva extinção do elemento servil que, com todos os seus defeitos, o seu pecado de origem e sua conservação impossível, constituía a única força de trabalho organizada que possuíamos, nas palavras de Matheus de Albuquerque. A imigração estrangeira, mais significativamente entre 1884 e 1920, mostrou-se uma solução provisória e precária para o problema do mercado de trabalho no campo, e também para a colonização do território, mas alterou profundamente a composição da população, em especial em São Paulo e nos estados sulinos, e teve implicações diretas no fortalecimento do movimento operário de tonalidades anarco-sindicalistas, particularmente em São Paulo. A República veio acelerar o ritmo dessas transformações. Nos seus primeiros anos, aproximadamente até a metade da primeira década do século XX, o regime republicano passou por uma fase de instabilidade e de luta intensiva pela realocação dos poderes econômico e político. Daí em diante, o ascendente conservadorismo se fez acompanhar pela defesa dos princípios normativos da economia liberal, ainda que muitas vezes tomados tão somente como princípios, e mesclados a concepções sociológicas e científicas pouco coerentes com o liberalismo clássico.

A modernização brasileira pós-1870 não deve portanto ser limitada a seu símbolo mais aparente, a remodelação urbana que transformou a paisagem da capital do país, o Rio de Janeiro, à qual aludiu Matheus de Albuquerque. Este era certamente o aspecto

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de, op. cit. nota 8.

mais visível da *belle époque* tropical estudada por Needell,¹¹ deixando muitas marcas e numerosos testemunhos entre os intelectuais brasileiros daquele tempo: *o essencial era que nós queríamos, da noite para o dia, conquistar um lugar de honra nos requintes das civilizações acabadas ou decadentes*, observava o cronista. O fato é que todo esse processo, beneficiário do maior fluxo de capitais estrangeiros no país, teve como um de seus eixos principais o projeto de uma nova organização do espaço brasileiro, iniciado ainda durante o Império, e intensificado no período republicano, exemplarmente através da construção de linhas telegráficas que interligavam o interior brasileiro ao centro político. Outros exemplos são a implantação de novas linhas ferroviárias que melhoraram as condições de transporte do centro às demais regiões, o aperfeiçoamento e reequipamento do Exército, a expansão da capacidade administrativa do Estado – principalmente no sentido do aprimoramento da capacidade de controle e gerenciamento do território a partir do centro político. As inovações técnicas mais visíveis eram tributárias do afluxo de capital estrangeiro e da economia de exportação – de café, sobretudo, mas também de borracha e cacau –, na construção de ferrovias, no aprimoramento da marinha mercante, nas reformas portuárias, e na instalação de serviços urbanos.¹²

A emergência de um novo horizonte técnico nas maiores cidades brasileiras, tributária deste processo, permitiu a Süsskind¹³ definir a produção cultural no período entre o final da década de 1880 e a década de 1920 a partir de seu confronto e de sua interação com uma *paisagem tecno-industrial em formação*. Isto se daria, segundo a

¹¹ NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

¹² SEVCENKO, Nicolau, op.cit. nota 7.

¹³ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 1987.

autora, através da representação explícita dos novos meios de transporte e de comunicação, da publicidade e da imprensa, e da apropriação de suas técnicas, de forma a incorporar os procedimentos do cinema, da fotografia e da publicidade à escrita literária. Contudo, sabemos que muito claros eram os limites desta renovação tecnológica, assim como estreitos eram os espaços da modernização produtiva e da constituição de um Estado moderno no Brasil. Apesar da expansão econômica, seus benefícios sociais mostravam-se tão limitados quanto os canais de participação política e as vias de acesso às oportunidades, monopolizadas por grupos restritos, muitos deles emergentes da desordem e da especulação que caracterizaram o rearranjo das elites durante os primeiros anos da República, em substituição às tradicionais elites do Império. A sustentação do sistema político mantinha-se atrelada a processos tradicionais de cooptação política enraizados no interior do país. Muitos eram os sinais de que esta *troca de figurino* operada pela emergente elite urbana não era suficiente para disfarçar a imensa decalagem entre o atualizado cosmopolitismo das classes arrivistas beneficiárias do novo regime e a realidade do Brasil dos interiores insulados e primitivos, e das periferias urbanas alijadas da participação no sistema político. A Revolta da Vacina, a precária situação sanitária das populações pobres, o banditismo no nordeste, a guerra do Contestado e sobretudo a guerra de Canudos – dramaticamente inserida na consciência nacional pela narrativa de Euclides da Cunha n’*Os sertões* – eram apenas alguns sinais de que, se pequena parte do país ingressava na onda modernizadora possibilitada pela expansão do capitalismo internacional, bem mais substanciais eram o atraso, a ignorância e as condições precárias em que viviam mergulhadas as populações pobres. Violência, superstição, arcaísmo, obscurantismo, inércia e resistência à mudança eram as definições mais correntes a respeito da maior parte do país, a população pobre

definida pelo cronista como instintiva, bárbara, feroz, infantil, miserável, criminosa: ou seja, o avesso da racionalidade, do progressismo e da ordem que na mentalidade das elites deveriam guiar os rumos de um Brasil que *ia avançar*. Portanto, como observou a crônica, é necessário relativizar as realizações daquela *hora progressista*: ainda que a modernização pós-1870 tenha promovido formas inéditas de integração do território e de melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação, *as necessidades fundamentais* do país continuavam em sua maior parte desatendidas: a alimentação da população, a organização da esfera do trabalho, a colonização do interior do território, a racionalização e a normatização da vida em sociedade. Ao mesmo tempo, nas *vastas e rudes zonas sertanejas* localizava-se uma verdade brasileira que o cronista contrastou dolorosamente com os rumos alienantes adotados pela elite brasileira. *Alguns raros desbravadores da bronca intelectualidade nacional*, contudo, não viraram suas costas para estas realidades marginalizadas pelo poder político e pelo ainda incipiente progresso econômico brasileiro. Pelo contrário, fizeram da natureza seu imaginário, do sertão sua origem, da terra sua mãe e madrastra, do deserto o cenário ainda em branco de seu visionarismo futurista.

Através de uma interpretação da experiência russa, Marshall Berman desenvolveu um paradigma analítico bastante significativo para a análise do caso brasileiro, quando são colocadas em questão as experiências e sensibilidades ligadas ao processo modernizador. Da terceira década do século XIX até a revolução de 1917, a cultura russa refletiu sobre o que deixava de acontecer, sobre os avanços da civilização ocidental que não chegavam plenamente até eles. A *angústia* do atraso e o *desejo* do desenvolvimento econômico e social foram seus temas centrais, e podem ser tomados como a forma arquetípica do que o autor define como o *modernismo do*

subdesenvolvimento.¹⁴ Segundo ele, a história da arte moderna polarizou-se entre o modernismo dos países à vanguarda do capitalismo, diretamente vinculado à modernização social e política e à aceleração das forças produtivas, e um modernismo que surgiu nos países periféricos justamente a partir da percepção da ausência ou da precariedade das transformações sociais, tendo os países avançados como referência para a vida intelectual, social e econômica. O modernismo russo fundamentou-se na imagem do descompasso entre a riqueza da experiência urbana e as condições incertas da vida econômica, entre o estímulo à subjetividade e o precário reconhecimento jurídico-político dos direitos do indivíduo, entre a amplitude das possibilidades de comunicação no espaço da cidade e as restrições à liberdade de manifestação. Como demonstrou o autor, para o Terceiro Mundo que experimentou a modernização de modo precário e desarticulado, o modernismo russo pode ser tomado como um modelo, pois fundamentou-se sobretudo na utopia e no desejo de transformação, em conflito com uma realidade distópica, contra a qual o artista e o intelectual debatiam-se em suas *fantasias, miragens e sonhos*. Não foi por acaso que Matheus de Albuquerque recorreu à vaga lembrança das *criações maravilhosas e frágeis de Catarina da Rússia* para definir a obra de cosmetização da paisagem do Rio de Janeiro operada nos primeiros anos da República: a imperatriz russa forjou faustosas obras de embelezamento de São Petersburgo, de acordo com variados modelos arquitetônicos ocidentais, que transformaram a cidade em um palco para a vida política, lançada pela cultura ao domínio do espetáculo e das aparências. Para o cronista havia um profundo contraste entre esta *imagem* de atualização e o desejo de uma modernidade que conduzisse ao atendimento do que ele qualificava como as *necessidades fundamentais do país*.

¹⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Tradução Carlos Felipe Moisco, Ana Maria Zorcati: São Paulo: Companhia das letras, 1986.

Opunham-se, portanto, o projeto de uma *verdadeira* modernização e as incipientes tentativas de troca de figurino com que a elite brasileira dava uma aparência de atualidade à capital política do país.

Neste ponto, deve ser lembrada a importante reavaliação da vida intelectual brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX realizada por Hardman.¹⁵ Como demonstra o autor, o dilema cultural brasileiro na virada para o século XX definiu-se como um profundo exame da questão nacional operado por duas formas virtualmente antitéticas de abordagem. A primeira delas voltava-se para o futuro, depositando a mais absoluta e entusiástica confiança no poder da técnica como instrumento de atualização da sociedade brasileira. A segunda buscou, por outro lado, fabular o passado e repensar a experiência da colonização e os problemas fundamentais da formação brasileira. Essas tendências foram condensadas em dois pólos que o autor denominou, respectivamente, *eufórico-diurno-iluminista*, e *melancólico-noturno-romântico*, em torno dos quais oscilaram as manifestações culturais essencialmente híbridas do tempo, e que fundaram a modernidade na cultura brasileira. Por um lado, a utopia futurista da regeneração da sociedade por intermédio da ciência nivelaria o país à vanguarda da civilização ocidental. Por outro, a resistência contra a sociedade urbana e industrial, o romântico retorno ao passado, dariam acesso às legítimas fontes da identidade individual e nacional. Ainda que algumas obras possam ser tomadas como encarnações mais ou menos exatas destas linhas, antes de formarem dois movimentos

¹⁵ HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

estanques elas se combinaram, interpenetraram-se, tornaram, como definiu o autor, romântica a utopia, e passadista o messianismo.¹⁶

Ora, o modernismo surgiu, nas últimas décadas do século XIX, justamente como uma síntese dos dois grandes movimentos estéticos e intelectuais oitocentistas, o realismo e o romantismo. Em relação ao romantismo, a arte moderna radicalizou e tornou mais conflituosas suas experiências com a subjetividade e a perspectiva individual, a busca identitária e o aprofundamento da experiência. Estes elementos foram fundidos ao espírito realista em sua perquirição da realidade moderna, seu confronto com a moralidade burguesa, sua exploração da vivência contemporânea, e sua percepção do desenvolvimento estético, histórico e psicológico da época. A arte modernista encarregou-se de amalgamar a intuição romântica reacendida pelo simbolismo à inteligência crítica iluminista, nascendo da acumulação de diversas escolas e estéticas muitas vezes contrárias umas às outras, que acabaram por cruzar-se e sobrepor-se, dando origem a diversas linhas e tradições modernistas. Não se pode portanto definir este como mais um movimento do pêndulo objetividade/subjetividade, e sim como uma sobreposição sem precedentes de ambas as categorias, expostas a um ritmo de transformação incessante em que nenhuma delas parecia capaz de expressar o real. Fundiam-se violentamente subjetividade e objetividade, intelecto e emoção, irracionalidade e razão.¹⁷

Outro aspecto fundamental a ser considerado é a constituição do modernismo como *arte da modernização*, uma profunda indagação da linguagem frente à caótica

¹⁶ HARDMAN, Francisco Foot, op.cit. nota 15, p.292.

¹⁷ BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James. O nome e a natureza do modernismo. In: BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James (Org.). *Modernismo: guia geral*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 13-42.

vida urbana, à incerteza e à instabilidade, ao industrialismo, à desagregação dos vínculos comunitários, à vivência da impessoalidade somada às múltiplas possibilidades da vida subjetiva e à rápida sucessão de estímulos sensoriais: a multiplicidade da experiência da vida moderna superava a capacidade da mente de representá-la nos moldes habituais. Mesmo, pois, que as relações entre o artista e a sociedade tenham se tornado extremamente tensas e complexas, e que tenha se tornado evidente a crise entre arte e história, o modernismo mostrou-se a consciência artística do processo modernizador, representando por isso tanto contínua inovação e aprofundamento da experiência com a linguagem, quanto alienação e niilismo frente ao opressivo mundo modernizado. O modernismo do século XIX e do início do século XX caracterizou-se pela atração e entusiasmo pela modernidade, simultaneamente à sua crítica e sua recusa: sua faceta tecnológica e a ampliação da experiência de tempo e espaço despertavam euforia, mas sua expressão social e política era freqüentemente atemorizante. Sob a pressão das forças sociais, criavam-se demandas psíquicas e intelectuais novas, e desfazia-se a noção de consciência como uma esfera estável e fixa. Uma vez que era questionada a linguagem como um mero instrumento de expressão do real, enfatizava-se a subjetividade do observador, abrindo o caminho para a emergência da noção modernista da multiplicidade das perspectivas possíveis sobre o mesmo objeto.¹⁸

Ao movimentar-se – de forma caracteristicamente moderna – entre um pólo romântico e um pólo iluminista, a cultura brasileira lidava também com o imperativo de produzir novas representações do espaço, virtualmente cindido entre, por um lado, o lugar da ruína, os resquícios do passado e as paisagens nostálgicas da formação da identidade e, por outro lado, os ambientes civilizados onde eram já visíveis as

¹⁸ BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James. op. cit. nota 17. BERMAN, Marshall. op. cit. nota 14.

transformações impressas pela modernidade, ou mais ainda, os espaços *civilizáveis*, nos quais se projetava a utopia científico-tecnológica que sincronizaria o país com o avanço capitalista internacional. A emergência dos naturalismos na década de 1870 havia já afinado a cultura brasileira com a racionalidade da modernização e adaptado o país ao pensamento europeu, de maneira que o crítico literário José Veríssimo pôde definir o movimento de sua geração como *modernismo*.¹⁹ O *alvorço* vivenciado pela *geração de 1870* define o desejo de modernização que passava a guiar a elite intelectual brasileira, dando origem a uma cultura que tematizou o cruzamento de temporalidades no interior da realidade do país. A representação dos espaços não tocados pela civilização e onde o homem tinha ainda que enfrentar a natureza é tomada neste trabalho como uma dimensão central da reconstrução da imagem do Brasil em sua profundidade, para além daquilo que a crônica de Matheus de Albuquerque definiu como um *mudar de toilette*: localidades insuladas, regiões de natureza virgem, comunidades tradicionais vivendo em estreita dependência em relação ao ambiente natural, territórios desérticos e inexplorados, paisagens sentimentais, um Brasil estranhamente distante que o transporte ferroviário ajudava a aproximar da elite urbana brasileira, entretanto não ainda de todo

¹⁹ Nas palavras de Veríssimo:

O movimento de idéias que antes de acabar a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista e o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influndo na literatura, deviam pôr um termo ao domínio exclusivo do romantismo, só se entrou a sentir no Brasil, pelo menos, vinte anos depois de verificada a sua influência ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui (...)

Atuando, simultaneamente sobre o nosso entendimento e a nossa consciência, pela comoção causada nos espíritos aptos para lhes sofrer o abalo, estes diferentes sucessos produziram um salutar alvorço, do qual evidentemente se ressentiu o nosso pensamento e a nossa expressão literária. Às idéias, nem sempre coerentes, às vezes mesmo desconstruídas daquele movimento, fautoras também nos acontecimentos sociais e políticos apontados, chamamos aqui de modernas; expressamente de pensamento moderno. A novidade que tinham, ou que lhe enxergávamos, foi principalíssima parte no alvorço com que as abraçávamos.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 1. ed. 1915. p. 233-234.

esquecida de sua origem predominantemente rural. Estes espaços tornaram-se não apenas cenários e personagens da ficção romanesca, como temática sociológica, objeto de pesquisa e de exploração, algo que cabia conhecer, registrar, inventariar, seja em função da ameaça destrutiva do progresso inevitável, seja como território e matéria-prima para a construção do futuro de prosperidade que os visionários do progresso aguardavam para o país.

Fazendo conviver futurismos e passadismos, utopias e ruínas, a literatura brasileira engendrou, a partir do final do século XIX, um discurso caracteristicamente moderno, discurso por natureza instável e em contínua redefinição, fundamentado justamente no cruzamento entre a subjetividade romântica e a razão iluminista, voltada para a utopia e a modernização como horizonte. Lembre-se também que um dos traços decisivos para o estabelecimento da modernidade foi a afirmação de um passado cultural: ter sido antigo mostrou-se elemento absolutamente necessário para chegar a ser moderno, pois uma longa tradição nacional era tida como uma verdadeira condição para que as modernas culturas literárias se estabelecessem no presente. As tradições pré-modernas tornaram-se temáticas essenciais à medida que a cultura tradicional mostrava-se capaz de criar identificações populares ou nacionais dotadas de um *prestígio simbólico*²⁰ que só o passado era capaz de fornecer. O modernismo, cosmopolita por natureza,²¹ desenvolveu portanto uma ligação profunda com o nacionalismo, o primitivismo²² e os movimentos folclóricos, com os quais freqüentemente se cruzou.

²⁰ BERMAN, Marshall, op. cit. nota 14.

²¹ O século XIX produziu o multiculturalismo e o internacionalismo das grandes cidades de onde emergiu a arte modernista, e que acabou por se tornar um de seus elementos fundadores. As possibilidades de comunicação e contato de idéias haviam se acelerado, tempo e distância encurtavam-se e mais intensos se tornavam os intercâmbios intelectuais e artísticos para além da esfera nacional, processo já nítido na época realista, durante a qual as grandes obras e autores alcançaram uma recepção praticamente simultânea em diversos países e línguas distintas. A aceleração do ritmo dos intercâmbios culturais –

A literatura e o pensamento social brasileiro do período entre o final do século XIX e o início do século XX foram portanto marcados por esta ambigüidade fundamental entre o futurismo progressista e uma certa nostalgia que partia em busca da poesia da ancestralidade, uma poética da tradição, dos espaços arruinados pelo tempo ou dominados pela barbárie pré-moderna. Os discursos e narrativas daquele tempo assimilaram essa dualidade, demonstrou Hardman, como temática e como estética, representando a violenta emergência da cultura e da materialidade modernas, em choque com o mundo tradicional, insulado em relação ao movimento mais amplo, que recebeu a modernidade como uma radical ruptura de sua experiência comunitária. No interior mesmo da cultura moderna, os espaços não civilizados tornaram-se intrinsecamente poéticos e românticos, tanto em seu conteúdo estático, na lentidão de seu ritmo vital, em sua imemorialidade, e seu apego à tradição e ao transcendente, quanto em sua violência, sua barbárie trágica que lhe conferiu uma aura legendária. Daí se apresenta o questionamento fundamental formulado por Zilly²³: se seria a barbárie antítese da civilização, ou seu elemento constituinte. Na literatura do final do século XIX,

comunicação postal, telefônica e telegráfica, fortalecimento do mercado editorial e maior difusão das traduções – contribuiu para a criação de uma comunidade artística e intelectual que suplantava os limites de nacionalidades, grupos sociais e raciais, o que fundamentou a criação do movimento modernista internacional. BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James, op. cit. nota 17. EVERDELL, William R. *Os primeiros modernos: as origens do pensamento do século XX*. Tradução Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000. KARL, Frederick Robert. *Moderno e modernismo: a soberania do artista (1885-1925)*. Tradução Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

²² Na transição entre o século XIX e o século XX, a busca das origens culturais mais remotas era vista como fundamento para a criação de um mundo novo, a partir da libertação das energias vitais e inconscientes contidas na esfera do mito. Esses mananciais, que seriam capazes de recuperar o encanto perdido pela sociedade industrial, exerciam sobre a população urbanizada e sobre a intelectualidade a atração mágica do exótico. O retorno ao mito surgia como um instrumento de fusão do instinto a uma arte que poderia reatar dos laços com o passado e retrazar a linha da história. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²³ ZILLY, Berthold. A barbárie: antítese ou elemento da Civilização? Do **Facundo** de Sarmiento a **Os sertões** de Euclides da Cunha. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold, Lima, Eli Napoleão de (Org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2001. p. 271-301.

tornaram-se recorrentes a imagética das ruínas, o embate contra o deserto, o fantasma da decadência, a violência do confronto entre culturas participantes de distintas temporalidades, que emergiam como percepção dos entraves que se impunham à constituição da temporalidade histórica própria ao estabelecimento da identidade nacional. A visão que emerge da realidade brasileira a partir do final do século XIX é, como afirmou Hardman, essencialmente moderna, na percepção da fragmentação da realidade e na sensação do *viver entre dois mundos* que, como observou Berman,²⁴ é característica da experiência da modernidade no século XIX, profundamente marcada pela tecnologia e seu impacto sobre a percepção do espaço e do tempo, e pelo questionamento da linguagem em sua capacidade de expressão da verdade.

Deixo aqui esta página com o fim único de me lembrar que o acaso também é corregedor de mentiras. Um homem que começa mentindo disfarçada ou descaradamente acaba muita vez exato e sincero.

Machado de Assis, *Memorial de Aires*, 1908

Este trabalho procura justamente adotar a perspectiva da intelectualidade modernizadora brasileira para promover a revisão de alguns clássicos do pensamento social e da literatura do país, entendidos, segundo a definição de Calvino, como *livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo*

²⁴ BERMAN, Marshall, op. cit. nota 14.

ou individual.²⁵ Ao lado desses clássicos, que sempre se abrem a novas perspectivas, a pesquisa do tema buscou recuperar obras que, apesar de não terem sobrevivido ao julgamento do tempo, exprimem sentimentos e percepções considerados significativos para o acesso ao universo mental da época em estudo. Por vezes estas obras foram tão fiéis aos modelos científicos e estéticos de seu tempo que se tornaram praticamente “ilegíveis” para o leitor atual. Por outro lado, alguns dos autores mais prolíficos e difundidos da época restam hoje praticamente esquecidos, enquanto suas obras, algumas delas de notável mérito estético e interpretativo, foram relegadas a um passado distante e um tanto ou quanto excêntrico, prática que, acreditamos, está relacionada ao estabelecimento de um padrão cultural que selecionou uma literatura que deveria fazer parte da história e que excluiu automaticamente o demais.

Neste sentido, o trabalho de Hardman²⁶ traz ainda outra observação de essencial importância: o estreitamento da perspectiva crítica e historiográfica causado pela homogeneização dos sentidos do modernismo no Brasil, relacionada com a adoção generalizada dos critérios e valores estabelecidos pelo movimento semanista de 1922. Excessivamente atrelada a uma idéia de vanguarda, impôs-se uma visão do modernismo que limitou o significado de alguns processos culturais que já vinham sendo criados no Brasil pelo menos desde 1870. O primeiro resultado disso tem sido, demonstrou o autor, a desconsideração de um vasto e significativo conjunto de manifestações sociais e culturais que escapavam ao âmbito do modernismo “oficial” de 1922. O sinal mais patente disso é a criação do evidentemente anacrônico termo “pré-modernismo”, utilizado para caracterizar o movimento literário brasileiro entre 1890 e 1922, que já

²⁵ CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das letras, 1993. p. 10-11.

²⁶ HARDMAN, Francisco Food, op. cit. nota 15, p. 290.

extrapolava os padrões do realismo-naturalismo mas que não encontrou caracterização adequada, tendo sido desconsiderada sua importância para a implantação de um sentido de modernidade na cultura brasileira.

Outra consequência deste modelo assimilado pela historiografia literária brasileira tem sido, continua Hardman, a imposição de uma visão restritiva do internacionalismo na cultura brasileira, limitada à absorção de movimentos estéticos e ao contato entre intelectuais, ignorando o significativo intercâmbio de idéias e a simultaneidade das trocas culturais, experiências já bem estabelecidas na vida cultural brasileira. Além disso, ficou reduzido o modernismo a um componente estético, condicionado estritamente à linguagem das vanguardas, em flagrante desconsideração de outras dimensões fundamentais da trajetória modernista, bastante evidentes quando se observa o processo cultural brasileiro do ponto de vista das transformações na percepção do tempo e do espaço, da representação da multiplicidade das realidades em conflito no espaço nacional, na percepção da ruptura e da instabilidade, sem contar com sua comunicação com as estéticas fundadoras da linguagem modernista – o decadentismo e o simbolismo.

Utilizamos como referências temporais deste trabalho o ano de 1870, marco geralmente aceito para definir o início do processo de modernização produtiva e intelectual do país, e o ano de 1922, que corresponde à emergência do modernismo semanista em São Paulo, no sentido de promover o estudo de obras e autores não pertencentes ao âmbito daquele movimento e ainda pouco valorizados pela história cultural brasileira. Os estudos sociais, a historiografia e as narrativas de viagem e de exploração serão aqui trabalhadas simultaneamente com a literatura de ficção, que não

apenas possuía um *status* privilegiado entre a intelectualidade brasileira – prosadores e poetas eram também juristas, cientistas, médicos, engenheiros – como possuía uma inaudita continuidade com os estudos científicos e técnicos e com a análise sociológica, coerentemente com aquele traço de recusa do imaginário e privilégio da observação que muitos críticos tomam como essência da literatura brasileira, do romantismo ao realismo. Pretendendo adotar uma visão global dos fenômenos intelectuais, trataremos a prosa de ficção e não ficção, a crítica literária, a historiografia e o ensaísmo político e social como fontes para a percepção de um amplo movimento cultural que contém, acreditamos, várias inflexões, apontando tanto para o diagnóstico do presente, para a imaginação do futuro e para a interpretação da história brasileira.

Através desta e de outras dimensões que se mesclavam no panorama cultural brasileiro, não sem conflitos e sem contradições, pensamos encontrar na literatura e no pensamento social da época em questão manifestações de um processo cultural que pode ser definido como modernismo, entendido, como o faz Canclini, como a maneira como as elites intelectuais incorporaram o sentido do cruzamento de distintas temporalidades históricas, e elaboraram a partir disso uma concepção global de cultura.²⁷ O *desejo de modernização* tornava-se, nesse panorama, a principal temática da intelectualidade brasileira, tolhida dos possíveis mecanismos de intervenção social pela limitação dos meios de produção e difusão cultural, mas atualizada em relação ao movimento artístico internacional, dotada dos instrumentos intelectuais próprios à afirmação de uma consciência do moderno, e disposta a refletir com profundidade sobre as dimensões conflitantes e contraditórias da realidade brasileira. Como observou

²⁷ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair na modernidade*. Tradução: Heloísa Pezza Centrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 1997. p. 73.

Santos,²⁸ o caminho da modernização é um duplo processo de absorção dos avanços do capitalismo e da técnica, conjuntamente com o restabelecimento de vínculos com a tradição. Num país como o Brasil, o reconhecimento do valor da tradição, ainda que incorporado ao processo da cultura do final do século XIX, esbarrou na obsessão pelo atraso que concentrou as vistas num repertório de ausências em relação ao modelo, e impediu a plena tomada de consciência de seu patrimônio humano e natural. A produção intelectual e artística deste período é mais uma das ondas de redescobrimento do Brasil, que sempre se apoiaram num retorno à natureza.

Tomamos como pressuposto básico deste trabalho a idéia de que as representações produzidas por uma cultura estão em constante intercâmbio e respondem por meio de linguagens distintas a problemas comuns, sendo assim possível, na busca de uma interpretação global dos fenômenos culturais, trabalhar conjuntamente a literatura de ficção e de não-ficção, a crítica literária, a historiografia e os estudos sociais, como elementos comunicantes no processo de formação de imagens, projetos e interpretações do Brasil. Para a análise da produção intelectual brasileira do período, consideramos necessário reconstituir os substratos intelectuais – esquemas teóricos e princípios metodológicos, doutrinas, conceitos e estéticas – que a fundamentaram e que modelaram sua abordagem dos objetos, que apresentaram suas principais perguntas, mas que raramente deram respostas imediatas ou plenamente satisfatórias em vista das especificidades da realidade brasileira. Os teóricos darwinistas e deterministas, por exemplo, encontraram no Brasil notáveis discípulos, o que demonstra a necessidade de compreender sua linguagem, seus termos e sua visão de mundo, de forma a analisar as

²⁸ SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e a “redescoberta do Brasil”. In: ARAÚJO, Hermes Reis de. *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 23-46.

condições de sua adaptação, mobilização e uso segundo os dilemas próprios à vida brasileira. Como modelos de inteligibilidade, as escolas européias de pensamento e criação possuíram no Brasil pós-1870 notável repercussão e prestígio, conferiram à emergente elite intelectual modernizadora uma imagem de sincronização com as sociedades avançadas, e foram muitas vezes mobilizadas como ideologias do progresso, diagnósticos do atraso, instrumentos de pesquisa e modelos interpretativos. Na era do imperialismo, contudo, o Brasil encontrava-se na frágil posição dos países submetidos à ingerência indireta das potências mundiais, notavelmente a Inglaterra, enquanto sua condição de país tropical e mestiço o condenava, de acordo com as doutrinas científicas em vigor, a uma posição subalterna. Esta conjuntura era profundamente inquietante para a elite brasileira, que se acreditava afinada intelectual e espiritualmente com a sensibilidade e o pensamento europeus. Daí a postura de superioridade e isolamento subjacente a grande parte do discurso da elite intelectual brasileira em relação a um mundo de alteridade representado pelos espaços incultos, o meio rural, os desertos, as florestas, os sertões e seus igualmente bárbaros habitantes.²⁹ A dualidade cada vez mais exacerbada entre os países centrais da economia capitalista e as regiões periféricas, haja vista o crescentemente integrado mercado mundial, foi usualmente remetida a uma cisão considerável entre o intelectual e o povo, tantas vezes condenado por uma inferioridade

²⁹ A noção de barbárie, que será muitas vezes utilizada neste trabalho, está diretamente relacionada à idéia de natureza. De acordo com Mazzoleni, em seu estudo sobre a instauração da idéia do outro após a descoberta da América, a noção do selvagem nasceu vinculada aos ocupantes de um espaço antitético em relação àqueles tidos como civilizados. Sua primeira caracterização foi a de homens *naturais*, ou seja, a natureza foi a categoria especificamente mobilizada para definir os selvagens, aqueles que vivem de acordo com a natureza. Os sentidos adquiridos por tal associação entre homem selvagem e meio selvagem foram diversos, e compreenderam tanto visões idílicas da bondade natural, como a idéia de que o estado de natureza e sua consentânea ausência de cultura implicavam em privações e na submissão ao acaso. O *estado de natureza* assumiu uma gama variada de acepções, e implantou-se desta forma no imaginário ocidental, abarcando situações e tradições diversas definíveis somente por sua alteridade em relação à civilização ocidental, e portanto movidas por forças próprias. MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. trad Liliana Laganà e Hylío Laganà Fernandes. São Paulo: Edusp; Instituto Italiano di Cultura di San Paulo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo, 1992. p.45.

intrínseca que, se assumia mais freqüentemente a máscara do estigma racial, era nitidamente social e cultural. Isso não impediu, pelo contrário, acabou contribuindo para que o pensamento brasileiro demonstrasse um interesse particular pela observação dos inquietantes e oblíquos domínios do inculto, demarcando com nitidez, sob uma aparência nostálgica e sentimental, escarnecedora, exploratória, antropológica, ou denunciatória, sua perspectiva de distanciamento intelectual, histórico, temporal e social com relação a eles. Esses procedimentos alcançaram notável generalidade, e se estenderam dos estudos sociais, políticos e historiográficos à literatura ficcional e não-ficcional e à atividade crítica.

No caso da literatura de ficção, é necessário refletir sobre a especificidade de sua incorporação como documento de pesquisa num trabalho de fundo historiográfico e ensaístico. Inicialmente, devemos atentar, como Casanova,³⁰ para a urgência de abandonar o preconceito crítico do isolamento do texto literário, que impossibilita considerar seu pertencimento ao conjunto de uma cultura, seu diálogo e sua inserção em debates estéticos e programáticos aos quais ele responde. É isto, na concepção do autor, que estabelece a verdadeira originalidade de uma obra literária, e para reconhecê-la torna-se portanto necessário adotar um ponto de vista radicalmente diverso daquele que a aborda a partir de um pressuposto de insularidade – sem para isso buscar sua significação em outro lugar ou fora do texto. Este é comparado a uma figura cuja desordem aparente pertence a uma conformação complexa necessária para a compreensão da obra em si, constituída por uma ordem literária internacional que cria, difunde e dá sustentação a escolas, programas e estilos. Tão importante quanto reconhecer a inscrição da literatura num ambiente intelectual mais amplo que fornece a

³⁰ CASANOVA, Pascale. *La république mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.

ela referências temáticas e estéticas fundamentais, é compreender como os próprios recursos da narrativa respondem, através da concepção do enredo como encadeamento de fatos com uma determinada lógica e sentido, da fabulação das personagens, da imaginação de seus conflitos e da construção de seu ambiente pelas técnicas da descrição, a grandes dramas humanos e sociais, e portanto a representações da realidade tal qual esta é percebida e interpretada pelos produtores da arte e do conhecimento.

Além disso, a relação entre história e ficção ultrapassa a questão do compromisso com a verdade como marca da especificidade da escrita histórica, tal qual atentou Machado de Assis em seu *Memorial de Aires: Deixo aqui esta página com o fim único de me lembrar que o acaso também é corregedor de mentiras. Um homem que começa mentindo disfarçada ou descaradamente acaba muita vez exato e sincero*.³¹ Tanto a narrativa histórica quanto a ficcional têm por origem o mito, como definiu Ricoeur.³² Ambas são formas de linguagem que operam a síntese e a recapitulação de uma trajetória humana, através de processos de seleção e de organização que dependem antes de tudo dos recursos da linguagem e da imaginação de uma estória, que para o historiador obedece à sua intenção de escrever algo conforme à verdade do passado. Em todas as culturas, a narrativa é uma forma simbólica através da qual a experiência do tempo é pensada, de forma que a desordem das possibilidades do movimento e do desenvolvimento encontra uma ordem, na forma de um enredo em que as ações humanas são inseridas, tornando-se assim possível organizar um mundo instável e de experiências descontínuas. História e ficção são formas narrativas que buscam fundar uma harmonia e um equilíbrio de categorias diversas do tempo. Há, portanto, uma

³¹ ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, [197-]. p. 70. 1. ed. 1908.

³² RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Constança Marcondes César, Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997. 3 t.

relação de reciprocidade entre narrativa e temporalidade, estabelecida por um processo definido como *mimese*. Em primeiro lugar, a mimese é uma forma de *imitatio*: possibilita um entendimento prévio da ação e a construção simbólica da cultura, ao supor determinadas finalidades, impulsos dos agentes de acordo com o contexto, mecanismos de participação, interação e conflito, e os resultados da ação. A *imitatio* ou prefiguração da narrativa depende de uma idéia prévia do tempo, do passado que explica as motivações das personagens, do presente cujas circunstâncias interferem em sua ação, e do futuro, que é previsto como a realização dos objetivos perseguidos.

A mimese conduz, em outro plano, à configuração da narrativa. Graças a seu poder de síntese, a intriga possui a propriedade de integrar uma temática ampla, a especificidade de uma determinada estória, a delimitação das condições e das circunstâncias de seu desenrolar, os fatos que se sucedem, os caracteres das personagens e as oscilações da sorte – ela organiza assim a imaginação, de acordo com uma formação cultural que é histórica e que constitui tanto a fixação progressiva de elementos que compõem uma tradição literária quanto as possibilidades de criação do novo, ou seja, os estatutos e as diferenças que podem vir a ser assimiladas por ele, uma vez que as inovações são fontes para a criação de novos estatutos e novas tradições. A estrutura do enredo é portanto condicionada tanto pela singularidade das obras quanto pelo estabelecimento dos gêneros que produzem impressões cumulativas no conjunto de uma cultura, e que se firma ao exercer um papel de regulação. A configuração está portanto vinculada ao real pelos símbolos culturais e pelos modos concretos da ação. No terceiro momento da mimese, a obra se lança ao leitor, incitando-o a confrontar sua práxis com a forma como um enredo literário foi organizado, projetando *o mundo da obra* na história em que ele se situa. A realidade é assim refigurada efetivamente no

tempo, que se torna assim um tempo humano, na intercessão da história e da narrativa de ficção. Se do ponto de vista da prefiguração os procedimentos da ficção e da história respondem de forma heterogênea, e do ponto de vista da configuração eles encontram modos paralelos na representação do passado e da ficção, na esfera da refiguração eles confluem para o mesmo ponto, com base na leitura, de modo a fazer convergir elementos inicialmente divergentes. História e ficção só são portanto capazes de realizar suas intenções através de recíprocos intercâmbios: a história utiliza procedimentos da ficção e vice-versa, para que o tempo possa ser refigurado. Este é um plano da representação em que a escrita histórica e o da literatura se cruzam, uma vez que entre o mundo que foi configurado pelo texto e aquele no qual a ação se realiza reside sua temporalidade particular. O confronto entre esses dois universos – história e ficção – promove a atualização da narrativa em sua experiência ficcional, sendo assim incorporado pela subjetividade que transporta o conjunto dos valores e das vivências da narrativa para a realidade de seus leitores e intérpretes. Isto se torna possível, em primeiro lugar, a partir do nível da prefiguração da narrativa, no qual se estabelece, no âmbito da linguagem, a familiaridade da ação, em seu terreno semântico, simbólico e da própria constituição da temporalidade, e que permite a comunicação entre autor e leitor. A obra refigura e redescreve a experiência do real à medida que é capaz de dividir um universo de valores com seus intérpretes, ao mesmo tempo criar novos valores e difundi-los.³³

³³ RICOEUR, Paul, op. cit. nota 32.

Como observou Nunes,³⁴ Ricoeur pratica a conversão dos conceitos e categorias analíticas aos aspectos mais fundamentais da experiência, ao enredo da vida que é o tema comum da poesia e da ciência, e que se estende às formas de linguagem, à lógica da ficção, ao mesmo tempo em que constitui o fundamento teórico da narrativa histórica: ambas podem ser assim definidas como a forma como a narração de uma estória é inserida no tempo, e que a ação remete ao *mundo da vida* que elas têm em comum. A ficção pode ser portanto concebida não tanto como o não-real, mas como o real não empírico redescrito. A história, ao contrário, busca o conhecimento da realidade do passado, reconstruindo o que já deixou de ser por meio de dados que são tomados como signos da realidade passada inferida a partir deles. Na refiguração do tempo operada pelo ato de leitura, contudo, a escrita histórica e a escrita ficcional são reelaboradas. O estabelecimento do *mundo da obra* supõe sua ulterior totalização pelo leitor que o apreende, e que é capaz de operar a síntese das diversas partes em referência à configuração da trama narrativa. No plano da refiguração, torna-se explícito que a imaginação é fundamental para a narração histórica, em virtude da função exercida pelo imaginário de representar o passado tal como ele de fato se deu. Incorporar o imaginário à narração do passado não significa negar a intenção realista da história, simplesmente leva a considerar o acontecido como um fenômeno que não é passível de observação. Opera-se, neste sentido, o que Ricoeur define como a ficcionalização da história, pela imaginação que fabula o passado como se ele tivesse sido testemunhado pelo leitor, que se remete ao passado tal como ele é reconstruído pelo historiador.³⁵ Correlatamente, a

³⁴ NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). *Narrativa, ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

³⁵ RICOEUR, Paul, op. cit. nota 32, t.3.

ficção historiciza-se, uma vez que o universo da obra é remetido ao passado refigurado, representando fatos que para a voz narrativa efetivamente ocorreram.

A obra literária possui portanto um *efeito de real* ainda que fictícia. A idéia de irrealidade assimilada às projeções ficcionais deve ser portanto revista à medida que a ficção exerce um papel de revelação e de transformação da experiência cotidiana. Ela é reveladora porque expõe o que está encoberto mas que já se figura no âmago da práxis individual; é transformadora, pois interpretar uma vida é acenar com as possibilidades de sua mudança. A descoberta e a invenção ocupam aqui o mesmo espaço, à medida que a subjetividade não pode ser destacada das narrativas que a constituem e que impedem que ela se reduza a si mesma. O processo da leitura supõe um pacto entre autor e leitor no qual se estabelece que os acontecimentos relatados são parte do passado da voz narrativa, e à medida que a literatura é devolvida ao contexto da atividade de leitura e do processo de identificação que ela opera, se reconhecem as mediações do verossímil presente no *mundo da obra* e da narrativa, encenando comportamentos que o leitor reconhece, identifica e é capaz de imaginar. A significação da literatura não está portanto nela mesma, mas nas possibilidades de interpretação de sua interação com o real.

Portanto, na definição de Ricoeur, *a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia*.³⁶ A ficção se assemelha à história porque os fatos não-reais que ela narra são para a voz narrativa fatos passados como aqueles que são objeto da historiografia. Logo, a ficção, quase histórica, confere ao passado que ela narra a força evocativa de uma grande obra histórica. Este sentido quase-histórico da ficção afirma portanto o sentido quase-ficcional do passado histórico. A fabulação de uma intriga, que

³⁶ RICOEUR, Paul, op. cit. nota 32, t.3. p.329.

se mescla à história, permite revelar possibilidades ocultas que não se concretizaram, criando uma visão retrospectiva do passado efetivo em que este é imaginado de acordo com suas reais potencialidades, juntamente à irreabilidade da ficção. Discurso ficcional e discurso histórico se fundamentam, em síntese, no desejo de representar através da linguagem fatos que possuem o sentido do verossímil, uma forma de similitude com a realidade. Historiador e ficcionista apresentam os fatos como se eles tivessem realmente ocorrido de acordo com o que narrativa figura e com o que produz em ambos um efeito de realidade, pois a produção de uma idéia de real, ou seja, uma representação verossímil, é uma condição comum à história e à ficção literária. Neste ponto, a ficção encontra sua verossimilhança e sua liberdade em relação à prova documental, ainda que seja de certa forma limitada pelo verossímil. Assim, no tempo refigurado, história e ficção se cruzam com fundamento em sua *sobreposição recíproca*: a quase história da ficção simula a quase ficção da história.

Logo, a noção de temporalidade se alimenta da capacidade da história de representar o passado, e da capacidade da ficção de imaginá-lo. Como acentuou Leenhardt³⁷ a partir de Ricoeur, tanto a narrativa ficcional quanto a histórica respondem a uma demanda social por representações imaginárias que atuam no sentido da constituição da identidade dos indivíduos e da sociedade, e exercem uma função mediadora na assimilação do novo. A verossimilhança é absolutamente necessária a essas construções imaginárias, pois instaura uma noção de exemplaridade que cria um vínculo simbólico estreito entre o texto – histórico ou ficcional – e o público a quem ele se destina. Este sentido do exemplar não significa o exercício de uma função

³⁷ LEENHARDT, Jacques. A construção do imaginário pessoal e social através da história e da literatura. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa ficcional*. Campinas: Unicamp, 2000. p. 41-50.

pedagógica, mas simplesmente um instrumento disponível para que o indivíduo estabeleça vínculos imaginários com os demais, na ausência de laços simbólicos efetivos e de uma noção de transcendência que o remeta à totalidade. A literatura tem sido intensamente utilizada com um recurso exemplar, pois ensina o leitor a conhecer os universos verossímeis relacionados ao seu próprio, mesmo que radicalmente diferentes dele.

Ricoeur salienta ainda um ponto de fundamental importância para a consideração da especificidade da literatura que constituirá parte significativa do *corpus* literário que será analisado neste trabalho.³⁸ Por um lado, a perspectiva historiográfica é parte da proposta estética do romance realista de reproduzir o real da maneira a mais fiel o possível, assumindo uma intenção documental explícita, ao simular o passado. Por outro lado, por tratar a verossimilhança como uma forma de similitude com a realidade, a ficção foi reinserida no plano histórico, e assumindo um conteúdo sociológico-historiográfico, os escritores realistas do século XIX tomaram a si o papel de *historiadores adjuntos*. Para Ricoeur, contudo, não é neste ponto, quando assume um papel programático e diretamente histórico-sociológico, assimilado à sua função estética, que a questão fundamental da verossimilhança adquire seu significado mais profundo e ousado. Essas observações são bastante valiosas, mas no contexto da análise proposta por este trabalho devem ser referidas à peculiaridade da literatura brasileira e de sua adoção da estética do realismo, especialmente em sua versão naturalista. As questões que o naturalismo assumiu na vida literária brasileira, especialmente do ponto de vista de sua concepção da natureza e da inserção do homem no ambiente natural apontam problemas específicos da formação nacional e dos dilemas da realidade da

³⁸ RICOEUR, Paul, op. cit. nota 32, t.3, p. 330-331.

época. A diluição dos limites entre história, crônica, ficção, sociologia, política e ciência, característica de grande parte da literatura da época, criou modos particularmente expressivos de representação do Brasil, fornecendo uma perspectiva bastante valiosa para a compreensão dos desejos, projetos, obsessões, estigmas, imagens e crenças de um período no qual a perspectiva da modernidade modelava a compreensão do passado e a concepção do futuro.

Um tema como a representação da natureza pela intelectualidade brasileira do período entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX tem como uma de suas principais peculiaridades o fato de mover-se com bastante fluidez entre o domínio do imaginário e o domínio da vida material: as definições acerca da relação do homem e da sociedade no Brasil com a natureza, o território, o meio, bases concretas do desenvolvimento de suas forças produtivas, dão-se lado ao lado da representação das fontes de sua identidade, referência sentimental – universo físico e sensorial, espaço da memória e imagem da pertinência à terra. Por um lado, estava o processo de aprimoramento tecnológico e de expansão capitalista internacional relacionado à revolução tecnológica, que demandava uma intensa e mais variada exploração de recursos naturais e das fontes de energia, e cujo alcance mais que nunca extrapolava as fronteiras dos países centrais. Este processo expressou-se, para a intelectualidade brasileira do período, em uma ânsia de atualização transposta em projetos e utopias, e em uma consciência aguda das múltiplas temporalidades sobrepostas na realidade nacional, em uma irrestrita admiração pela técnica como meio de libertação do homem em face das limitações da natureza.

Por outro, o mundo natural está indelevelmente impresso na percepção humana, sendo capaz de mobilizar uma complexa moldura de mitos, significações, imagens e lembranças, que se afirmam como um substrato cultural que é fonte de um sentido de transcendência e meio de acesso à ancestralidade. As imagens e manifestações da natureza estão relacionadas a uma noção do que é sagrado pois, como demonstrou Schama,³⁹ a cultura humana incorporou a si a natureza como uma verdadeira obsessão, elaborando a partir dela uma tradição mítica de grande riqueza, profundidade e complexidade, expressa em formas de culto que não se limitam às culturas primitivas, e com as quais o homem moderno ainda convive. Cultura e natureza não se excluem, à medida que, como fonte de símbolos e cenário da memória, o mundo natural está decisivamente inserido no desejo do homem, e assume, a cada momento histórico e em cada cultura, significados particulares cuja operacionalidade e mobilização podem ser revelados pela análise histórica. Os mitos da natureza possuem, demonstrou o autor, uma permanência tão longa e tão surpreendente quanto sua capacidade rápida de adequação a circunstâncias específicas, e a instituições que estão ainda bastante presentes na vida moderna. Observar os mitos essenciais da natureza como fontes de identidade e permanência não significa, por outro lado, negar que os espaços naturais têm o poder de representar também os mais acirrados conflitos e os mais violentos dramas sociais. A partir do século XIX, adquiriu cada vez maior repercussão na cultura ocidental o dilema entre o uso dos espaços e dos recursos naturais para o desenvolvimento e a continuidade das sociedades modernas, e a crescente sensibilidade

³⁹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

e reverência para com as plantas, os animais, e os lugares selvagens. Segundo Thomas,⁴⁰ esta sensibilidade emergiu desde pelo menos o início do século XVIII, e fez com que com que o pressuposto modernizador da imposição do domínio do homem sobre a natureza passasse a sofrer questionamentos cada vez mais intensos, criando uma cisão das consciências modernas entre as demandas do mundo capitalista e uma noção da necessidade de proteção, conservação e equilíbrio entre o homem e o meio natural – noção que no século XIX já se encontrava bem difundida nos países avançados. A visão de Schama, ao buscar a rusticidade e a força primitiva da natureza que vivem dentro de cada ser humano, exemplifica a imagem dos vínculos indissolúveis entre homem e mundo natural, à contracorrente das economias e das sociedades capitalistas, alimentadas pela exploração e pelo controle dos elementos da natureza.

O imaginário nacionalista incorporou esta força simbólica da natureza, especialmente porque foi capaz de eleger paisagens – construções imaginárias de concepção pictórica – que se tornaram sua própria expressão visual, particularidades alçadas à condição de grandes símbolos coletivos. A paisagem não é apenas uma representação visual, a forma como somos capazes de enxergar a natureza, como também uma referência de constância, duração e pertencimento bastante adequada para a afirmação da continuidade e do culto ao passado que está embutido na mitologia nacionalista. A natureza foi, por isso, mobilizada como elemento do imaginário nacional, apagando o caráter recente da formação dos Estados nacionais em favor da afirmação de um destino mítico representado pela conformação física da nação, suas

⁴⁰ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1900. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

paisagens e seus acidentes geográficos.⁴¹ A idéia de *fronteira*, por exemplo, está centrada no princípio do *muitos como um*, moderna metáfora da coesão social, através do qual a pedagogia nacionalista nivela as particularidades e a variedade de processos culturais que constituem a nação, desviando a diferença para a fronteira externa, delimitação da esfera de soberania do Estado.⁴² A fronteira assume, assim, forte significado ideológico e simbólico, ao constituir-se num território de conquista e de imposição da ordem nacional à natureza.⁴³ O espaço geográfico, seu estudo, sua elaboração no imaginário social e sua representação na forma de paisagens teve, portanto, grande importância para a consolidação do nacionalismo, tanto na forma do conhecimento geográfico,⁴⁴ poderoso recurso para sua legitimação e fundamentação social e histórica, quanto na criação de imagens da natureza identificadas com a fisionomia da nação. Estes cenários foram alternativamente definidos pela cultura como símbolos de forças e sentimentos diversos: exuberância, bucolismo, temor, harmonia,

⁴¹ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. 1996. Tese (Doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

⁴² BHABHA, Homi K. Dissemination: time, narrative, and the margins of the modern nation. In: BHABHA, Homi K. (Org.). *Nation and narration*. London: Routledge, 1990. p. 291-322.

⁴³ Na historiografia norte-americana, em especial a partir da obra de Frederick Jackson Turner, a expansão da fronteira foi lida como o cerne do processo de desenvolvimento da sociedade: constantemente submetidos a novas circunstâncias naturais e sociais, os colonos europeus teriam criado um novo modo de vida e uma nova mentalidade, não preconceituosa e não tradicional, incorporando ao mesmo tempo a cultura européia e a simplicidade da vida primitiva. Essa integração do homem à natureza, propiciada pelo constante dinamismo da exploração territorial, teria tido, na visão de Turner, influência decisiva na formação do caráter norte-americano, especialmente no tocante à afirmação dos valores democráticos. TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in american history*. New York: Robert E. Krieger, 1976. 1. ed. 1920.

⁴⁴ Esta relação entre a base natural e a nacionalidade encontra correspondência direta na formação do moderno conhecimento geográfico. A geografia moderna estabeleceu-se no âmbito da afirmação dos Estados nacionais europeus, tendo o discurso geográfico representado um papel central na afirmação do sentimento de nação e na disseminação da idéia de que a identidade nacional fundava-se em uma dimensão espacial. Foi assim estabelecida uma correspondência direta entre a dominação estatal e a auto-identificação dos indivíduos, que passaram a se referenciar a uma comunidade de interesses constituída pelo próprio Estado, em que o nacional surgia integrado e unificado a conteúdos sociais e naturais. No período correspondente à sua sistematização como disciplina científica autônoma, a geografia envolveu-se profundamente com os processos de disputa pelo controle de territórios. MORAES, Antônio Carlos Robert de. A dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 7, p. 79-87, 1994. MAGNOLI, Demétrio. op. cit. nota 41.

arrojo, simplicidade, heroísmo, ordem, tranquilidade, desafio, transcendência, mistério, são alguns dos sentidos que as paisagens foram chamadas a assumir, imprimindo a circunstâncias sociais e históricas específicas um sentido natural, portanto inquestionável, alheio à história, à política, à modernidade.

O nacionalismo que encontrou a natureza uma das fontes mais prolíficas para a formação de um imaginário do sagrado e do ancestral, e ao mesmo tempo arraigadas noções de espaço e fronteira, ocupou na vida cultural do século XIX uma importância singular, em correspondência com a política imperialista que movia as nações mais avançadas à busca de novos territórios. Said⁴⁵ chamou a atenção para o verdadeiro campo de luta que se tornaram a geografia e as imagens espaciais na era do império, uma vez que a terra era o próprio objeto de conquista. Situando as representações, como elementos da cultura, em seu significado político e social, o autor demonstrou como o imperialismo ocidental imprimiu na linguagem e na temática literárias sua experiência, sua visão de mundo, suas noções de poderio e sua visão do outro extra-europeu. Na Europa, as imagens da autoridade da civilização ocidental foram fundamentadas pela criação de rituais, cerimônias e tradições, à medida que se enfraqueciam os vínculos que garantiam a coesão das comunidades pré-modernas. Nos países à periferia do capitalismo ocidental, as elites nacionalistas buscaram articular a afirmação de sua identidade à civilização europeia com a particularidade de sua experiência. A incorporação do exotismo – a rigor, a fascinação da alteridade – na auto-imagem destes países demonstra a interpenetração entre as culturas no mundo imperialista. A posse de territórios era a maior obsessão do tempo e num país como o Brasil, submetido à

⁴⁵ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

indirect rule dos países centrais, ela deu origem a duas idéias bastante recorrentes no pensamento social. A primeira é a consciência da fragilidade da condição dos territórios desérticos, de fronteiras instáveis, o que criava o imperativo de estender a institucionalidade nacional sobre o conjunto do território, cuja integridade cabia defender a partir de sua ocupação efetiva – daí emerge a noção de colonização que definiu muito do discurso da época. Ao mesmo tempo, ensejava-se a incorporação da totalidade do território pela cultura, pelo imaginário brasileiro que encontraria as fontes de sua identidade justamente nesses territórios ainda não tocados pela mão destrutiva do progresso sobre a tradição. As dubiedades que daí derivam são patentes. Portanto, a *luta pela geografia* que caracterizou a era dos impérios não se restringiu, no caso brasileiro, à estratégia defensiva do controle do território, mas abrangeu sua própria auto-representação, pois ao lado da luta pelo território estava a luta pela cultura. A representação da paisagem pela intelectualidade brasileira pós-1870 veiculou imagens e criou conceitos que assumiam significados essenciais num momento em que eram elaborados projetos de transformação dependentes, em larga parte, do conhecimento da totalidade do território, do inventário de seus recursos e de sua incorporação à cultura nacional por meio de representações do espaço e da natureza. Dessa *luta pela geografia* fez também parte o estabelecimento de relações entre a história – a formação –, o presente – o diagnóstico, – e a direção do futuro – a utopia –, que se pretendia imprimir ao país.

Levando-se em conta que a literatura possui não apenas sentido estético e produz não apenas conhecimento, mas insere-se na vivência e na história do lugar de onde foi derivada, um fenômeno como o regionalismo literário se viu assim alçado a uma função cultural das mais decisivas, função de registro na memória coletiva daquilo que não

mais subsistiria na experiência, função de incorporação simbólica dos desertos e das fronteiras à cultura nacional. Isso demonstra a importância de questionar a ênfase na constituição temporal do enredo e na estrutura do romance, e abarcar também a esfera geográfica e espacial, da qual depende a ordenação de informações primárias para a construção da trama segundo as convenções narrativas em vigor, tal como propôs Said.⁴⁶

A notável consciência espacial da cultura brasileira da época está certamente relacionada à noção cada vez mais corrente das dualidades essenciais do país – de que dá exemplo o registro ao mesmo tempo irônico, melancólico e estupefato de Matheus de Albuquerque. Por outro lado, a afirmação da autoridade européia em países como o Brasil serviu-se do estabelecimento de um sistema de idéias em que os territórios à periferia da economia capitalista fossem concebidos segundo sua inferioridade – geográfica, racial e portanto também cultural – e segundo as condições de sua exploração para a produção de riquezas primárias, a oferta de matérias-primas e a presença de mercados consumidores. A penetração do conhecimento cientificista europeu nesses países demonstra a necessidade de entender a posição da cultura das periferias em relação à cultura européia na qual elas buscaram instrumentos, tantas vezes perversos, para a definição de sua identidade.

As dimensões assumidas pelo termo *natureza* neste trabalho apontam para questionamentos diferentes e para visões de mundo distintas e muitas vezes contraditórias entre si, mas que acabaram por cruzar-se e confundir-se: instância do sagrado, modelo de conhecimento, meio físico, espaço da barbárie, território a ser conquistado e colonizado, fronteiras a serem definidas, ambiente de luta pela sobrevivência, espaço exótico dos trópicos, fonte de riqueza na forma de matérias

⁴⁶ SAID, Edward W., op. cit. nota 45.

primas e terrenos, paisagem natural e rural, lugar do simbólico e do sensorial, espaço múltiplo da modernidade em sua expansão contínua que encurta as distâncias e transgride a experiência do tempo linear. Essas dimensões não cabem dentro de categorias fixas, não obedecem às fronteiras entre teorias, escolas e doutrinas, nem tampouco as anulam, nutrindo-se de seus conceitos e de suas visões de mundo. O primeiro capítulo da tese tem como problemática o estabelecimento de relações entre a natureza e as concepções de nacionalidade nas obras de autores representativos do universo cultural brasileiro pós-1870. Esses autores encontraram na natureza – entendida como o conjunto das condições do meio físico e geográfico – fontes de interpretação da singularidade nacional, traços constituintes do caráter brasileiro e da formação de sua sensibilidade, prefigurações de seu destino político, diagnósticos da realidade do país, figurações da história e da formação cultural brasileira. Utilizando obras da literatura de não-ficção, da historiografia, da crítica literária e do ensaísmo político-social, procuramos encontrar o sentido da idéia de natureza nos estudos sobre a formação e a essência brasileira. Seu referencial teórico central é uma noção determinista da ascendência das condições geográficas – clima, relevo, fertilidade do solo, vegetação, fenômenos atmosféricos – como agentes responsáveis pelo estabelecimento das condições de sobrevivência humana, formadores da consciência de coletividade e modeladores de mentalidades ousadas, disciplinadas ou indolentes segundo a ação do meio. Ao mesmo tempo, acreditava-se que a consciência era decisivamente formada pela imagem que o mundo natural imprimia sobre os homens: despertando temor ou resignação, fornecendo condições mais ou menos facilitadas de alimentação e abrigo, protegendo ou ameaçando o homem, a forma da natureza teria sido assim geradora do caráter dos indivíduos, das coletividades e, em última instância,

das nacionalidades. Muitos autores brasileiros buscaram, a partir dessas teorias deterministas, entender o Brasil a partir das condições de sua geografia e criaram, conforme suas inclinações particulares, diferentes versões da formação brasileira e dos destinos do país com base em sua condição de país tropical, condição também a ser definida.

O segundo capítulo tem como tema as representações do conflito entre o homem e a natureza no Brasil. O capítulo anterior demonstra como a relação da sociedade brasileira com sua base natural adquiriu, o mais das vezes, um sentido negativo, exprimindo um conflito inexorável entre os empreendimentos humanos e as condições do meio natural, dotadas de uma ascendência sobre o homem que acabaria por impor sérias limitações à expansão da civilização no Brasil. Neste capítulo são estudados os dois sentidos da conflituosa relação da sociedade com o ambiente: a ação destrutiva da natureza em relação aos desígnios humanos, e a ação destrutiva do homem em relação à natureza. Trata-se, essencialmente, de recuperar, pela via da literatura, principalmente, a representação do estabelecimento da civilização no espaço natural a partir da ocupação da terra pelas atividades sociais e econômicas. Sabemos que a agricultura foi tradicionalmente vista como uma forma de civilizar a natureza e transformá-la em cultura, uma vez que a floresta era um território bárbaro e hostil à civilização. Mais restritiva ainda à sobrevivência humana era a floresta tropical que preenchia grande parte do espaço brasileiro e era praticamente inacessível ao homem, que tinha como única alternativa para a implantação de uma atividade sedentária destruí-la. Neste sentido, o ato inaugural, a fundação de uma comunidade humana no território é um ato de destruição, geralmente pelo fogo, personagem central e extremamente assíduo na literatura brasileira da época. O uso do fogo assume nesta literatura caráter não apenas

destrutivo – em relação à natureza – como autodestrutivo – em relação ao homem. Ao mesmo tempo acreditava-se que a natureza também se mostrava cruel para o homem no Brasil, como demonstram, exemplarmente, a literatura da seca e a literatura amazônica. Esse capítulo tem como referência teórica o darwinismo social, e sua generalização como visão de mundo fundamentada no conflito entre os grupos sociais e o ambiente, e como linguagem a literatura naturalista, que transformou a perquirição sobre a natureza – entendida como ambiente e como a condição natural do homem – em um tema central. A realidade do meio rural brasileiro foi esquadrinhada por uma literatura que explicitamente intentava descrever, analisar, dramatizar e assim denunciar a violência e a precariedade das condições de vida e dos processos produtivos no campo – esta representação centrada no conflito e na violência é o tema central deste capítulo.

O terceiro capítulo partirá de uma visão diametralmente oposta da vida rural, que conviveu na literatura e no pensamento social da época com a imagem da luta pela sobrevivência contra a natureza hostil, analisada no capítulo anterior. Nesta etapa, as temáticas fundamentais são os sentimentos associados à paisagem e ao mundo rural, espaço em que a relação homem-natureza se dá de forma mais imediata – realidade múltipla na imensidade do território nacional ainda que traduzida, de forma ampla, pelo termo *sertão*. Enquanto o capítulo anterior busca recuperar o processo de estabelecimento da presença humana na natureza, este capítulo concentra-se no mundo rural já constituído, e em sua transcrição literária, ou seja, os significados que ele adquiriu aos olhos de uma elite intelectual urbanizada que o observava de longe, e de acordo com uma perspectiva no mínimo ambígua. O substrato romântico que estabeleceu os fundamentos do imaginário nacional com base na observação da paisagem e dos costumes percebeu a vida no campo a partir de categorias como o exílio,

a saudade das paisagens familiares, a memória da infância, a formação da identidade, o simbolismo dos elementos da natureza em sua capacidade de revelação da subjetividade. Essa visão nostálgica conduzia, por outro lado, à emergência de uma representação melancólica do campo, não apenas porque o narrador lamentava sua perda como uma perda simbólica para si mesmo e para a cultura nacional, mas também porque o campo foi visto freqüentemente a partir de padrões urbanos: o tédio, a preguiça, o vazio, o silêncio, o ócio, a tristeza, a fraqueza, a lentidão tornaram-se definidoras da percepção de seu tempo e seu espaço. Estes processos estão, acreditamos, fundamentados na criação de paisagens como imagens do mundo natural em sua permanência, capazes de transmitir a sensação de enraizamento própria ao sentimento nacional, e que, frente a um tempo em aceleração, tornavam-se o retrato do passado no presente, a ser suplantado ou criteriosamente encenado para conservação na cultura, na forma de paisagens-relíquias de um tempo já morto, mas que se recusava a se esvaír de vez. Num contexto de modernização, esse mundo rural era percebido não tanto a partir da distância espacial, mas da distância temporal: seu atraso o condenava à destruição iminente, daí a necessidade de sua conservação e criação na memória. Surgia daí uma premente sensação de arruinamento e de perda, que acompanhava a busca de uma verdade nacional soterrada no passado escravocrata, português e rural. Este processo está relacionado ao impacto que a ruína das antigas zonas cafeeiras, tão visíveis em sua proximidade em relação ao centro político do país, exerceu na época, potencializado pela obsessão da decadência que se difundia no final do século XIX. Este espaço conquistado pelo homem ao meio selvagem parecia muitas vezes, nesta literatura rural, estar retornando à natureza, dada à falência da obra humana que nele se estabeleceu. A lamentação da paisagem perdida, tanto por ser natural quanto por ser natal – inclusive

para a nacionalidade – define o sentimento do sertão na vida brasileira, dividido entre a afirmação de sua autenticidade e de seu papel revelador das origens, e a condenação de sua obsolescência. A emergência da literatura regionalista, gênero prolífico a partir do início do século XX, alimenta-se de uma busca do popular, do tradicional e do regional que não era contudo menos moderna, representando uma demanda pela autenticidade da cultura local como resposta à urbanização, à desagregação social e à cosmopolitização. As referências conceituais deste capítulo são o imaginário romântico e suas formas *fin-de-siècle*.

Espaço do conflito e da destruição, refúgio às atribulações da modernidade, depositário da autenticidade nacional, o universo da natureza foi também profundamente tocado pela modernização e pelos desejos e sonhos que ela semeou nas mentes entusiastas da intelectualidade brasileira, atualizada em relação ao movimento internacional de expansão das forças capitalistas através do estabelecimento do domínio do homem sobre a natureza – programa baconiano retomado em sua forma pragmática e sua linguagem utópica. A revisão das relações destrutivas e melancólicas entre sociedade e meio natural no Brasil, problemática central do último capítulo, é um tema de importância central na cultura da época. As mudanças na percepção da natureza expressaram-se em projetos de transformação da atividade produtiva, no sentido da harmonização e da superação de conflitos, na utilização dos recursos modernos para a eliminação de obstáculos naturais até então invencíveis, e em programas redentores voltados para uma radical mudança da sociedade a partir do campo. A chegada da modernidade ao mundo rural traduziu-se nas utopias da construção de sociedades agrícolas aperfeiçoadas pela técnica e a racionalidade moderna. Ao mesmo tempo, o ambiente natural adquiria outro sentido e valor à medida que a perspectiva da

colonização como forma de preenchimento dos espaços vazios e de estabelecimento do domínio efetivo sobre a totalidade do território – lembre-se que se vivia na era dos impérios – acendia a ânsia pela expansão do conhecimento da totalidade do território nacional e de mecanismos de seu controle e gerenciamento. Colonizar significava estabelecer a presença do Estado nas regiões de natureza inculta, inserir essas terras incógnitas nos mapas, inventariar os recursos que ela oferecia para o enriquecimento do país, e promover o estabelecimento de populações sedentárias que afirmassem a pertinência ao Brasil de seus mais distantes e mais sáfaros rincões. A confiança na tecnologia e o evolucionismo spenceriano modelavam a abordagem da natureza, implantando um olhar transformador e visionário, que observava cada elemento do mundo natural como uma potencialidade de riqueza, desde que a técnica interferisse e os convertesse em energia e matéria-prima. Outro resultado dessa modernização do olhar brasileiro em direção à natureza é a emergência da perspectiva turística, que se insinuava na curiosidade por paisagens pitorescas do território, na busca de prazer estético, sensações fortes, da imagem do ilimitado – somados à velocidade e ao conforto da vida moderna. Esse capítulo tem portanto como base textos voltados para a projeção do futuro, o messianismo social, a prática turística e os prenúncios de uma visão em que o conflito com a natureza e a lamentação pelo passado do antigo mundo rural pudessem ser por vez soterrados.

CAPÍTULO 1

UM PARAÍSO TERRESTRE

Imagens da natureza na formação do Brasil

Mas tudo isso é ainda, por assim dizer, um trecho do planeta de que a humanidade não tomou posse; é como um Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem, uma espécie de jardim infantil.

Joaquim Nabuco, Minha Formação, 1900

*Sou antes um espectador do meu século do que do meu país; a peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados hoje pelo telégrafo.*¹ Com essas palavras definia Joaquim Nabuco sua posição dentro da vida brasileira. O que o interessava não era o fazer político cotidiano, local, partidário, e sim o grande drama contemporâneo universal, onde esta, a política, se escrevia com *P* maiúsculo, e era mais complexa e mais profunda que no vulgar e ilusório burburinho de interesses e forças que se observava ao acompanhar a política – com *p* minúsculo – da realidade local. A referência ao telégrafo é expressiva, pois através dele passaram a ser aceleradas as comunicações entre comunidades de interesse que prescindiam da proximidade física no espaço geográfico, em favor de um espaço abstrato de identificação. O texto de Nabuco soa como o discurso de um exilado voluntário: a vida brasileira, em sua particularidade e nas minúcias de seu colorido local, pouco tinha a dizer a alguém que mirava o universal, o patrimônio cultural da humanidade, as grandes questões políticas e estratégicas da era dos impérios, os embates entre nações, as

¹ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: UnB, 1981. p.41. 1. ed. 1900.

grandes obras da civilização ocidental, as questões de fundo que constituíam o espaço da definição da comunidade humana.

Por isso, a verdadeira revolução na vida do autor em sua juventude foi representada por sua primeira viagem à Europa, em 1873. Em suas palavras, tratava-se de *sua metamorfose pessoal (...) passagem da crisálida para a borboleta*. A viagem à Europa representara sobretudo um despertar, inserindo Nabuco em seu *habitat* natural, o centro da grande política, dos grandes impérios, das inovações sociais e tecnológicas, a dianteira do progresso, das instituições, das técnicas e da arte, onde o embate das idéias dava-se em termos amplos e profundos, em nome da humanidade e da civilização. Ei-lo, em seu livro de memórias, em busca do entusiasmo febril que o acompanhou nesta sua primeira viagem à Europa. Em certo sentido, ela representava uma repatriação: seu espírito, apenas aí, tornava-se consoante com o mundo exterior. A expressão deste sentimento é bastante eloqüente e precisa:

*Nós, os brasileiros o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser **humana**; ela não pára na **Primeira Missa no Brasil**, para continuar recompondo as tradições dos selvagens que guarneciam as nossas praias no momento da descoberta; segue pelas civilizações todas da humanidade, como a dos europeus com quem temos o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito e poesia, os mesmos séculos de civilização acumulada, e, portanto, desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica.²*

Assim, ir à Europa representaria para todo o brasileiro culto a reativação de seu contato com suas profundas raízes mentais e espirituais, com a origem européia subjacente à experiência local, restrita, superficial. O contraponto desta vivência da

² NABUCO, Joaquim, op. cit. nota 1, p.42, 44.

história, da cultura e da civilização, por excelência européias, que o brasileiro reencontrava em suas temporadas no Velho Mundo, era inequivocamente, a natureza, fonte primordial daquilo que o Brasil teria de específico, *o sentimento*. Contudo, na expressão de Nabuco, nenhuma das grandes paisagens naturais do Novo Mundo – a Amazônia e os campos sulinos são os exemplos citados – emparelha *um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre*.³ A fixação desses cenários culturais no imaginário do homem culto *européu* – e Nabuco pode ser assim definido – faz parte de um processo a partir do qual a Europa fundamentou e formulou as imagens de sua autoridade, através da criação simbólica de tradições, rituais, cerimônias e também paisagens. Face ao enfraquecimento dos vínculos que garantiam a coesão das sociedades pré-modernas, ao mesmo tempo em que se mostrava necessária a administração das colônias e o controle das massas eleitorais, as elites européias trataram de projetar seu poder no passado, recorrendo à legitimidade da história.⁴ Enquanto a Europa desfilava seu passado e a grandiosidade da cultura que foi capaz de acumular ao longo do tempo, estávamos aqui ainda, resumiu Nabuco, *derribando a mata virgem*. Sua referência ao Brasil permanece, assim, presa à idéia da colonização como conquista do espaço selvagem e à noção do sentimento da paisagem natural que encantava a vista, dotada das virtudes essencialmente pictóricas de um ambiente cenograficamente percebido e representado. Sua definição é mais uma vez exata e objetiva: o que haveria de se admirar no espaço brasileiro – e aqui o espaço vem substantivar a vida social do país – era aquilo que *não*

³ NABUCO, Joaquim, op. cit. nota 1, p.44.

⁴ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1995. p. 48.

havia ainda sido convertido ao domínio da cultura humana ou, metaforicamente, o Paraíso Terrestre antes da queda, ou *uma espécie de jardim infantil*.

*Eu sei bem, para não sair do Rio de Janeiro, que não há nada mais encantador à vista do que – ao acaso a escolha seria impossível – os parques de São Clemente, o caminho que margeia o aqueduto de Palmeiras na direção da Tijuca, a ponta de São João, com o Pão de Açúcar, vista do Flamengo ao cair do sol. Mas tudo isso é ainda, por assim dizer, um trecho do planeta de que a humanidade não tomou posse; é como um Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem, uma espécie de jardim infantil.*⁵

Infantil: a vida no Novo Mundo balbuciava ainda, enquanto na Europa a civilização ocidental dava mostras de seu imenso poderio e riqueza. Seria possível que um dia, concedeu ele, a humanidade pudesse vir a encontrar na América a fonte de algum revigoramento, mas o verdadeiro *espírito humano* – necessariamente único e centralista, segundo Nabuco – encontrava-se na Europa, no peso de seu passado e de sua cultura. Em face destes, o homem americano parecia reduzido a uma fatal solidão, a solidão de quem não encontrou no meio um suporte para sua imaginação e para seu intelecto, a solidão de um exilado cuja pátria espiritual se encontrava alhures. É a unicidade do conceito de civilização que garante a autoridade de tal discurso, que se mostra coerente com a tipologia que, na visão de Said, caracterizou tanto o discurso pró-imperialista quanto o anti-imperialista⁶: uma perspectiva binária a respeito dos grupos humanos, aqui traduzida no confronto entre as que, como o Brasil, restavam no domínio da natureza, e as que eram definidas pela sua inserção no grande movimento da civilização ocidental.

⁵ NABUCO, Joaquim, op. cit. nota 1, p.44-45.

⁶ SAID, Edward W. , op. cit. nota 4, p. 213.

Como acentuou Carvalho,⁷ o universalismo histórico de Nabuco, que unificava sua concepção política e estética, era concebido como a via possível de integração do Brasil à civilização ocidental: ainda que com atraso, o país poderia superar sua realidade comezinha ao colocar-se como integrante desta cultura cosmopolita. Seu combate ao nativismo romântico⁸ do Império como elogio da particularidade exemplarmente representada pela paisagem natural, pode ser assim compreendido como uma manifestação exemplar desta demanda de europeização espiritual do Brasil. A memória dos anos vividos por Nabuco tomou então como referência eventos de interesse para um observador voltado para as grandes questões da civilização ocidental. Em seu esforço de rememoração dos fatos significativos que marcaram os anos de sua juventude, apenas um aspecto da realidade nacional havia se elegido como foco de suas inquietações e de seu interesse intelectual: a luta pela emancipação dos escravos, na qual ele se engajou com afincos durante mais de dez anos, e que resultou em sua obra mais conhecida, *O Abolicionismo*. Sua visão da história, da formação, da ocupação do território e do estabelecimento das relações sociais e políticas no Brasil foi significativamente modelada por sua avaliação da herança do escravismo na vida do país. Contudo, o interesse pela questão da escravidão não representou exatamente um ponto de inflexão em direção aos grandes assuntos brasileiros. Esta problemática adquiriu para Nabuco,

⁷ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco: minha formação. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001. V. 2. p.229.

⁸ Expressiva desta reação foi a polêmica travada em 1875, nas páginas do jornal *O Globo*, entre Joaquim Nabuco e José de Alencar. Através desta, vinha Nabuco sustentar a idéia de que o nacionalismo de Alencar estava já superado. Dois dos principais argumentos neste sentido eram a idealização da realidade brasileira, com destaque para sua exuberância natural, e a ênfase no indianismo, que exaltava o elemento autóctone num momento em que as problemáticas da escravidão e da influência do negro na formação da sociedade brasileira eram das mais prementes. COUTINHO, Afrânio (Org.). *A polêmica Alencar/Nabuco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Universidade de Brasília, 1978. ALONSO, Ângela. Epílogo do romantismo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 139-162, 1996. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ/UCAM, 1998.

além do seu significado na formação brasileira, um sentido eminentemente universal, sinal de que, naquele aspecto, o Brasil passava a representar um papel de destaque no teatro da humanidade, por ver-se implicado em debates que em muito extrapolavam o domínio nacional.

No contexto dessa problemática relação entre o universal e o local, o grande projeto de integração do Brasil à civilização moderna defendido por Nabuco e pelos mais eminentes intelectuais de sua geração concretizou-se em sua militância abolicionista. Esta representaria o despertar do país em direção ao aprimoramento humano universal, a partir do qual o Brasil passaria, progressivamente, a desempenhar um papel relevante no movimento das idéias e da transformação da realidade. A história brasileira, lida a partir do escravismo como elemento formador, deveria, assim, vir ao encontro da dinâmica universal da razão, possibilitando o concatenamento da experiência nacional com o movimento dos países centrais.⁹ De acordo com a trajetória de Nabuco e dos demais intelectuais monarquistas de sua geração, este movimento, de inflexão reformista, dar-se-ia a partir do próprio Estado imperial, de forma a manter a continuidade das tradições políticas transmitidas através das gerações, doravante atualizadas de forma a acompanhar o ritmo das transformações na sociedade ocidental. Assim tornar-se-ia possível dissolver a idéia de dualidade entre o Brasil e a Europa que marcara de maneira indelével sua juventude.¹⁰ Esta postura, observou o próprio Nabuco, modificou-se progressivamente e, em seus dias de maturidade, anotou ele em suas memórias, não mais restava um tão arraigado sentimento de estar onde não se pertencia.

⁹ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977. 1. ed. 1883.

¹⁰ CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit. nota 8.

Sua *Atração do mundo* – capítulo de *Minha Formação* em que o escritor definiu o sentimento cosmopolita de sua mocidade – pode por outro lado ser lida como um dos testemunhos mais precisos a respeito da reação anti-romântica que, nas últimas décadas do século XIX, transformou a percepção da experiência brasileira, simbolizada pela natureza que definia a originalidade local. Assim, o Brasil que se narrava de acordo com uma imagem pré-construída – e os exemplos de Nabuco são expressivas paisagens-ícones – abstraía o cotidiano e o contemporâneo em favor da adoção de uma perspectiva pictórica que tinha como sujeito um observador distanciado. Negando *o valor* desta tradição romântica de ênfase na paisagem como essência da originalidade local, o discurso universalizante de Nabuco vinha reafirmar contudo o mito europeu que não confiava ao latino-americano nenhuma expressão, pois aqui *apenas a natureza fala*.¹¹ Enquanto se resumisse ainda à natureza – tanto as matas virgens ainda a ser conquistadas pelo homem quanto a paisagem a ser admirada pela sua força pictórica – o país parecia restar alheio ao domínio da cultura. A paisagem e a natureza que o reduziam aos olhos de Nabuco tornavam-se, assim, sintomas de suas múltiplas ausências, em relação à marcha cada vez mais acelerada da humanidade, da civilização, e da história no Ocidente.

A obra e a trajetória de Nabuco é uma das mais representativas a respeito do amplo processo de renovação das bases do pensamento social brasileiro na segunda metade do século XIX, comumente referenciado a partir do movimento intelectual da Escola do Recife, iniciado por volta de 1870. Tobias Barreto, pai fundador deste movimento, expressou no poema-manifesto republicano *Decadência!* sua revolta

¹¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999. p. 243.

contra o Brasil todo-natureza que Nabuco não fez mais do que afirmar, ainda que para negar seu valor:

*Nós já não temos caracteres nobres,
Nem voz, nem sombra de Catões e Gracos:
O céu tem pena de nos ver tão pobres,
O mar tem raiva de nos ver tão fracos.*

*Por que não te ergues, ó Brasil fecundo,
Por vastas ambições, por fortes brios...?
Que glória é esta de mostrar ao mundo,
Em vez de grandes homens, grandes rios? ...*

*Bastas selvas, um céu azul imenso,
Que os corações em flor bafeja e rega;
Uma terra abrasada com incenso,
Que do sol no turíbulo fumeja?*

*Nada val, se não há quem se ofereça
Para d'alma arrancar-te o negro espinho...
Tudo em baixo!... Não surge uma cabeça
Em que as altas idéias façam ninho!...*

*Donde é que teu primor, pátria, derivas?
Por que ao orgulho ingênua te abandonas?
Ai!... as outras nações dizem altivas:
Pitt, ou Bismarck; e nós? ... o Amazonas!... (...).¹²*

O domínio dos grandes feitos e das grandes idéias mais uma vez insurgia-se contra o domínio da imagem, especificamente da imagem da natureza que aos olhos dos dois autores era o sinal mais evidente da debilidade da cultura brasileira. A antítese cultura *versus* natureza marcou a obra filosófica de Tobias Barreto, fundamentando seus conceitos de sociedade e direito. Para ele, a *natureza* designava, em termos gerais, a situação originária do mundo, anterior ao estabelecimento de uma força contrária, o espírito humano, dotado de inteligência e de vontade, espírito por excelência

¹² BARRETO, Tobias. Decadência! [1870]. In: _____. *Obras completas*. Sergipe: Estado de Sergipe, 1925. V. 1, p.154-155.

transformador. O termo *natureza* identificava portanto um estado primário, em relação ao qual a atividade humana estabelecia um princípio de oposição. A cultura surgiria, assim, da transformação do natural, de modo que este viesse adequar-se aos propósitos do homem e ao domínio das idéias ou da beleza característicos de seu espírito. A concepção de humanidade de Barreto obedecia ao princípio de conflito e de tensão permanente entre esses dois pólos opostos, uma vez que todo o processo de formação da cultura passava a ser definido como um contínuo afastamento do homem de sua condição natural.¹³ O especificamente humano construir-se-ia, assim, a partir de sua ação sobre as forças próprias à natureza, de forma que esta teria seu sentido radicalmente alterado. A idéia de finalidade, por exemplo, seria inexistente no mundo natural, sendo, por outro lado, característica da atividade humana. Assim, a passagem do universo da natureza para o da cultura implicaria em sua ação livre e racional, que se distanciava do rígido determinismo das necessidades físicas. O substrato da concepção jurídica de Tobias Barreto é o fundamento darwinista da luta pela sobrevivência: a sociedade, em disputa contra a natureza em seu estado permanente de conflito, estabeleceria o direito como forma de garantir sua existência e alcançar a liberdade que não seria natural, mas conquistada pelo homem.¹⁴ Ainda que localizada numa esfera mais abstrata e conceitual, esta idéia de um mundo natural em choque com a humanidade é subjacente a concepções como as expressas no poema, em que o louvor à paisagem é lido como sintoma da ausência de cultura.

¹³ BARRETO, Tobias. Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações anti-sociológicas [1887]. In: _____. *Obras Completas*. Sergipe: Estado de Sergipe, 1926. V. 9. p. 33-106.

¹⁴ MERCADANTE, Paulo. O germanismo de Tobias Barreto. In: MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antônio. *Tobias Barreto na cultura brasileira*. Uma reavaliação. São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1972, p. 153-157. PAIM, Paulo. Importância e limitações da obra filosófica de Tobias Barreto. In: MERCADANTE, Paulo, PAIM, Antônio. *Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação*. São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1972. p. 159-196. BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Edusp, 1986.

O pessimismo da apreciação de Barreto a respeito da realidade brasileira estava neste ponto ancorado na negação da natureza como ponto de referência para a construção da identidade nacional, o que se agravava pela sua consideração do quanto esse elogio da natureza fundamentava-se numa visão pouco realista ou num conhecimento mal estabelecido a seu respeito. No campo da experiência, a natureza brasileira era a de *uma terra abrasada com incenso que do sol no turíbulo fumea*, e não a das exuberantes e fecundas matas. O elogio da riqueza do ambiente natural transforma-se aí em corolário da pobreza de sua vida política e intelectual, da mediocridade de suas realizações objetivas, e de uma apreciação precária das condições *reais* da existência no país. Para o autor, onde *toda a idéia é um excesso*, o reino da natureza impunha-se, parecendo sufocar as potencialidades do espírito humano. A pobreza de frutos de uma terra infértil, fazendo da vida um combate sem tréguas contra a natureza que se mostrava tantas vezes cruel, acabou por se transformar em metáfora da esterilidade da vida do espírito no Brasil.¹⁵ Em outro dos escritos de Tobias Barreto, a imagem da natureza foi empregada para afirmar a precariedade das instituições políticas brasileiras:

Lastimável Brasil! Parece que este pobre país está condenado a representar sempre um papel secundário, terciário em face das outras nações. Poder-se-ia dizer que o Amazonas e o Prata são as duas pernas de um parêntesis imenso em que Deus escreveu uma idéia excepcional e retrógrada na lauda continental da grandeza americana!
*É triste, mas é verdade.*¹⁶

¹⁵ BARRETO, Tobias. Um discurso em mangas de camisa [1877]. In: BARRETO, Tobias. *Crítica política e social*. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990. p. 122-131. Citação: p. 130.

¹⁶ BARRETO, Tobias. Os homens e os princípios [1870]. In: _____. *Obras Completas*. Sergipe: Estado de Sergipe, 1926. V. 10. p.1-88. Citação: p. 45.

Tanto o texto de Nabuco quanto o de Barreto insurgiam-se contra noções já então arraigadas na tradição cultural brasileira, do edenismo dos primeiros cronistas ao movimento romântico. Esta permanência da exaltação da natureza como principal suporte do orgulho nacional despertaria também a crítica de Machado de Assis. O escritor se dizia, em artigo de 1893, decepcionado com a atriz Sarah Bernhardt, que havia definido o Brasil como um *pays féérique*. A definição parecia a ele *um modo de pisar o homem e suas obras. Quando me louvam a casaca, louvam-me antes a mim que ao alfaiate. Ao menos, é o sentimento com que fico, a casaca é minha, se não a fiz, mandei fazê-la. Mas eu não fiz, nem mandei fazer o céu e as montanhas, as matas e os rios. Já os achei prontos, e não vejo que sejam admiráveis; mas há outras cousas que ver*.¹⁷ É certo que o país não tinha nada comparável às ruínas de Atenas, concedia ele, mas o pouco que tínhamos, alguns prédios antigos da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, era digno de ser exibido. Afinal, eram construção humana, e para o escritor o que valia contemplar numa paisagem, o que fazia dela verdadeiramente *divina*, era o *vestígio do homem*. Havia ainda uma história brasileira a ser narrada, havia os feitos da Guerra do Paraguai, obras de arte, de política e de ciência, que se não eram todas boas eram sempre algo a ser citado a favor do país, e algo superior ao elogio da natureza. Essa mesma convicção levaria o escritor a criticar a escolha do nome de “Belo Horizonte” para a nova capital de Minas Gerais, pois *sobram na história mineira nomes honrados e patriotas para designar a capital futura*.¹⁸ Na obra de Machado o exemplo mais conhecido a respeito de sua visão angustiada do mundo natural como força despótica e indiferente à humanidade é o confronto de Brás Cubas com uma natureza

¹⁷ ASSIS, Machado de. A Semana. 20 de agosto de 1893. In: _____. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955. V. 26, v. 1 (1892-1893). p. 358-363. Citações: p. 358-359.

¹⁸ ASSIS, Machado de. Belo Horizonte! [1897]. In: ARAÚJO, Laís Corrêa de (Org.). *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

monstruosa e enigmática personificada por uma figura feminina, *mãe e inimiga*, durante um acesso de delírio febril.¹⁹

Entretanto, a exaltação da grandeza natural fundamentava ainda a escrita de obras como *Porque me ufano do meu país*, de Afonso Celso, certamente o texto mais lembrado quando se faz referência à presença da natureza no discurso patriótico brasileiro naquele final de século.²⁰ Em outro registo, a fala de Nabuco ecoa a visão européia da América tal qual estabelecida pela Europa iluminista dentro do quadro de referência da chamada *polêmica do Novo Mundo*. Esta polêmica foi substancialmente condicionada pela autoconsciência européia de seu próprio valor como civilização, valor este assumido como universal, e que adquiria frente aos demais povos um sentido missionário, conquistador – e nada mais eloquente a este respeito que o discurso de Nabuco. A inserção do Novo Continente dentro dos processos lógicos europeus produziu uma visão crítica que acentuou o orgulho das conquistas da civilização européia, frente às quais a natureza e a sociedade americana passavam a ser avaliadas.

¹⁹ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [197-]. 1. ed. 1881. c.VII. Outros intelectuais manifestariam o mesmo sentimento. Em 1900, o escritor gaúcho Alcides Maya publicava em livro uma coletânea de artigos entre os quais constava *Natureza opulenta...* Trata-se também de um protesto contra a imagem do Brasil todo-natureza que segundo ele era ainda a única que os estrangeiros tinham do país: *Natureza belíssima, rica de impressões estéticas, mas assassina do esforço humano; civilização superficial e povo medíocre, sem energia, sem preparo e sem talento: a nossa pátria não passa disso*. Os brasileiros, segundo ele, não se encarregavam de desfazer essa imagem exagerada do Brasil, orgulhando-se dela, pelo contrário. Como Nabuco, Maya afirmava que nenhuma paisagem possuía valor comparável ao de uma obra de gênio ou a um monumento, pelo progresso material e moral que assinalavam. MAYA, Alcides. *Natureza opulenta...* In: _____. *Através da imprensa* (1898-1900). Porto Alegre: Octaviano Borba, 1900. p. 41-46. Citação: p. 42.

²⁰ O opúsculo de Afonso Celso, curiosamente subtítulo *right or wrong, my country*, foi lançado em 1900 em comemoração ao quarto centenário do descobrimento do Brasil. Neste extenso elogio ao país, o louvor à grandeza e à beleza de seu ambiente natural tem importância fundamental para a indicação das causas de sua superioridade. Na extensão e variedade de seus aspectos físicos, o Brasil resumiria o que havia de melhor em todo o globo: as terras mais férteis, a natureza mais pujante, os recursos mais abundantes, as paisagens mais belas, as curiosidades naturais mais surpreendentes, o maior volume de riquezas, os climas mais amenos, o que era tido como presságio seguro do destino de grandeza do país. A obra de Afonso Celso notabilizou-se a ponto de inspirar a criação do substantivo *ufanismo*, utilizado para definir a postura de exaltação desmedida das virtudes nacionais, adquirindo, não por acaso, um sentido um tanto ou quanto irônico. O livro acabou destinado a subsidiar a formação patriótica nas escolas de nível fundamental das primeiras décadas do século XX. AFFONSO CELSO. *Porque me ufano do meu país: right or wrong, my country*. 3. ed. revista. Rio de Janeiro: Garnier, [191-]. 1. ed. 1900.

Os escritos de Buffon, em meados do século XVIII, a partir dos quais a polêmica tornou-se sistemática e ativa, enfatizavam a natureza americana em seu aspecto débil, simultaneamente imaturo e decadente, considerando o continente ainda precário e inadequado à presença do homem civilizado. Na origem da polêmica estavam considerações sobre o caráter da natureza americana que supunham em contrapartida a referência ao Velho Mundo, o que demonstra a afirmação do eurocentrismo nas ciências naturais, que definiam a América não por si própria, mas relativamente ao modelo europeu. Assim estabeleciam-se também as relações entre os seres e seu ambiente. Correlatamente, o homem e a sociedade, suas possibilidades de progresso moral e material eram referidos de acordo com o meio, particularmente o clima, que conferia unidade a um conjunto complexo e heterogêneo de fatores e atuava como elemento mediador entre a idéia da fraqueza física do continente e sua inferioridade social.²¹

Em face desta corrente difamadora iniciada a partir da obra de Buffon, cresceu nas colônias do Novo Mundo uma postura de exaltação das virtudes do continente a partir de outros critérios que não a crença iluminista na civilização européia. As relações entre alguns dos frutos dessa polêmica e a ascensão do sentimento nativista nos países americanos são por vezes bastante nítidas, uma vez que a defesa do Novo Mundo contra as acusações dos partidários das teorias da inferioridade do novo continente deu origem a algumas das primeiras manifestações de orgulho pátrio nas colônias americanas, muitas delas inspiradas pelas narrativas européias de viagem em sua versão romântica. Afinal, no contexto dos conflitos relacionados ao processo de formação das nacionalidades latino-americanas, a descrição da paisagem tornou-se um procedimento discursivo de grande importância para uma *apropriação* do território, sua representação

²¹ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

e sua própria formação.²² Como observou Montaldo, a natureza e a paisagem adquiriram na vida cultural latino-americana desde seu processo de independência política uma elevada dose de formalização, pois os intelectuais vislumbraram em sua representação mecanismos privilegiados de inserção na vida pública e de construção de suas versões da história nacional. A natureza tornou-se central como elemento de organização do discurso e foi observada da perspectiva do maravilhoso, que a razão deveria tratar de dominar, controlar e ao mesmo tempo revelar, traduzindo seus significados e sua força subjacente. A organização dos novos estados nacionais apelou, portanto, para o valor da imagem da terra natal como lugar originário em relação ao qual se estabelecia uma noção de pertencimento, que era ao mesmo tempo espaço de conflito pela propriedade e pelo controle do trabalho. A dicotomia cultura-natureza mostrou-se, assim, operacional do ponto de vista da definição das diferenças e hierarquias internas a esses países, e também para a definição de seu lugar específico no contexto da economia capitalista internacional em expansão, com seu correlato modelo cultural e político. Assim, no movimento romântico a paisagem foi um elemento de continuidade estabelecido no campo das possibilidades estéticas da prática descritiva, e uma marca da diferença em relação aos países europeus. Surgiu o Novo Mundo como um paraíso de natureza traduzida literária e pictoricamente, e em paralelo como um espaço cindido entre a civilização e a barbárie, que era o que a nação tinha de mais ameaçador, e que se estendia da natureza em direção à cultura.²³

²² SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. PRATT, Mary Louise. Humboldt e a invenção da América. Tradução Maria José Moura da Luz Moreira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 151-165, 1991.

²³ MONTALDO, Graciela. El cuerpo de la patria: espacio, naturaleza y cultura em Bello y Sarmiento. In: STEPHAN, Beatriz González; LASARTE, Javier, MONTALDO, Graciela, DAROQUI, María Julia (Org.). *Esplendores y miserias del siglo XIX: cultura y sociedade en America Latina*. Caracas: Monte Avila, 1995. p. 105-121.

O romantismo representou, na literatura latino-americana, o estabelecimento do cânone documental e exótico que marcaria a auto-representação desses países. A tropicalização da escrita combinava com a imagem que a Europa desejava da América, o que se operava por meio da visão exótica já incorporada pela escrita europeia. O exotismo tanto enquadrava o escritor dentro de sua terra, à medida que definia para ele uma identidade, quando correspondia ao desejo de alteridade do europeu. A literatura romântica assumia assim um papel político, ao buscar criar, através da descrição da paisagem e dos costumes, uma imagem da nacionalidade de caráter uno e coerente, ao mesmo tempo em que criava a imagem do próprio literato a partir da demanda europeia, o que pressionou a literatura em direção ao documental e ao testemunhal. Assim, a observação da natureza adquiriu na literatura latino-americana uma importância singular, porque era capaz de criar a especificidade tropical e nacional, vista de fora e de dentro.²⁴ O paradigma do exótico mostrou-se um elemento de notória longevidade, pois permitia traduzir a diferença como valor positivo, convertendo-a ao discurso identitário. Um texto das primeiras décadas do século XX permite expandir a compreensão dos significados desse modelo cultural, à medida que traduz com particular sensibilidade os significados do desejo do exótico que a Europa transmitiu às literaturas da América. Na definição de Victor Segalen,²⁵ o exotismo é tão somente a imaginação do diverso como forma alternativa de percepção do mundo, manifestando-se tanto no espaço quanto no tempo, podendo deslocar-se em direção a categorias como o feminino. Tratar-se-ia,

²⁴ LIMA, Luís Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

²⁵ Os fragmentos do que seria *O exotismo, uma estética do diverso* são parte das obras póstumas de Victor Segalen, sinólogo, viajante, poeta e médico da marinha francesa ligado à administração das colônias orientais, falecido em 1919. O esboço do livro, as cartas e anotações pessoais publicadas como *Ensaio sobre o exotismo* são datados de 1904 a 1918. SEGALLEN, Victor. *Ensayo sobre el exotismo: una estética de lo diverso (y textos sobre Gauguin e Oceanía)*. Tradução Jorge Ferreiro. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

portanto, de um fenômeno contrário ao individualismo, ainda que inseparável de um acentuado sentido de individualidade que permitiria ao sujeito tomar consciência do que ele *não* é, somado ao prazer da convivência com o diferente, adjetivado como *estranho, insólito, inesperado, surpreendente, misterioso, amoroso, sobre-humano, heróico e inclusive divino*.²⁶ O exota seria, portanto, um viajante nato que busca a diversidade maravilhosa do mundo. Por essência seria livre, porque reconheceria sua distância em relação ao objeto que observava e do qual se retirou. Seu olhar dependeria, portanto, de uma acentuada independência e consciência em relação à matéria de sua admiração. O exotismo não produziria, atentou o autor, uma compreensão perfeita de um objeto exterior, mas a imediata e exata percepção daquilo que nunca seria possível compreender: haveria uma insuperável sensação de que nunca seria possível assimilar o que se observava e nisto consistiria o prazer da alteridade, e por isso ele perduraria.

O sentimento da natureza é tido como a primeira experiência do exótico, nascendo de uma percepção da diferença de suas forças em relação ao mundo humano, ou seja, do reconhecimento da diferença entre o físico e o moral. A dimensão tropical e geográfica do exótico é, lembrou Segalen, sua versão mais canônica, mas não esgota suas possibilidades de concepção de uma nova mentalidade a partir da fragmentação das várias imagens do mundo, e sua decorrente reordenação segundo uma nova lógica e uma nova estética capazes de fornecer à existência sensações intensas e sentimentos exaltados. O termo exotismo foi durante muito tempo situado geograficamente, e esta é uma das dimensões fundamentais para a emergência da noção do outro, ainda que não seja a única. Tornou-se, assim, sinônimo da experiência colonial, dos trópicos, de climas e raças estrangeiros, contribuindo para que o elogio do Novo Mundo se

²⁶ SEGALLEN, Victor, op. cit. nota 25, p. 75.

estabelecesse, através do privilégio do telúrico em detrimento da cultura, da tradição, da história e, em geral, do obscurantismo de sua formação colonial. Em face do empobrecimento e da limitação do meio físico europeu, a exuberância e a variedade passaram a traduzir a natureza americana e tornaram-se presságio seguro de sua grandeza *futura*. Em franca oposição à cultura clássica, à civilização e à história, a natureza da América tornou-se o modelo por excelência para a criação de uma arte original e, extensivamente, de uma nova política e uma nova vida em sociedade, despojada dos entraves da tradição e dos privilégios estabelecidos historicamente.

A afirmação da grandiosidade do ambiente natural na América muitas vezes acabou por dar a entender, como demonstram os textos de Joaquim Nabuco e Tobias Barreto, a mesquinhez e a insignificância da obra humana no Novo Mundo. A geração pós-1870 tratou de enfrentar esta tradição, e para isso viu-se obrigada a formular uma nova concepção da natureza brasileira. Duramente problematizado, questionado em suas bases por intelectuais tão diversos quanto Barreto e Nabuco, o paradigma romântico de exaltação da natureza brasileira não mais parecia suficiente como fonte de originalidade da situação local, e menos ainda como representação aceitável do ambiente físico do país. A natureza continuou sendo, por outro lado, um dos elementos mais importantes para que uma nova imagem do país pudesse ser constituída, a partir de modelos intelectuais elaborados segundo os princípios do positivismo e do cientificismo. O estabelecimento de relações entre o meio físico e a formação da sociedade e da cultura no Brasil é um dos temas maiores da intelectualidade modernizadora brasileira, levando-se em conta a generalização das metáforas orgânicas, o materialismo, a ênfase nos contextos amplos em detrimento das individualidades e dos fatos políticos e, de maneira geral, a centralidade da idéia de natureza no pensamento cientificista. Lembre-

se que se tratava, ao mesmo tempo, de um pensamento bastante influenciado pelo viés do imperialismo, que concedia notável privilégio à temática da espacialidade e da conquista de territórios, e à definição das realidades extra-européias *em contraste* com as condições do ocidente moderno, tido como a fase mais elevada do desenvolvimento da civilização humana. Um país como o Brasil estava, contudo, ainda a ser descrito e inserido nesses esquemas de pensamento, e frente ao padrão europeu era muitas vezes encarado sob a perspectiva do atraso, palavra-chave para a observação de uma sociedade colonizada, mestiça e tropical. O exotismo não deixava, contudo, de exercer seus encantos.

Porém, no meio dessa pompa, desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem. Fica reduzido à insignificância pela majestade que o cerca.

Henry Thomas Buckle, História da civilização na Inglaterra, 1857

O discurso do progresso e da atualização do Brasil no contexto da economia internacional adquiria, na segunda metade do século XIX, e em especial a partir da década de 1870, um significado particular aos olhos da elite modernizadora. Este desejo de melhoramento foi incorporado ao próprio Estado imperial por obra da intelectualidade abolicionista exemplarmente corporificada, como demonstrou Carvalho,²⁷ pela tríade Joaquim Nabuco – André Rebouças – Alfredo Taunay, que impulsionou uma onda auto-reformista, pregando transformações lentas, progressivas e pacíficas em direção ao aperfeiçoamento institucional do poder público brasileiro e da ampliação de sua esfera de atuação. A retórica do aperfeiçoamento defendida por estes

²⁷ CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit. nota 8.

homens públicos pregava uma espécie de cosmopolitismo associado ao avanço da sociedade e à atualização empreendida através de reformas moderadas, nutridas pela percepção das transformações econômicas e sociais em curso no país e no mundo – tal programa era reconhecido como necessário à manutenção do Império. A tônica deste discurso era a promoção do progresso, a adoção de princípios científicos, e de um programa político formalmente liberal. Os melhoramentos contínuos na organização da sociedade que então eram defendidos com fundamentação no moderno racionalismo, somavam-se a uma política eminentemente conservadora, pois ainda assentada na manutenção do poder dinástico e na presença central do Estado, aprimorado institucionalmente de modo a cumprir seu papel de elemento propulsor dos melhoramentos sociais. De fato, esta idéia de aperfeiçoamento material com consentânea manutenção política era já familiar à tradição do império brasileiro, energicamente contraposta à imagem de ruptura, de violência e de quebra de continuidade exemplificada pelo destino de dispersão e barbárie das repúblicas hispânicas. Procedeu-se assim à incorporação pelo poder público de uma burocracia formada por intelectuais e cientistas movidos pela ideologia da promoção da unidade nacional e da integração do território e das populações, programa reformista centralizado e dirigido pelo poder imperial.

Componente fundamental do ideário da elite brasileira desde as reformas pombalinas, a idéia de melhoramento consubstanciou-se neste projeto reformista nascido no interior do Estado imperial. No final do século XIX, ela veio a adquirir um sentido histórico inédito, corporificado pelas doutrinas evolucionistas e positivistas que estabeleciam a ciência e a técnica como fundamentos da transformação, e que moviam não apenas os intelectuais ligados à monarquia, tais como Rebouças, Taunay e Nabuco,

como também as elites e classes médias urbanas formadas pelas escolas técnicas e pelas faculdades de direito, pólos privilegiados de divulgação do racionalismo europeu do século XIX. Novos padrões de conhecimento foram amplamente adotados por este grupo de letrados conhecido como a *geração de 1870*, formado sob a égide do ativismo abolicionista e republicano. O republicanismo, que na visão de grande parte da intelectualidade brasileira representava a ruptura definitiva com o passado colonial e a ascensão a um patamar mais elevado na escala evolutiva das sociedades, e o abolicionismo, que estabelecia a livre oportunidade e a igualdade formal dos homens no mercado de trabalho, tornaram-se as idéias-força da militância que formou alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros da época. Serão fundamentalmente estes dois grupos de intelectuais, os reformadores abolicionistas do império, e as camadas médias formadas pelas faculdades de direito, medicina e engenharia, atuantes na literatura, no ensaísmo social e no jornalismo, as vozes escutadas neste trabalho, atentando-se sobretudo para o fato de que a representação da natureza brasileira em suas relações com a sociedade e a percepção da problemática do território na formação nacional foram alguns dos temas centrais de um amplo processo de revisão da história brasileira, de reflexão sobre a formação colonial do país, de sua condição no contexto das nações e de um futuro que, esperava-se, acompanharia os progressos da técnica, a inovação contínua, o aumento da produtividade, a ascensão do conhecimento e o estabelecimento de uma sólida institucionalidade política liberal similar à dos principais países modernizados.

No Brasil, a geração programaticamente anti-romântica emergente em 1870 criou-se sob o influxo de novos princípios filosóficos que promoveram a reação antimonárquica, progressista e laica, primeiramente manifesta na Faculdade de Direito

do Recife. A princípio reunido em torno de Tobias Barreto, este grupo conhecido como Escola do Recife rejeitou prontamente a tradição eclética do romantismo em favor da assimilação dos princípios da filosofia materialista alemã e de novas escolas européias de pensamento. O positivismo comteano estabeleceu os fundamentos para a difusão do darwinismo social e do evolucionismo, geralmente sorvidos de obras de síntese e de divulgação, como a *Força e Matéria* de Büchner e a *História da Criação* de Haeckel, e de autores como Taine, Buckle e Renan, cuja ampla influência sobre os intelectuais brasileiros teve papel fundamental na difusão dos princípios naturalistas e na reformulação das bases do pensamento social no país. Na visão de Barros,²⁸ esta literatura científica “popular” do século XIX colaborou para a criação de um movimento que ele definiu como *ilustrado*, ou seja, de significado similar ao do iluminismo no século XVIII europeu, no sentido do estabelecimento da crença absoluta no poder das idéias e da ciência, dinamizada por uma ênfase marcante na dimensão histórica da realidade social e natural. A imagem da ilustração é também utilizada num sentido mais metafórico: frente às trevas do passado colonial, a razão científica promoveria transformações radicais e alçaria o país ao nível de desenvolvimento cultural e material das nações avançadas. Estabeleceu-se assim um ideal de universalização e de integração do Brasil no contexto da modernidade, revelando a dimensão ecumênica da história brasileira que, ainda que em fase distinta da evolução da civilização ocidental, seria dotada da mesma essência.

Para compreender os significados adquiridos pela idéia de natureza no Brasil pós-1870, é necessário acompanhar o movimento de transformação da vida intelectual brasileira no período. Este processo pode ser definido a partir do esforço de superação

²⁸ BARROS, Roque Spencer Maciel de, op. cit. nota 14.

da herança romântica – ainda que tenha sido o romantismo o lugar de origem da criação do imaginário nacional no Brasil independente, e que seus traços na cultura brasileira não tenham sido tão facilmente apagados. Lembre-se que a definição da singularidade do ambiente natural marcou de forma incisiva a gênese do romantismo brasileiro. Característica de sua literatura foi a construção de referências imaginárias do que seria um Brasil por excelência, essência atemporal, abstrata, definitiva, fundamentada numa paisagem construída através da prática da observação e de procedimentos de seleção. A representação do país resultante desse processo é a de uma realidade preexistente à história, dotada de um passado de ordem mítica que se tornava tanto mais justificável quanto mais remoto. O romantismo brasileiro pôs-se, assim, a reproduzir a imagem de uma nação unificada e homogênea que não correspondia à experiência, mas que se tornava, pela sua exuberância e originalidade, passível de ser reconhecida como brasileira, como demonstrou Süsskind²⁹ a partir do estudo da adoção da perspectiva do viajante na primeira prosa romântica brasileira. Cenário privilegiado para a representação da nacionalidade, a natureza havia sido para o romantismo brasileiro objeto de um discurso científico e de uma prática observadora que se impôs à reflexão e ao imaginário, uma vez que no país o movimento, favorecido pelo Estado imperial, abdicava do caráter de crítica social que possuía na Europa, privilegiando a prática descritiva constituída como observação objetiva de um mundo exterior que não tinha como referência a história, as tradições, a memória ou a mudança social. A formação do romantismo na literatura brasileira esteve portanto desde suas origens marcada pelo seu aspecto documental e pelo que Lima³⁰ definiu como o *veto ao ficcional* – instituído pela

²⁹SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

³⁰LIMA, Luís Costa, op. cit. nota 24.

ênfase na observação e pelo privilégio do verossímil – pois a ficcionalidade surgia como uma ameaça permanente à verdade institucionalizada. A versão brasileira do romantismo criou assim uma utopia identificada com o universo da natureza, recurso que possibilitava uma certa compensação frente à estreiteza e ao atraso da vida social do país. Por outro lado, a ênfase conferida à observação da paisagem tropical implantou de forma duradoura o culto do exótico e restringiu a imagem do país à transfiguração de um ambiente natural apenas precariamente conhecido, e logo colocado em contraposição à cultura e à civilização européias.³¹

Vindo de encontro a essa herança romântica atemporal e fortemente assentada na idéia da natureza edênica, a emergência de novos paradigmas intelectuais na década de 1870 implantou energicamente o sentido da capacidade humana de transformação da sociedade e da história, ao contrário das concepções essencialmente estáticas e atemporais que configuraram o ideário romântico brasileiro. A partir da absorção das doutrinas naturalistas, que haviam emergido na Europa na primeira metade do século XIX, passaram a ser concebidas novas formas de organização da sociedade, a partir das quais a nação brasileira poderia ser reexaminada em função da consciência da mudança histórica. O paradigma científico veio, assim, tornar mais dinâmicas as concepções a respeito da sociedade, adicionando a elas a possibilidade de controle do homem sobre a realidade factual e objetiva.³² Os naturalismos tornaram-se instrumentos intelectuais privilegiados, pois forneciam explicações gerais para a vida humana que dispensavam o recurso à tradição e à religião, recusando toda a forma de transcendência ou de especulação, negando a existência de qualquer princípio organizador além da própria

³¹ LIMA, Luís Costa, op. cit. nota 24. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. V 2.

³² CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989. p. 303-321.

natureza, advogando a ausência de caráter moral no universo e direcionando-se para o mundo fenomênico. Além disso, conduziam a uma definição estritamente materialista dos seres, a uma cosmologia mecanicista que supunha um universo auto-regulado e em equilíbrio a ser descrito por leis imutáveis, a uma ética fundamentalmente relativista, a uma epistemologia empirista e a uma notável diluição da fronteira entre os domínios do humano e do biológico, o que possibilitou a emergência de uma estrutura mental fundamentada na correspondência entre as ciências naturais e as ciências sociais.³³

As correntes do pensamento científico difundidas no Brasil pós-1870 e prontamente assimiladas pela elite intelectual do país podem ser a princípio definidas pelo seu sentido organicista. A partir do final do século XVIII e do começo do século XIX, a analogia com o organismo adquiriu notável generalização e absolutização, tornando-se um modelo de racionalidade: ela mostrou-se capaz de agregar um conjunto amplo de significados em torno do qual toda forma de conhecimento era referida e organizada. Tratava-se, como demonstrou Schlanger,³⁴ de utilizar a forma humana como arquétipo de inteligibilidade de toda a natureza. O modelo orgânico permitia agregar o conhecimento do mundo material e o do mundo espiritual, ao mesmo tempo definindo a especificidade do humano e sua integração ao conjunto dos fenômenos. A racionalidade organicista assumia a forma de um discurso metafórico de sentido nitidamente normativo e operava um processo seletivo entre os enunciados de forma que apenas aqueles favoráveis aos argumentos ou intuições que se pretendia defender eram efetivamente desenvolvidos. Suas metáforas promoviam o interesse de assimilar racionalmente o saber sobre o homem ao conhecimento da natureza, definindo desta

³³ YOUNG, Robert. Darwinism is social. In: KOHN, David (Ed.). *The darwinian heritage*. Princeton: Princeton University, 1985. p. 609-638. BAGULEY, David. *Le naturalisme et ses genres*. Paris: Nathan, 1995.

³⁴ SCHLANGER, Judith. *Les métaphores de l'organisme*. 2. ed. Paris: L'Harmattan, 1995.

forma o lugar do humano no universo. Enquanto a natureza fornecia uma imagem da diversidade, das diferenças, antíteses, polarizações e conflitos entre forças, o recurso à metáfora orgânica promovia, ao contrário, a idéia de equilíbrio do conjunto, a síntese e a conciliação das diferenças, a integração dos opostos – o organicismo tornou-se, portanto, veículo de uma idéia de harmonia. No final do século XIX, a metáfora romântica do organismo foi incorporada por um discurso sobre a sociedade que afirmava a supremacia das correspondências entre o domínio do biológico e o domínio do social, ainda que reconhecendo a existência de diferenças entre ambos. Tomando seus objetos de estudo como formas vivas e integradas, o organicismo metodológico generalizou-se nas ciências humanas: assimilar a sociedade a um organismo vivo real permitia definir o *status* de cientificidade da sociologia. A idéia de ordem se impunha, ao mesmo tempo, pois os elementos que escapavam a ela eram tidos como as anomalias ou desvios sociais e passavam a ser condenados como patologias biológicas interpretadas como sinais de crise, ameaça ou punição. Dissolviam-se as diferenças na afirmação da unidade fundamental do organismo.

O padrão intelectual dominante na segunda metade do século XIX pode ser também caracterizado como marcadamente cientificista, uma vez que a ciência foi então alçada de método de conhecimento em visão de mundo. A objetividade da pesquisa e sua articulação à teoria se impuseram à especulação filosófica. As definições então estabelecidas a propósito do mundo físico-natural e, freqüentemente, da vida em sociedade, passavam a ser referidas aos modelos científicos em voga que, a partir de um pressuposto de regularidade dos fenômenos, concentrava-se na observação do mundo factual e no estabelecimento de leis, recusando qualquer possível interferência da tradição ou da autoridade na elaboração do conhecimento. Pressupunha-se que o

universo estava dotado de mecanismos de auto-regulação, que conduziam ao equilíbrio, sendo a ciência capaz de fornecer instrumentos para a descrição e a compreensão destes mecanismos. O real era tido como uno e portanto todas as suas esferas – o homem, a sociedade, a cultura, a arte, o mundo físico-natural – estariam submetidas às mesmas leis, e possuiriam um só sentido, que lhe conferia racionalidade: o progresso. A estrutura dos sistemas da natureza e da vida social era descrita por leis deterministas, enquanto às individualidades era negado qualquer papel decisivo na marcha da história. As condições da natureza – o mundo exterior e a constituição biológica dos grupos e indivíduos – eram tomadas como as grandes forças que impeliam à ação e explicavam a diferenciação das unidades vitais e das coletividades. Na teoria da literatura de Taine, por exemplo, a arte é vista como produto da sociedade e tida como um mero resultado da ação das forças impessoais do meio natural, da formação racial e do momento histórico. A vontade e a capacidade de realização não estavam, portanto, na mente do indivíduo, que exerceria uma ação desprezível frente ao conjunto dos fatores sociais e coletivos.

Defendia-se portanto que a ciência era capaz de produzir um saber direto, objetivo e imediato do qual estaria automaticamente excluída a presença subjetiva do estudioso, capaz de produzir um saber positivo, *colado* à realidade. As doutrinas científicas adquiriam notável poder de síntese dos saberes existentes, uma vez que a referência às ciências da natureza e a absorção da metáfora orgânica possibilitavam a organização de todos os fenômenos e neutralizavam os desvios e conflitos. Pode-se dizer que, num mundo em que as antigas expressões da transcendência haviam ruído, a ciência acabou por constituir-se, ela própria, em uma nova transcendência, uma vez que o conhecimento se tornava fonte de idéias, valores morais e finalidades humanas,

adquirindo um significado em si mesmo. Isso conduziu afinal à adoção de uma crença generalizada na ciência e a uma utilização indiscriminada e difusa de princípios científicos, aplicados a domínios diversos do conhecimento, como a psicologia, a medicina, a antropologia e o direito. Concebendo o fluxo dos acontecimentos de acordo com uma sucessão dotada de orientação e significado, o moderno racionalismo possibilitou que as idéias de progresso e de aperfeiçoamento se firmassem entre a intelectualidade do país, com a difusão dos princípios da evolução social e do projeto de incorporação progressiva do Brasil à civilização moderna.³⁵

No interior desta onda cientificista iniciada no final do século XIX, o positivismo metodológico, em sua defesa da objetividade e da neutralidade nos estudos sociais, e a linguagem organicista integraram-se no sentido da formação de uma idéia conservadora da dinâmica social. A função assumida explicitamente pelo positivismo comteano era, por um lado, fortalecer a ordem existente na sociedade, considerando que esta ordem era inevitável, natural e resultante de leis invariáveis que a ação humana não seria jamais capaz de alterar em profundidade. Por outro lado, Comte incorporou ao pensamento conservador³⁶ a idéia de progresso, de constante aperfeiçoamento da sociedade humana, de acordo com a lei de seu desenvolvimento orgânico. Portanto, os

³⁵ CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu: a fase cientificista. In: _____. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 169-216.

³⁶ O positivismo pode ser inscrito num processo amplo de crítica às idéias liberais, a partir da influência dos filósofos conservadores do século XVIII. Estes buscaram questionar o ideário iluminista e suas concepções a respeito da liberdade, da igualdade, e da capacidade de aperfeiçoamento do homem, voltando-se para a Idade Média em sua crítica à sociedade industrial, à qual atribuíam um caráter de desordem, ausência de autoridade e de organização, condenando a Revolução Francesa, a reforma protestante, e o racionalismo. Esta crítica ao mundo moderno se dava através da exaltação de instituições como a corporação, a família, a religião, e de princípios como a ordem, a autoridade, a hierarquia e um pressuposto de desigualdade essencial entre os homens. Entre alguns destes autores, citam-se Burke (1729-1797), de Maistre (1754-1821) e de Bonald (1754-1840). BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. *História da análise sociológica*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

princípios e valores que eram atribuídos pelos conservadores às sociedades do passado passaram a ser defendidos e assimilados conjuntamente com a idéia de transformação. Sua sociologia pode ser, assim, dividida entre duas principais linhas, às quais era aplicado o método indutivo na busca das leis: a estática, voltada para a descrição da estrutura da sociedade a partir dos conceitos básicos de harmonia, hierarquia e solidariedade; a dinâmica social, baseada na crença na perfectibilidade humana, que desenvolveu a idéia de seu constante aprimoramento material e espiritual. Nas palavras de Comte, *esse dualismo científico corresponde, com perfeita exatidão, à dupla noção da ordem e do progresso, que se pode doravante considerar como espontaneamente introduzida no domínio geral da razão pública.*³⁷ A incorporação do lema comteano à bandeira brasileira demonstra a ascendência do positivismo entre os fundadores da república, em particular os militares que, ao contrário da elite civil de formação majoritariamente humanista, eram dotados de uma educação técnica afinada com o cientificismo positivista, e além disso ciosos do papel conferido pela doutrina à atuação da elite como *guia das consciências* e à burocracia estatal como esfera de mediação, empreendimento e direção das aspirações sociais.³⁸ E ainda, como observou Barros,³⁹ a despeito da influência limitada do positivismo comteano no Brasil, a recepção de sua filosofia da história foi extremamente ampla.⁴⁰ A condução da ação política de acordo com princípios científicos, o conhecimento como fonte de poder, a atribuição de um

³⁷ No original: (...) *un tel dualisme scientifique correspond, avec une parfaite exactitude, dans le sens politique proprement dit, à la double notion de l'ordre et du progrès, qu'on peut désormais regarder comme spontanément introduite dans le domaine general de la raison publique.* COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. T.4. Paris: Schleicher Frères, 1908. p. 168. 1. ed. 1839.

³⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

³⁹ BARROS, Roque Spencer Maciel de, op. cit. nota 14, p. 13.

⁴⁰ A filosofia comteana da história pode ser resumida pela *lei dos três estados*, segundo a qual a humanidade evoluiria do estágio *teológico* (ou *fictício*) para o metafísico (ou *abstrato*) antes de alcançar o estágio definitivo, o *positivo* – também conhecido como *científico*. COMTE, Auguste, op. cit. nota 37.

elevado nível de autonomia do representante em relação aos representados, a imposição de um modelo de aprimoramento a partir do alto são elementos característicos da chamada *ditadura positivista* que inegavelmente foram assimilados ao processo de modernização institucional por via conservadora adotado no Brasil.⁴¹

A leitura das obras da literatura e da crítica política social pós-1870 demonstra a amplitude da formação intelectual naturalista, notavelmente generalista e universalista, tornando-se um modelo de conhecimento aplicável a diversas áreas. As doutrinas evolucionistas e darwinistas suplantaram gradativamente a escola positivista comteana – que datava das décadas de 30 e 40 do século XIX – no processo de renovação das bases do pensamento filosófico no Brasil. Na acurada definição de Barros,⁴² o evolucionismo possuía todas as qualidades essenciais do positivismo – sua força de sistema, fundamentalmente – sem sua limitação mais evidente, o dogmatismo e a rigidez. Nas primeiras décadas do século XX, a intelectualidade brasileira começava a dividir-se em projetos ideologicamente mais nítidos e em torno de propostas contraditórias de mudança social, cultural e política, que gradativamente suplantavam os embates em que se dividira a *geração de 1870*: modernidade *versus* tradição, república *versus* monarquia, ciência *versus* metafísica, progresso *versus* atraso, além dos conflitos pessoais que animaram a vida intelectual do período.⁴³ Ao lado disso, caminhava-se no sentido de uma crescente especialização do conhecimento. É inútil tentar caracterizar a vida intelectual da época a partir de modelos fechados, de contraposições lineares entre romantismo e classicismo. As correntes estéticas e de pensamento confluíam, conviviam

⁴¹ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. CARVALHO, José Murilo de. *Brasil 1870-1914: a força da tradição*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1992. 29 f.

⁴² BARROS, Roque Spencer Maciel de, op. cit. nota 14.

⁴³ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 152-154.

e se chocavam no mesmo ambiente literário, no conjunto da produção intelectual de um mesmo autor, e por vezes no interior de uma mesma obra. Os exemplos serão numerosos no decorrer deste trabalho, expressando aquela consciência dividida de que fala Bernucci a propósito de Euclides da Cunha, e de toda uma intelectualidade premida entre o influxo do cientificismo e a força da imaginação romântica plantada na formação da autoconsciência brasileira.⁴⁴

O uso generalizado e impreciso de termos como positivismo, cientificismo, darwinismo, darwinismo social, spencerismo e evolucionismo, na busca de caracterização da vida intelectual do final do século XIX, tem muitas vezes obscurecido diferenças importantes entre autores e linhas de pensamento. Por outro lado, a leitura das obras dos autores brasileiros que se deixaram influenciar por tais vertentes demonstra que é impossível ater-se a atribuições rígidas em termos de filiação teórica, influências, fontes e matrizes intelectuais. O melhor exemplo disso é certamente a generalizada fusão, observada nas obras de muitos homens de letras brasileiros, entre determinismo racial e liberalismo. É comum encontrar o nome de Spencer juntamente com os de teóricos racialistas,⁴⁵ na obra de Sílvio Romero, por exemplo. Contudo, estritamente fiel aos princípios do liberalismo e do individualismo anglo-saxões, o evolucionismo spenceriano negava peremptoriamente as teorias raciais. Não obstante, spencerismo e darwinismo social foram, e ainda têm sido, comumente assimilados. Outra combinação muito freqüente é a dos princípios do evolucionismo, a rigor

⁴⁴ BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 23.

⁴⁵ Todorov utiliza o termo *racialismo* por oposição a *racismo*. Enquanto o primeiro designa um corpo de conhecimentos de caráter científico que vincula o movimento da história às determinações raciais, o segundo refere-se a um comportamento amplo que não tem necessariamente uma fundamentação científica. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V. 1.

radicalmente contrário a qualquer forma de intervenção no mercado auto-equilibrado, com a defesa da participação estatal na promoção do desenvolvimento econômico ou na criação de mecanismos de regulação do trabalho e de proteção dos mais fracos, idéias defendidas, por exemplo, ao longo da obra de Euclides da Cunha. Acreditamos, portanto, que se deva matizar a tipologia estabelecida por Barros⁴⁶ entre liberalismo clássico e liberalismo científico, tidos como as duas grandes vertentes em que se dividiu a intelectualidade *ilustrada* brasileira. As ditas *flutuações e discrepâncias* observadas pelo autor em seu modelo dualista – a convivência entre liberalismo e cientificismo na obra de Rui Barbosa ou entre racismo darwinista social e o liberalismo clássico no caso de Joaquim Nabuco – são provavelmente mais comuns e mais significativas que a própria afiliação a modelos. Daí o mútuo fortalecimento observado pelo próprio Barros entre o liberalismo segundo ele predominante entre a elite intelectual brasileira e o cientificismo ilustrado.⁴⁷

A ciência foi assim convertida em uma visão de mundo que se infiltrou na historiografia, na crítica, nos estudos sociais e mesmo na poesia, como observou a crônica de Machado de Assis em 1879: *a nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há poeta digno deste nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos*.⁴⁸ O inventário da obra destes intelectuais demonstra como eles empreenderam um profundo mergulho na realidade brasileira, que passava a ser considerada de acordo com sua inserção no movimento global do aperfeiçoamento humano, através dos princípios evolucionistas que guiavam a interpretação do movimento da história e da especificidade da formação brasileira. Várias foram as

⁴⁶ BARROS, Roque Spencer Maciel de, op. cit. nota 14, p.21.

⁴⁷ BARROS, Roque Spencer Maciel de, op. cit. nota 14, p.21, 99, 104-105.

⁴⁸ ASSIS, Machado de. A nova geração [1879]. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. p. 883-849. Citação: p. 848.

versões desse processo, especialmente porque várias foram as formas de acomodação entre as influências intelectuais européias e as concepções a respeito da experiência brasileira. A adoção de modelos intelectuais centrados nas idéias de progresso e evolução trouxe consigo revisões da história e da herança cultural brasileira, estabelecendo um conflito constante entre a perspectiva racionalista e internacionalista, voltada para o progresso e o futuro, e a tradição associada à essência nacional. Tais obras comportavam análises críticas do modelo sócio-econômico brasileiro, propostas de reforma das instituições, releituras do passado colonial e figurações do futuro. A visão do ambiente natural se transformou significativamente desde então, não mais apenas fonte de contemplação e depositário privilegiado da imagética nacionalista, mas contraponto à cultura e à técnica, espaço a ser conquistado pelo desenvolvimento capitalista.

Foram bastante diversos os parâmetros adotados pela geração pós-romântica em sua revisão da imagem da natureza brasileira. O primeiro que podemos apontar faz parte do paradigma cientificista: mais especificamente, trata-se do determinismo mesológico que chegou ao Brasil através de dois autores principais: Taine e Buckle. O crítico literário Hyppolite Taine foi certamente um dos intelectuais mais influentes na França da segunda metade do século XIX, e também na formação dos intelectuais brasileiros a partir de 1870. Sua célebre tríade meio-raça-momento extrapolou largamente os limites dos estudos da literatura, tornando-se uma fórmula tão corrente que chegou a ser satirizada por Araripe Jr., por sinal grande admirador do crítico francês: *Pega-se em uma panela (meio físico), lava-se bem lavada, põe-se ao fogo, deita-se água, deixa-se ferver; depois, sal, azeite, vinagre, e mais açúcar, e mais mel de furo, e mais isto e*

*aquilo (raças, tradições, etc, etc) – e aí se tem um povo e sua história.*⁴⁹ Povos e histórias: a crítica de Taine, acreditava-se, era um poderoso instrumental para o conhecimento das idiossincrasias nacionais, por permitir identificar as condições objetivas que presidiam a formação e a afirmação dos povos, traduzidas em leis e sistemas. A arte não seria nada mais do que o exercício de funções naturais do homem, determinadas por condições fisiológicas e sociológicas. A criação surgia assim como resultado do que ele denominou *faculté maîtresse*, conceito fundamental de sua crítica, que se refere ao impulso primordial que caracterizaria a originalidade de cada artista, a partir de fontes que são a raça, o meio e o momento histórico que sobre ele atuam. A influência do meio físico era explicada pela necessidade que teria o homem de adaptar-se ao ambiente:

*Porque desde que um animal vive, é preciso que ele se acomode a seu ambiente; ele respira de outra forma, ele se renova de outra forma, ele põe-se em marcha de outra forma, se o ar, os alimentos, a temperatura são outros. Um clima e uma situação diferente trazem para ele necessidades diferentes, e em seguida um sistema de ação diferente, e conseqüentemente ainda um sistema de hábitos diferentes, e enfim um sistema de aptidões e instintos diferentes.*⁵⁰

O estudo do meio,⁵¹ que consistia na identificação da influência exercida pelos aspectos da geografia física e da paisagem sobre as condições do desenvolvimento

⁴⁹ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. O Dr. Sílvia Romero e o seu novo livro. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1966. V. 1. p. 293-301. Citação: p. 295.

⁵⁰ No original: *Car, dès qu'un animal vit, il faut qu'il s'accommode à son milieu; il respire autrement, selon que l'air, les aliments, la température sont autres. Un climat et une situation différente amènent chez lui des besoins différents, par suite un système d'actions différentes, par suite encore un système d'habitudes différentes, par suite enfin un système d'aptitudes et d'instincts différents.* TAINE, Hippolyte. *Histoire de la littérature anglaise*. Paris: Hachette, [19--]. 1. ed. 1864. p. XXIV.

⁵¹ A influência do meio físico sobre a vida social foi um tema privilegiado no pensamento ocidental. Autores como Marx, Comte e Michelet atribuíram maior importância às determinações mesológicas durante as fases mais primitivas da história, sendo estas influências decrescentes no decorrer do progresso histórico. Outros, como Machiavel e Montesquieu, advogaram a ligação indissolúvel entre o espaço físico e as leis cívicas. NASCIMENTO, José Leonardo do. *Culture et politique: positivisme et darwinisme*

material e da formação da identidade coletiva, deveria ser necessariamente secundado pela análise da formação racial do povo em questão. Na segunda metade do século XIX as teorias sobre a desigualdade entre as raças humanas, que datavam do século anterior, haviam passado por um processo de naturalização, dando origem a ideologias e modelos teóricos pretensamente universais e dotados do poder de explicar a história, uma vez que as características biológicas dos indivíduos possuiriam correspondência moral, o que lhes facultaria explicar as diferenças entre os povos.⁵² O período entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX corresponde ao auge do *racialismo*, que alcançou notável aceitação e generalidade no mundo ocidental e em sua esfera de influência. A teoria das raças desenvolveu-se no bojo do chamado *darwinismo social*, tendendo a interpretar a diversidade das raças humanas com referência à diversidade das espécies naturais segundo Darwin, e assumindo que os princípios da evolução e da seleção natural aplicavam-se à esfera do humano e do social.

O determinismo biológico característico do darwinismo social afirmava portanto a existência de uma hierarquia dos seres e dos grupos humanos fundada na natureza, e somente na natureza, da qual as leis sociais fariam parte. Antes mesmo da publicação da *Origem das Espécies* já Spencer havia fundado um evolucionismo no qual a competição entre os indivíduos e a seleção natural eram condensadas pela noção de sobrevivência do mais apto, que submetia a hierarquia social à natural. É o que Becquemont⁵³ denominou o *primeiro darwinismo social*, anterior a Darwin, em que se privilegia a idéia da competição *entre indivíduos* como motor da civilização. Posteriormente e à luz

social. *Genealogie d'une sensibilité brésilienne* (1870-1930). 1989. Tese (Doutorado) – Nanterre, Université de Paris X, 1989.

⁵² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil* (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵³ BECQUEMONT, Daniel. Aspects du darwinisme social anglo-saxon. In: TORT, Patrick (Org.). *Darwinisme et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 137-159.

da obra de Darwin, este *primeiro darwinismo social* passou por transformações no sentido de incluir e de privilegiar a luta *entre grupos sociais* e a luta *entre as raças*. A teoria de Darwin passou então a ser dissolvida e incorporada às teorias evolucionistas, e a não ser propriamente distinguida delas – o darwinismo tornou-se equivalente ao evolucionismo entendido em termos amplos. A ênfase da teoria tendeu então a deslocar-se, nas últimas décadas do século XIX, da luta entre indivíduos para a luta entre grupos humanos, assimilada à luta entre raças, o que conduziria necessariamente a imposição do domínio da raça branca sobre as demais. Um dos princípios básicos das doutrinas social-darwinistas era a imperfectibilidade das raças não brancas, sua incapacidade de assimilar os valores e as conquistas da civilização. Estas idéias eram então aplicadas a teorias como a *seleção social* de Vacher de Lapouge e a *luta de raças*, de Gumpłowicz, que resumiam todo o movimento da história aos mecanismos de transformação e à dinâmica entre as raças descritos pela ciência darwinista.

O otimismo finalista do evolucionismo spenceriano, em sua defesa da idéia de que a competição sempre conduziria a um estado superior de equilíbrio, dissolveu-se progressivamente em meio a idéias mais agressivas e negativas a respeito do futuro da civilização, “ameaçada” pelas raças inferiores, os mestiços e seus equivalentes. A degeneração pela mestiçagem era outro fundamento dessas doutrinas: acreditava-se que, por conter em si traços contraditórios provenientes de raças diferentes, os mestiços eram instáveis, confusos e em geral inferiores aos indivíduos puros que lhes deram origem. Os mestiços estariam sempre sujeitos a manifestações de violência, a comportamentos característicos do homem primitivo. Mesmo os aparentemente civilizados seriam assim passíveis de acessos de violência, descontrole, agressividade, ou seja, de promover a dissolução social. No processo de afirmação de uma história natural humana, a

contemporaneidade passava a ser concebida como uma colagem de fases desiguais da história, corporificadas por grupos ou indivíduos que representavam a permanência do primitivo em contraste com a civilização. Os indivíduos pertencentes às raças ditas *inferiores*, as mulheres, os epiléticos, os criminosos, os loucos, os camponeses, eram então vistos como relíquias do passado no presente.

A condenação das raças negra e amarela permaneceu um princípio fundamental do racismo, mas no final do século XIX começaram a popularizar-se teorias voltadas para as diferenças internas à raça branca, definidoras do caráter das sociedades européias. Suas populações eram definidas através do conceito-chave de *raça histórica*, referente ao processo de formação étnica pela mistura de diversos componentes raciais diferentes que, durante um longo processo histórico de isolamento e estabilização das condições do meio, teriam adquirido fixidez e estabilidade, configurando uma população caracterizada pela homogeneidade de sua composição biológica e cultural. Esse processo de criação de raças históricas confundia-se, na teoria racista, com a formação histórica das nacionalidades, explicando as diferenças entre as etnias européias. A mistura racial era assim absorvida e aceita pela teoria, ainda que em condições restritas e ainda que nunca implicasse a participação das “raças inferiores”.

No Brasil, a adoção das teorias raciais, como dos naturalismos em geral, teve caráter notavelmente seletivo, uma vez que estas idéias nem sempre eram coerentes com a realidade local e suas motivações intelectuais, apesar de notavelmente adequadas ao ensejo modernizante abraçado pelas elites ligadas às novas atividades produtivas e ao meio urbano. Estas teorias foram bastante influentes sobre a intelectualidade brasileira em sua busca de novas definições sobre a formação da sociedade e do povo do país,

podendo ser este definido como um dos traços mais característicos da produção da chamada *geração de 1870* e seus seguidores. Por menos que parecessem aplicáveis às especificidades da sociedade brasileira, as idéias social-darwinistas tiveram alta ressonância nos estudos sobre a realidade do país. O emprego dessas doutrinas científicas esteve todavia longe de significar uma mera cópia das matrizes européias: os princípios da ciência tornaram-se sedimentos para a interpretação da experiência brasileira, forneceram modelos para sua interpretação, mas a singularidade da formação do país impossibilitava uma simples transposição das matrizes de conhecimento. O que se observa numa análise mais aprofundada do pensamento da época são processos de seleção, adaptação e releitura das teorias, que davam margem à criação de conceitos adequados à interpretação da realidade do país – questão apontada pelo consagrado debate sobre a problemática da cópia e da originalidade na cultura brasileira.⁵⁴ Alguns dos princípios darwinistas alcançaram notória difusão no país: a inferioridade das raças não brancas – em especial da raça negra estigmatizada pela escravidão –, a condenação da mestiçagem e os traços morais duvidosos do mestiço e, ainda, o mecanismo de formação de raças históricas, através do qual se buscou incorporar a idéia de mistura étnica ao estudo da especificidade brasileira. Poucos foram os intelectuais brasileiros que realmente questionaram o paradigma racial,⁵⁵ origem das formulações mais representativas da obra dessa geração, as idéias do *cadinho de raças* e do progressivo branqueamento como esperança de redenção do povo brasileiro, exemplarmente

⁵⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar*. São Paulo: Brasiliense, 1976. Cadernos de Debate.

⁵⁵ Notadamente, citam-se Alberto Torres em *O problema nacional brasileiro*, Manuel Bomfim em *A América Latina – males de origem*, Araripe Jr., ao longo de sua obra crítica, no artigo *Silvio Romero polemista*, por exemplo. TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. 1. ed. 1914. BOMFIM, Manoel. *A América Latina. Males de origem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 1. ed. 1903. ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *Silvio Romero polemista [1898]*. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 319-382.

defendidas por Sílvio Romero, um dos mais constantes divulgadores dessas idéias no Brasil. Embora para alguns intelectuais como Capistrano de Abreu e Araripe Jr. a ênfase no componente mesológico fosse muitas vezes tomada como uma alternativa ao uso das teorias raciais, na maioria das vezes os fatores raça e meio físico eram trabalhados à moda de Taine, ou seja, como níveis distintos de explicação histórica, mas que se interpenetravam, se articulavam, se modificavam reciprocamente. Muitos desses autores não se furtavam ainda a manifestar sua preferência por um ou outro fator.⁵⁶

No tocante ao determinismo mesológico, apesar da influência da obra de Taine e da força de sistema que ela veio a adquirir, através de seu método crítico inspirado pelas ciências naturais, a fonte por excelência desta doutrina junto à geração de 1870 foi a obra do historiador inglês Henry Thomas Buckle. A influência do aspecto da natureza e das condições climáticas sobre a constituição dos indivíduos e, por consequência, das sociedades, é um dos temas principais de sua obra. Sua filosofia da história, enunciada na *História da Civilização na Inglaterra*, foi uma das primeiras correntes do pensamento positivista europeu a alcançarem ampla divulgação entre os intelectuais da chamada *geração de 1870*. Seguindo os princípios do método de Comte,⁵⁷ Buckle buscou identificar as leis que regulariam o desenvolvimento histórico. Em suas palavras:

As idéias fundamentais do meu livro são: 1ª. Que a história de cada país está marcada pelas peculiaridades que o distinguem de outros países, e

⁵⁶ MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

⁵⁷ Concentrando-se na formação das grandes coletividades, Buckle buscou, como Comte, descrever *as forças irresistíveis* que determinariam a ação humana, ou seja, as leis altamente deterministas do desenvolvimento às quais se chegaria pela observação e pelo método indutivo. Através delas seria possível promover a reforma das ciências e a criação de uma ciência positiva da sociedade. Os estudos históricos seriam, graças à unidade do método científico, capazes de assumir assim um sentido profético e utilitário. PARKER, Christopher. *The english historical tradition since 1850*. Edinburgh: John Donald, 1990.

*que, não sendo afetadas, ou sendo apenas ligeiramente afetadas, pelos indivíduos, admitem generalização. 2ª. Que uma preliminar essencial para esta generalização é uma pesquisa da relação entre a condição da sociedade e a condição do mundo material que a circunda. 3ª. Que a história de um país (como a Inglaterra) só pode ser entendida através de uma investigação da história em geral.*⁵⁸

Tratava-se, segundo ele, de determinar a atuação do homem sobre o ambiente e do ambiente sobre o homem, pois dessa modificação recíproca resultariam todos os acontecimentos históricos, que poderiam ser descritos por leis tão precisas quanto as que regiam o mundo físico. A ascendência das condições do meio sobre o comportamento individual e sobre as sociedades dar-se-ia, assim, a partir de quatro elementos considerados os mais influentes sobre o homem: o clima, o alimento, o solo e o aspecto geral da natureza que, combinados, seriam os determinantes das diferenças entre as sociedades humanas. Enquanto os três primeiros agiriam sobretudo sobre a organização geral da sociedade e sua estrutura econômica, o aspecto geral da natureza seria responsável pela capacidade de imaginação e pelas impressões subjetivas que fariam o indivíduo mais ou menos suscetível a superstições. Esse elemento poderia tornar-se um dos principais óbices ao progresso humano, por enaltecer a faculdade da imaginação em detrimento da racionalidade.

A única forma de progresso verdadeiramente durável seria, de acordo com Buckle, aquela resultante do desenvolvimento das capacidades racionais do homem,

⁵⁸ No original:

The fundamental ideas of my book are: 1st. That the history of every country is marked by peculiarities which distinguish it from other countries, and which, being unaffected, or slightly affected, by individual men, admit of being generalised. 2nd. That an essential preliminary to such generalisation is an inquiry into the relation between the condition of society and the condition of the material world surrounding such society. 3rd. That the history of a single country (such as England) can only be understood by a previous investigation of history generally.

BUCKLE, Henry Thomas apud TAYLOR, Helen. Biographical notice. In: BUCKLE, Henry Thomas. Miscellaneous and posthumous works of Henry Thomas Buckle. London: Longman, Green, 1872.

mais favorecidas nas sociedades de clima frio ou temperado, onde as restrições do meio natural estimulariam o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade. Nos países quentes e de solo fértil, ao contrário, a sobrevivência seria facilitada pelos elementos naturais extremamente generosos, de forma que o homem não se sentiria estimulado a desenvolver suas energias individuais e sua capacidade de trabalho. O conceito que resume as idéias de Buckle é o de maneabilidade da natureza (*manegeability of nature*), definindo a existência de um limite em que a natureza pode ser convertida a favor dos propósitos humanos, além do qual, ao contrário, ela exerceria uma influência despótica sobre o homem. Esse limite traduzia-se em uma distinção entre as sociedades européias e as não européias, elemento central da teoria da história de Buckle. Enquanto nas primeiras, devido às limitações do meio físico e natural, seria favorecido o desenvolvimento do raciocínio, da pesquisa e do trabalho, em detrimento da imaginação e das sensações, nas últimas a fartura de recursos e o enfraquecimento da razão causado pelo impacto da grandeza natural sobre a sensibilidade humana fariam dos homens eternos submissos à natureza, incapazes de civilização. O que caracterizava o processo de civilização aos olhos de Buckle era a diminuição progressiva da pressão da natureza sobre o homem, à medida que, com a aquisição de maior conhecimento, este se mostraria capaz de governar as forças do meio físico, de observar sua previsibilidade e de evitar seus efeitos perniciosos. Nos trópicos, a racionalização deficiente e a dimensão excessiva dos fenômenos naturais inviabilizariam este crescente controle sobre as forças do meio. Portanto, enquanto as sociedades européias deveriam ser estudadas a partir de seus fenômenos sociais e humanos, as não européias só poderiam ser compreendidas a partir da dominação sobre elas exercida pelas forças naturais.

O exemplo escolhido por Buckle para ilustrar essa concepção não é outro senão o do Brasil, o que em parte explica a generosa divulgação que sua obra alcançou no país. O principal determinante do atraso do país, onde não florescera nenhuma civilização brilhante era, paradoxalmente, a própria abundância de que o teria dotado a natureza:

O Brasil, quase tão grande como toda a Europa, está coberto de uma vegetação cuja profusão é incrível. Realmente, é tão fecunda e vigorosa a sua vegetação, que a natureza parece entregar-se a uma desregrada orgia de pujança. Grande parte deste imenso país se acha coberta de espessas florestas, onde magníficas árvores florescendo com uma beleza sem igual e de admiráveis matizes, dão frutos com uma prodigalidade inesgotável. Sobre a copa dessas árvores empoleiram-se pássaros de deslumbrantes plumagens, que fazem seus ninhos nesses sombrios e elevados retiros. Em baixo, sobrecarregam-se os troncos de cipoadas, de plantas trepadeiras, de inumeráveis parasitas, formigando de viventes. Também, encontram-se miríades de insetos de toda espécie, répteis de estranhas e singulares formas, cobras e lagartos mosqueados com fatal beleza: tudo isso acha meios de viver nessa vasta oficina, nesse imenso depósito da natureza. E para que nada falte a esta terra maravilhosa, as suas florestas bordam-se de prados enormes, que, regorgitando de calor e umidade, fornecem alimento a inumeráveis manadas de gado selvagem, que se nutrem e engordam nessas esplêndidas pastagens, ao passo que as planícies, ricas de outro gênero de vitalidade, são o abrigo favorito dos mais ferozes e astutos animais, que entre si se devoram, mas tão numerosos que pareceria impossível ao poder humano extingui-los jamais.

Tais são a efusão e abundância vitais que distinguem o Brasil entre todos os países do mundo. Porém, no meio dessa pompa, desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem. Fica reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. Tão formidáveis são as forças que se opõem, que nunca pôde fazer-lhes frente, ou resistir à sua imensa pressão. Todo Brasil, apesar das grandes vantagens que parece possuir, tem permanecido sem a menor civilização. Seus habitantes são selvagens errantes, incapazes de combater os obstáculos que a própria riqueza da natureza espalhou em seu caminho. (...) Os europeus têm introduzido ao longo da costa alguma pouca civilização, que os indígenas jamais obteriam pelos seus próprios esforços. Essa civilização, porém, muito imperfeita, não penetrou o interior do país, onde ainda se vê um estado de cousas semelhante ao que tem existido em todo o tempo. O povo, ignorante, e por isso brutal, não conhecendo sujeição nem lei, continua a viver no seio da inveterada barbárie. Nesse país, são tão ativas as causas físicas e operam sobre tão grande escala, que tem sido impossível até hoje escapar aos efeitos de sua ação combinada. Os progressos da agricultura são retardados por impenetráveis matas, e as colheitas destruídas por inumeráveis insetos. As montanhas, demasiado altas para serem escaladas, os rios muito largos para serem atravessados

*em pontes, tudo aí se reúne para deter o espírito humano, assim que a energia da natureza embaraça o gênio do homem. Em parte alguma se vê um contraste tão doloroso entre a grandeza do mundo externo e a pequenez do mundo interno. E o espírito do homem, subjugado nessa luta desigual, não só tem sido incapaz de progredir, como recuaria se não tivesse auxílio estranho. (...) De tal combinação resultou essa incomparável fertilidade, que, no que toca ao homem, frustrou seu próprio fim, detendo seu progresso por uma exuberância que menos excessiva, o auxiliaria.*⁵⁹

Essa passagem foi escrita a partir de relatos de naturalistas e viajantes como Swanson, Cuvier, Azara, Wunkler, Southey, Gardner, Spix e Martius, Somerville, Prichard, Darwin e Walsh, de acordo com anotação do próprio Buckle. No contexto desta representação, o sublime mundo primitivo da natureza era um espaço vazio sob o ponto de vista da civilização, uma realidade atemporal e a-histórica em que não haveria traço de organização, de sociedade, uma vez que o homem nativo, inserido nesse conjunto, confundia-se com as demais espécies que o povoavam e demonstrava-se incapaz de agir sobre este universo de excessos. Apenas o homem europeu, ressaltou Buckle, seria capaz de introduzir aí alguma civilização, o que identifica estas narrativas com o projeto transformador da Europa face à América.⁶⁰ Essa noção de que a excessiva riqueza do meio natural, facilitando em extremo a sobrevivência, limitaria o desenvolvimento social e o aprimoramento da capacidade civilizadora do homem estava também bastante presente na obra de Humboldt, segundo a qual o nível de progresso que um povo seria capaz de alcançar obedeceria a uma relação proporcionalmente inversa com a amenidade do clima, a fertilidade do solo e a disponibilidade de recursos naturais de fácil extração.⁶¹ Em seu conteúdo dramático, a representação da natureza

⁵⁹BUCKLE, Henry Thomas. *Historia da civilização na Inglaterra*. Tradução Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, 1900. V. 1. 1. ed. 1857. p. 87-90.

⁶⁰ PRATT, Mary Louise, op. cit. nota 11 e 22.

⁶¹ Glacken definiu este princípio como *a necessidade é a mãe da invenção*. Segundo ele, tratava-se já na época de Humboldt de uma idéia bastante antiga e continuamente reeditada. Suas origens remontavam a

americana por Buckle como uma realidade espetacular, dotada de forças vitais misteriosas que conferiam a ela uma dinâmica própria que em muito escapava ao domínio humano, foi certamente influenciada pela estética romântica da obra de Humboldt, que por sua vez refletia as primeiras narrativas que, nos séculos XVI e XVII, operaram os *descobrimentos retóricos* da América.⁶² No caso do historiador inglês, esta representação romântica da natureza foi posta ao serviço de uma construção teórica e historiográfica rigidamente determinista. Seu fundamento é o princípio de que, possuindo uma forma orgânica, a humanidade assumia grande variedade de conteúdos devido às determinações naturais que agiam como forças criadoras do caráter nacional, estabelecendo-se assim a idéia do efeito modificador exercido pelo meio sobre a sociedade, com a qual este teria uma relação de perfeita continuidade.⁶³

A teoria de Buckle ilustra uma transformação substancial no pensamento filosófico, que possui profundas implicações sobre a concepção de natureza desenvolvida pela ciência do século XIX. Becquemont⁶⁴ observa que no pensamento clássico o homem e a natureza ocupavam uma ordem similar à da racionalidade, sendo que a linguagem era vista em conformidade com a lógica da razão universal. Através dela o espírito do homem harmonizava-se com a ordem do universo, passível de representação imediata. A natureza era, neste contexto, sinônimo de harmonia e ordem universais. Por outro lado, nas teorias do progresso do século XIX a racionalidade se viu limitada a um dos elementos do espírito humano, e a ênfase passou a ser colocada no

Heródoto, e tiveram um complexo e sofisticado desenvolvimento ulterior na obra de Arnold Toynbee. GLACKEN, Clarence. *Traces on the rhodian shore: nature and culture in western thought from ancient times to the end of the eighteenth century*. Berkeley: University of California, 1967. p.547.

⁶²MEYER, Marlyse. Um eterno retorno: as descobertas do Brasil. In: _____. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 19-46. Citação: p. 20.

⁶³ SCHLANGER, Judith, op. cit. nota 34.

⁶⁴ BECQUEMONT, Daniel. *Darwin, Darwinisme, Evolutionnisme*. Paris: Kimé, 1992.

homem por si mesmo, e não mais em sua virtude racional. Paralelamente a uma nova imagem do homem, desenvolveu-se uma idéia ampliada sobre o meio, agora não simplesmente uma força de atrito, um conjunto de elementos a serem utilizados ou a criarem entraves, e sim uma natureza que atuava como condicionante do próprio espírito humano. O homem tornou-se, assim, um *objeto* modelado pelo ambiente e cujo pensamento era determinado pelas circunstâncias externas, e um *sujeito* dotado da capacidade de desenvolver sua racionalidade e de aprimorar progressivamente seu conhecimento sobre o real objetivo. Paralelamente, a idéia de natureza passou a abraçar o conjunto das condições dentro das quais o homem estaria contido, e os componentes da realidade física e biológica, em relação aos quais ele podia se colocar em harmonia e integração ao todo, ou em conflito frente à sua indiferença e hostilidade. Fundamental na teoria de Buckle, assim como na de seus contemporâneos Auguste Comte e Stuart Mill, que muito o influenciaram, é o pressuposto da uniformidade da natureza no espaço e no tempo, parte indissociável de todo esforço teórico no sentido de articular a história do homem e o mundo natural.

A obra de Buckle é bastante eloqüente a respeito deste duplo aspecto da natureza, ao mesmo tempo matéria do conhecimento e força restritiva, repressiva, dominadora e potencialmente aniquilante. Muito se escreveu sobre os exageros de Buckle, e não apenas no Brasil. Um de seus críticos contemporâneos afirmava ser esta característica de sua obra o resultado de uma vida reclusa, inteiramente dedicada aos livros e assim privada do contato social que de outra forma poderia ter contribuído para suavizar seu hábito de formar opiniões unilaterais e extremamente rígidas, curvando os fatos às suas pretensões teóricas. Por ocasião do lançamento de sua obra, ele foi censurado por nunca citar documentos originais e negligenciar as fontes do conhecimento histórico, fiando-se

na miscelânea de exemplos colhidos desordenadamente em sua imensa e variada biblioteca particular.⁶⁵ Acreditando poder dispensar as minúcias factuais em sua busca das grandes linhas da evolução histórica das nações, a obra de Buckle teria ainda uma grave falha: cair no pecado da generalização excessiva, ao mesmo tempo em que a rigidez de suas leis históricas pretensamente científicas não deixava o mínimo espaço para o acidente, a paixão ou os costumes.⁶⁶ Ainda assim, o autor é atualmente citado como um dos mais importantes discípulos de Comte, e sua obra chega a ser caracterizada por Vitoux como a ideologia por excelência da historiografia dominante na Inglaterra vitoriana, por permitir a fundação de uma idéia francamente objetiva de progresso, fundamentada no controle crescente do homem sobre a natureza.⁶⁷

Estas críticas foram sistematicamente reproduzidas pela intelectualidade brasileira que se tornou sua leitora. Seu retrato do Brasil, embora reconhecidamente exagerado, parcial e inexato, tornou-se uma referência fundamental nos estudos desenvolvidos pelos autores da geração de 1870 e por alguns de seus herdeiros intelectuais sobre as relações entre o meio físico e a formação da sociedade brasileira. Embora não fosse a única fonte desses estudos, o determinismo mesológico de Buckle tornou-se uma influência excepcionalmente poderosa e surpreendentemente duradoura. A receptividade a essas formulações, ainda que muitas vezes acompanhada de críticas severas às delirantes generalizações do historiador inglês, e outras vezes nem mesmo associada a seu nome, deixa entrever a força adquirida pela idéia de uma inerente contradição entre a riqueza natural e o fraco desenvolvimento da sociedade no Brasil.

⁶⁵ TAYLOR, Helen, op. cit. nota 58.

⁶⁶ BIOGRAPHICAL sketch. In: BUCKLE, Henry Thomas. *Essays by Henry Thomas Buckle*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.

⁶⁷ VITOUX, Pierre. *Histoire des idées en Grande-Bretagne: politique, économie, société*. Paris: Ellipsis, 1999.

Quando em 1900 Pedro Lessa escreveu a *Introdução* à primeira tradução brasileira da *História da Civilização na Inglaterra*, a obra já havia sido lida, em sua versão original ou na tradução francesa, por Tobias Barreto, Capistrano de Abreu e Araripe Jr., por exemplo. A crítica de Pedro Lessa foi posteriormente retomada por outros autores, mas sua enunciação é expressiva do fato de que, no momento em que chegou a poder ser lida em português, a obra já não mais resistia à crítica: *Nós a lutarmos com os terríveis efeitos das secas periódicas, a ouvirmos seguidamente lamentar a devastação das nossas matas e a falta de terras férteis, poucas relativamente à extensão corográfica do nosso território, e com esses portentosos tesouros ao alcance da mão, e no seio dessa fabulosa feracidade!*⁶⁸ A ironia de Pedro Lessa é apenas uma das reações quase sempre apaixonadas que a intelectualidade brasileira manifestou a propósito da obra de Buckle.

O trecho da obra do historiador inglês reproduzido acima é atualmente mais conhecido por ter sido citado por Sílvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*, num capítulo significativamente intitulado *A filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro*. Afinal, tendo sido uma das primeiras obras a ingressarem no Brasil, dentro da onda renovadora da Escola do Recife, a *História da Civilização na Inglaterra* de Buckle fornecia não apenas o modelo teórico por excelência do determinismo mesológico, como também sua particular representação da natureza brasileira, com os quais os mais eminentes intelectuais do período sentiam-se obrigados a dialogar. Sílvio Romero não se furtou a uma crítica aguda da teoria de Buckle, desde os seus pressupostos e axiomas até suas conclusões. Acabou por inferir, contudo, que *essa memorável passagem é verdadeira em seu sentido geral; mas envolve mais de uma*

⁶⁸ LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Introdução. In: BUCKLE, Henry Thomas. *Historia da civilização na Inglaterra*. Tradução Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, 1900. V. 1. p. 124. 1. ed. 1857.

inexatidão.⁶⁹ O crítico encontrou nas assertivas de Buckle inúmeras imprecisões: o que caracterizava o Brasil não eram as devassadoras enchentes periódicas, mas as secas que atingiam o norte – *temos um mau clima não por excesso de chuvas, sim por excesso de sua falta*. Na enumeração das maravilhas da natureza brasileira haveria também muita inexatidão, em função, segundo o crítico, da influência do maravilhoso nas narrativas de viajantes em que se baseou Buckle. A obra do historiador se mostrava ao mesmo tempo sintomática, observou Romero, de uma reversão da temática romântica de exaltação da natureza: *o que se nos apresenta agora como um defeito, nossos românticos, embriagados de prodígios, sempre nos apresentaram como uma excepcional vantagem*.⁷⁰ Definida pelos românticos como elemento de superioridade e por Buckle como empecilho, a exuberância natural do país seria, segundo Romero, na verdade um erro, uma vez que a fertilidade da terra e a abundância de recursos naturais não eram generalizadas no Brasil. *Verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores*, na definição de Romero, o pensamento de Buckle permaneceu uma referência importante pelo que segundo o crítico brasileiro constituiria seu sentido amplo, aspectos de vital importância para a determinação da situação de atraso em que se encontrava o país: a superioridade da natureza em relação ao homem no Brasil, e o barbarismo característico dos selvagens que impregnaria a sociedade brasileira na época.⁷¹ O nome do historiador inglês continuou sendo, mesmo assim, uma referência importante dentro dos estudos de Romero.

Prova disso é que, em trabalho posterior escrito em parceria com João Ribeiro, o crítico lançou mão de um elemento tipicamente buckleano, *o aspecto geral da natureza*,

⁶⁹ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. v.1. p.83. 1. ed. 1888.

⁷⁰ ROMERO, Sílvio, op. cit. nota 69, p.85.

⁷¹ ROMERO, Sílvio. op cit nota 69, p. 83-87.

para indicar a influência do meio físico na formação estética e literária do Brasil.⁷² Neste, Sílvio Romero definiu o meio físico como agente diferenciador da vida nacional, dada sua influência sobre a organização política, o estabelecimento das relações sociais, a formação econômica, e mesmo sobre as *intuições estéticas* que se formavam no país. A análise da influência das condições geográficas sobre a formação social brasileira levou os autores a afirmarem que, apesar da variedade de suas condições climatológicas – que conduziriam a diversas formações demográficas e sociais – havia no país uma unidade indiscutivelmente fundada na natureza, quando se observava:

*A articulação do planalto com as depressões que o cercam dos quatro lados por sistemas fluviais que correm nas quatro direções, formando do país um todo compacto e uniforme, garantidor da unidade política, só perturbável pelos erros dos homens, não pelas imposições da natureza. É só olhar para o mapa e ver com olhos desprevenidos a distensão imponente e simétrica do colosso brasileiro: a unidade na variedade, ou a variedade na unidade é aí a primeira dádiva do solo. Dessa primordial circunstância da terra promana consequência inapreciável de ordem política.*⁷³

A unidade brasileira não seria, portanto, na visão dos autores, uma conquista histórica ou política, mas uma *exigência da natureza*.⁷⁴ A consequência dessa unidade natural, que seria estabelecida apesar da grande variabilidade local, não poderia ser outra senão a unidade política e, acreditavam os autores, um sistema político que não se definisse nem pela centralização nem pelo federalismo, *um governo sui generis*,

⁷² ROMERO, Sílvio; RIBEIRO, João. *Compêndio de história da literatura brasileira*. 2. ed. refundida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1909.

⁷³ ROMERO, Sílvio, RIBEIRO, João, op. cit. nota 72, p.XI.

⁷⁴ O pressuposto da *unidade na variedade* associado a uma tendência política centralizadora já havia sido estabelecido na *História da Literatura Brasileira*, em que Sílvio Romero observou a existência de um *verdadeiro Brasil* caracterizado pelo clima quente:

(...) a configuração topográfica e geológica do país não permite que se o tome como um corpo bruto, confuso, indistinto, marcado por uma só característica mesológica. (...)

É certo que a maior parte do país, o verdadeiro Brasil, está contido na zona tórrida, que encerra quase todas as terras baixas do litoral, de um clima quente e úmido, e as altas dos sertões do Norte, de clima quente e seco desde a fronteira setentrional até São Paulo.

ROMERO, Sílvio, op. cit. nota 69, p. 74.

original, novo, espécie de compromisso entre o regime unitário e o federativo, de forma que a nacionalidade pudesse se desenvolver em harmonia com as condições de seu meio físico. Esse procedimento de transposição de aspectos do meio natural – precedido, certamente, de uma determinada leitura do ambiente – à organização social e política do país esteve presente na obra de diferentes intelectuais voltados, no período em questão, para uma reinterpretação da experiência brasileira.

Por toda parte transparece o segredo do brasileiro: a diferenciação paulatina do reíno, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde, pela integração com a natureza, com suas árvores, seus bichos e o próprio indígena.

Capistrano de Abreu, Capítulos de História Colonial, 1907

A questão da unidade é também um elemento central da obra de outro dos discípulos de primeira hora das teorias de Buckle no Brasil, Capistrano de Abreu. Em seus primeiros ensaios críticos publicados na imprensa, o futuro historiador propunha-se a estudar as leis da evolução da sociedade brasileira a partir do exame de sua literatura, partindo do princípio de que a vida social era a resultante das ações do meio sobre o homem, e do homem sobre o meio. Segundo ele, o clima quente e úmido do país agia no sentido de incentivar a indolência, especialmente à medida que o calor e a umidade, por favorecerem em extremo a fertilidade do solo, propiciavam o desenvolvimento extremo das forças da natureza:

Daí esta natureza exuberante, estas matas sombrias como os arcanos do coração e perfumosas como os anéis da esperança; estes vales e serras de que o germe brota pujante como as ilusões de um cérebro de quinze anos, as magnificências que nos circundam, as grandezas que nos esmagam.

Esta situação, que faz do Brasil um dos mais belos países do mundo, faz de seus habitantes um dos povos mais fracos. De fato, desde que a fertilidade é tão espantosa, entregamo-nos ao trabalho o menos possível, já que não podemos prescindir dele. E não só o trabalho é quase dispensável, como por vezes é impossível em nosso estado de desenvolvimento. A civilização é a vitória do Homem contra a Natureza, segundo a expressão de BUCKLE; e como podemos nós lutar contra inimigo tão poderoso, sem ciência, sem indústria?

*Em suma, as forças físicas levam-nos à indolência, e quer pelas faculdades que lhe oferecem, quer pelas dificuldades que lhe opõem, tendem a amesquinhar direta, ou indiretamente, o Homem. As aparências físicas convergem para o mesmo resultado.*⁷⁵

Assim, enquanto as forças da natureza atuariam sobre a estrutura da sociedade, desestimulando o trabalho, as aparências físicas influiriam sobre a mentalidade humana. Analisando os contos populares brasileiros, o autor concluiu que, apesar do seu colorido variado, a sensação neles dominante era a de opressão e acabrunhamento, transmitida por uma natureza exuberante e inescrutável, causadora de admiração, entusiasmo e temor: *indolente e exaltado, melancólico e nervoso, eis o povo brasileiro qual o fizeram as forças e aparências da Natureza. Por mais vários que sejam seus sentimentos, a todos sobrepuja o alumbramento, o desânimo, a consciência da escravidão às leis mesológicas.*⁷⁶ As condições do meio explicavam, para Capistrano de Abreu, a exageração da imaginação e da sensibilidade, a indolência, o entusiasmo, acompanhados de melancolia e de um subjetivismo que impedira, entre os povos indígenas, que se desenvolvessem mecanismos sociais de cooperação. Confirmando a interpretação buckleana da realidade brasileira, o historiador definiu como principais elementos de sua diferenciação em relação à européia a ação do meio e a influência do elemento indígena, com sua sensibilidade hipertrofiada pelo contato com a natureza

⁷⁵ ABREU, Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea [1875]. In: _____. *Ensaaios e estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. 1. série, p. 36-70. Citação: p. 39-40.

⁷⁶ ABREU, Capistrano de, op. cit. nota 75, p.42.

tropical. Assim se resumia, segundo ele, a *influência ativa* da natureza. Além desta, deveria ser também observada sua *influência passiva*, traduzida pelas condições de adaptação da sociedade ao meio. No caso brasileiro, tal influência seria definida pelas condições particulares encontradas pela civilização portuguesa no meio físico da colônia que, impondo a dispersão da população, o deslocamento dos centros de governo, a diminuição do ritmo e do volume de trabalho, teriam determinado a atrofia das instituições sociais da metrópole, o que, segundo o autor, caracterizava a história do Brasil colonial.

Levando-se em conta esses primeiros ensaios críticos, *Os Capítulos de História Colonial* podem ser vistos como a realização de um projeto intelectual já esboçado. Contudo, o determinismo mesológico de Buckle cedeu espaço, em sua obra, à influência da antropogeografia alemã,⁷⁷ enquanto a rigidez dos princípios cientificistas amainou-se, à medida que se estabelecia o privilégio do testemunho documental como fundamento da pesquisa histórica.⁷⁸ Ainda que a postura cientificista do autor tenha notavelmente

⁷⁷ A geografia humana foi fundada por Ratzel, com a publicação de sua *Antropogeografia* – fundamentos da aplicação da Geografia à História, em 1882. Esta escola define o objeto da geografia como o estudo da ascendência das condições naturais sobre as sociedades humanas. A atuação do meio dar-se-ia através da conformação da fisiologia e da psicologia dos indivíduos, e conseqüentemente, das sociedades. Além disso, a natureza atuaria diretamente sobre a constituição social, por prover os meios de sua riqueza e de sua expansão territorial. MORAES, Antônio Carlos Robert. *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico*: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. 1983. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1983. Na apresentação da *Geografia Geral do Brasil*, de Sellin, que traduziu para o português, Capistrano fez uma referência ao seu interesse pela antropogeografia:

Há de se notar a falta de um capítulo sobre a antropogeografia. Será possível escrevê-lo? Sabemos que a estrutura maciça de nosso litoral estorvou o desenvolvimento da marinha; que a ausência de matas favoreceu a criação de gado; que a falta de campos no Amazonas fez do peixe a base da alimentação; que nas proximidades das cachoeiras formam-se núcleos de povoação, a contar do ponto de partida, (...), mas estes fatos são ainda em número muito pequeno para se formular uma teoria do meio. Mesmo o clima ardente a que tantas responsabilidades se atribui em todos os nossos defeitos, que sabemos de sua ação? Von den Steinen concorda que no alto sertão de dia acabrunha; nas noites tonifica e restaura.

Citado por: CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p.131-132.

⁷⁸ WEHLING, Arno, op. cit. nota. 35.

recuado, encontram-se já nos seus primeiros ensaios algumas proposições defendidas por ele ao longo de sua obra historiográfica, especialmente no que se refere à importância do elemento indígena e das condições do meio natural na formação da nacionalidade brasileira. Esses elementos seriam de grande importância para o cumprimento do projeto de uma *história íntima* do Brasil, esboçado em artigo de 1887:

*O Brasil precisa de duas histórias. Uma – história íntima – deve mostrar como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação. Esta história deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos será possível, quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos ainda obscuros.*⁷⁹

A outra, história externa, seria voltada para o estudo do Brasil como colônia portuguesa. A *história íntima* abriu uma nova linha na historiografia brasileira, da qual são também exemplares os ensaios reunidos nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, voltados para o estudo das vias de ingresso nas regiões centrais do território.⁸⁰ Os condicionamentos exercidos pelas condições naturais na formação da sociedade brasileira são aspectos privilegiados nestes trabalhos. Em primeiro lugar, o meio físico teria atuado no sentido de promover a aquisição de elevado grau de autonomia em relação à metrópole, na empresa de consolidação do núcleo sertanejo de povoamento, uma vez que as condições geográficas dificultavam extremamente o estabelecimento de contatos regulares entre o sertão e os representantes do poder metropolitano concentrados na faixa litorânea. Na visão de Capistrano de Abreu, nas primeiras décadas da colonização uma generalizada desafeição pela terra dificultou a fixação do

⁷⁹ ABREU, Capistrano de. Livros e letras [6/11/1880]. In: _____. *Ensaio e estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. 4. série. p. 157-159. Citação: p. 157.

⁸⁰ ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. 1. ed. 1930.

reinol em terra brasileira, uma vez que esta era vista apenas como recurso provisório utilizado para se reunir fortuna a ser despendida na terra natal. Na acepção do historiador, o meio agiu como elemento *evaporador*. Ao invés de incentivarem a atividade agrícola que fixaria o homem à terra, as condições físicas teriam favorecido a transformação do paulista em bandeirante, agente por natureza despovoador e depredador, em sua atividade de caça de mão de obra indígena. Sua sobrevivência foi, segundo o historiador, garantida pela natureza, que supria os gêneros principais de sua alimentação por meio da caça, da pesca e da coleta de alimentos silvestres.⁸¹ O abandono da agricultura demonstraria a ocorrência de um processo de barbarização, a partir do qual cresceu a dependência do homem em relação à natureza, e que se refletiu na violência característica da obra das bandeiras. Atenuados os vínculos com a civilização, estabelecer-se-ia, a partir daí, uma relação imediata com a natureza selvagem e com o indígena que não havia se descolado dela. A luta contra os nativos teria consistido, portanto, não apenas em sua destruição como também em sua absorção através da mistura racial que teria caracterizado o tipo paulista.

Capistrano de Abreu demonstrou que durante grande parte do período colonial a atividade extrativa significou uma alternativa às iniciativas agrícolas, o que tornaria o ócio mais recompensador que o trabalho, especialmente se levada em conta a dificuldade de mobilização de recursos.⁸² A intermitência teria definido esse processo de ocupação do interior, uma vez que não foram poucos os embaraços ao processo de colonização no sertão brasileiro. Além disso, das condições do meio geográfico dependiam também as possibilidades de transporte da produção, em que esbarravam os

⁸¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954. 1. ed. 1907, p.179.

⁸² ABREU, Capistrano de, op.cit. nota 81. p. 205.

empreendimentos produtivos. De acordo com o historiador, apenas entre trechos navegáveis de rios ou nas proximidades do litoral a agricultura alcançava remuneração, o que mais uma vez denotava a extrema dependência da vida sertaneja em relação às condições do meio físico.

*Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos vegetais, extraídos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa.*⁸³

A criação de gado teria permitido a superação de alguns obstáculos impostos pela natureza às demais atividades produtivas: não demandava solo fértil nem madeira para lenha disponível, e era mais independente das condições de transporte que tanto travavam o desenvolvimento da atividade agrícola.⁸⁴ Além disso, afirmou o autor, não demandava pessoal numeroso, nem capital elevado, e tinha as vantagens de fornecer alimentos, de possibilitar o aproveitamento da amplitude das terras e da disponibilidade de sal nos sertões. O florescimento da sociedade pastoril, orgulhosamente autônoma e dotada de alguma riqueza, e o conseqüente descobrimento das minas vieram a ter implicações importantes, à medida que, nas palavras de Capistrano de Abreu, *por toda parte transparece o segredo do brasileiro: a diferenciação paulatina do reíno, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde, pela integração com a natureza, com suas árvores, seus bichos e o próprio indígena.*⁸⁵ A

⁸³ ABREU, Capistrano de, op.cit. nota 81. p. 213.

⁸⁴ A parca remuneração obtida pela lavoura foi associada pelo historiador, em seu estudo do processo de povoamento da região de caatingas a partir de Salvador, aos métodos predatórios utilizados na atividade agrícola, definida como *simples latrocínio da natureza, sem compensação alguma oferecida por parte do homem*. ABREU, Capistrano de, op.cit. nota 80, p.44.

⁸⁵ ABREU, Capistrano de, op.cit. nota 81, p.269.

relação com a natureza assumia assim, na visão do autor, um papel fundamental na criação de um sentimento de particularidade da colônia em relação à metrópole. Em resumo:

Os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII. Por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal, contavam-se entre os maiores beneméritos da coroa portuguesa.⁸⁶

Centrado no sertão e nas linhas de penetração no interior brasileiro como processo de conquista territorial e de ampliação da fronteira ocidental, o trabalho de colonização foi definido, portanto, como uma obra de integração com a natureza, que imprimia os traços que se viriam a se tornar característicos do brasileiro. O orgulho em relação à grandeza da terra e aos recursos que ela oferecia à riqueza do país foi considerado por Capistrano de Abreu um dos principais elementos que despertaram a consciência da particularidade do brasileiro em relação ao português, em grande parte favorecida por meio do isolamento imposto pelas condições naturais. Por outro lado, ainda que a vivência sertaneja tenha permitido a formação de um sentimento de orgulho nativista e uma generalizada animosidade do brasileiro em relação ao português, as condições da colonização, os aspectos da geografia e da natureza brasileira mostraram-se, na visão do historiador, francamente desfavoráveis ao estabelecimento de alguma forma efetiva de integração entre a população do país. A história de Capistrano de Abreu caracteriza-se pela ênfase na desarticulação dos esforços para sua colonização. O passado colonial

⁸⁶ ABREU, Capistrano de, op.cit. nota 81, p.248.

brasileiro apresentava, em sua visão, uma tendência à fragmentação, à descontinuidade, à dissolução, tendência esta em grande parte derivada do meio físico brasileiro e de suas restrições à comunicação entre as regiões geográficas e à fixação do elemento humano.

Essa idéia teve como ponto de origem a identificação de um traço de descontinuidade na formação das sociedades indígenas, também determinado pela natureza e pelas condições do espaço geográfico. Estudando a ação do meio sobre a organização social dos indígenas, o autor concluiu que esta se direcionou no sentido de impedir o desenvolvimento da cooperação social:

O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação.

Que medidas conjuntas e preventivas se podem tomar contra o calor? Qual o incentivo para condensar as associações? Como progredir com a comunidade reduzida a meia dúzia de famílias?

A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas conseqüências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores.⁸⁷

Não tendo sido capazes de eliminar essa “pecha original”, os povoamentos dos colonizadores teriam adquirido o mesmo traço de diversidade desordenada das tribos indígenas.

Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. Só muito devagar foi cedendo esta dispersão geral, pelos meados do século XVII. Reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamalucos, mulatos, caboclos, caribocas, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns dos outros, apesar de todas as diferenças flagrantes e irreduzíveis, do que do invasor holandês: daí uma guerra começada em 1624, e levada ao fim, sem desfalecimento, durante trinta anos. Em São Vicente, no Rio, na Bahia, e em outros lugares, por meios diferentes, chegou-se ao mesmo resultado.⁸⁸

⁸⁷ ABREU, Capistrano de, op.cit. nota 81, p.40-41.

⁸⁸ ABREU, Capistrano de, op.cit. nota 81, p.182.

Mesmo que menos débeis os laços de identidade entre a população, três séculos após o descobrimento do Brasil a vida social na colônia foi definida pelo historiador a partir dos seus traços de descontinuidade e desagregação. Apenas no século XVII, completou Capistrano de Abreu, essa situação de dispersão generalizada começou a dar lugar a algum sentido de identidade entre os grupos nas diversas províncias, especialmente *em contraste* com os portugueses ou holandeses. A leitura de algumas das cartas do historiador demonstra, contudo, que a imagem de um Brasil dominado por *forças centrífugas* não o abandonou de todo. Em carta a Guilherme Studart, datada de 19 de setembro de 1909, escreveu ele: *Punge-me sempre e sempre a dúvida: o brasileiro é povo em formação ou em dissolução? Vale a pena ocupar-se de um povo dissoluto?*⁸⁹

Tal como em Capistrano de Abreu, também na análise de Oliveira Viana em *Populações Meridionais do Brasil* é a dispersão, e não a unidade, que define a ascendência do espaço natural na formação da sociedade brasileira.⁹⁰ A constituição de uma unidade brasileira tornava-se portanto um ideal a ser alcançado, uma meta a ser atingida pela via política, uma vez que as imagens preponderantes na análise de Oliveira Viana são a desagregação relacionada aos localismos, a variedade dos *habitats*, a diversidade dos tipos étnicos, a desigualdade entre o desenvolvimento histórico das

⁸⁹ ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1954. V. 1, p.182. Como apontou Amed, as cartas de Capistrano de Abreu são uma fonte privilegiada para um estudo do ambiente intelectual de sua época, uma vez que através delas o historiador apontava os obstáculos à realização de seu trabalho e as limitações de um meio dominado pelo personalismo, pelos interesses imediatos e pelo privilégio dos títulos, e pelo qual ele não conseguiu, ou não desejou, ser assimilado. Estas cartas devem, por isso, ser lidas como documentos daquilo que Capistrano de Abreu não pôde expressar em sua vida pública, aos quais não faltam ironia, amargor e um profundo ceticismo. AMED, Fernando José. *História ao portador: interlocução privada e deslocamento no exercício da escrita de cartas de João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

⁹⁰ ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

regiões norte, sul e central. Em *Populações Meridionais do Brasil*, o autor privilegiou a análise da formação do centro-sul do país, observando a existência de duas outras sociedades distintas – frutos de ambientes naturais distintos: o sertão nordestino e os pampas gaúchos, identificadas com a atividade pastoril. Enquanto essas duas últimas foram definidas como *histórias regionais*, a história do centro-sul, compreendida a partir das condições mesológicas de um ambiente de florestas e matas que deu lugar à atividade agrícola, seria *mais nacional*. Isso porque teria grande *peso específico* em relação à totalidade do país e à sua formação política, havendo exercido maior ascendência sobre a *evolução nacional*, a constituição de seu centro político-institucional.⁹¹

Segundo o autor, no Brasil a ruralidade é o traço fundador do caráter nacional, uma vez que as próprias classes urbanas foram referidas como variantes do tipo humano formado pela miscigenação promovida no latifúndio, para onde teria convergido a diversidade das raças formadoras do brasileiro. Na colonização do Brasil interior, enquanto a produção agrícola garantia a estabilidade das propriedades rurais litorâneas, a criação de gado derivada do bandeirantismo desenvolvia-se tomando territórios à barbárie tropical, garantindo assim a expansão da área colonizada e o avanço da civilização rural no interior do país. O latifúndio foi, na visão de Oliveira Viana o mais importante modelador do caráter, dos valores morais e das esferas de poder na sociedade brasileira. Além do domínio da grande propriedade, tudo o mais foi visto como amorfo, fragmentário, incipiente, observando-se uma notória ausência de vínculos

⁹¹ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história – organização – psicologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, v. 1, 1. ed. 1920. FARIA, L. de Castro. *Populações meridionais do Brasil – ponto de partida para uma leitura de Oliveira Viana. Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 29, p. 1-25, set 1978.

entre seus elementos humanos, tributária em grande parte, segundo autor, da abundância da natureza:

Sob a amenidade dos nossos climas tropicais a vida se torna empresa fácil. Como os gregos, todos nós podemos viver ao sol e às estrelas: cantando. Não há aqui intempéries. Em todas as estações derrama-se um perpétuo encanto primaveril. “O sol realiza o seu curso numa temperatura uniforme, – diz Anchieta – de modo que nem o inverno causa horror pelo frio, nem o verão infecciona pelo calor”. Sob branduras tais, uma choça de sapê, de fácil improvisação, uma tarimba ou um leito de palha, um fato de algodão tosco, algumas achas de lenha para a panela – nada mais é preciso para o abrigo e o agasalho do homem. Em derredor, nas frutas silvestres, nos legumes variados, nascidos espontaneamente, na caça abundante, no pescado dos rios, há para ele um banquete permanente. Com o auxílio da pequena roça de mandioca, de milho e de feijão, completa o cardápio da sua alimentação quotidiana. Nada mais precisa. Mais do que o seu esforço, é a natureza tropical, com a sua prodigalidade, que o sustenta.”⁹²

Assim, conclui-se que a munificência da terra teria exercido forte impacto sobre a estrutura da sociedade brasileira, impedindo a formação de laços firmes e estáveis entre a classe proprietária de terra e o proletariado rural. Na natureza paradisíaca – e neste ponto a descrição de Oliveira Viana emparelha com as dos primeiros cronistas da terra do Brasil –, o trabalho e o salário ter-se-iam tornado perfeitamente dispensáveis à sobrevivência. Para isso contribuíra também, observou Oliveira Viana, a enorme extensão territorial do país. Dada a abundância de terras, o camponês via imensamente facilitadas suas possibilidades de colocação, dispensando com facilidade o abrigo de um senhor frente à liberdade do grande deserto do interior do Brasil. Isso teria adicionado mais um elemento de desorganização social à formação brasileira, uma vez que desvinculados os proletários do campo dos latifundiários, as relações de trabalho instabilizavam-se e afrouxavam-se. A generosidade da natureza e a extensão do território teriam impedido portanto que na sociedade rural fossem estabelecidos laços de

⁹² VIANNA, Oliveira, op. cit. nota 91, p. 184-185.

permanência ou estabilidade, ao mesmo tempo em que teriam fornecido homizão aos caudilhos locais, que assim puderam proteger-se da autoridade pública, em detrimento da centralização da autoridade. A interpretação da realidade brasileira pelo autor embasava-se, assim, como anotou Brandão, na idéia da centralidade do espaço geográfico como dimensão organizadora das sociedades.⁹³ Colocado ao serviço da crítica político-social, o emprego da imagem paradisíaca de um país de abundância, ócio e liberdade demonstra que a paisagem que Buckle pintou do Brasil era ainda bastante familiar, e deitava profundas raízes numa auto-representação do Brasil que não parecia fácil desconstruir – e neste ponto as vacilantes críticas de Sílvio Romero são bastante eloquentes.

Não é a primeira vez, porém, que a falsa crítica tenta meter, por este modo, em estufa o ananás, o caju, a manga e tantos outros frutos brasileiros, acres, sumarentos, leitosos, cáusticos, pensando que essa correção européia é o que lhes pode dar o verdadeiro gosto e sabor.

Araripe Jr., Aluísio Azevedo – o romance no Brasil, 1888

O emprego mais original da obra de Buckle no Brasil foi certamente o realizado pelo crítico literário Araripe Jr.. Em sua obra ficcional, há um relato peculiar das marcas impressas pela floresta equatorial na formação de sua imaginação literária. O prólogo do folhetim romântico *O ninho do beija-flor* foi dedicado a evocar as fortes impressões causadas pela natureza sobre o espírito do escritor, então ainda criança. Foram então lembradas as sensações da floresta amazônica gravadas em sua mente, que ele

⁹³ BRANDÃO, Gildo Marçal. Oliveira Viana. Populações meridionais do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001. V. 2. p. 299-326.

acreditava haverem sido muito influentes sobre a formação de sua sensibilidade e de sua imaginação:

Um exemplo dessa influência poderosíssima tenho eu mesmo observado em mim, confrontando certos sintomas de melancolia atualmente com as sensações devastadoras, que, quando ainda muito tenro, recebeu meu espírito infantil através das matas seculares e rios tenebrosos do Pará. Desta viagem nunca me pude esquecer, a despeito da debilíssima reminiscência que tenho, sendo de notar que sempre que quis esboçar um quadro da natureza, estas impressões predominam de uma maneira pasmosa.

A exuberância dos trópicos, ali tão ostentosa, a monotonia das imensas selvas, a tristeza das águas rasgaram em minha alma sulcos tão profundos, que ainda hoje perduram arrastando-me muitas vezes à solidão dos nossos campos.⁹⁴

Em outro de seus romances, desta vez sertanejo e de fundo histórico, *O reino encantado*, Araripe Jr. buscava documentar em narrativa ficcional o movimento popular sebastianista deflagrado no ano de 1838 em Pedra Bonita, sertão de Pernambuco, movimento este que envolvera sacrifícios humanos e que havia conduzido a sangrentas disputas de poder.⁹⁵ O escritor acreditava que as causas desse fenômeno social deveriam ser buscadas na influência das condições do meio físico sobre a mente humana, uma vez que atos de violência como os ocorridos em Pedra Bonita só poderiam, em sua concepção, ter sido causados por uma energia mórbida, ao mesmo tempo forte, despótica e contagiosa, capaz de predispor os indivíduos a distorções mentais, tornando-os capazes de cometer os atos mais insanos. Essa força capaz de corromper todos os que com ela se defrontavam seria, segundo o escritor, a natureza tropical:

Um fenômeno todo patológico se passava em Pedra Bonita. Só assim teriam explicação tais aberrações do espírito humano. Embora fossem os adeptos de João Ferreira criaturas brancas, sem instrução, a quem nem por

⁹⁴ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *O ninho do beija-flor*. Ceará: A. M. de Souza, 1874.

⁹⁵ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *O reino encantado*: chronica sebastianista. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1878.

isso se pode negar o natural bom senso, não admitimos que o desvairamento chegasse a tamanhos despropósitos a não ser por causas em grande parte físicas e capazes de perturbar as funções ordinárias do cérebro.

.....
Não são raros fatos semelhantes ao de Pedra Bonita e muito menos impossíveis em um clima tórrido, equatorial, onde a muita luz, e a intensidade do calor produzem a irritação do sistema nervoso e na formação dos temperamentos propendem sempre para a exageração de certas funções mentais.

*Não. Os deslumbramentos contínuos; a demasiada dilatação da alma abimam⁹⁶ aí o homem no indefinível e maravilhoso. Surgem então ao perdido viajante nas florestas virgens as **Manoas** e os **El Dorados** e, ao pobre sertanejo, ao escravo oprimido, ao mísero lavrador, desgraçadas atonias, desvairamentos cruéis que os perdem se não os acode o influxo de uma crença sólida.⁹⁷*

Dois elementos se uniriam aí para explicar o fanatismo e os fatos extremos ocorridos em Pedra Bonita. O primeiro seria propriamente físico: o clima tropical como agente perturbador, capaz de incitar reações de violência, por sua influência opressora sobre o homem: enervação, desequilíbrio e predisposição a reações exageradas seriam as manifestações mais comuns. Some-se a este, completava Araripe, um elemento de ordem social, o alheamento em que esta região restava, distante do influxo da vida civilizada e portanto mais suscetível às condições perturbadoras da sua natureza tropical. O escritor observava que naquele momento a civilização avançava continuamente em busca dos sertões longínquos do norte. Escutava-se o silvo da locomotiva que anunciava a chegada das indústrias, criavam-se novas cidades, viam-se novas e possantes máquinas nos engenhos de açúcar. Em flagrante contraste com essa civilização que cada vez mais se avizinhava, com o progresso das idéias e da cultura, e com a renovação técnica que se observava mesmo na distante província de Pernambuco, a vida *para adiante das matas, que separam o interior do litoral, onde verdadeiramente*

⁹⁶ No original: *abymam*.

⁹⁷ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar, op. cit. nota 95, p. 85-86.

começa o grande sertão mantinha-se idêntica desde que ocorreram os episódios de Pedra Bonita, em 1838, narrados pelo autor no romance de 1878.⁹⁸ Insulado em relação ao movimento da história, esse *fragmento de deserto* movia-se a partir de seus próprios estímulos internos e de suas próprias paixões e, em contraste com a crescente racionalização da vida social, deixava-se conduzir por superstições, intrigas, crenças arcaicas e sangrentas lutas pelo poder que não encontravam na sociedade ou na religião o necessário anteparo. Na ausência da civilização, era a barbárie da natureza tropical que fazia a história.

Embora sejam obras bastante diversas, *O ninho do beija-flor* e *O Reino Encantado* apóiam-se em um mesmo fundamento: a influência do clima e do aspecto da natureza sobre a sociedade nos trópicos, como formadora da sensibilidade estética de um escritor, como indutora de atos de extrema violência, como criadora de imaginações exaltadas, fantasiosas, delirantes. É esta a temática central da obra ensaística de Araripe Jr., e de suas peculiares concepções sobre a cultura brasileira. A principal referência adotada pelo crítico brasileiro não é outra senão a obra de Buckle, e um de seus aspectos em particular: a exaltação das faculdades imaginativas, decorrência do impacto do *aspecto geral da natureza* sobre a formação psicológica do homem. Vale aqui lembrar este conceito tal como desenvolvido pelo historiador inglês: *os aspectos que posto atuam principalmente sobre a vista, têm por intermédio desse e de outros sentidos dirigido a associação das idéias, e, por esta razão, criado em diversos países hábitos diferentes de pensamento nacional*.⁹⁹ Nada mais apropriado, portanto, para a criação de uma teoria de uma cultura brasileira. Ainda que o emprego deste conceito tenha

⁹⁸ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar, op. cit. nota 95, p. 97.

⁹⁹ BUCKLE, Henry Thomas, op. cit. nota 59, p.35.

conduzido à negação do sentido geral da obra do historiador inglês, o retrato do brasileiro segundo Araripe Jr. em muito se inspirou nos *selvagens errantes* que povoavam a floresta de Buckle.

A obra de Araripe Jr. talvez seja o melhor exemplo do fenômeno da *consciência dividida* manifesto entre a intelectualidade brasileira do final do século XIX: por um lado, a rigidez dos princípios deterministas baseados em teorias pretensamente científicas em busca de nexos causais entre o mundo físico-natural e o universo moral; por outro, reminiscências românticas mais ou menos acentuadas, que fundamentavam o pensamento sobre a identidade brasileira. O estudo da obra de Araripe Jr. demonstra como se tornava até mesmo possível fazer um uso das teorias científicas capaz de conduzir à exaltação das virtudes tropicais, à moda romântica. Ao contrário, atribuindo fundamentos naturais aos fenômenos sociais, as teorias deterministas como o mesologismo buckleano imprimiram um sentido profundamente pessimista na maior parte das obras brasileiras que delas se utilizaram. Os trabalhos citados de Sílvio Romero e Capistrano de Abreu são exemplo disso, uma vez que viram nas condições do meio fortes restrições ao desenvolvimento da sociedade brasileira. A crítica de Araripe Jr. logrou reverter essas conclusões, partindo justamente dos princípios teóricos do determinismo mesológico e de teorias da literatura como as de Taine, de seu discípulo Hennequin e de Buckle.¹⁰⁰ A partir destas referências, Araripe Jr. estabeleceu sua crítica

¹⁰⁰ Decisiva durante alguns anos, a influência de Buckle, assim como de outros autores francamente deterministas, reduziu-se progressivamente na obra crítica de Araripe Jr.. De maneira geral, mesmo em seus primeiros escritos o crítico adotou seletivamente a obra do historiador inglês. Isso reflete um traço marcante de sua crítica, que buscou sempre considerar em primeiro lugar as implicações morais e o conjunto dos valores sociais implicados na observação dos fenômenos, o que o levou a questionar a rigidez das fórmulas deterministas e a aplicação da ciência européia à realidade brasileira. BOSI, Alfredo. Introdução. In: ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. IX-XX. Daí sua rejeição do fator racial como elemento explicativo da formação do país, uma vez que sua utilização conduzia inexoravelmente a diagnósticos extremamente negativos quanto às possibilidades de progresso do Brasil. Era, nesse ponto, acompanhado por Capistrano de Abreu,

e a originalidade de seu objeto de estudo, a literatura brasileira, definindo-se em seus primeiros anos nada menos do que como *nacionalista romântico*, dada sua formação profundamente marcada pela figura de José de Alencar e pelos valores de exaltação da paisagem e da natureza brasileiras como fonte da particularidade das letras nacionais.

É significativo que, de acordo com Araripe Jr., o impacto da natureza sobre a formação espiritual de José de Alencar tenha sido embaraçado pela sua condição de homem culto e civilizado. Por outro lado, na concepção do crítico, a capacidade de contemplar, admirar e encontrar na natureza exuberante dos trópicos uma fonte de inspiração poética é justamente exclusiva ao homem civilizado, que se sentiria capaz de vencer as forças naturais, convertê-las a seu serviço e assimilá-las como fonte de criação poética. Ao contrário, o lavrador que trabalhava na terra sentir-se-ia antes oprimido pela natureza, que o enfraqueceria e o faria *definhar por ter demais a vida*.¹⁰¹ No caso de Alencar que, instalado precocemente na Corte, fez poucas viagens e não viveu as asperezas da natureza agreste, sua obra acaba caracterizada pelo crítico como fruto de um *absoluto idealismo*. Ainda que o impacto da natureza sobre a sensibilidade tenha sido inerente ao talento do escritor, apenas através da própria literatura essa influência, obscurecida pela civilização, teria sido capaz de manifestar-se na escrita de José de Alencar. A revelação de sua sensibilidade para a natureza dependera, afirmou Araripe Jr., da intermediação exercida pela cultura livresca, em especial das obras de cronistas e

para quem os fatores raciais davam uma explicação superficial e ilusória da formação brasileira. ABREU, Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro [1876]. In: _____. *Ensaio e estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. 4. série, p. 36-69. Em função disso, ainda que a influência de Buckle tenha sido várias vezes citada e seja bastante nítida em sua obra, o crítico acabou por negar a filiação de suas idéias às do historiador inglês: *as suas conhecidas tendências pessimistas, o seu determinismo seco e a sua falta de lirismo, sem equivalentes de ordem moral e prática na vida humana, contrariavam a cada instante as tendências opostas, que constituem o fundo de minha natureza*. ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *Ibsen*. Porto: Chardron, 1911. p. 37.

¹⁰¹ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. A poesia sertaneja: primeira carta [1875]. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro, MEC; Casa de Rui Barbosa, 1966. V. 1. p. 93-99. Citação: p. 93.

da literatura *americana*. Seu mergulho na natureza tropical originou-se, assim, de um mergulho nos livros:

Olhando em torno de si, foi-lhe necessário encontrar-se com a natureza dos trópicos, com esse verdadeiro Brasil que o gerara, e do qual o separavam milhares de circunstâncias, resultantes da civilização européia, que o recebera no berço. Essas influências não podiam ser eliminadas por um simples ato de vontade, nem o permitia a fatalidade do meio de onde saía; ele não podia, em absoluto, repelir a atmosfera intelectual e moral que o envolvia. Isto, porém, não obstou a que a tendência primitiva, filha do seu temperamento e de outras causas insondáveis, combatesse as influências sutis da educação. Parte dessa natureza, o sol, as cambiantes, o dulçor das auras, o que há nela de mais vívido, tinha-se desde logo diluído na palheta de seu estilo. Mas os mistérios contidos na realidade lhe escapavam, precisamente porque, para chegar a eles, seria preciso mergulhar-se de todo no seu seio profundo. A luta, pois, foi renhida; pode-se dizer, a luta de todos os idealistas. E esta deu-se através dos prismas que interceptavam o abraço místico.

*José de Alencar atirou-se com sofreguidão aos cronistas e aos escritores de caráter puramente americano, aos pintores da natureza agreste, e começou assim um estudo apaixonado de tudo quanto servisse para dar vida e luz ao seu espírito, fazendo emergir do obscuro esse sonho que constituía a essência de sua própria natureza.*¹⁰²

O elemento mesológico, ou seja, referente ao conjunto das condições do ambiente físico e natural foi considerado, nos trabalhos sobre José de Alencar, como em geral em grande parte da obra crítica de Araripe Jr., o principal atuante na conformação da especificidade da literatura nacional, o que pode ser associado tanto à permanência dos cânones culturais estabelecidos pela primeira geração romântica, quanto à influência das teorias deterministas. Foi a partir do determinismo mesológico, especialmente de sua principal fonte, a obra de Buckle, que foram definidos os princípios de sua crítica nacionalista, voltada para o estabelecimento dos caracteres impressos pela natureza na

¹⁰² ARARIPE JR., Tristão de Alencar. José de Alencar: perfil literário [1900]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 32-101. Citação: p. 45-46. Isto nos faz lembrar a observação de Williams, segundo a qual a terra em que se trabalha muito raramente é uma paisagem, ou seja, não é observada como um objeto estético em relação ao qual se adota um olhar de observador distanciado. WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 167.

conformação da cultura brasileira em sua especificidade em relação à européia. Nos seus dizeres, a principal razão da escolha do determinante *meio* havia sido a constância de sua atuação na história brasileira como determinante de ordem psicológica, tendo este sempre sido uma influência poderosa o bastante para neutralizar temporariamente as demais condições, fossem elas de raça, de cultura, religião ou educação. O fator meio físico teria adquirido maior importância que os restantes também em função da ausência de uma tradição literária e de um movimento de idéias poderoso o bastante para, formando escolas literárias, impulsionar a atividade intelectual no país. Assim, *o nexo entre os prosadores desta terra ainda não se pode estabelecer senão pelas influências gerais do clima, dos temperamentos e do ambiente*.¹⁰³ A única tradição do romance brasileiro seria *a embriaguez do real*, que define, na crítica de Araripe Jr., a percepção da ação dissolvente do meio tropical sobre o homem brasileiro. A natureza atuava, assim, em substituição a uma vida social e cultural precária e difusa, no sentido da criação de um sentimento comum entre os indivíduos.

A influência psicológica do ambiente sobre o homem seria capaz de resumir, segundo o crítico, a ação de todos os elementos físicos e naturais sobre aquele que, frente a uma natureza hostil, era obrigado a transformar-se. Fundamentando-se no postulado de Buckle, segundo o qual *nas civilizações exteriores à Europa, a natureza conspira para aumentar a influência das faculdades imaginativas e enfraquecer a razão*, Araripe Jr. criou o conceito fundamental de sua interpretação da formação da cultura brasileira, a *obnubilação brasílica*:

A esse fenômeno, durante o qual, como se vê, adelgçaram-se, atenuaram-se todas as camadas de hábitos que subordinavam o homem à

¹⁰³ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Aluísio Azevedo. O romance no Brasil [1888]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p.120.

*civilização, abriu-se uma fenda na estratificação da natureza civilizada, para dar passagem à poderosa influência do ambiente primitivo; a esse fenômeno, que se acentua a cada passo no movimento da vida colonial ou aventureira do século XVI, poder-se-ia dar o nome de obnubilação brasílica, e, sem dúvida, sobre ele basear-se toda a teórica histórica daquela época indecisa.*¹⁰⁴

A *obnubilação* define, portanto, o processo de adaptação sofrido pelos colonos europeus que, chegando ao continente americano, foram obrigados a adequar-se às condições do ambiente natural primitivo. Tratava-se, segundo o crítico, de um processo de esquecimento da origem européia, após o qual o homem seria capaz de deixar-se entontecer pela natureza tropical, na qual se sentiria participante e, ao mesmo tempo, submisso.¹⁰⁵ Definindo, portanto, o sentimento do colonizador frente ao meio adverso e selvagem, que conduziria a uma regressão a um tipo mental inferior, devida ao enfraquecimento dos seus vínculos com a cultura européia e à exageração das funções imaginativas sobre as intelectivas, o conceito de *obnubilação* tornou-se, para Araripe, a chave para a compreensão dos primeiros séculos da história brasileira, tendo sido o principal determinante da originalidade das letras no país durante o período colonial. A *obnubilação, ação catalítica exercida pela nova terra na quimificação da psicose do colono*, teria ainda permitido que, atenuados os preconceitos de cor, fosse intensificado o processo de caldeamento racial que caracterizou a formação do *berço da civilização brasileira*, a cidade de Salvador, onde se mestiçaram idéias, sentimentos e comportamentos que deram origem a uma cultura própria à colônia.¹⁰⁶

¹⁰⁴ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Literatura brasileira [1887] In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1966. V. 1. p. 491-497. Citação: p. 497.

¹⁰⁵ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Gregório de Matos [1894]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 279-318. Citação: p. 300.

¹⁰⁶ ARARIPE JR., Tristão de Alencar, op. cit. nota 104 e 105.

Neste sentido, as obras dos cronistas, nas quais José de Alencar teria encontrado o verdadeiro sentimento da natureza tropical, foram consideradas por Araripe Jr. as primeiras expressões literárias autenticamente brasileiras, por serem elas as primeiras manifestações da *obnubilação*: sob a influência do espetáculo da natureza tropical, suas narrativas impregnaram-se do sentimento da terra, abandonando provisoriamente seu patrimônio cultural de origem e adequando-se a um meio físico primitivo. Embora mais constante nos dois primeiros séculos da história do país, essa força teria, afirmou posteriormente o crítico, apenas se atenuado à medida do progresso da colonização e do estabelecimento de uma sociedade civilizada no país. Neste sentido, a idéia de Buckle de que a natureza tropical atuava no enfraquecimento da razão e na exageração das funções imaginativas foi, na obra de Araripe Jr., perfeitamente oportuna para o estudo da história do Brasil no século XVI, momento em que mais radicalmente teria sido observado o efeito dissolvente das forças do meio físico sobre a moralidade no país, como buscou demonstrar seu estudo sobre Gregório de Matos.¹⁰⁷ O discurso do historiador inglês foi então deslocado do contexto e de sua generalidade, em favor da ilustração de um momento tido como a origem simbólica da cultura brasileira.

A atuação dos elementos naturais como fatores de transformação da psicologia do brasileiro em relação ao europeu é, em toda a obra do crítico, uma questão primordial para a formação da sociedade no país. A influência romântica permaneceu presente na percepção do autor a respeito da natureza brasileira – fonte da originalidade de sua cultura –, enquanto a sistematização de suas idéias seria ampliada e aprofundada nos estudos a propósito das primeiras manifestações do realismo-naturalismo no Brasil. Mais uma vez, a afirmação das especificidades do meio tropical e de suas implicações

¹⁰⁷ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar, op. cit. nota 105.

sobre os fenômenos culturais do país foi vista como elemento fundamental para a exegese literária, ainda que o gênero em questão se opusesse notavelmente à temática e à linguagem românticas. O próprio conceito de estilo de Araripe Jr. apontou, mais uma vez, para o embate entre as tendências individuais e o influxo das condições exteriores: *o estilo é a resultante, em parte imprevista, do conflito entre o temperamento de cada indivíduo e o mecanismo das formas literárias já criadas por um povo, por um grupo ou por uma escola.*¹⁰⁸

Já vimos como, para o crítico, na ausência de continuidade entre os fenômenos culturais no Brasil, o único vínculo entre seus escritores era sua submissão a iguais condições climáticas e ambientais. Estas definiam, para ele, a diferenciação necessária entre os fatos culturais nascidos no Brasil e suas matrizes européias. De acordo com o refrão *incorreção do estilo brasileiro ligada à contextura do espírito da terra!* Araripe Jr. estabeleceu a origem de um estilo brasileiro. Ainda que o fenômeno da *obnubilação* se tivesse atenuado no decorrer da história do país, a influência do meio físico dar-se-ia inexoravelmente, mesmo sobre aqueles que se acreditavam exemplares perfeitos da civilização. A ascendência do clima seria, portanto, inelutável:

Não são só os aspectos feéricos da natureza intertropical que embebedam o homem. Os vapores de água atmosférica têm um corpo nas regiões pré-citadas, e, “como um satélite do Sol, o seguem em sua marcha, com uma fidelidade rigorosa”¹⁰⁹. Há horas do dia em que o brasileiro, ou o habitante de cidades como o Rio de Janeiro, é um homem envenenado pelo ambiente. A falta de tensão do oxigênio tortura-o desmesuradamente; a sua respiração ofega, e a imaginação delira numa deliciosa insensatez

¹⁰⁸ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Raul Pompéia: *O Ateneu* e o romance psicológico [1888]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 145-195. Citação: p. 145.

¹⁰⁹ Não parece clara a autoria desse trecho, uma vez que são citados conjuntamente os estudos históricos de Rufz de Lavison sobre a Martinica – com a qual Araripe Jr. compara o Rio de Janeiro – e o livro do Dr. G. Treille intitulado *Aclimação dos Europeus nos Países Quentes*. ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro* [1888]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 124-128. Citação: p. 125.

equatorial. E nestas horas é justamente que o comércio se agita, que, na bolsa, as transações se fecham, que as repartições trabalham, que, nos escritórios de advogados, nos tribunais, convolve-se a chicana, que na Rua do Ouvidor se intriga, se namora, que nas redações dos jornais se escreve, que se faz política, se literatiza (...).

*O tropical não pode ser correto. A correção é o fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente.*¹¹⁰

Os efeitos ambientais assumem importância substantiva para a compreensão da vida intelectual brasileira por Araripe Jr.. Em primeiro lugar porque, segundo ele, apesar de mais intensa, a atividade do espírito nos trópicos estaria condenada a um rápido deperecimento e à morte prematura, dada a existência mais acelerada e aos ciclos de vida mais curtos. Em segundo lugar porque, como na própria natureza, a aparência de intensidade e de esplendor esconderia muitas vezes a ausência de fundamentos seguros, bem estabelecidos e duráveis. Segundo ele, sob o sol tropical restavam ao brasileiro apenas duas alternativas: o ócio do selvagem ou a exaltação que proporcionava alguma atividade, mas que rapidamente esgotava as forças do homem. *Não se trabalha impunemente com o cérebro nesta terra. Em uma região que é uma conflagração eterna, provocar uma combustão no cérebro é suicidar-se.*¹¹¹ Entretanto, ainda que não fosse contínua, constante ou duradoura, a atividade produtiva nesses países ganharia em entusiasmo e em satisfação. De acordo com o crítico, o realismo europeu foi estabelecido em sociedades decadentes, deprimidas, moribundas e sua aclimação a um país tropical deveria representar a renúncia ao rigor, à disciplina e à frieza, em favor da excitação, do entusiasmo e do sensualismo intermitentes. Assim, o naturalismo literário no país perderia o caráter de planta exótica transplantada para terreno estranho, tornando-se participante do calor tropical, num processo de mestiçagem do estilo:

¹¹⁰ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar, op. cit. nota 109. p. 125-126.

¹¹¹ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Sem oriente. [1882] In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1966. V. 1. p. 261-264. p.261.

A fórmula que melhor nos cabe para exprimir a nova fase literária não pode ser senão esta: – O naturalismo brasileiro é a luta entre o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano pujante de vida, de amor, de sensualidade.

*É da limitação apenas das tendências dessa mestiçagem, reconhecida por todos que têm estudado o problema do nosso nacionalismo; é dessa, e não de outra limitação, que tiraremos toda a nossa força, toda a nossa segurança, e riquezas literárias.*¹¹²

Transformar as limitações – pois assim eram vistas pela ciência européia as condições do meio tropical – em energia criadora: este é o sentido mais amplo da utilização das teorias deterministas mesológicas pela crítica de Araripe Jr.. A integração do Brasil ao conjunto das nações civilizadas só aconteceria, acreditava o autor, a partir da afirmação da autonomia do país e de suas condições específicas, às quais a cultura européia deveria adaptar-se. Dos autores que assimilaram o determinismo mesológico nas últimas décadas do século XIX, foi Araripe Jr. o que fez dela um uso mais original, por conseguir assim reverter o notório pessimismo naturalista em relação ao futuro dos países tropicais, a que essas teorias geralmente conduziam. Segundo o crítico, *um americano não pode ser senão otimista, máxime quando se volve para a terra natal, um tanto esquecido do que leu nos livros torturados da decadência européia.*¹¹³ Isso foi possível graças a um artifício já bastante explorado por sucessivas gerações de românticos: a diferença do Brasil em relação à civilização européia foi definida como originalidade, e não como falta. Vimos como Araripe Jr. utilizou-se de conceitos e idéias hauridos do cientificismo europeu para construir seus próprios conceitos a respeito da formação cultural brasileira, como por exemplo o impacto exercido pela beleza e exuberância da natureza tropical no enfraquecimento das virtudes racionais,

¹¹² ARARIPE JR., Tristão de Alencar, op. cit. nota 109, p. 127-128.

¹¹³ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Inglês de Souza [1894]. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1966. V. 2. p. 365-382. Citação: p. 381.

conduzindo à exaltação da sensibilidade e da imaginação. Se na obra de Buckle esse é um dos principais determinantes do estado de incivilização em que se encontrava o Brasil, para Araripe Jr. essas idéias tornaram-se a chave para a compreensão do processo de formação cultural do país, da especificidade da sua literatura e da configuração de seu estilo. O crítico nos conduz, portanto, a uma idéia de incorporação seletiva e transformadora dos valores da civilização européia, nem todos adequados, em sua visão, a um país tropical onde a natureza seria capaz de se impor e de transformar o homem e sua cultura. A obra de Araripe Jr. acaba por demonstrar a persistência de uma visão exótica da natureza brasileira que conformou a própria imagem do Brasil a respeito de si mesmo, procedimento que Roberto Ventura nomeou *auto-exotismo*.¹¹⁴

Uma visão parodística da representação exótica da natureza brasileira como fonte de exaltação nacionalista, mesclada a uma discussão sobre a problemática do imperialismo como ameaça à integridade do território pode ser encontrada em *Moscas e Aranhas*, crônica publicada por Araripe Jr., sob o pseudônimo Cosme Velho, numa coletânea intitulada, não por acaso, *Diálogos das novas grandezas do Brasil*. O artigo, datado de 1898, registra as impressões do crítico a propósito de um espetáculo dramático-musical que teria sido então encenado no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Entre ficção e realidade, mesclando pseudônimos e nomes verídicos, Araripe Jr. povoou seu texto de referências a eminentes personalidades da vida cultural brasileira por volta do final do século XIX, que teriam assistido à representação: Machado de Assis, Alberto Nepomuceno, João Ribeiro e o Visconde de Taunay são algumas das figuras citadas. Através da crônica do espetáculo e das reações por ele despertadas, Araripe Jr. resumiu alguns dos debates que ocupavam a intelectualidade na época, quando em

¹¹⁴ VENTURA, Roberto, op. cit. nota 43, p. 38.

questão estava a definição da especificidade brasileira e dos rumos da nacionalidade no contexto do grande movimento internacional de progresso e modernização: a natureza e a mistura racial eram os temas centrais.

O encenador teria pretendido que *aquela noite fosse uma noite brasileira e por isso dera à festa um caráter inteiramente nacional*.¹¹⁵ Esta intenção de produzir uma obra *brasileira* havia sido impressa no cenário teatral, que representava paisagens naturais e rurais. O primeiro deles era uma exuberante floresta onde, segundo a fala da atriz central, dava-se o combate entre as aranhas brasileiras e uns besouros dourados que viviam numa distante floresta negra e que, movidos pela ambição, atravessavam o oceano para roubar as melhores flores da mata. Enquanto a guerra aos insetos invasores tinha como prelúdio musical ruídos onomatopaicos de locomotivas, apitos agudos de vapores, ovação de multidões, imagens de fios telegráficos e da conquista do oeste norte-americano, a vitória do exército de aranhas brasileiras restabelecia a natureza primitiva: *A floresta acorda e... principia o engrossamento da fauna e da flora circundante. O compositor procura simbolizar esse movimento na polca característica das flores, dos insetos e dos lagartos, e termina pelo coro dos sapos e das minhocas*.¹¹⁶

O segundo ato apresentava mais um cenário natural, desta vez descrito como um grande e melancólico vazio: *Uma floresta na Amazônia. Mar de água doce no fundo. Paisagem fluvial monótona, grandiosa, interminável, cheia de tons quentes que lembram febres palustres, índios bravos e o desânimo de uma região inexplorada*. Este vazio de civilização era marcado pela exuberância da vida selvagem e pela violência de suas *forças ainda não disciplinadas*: enquanto a representação pictórica parecia à primeira

¹¹⁵ ARARIPE JR., Tristão de Alencar (Cosme Velho). *Dialogos das novas grandezas do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1909. 1. série, p.81.

¹¹⁶ ARARIPE JR., Tristão de Alencar, op. cit. nota 115, p. 86.

vista tediosa, o ingresso no interior daquele ambiente havia sido recriado musicalmente através da simulação de manifestações da natureza em estado bruto que despertavam sentimentos de opressão e terror.¹¹⁷ Esta paisagem monótona e esta natureza tirânica tornavam-se em seguida cenário de uma conquista pacífica em que as ameaças da selva eram vencidas pela intenção colonizadora do homem branco que, aliado ao índio, vinha explorar as riquezas da terra:

*Ouve-se um silvo. É um índio que se aproxima. Não vem só. Acompanha-o o homem branco, que traz embaixadas às riquezas daquelas terras. Os jaguares urram, os guaribas coçam-se e assoviam. O reino inteiro dos pássaros solta um ruído festivo e sonoro. A fada recebe a embaixada. Rompe um terceto, em que se harmonizam as vozes desta e do homem vermelho e do homem branco. A aranha estende a antena para o Amazonas e ordena que os monstros das febres recolham-se aos seus antros.*¹¹⁸

A ocupação do ambiente amazônico seria representada na cena seguinte por um novo cenário, uma paisagem rural onde a colonização era lida como uma obra de mestiçagem: uma jovem descendente de brancos e índios, ainda que vestida com roupas de linho e adornada de jóias de ouro, estendia seu olhar pela paisagem e sentia ainda a atração ancestral pelas grandezas da floresta, deixando-se tomar pela *fadiga precoce do ideal*.¹¹⁹ A civilização daquelas terras pela atividade agrícola era igualmente problemática: porcos selvagens destruíam o jardim e o roçado, enquanto ruidosos periquitos atacavam o milharal e arruinavam as colheitas. No momento em que moscas e morcegos que não pertenciam àquela terra invadiam a cena, o drama foi entretanto subitamente interrompido pelo público, inflamado pelas paixões políticas despertadas pela referência a forças estrangeiras, e não mais retomado. Seguia-se então uma

¹¹⁷ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar, op. cit. nota 115, p. 88,89.

¹¹⁸ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar, op. cit. nota 115, p. 91.

¹¹⁹ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar, op. cit. nota 115, p.91.

ardorosa discussão entre Cosme Velho (Araripe Jr.) e João Rivas (João Ribeiro). Enquanto para este último a natureza tropical não prestava para a criação de cenários pictóricos, e o povo brasileiro estava fadado ao fracasso pela sua inferioridade étnica que o tornava incapaz de implantar a civilização no país e de dominar as forças demasiadamente exuberantes da natureza, para Araripe Jr. a mestiçagem representava a possibilidade de conquista do território. Ela conduziria à exaltação das virtudes superiores de cada uma das raças componentes, *pedaços de tupinambás, de cabindas e de judeus de Portugal*.¹²⁰ Partindo da estilização de uma paisagem exótica como símbolo da riqueza e da especificidade nacionais, Araripe Jr. apresentou neste artigo algumas questões de fundo do pensamento social de sua época, opondo-se frontalmente ao pessimismo naturalista exemplarmente representado por João Ribeiro,¹²¹ ao mesmo tempo em que esboçava uma visão um tanto ou quanto irônica a respeito da construção desta paisagem brasileira que não passava, é certo, de um cenário teatral que conduzia a uma identificação simplista e estereotipada do país aos olhos do público.

A terra sobranceia o oceano, dominante, do fastígio das escarpas; e quem a alcança, como quem vinga a rampa de um majestoso palco, justifica todos os exageros descritivos – do gongorismo de Rocha Pitta às extravagâncias geniais de Buckle – que fazem deste país região privilegiada, onde a natureza armou a sua mais portentosa oficina.

¹²⁰ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar, op. cit. nota 115, p.81.

¹²¹ A crônica de Araripe Jr. foi provavelmente motivada por uma série de artigos voltados para a problemática do imperialismo, publicados por João Ribeiro naquele ano de 1898 na *Revista Brasileira*. Em tom amargo e denegridor da formação social e principalmente racial do povo brasileiro, Ribeiro lançava sobre o Brasil imprecações e condenações inexoráveis, considerando possível e mesmo agradável a perspectiva da submissão do país à força dos impérios europeus, detentores exclusivos da capacidade de civilização. Ribeiro assimilava a barbárie da natureza aos *seres inferiores* que a habitavam, degenerados pelo ambiente e pela mistura racial, portanto desprovidos de tradição, coragem e caráter. RIBEIRO, João. Impressões da Alemanha: democracia e socialismo: uma digressão pela América. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 4, t. 13, p. 346-356, 1898.

Araripe Jr. foi um grande admirador d'*Os sertões*, de Euclides da Cunha, e foi também um dos primeiros críticos a reconhecer a importância da obra.¹²² Essa admiração levou-o a buscar um paralelo entre as idéias desenvolvidas por Euclides da Cunha e suas próprias. Nos dizeres do crítico, a narrativa da Guerra de Canudos, em sua afirmação da influência do ambiente natural e em seu estudo da *psicologia do deserto*, favorecia a teoria da *obnubilação*, à medida que descrevia o processo de formação da sociedade brasileira a partir da ação transformadora exercida pela natureza sobre a mentalidade do colono, isolado em relação às correntes da civilização e mergulhado na natureza que passava a modelar seu comportamento. Esta, promovendo sua regressão a estágios mais baixos de evolução, teria produzido uma situação de completa dependência e submissão do homem às forças naturais, criando assim um homem e uma sociedade peculiares, essencialmente brasileiros. O traçado desse paralelo não é exatamente fiel às idéias contidas n'*Os sertões*, uma vez que, embora ambos os autores tenham assinalado a ascendência das condições do meio sobre o processo de formação de uma especificidade brasileira, Araripe Jr. privilegiou a formação de um sentimento, uma mentalidade e uma cultura consoantes com a natureza tropical, enquanto Euclides da Cunha concentrou-se no estudo da influência do meio como determinante das desigualdades fundamentais dentro do território e como parte do processo de formação da etnia sertaneja.

¹²² ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Os sertões [1903]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 219-253. A primeira crítica importante sobre *Os sertões* foi a de José Veríssimo, que colocou algumas restrições ao estilo de Euclides da Cunha e, em especial, à fusão da linguagem científica à literária. PRADO, Antonio Arnoni. Ficção e verdade n'*Os sertões*. *Remate de Males*. Campinas, n. 13, p. 25-29, 1993. ABREU, Regina. O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os sertões* na virada do século. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 93-115, jul. 1998, Suplemento.

A geografia brasileira descrita por Euclides da Cunha possui a força dramática dos grandes quadros da natureza de Humboldt, várias vezes citado como autoridade científica pelo escritor brasileiro. O que a define é a sucessão de violentos contrastes que, incorporados à linguagem descritiva, conferem a ela intenso movimento, tensão e dinamismo. A influência de Humboldt ajudou a compor a matriz romântica, idealista e inconformista, mesclada a sonhos utópicos e a sentimentos melancólicos, entre o impulso à ação e o pessimismo, que Ventura¹²³ identificou na formação literária de Euclides da Cunha. A sensibilidade formada por leituras de Michelet, Victor Hugo e Fagundes Varela conformou um substrato romântico que o escritor acomodou a seu programa cientificista, e que conferiu aos *Sertões* sua dramaticidade e sua sensibilidade peculiares. A influência do determinismo sobre a geração de 1870 e seus herdeiros intelectuais não reduziu a influência da obra de Humboldt, que continuou dotada de notável prestígio científico. Na visão de Humboldt, o mundo natural e o espírito humano mantinham um constante intercâmbio, de forma que a inclinação ao estudo da natureza implicaria em pesquisar as leis que regeriam a conformação da moralidade e da percepção estética. Seu ideal era, portanto, chegar a uma forma de equilíbrio entre a ciência descritiva, impessoal, e a impressão subjetiva da beleza. Como observou Lima,¹²⁴ a obra do naturalista foi fundamental para que Euclides da Cunha conferisse à sua obra ao mesmo tempo um *status* científico e um apelo literário, integrados numa estética transfiguradora da natureza.

As primeiras referências de Euclides da Cunha para a elaboração de seu panorama da natureza brasileira foram, neste sentido, autores tidos como caracteristicamente

¹²³ VENTURA, Roberto. *A narração do mundo: ensaios sobre ficção e história*. 1999. Tese (Livredocência) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

¹²⁴ LIMA, Luís Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.101.

exagerados em sua descrição da paisagem brasileira, Rocha Pitta¹²⁵ e, não por acaso, Buckle. Na visão de Euclides da Cunha, esses exageros seriam aí completamente justificados, ou melhor, não seriam exageros: não se tratava de uma *representação* excessiva, mas de uma *realidade* excessiva em sua multiplicidade e complexidade:

A terra sobranceia o oceano, dominante, do fastígio das escarpas; e quem a alcança, como quem vinga a rampa de um majestoso palco, justifica todos os exageros descritivos – do gongorismo de Rocha Pita às extravagâncias geniais de Buckle – que fazem deste país região privilegiada, onde a natureza armou a sua mais portentosa oficina.

*É que, de efeito, sob o tríplice aspecto astronômico, topográfico e geológico – nenhuma se afigura tão afeiçoada à Vida.*¹²⁶

Nesta primeira abordagem da paisagem brasileira, a partir de um percurso imaginário ao longo da bacia do São Francisco iniciado pela região sudeste do país, o que saltava aos olhos era a *exuberância sem par* de uma terra extremamente favorável à ocupação humana – e neste sentido contrária à imagem buckleana de uma riqueza natural excessiva e assim oposta à civilização. O que a caracterizava era justamente a confluência das condições geográficas com as necessidades e aspirações humanas: a

¹²⁵ Na introdução à sua *História da América Portuguesa* (1730), escreveu Rocha Pitta:

Do Novo Mundo, tantos séculos escondido (...) é a melhor porção o Brasil, vastíssima Região, felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas, e costas tudo são aromas; tributando os seus campos mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os mares o âmbar mais selete: admirável País, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa, a natureza se desentranha nas férteis produções, que, em opulência da Monarquia e benefício do mundo, apura a arte, brotando as suas canas espremido néctar, e dando as suas frutas sazoadas ambrósia, de que foi mentida sombra o licor e a vianda que aos seus falsos deuses atribuiu a culta gentildade.

Em nenhuma outra região se mostra o Céu mais sereno, nem madrugada mais bela a Aurora: o Sol em nenhum outro Hemisfério tem raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes: as Estrelas são mais benignas, e se mostram sempre alegres: os horizontes, ou nasça o Sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das Povoações nos aquedutos, são mais puras.

É enfim o Brasil terreal paraíso descoberto (...).

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1950. p. 3-4. 1. ed. 1730.

¹²⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1985. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. 1. ed. 1902. p. 92.

*terra atrai irresistivelmente o homem.*¹²⁷ Seguindo seu trajeto em direção ao leste, o escritor descreveu com entusiasmo a imponência das montanhas e rios de Minas Gerais, acentuando os tumultuosos contrastes e as repentinas transições entre os variados quadros naturais que desfilavam no extenso território, entre planaltos, serras, cenários alpestres, chapadões e campos. Paisagens diversas, surpreendentes e ricas sucediam-se, o que transmitiu à prosa do escritor uma sensação de movimento vertiginoso. Mas até então o conjunto do território é dotado de um fator de unidade: a exuberância em suas diversas formas e a adequação à ocupação pelo homem definiriam a região sul-sudeste do país.

Chegava-se subitamente, contudo, a um ponto de inflexão radical neste percurso quando a escrita de Euclides da Cunha transpunha a região diamantina da Bahia, em direção ao norte. Para o leitor atual, este movimento certamente traz a sensação, como definiu Ventura,¹²⁸ de um *vôo panorâmico sobre o planalto brasileiro*. A imagem mais adequada seria, porém, o olhar que percorre um mapa e que acompanha minuciosamente os acidentes geográficos representados no espaço de uma ampla folha de papel. Não por acaso, este olhar estacava subitamente no momento em que o mapa perdia sua continuidade, hiato de símbolos quando atingia o sertão ainda não descrito e não inserido na cartografia brasileira. A representação por excelência deste território é o vazio, em contraste com a paisagem anteriormente descrita por seu acúmulo de formas diversas de vida. À medida que se cruzava este limite, os acidentes geográficos restavam não representados, o que é, no interior da narrativa, o primeiro sintoma da não incorporação deste território pelo homem civilizado: *nenhum pioneiro da ciência*

¹²⁷ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 92.

¹²⁸ VENTURA, Roberto, op. cit. nota 123, p. 30.

*suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir.*¹²⁹ Reduzia-se a dura geografia, assim, à fantasia, ao rabisco, à idealização. O que se apresentava, a partir daí, era um estranho território que, apesar de geograficamente próximo a Salvador, antiga capital da colônia, havia sido *absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história.*¹³⁰

Ao contrário da região anteriormente descrita pela dinâmica e pela riqueza de seus aspectos geográficos, este distante sertão havia sido evitado pelos povoadores e bandeirantes, que passaram por ele de permeio e, como que repelidos pelo ambiente, seguiam em frente, em busca de outras paragens. Matas rarefeitas e empobrecidas, terrenos estéreis sob o sol abrasador, exsicados e vazios, configuravam uma paisagem sinistra de deserto. Ao invés do movimento dramático e da intensidade das transições bruscas dos cenários anteriormente observada, a sensação predominante era aqui a monotonia, ditada pela uniformidade dos quadros e a raridade das manifestações da presença humana, mesmo assim precárias e lúgubres. A melancolia do deserto refletia a pobreza do meio. No sertão adusto, a tensão dos elementos formava uma paisagem atormentada, martirizada por condições atmosféricas extremas que agrediam a terra: *dissociam-na nos verões queimosos, degradam-na nos invernos torrenciais.*¹³¹ A metáfora geológica assume aqui a defesa de uma idéia de irrefreável degradação: o escritor evocou a memória de um mar extinto em que as voragens tempestuosas sulcaram, desnudaram e sugaram as forças da terra, teoria geológica dotada de notável força imagética e dramática.

¹²⁹ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 109.

¹³⁰ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 95.

¹³¹ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 101.

Nesta paisagem brutal, as influências particulares dos agentes físicos confundiam-se, uma vez que faltava ainda, de acordo com Euclides da Cunha, conhecer e sistematizar suas mais simples configurações. Imperava aí a imagem de uma natureza esvaziada, em tenso desequilíbrio e em oposição ao homem. A vegetação da caatinga foi tomada como exemplar neste sentido, agressiva, urticante, espinhosa. O aspecto geral das paisagens secas era a monotonia: por léguas e mais léguas repetiam-se as mesmas árvores sem folhas, indiferenciadas e reduzidas a galhos retorcidos, natureza agonizante que se deprimia e buscava evitar a luz. Mesmo os mandacarus, impressionadores no início pelo contraste de sua vitalidade com o aspecto moribundo da flora restante, despertavam, na visão do autor, a insuportável melancolia de uma repetição sem tréguas. Contudo, quando findava o estio mesmo o estéril ambiente do sertão agreste assumia sua versão paradisíaca na obra de Euclides da Cunha. A paisagem adquiria aspecto deslumbrante e a natureza oferecia suas dádivas ao sertanejo:

*As juremas, prediletas dos caboclos – o seu haxixe capitoso, fornecendo-lhes, grátis, inestimável beberagem, que os revigora depois das caminhadas longas, extinguindo-lhes as fadigas em momentos, feito um filtro mágico – derramam-se em sebes, impenetráveis tranqueiras disfarçadas em folhas diminutas; refrondam os marizeiros raros – misteriosas árvores que pressagiam a volta das chuvas e das épocas aneladas do **verde** e o termo da **magrém** – quando, em pleno flagelar da seca, lhes porejam na casca ressequida dos troncos algumas gotas d'água; reverdecem os angicos; lourejam os juás em moitas; e as baraúnas de flores em cachos, e os araticuns à ourela dos banhados... mas, destacando-se, esparsos pelas chapadas, ou no bolear dos cerros, os umbuzeiros, estrelando flores alvíssimas, abrolhando em folhas, que passam em fugitivos cambiantes de um verde pálido ao róseo vivo dos rebentos novos, atraem melhor o olhar, são a nota mais feliz do cenário deslumbrante.*

*E o sertão é um paraíso...*¹³²

¹³² CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 126-127.

A exuberância edênica dos sertões do norte estava porém condenada a uma existência provisória e indeterminada, desde que a seca retornava e restabelecia o cenário de desolação e melancolia. Em sua visão da paisagem torturada pela canícula imprime-se a imagem angustiada de uma natureza em processo de transfiguração, capaz de abrigar ilusões de ótica, miragens, efeitos fantasmagóricos associados a referências históricas e legendárias. Da extrema fertilidade à aridez mais extrema, do calor abrasador do dia ao frio enregelante da noite, eram os *jogos de antíteses* que caracterizavam a natureza sertaneja. A trajetória em direção ao sertão de Canudos é paradigmática na obra de Euclides da Cunha, à medida que, a partir de um determinado ponto do território brasileiro, bruscamente definiam-se duas regiões opostas por suas condições físicas. A primeira, dinâmica, rica e variada, a segunda imóvel, pobre e monótona. Foi assim possível ao escritor reduzir a multiplicidade do território a uma dualidade geográfica entre o sul e o norte do país. A partir desta idéia, que ele expandiria em seguida para compreender a totalidade do território, Euclides da Cunha estabeleceu sua particular interpretação da realidade brasileira.

Lembremos que, ao desenvolver sua teoria da história, Buckle resumiu a duas suas assertivas fundamentais: enquanto as sociedades européias seriam caracterizadas por perfeita *manegeability of nature*, ou seja, seriam capazes de exercer domínio sobre suas forças naturais, submetendo-as em favor do aperfeiçoamento da civilização, nas sociedades não européias as condições do meio teriam potência superior às forças humanas e sociais, sobre as quais exerceriam domínio tirânico e inelutável. Essa mesma antítese foi transportada por Euclides da Cunha para sua definição da sociedade brasileira, que foi construída a partir do contraste entre o Sul e as demais regiões. Por um lado, as condições mesológicas do Mato Grosso, por exemplo, *balanceiam os*

exageros de Buckle,¹³³ correspondendo perfeitamente à imagem que o historiador inglês generalizou para todo o Brasil: uma terra selvagem e exuberante, onde os elementos demonstravam sua força máxima e onde uma aparência de extrema fertilidade escondia terríveis catástrofes, que acovardavam o homem e eram capazes de pôr fim a todos os seus empreendimentos. Paralelamente, na Amazônia a sobrevivência humana dependia de uma *evolução regressiva*, difícil submissão do organismo às condições climáticas que, causando sérios prejuízos às faculdades superiores do homem, o conduziam ao nível das *raças inferiores*.¹³⁴

Por outro lado, *volvendo ao Sul, no território que do norte de Minas para o sudoeste progride até o Rio Grande*, a civilização encontraria perfeitas condições de estabelecimento. Daí a similitude com as condições do meio europeu:

*Uma temperatura anual média oscilando de 17º a 20º, num jogo mais harmônico de estações; um regime mais fixo das chuvas que, preponderantes no verão, se distinguem no outono e na primavera de modo favorável às culturas. Atingido o inverno, a impressão de um clima europeu é precisa: sopra o SO frigidíssimo sacudindo chuvisqueiros finos e esgarçando garoas; a neve rendilha as vidraças; gelam os banhados, e as geadas branqueiam pelos campos...*¹³⁵

A heterogeneidade das condições mesológicas do país – reduzidas, afinal, a uma dualidade – conduziu o autor a observar a evolução histórica desigual entre as regiões brasileiras pois, segundo ele, contando com idênticos recursos humanos e condições

¹³³ A utilização do nome de Buckle por Euclides da Cunha é sempre generosa, mas deve ser interpretada com atenção. Em citação anterior, *as extravagâncias geniais* do historiador inglês foram consideradas uma representação plausível da riqueza do território do sul-sudeste do país: a exuberância é aqui sinônima de ambiente fértil e pródigo em termos de recursos, considerado não somente adequado como altamente favorável à civilização. A imagem adquiria, portanto, um sentido positivo, e esta região seria posteriormente caracterizada como *européia*. Neste segundo trecho, contudo, a referência aos *exageros de Buckle* assume sentido negativo, à medida que a exuberância da natureza é lida como um excesso – representado por desequilíbrios climáticos e manifestações impressionadoras da força dos elementos – que acabaria por estorvar a racionalidade e o desenvolvimento das forças sociais.

¹³⁴ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 152-3.

¹³⁵ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 153.

políticas, nela estabeleceu-se desde cedo uma polarização radical entre o que ele nomeou, genericamente, o Sul e o Norte. A chave para a interpretação da história brasileira estaria, portanto, nas condições do meio físico. A importância destas condições para a dinâmica da vida brasileira demonstra o que Nicolau Sevcenko definiu como o caráter verdadeiramente animista da confiança de Euclides da Cunha na inexorabilidade das leis naturais, que assumem, em sua obra, um papel ativo no drama da história¹³⁶. A evolução da região sul-sudeste acentuou seu caráter progressista, prático e conquistador, à medida que seus filhos encontravam apoio na força da terra, que os sustentava e que se deixava por eles aperfeiçoar, rendendo-se a seus propósitos de conquista e contínuo crescimento. Ele repetia, assim, a imagem que já havia criado para descrever a generosidade da natureza dessa região: *A terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatá-lo, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios.*¹³⁷ Ao contrário, no Norte, teriam dominado sempre a inércia, os arroubos teatrais, frente a uma notável ausência de motivação. Tal se explicava, segundo Euclides da Cunha, pelo fato de que nessa região o meio físico não permitia ou apoiava a condensação das energias humanas. Pelo contrário, deparando-se com uma natureza desfavorável, o ânimo dos homens do Norte arrefecia, e estes mantinham presos a uma vida sem conquistas.

As condições geográficas particulares do sertão do norte teriam determinado sua diferenciação em relação ao sul também à medida que conduziram à formação de um tipo humano distinto. No sul, onde o processo de exploração econômica era mais intenso e onde, conseqüentemente, era mais significativo o uso da mão de obra escrava,

¹³⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.131.

¹³⁷ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 155.

predominara a miscigenação do branco com o negro. O índio, exterminado em maior grau pela expansão da colonização branca, teve nessa região participação reduzida na formação racial. No norte, ao contrário, a colonização dera-se em ritmo pouco intenso e em condições de isolamento em relação às demais. Sendo reduzida a utilização de mão de obra negra, dada a escassez de capital, as sociedades do sertão, criadas a partir da atividade pastoril e dos aldeamentos indígenas, caracterizavam-se pela predominância do cruzamento entre o branco e o elemento nativo. Seu isolamento em relação ao movimento da civilização e às transformações da vida brasileira explicava, segundo o autor, a formação de uma sociedade que, esquecida e mal compreendida, tornou-se autônoma, forte e íntegra, possibilitando a consolidação de um tipo racial estável e aperfeiçoado no correr dos anos. Tal isolamento teria sido imposto pelas condições do meio geográfico brasileiro, *porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins. O meio atraía-os e guardava-os.*¹³⁸ Esse tipo humano constituiria, segundo Euclides da Cunha, *o cerne vigoroso da nossa nacionalidade* que, expandindo-se pelos sertões do norte, teria possibilitado sua ocupação e povoamento, mesmo nas regiões mais agrestes. *Raça forte e antiga*, essa etnia sertaneja teria dado continuidade à tradição cultural dos primeiros colonizadores portugueses, mantendo intactas formas de vida arcaicas. A descrição da terra abre caminho para a caracterização do sertanejo que com ela se confundia, acentuando em ambos a dramaticidade de seu aspecto e de seu desenvolvimento anômalo e conflituoso.

¹³⁸ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 167.

Essa raça sertaneja foi portanto definida, em primeiro lugar, como produto das condições do meio físico e natural. Antes de Euclides da Cunha, já Afonso Arinos havia estabelecido uma relação de perfeita continuidade entre a natureza e o homem no sertão, também a partir de sua interpretação dos eventos de Canudos.¹³⁹ A guerra permitira à intelectualidade brasileira visualizar a existência, dentro do território nacional, de uma sociedade autônoma, naquele momento não apenas inteiramente divorciada como claramente oposta aos destinos nacionais. Segundo Arinos, até então apenas eram vistos como brasileiros os homens que viviam nas cidades cosmopolitas do litoral, para onde eram dirigidos todos os recursos e toda a atenção do poder público, dedicado a imitar as instituições e os hábitos estrangeiros. Canudos representava, assim, a insurreição do Brasil central contra o esquecimento e o desdém em que havia sido deixado pela nacionalidade, que não o contemplara durante seu processo de organização política e institucional. Da experiência da guerra em diante, argumenta Arinos, tratava-se de assimilar o sertão à civilização como forma de afirmar a própria nacionalidade, que ele representava de forma mais pura e legítima que os homens do litoral, uma vez que os seus habitantes eram vistos como frutos da própria força da natureza brasileira. *Deixados à lei da natureza, eles tomaram da natureza o que ela espalha com mão profusa pela flora ou pela fauna selvagem; cresceram e enramaram-se como árvores das selvas, aprenderam agilidade com os chibos ariscos nas encostas alpestres, tiraram dos jaguares os estratagemas de guerra e a ferocidade na defesa das furnas.*¹⁴⁰

¹³⁹ Além do texto citado nesse capítulo, Afonso Arinos escreveu sobre a guerra de Canudos o romance *Os jagunços*, primeiramente publicado em 1898 no jornal *O comércio de São Paulo* sob o pseudônimo Olívio Barros. ARINOS, Affonso. *Os jagunços*. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1969. 1. ed. 1898. p. 121-384.

¹⁴⁰ ARINOS, Affonso. *Campanha de Canudos: o epílogo da guerra*. In: _____. *Notas do dia: commemorando*. São Paulo: Andrade, Mello, 1900. p.140.

Para Euclides da Cunha, se por um lado o isolamento, geográfico em sua base, tornou essa etnia estável e sólida, por outro lado a condenou inexoravelmente, porque a manteve alheada em relação ao movimento da história. A dependência em relação à natureza é o corolário deste isolamento temporal. Retrógrada, não degenerada, essa raça estava, contudo, na visão do escritor, condenada a perecer frente à expansão da civilização que suprimia as *tradições evanescentes* e imprimia seu ritmo vertiginoso de transformações. Para o escritor, a estabilização completa da etnia sertaneja dependeria de condições de equilíbrio que eram totalmente ausentes na sociedade do seu tempo, em que o ritmo das transformações sociais e o avanço da civilização viriam necessariamente *atropelar* as etnias e povos retardatários. A guerra de Canudos se tornava, desse ponto de vista, a primeira incursão desses representantes de civilização – ainda que barbarizados pela guerra – em um território pertencente ao passado, obsoleto num mundo modernizado que deveria necessariamente tomar seu lugar. Também Afonso Arinos adotou uma visão civilizadora da guerra de Canudos, que definiu como um *batismo de sangue* que abriu as portas do sertão à nacionalidade, idéia sorvida dos modelos históricos do darwinismo social, que afirmavam o avanço da civilização através da violência e da dominação dos fortes.

Nos dizeres de Euclides da Cunha, a dualidade entre Norte e Sul,¹⁴¹ alternativamente traduzida como sertão e litoral, constituía a essência mesma da história

¹⁴¹ Em *O momento literário*, Coelho Neto afirma a importância de Euclides da Cunha na caracterização da dualidade fundamental entre o Norte e o Sul do Brasil, distinguindo suas literaturas a partir da caracterização do meio físico:

O Euclides da Cunha já dividiu magistralmente o norte e o sul. É incontestável. (...) O norte não é belicoso. Um profundo lirismo vive na sua alma, e tanto as alegrias como as dores são sempre postas em canto. Daquele pedaço de terra o sol nunca de todo se arreda, porque, se a luz foge, fica o calor acalentando o solo, as árvores e os céus. Os homens vivem com os elementos, são dispersivos e crêem nas divindades. No sul, ao contrário, a terra fria faz a concentração, a luta, e os elementos estrangeiros vão se acentuando. O norte é virgem e bravo; ao sul, os homens de músculos brancos e cabelos de metal vão

brasileira: *não temos contraste maior na nossa história. Está nele a sua feição verdadeiramente nacional.*¹⁴² Ao mesmo tempo, o escritor mostrava-se consciente do quanto era esta dualidade ameaçadora do ponto de vista da afirmação da nacionalidade: *discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional.*¹⁴³ Conforme a análise de Brandão,¹⁴⁴ que contrastou *Os sertões* com uma obra fundadora do mito nacional, *O Guarani*, de José de Alencar, o texto de Euclides da Cunha estabeleceu a consciência da precariedade da visão idílica e edênica da natureza e do homem brasileiros, ao acentuar a essência paradoxal da relação entre o meio físico descrito objetivamente e seu significado cultural: a natureza surge transfigurada e dramatizada, ao mesmo tempo em que a voz narrativa não pode mais se identificar com a realidade arcaica com que se defronta. O drama da quebra da unidade não teria em sua época outra representação tão forte quanto a Guerra de Canudos vista por Euclides da Cunha, e esta obra passou a ser daí para frente irrevogavelmente ligada às demandas de redirecionamento das atenções do projeto nacionalista em direção ao interior do Brasil. *Os sertões* tornou-se o paradigma político e literário do nacionalismo brasileiro, representado na obra pelo estabelecimento da idéia da terra e do homem sertanejos como núcleos essenciais da formação de um Brasil autônomo e íntegro, ao mesmo tempo que sinônimo de atraso. A

escorraçando a raça primitiva. O norte, para onde emigram os pretos, os caboclos e os descendentes deles, será o reservatório fatal da grande poesia natural do Brasil. Prevejo no futuro o Rio como um grande celeiro e a divisão da literatura em duas literaturas distintas – a do sertão e a da campina...

COELHO NETO apud JOÃO DO RIO. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca os pretos, os caboclos e os descendentes deles, será o reservatório fatal da grande Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1994. p. 59. 1. ed. 1907.

¹⁴² CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 156.

¹⁴³ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 126, p. 496.

¹⁴⁴ BRANDÃO, Roberto de Oliveira. O mito épico na ficção brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 139-148, 1992.

obra de Euclides da Cunha constituiu-se como uma referência imaginária de importância ímpar entre a intelectualidade do país, formando uma tradição de pensamento de longa influência, ainda que se alimentando do embate dramático de seus próprios conflitos e contradições.

A verdade porém é que ao tocarmos a região do assombro, tal espetáculo nos priva da liberdade de ser, e afinal nos constrange. É o que sucede com esta força, esta luz, esta abundância. Nós passamos por aqui em êxtase, não compreendemos o mistério...

Graça Aranha, Canaã, 1902

Lançado no mesmo ano que *Os Sertões*, 1902, o romance *Canaã*, de Graça Aranha incorporou, a partir das relações estabelecidas entre homem e natureza, alguns dos principais debates da intelectualidade do país na época. Tanto *Os sertões* quanto *Canaã* encenam o Brasil retrógrado e tradicional do interior em momentos de intenso conflito cultural, em que se operava a ruptura de seu isolamento e de sua autonomia. Euclides da Cunha enfatizou a força irrefreável da civilização no *esmagamento inevitável* das *tradições evanescentes* e das *raças retrógradas* insuladas do grande movimento universal da civilização. N' *Os sertões* essa força, alternativamente civilizadora e bárbara, havia sido incorporada pelo Estado nacional, enquanto em *Canaã* a discussão sobre as possibilidades de acomodação entre o Brasil tradicional e o impulso modernizador foi conduzida a partir da problemática da imigração estrangeira. A paisagem natural foi então convertida em um núcleo imagético em torno do qual as mais importantes problemáticas discutidas pela obra lograram objetivar-se.

Exemplo disso são as transições de sentido que a natureza experimenta no decorrer do romance. Num primeiro momento, a paisagem reflete o otimismo do imigrante que imprimia na nova terra um projeto utópico de integração entre o elemento autóctone e o estrangeiro: um cenário pacífico e harmonioso, onde nada foi definido como excessivo ou perturbador. Nesta paisagem, nem o rio era muito largo, nem sua correnteza tempestuosa; os picos da serra não alcançavam grandes alturas, do mesmo modo que a floresta não tinha aspecto exuberante e as colinas ondevam-se brandamente. As forças vitais da natureza encontravam-se como que apaziguadas, mesmo seus tímidos ruídos contribuía para o silêncio que imperava, grave, na imobilidade inabalável das coisas. O sol tropical, filtrado pelas copas das árvores, transmitia uma luminosidade reconfortante e messiânica.

No primeiro contato com a floresta tropical, por outro lado, a sensação dominante passava a ser a vertigem. Trata-se neste momento de uma paisagem grandiosa dominada por formas assimétricas de assustadora variedade, onde cores vivas e quentes misturavam-se em inúmeros matizes, luz e sombra. Na visão do autor, o espetáculo da natureza brasileira com seus extremos em contraste significava uma forma de constrangimento, uma vez que, assombrado, o homem teria sua liberdade limitada pelo êxtase e pela impossibilidade de compreensão racional de uma realidade definida pelo mistério, realidade obscura que escapava ao entendimento e ao controle. Essa perturbação causada pela violência das sensações despertadas pela floresta exuberante representaria um sério entrave ao estabelecimento de uma civilização no país, ainda que, na concepção de Graça Aranha, o homem – o europeu, em particular – estivesse já dando provas de que um dia seria capaz de dominar a natureza. Até então apenas

iniciado, esse processo de controle das forças do meio definiria as possibilidades da presença do homem no território.

No decorrer da narrativa, as dificuldades da vida de agricultor, especialmente o esgotamento físico a que conduzia o trabalho na terra, a corrupção do sistema político e jurídico, as injustiças e os preconceitos do meio social desfaziam o encantamento inicial pela terra brasileira. A vertigem da floresta exuberante reduzia-se a um terrível cansaço, à medida que os esforços mostravam-se tão penosos quanto infrutíferos e a sensação dominante passava a ser o abatimento: *tudo o que era natureza tinha um aspecto sinistro, trágico, desolador*.¹⁴⁵ A temática de *Canaã* pode ser assim definida como a falência dos ideais em choque com a realidade, e a representação da natureza acompanha essa gradativa falência dos projetos, de forma que a utopia não se mostra incompatível com uma concepção extremamente negativa da realidade brasileira, que pelo contrário a prefigura.¹⁴⁶ Uma das principais problemáticas envolvidas nesse processo é justamente o domínio da natureza. Na visão do autor, restava ao brasileiro subjugar ainda grande parte das forças naturais do território, em relação às quais ele se mantinha submisso. Por isso, a natureza selvagem exerceria uma influência tirânica e tornava-se, na visão de Graça Aranha, um terrível estorvo ao processo civilizador:

– *Aqui o espírito é esmagado pela estupenda majestade da natureza... Nós nos dissolvemos na contemplação. E, afinal, aquele que se perde na adoração é o escravo de uma hipnose: a personalidade se escapa para se difundir na alma do Todo. A floresta no Brasil é sombria e trágica. Ela tem em si o tédio das coisas eternas. A floresta européia é mais diáfana e passageira, transforma-se infinitamente pelos toques da morte e da ressurreição, que nela se revezam como os dias e as noites.*

– *Mas este espetáculo de uma grande mata brasileira é assombroso, não é? – interrompeu Lentz.*

¹⁴⁵ ARANHA, Graça. *Canaã*. 11. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1959. p. 245. 1. ed. 1902.

¹⁴⁶ PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Edusp, 1992.

– *É. A verdade porém é que ao tocarmos a região do assombro, tal espetáculo nos priva da liberdade de ser, e afinal nos constrange. É o que sucede com esta força, esta luz, esta abundância. Nós passamos por aqui em êxtase, não compreendemos o mistério...*¹⁴⁷

Essa idéia seria futuramente desenvolvida pelo escritor em sua obra *A estética da vida*, onde foi apresentada, sob a forma de discurso filosófico, a metafísica da civilização tropical já esboçada em *Canaã*, e retomado o debate quanto à possibilidade de se estabelecer uma civilização num país como o Brasil. Segundo Graça Aranha, embora tudo fosse enigmático e impreciso na psicologia das raças, seria sempre possível identificar um traço característico na alma das nações. O traço coletivo característico do Brasil seria a imaginação que, diferente da capacidade de idealização e daquela de criação pela capacidade artística, foi definida como um estado de magia que se originava da representação do universo, através da qual a realidade era abstraída em favor de imagens. Esse atributo do homem brasileiro era em sua visão resultante da fusão dos caracteres mentais das três raças diferentes que a compuseram, em meio à natureza tropical. Esses três povos teriam em comum o espírito melancólico, perturbado ainda mais pela visão da terra e da natureza americana:

A natureza é uma prodigiosa magia. E no Brasil ela mantém nas almas um perpétuo estado de deslumbramento e de êxtase. É a eterna feiticeira. Tudo é um infinito e esmagador espetáculo, e os personagens do drama do sortilégio são a luz que dá o ouro aos semblantes das cousas, as formas extravagantes, as cores que assombram, o mar imenso, os rios volumosos, as planícies cheias da melancolia do deserto, a floresta invasora, tenaz, as árvores sussurrantes, castigadas pelos ventos alucinados...

*E o espírito do homem desvaira... Ele não se sente em comunhão com a natureza (...).*¹⁴⁸

¹⁴⁷ ARANHA, Graça, op. cit. nota 145. p. 40-41.

¹⁴⁸ ARANHA, Graça. *A esthetica da vida*. Rio de Janeiro: Garnier, [192-] p.89-90. 1. ed. 1920.

Criando uma intermediação inadequada entre o homem e seu meio físico, a imaginação característica da alma brasileira impossibilitaria a integração do espírito ao universo, uma vez que ele se sentiria apartado da natureza. Identifica-se aí a origem da sensibilidade brasileira, sua excitação, tristeza, ansiedade e desejo, que agiriam no sentido de ampliar e deformar a realidade. O espírito do homem brasileiro refletiria portanto a desordem e a exuberância da mata tropical, na qual o escritor reconhecia o encontro de lendas de todo o planeta, os chamados *mitos físicos da natureza*, que assumiram, no espírito fantasioso e desordenado do brasileiro, uma existência real. Segundo o autor, este *objetivismo mitológico* chegava a ser tão profundo e a profusão de mitos tão intensa que eram obscurecidos os limites entre o mundo real e a fantasia – simultaneamente, o autor dissolve os limites entre as culturas nacionais:

*No Brasil, o espírito do homem rude, que é o mais significativo, é a passagem moral, o reflexo da esplêndida e desordenada mata tropical. Há nele uma floresta de mitos. São lendas de todas as partes que aí se encontram, lendas do Mediterrâneo harmonioso, da incerta Islândia, dos estepes, das úmidas noruegas, do Oriente inverossímil, deformadas em longas peregrinações e entrelaçadas às lendas toscas, grosseiras, vindas na invasão negra, e àquelas que nascem das selvas americanas, mitos físicos da natureza, formando um só e intrincado todo, misterioso e extravagante, que é a alma do homem brasileiro.*¹⁴⁹

Esta imaginação inflamada pelas sugestões do ambiente tropical significa, para Graça Aranha, a origem da história da civilização brasileira, definida como a história do embate entre o espírito humano e a natureza. Criando *miragens de cobiça*, a imaginação da riqueza excepcional da terra brasileira deu segundo ele impulso à ilusão do domínio da terra, da realização de suas mais delirantes fantasias de riqueza, abundância e poder, que conduziram o homem a desafiar o mundo natural. Esta obra era sobretudo uma obra

¹⁴⁹ ARANHA, Graça, op. cit. nota 148, p. 90-91.

de devastação e violência furiosas. Para o autor, não havia existido, em toda a história da civilização, combate igual ao que assistiu a história brasileira, combate em que o homem, a ferro e fogo, sobrepôs-se à natureza e transformou-a em uma escrava que devia deliciá-lo, sustentá-lo e enriquecê-lo. A partir daí é possível depreender a concepção de cultura própria à obra de Graça Aranha: ela é estabelecida a partir do ato violento de submissão da natureza pelo homem, que a ele se opõe. Esta idéia pode ser tributada à influência da Escola do Recife, sob a qual formou-se o autor, em seu contato com a filosofia alemã e com o pensamento de Tobias Barreto.¹⁵⁰

*Foi uma submissão, mas não o apaziguamento: a luta se mantém sempre iminente, o homem está em desafio e a natureza em ameaça. A vida é uma perpétua luta, uma ânsia insaciável de descobrimentos contínuos, um infatigável movimento de conquista, a marcha para o interior do país, uma vaga inquietação, uma instabilidade perturbadora, nessas imigrações incessantes das próprias gentes da terra, que errantes vão para além à busca da riqueza, numa corrida acelerada para a morte, que as espreita nas florestas traiçoeiras e nas pérfidas águas dos rios sinistros. Que importa? Outros homens virão para o triunfo, fascinados, ardentes e ávidos – perpétuos escravos da imaginação...*¹⁵¹

O escritor afirmava, assim, que o homem brasileiro era um vitorioso em sua luta contra a natureza, ao contrário do indígena, que aqui viveu durante séculos totalmente dominado pelo meio, do qual era apenas um *puro reflexo animal*. Totalmente abafada pela trágica natureza tropical, a mentalidade do indígena teria permanecido primitiva, e não participou da obra de conquista do território brasileiro, que deveria ser tributada, na visão do autor, ao homem europeu, que já havia sido capaz de dominar outro ambiente natural, e pelo aliado que forneceu a energia física necessária a esta empreitada, o escravo negro. A conformação física do país dificultou, contudo, sua conquista, dada a

¹⁵⁰ MORAIS, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 42.

¹⁵¹ ARANHA, Graça, op. cit. nota 148, p. 92.

impenetrabilidade do continente maciço, que tornou a marcha da civilização lenta, ainda que enérgica.

*Logo à margem do mar, as montanhas se perfilam para proteger a terra. E, além delas, imensos rios, densas e emaranhadas florestas são alternados por campos ilimitados, tristes desertos, sertões desolados, onde passa o terror, das secas que se revezam ao espanto das inundações, dando a toda a natureza a atitude de catástrofes iminentes, que trazem ao espírito a angústia de cataclismos sem fim.*¹⁵²

Ao mesmo tempo inimiga em perpétuo combate, a natureza seria para o homem brasileiro, exaltado por índole, objeto de veneração e afeição. Na visão de Graça Aranha, daí decorria o providencialismo, ou seja, a excessiva confiança na riqueza inesgotável da terra e em seu destino de grandeza, o que conduziria a um irresponsável descuido em relação à natureza. A exaltação patriótica das belezas e riquezas do meio físico e a continuidade do espírito de conquista, que explicavam a contínua expansão da presença humana no território, eram outras consequências desse *misticismo físico da grandeza da terra*. Na visão do autor, a vitória do homem português sobre a natureza brasileira era um dos exemplos mais fortes da imposição humana sobre o mundo material, demonstrando o traço característico da civilização portuguesa: *a lei da constância vital*, que teria sido transmitida ao espírito brasileiro e que deveria permanecer pelo menos enquanto a herança portuguesa continuasse sendo preponderante nele. Para o autor, o futuro do Brasil dependia desse espírito de constância que poderia permitir a conquista da natureza do país. Este espírito explicaria a unidade nacional e sua permanência, frente ao aspecto diverso da natureza de cada região brasileira, uma vez que, física ou geologicamente, nada contribuiria para esta unidade. Por isso, integrar a força da tradição representada pela cultura portuguesa ao

¹⁵² ARANHA, Graça, op. cit. nota 148, p. 96-97.

meio físico tropical era, na visão de Graça Aranha, o grande privilégio do Brasil como nação.

Assim, na concepção do autor, *o homem brasileiro é a imagem da floresta tropical*.¹⁵³ Para Graça Aranha, enquanto o selvagem vivia em completa identificação com a natureza, sentindo-se em continuidade com ela, o colonizador, seu adversário, passou a ser dominado por uma forma de misticismo físico que transformava o terror da natureza em arrebatamento. Assim, desconectada do mundo físico, a ação humana no Brasil acabaria por carecer de um sentido positivo, tornando-se mística e fetichista. A visão trágica da natureza característica do misticismo das raças inferiores formadoras do homem brasileiro manifestar-se-ia portanto na forma deste constante estado de magia, que o induzia à imobilidade. A cultura brasileira, e notavelmente sua literatura, seriam expressão do desenraizamento derivado da ausência de unidade entre a obra humana e a natureza no Brasil. Quando o homem não mais se deixasse aterrorizar pela natureza, vencendo-a, estaria eliminada a radical separação entre ambos.

A libertação do terror por meio da promoção da unidade da alma brasileira com o universo dar-se-ia, em primeiro lugar, pela transformação da relação do homem com a natureza que o esmagava e o fazia temeroso e triste, através de processos culturais e artísticos que criariam, por meio do estímulo aos sentidos, a percepção da continuidade entre o homem e o ambiente. À produção estética era atribuído o papel fundamental de promover a aproximação do brasileiro em relação à natureza e aos aspectos bárbaros que a compunham, para que se tornasse possível sua integração ao universo.¹⁵⁴ O

¹⁵³ ARANHA, Graça, op. cit. nota 148, p. 96-97.

¹⁵⁴ A partir desse aspecto d'*A estética da vida*, Eduardo Jardim de Moraes demonstra a influência de Graça Aranha sobre o movimento modernista brasileiro, especialmente o verde-amarelismo e as correntes inspiradas por Oswald de Andrade, do Pau Brasil à antropofagia. José Paulo Paes, por sua vez, estudou a

segundo empreendimento a ser assumido pelo homem no Brasil era, para Graça Aranha, a superação da metafísica bárbara herdada dos índios e negros, que perpetuava a consciência da imposição da natureza sobre o homem, criando uma situação de imobilidade, espanto e exaltação mística. Presos numa eterna ilusão que via o mundo exterior com espanto e medo, o espírito desses homens não pôde livrar-se do mito da natureza invencível, frente à qual eles se tornaram passivos e indiferentes. *Uma profunda inércia para a cultura e uma invencível letargia* davam assim um aspecto caótico e disforme à vida social do povo brasileiro, alienado de sua própria realidade. O mesmo seria observado quanto à inteligência brasileira, ainda permeada do trágico próprio aos elementos bárbaros. Uma nova visão da natureza em que a alegria se substituísse à opressão seria, portanto, etapa fundamental dos *trabalhos do homem brasileiro* no sentido da libertação do terror. Portanto, como observou Dutra,¹⁵⁵ para Graça Aranha uma cultura verdadeiramente brasileira seria fundada não a partir da eliminação da barbárie impressa pela imagem da natureza no espírito brasileiro, mas de sua incorporação pela arte: a criação de uma epopéia da imaginação promoveria a absorção civilizadora da natureza e do homem que dela se derivou, exatamente no que havia neles de grandioso, assombroso e imaturo. Este projeto foi certamente incorporado pelo programa modernista, sendo sua influência particularmente visível no *Retrato do Brasil*.

Em seu ensaio *O fator geográfico na política brasileira*, publicado em 1921, Elísio de Carvalho demonstrava seu apoio às idéias do autor de *Canaã*, ao qual atribuía

presença de algumas idéias centrais de *Canaã* na literatura do modernismo de 1922. MORAIS, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*, op. cit. nota 150. PAES, José Paulo, op. cit. nota 146.

¹⁵⁵ DUTRA, Eliana de Freitas. O não ser e o ser outro: Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 233-252, 2000.

uma missão salvadora de *guia dos nossos destinos e das nossas possibilidades*.¹⁵⁶ A respeito deste ensaio, vale ressaltar em especial sua filiação teórica, bastante próxima do determinismo abraçado pelos intelectuais da Escola do Recife cinquenta anos antes. Isso pode ser já observado nas idéias do autor a respeito das relações entre as sociedades e o meio físico.¹⁵⁷ Segundo ele, a geografia era a súplica da história, a prefiguração do futuro de um país com o rigorismo de uma fórmula matemática, além de ser como um espelho que refletia as energias psicológicas da nacionalidade. A referência adotada pelo autor não foi outra senão Buckle,¹⁵⁸ cuja obra era ainda, segundo ele, a melhor referência para o estudo das relações entre sociedade e meio físico, apesar dos esforços da *ciência nova* representada principalmente pela antropogeografia alemã.

É também inegável a influência das idéias do historiador inglês sobre a obra de Graça Aranha, especialmente no que toca à ação do *aspecto geral da natureza* no sentido do enaltecimento das funções imaginativas, emotivas e sensuais do homem dos

¹⁵⁶ CARVALHO, Elysio de. *Os bastiões da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922. p. 158-159. Elísio de Carvalho seria um dos principais representantes do que Antônio Arnoni Prado definiu como um *modernismo de direita*, ou uma *falsa vanguarda* formada por intelectuais dissidentes do movimento de 1922, grupo sobre o qual a obra de Graça Aranha teria exercido maior ascendência. PRADO, Antonio Arnoni. 1922 – *itinerário de uma falsa vanguarda*: os dissidentes, a Semana e o integralismo. São Paulo: Brasiliense, 1983. Ainda que tenha sido bastante ironizado pelos modernistas, a presença das idéias de Graça Aranha no programa da “verdadeira vanguarda” ficou muito bem demonstrada pelos estudos de Eduardo Jardim de Moraes e José Paulo Paes, op. cit. nota 150, 146.

¹⁵⁷ O estabelecimento de relações causais entre a esfera da natureza e a esfera humana tornou-se um discurso bastante difuso. Exemplo disso são as palavras do poeta Luís Carlos, em sua incursão no gênero ensaístico. Buscando fundamentar o patriotismo, escreveu ele: *Se o absorvente problema social, que agita, neste momento, o Universo, tende a expungir as fronteiras das nações, a pretexto de que o mundo foi feito para a humanidade, não há fugir ao determinismo mesológico de cada região, que fraudava aquele excelso ideal, impondo, pela natureza, o caráter diferencial dos povos e, concomitantemente, a instituição da Pátria*. LUIS CARLOS. *Encruzilhada*. Rio de Janeiro: Castilho, 1922. p.148.

¹⁵⁸ A longevidade da influência de Buckle entre a intelectualidade brasileira é surpreendente, ainda que por vezes exprima avaliações bastante severas a respeito de suas teorias. Este é o caso da *Pequena história da literatura brasileira*, publicada em 1919 por Ronald de Carvalho, que dedica parte considerável de sua análise do influxo do meio físico sobre a cultura brasileira a rever as idéias de Buckle a respeito do Brasil. CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1955. 1. ed. 1919. No *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, publicado em 1928, Buckle é novamente lembrado quando em questão está a influência do meio sobre a índole nacional. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p.147. 1. ed. 1928. p.147.

trópicos, *escravo da imaginação*, em detrimento da racionalidade que permitiria que esta natureza fosse manejada. É importante lembrar que, na análise do historiador inglês, os elementos subjetivos que influíam sobre a formação da psicologia das sociedades tinham tanta importância quanto os elementos objetivos, ou seja, os obstáculos físicos à apropriação da natureza. O emprego dessa idéia aproxima Graça Aranha, principalmente, da teoria da cultura brasileira de Araripe Jr., que também valorizou extremamente este aspecto do pensamento do historiador inglês:

Ora, no que diz respeito aos fenômenos naturais, é evidente que tudo quanto inspira terror ou grande admiração, que tudo quanto excita no espírito o vago e o irresistível, tem uma tendência particular para inflamar a imaginação, e para pôr sob seu império as operações mais lentas e mais refletidas do entendimento. Nessas circunstâncias, o homem, pondo-se ele próprio em contraste com a força e a majestade da natureza, experimenta de um modo penoso a consciência de sua própria insignificância, um sentimento de inferioridade dele se apodera. Inumeráveis obstáculos o rodeiam, e limitam-lhe a vontade. Seu espírito, abalado diante do indefinido e do indefinível, procura apenas escrutar os detalhes que compõem essa grandeza imponente¹⁵⁹.

O indefinido e o indefinível, tão enfatizados pelas teorias da cultura brasileira de Graça Aranha e Araripe Jr., refletiam um sentimento da natureza que, na visão dos autores, era formador de uma sensibilidade particular, definidora do sentido do *estar no mundo* para o homem brasileiro. Essas idéias dependiam, por outro lado, de uma determinada *imagem* da natureza, ressaltada em sua exuberância, sua variedade e riqueza excepcionais, seu poder de maravilhar que escaparia completamente à possibilidade de sua apreensão racional. Esta natureza representada situava-se para além do domínio do conhecimento humano, uma vez que seria dotada de forças vitais autônomas, e portanto também fora de seu controle e domínio.

¹⁵⁹ BUCKLE, Henry Thomas, op. cit. nota 59, p.101.

A imagem do meio físico exuberante e ubérrimo é uma referência presente, em maior ou menor intensidade, nas obras de todos os autores citados, que buscaram promover, cada um à sua maneira, uma reinterpretação da idéia de natureza na formação do país – mesmo que ela não os interessasse tanto quanto qualquer paisagem impregnada de história e de cultura, como é o caso de Joaquim Nabuco. A imagem paradisíaca não deixava contudo de ser uma referência constante, e de assumir funções diversas nos discursos desses autores. Sua atribuição mais constante era, sem dúvida, explicar a origem do atraso brasileiro, em geral associada, em diferentes formulações, à idéia da antítese entre a riqueza do meio e a precariedade da obra humana no país, como nos textos de Sílvio Romero e do primeiro Capistrano de Abreu. O exemplo mais surpreendente está na obra de Oliveira Viana, que recorreu a uma imagem idílica da natureza para explicar os tênues vínculos sociais no meio rural brasileiro. No caso de Euclides da Cunha, essa imagem desdobrou-se e colocou-se a serviço da idéia de uma nacionalidade cindida desde a sua base física, visão que rompeu a unicidade do discurso da grandeza natural do país, mas que acabou por reduzir toda a variedade do território a uma dualidade entre o meio físico *civilizável* – e civilizador – e aquele que parecia condenado a permanecer selvagem e a resistir ao domínio humano. Enquanto o historiador Capistrano de Abreu via na incorporação do homem ao meio a gênese de uma diferença característica da experiência local, Araripe Jr. e Graça Aranha buscavam no impacto psicológico da imagem da natureza as raízes de uma sensibilidade brasileira, assumindo assim uma idéia de correspondência entre o caráter do meio e o caráter do homem. Em *Canaã*, o sentido edênico atribuído à paisagem brasileira aplicava-se à utopia da redenção do homem na terra prometida, convertido ao sonho de uma

civilização renovada sob o sol tropical, e da natureza incorporada à cultura pelo sopro fertilizante da modernidade.

Havendo demonstrado como, durante as primeiras décadas da colonização brasileira, os motivos edênicos foram bastante obscurecidos pela predominância do espírito empírico e pragmático sobre as imagens míticas na mentalidade portuguesa, Sérgio Buarque de Holanda formulou uma sugestão bastante atraente a respeito da presença da imagem paradisíaca na história brasileira. Segundo ele, principalmente a partir do século XVII, a riqueza do império espanhol começou a despertar o entusiasmo dos portugueses, de modo que sua *visão singela e tranqüila da América* deu lugar à busca da riqueza excepcional a ser obtida por meio da atividade agrícola e da mineração, em todo o caso frutos da exploração exaustiva da terra, *sem retribuição de benefícios*.¹⁶⁰ A imagem do meio físico abundante, no limite do excessivo, inesgotável em sua riqueza a ser extraída e em sua constante expansão, conformou um persistente edenismo tropical na representação do Brasil. A idéia do eldorado com sua *procissão de milagres* passou assim a marcar, na visão do historiador, toda a história brasileira, até a República, indissociavelmente ligada à história da exploração econômica do país, sempre dependente da apropriação de suas riquezas *naturais*. Não se trata de considerar a existência de um *hiato* entre o Brasil construído pela palavra escrita e o “verdadeiro” Brasil que se foi construindo através do trabalho escravo, de processos violentos de expansão e ocupação do solo, e do pavor frente a uma natureza de ritmos diversos daquela que já havia sido domesticada na Europa, como afirma Meyer,¹⁶¹ mas de

¹⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.334.

¹⁶¹ MEYER, Marlyse, op. cit. nota 62.

reconhecer a vinculação entre essas duas realidades, a textual e a experimentada.¹⁶² observou que a percepção da natureza das colônias foi modelada por duas visões opostas: como paisagem, ela tornou-se objeto de adoração, fruição estética e sensorial, enquanto do ponto de vista da prática da colonização a natureza foi vista como adversária a ser vencida, desbravada e controlada para a apropriação dos recursos que poderia fornecer à riqueza européia. Enquanto em seu meio original há muito a floresta nativa já havia sido destruída, o colonizador europeu com seu gosto pela paisagem cultivada, domesticada, chegou ao meio tropical como estrangeiro, e como um inimigo *em guerra contra a natureza*. Nas últimas décadas do século XIX, a imagem paradisíaca estava já irremediavelmente condenada e, ainda que se insinuasse com bastante frequência na representação do Brasil, estava fadada a conviver com visões bem menos empolgantes da relação do homem com a natureza no país. O reverso da *visão do paraíso*, que já se faz sentir nas obras dos autores apresentados, é o tema do próximo capítulo.

¹⁶² SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 108-119, 1996.

CAPÍTULO 2

EM GUERRA CONTRA A NATUREZA

Representações do conflito entre o homem e o meio

O sol declinava; do fundo do horizonte partiam compridos raios alaranjados que realçavam a mais admirável perspectiva, tão bela que ainda permanece viva em nossa lembrança. Aqueles eternos esplendores da natureza tornavam ainda mais doloroso o sentimento de nossa ruína iminente (...).

Alfredo d'Escragnolle Taunay, *A retirada da Laguna*, 1871

Era início do ano de 1865 e a Guerra do Paraguai apenas começara quando o exército brasileiro deu início à organização de uma expedição destinada a investir contra o país inimigo pela sua fronteira setentrional com o Brasil. Enquanto outro corpo de forças atacaria a fronteira sul do Paraguai, essa coluna alcançaria o distrito de Miranda e a margem do rio Apa, fronteira entre os dois países, ao sul da província de Mato Grosso. Este plano parecia, anotou Alfredo d'Escragnolle Taunay em suas memórias, *muito razoável no gabinete e à vista de mapas que simplificam tudo, enormes distâncias, fornecimento de víveres e o mais, mas cuja realização era quase impraticável*.¹ Essa última observação foi certamente feita à luz dos acontecimentos posteriores, pois ele próprio demonstrou uma certa inconsciência das dificuldades que seriam enfrentadas pela expedição, quando anotou seu entusiasmo ao ser nomeado ajudante de sua comissão de engenheiros. Esse entusiasmo foi nutrido tanto pelas suas ambições artísticas – desvelar aos olhos do mundo a beleza de paisagens selvagens – quanto por

¹ TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. *A retirada da Laguna*: episódio da guerra do Paraguai. Tradução Sérgio Medeiros. São Paulo, Companhia das letras, 1997. p. 91. 1. ed. 1871.

sua pretensão científica de descrever regiões desconhecidas e retratar cenários naturais inexplorados, detalhando seu relevo, seus rios, sua flora e fauna peculiares. Taunay acreditava-se possuidor de atributos que o recomendavam a esta tarefa preferencialmente a seus companheiros: a capacidade de fruição da beleza dos cenários naturais – segundo ele ausente tanto no selvagem quanto no brasileiro comum, normalmente indiferentes às paisagens – e a formação científica, que permitia a ele não apenas observar a natureza como catalogá-la e classificá-la de acordo com os métodos consagrados pelas explorações européias, atributos próprios à formação francesa e à vocação artística familiar do autor.² Em nome da arte e do conhecimento, ele justificou seu interesse pela expedição, e ainda que esta tenha tomado rumos bastante diferentes do previsto, esses aspectos nunca estiveram ausentes da narrativa que escreveu sobre os fatos então ocorridos, *A Retirada da Laguna – episódio da Guerra do Paraguai*:

*Todo o interior do Brasil se abria ante nossos passos, nada mais, nada menos, e certamente, a vastidão tem em si inúmeros atrativos e grandioso prestígio, a que se uniam pretensões científicas de certo alcance, fazer coleções de minerais preciosos, ou então descobrir, senão um gênero novo de planta, pelo menos uma espécie ainda não estudada e classificá-la – sonhos, enfim, de mocidade em que havia bastante de pedantismo.*³

O sertão com que se defrontou Taunay acabou, porém, por escapar às suas tentativas de assimilação. Entenda-se *sertão* ou *sertão bruto*, em sua obra, como a região selvagem e praticamente desabitada que ele percorreu junto à expedição, desde o

² Há três célebres pintores em sua família. Seu avô, Nicolas Antoine Taunay, foi um dos fundadores da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1816. Seu pai, Félix Émile Taunay foi preceptor de D. Pedro II. Seu tio Adrien Aimé Taunay acompanhou como desenhista a missão Langsdorff, de que participava quando morreu afogado no rio Guaporé, em 1828. Em memória deste, Alfredo Taunay escreveu *A cidade de ouro e das ruínas – o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima*. TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A cidade do ouro e das ruínas: Matto Grosso, antiga Villa Bella. O rio Guaporé e sua mais illustre victima*. 2. ed aumentada. São Paulo: Melhoramentos, 1923. 1. ed. 1891. WIMMER, Norma. *Marcas francesas na obra do Visconde de Taunay*. 1992. Tese (Doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.

³ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 105.

triângulo mineiro até o sul de Goiás e de Mato Grosso e a fronteira com o Paraguai. Aí a coluna viu-se em meio a uma natureza desconhecida, inóspita, na qual não parecia haver lugar para o homem. A invasão do Paraguai pela fronteira do norte acabou por não se realizar, uma vez que as condições do ambiente, a enorme distância em relação ao litoral e as dificuldades de comunicação impediam o reabastecimento da coluna expedicionária com os alimentos e as munições necessários ao ataque no território inimigo. Face a estas dificuldades, a expedição da qual Taunay fazia parte viu-se obrigada a partir em retirada a partir da fazenda Laguna, junto à fronteira paraguaia, depois de percorrer 2.200 quilômetros. A retirada durou trinta e cinco dias, dizimando 980 dos 1680 homens que compunham a coluna, e tornou-se o tema central da dramática narrativa escrita por Taunay a partir das anotações de seu diário e de sua memória dos acontecimentos.⁴

Quando a expedição chegou a seu destino, o plano inicial de ataque ao Paraguai pela fronteira norte estava já, segundo o escritor, praticamente abandonado. Sua única função, anotou ele um tanto ironicamente, seria *submeter às mais terríveis provações um pequeno corpo de exército quase perdido nos vastos espaços desertos do Brasil*.⁵ A narrativa constrói-se como uma intensa sucessão de desastres e provações que retardaram a marcha da expedição, conduziram centenas de homens à morte e tornaram a travessia uma luta selvagem pela sobrevivência. A coluna expedicionária tinha contra ela, já a princípio, a enorme distância que separava o teatro da guerra, a fronteira

⁴ A *Retirada da Laguna* foi originalmente escrita em francês e lançada, em 1871, sob o título *La retraite de Laguna*, pela Imprensa Nacional. Acredita-se que tal se deva às pretensões do autor de que sua obra viesse a alcançar repercussão internacional. A primeira tradução brasileira foi feita por Salvador de Mendonça em 1874. MEDEIROS, Sérgio. Introdução. In: TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Tradução Sérgio Medeiros. São Paulo, Companhia das letras, 1997.

⁵ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 37.

setentrional do Paraguai, do centro político brasileiro. Nesta obra como alhures, este foi referido como *litoral*, designando a faixa de ocupação mais intensa do território, onde se centralizavam todos os recursos do Império. Parte deste espaço entre a *fronteira* e o *litoral* era ocupado por uma região da qual não se tinha praticamente nenhum conhecimento. Se o desbravamento desses sertões constituiu-se, inicialmente, num dos principais estímulos para as heróicas pretensões científicas e artísticas de Taunay, que se propunha a uma missão de descobrimento desse imenso território, tal objetivo mostrou-se praticamente inalcançável. Com o decorrer dos acontecimentos, tornava-se cada vez mais presente *a melancólica certeza de que a região mostrava para conosco disposições hostis e negativas*.⁶

Segundo o escritor, não era a idéia de enfrentar os paraguaios que causava pavor entre os soldados, e sim a eminência de percorrer lugares sobre os quais praticamente nada se sabia, que anteriormente pouco haviam sido explorados, e que impunham obstáculos totalmente imprevisíveis. A marcha era extremamente dificultada pela macega,⁷ mato alto que impedia a vista e que devia ser cortado para que se pudesse avançar, enquanto as arestas de suas folhas feriam os pés. Entrave similar era causado por densos bambuais, pelas matas e pelos muitos brejos que caracterizavam o ambiente natural da região. Durante o dia, o sol era uma presença opressora que calcinava a terra e a transformava em uma *planície incandescente*, tornando a caminhada penosa mesmo para os soldados mais fortes. Durante a noite, ao contrário, era difícil proteger-se contra o frio do orvalho abundante e das tempestades de vento. O clima da região era portanto

⁶ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 104.

⁷ Taunay descreve a macega por ocasião da invasão do território inimigo: *O solo estava coberto desta perigosa gramínea, da altura de um homem, chamada macega, de caule duro e arestas cortantes, que em várias partes do Paraguai tornam a marcha bastante penosa*. TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 97.

marcado pela súbita transição entre extremos: *acontecía quase todos os dias que o sol, fraco pela manhã após uma noite gelada, tornava-se em seguida escaldante; variação contínua que acabou de arruinar nossa saúde*.⁸ Somavam-se a isto a sede e a fome a que se submeteram os soldados numa região em que não era fácil encontrar comida e água potável. Mais do que o desconforto causado por suas condições extremas, a natureza guardava, aos olhos de Taunay, um sentido obscuro, um terror oculto e sempre prestes a se manifestar.

À *mercê de todas as cóleras da natureza*, a retirada transformou-se numa sucessão de flagelos. O pior deles, *odioso instrumento de guerra dos paraguaios*, era o fogo que se alastrava facilmente no campo de macega esturricado pelo sol. A força do incêndio adquiria proporções assustadoras à medida que as chamas percorriam grandes distâncias e eram empurradas pelo vento, expandindo-se em todas as direções, queimando e ardendo na pele dos soldados, dentre os quais alguns sucumbiram presos pelas chamas ou asfixiados pela fumaça. Mais acabrunhadora se mostrava a força dos elementos naturais quando o incêndio se fazia seguir de uma das torrenciais chuvas acompanhadas de ventos cortantes que caracterizavam o clima da região, e que subitamente transformavam tímidos riachos em torrentes furiosas. *É preciso ter assistido, com a alma já quebrantada de tristeza, a estas terríveis crises da natureza para avaliar corretamente sua influência sobre o organismo humano*.⁹ Em geral, esta influência foi definida como uma perda da racionalidade e da força de ação, o que causava descontrole e um generalizado esmorecimento.

⁸ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 184.

⁹ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 167.

Os assustadores temporais tinham ainda uma conseqüência mais grave, relacionada à própria topografia da região. Sendo ela em geral plana e de baixa altitude, trechos consideráveis de terra eram inundados pelas torrentes e pelas cheias do rio Paraguai, o que deixava a coluna suscetível às febres palustres que infectavam a região. Na expressão de Taunay, o flagelo representado pelo cólera teve ainda outros motivos, pois naquele *caos de horrores* tantas agruras se somavam que era difícil dizer a que *não* poderia ser o surto atribuído. Apenas como sobrevivente o homem civilizado seria capaz de retornar da retirada, efetuada num território hostil onde não havia abrigo contra a natureza bruta, por vezes habilmente manipulada pelo exército inimigo, e onde se escondia *a morte sob todas as suas formas*.¹⁰ No universo caótico do episódio, perdiam-se as identidades, homens bestializavam-se na luta pela sobrevivência, as fronteiras entre as nações inimigas tornavam-se indistintas, e o acaso passava, no lugar da ordem e da previsibilidade, a reger a sucessão dos acontecimentos: *À nossa volta, tudo era fumaça, trevas e vapores ardentes: morreu asfixiado um dos nossos soldados. Outro, cego por um turbilhão, misturou-se aos paraguaios, separou-se deles e, sem ser reconhecido, voltou para o nosso lado, graças à escuridão*.¹¹ Este talvez seja um dos melhores exemplos – um tanto patético, é certo – da condição de permanente instabilidade de fronteiras que a obra teatraliza ao extremo. O sertão de Taunay é uma vasta região fronteira, onde não apenas os limites entre as nações eram incertos, como os significados e as identidades tornavam-se fluidos e confusos, de forma a se

¹⁰ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 247. Simbolicamente, a *Retirada da Laguna* pode ser lida como uma representação da provação e da purificação alcançada pela travessia do deserto diabólico, tal como o episódio da passagem pelo Liso do Suçuarão, no *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. O liso foi definido como um espaço que *não concedia passagem a gente viva, era o raso pior havente, era um escampo dos infernos*. ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.25. É significativo a este respeito que Taunay tenha impregnado a narrativa de termos de sentido religioso, de que são exemplos: condenação, provação, sacrifício, fatalidade, expiação das faltas, terra da promessa.

¹¹ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 190-191.

estabelecer a imagem de uma condição de constante conflito e ameaça. A representação do meio físico pode ser tomada como um dos melhores exemplos disso: o entusiasmo pela paisagem e pela riqueza bruta daquele espaço, patrimônio cultural e material a ser ainda incorporado pela nacionalidade, contrasta com a representação dos extremos sofrimentos que podiam ser infringidos por este espaço desconhecido, inexplorado e desértico àqueles que viriam trabalhar para o estabelecimento da ordem.

A *nota do dia*, escrita por Taunay no término da jornada, traduz com precisão essa batalha contra a natureza caótica e destrutiva, ao fazer um balanço dos trinta e cinco dias da retirada:

*A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias mais difíceis. Sem cavalaria, contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos em que o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pela cólera que vos roubava, em dois dias, o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos esses males, todos esses desastres, vós os suportastes numa inversão de estação sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas e através de imensas inundações, em tal desorganização da natureza que ela parecia conspirar contra vós. Soldados, honra à vossa constância que conservou o Império aos nossos canhões e as nossas bandeiras!*¹²

A imagem da natureza cruel e agressiva que impunha os mais duros golpes à trajetória da expedição convive contudo na obra de Taunay com uma paisagem exuberante, representada por retratos primorosos da natureza agreste da região. Lançando mão do pendor artístico de que tanto se orgulhava, o escritor ressaltou o viço e a riqueza da vida selvagem na região, através da descrição de paisagens sublimes, espécimes exóticos, cenários únicos, colocados à disposição do observador capacitado por uma formação estética e científica a perceber sua beleza e originalidade. *Mas quem,*

¹² TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 263-264.

*sábio ou artista, não encontraria generosas colheitas nestes campos maravilhosos?*¹³

Embora fosse um contraponto constante às agruras da retirada, a beleza natural chegou a ser vista pelo escritor como um flagelo adicional, por tornar mais dolorosa a consciência da aniquilação a que estava condenada a coluna: *O sol declinava; do fundo do horizonte partiam compridos raios alaranjados que realçavam a mais admirável perspectiva, tão bela que ainda permanece viva em nossa lembrança. Aqueles eternos esplendores da natureza tornavam ainda mais doloroso o sentimento de nossa ruína iminente (...)*.¹⁴ Ainda que ocasionalmente a natureza fornecesse algum alívio à fome dos soldados ou aos incêndios no campo, prevalecia um sentimento de constante ameaça.

Em flagrante contraponto em relação aos soldados que formavam a expedição e que se movimentavam em um território *estrangeiro*, Taunay conferiu significativo destaque na narrativa à figura de José Francisco Lopes, guia sertanejo da coluna, antigo morador e explorador da região, graças ao qual a expedição livrou-se de um fracasso completo. Lopes, o *homem das solidões*, estava equipado não do conhecimento científico, mas de uma excepcional adaptação ao meio e de um conhecimento prático e cotidiano, que possibilitavam que, ao invés de mapas ou bússolas, ele se utilizasse do próprio aspecto da paisagem para se orientar. No meio do deserto, ele era capaz de reconhecer marcos e traços distintivos. Para Lopes, o *mistério dos lugares* dissolvia-se à medida que, em suas palavras reproduzidas por Taunay, o caminho era capaz de conduzir por si mesmo, enquanto o terreno ia sendo explorado. Em seu elogio ao guia da expedição,¹⁵ o escritor demonstrou uma observação arguta e positiva da vivência

¹³ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 49.

¹⁴ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 214.

¹⁵ Taunay buscou em Fenimore Cooper a imagem do *Olho de Falcão*, do romance *O último dos moicanos*, como similar literário à sua personagem real, dada a percepção e o conhecimento excepcionais que ambos possuíam a respeito da natureza selvagem dos territórios desertos. No romance norte-

sertaneja em seus dramas e sua aderência ao meio, uma vez que a guerra que se travava tinha como principal inimigo esse ambiente selvagem, guerra que o homem do sertão já conhecia e enfrentava para sua sobrevivência. Lopes tornou-se, portanto, conforme a interpretação do escritor, o exemplar do pioneiro, explorador das terras selvagens, o homem que estendia a fronteira da nacionalidade através da nomeação e da incorporação de novos espaços ao território:

(...) conhecia perfeitamente os campos que confinam com o rio Apa, fronteira do Império com o Paraguai; havia explorado certas localidades virgens nunca pisadas pelo homem, mesmo selvagem; deu nome a algumas delas (Pedra de Cal, entre outras); havia tomado posse sozinho, em nome do Brasil, de uma imensa floresta no meio da qual plantara uma cruz talhada grosseiramente no local, com uma inscrição de próprio punho: “P.II” (Pedro Segundo): monumento imponente perdido no fundo dos desertos; a iniciativa do pioneiro havia dado novos domínios ao soberano.¹⁶

O sertanejo tornava-se, assim, portador de valores elevados como a coragem, o patriotismo, a iniciativa, o conhecimento do meio, a hombridade, a rusticidade e a liderança, valores que se poderiam integrar aos valores do litoral e, portanto, da civilização imperial e do Estado que a organizava e sustentava.¹⁷ Naquele território onde

americano, como no episódio narrado por Taunay, estendia-se entre as províncias envolvidas nas guerras coloniais um amplo território definido como *deserto* e formado por extensas áreas de florestas, rios e montanhas, que tinham que ser transpostos para se alcançar as forças inimigas.

¹⁶ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle, op. cit. nota 1, p. 57.

¹⁷ Eloquente a respeito dessa intenção integradora é uma passagem da narrativa de Taunay sobre Vila Bela, antiga capital da província do Mato Grosso. Como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Taunay apresentou duas petições ao Instituto sugerindo que fossem transladadas para o Rio de Janeiro ou para a nova capital, Cuiabá, os retratos em tamanho natural do rei D João VI e dos cinco primeiros governadores, existentes na antiga câmara de Vila Bela, *preciosidades dos nossos tempos coloniais* que, na visão do escritor, deveriam ser incorporadas à memória histórica brasileira. TAUNAY, Afonso d’Escagnolle, op. cit. nota 2, p. 98-99. Significativa também dessa proposta é a novela *Inocência*, na qual o escritor pretendeu somar à imagística romântica uma observação realista da natureza e dos tipos humanos do sertão, integrando esses caracteres à cultura nacional. Seu papel de narrador, em sua observação interessada da cultura e das paisagens do sertão, tem como irônico contraponto, no romance, a desajeitada figura de um naturalista europeu – este sim, fora de lugar em seu inesgotável trabalho de coleta e sua inobservância aos códigos em vigor no sertão. Enquanto o escritor realizava uma descrição realista e não-idealizadora do meio físico-social, com ênfase em seu tradicionalismo, suas restrições morais, e nas limitações da vida no sertão agreste e isolado, envolvia a narrativa numa trama e numa

imperava a ordem da natureza apenas o conhecimento formado *in loco* através da experiência cotidiana e da progressiva adaptação ao meio possibilitaria o ingresso do homem. A assimilação, no entanto, não eliminava a diferença. Ainda que fosse reconhecido como o salvador da expedição, Lopes foi caracterizado por Taunay como um *homem selvagem*, por ter vivido durante muito tempo em meio à natureza, à qual se misturou. Isso teria feito com que ele adquirisse uma excessiva rigidez mental, expressa em obstinação e exagerado amor-próprio, o que, se era necessário para o enfrentamento diário da natureza, tornava-se por vezes inconveniente aos olhos do homem civilizado. Alambert¹⁸ observou que um homem como Lopes, mestiço e semi-selvagem, é caracteristicamente ambíguo na narrativa, pois ao mesmo tempo em que abriu o terreno para o ingresso das forças instituídas, desbravando-o, conquistando-o e promovendo as formas rudimentares de seu conhecimento, representava também uma ameaça, pela sua arrogância, seu tradicionalismo exacerbado e seu orgulho desmedido. A maior virtude do sertanejo era, para Taunay, o conhecimento e o amor pela terra, que poderiam se tornar a origem de um amor pela pátria, constituindo assim a base – tanto material quanto espiritual – para a implantação da ordem da nacionalidade quando a civilização pudesse chegar ao sertão. Daí, observou Alambert, o impasse que a obra de Taunay encena: os sertanejos representariam, em seu apego afetivo pela terra, o gérmen do que poderia vir a ser um legítimo sentimento patriótico, mas o estabelecimento efetivo da civilização dependeria da intervenção da *razão vigilante* capaz de escoimar a selvageria remanescente em seus hábitos e em sua mentalidade, e que além de apresentar uma

fabulação de personagens caracteristicamente romântica. TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Inocência*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [197-]. 1. ed. 1872.

¹⁸ ALAMBERT, Francisco. Literatura e política no Visconde de Taunay. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold, LIMA, Eli Napoleão de (Org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2001.

rigidez imprópria a um processo de melhoramento, significaria uma ameaça constante de resistência à ordem legal, de autoritarismo e exercício de formas personalistas de poder.

Além do mais, na precariedade de uma existência em meio bárbaro, nem mesmo o conhecimento e a experiência eram capazes de garantir a sobrevivência humana. Pelo contrário, o próprio Lopes confundiu-se entre seus caminhos, perdeu-se na terra que acreditava conhecer, e acabou por tornar-se vítima do flagelo que se abatia sobre a coluna. Assim como seu filho que também acompanhava a expedição, o guia sucumbiu ao cólera no exato momento em que se alcançou, na marcha de retirada, a margem do rio Miranda, de onde era possível avistar sua fazenda, estabelecida como marco da chegada a território seguro, de regresso à pátria. Se por um lado isso ajuda a firmar no contexto da obra sua imagem heróica, o sacrifício de Lopes demonstra o forte componente trágico da relação entre a natureza agreste e o sertanejo. O verdadeiro inimigo enfrentado não era, portanto, o exército paraguaio, mas o deserto, a natureza em sua versão cruel e traiçoeira, o vazio do sertão que negava o ideal nacional de unidade, integração e conhecimento. A partir daí, Taunay esboçou uma forte intenção integradora do sertão à cultura nacional, em seu reconhecimento do saber sertanejo, nos seus esboços históricos, no tratamento da descrição paisagística e em sua incorporação literária do viver sertanejo. Daí em diante, segundo Taunay, tratava-se sobretudo de buscar a incorporação civilizadora dos sertões distantes ao Estado nacional, uma obra de conquista a ser promovida por meio da exploração da natureza, da descrição científica e da agregação de suas paisagens, tipos humanos e sua história à cultura brasileira. Articulando suas energias individuais a um projeto de colaboração com o Estado imperial, o escritor e homem público dedicou-se a uma constante atividade exploratória

no sentido de promover a simbólica tomada de posse do território e dos recursos que este poderia fornecer à riqueza do país, juntamente com o legado que as realidades particulares e locais poderiam somar à cultura brasileira. O interior do país é, em sua obra, um grande depositário de valores culturais, humanos e materiais a serem integrados ao patrimônio do Estado. Ao exército caberia um papel central na ocupação deste espaço, seu desvendamento, sua revelação, e no mapeamento de seus acidentes geográficos e de suas riquezas potenciais.¹⁹

Possuindo como temática central a relação entre o homem e a natureza, a narrativa da retirada da Laguna introduz algumas discussões que se tornariam caras à intelectualidade brasileira no período pós-1870. Em primeiro lugar, a aventura de Taunay na fronteira brasileira reflete sobre o sentido do território na problemática da nacionalidade brasileira, à medida que as distantes plagas sertanejas mostravam-se em grande parte alheias ao domínio político e institucional, isoladas não tanto pela distância como pelo desconhecimento, que posteriormente despertaria as veementes críticas também de Euclides da Cunha, a partir de outra circunstância de extrema violência e conflito.²⁰ A obra demonstra ainda como a manutenção da presença brasileira no sertão devia-se à existência de um grupo peculiar, os sertanejos, que promoviam a mediação entre a natureza selvagem – que eles tinham que enfrentar diariamente em sua vivência dependente e participante do mundo natural – e a nacionalidade brasileira. O escritor tornava-se, ele próprio, um pioneiro do sertão.

¹⁹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ/UCAM, 1998.

²⁰ O interesse pela observação objetiva, científica, da natureza do sertão, somado ao sentimento da paisagem, aproxima as obras de Taunay e Euclides da Cunha, como observa Antonio Candido a propósito de *Inocência*. Na visão do crítico, a *inspiração telúrica* das cenas paisagísticas desta obra prefigura alguns aspectos d'*Os sertões*. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. V 2. p. 308.

A narrativa representa de forma exemplar a percepção de um assustador conflito entre os desígnios humanos e a força de resistência da natureza, como domínio da barbárie. Na concepção do próprio Taunay, sua originalidade como escritor devia-se ao fato de que ele teria sido o único representante de sua geração que escreveu sobre o sertão a partir de um conhecimento objetivo,²¹ adquirido a partir da experiência vivida durante a guerra do Paraguai.²² Mais do que na própria vivência da natureza selvagem, a importância de Taunay se firma na adoção de pressupostos realistas e objetivos na consideração das relações entre a sociedade humana e a natureza no Brasil, ao contrário do conteúdo mítico que perpassa as narrativas românticas em sua representação dos universos naturais e rurais. A concepção da natureza como objeto estético e como matéria de notação e esquadrinhamento acabou, no decorrer da obra, suplantada por uma imagem do mundo natural como um conjunto de forças contrárias, violentas, opressoras, dotadas de um imenso e oculto potencial de aniquilação. Esta temática da relação entre o homem e a natureza no sertão, dentro do quadro mais amplo da representação de seus modos e condições de existência específicos, foi privilegiada pelo regionalismo realista que proliferou na literatura brasileira principalmente a partir da

²¹ A importância da experiência e do realismo na representação da paisagem brasileira foi acentuada por Taunay em sua crítica a José de Alencar, que já havia sido alvo de acusações similares por parte de Joaquim Nabuco:

Possuía Alencar, não há contestar, enorme talento e grande força de trabalho; tinha pena dúctil e elegante; mas não conhecia absolutamente a natureza brasileira que tanto pretendia reproduzir, nem dela estava imbuído.

Não lhe sentia a possança e verdade. Descrevia-a do fundo do seu gabinete, lembrando-se muito mais do que lera do que daquilo que vira com os próprios olhos.

Parecendo nacional obedecia mais do que ninguém à influência dos romances franceses.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, [19--]. p. 166.

²² Como observou Brito Broca, a guerra forneceu ao escritor o material para suas duas grandes obras, *A retirada da Laguna* e *Inocência*, a partir de experiências de uma intensidade que ele não poderia vivenciar na amenidade de sua vida fidalga na Corte, o que garantiu a ele a celebridade e a oportunidade de ingressar em uma brilhante carreira política. BRITO BROCA. O itinerário político do Visconde de Taunay. In: _____. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Unicamp, 1991. p. 42-49.

última década do século XIX, literatura de retorno aos universos em que a natureza ocupava ainda um espaço significativo na vida do homem.

A Retirada da Laguna pode ser tomada como um marco conceitual deste capítulo, à medida que conduz a extremos uma visão da natureza brasileira que viria a assumir várias outras manifestações. Deslocando a ênfase do relato, do contexto da guerra contra o país inimigo para uma situação de guerra contra a natureza do sertão, o que sustentou e conferiu intensa dramaticidade à narrativa, Taunay explorou um tema que viria a tornar-se recorrente na literatura brasileira voltada para regiões como o sertão de Mato Grosso, em que o homem via-se isolado e desprovido de instrumentos de mediação em relação a um mundo natural tido como hostil e traiçoeiro, e que impunha uma série de ameaças à sua sobrevivência. O lugar do homem brasileiro na natureza do país e a viabilidade de sua presença na totalidade de seu território tornavam-se, assim, questões prementes na vida intelectual brasileira, que serão trabalhadas neste capítulo a partir de sensações que, na obra de Taunay, parecem a princípio extremamente indefinidas, quase místicas ao serem envoltas em imagens de conspiração, vingança, maldade, provação, perversidade, ameaça latente, traição e falsas aparências. No capítulo anterior, observamos que, ao contrário da visão idílica da natureza, a intelectualidade pós-1870 tendeu a reverter o elogio romântico da paisagem e a utilizar-se dos modelos naturalistas para produzir uma concepção altamente conflituosa das relações entre o meio físico e o desenvolvimento social e material do país. Não havia como se ufanar de uma natureza que em sua exuberância excessiva e em sua selvageria ameaçadora estorvava a capacidade de melhoramento do homem. Neste capítulo, a idéia do conflito do homem brasileiro com a natureza será trabalhada com base em sua representação literária não ficcional e em uma ficção de cunho naturalista que se esmerou em imaginar

enredos trágicos da luta inglória do homem contra o meio. É necessário também atentar para o fato de que esta imaginação do conflito era uma via de mão dupla: tanto a natureza mostrar-se-ia, como na obra de Taunay, um conjunto de forças hostis predispostas a eliminar o esforço humano, quanto o homem tornava-se, em sua necessidade de ganhar espaço à natureza bruta, um destruidor implacável e irresponsável. Neste ponto, será analisado o pensamento político de Alberto Torres, que colocou a relação conflituosa da sociedade brasileira com a natureza no centro de sua reflexão sociológica. A dinâmica deste duplo trânsito de imagens de violência dá a tônica da discussão.

Acabado o jantar, Quaresma chegava à janela que dava para o galinheiro e atirava migalhas de pão às aves. Ele gostava desse espetáculo, daquela luta encarniçada entre patos, gansos, galinhas, pequenos e grandes. Dava-lhe uma imagem reduzida da vida e dos prêmios que ela comporta.

Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, 1911

Na literatura, a representação da natureza brasileira e de suas relações com a sociedade foi significativamente transformada pelo movimento de renovação intelectual observado a partir da assimilação do moderno racionalismo europeu, nos últimos decênios do século XIX. O influxo do realismo-naturalismo e da poesia parnasiana, mais perceptível na década de 1880, conduziu à adoção de uma postura de crescente objetividade no tratamento da matéria literária, paralela ao uso do método científico de abordagem da realidade física e humana, despojando-se da subjetividade romântica ancorada em fortes processos de projeção e identificação. A narrativa realista constrói-se a partir da acumulação minuciosa de fatos, encadeados de forma a compor uma

trajetória específica e um quadro detalhado da vida real, com ênfase nas questões da contemporaneidade. Seu narrador encontra-se idealmente numa posição de neutralidade que permitiria a ele caracterizar com perfeição um determinado círculo de personagens concretas e um meio social específico, empenhando-se na representação documentária de uma realidade da qual se buscam motivações subjacentes. Para tal, o romance recorre a uma linguagem simplificada e a um enredo mais freqüentemente solto, ainda que de marcada organicidade.²³

A forma literária por excelência da era do cientificismo é o romance naturalista: *minha crença é que o naturalismo, ou seja, o retorno à natureza, o espírito científico levado a todo o conhecimento, é o agente mesmo do século XIX*, escreveu Émile Zola, ideólogo e realizador máximo do movimento.²⁴ A grande questão do naturalismo é certamente a das relações do humano com o natural, aí compreendidos o ambiente físico-social e a natureza humana. O sentimento predominante é o do inexorável, o fatalismo derivado da imposição das leis naturais sobre a humanidade, refletido na narração de trajetórias em que a camada superficial de civilização se dissolve sob a pressão das circunstâncias do meio, de forma que a profundidade da natureza humana viria à tona. As personagens se tornam, assim, documentos da condição do homem quando exposto a circunstâncias pretensamente mais *verdadeiras* que aquelas vividas na regularidade e na estabilidade da experiência burguesa. Dentro deste programa se encaixa com perfeição o mito da representação naturalista como passiva e objetiva, capaz de produzir um corte preciso e minucioso de parcelas mais representativas da

²³ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1988. COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

²⁴ No original: *Mon credo est que le naturalisme, j'entends le retour à la nature, l'esprit scientifique porté dans toutes nos connaissances, est l'agent même du dix-neuvième siècle*. Esta afirmação faz parte do artigo *Le naturalisme*, publicado pela primeira vez em 1881. Citação: BAGULEY, David. *Le naturalisme et ses genres*. Paris: Nathan, 1995. p. 15.

realidade que a vida cotidiana do leitor. As situações desviantes, a patologia, a marginalidade, seriam capazes de expor o homem em sua verdadeira condição animal – daí a ênfase nas manifestações incontroláveis do instinto e as situações limite da vida biológica, em particular os desequilíbrios nervosos, as patologias sexuais e as anomalias hereditárias. À intenção científica e sociológica do romance naturalista corresponde uma narrativa pictórica, estetizante em sua morbidez, detalhista por método e estilisticamente híbrida. Uma de suas dimensões privilegiadas é o espaço, a descrição de um meio físico-social opressor, pelo qual as personagens são lentamente derrotadas. Daí emerge uma visão extremamente despoetizada da natureza, ameaçadora e inelutável.²⁵ O naturalismo afinou-se com o cientificismo de seu tempo, mas não em sua versão progressista e triunfante. Pelo contrário, expôs muitas das contradições da sociedade burguesa e industrial, tida como desumanizadora, opressora e degradante.

Nos últimos decênios do século XIX a literatura brasileira de ficção, em especial em sua versão regionalista, explorou exaustivamente a temática da luta contra a natureza trabalhada no limite de sua força dramática no contexto propriamente bélico d'A *Retirada da Laguna*. A trajetória da personagem Policarpo Quaresma, de Lima Barreto, é paradigmática do percurso da intelectualidade brasileira em sua busca da essência nacional, do romantismo ao realismo. Quaresma inicia o romance lendo Rocha Pitta, pesquisando canções populares *autênticas*, pregando a adoção do tupi como língua nacional, gabando-se das maravilhas naturais do país, sem manifestar preferência ou particular ligação com qualquer região específica, em nome da afirmação da unidade do país. Como seus projetos de redenção da cultura nacional restavam incompreendidos e ridicularizados por seus pares, Quaresma voltou-se para a vida no campo, como forma

²⁵ BAGULEY, David, op. cit. nota 24.

de acesso a uma autenticidade nacional inquestionável, pois enraizada na terra, em sua riqueza e fertilidade sem par. Sua opção pela vida no campo nutriu-se de uma imagem pastoral, a partir da oposição à cidade onde seu desabrido patriotismo o havia transformado em vítima do sarcasmo e da humilhação públicos. A vida no campo, ao contrário, correspondia a uma idéia de existência simples e tranqüila, uma vez que bastaria plantar para colher as riquezas da terra fertilíssima do Brasil e viver sem esforço, *facilmente, docemente, alegremente*.

*E ele viu então diante dos olhos as laranjeiras, em flor, olentes, muito brancas, a se enfileirar pelas encostas das colinas, como teorias de noivas; os abacateiros, de troncos rugosos, a sopesar com esforço os grandes pomos verdes; as jabuticabeiras negras a estalar dos caules rijos; os abacaxis coroados que nem reis, recebendo a unção quente do sol; as abobreiras a se arrastarem com flores carnudas cheias de pólen; as melancias de um verde tão fixo que parecia pintado; os pêssegos veludosos, as jacas monstruosas, os jambos, as mangas capitosas; e dentre tudo aquilo surgia uma linda mulher, com o regaço cheio de frutos e um dos ombros nu, a lhe sorrir agradecida, com um imaterial sorriso demorado de deusa – era Pomona, a deusa dos vergéis e dos jardins!*²⁶

Certamente nada mais apropriado para uma fantasia pastoral que a imagem da divindade romana dos pomares e jardins. Sua vida no campo, que se iniciara pela didática, científica e patriótica tarefa de formação de um museu dos produtos nativos da terra, e pela aquisição de um arsenal técnico de observação das condições ambientais, acabou não obstante em desencantamento. O trabalho no campo não se mostrou nem fácil nem ameno, mas uma labuta ingrata sob o calor do sol tropical. A crescente desilusão o levou a considerar que a conspiração movida contra ele *lavrava ocultamente* no campo. Afinal, os resultados mofinos, pelos quais obtinha pobre paga, a invasão das pragas e pestes, a pobreza do solo e a necessidade de trabalho árduo e constante acabam

²⁶ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1993. p.76. 1. ed. 1911.

lançando-o ao abatimento. Aquele que esperava encontrar no contato com a terra as raízes do seu patriotismo convencia-se de que não havia lugar para ele neste mundo. As terras não eram ferazes e ela [a agricultura] não era fácil.²⁷

Essa visão realista definia a vida rural como uma *luta diária*. A idéia da natureza como perpétua adversária do homem em sua luta pela sobrevivência foi condicionada por uma visão de mundo difundida pelo ideário darwinista social que marcou a formação da elite brasileira a partir das últimas décadas do século XIX, e que deu origem a uma linguagem de luta, ameaça e conflito filtrada pela literatura. Esta linguagem direcionou a própria maneira de olhar a realidade, de que dá testemunho Policarpo Quaresma: *Acabado o jantar, Quaresma chegava à janela que dava para o galinheiro e atirava migalhas de pão às aves. Ele gostava desse espetáculo, daquela luta encarniçada entre patos, gansos, galinhas, pequenos e grandes. Dava-lhe uma imagem reduzida da vida e dos prêmios que ela comporta.*²⁸

As idéias que fundamentam o *darwinismo social* são muito amplas, e podem ser resumidas nos seguintes pontos: o conjunto da natureza orgânica seria regulado por leis biológicas; a natureza humana estaria incluída nos esquemas evolutivos observados entre as espécies animais, participando deles não apenas no que se refere às suas propriedades físicas, mas também no que diz respeito à sua vida em sociedade e às suas características psicológicas; a pressão do aumento populacional em relação aos recursos

²⁷ BARRETO, Lima, op. cit. nota 26, p. 107. Em seu romance inacabado *Bouvard et Pécuchet*, Gustave Flaubert tratou em matiz cômico a idealização do *retorno ao campo* por dois pseudo-intelectuais urbanizados, narrando os resultados igualmente pífios de sua crença na simplicidade, na amenidade, e na lucratividade do trabalho rural. O auxílio da moderna técnica era igualmente considerado receita de sucesso, uma vez que as personagens tinham-se como *homens ilustrados*. A similaridade destes trechos da obra com a narrativa do esforço agrícola de Quaresma está no tom inglorio e um tanto patético de suas tentativas mal-sucedidas, em contraste com o otimismo e a crença da virtude redentora do campo inicialmente professada. FLAUBERT, Gustave. *Bouvard et Pécuchet*. Paris: Pocket, 1997. c. II.

²⁸ BARRETO, Lima, op. cit. nota 26, p. 79.

disponíveis criaria uma competição entre os organismos pela satisfação de suas necessidades vitais; haveria uma desigualdade fundamental entre os seres e os conjuntos humanos, segundo um determinismo biológico que estabeleceria hierarquias naturais representadas por aptidões físicas e psíquicas desiguais, distintos modos de comportamento e condições específicas de perfectibilidade; no contexto da desigualdade e da competição, determinados traços criariam vantagens, e determinariam a sobrevivência dos mais aptos; estes traços seriam transmitidos por herança, reproduzindo as desigualdades; novas espécies surgiriam em função dos processos de seleção e de herança, enquanto outras seriam eliminadas; a evolução do mundo natural e da sociedade dar-se-ia de acordo com processos seletivos através dos quais os indivíduos e grupos tidos como superiores sobreviveriam aos demais.²⁹ Para as ciências sociais, a teoria da evolução promoveu portanto a inserção do próprio homem dentro de seus esquemas teóricos, que o proviam de uma origem e de uma história natural, de forma que a espécie humana reduzia-se a um elemento integrante de uma ordem da natureza que exercia completa ascendência sobre ele e seus modos de organização social.

O darwinismo social foi aplicado a diversas áreas de conhecimento, dentro da já estabelecida idéia de contigüidade entre os caracteres biológicos e os morais, o que fundamentou uma de suas vertentes mais prolíficas, o determinismo racial: os traços

²⁹ BÉJIN, André. Les trois phases de l'évolution du darwinisme social en France. In: TORT, Patrick (Dir.). *Darwinisme et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. HAWKINS, Mike. *Social darwinism in European and American thought, 1860-1945 – nature as model and nature as threat*. Cambridge: Cambridge University, 1997. A teoria de Darwin e os darwinismos nutriram-se, neste ponto, de determinadas noções e abordagens já arraigadas no horizonte intelectual da Inglaterra vitoriana. A ênfase na idéia de competição era já familiar, incorporada à teoria política desde Hobbes. O darwinismo empreendeu, similarmente, uma retomada da teoria população de Malthus, adicionando à eliminação do excesso populacional um sentido que ela não possuía, o da progressão. WILLIAMS, Raymond. *Social darwinism*. In: _____. *Problems in materialism and culture*. Londres: Verso, 1997. p. 86-102. BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent. *Le cas Spencer: religion, science et politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

físicos das raças corresponderiam a suas características morais e sociais, e cada uma delas possuiria a uma diferente capacidade de desenvolvimento social e cultural, independentemente da interferência de qualquer fator não biológico. Neste sentido, a civilização seria um traço característico das raças brancas, e a miscigenação, por promover a fusão de caracteres raciais discrepantes, constituiria uma fonte de degeneração das raças superiores. Apesar de a diferença entre os grupos humanos ser uma questão há muito discutida, foi somente com o surgimento do darwinismo social que a teoria das raças chegou a constituir um objeto teórico, fundamentado num estudo da natureza de validade pretensamente universal e científica. As desigualdades foram assim naturalizadas, diluindo-se os limites entre os domínios do moral e do natural. No Brasil, foi a partir da assimilação do *racialismo* científico que se definiu o paradigma fundamental da questão nacional na época, o elemento racial como principal definidor da formação e do caráter da nacionalidade brasileira.³⁰

O darwinismo pode ser visto, conforme demonstrou Hawkins,³¹ como um instrumento retórico excepcionalmente poderoso, capaz de constituir uma visão de mundo de notável eficácia, uma vez que seus recursos teóricos eram bastante flexíveis e persuasivos. Segundo ele, tal se deve à existência de diversos pontos de indeterminação dentro da teoria darwinista, não apenas pelas questões que foram deixadas em aberto pelo modelo da evolução orgânica, como por seus próprios mecanismos de argumentação e de confronto ideológico. O darwinismo social não chegou a constituir-se como um conjunto teórico coerente ou unificado, mas resumiu-se em conjunto de pressupostos sobre o significado da natureza e sua similaridade com a vida social, os

³⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³¹ HAWKINS, Mike, op. cit. nota 29.

mecanismos de sua mudança no decorrer do tempo e o lugar ocupado pela humanidade em relação a estes fatores. O caráter inespecífico desses pressupostos explicaria seu sucesso na formação de uma linguagem pseudo-científica, ao mesmo tempo em que possibilitaria sua aplicação a discursos de diversas matrizes ideológicas. Extrapolando as condições de sua verificação, os conceitos darwinistas foram facilmente dissociados de seu campo de origem, transformando-se em ideologia.³²

O darwinismo envolve, de maneira geral, uma atitude em relação à natureza. A este respeito, a visão de mundo darwinista pode ser caracterizada pelo que segundo Hawkins constitui a dupla acepção³³ que a natureza adquire no contexto da teoria, ou seja, ela aparece tanto como um *modelo* a ser copiado pelas práticas, instituições e pelo conhecimento da sociedade, quanto como uma ameaça, algo a ser temido e evitado por meio de recursos apropriados. Essa dualidade não seria o resultado de interpretações distintas da teoria, mas uma consequência inevitável dela, e responsável por muitos dos dilemas com os quais ela se defrontou. O primeiro desses aspectos está relacionado à generalização do modelo organicista nas ciências sociais nascentes nas últimas décadas do século XIX, uma vez que a constituição da sociologia como ciência apoiou-se numa visão da sociedade humana como um organismo vivo, constituído de maneira similar aos organismos biológicos, o que garantiria ao estudo das sociedades o mesmo *status* científico das ciências naturais. A literatura pretensamente científica do final do século XIX tomou a aproximação do humano com o biológico como uma similaridade real. Utilizando-se dos esquemas evolucionistas, a sociologia ancorou-se na realidade da natureza por meio de uma continuidade genética direta, reproduzindo as etapas descritas

³² CONRY, Ivette. *L'introduction du darwinisme en France au XIX^e siècle*. Paris: Vrin, 1974. YOUNG, Robert. *Nature's place in victorian culture*. Cambridge: Cambridge University, 1985.

³³ O autor utiliza, em inglês, os termos *janiform* e *Janus-like*, em referência ao deus romano de duas faces.

pelas leis da história vital, que eram acessadas por meio de imagens, analogias, correspondências ou, em geral, metáforas. Incorporada metodologicamente, a metáfora orgânica imprimia valor a exemplos colhidos da vida animal e vegetal, o que explica o caráter normativo que as teorias organicistas adquiriram. Sendo o domínio do humano compreendido através da lógica do organismo, supunha-se que ele *deveria ser* como o organismo.³⁴

O outro aspecto da dualidade darwinista apontada por Hawkins, a natureza como *ameaça*, está relacionado ao sentido geral e metafórico da idéia da luta pela sobrevivência na teoria darwiniana,³⁵ certamente tributária da dinamização do pensamento malthusiano operada pela teoria da seleção natural. De acordo com o contexto, esta luta poderia dar-se em três níveis, em busca da manutenção da vida e de sua reprodução: a luta entre os indivíduos da mesma espécie; a luta das espécies entre si; e a luta do conjunto das espécies de um determinado meio contra as condições de vida dentro deste.³⁶ O terceiro sentido da luta foi trabalhado com maior atenção por Spencer, chegando por meio dele à sociologia norte-americana de William Graham Sumner, que tomou este aspecto da luta como o mais importante elemento para a análise

³⁴ SCHLANGER, Judith. *Les métaphores de l'organisme*. 2. ed. Paris: L'Harmattan, 1995.

³⁵ O termo *darwiniano* refere-se à obra de Darwin, especificamente falando, enquanto *darwinista* diz respeito à visão de mundo a ela relacionada. A tendência atual da historiografia é de afirmar não apenas a continuidade entre a teoria de Darwin e o darwinismo social constituído por um amplo conjunto de teorias e doutrinas, como o papel da obra do naturalista no sentido da criação da visão de mundo. HAWKINS, Mike, op. cit. nota 29. YOUNG, Robert. *Darwinism is social*. In: KOHN, David (Ed.). *The darwinian heritage*. Princeton: Princeton University, 1985. WILLIAMS, Raymond, op. cit. nota 29. BOWLER, Peter J. *Darwinism*. New York: Twayne, 1993. Assim, o darwinismo social não deve ser considerado simplesmente uma aplicação da teoria da seleção natural à sociedade, tal como o termo foi cunhado por Émile Gautier em 1879: *transposição por analogia do darwinismo sobre o terreno político-social*. Citado por: BECQUEMONT, Daniel. *Aspects du darwinisme social anglo-saxon*. In: TORT, Patrick (Org.). *Darwinisme et société*. Paris: Universitaires de France, 1992. p. 137-159. Citação: p. 138.

³⁶ BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent, op. cit. nota 29.

da evolução social naquele país.³⁷ No caso brasileiro, é amplamente reconhecida a influência do evolucionismo spenceriano na formação da elite modernizadora brasileira, e das teorias raciais darwinistas sobre a constituição das instituições médicas e a formação da intelectualidade cientificista a partir de 1870.³⁸ Compreendido como visão de mundo e como modelo retórico, o *darwinismo social* pode ser tomado como um elemento influente na representação da relação do homem com a natureza pela literatura realista do país. A ênfase está colocada, nesta literatura, no terceiro aspecto da luta pela vida, assim definido metaforicamente pelo próprio Darwin: *Mas uma planta na orla de um deserto também estará lutando pela vida contra a seca.*³⁹

Como demonstrou Gould,⁴⁰ esta forma de luta pela vida pode levar ao estabelecimento de relações de dependência, cooperação e mutualismo entre as espécies e os indivíduos, como mecanismo de defesa, obtenção de vantagens coletivas e enfrentamento das condições hostis do meio. Ou seja, ao definir a idéia de luta num sentido bastante amplo, a teoria da evolução concebia a cooperação como um dos resultados possíveis da luta pela sobrevivência, embora os exemplos utilizados por Darwin tenham favorecido a prevalência da noção do conflito sangrento. Inspirado em Malthus, sua concepção da ecologia enfatizou a imagem de um ambiente lotado de espécies em concorrência, de modo que só pela eliminação de uma seria possível o

³⁷ BOWLER, Peter J., op. cit. nota 35. Esta idéia parece certamente bastante adequada a um país cuja historiografia vinha a ser escrita a partir da contínua expansão da fronteira de ocupação e da conquista de novos territórios, idéia cuja formulação clássica foi feita por Frederick Jackson Turner nos artigos reunidos em *The frontier in American History*. TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in american history*. New York: Robert E. Krieger, 1976. 1. ed. 1920.

³⁸ GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. Tradução Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973. SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit. nota 30.

³⁹ Citado por: GOULD, Stephen Jay. Kropotkin não era nenhum panacrácio. In: _____. *Viva o brontossauro*. Reflexões sobre história natural. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 318-331. citação: p.320.

⁴⁰ GOULD, Stephen Jay, op. cit. nota 39.

ingresso de outra. Neste ponto vale a pena observar, com Williams,⁴¹ que as teorias da seleção natural e da evolução possuíam um componente social em si próprias antes mesmo que se pensasse em “aplicá-las” à sociedade. A idéia da competição estava já firmada no pensamento social inglês muito antes de Darwin, na obra de Hobbes, por exemplo. Na Inglaterra de meados do século XIX, no meio urbano, limitado e lotado de indivíduos em busca de oportunidades, eram correntes e bastante populares idéias como as da luta sangrenta em condições primitivas, ao lado de imagens como a da *selva social*, antes mesmo de Darwin. Estas percepções foram transpostas pelo imaginário nas formas de horror, ameaça, medo e espanto.

A partir de condições diversas, outros pensadores propuseram, lembrou Gould, uma forma alternativa de encarar a natureza como guia para a moral, fundamentando-se em uma reinterpretação do mundo natural em que a ênfase no conflito foi revertida, em favor de uma idéia de que o estabelecimento de relações de ajuda mútua seria um mecanismo fundamental para a sobrevivência. Foi este o caso de Kropotkin, em cuja visão as espécies possuiriam uma natural inclinação para a cooperação e para a progressiva organização de uma rede de auxílios mútuos capaz de promover suporte e defesa contra as asperezas do ambiente. Esta idéia foi inspirada pelo meio físico da Rússia, em que as condições de um amplo território de solo agreste e subpovoado, e de clima severo, estimularia a integração dos organismos para a superação dos obstáculos naturais. A teoria darwiniana, contudo, foi inspirada pela história natural dos trópicos em sua multiplicidade de espécies concorrentes e, como lembrou Williams, por uma sociedade industrial superpovoada, no contexto de uma mentalidade liberal que pregava a livre concorrência no mercado. Ou seja: num ambiente em que as maiores restrições

⁴¹ WILLIAMS, Raymond, op. cit. nota 29.

estariam nas próprias condições naturais, as espécies tenderiam a desenvolver formas de luta coletiva e cooperação; num meio lotado de indivíduos da mesma espécie, estes tenderiam a competir entre si pelos limitados recursos disponíveis. A natureza se tornava, em ambos os casos, um modelo para a produção de conhecimento científico, e de suas condições específicas dependia a interpretação do lugar dos seres e de sua interação dentro dela.

A absorção das idéias darwinistas no Brasil foi sem dúvida beneficiada pelo fato de que o progresso técnico e social incipiente, especialmente flagrante no meio rural, e mais ainda nas regiões agrestes e praticamente desertas do território, estabelecia uma relação entre o homem e a natureza praticamente não mediada pela técnica, relação esta que passou a ser traduzida, pela elite brasileira formada sob o paradigma naturalista e sob uma perspectiva modernizadora, de acordo com uma visão de mundo que, a despeito de sua origem científica, prestava-se muito bem ao discurso social e à representação literária. Como acentuou Morton,⁴² uma ciência tem maior potencial literário à medida que seus princípios fundamentais são ambíguos o bastante para que a condição humana seja interessante, ainda que incerta. A ciência darwiniana é um bom exemplo, na visão do autor, pois apesar de à primeira vista parecer produzir uma regularidade determinada por leis inflexíveis, logo se tornou uma matéria onde a imaginação pôde adquirir muitos graus de liberdade. No caso da literatura brasileira do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, as idéias de luta pela vida, de sobrevivência do mais apto e, em particular, de luta *contra* as condições ambientais foram incorporadas por um discurso que acentuava o dramático divórcio entre a

⁴² MORTON, Peter. *The vital science: biology and the literary imagination, 1860-1900*. Londres: George Allen & Unwin, 1984.

natureza e os destinos humanos no país, visão condicionada ainda pela generalização das teorias raciais do darwinismo social, que informavam a imagem do homem e portanto de seu lugar dentro da natureza e de sua capacidade de controlá-la. Além disso, se a modernização induzida pelo progresso técnico não era uma realidade presente na experiência do sertão – entendido em seu sentido amplo –, ela era um horizonte possível nas mentes dos intelectuais que abordaram e representaram esta experiência, ainda que como um desvio em relação a seus modelos.

Esse conjunto de doutrinas e teorias desempenhou uma função discursiva de notável generalidade e abrangência, de que dá testemunho o olhar de Quaresma em direção ao galinheiro, e os significados que isso adquire, modelando sua compreensão acerca da existência. Machado de Assis apropriou-se da visão de mundo em tom parodístico através de sua personagem Quincas Borba, que criou o *humanitismo*, o *remates das cousas*: um sistema filosófico de nítida extração darwinista, ainda que mesclado ao positivismo e a doutrinas espiritualistas, e resumido pela máxima *ao vencedor, as batatas!* referência à luta das espécies pela vida.⁴³ Por ocasião da epidemia de febre amarela que levou à morte de Eulália, noiva do narrador Brás Cubas, Quincas Borba mobilizou a lógica finalista característica do darwinismo:

*Epidemias eram úteis à espécie, embora desastrosas para uma porção de indivíduos; fez-me notar que, por mais horrendo que fosse o espetáculo, havia uma vantagem de muito peso: a sobrevivência do maior número. Chegou a perguntar-me se, no meio do luto geral, não sentia eu algum secreto encanto em ter escapado às garras da pestes; mas esta pergunta era tão insensata que ficou sem resposta.*⁴⁴

⁴³ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 113. 1. ed. 1891.

⁴⁴ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [197-]. p.25. 1.ed.1881.

Nas doutrinas darwinistas os mecanismos da seleção natural, da luta pela vida, da adaptação e da sobrevivência dos mais aptos são isentos de julgamento moral, já que tidos como pura e simplesmente *naturais*, como ilustra a fala de Quincas Borba. A crueldade da natureza ou a barbárie da competição na espécie humana eram vistas como necessárias à manutenção do equilíbrio e da contínua evolução da natureza e da sociedade. Como as idéias de conflito e de competição, centrais para a teoria darwinista, constituíam ao mesmo tempo o mecanismo da evolução e da eliminação do despreparado, o conflito e a patologia surgiam não como fonte de instabilidade ou declínio, mas como um motor de progresso. Gustavo Barroso resumiria o resultado da relação conflituosa do sertanejo com o ambiente – definido aqui pela seca – nos seguintes termos: *E daí, não seja, talvez, paradoxo o dizer – que a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes.*⁴⁵ Assim, a luta e o horror que ela poderia despertar eram absorvidos pela crença no progresso inevitável, uma vez que o darwinismo constituía uma forma de limitar e descrever a mudança através de leis rígidas e de uma crença fatalista na ação das forças da evolução. O conflito e do terror acabam assim remetidos a uma finalidade mais ampla.

A imagem da natureza como ameaça, força brutal e potencialmente destrutiva em relação aos mais fracos encontrou expressão até mesmo na obra de um dos representantes mais líricos da literatura regionalista no Brasil, Afonso Arinos. No conto *Desamparados*, de *Pelo sertão*, a paisagem apresenta-se majestosa, no extenso chapadão que se estende na serra das Vertentes, entre Minas Gerais e Goiás. Perdido na contemplação e na reflexão metafísica despertada por aquele cenário ermo e grandioso,

⁴⁵ BARROSO, Gustavo. *Terra de sol: natureza e costumes do Norte*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p.25. 1. ed. 1912.

o peregrino viajante-narrador deparou-se subitamente, em meio à observação da beleza de um buritizal cujas folhas rebrilhavam lavadas pela chuva, com a figura mofina e raquítica de um idiota. Para o observador, despertava espanto o contraste entre a magnificência da natureza à sua volta e a fraqueza e inconsciência daquela figura, *que mais se anulava diante da natureza pujante e infinita que o circundava*.⁴⁶ Compadecido de sua miséria, o narrador seguiu-o com os olhos, perguntando-se o motivo pelo qual este, tão ínfimo, tão fraco, havia sobrevivido às feras e às tempestades. O pobre demente, feliz pela companhia do viajante, mostrou então a ele o ninho, encrustrado numa moita, de um casal de pequenas perdizes que havia encontrado abrigo das enxurradas e das raposas. Conclui o narrador que *também os mesquinhos e desamparados encontram caricioso aconchego no seio largo da natureza infinita*.⁴⁷ Este conto constrói-se a partir de uma imagem subliminar da natureza onipotente sempre prestes a eliminar os fracos, no caso um raquítico idiota que não parecia ser a figura mais preparada para sobreviver aos perigos do meio físico selvagem, e um frágil casal de perdizes. Havia lugar para os fracos na ameaçadora natureza, é certo que eles poderiam encontrar abrigo, mas que isso acontecesse era visto antes com surpresa e louvor. A compaixão divina da natureza triunfante e esmagadora retorna como tema no conto *A fuga*, do mesmo autor. Este narra os percalços de uma fuga de escravos, durante uma tempestade: *um esforço vivo e inteligente, terrível e heróico, lutava contra a força esmagadora da natureza onipotente*. Esta, que antepusera à sua fuga a difícil travessia de matas espessas e rios caudalosos, foi no entanto capaz de fornecer às *pequeninas, amesquinhas* figuras dos fugitivos, ao nascer do dia, o calor do sol que reavivaria

⁴⁶ ARINOS, Afonso. *Pelo sertão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [191-]. p. 111. ed. 1898.

⁴⁷ ARINOS, Afonso, op. cit. nota 46, p.112.

seus corpos tomados de dor e de cansaço, *como uma carícia de amor e piedade para os miserandos, um resplendor de vitória para os lutadores*.⁴⁸

Onipotente, esmagadora, mas também capaz de fornecer abrigo e proteção, a natureza apresentada por Afonso Arinos entra em contraste com a miséria e o sofrimento humanos, e aparece sublime e divinizada. Em outros exemplares deste regionalismo realista, contudo, o caráter esmagador e violento da natureza, suposto por Arinos, prevalecia sobre sua virtual compaixão pelos fracos. Em seu *Tropas e Boiadas* Hugo de Carvalho Ramos explorou a ação tantas vezes perversa e ameaçadora da relação do homem com a natureza. Talvez o melhor exemplo esteja em *Ninho de Periquitos*. Este conto faz o percurso contrário aos de Afonso Arinos: ele parte do bucólico para chegar ao terror, de forma que a imagem prevalecente da natureza não é a de abrigo, mas a de crueldade. O sertanejo já voltava para casa depois de ir à mata buscar lenha, quando se lembrou repentinamente de atender ao pedido do filho que então completava dez anos: levar para casa os filhotes de periquitos que estavam num ninho no fundo de num cupinzeiro abandonado. Ao tentar agarrar o ninho, o lavrador sentiu uma mordida e reconheceu, nos cortes da palma de sua mão, a picada mortal de uma urutu, *a terrível urutu do sertão*, para cujo veneno não havia remédio. Instintivamente, tomou do facão e decepou a própria mão, salvando assim a vida: *E enrolando o punho mutilado na camisola de algodão, que foi rasgando entredentes, saiu do cerrado, calcando duro, sobranceiro e altivo, rumo da casa, como um deus selvagem e triunfante apontando da mata companheira, mas assassina, mas*

⁴⁸ ARINOS, Afonso, op. cit. nota 46, p.133.

perfidamente traiçoeira.⁴⁹ A bravura do sertanejo permitia sua sobrevivência num meio traiçoeiro em que à imagem terna do ninho de pássaros com que presentearia o filho sobrepunha-se a figura de um réptil de picada mortal. Este conto utiliza-se de metáforas bastante generalizadas na literatura regionalista a propósito da vivência sertaneja: o homem está em permanente ameaça frente a um ambiente hostil, as aparências são enganadoras e portanto cruéis, os fortes são vistos como deuses que sobrevivem ao ambiente e que incorporam sua rudez, sua força e sua violência, mesmo que não saiam incólumes do confronto. *Terra bárbara, gente forte!*, resume Carvalho Ramos a modelagem da natureza, *companheira e assassina*, sobre o espírito do sertanejo, em um conto que relembra as sangrentas batalhas travadas no sertão de Goiás entre os índios e os colonizadores. Na visão do escritor, as constantes ameaças e os diários desafios que os homens tinham que enfrentar num mundo natural grandioso, exuberante, imprevisível e fora de controle, do qual dependiam, explicavam o acentuado fundo de religiosidade do sertanejo, assim como suas superstições e crenças em sinais, agouros, presságios naturais e seres fantásticos, ou seja, a barbárie da natureza teria como símile uma racionalidade precária e perturbada.

O confronto entre o homem e a natureza é também um tema central no romance *Miragem*, de Coelho Neto. Depois da morte do pai, o *sensível e impressionável* protagonista, Thadeu, decidiu assumir a responsabilidade pela sobrevivência da irmã e da mãe, que pouco ou nada acreditavam na sua capacidade de tornar-se provedor da família. Suas disposições eram, contudo, bem firmes. Em devaneio, perguntava-se por que não conseguiria ele, como os outros, extrair riquezas da terra fértil. Sonhava

⁴⁹ RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 1. p. 36. 1. ed. 1917.

naquele momento com a fartura da colheita que recuperaria a alegria da família, imaginando-se no campo, semeando. E logo viriam os brotos, as flores e os frutos, que dariam a ele uma existência *tranqüila e suave*. Thadeu depositava todas as suas esperanças numa terra que até então havia sido *detestada e temida*, sendo ele, desde menino, pouco afeito às lides do campo. Naquele momento, no entanto, sentia-se atraído, verdadeiramente seduzido por um sonho de abundância que seria *a iniciação nupcial de uma vida nova, de paz e de fertilidade perene (...)* *E seus olhos comovidos alongaram-se pela várzea enamoradamente, significativamente, como se ele quisesse dizer que a recebia para o noivado eterno.*⁵⁰

Depois de muito sonhar com a prosperidade que anunciavam os férteis terrenos da família, ele tomou a enxada ao ombro e pôs-se a trabalhar, energicamente, apesar do cansaço que logo o abatia, da fome e da sede: *a luta era terrível e maior lhe parecia sempre que alongava os olhos e descobria extensamente ondulando ao vento, as capoeiras intonsas e comparava o trabalho feito com o que tinha ainda a fazer.*⁵¹ Prosseguia ele na sua faina, prostrado ainda que feliz com o vislumbre da fartura que necessariamente viria. A força de seu empenho não era contudo suficiente, e frente à visão da enorme quantidade de terra, o trabalho trouxe-lhe o desânimo. Afinal, *como vencer aquela exuberância, ele só, contra a força viva e inconstante da natureza? Como triunfar de toda a seiva misteriosa que circulava nas veias subterrâneas alimentando as raízes silvestres?*⁵² A solução do problema não era complexa e nem tampouco inusual: as queimadas que limpariam o terreno, as queimadas, *mais rápidas do que as turmas dos negros capinadores*, que se seguiriam à derrubada e finalizariam o

⁵⁰ COELHO NETO. *Miragem*. 4. ed. Porto: Chardron, 1926. p. 44. 1. ed. 1895.

⁵¹ COELHO NETO, op. cit. nota 50, p.55.

⁵² COELHO NETO, op. cit. nota 50, p.57.

trabalho. Tratava-se de uma prática usual e corriqueira no sertão brasileiro, que impunha a dominação severa do homem sobre a terra a ser assim despida, fertilizada e em seguida cultivada.

Thadeu não chegou, contudo, a atear fogo ao mato de suas terras. Depois de três meses de árduo trabalho na enxada, uma chuva torrencial inundou os campos e pôs tudo a perder, todo o seu trabalho fatigante foi inutilizado pela chuva que fez rebrotarem as raízes do mato, dos vassourais selvagens e da vegetação agreste que ele havia penosamente derrubado. Toda essa exuberância renasceria com ainda mais força, tornando inútil seu trabalho e sufocando sua esperança. *A terra vencera o homem.*⁵³ Exausto, ele caiu sobre a erva capinada e golfou sangue, desfalecendo em seguida. Toda a natureza, sentia, zombava de sua pretensão de homem fraco, na verdade incapaz de enfrentar o trabalho brutal no campo. Desiludido, Thadeu abandonou o campo e tentou a carreira militar, mas acabou excluído por sua condição de tísico. Sentia-se vencido pela terra, que o lançara na miséria, que lhe arrancara o sangue em inútil sacrifício, que para sempre sugara sua vitalidade, e que se mostrara insensível a seu esforço. O trabalho esfalfante esgotara-o para sempre, consumira-o, e ele havia sido derrotado na luta pela vida contra o meio.

*A terra...! Conhecia-a bem! Fora ela que o reduzira àquela miséria, que lhe arrancara o primeiro sangue, que o vencera formidavelmente quando ele tentara domá-la, tirando-lhe a braveza do maninho, limpando-a das ervas, destorroando-a, revolvendo-a. Sentia-se vencido, incapaz de qualquer esforço: mole de corpo, quebrado de ânimo.*⁵⁴

Essas personagens vencidas pela natureza, que em sua força e sua exuberância despertava a ilusão da riqueza e da fartura, simbolizam o esforço do homem brasileiro

⁵³ COELHO NETO, op. cit. nota 50, p.64.

⁵⁴ COELHO NETO, op. cit. nota 50, p.232.

para a imposição de seu domínio sobre a terra, tarefa árdua do sertanejo no sentido da conversão do ambiente natural em fonte de sua sobrevivência. A natureza nessas obras é onipotente, e definida por sua força destrutiva. Nenhuma das personagens acima sai vitoriosa ou incólume da luta que trava contra ela – no máximo são vistos como sobreviventes fortuitos, poupados da aniquilação iminente pela compaixão que esta natureza onipotente podia por vezes manifestar. A literatura brasileira viria a aprofundar este tema – caro à visão de mundo darwinista – da luta pela vida *contra* as condições naturais ameaçadoras. No texto introdutório de sua narrativa *Através do Brasil – livro de leitura para o curso médio das escolas primárias*, Olavo Bilac e Manuel Bonfim explicitaram sua intenção de promover o interesse pelo conhecimento do meio físico brasileiro e de transmitir às crianças uma *lição de energia*, a energia necessária para fazer face às hostilidades naturais encontradas no longo percurso em que as personagens se afastaram de uma cidade litorânea em direção ao interior do Brasil. Na busca pelo pai, as crianças travaram contato com um pitoresco mundo rural dotado de elevados valores, mas seu percurso construiu-se como espécie de iniciação sofrida e aventureira à vida adulta, uma viagem *longa e penosa* por paisagens secas e torturadas, terrenos pedregosos, caminhos incertos castigados pelo sol, florestas ameaçadoras, lugares desérticos e secos, *sem sombra nem água*. Mesmo as maravilhas naturais não eram tanto objeto de admiração quanto de amedrontamento, pois a ênfase da obra está na necessária *energia moral* para enfrentar essa natureza. Era arriscado perder-se na floresta virgem, e perder a própria vida no meio selvagem das feras e dos répteis venenosos. Frente aos perigos da mata, eles aprendiam – e ensinavam – que *tudo no mundo é para o bem da gente. Vosmecês ficam conhecendo a sua terra...*⁵⁵ Ou seja, a

⁵⁵ BILAC, Olavo, BONFIM, Manuel. *Através do Brasil: narrativa – livro de leitura para o curso médio*

longa travessia através do Brasil, a experiência do perigo, da privação e do desconforto, o contato com a morte e com a injustiça, convertem-se numa lição moralizante em prol do conhecimento, da afirmação do amor à terra brasileira e conseqüentemente da superação dos obstáculos naturais – e neste ponto é significativo que o pai das crianças fosse um engenheiro que construía estradas pelo sertão. Ainda que elas viessem, à medida que se afastavam do interior e voltavam ao litoral, a entrar em contato com um Brasil modernizado, com paisagens de beleza consagrada e serena, e com a natureza domada pela agricultura de exportação – elementos capazes de despertar o também didático orgulho pátrio – a moral da estória dirige-se para a construção de um país do futuro a partir do conhecimento da totalidade do território e do enfrentamento direto do meio natural hostil.

Um minuto de fraqueza, um momento de desânimo, um instante de desencorajamento, – e o sertão esmagá-lo-á. Mas ele não se abrande e nem se verga. Só contra a impassibilidade da natureza, luta, luta sempre. Alguns desertam as fileiras; mas os que ficam continuam o combate.

Gustavo Barroso, *Terra de Sol*, 1912

Se no meio rural, aqui exemplificado pelo interior goiano de Carvalho Ramos, pelo sertão mineiro de Afonso Arinos e pelo sertão *tout court* de Coelho Neto, a luta era vista como um componente inato da relação com a natureza, mais radicais e dramáticas tornavam-se as representações deste confronto quando as condições do ambiente sertanejo encontravam-se seriamente perturbadas pela seca. As secas que atingiam o

das escolas primárias. 7. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo; Paris: Aillaud, 1921. 1. ed. 1910.

Nordeste brasileiro foram incorporadas como objeto privilegiado pela literatura a partir das últimas décadas do século XIX, inaugurando um longo ciclo romanesco que viria a adquirir notórios desdobramentos no regionalismo modernista da década de 1930. *Os retirantes*, de José do Patrocínio, publicado em folhetins no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1879, foi dos primeiros romances sobre o tema no país, fruto das impressões e informações colhidas pelo autor em viagem ao nordeste realizada no ano anterior, a título de investigação jornalística. O espírito transformador próprio ao militância da geração abolicionista e republicana foi investido no romance pela crítica severa ao clero e à corrupção das autoridades locais, *que podiam zombar da calamidade que torturava a população, porque tinham-se locupletado bastante para atravessá-la*.⁵⁶ A ênfase, assim, recaía menos na relação do homem com a natureza que nas intrigas políticas e nas relações interindividuais, ainda que o autor tenha se esmerado em elaborar uma descrição precisa da paisagem seca do sertão nordestino e dos hábitos e costumes da região.

A seca nos sertões nordestinos como temática privilegiada para a representação do conflito entre homem e natureza no Brasil do final do século XIX e início do século XX encontraria sua linguagem por excelência com o advento da literatura realista-naturalista no Brasil a partir da década de 1880, que instaurou a crença fatalista nos determinismos naturais e sua ascendência sobre a existência humana. O naturalismo literário, em sua observação pretensamente científica da contemporaneidade,⁵⁷ adotou alguns dos temas

⁵⁶ PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*. 2. ed. São Paulo: Três, 1973. V. 2, p. 11. 1. ed. 1879.

⁵⁷ Um registro algo cômico da prática naturalista foi apresentado por Coelho Neto em seu autobiográfico *A Conquista*. Rui Vaz, aliás Aluísio Azevedo, principal introdutor do naturalismo no Brasil, queixava-se a Anselmo Ribas, pseudônimo de Coelho Neto:

– *Decididamente não se pode amar a Verdade. Se o público soubesse quanto custa ser naturalista pagava meus romances a peso de ouro. Vou às estalagens apanhar em flagrante a grande vida das colméias e, para que a gente não se perturbe com a minha*

mais caros à visão de mundo darwinista, em especial a seleção natural, a problemática da hereditariedade, a relação do homem com o ambiente físico e social em que se insere, e a luta pela vida – freqüentemente *contra* as condições do meio. A abordagem naturalista revertia assim a representação romântica da paisagem como campo de expressão da subjetividade, enunciando ao contrário a generalizada indiferença do mundo natural em relação aos intuitos humanos. Além disso, no contexto de uma visão de mundo mais ampla advinda de uma grave crise do liberalismo burguês, passava-se também a negar a transcendência do tempo e da história, as utopias e a idéia de revolução, uma vez que estas categorias eram subsumidas às determinações naturais. A história não era vista como um todo determinado, mas como fruto de condicionamentos de ordem natural que o sujeito não era capaz de confrontar. Com a generalização do princípio da uniformidade da natureza no espaço e no tempo, elaboraram-se formas de pensamento que se esforçaram por explicar ao mesmo tempo a história humana e a história natural da qual ela fazia parte. A idéia de progresso foi então concebida a partir do princípio de que este era um desenvolvimento *natural* do homem, pois nele estariam inscritas as leis da natureza – logo, não havia distinção epistemológica entre cultura e natureza, sendo o sistema de conhecimento criado pelos naturalismos fundamentado na busca de leis de caráter homogêneo e universal que descreviam uma ordem natural em desdobramento linear no tempo, em direção a uma contínua aceleração da marcha do progresso. À medida que o tempo e a história foram incorporados como elementos

presença, visto-me de carregador, meto-me em tamancos. Subo às pedreiras, penetro, com risco de vida, as reles tavolagens, passo horas e horas entre a gente tremenda dos trapiches, converso com catraieiros e, finalmente, venho comer nesta baiúca, como vês.

– Mas, então, não foi por fome?

– Qual fome! Eu podia ter ido almoçar ao Globo, mas ando acompanhando um tipo.

– E onde está ele?

– Comeu e saiu. Para que não desconfiasse, porque ele já deve ter notado que o sigo, pedi um almoço e pus-me a comer... maquinalmente.

COELHO NETO. A conquista. 2. ed. Porto: Chardron, 1913. p. 364. 1. ed. 1899.

daquela ordem e de sua marcha evolutiva própria, negou-se a possibilidade de transcendência que estes possuíam na concepção romântica, em sua busca de uma retomada empática do passado e sua formulação de utopias capazes de imaginar a superação da realidade imediata e o restabelecimento dos vínculos profundos da humanidade com uma origem espiritual.

No Brasil do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a crença fatalista nos determinismos naturais e em sua ascendência sobre a condição humana encontrou na temática da seca um campo dos mais profícuos para a representação da relação darwinista do homem com o ambiente, que adquiria então intensidade dramática ímpar. Em seu *Terra de Sol*, Gustavo Barroso tematizou a indiferença da natureza ao descrever as contrariedades vividas no cotidiano do sertanejo, herói inglório em seu enfrentamento obstinado do meio agressivo. Mesmo quando não havia seca, escreveu ele, a vida no sertão era uma renhida luta diária pela sobrevivência, em que o meio natural era definido como um conjunto de forças opostas e esmagadoras em constante ameaça ao esforço humano: *um minuto de fraqueza, um momento de desânimo, um instante de desencorajamento, e o sertão esmagá-lo-á. Mas ele não se abrande e nem se verga. Só contra a impassibilidade da natureza, luta, luta sempre. Alguns desertam as fileiras; mas os que ficam continuam o combate.*⁵⁸ O sertão conhecia apenas duas estações, assim mesmo irregulares e inconstantes. O inverno, de janeiro a junho, fornecia todos os recursos para a sobrevivência durante a estação seguinte, a seca, de junho a dezembro. Se chovia durante o inverno, o sertanejo vivia com fartura e podia servir-se dela para preparar-se para a estação das secas. Se, contudo, não chegava a chuva durante o inverno, nos meses de janeiro e fevereiro ele vivia a seca propriamente

⁵⁸ BARROSO, Gustavo, op. cit. nota 45, p.25.

dita, definida por sua *luta selvática* pela água. Cavavam-se cacimbas e construíam-se açudes que atuavam contudo apenas como lenitivos: *nada mais silencioso e mais formidável! Luta de vida e de morte, luta do homem contra a rocha, das energias dum coração contra as energias da natureza inteira!*⁵⁹. No ambiente hostil e traiçoeiro, mesmo quando havia chuva, estas se distribuíam de uma forma inconstante e extemporânea que dificultava qualquer planejamento da atividade produtiva e qualquer previsão de suas conseqüências. Assim, *todos* os elementos da natureza representavam uma potencial ameaça à sobrevivência, mesmo aqueles que poderiam ser considerados essencialmente benéficos, e o homem se via à mercê da particular combinação entre eles. Não apenas a seca era mortífera, como também as chuvas poderiam arruinar a vida do sertanejo:

*Um indivíduo planta um roçado de milho, este cresce e apendôa; é-lhe necessária uma chuva que o livre da lagarta. Não chove. A lagarta devora a plantação. Num terreno dum antigo roçado, planta algodão; este cresce e flora; são-lhe precisos uns tantos dias de sol para que se desatem e branquejem os capuchos. Contra todas as regras, previsões e experiências, num dia de sol ardente, cai uma chuva súbita, brutal, e “queima” todo o algodão. O pasto está “encanado” e prestes a semear: falta uma hora de chuva. Não chove. O pasto morre. Depois de morto, a chuva cai.*⁶⁰

A crise dos valores humanos despertada pela imposição das restrições do ambiente natural sobre a sociedade foi também um tema amplamente explorado pela literatura da seca. O conto *A besta*, de Viriato Correa foi construído através da correspondência entre as paisagens arruinadas e estéreis do sertão com imagens da ausência dos traços e marcos peculiares da cultura sertaneja, despojada de suas manifestações mais autênticas à medida que os ciclos e ritmos da natureza dissolviam-se

⁵⁹ BARROSO, Gustavo, op. cit. nota 45, p.31.

⁶⁰ BARROSO, Gustavo, op. cit. nota 45, p.15.

na monotonia opressora dos dias sempre iguais da época do estio. Coelho Neto trabalhou o tema através de uma personagem alcunhada *Judeu Errante*,⁶¹ cearense de longínquo sertão que abandonara sua terra e acabara chegando ao Rio de Janeiro, onde vivia a esmolar e cantar modas sertanejas. Naquele momento vinha ele à redação de um grande jornal cobrar do presidente da República uma indenização de dez mil réis, pela perda da casa e do roçado que tivera que abandonar e que davam corpo à sua memória, estabelecendo sua ligação com suas origens, seu passado.

“Isso mesmo não paga o que perdi, meu senhor... De que serve um palácio... se eu nasci na cabana que o sol queimou, se as minhas recordações ficaram na cabana...? Nunca mais hei de ver o canto do meu berço, nem o alpendre onde meu pai vinha sentar-se à tarde, enquanto minha mãe fiava... Dez mil contos! Dez mil contos não pagam, meu senhor”.

*E eu, comovidamente, concordei: não pagam.*⁶²

Em diversos níveis, a visão de mundo naturalista incorporada à literatura encena a dissolução da ordem humana, social e moral, pela natureza, compreendida como o conjunto das determinações biológicas ou instintivas do comportamento e do meio. Como demonstra Baguley,⁶³ o gênero naturalista consiste exatamente na representação da relação entre a natureza – amplamente compreendida no sentido das determinações biológicas e sociais – e a natureza humana, tendendo à assimilação de uma pela outra.

⁶¹ O mito medieval do judeu errante foi reeditado com sucesso fulminante no século XIX pelo romance em folhetins *Le juif errant* (1844-1845), de Eugène Sue, em que, segundo Muray, sob uma aparente reabilitação da figura maldita de Ashverus, promoveu-se uma retomada das fórmulas anti-semitas aplicadas aos poderosos, aos capitalistas e, obviamente, aos judeus. MURAY, Philippe. *Le XIX^e siècle à travers les âges*. 2. ed. Paris: Denoël, 1999. p. 259. Na cultura brasileira do século XX, o mito foi tratado num poema de Castro Alves e, do início do século XX, em um dos estudos de João Ribeiro reunidos em *O folclore* (1919). Deve-se ainda citar a bem conhecida crônica *Judas-Ahsverus*, de Euclides da Cunha, melancólica autocondenação do despatriamento por um grupo de seringueiros amazônicos. CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 2. ed. Porto: Imprensa Moderna, 1913. p. 85-94. 1. ed. 1909.

⁶² COELHO NETO (RIBAS, Anselmo). *Bilhetes postais* (1892-1893). Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894.

⁶³ BAGULEY, David, op. cit. nota 24.

Como parte desta natureza, as manifestações dos instintos são incorporadas ao discurso do mórbido e do patológico. A temática da luta pela sobrevivência contra as condições do meio, com acentos darwinistas mais ou menos pronunciados, tende a ser o fulcro dessa literatura, especialmente nas obras que pretendem produzir uma descrição realista da experiência das vítimas do flagelo, retratando-a a partir do interior de seus dramas, como por exemplo em *Luzia Homem*, de Domingos Olímpio, que tem como cenário um acampamento de retirantes durante a seca de 1877.⁶⁴ Neste sentido, a incorporação literária do tema da seca no final do século XIX teve na obra de Rodolfo Teófilo sua realização mais programática, mais completa, e também mais extrema. O autor, farmacêutico e catedrático em ciências naturais, iniciou escrevendo sobre o assunto o ensaio *História da seca no Ceará*,⁶⁵ coletânea de dados técnicos e informações científicas, que intentavam definir o caráter e a extensão do fenômeno. O tema receberia tratamento ficcional em suas obras seguintes, sendo a primeira delas *A fome – cenas da seca no Ceará*, publicada pela primeira vez em 1890. Sua intenção era produzir uma literatura de sentido historiográfico – e de fato o romance naturalista foi definido por Chevrel⁶⁶ como uma forma de escrever a história a partir do recorte, por meio da ficção, de uma parte da realidade – sendo posteriormente reconhecida pelo próprio Rodolfo Teófilo como o fim último de seu trabalho de *cronista dos infortúnios do Ceará nesse meio século*. No prefácio a outra obra de não ficção – um relato dos conflitos entre os clãs e chefes locais que levou à chamada *Sedição de Juazeiro* –, ele explicitou o que entendia como o sentido desta escrita: (...) *deixo esta obra tristíssima da história da*

⁶⁴ OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Ática, 1985. 1. ed. 1903.

⁶⁵ TEÓFILO, Rodolpho. *História da seca no Ceará* (1877-1880). Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883.

⁶⁶ CHEVREL, Yves. *Le naturalisme: étude d'un mouvement littéraire international*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

*nossa terra, para que meditem em nossas aflições, tirem delas ensinamentos e se aparelhem para resistir melhor do que nós, à dissolução do meio, às tentações do mal.*⁶⁷

A fome é um estudo radical sobre a *dissolução do meio*, através da trajetória do fazendeiro Manoel de Freitas, a partir da seca que atingiu os estados do nordeste em 1877. Proprietário de terras, gado e escravos, ele perdeu todas as suas posses devido à seca, e decidiu emigrar com a família, juntamente com uma caravana de retirantes, para Fortaleza. Esta trajetória pode ser descrita como uma representação exemplar da pragmática naturalista, no sentido de uma progressiva desagregação do universo da cultura, da moral e dos valores humanos, enquanto o primitivo sobe à superfície, pretendendo expor o ser humano em sua condição natural ou seja, desumanizado.⁶⁸ A narrativa de Teófilo pode ser, neste sentido, definida como uma coleção de documentos que servem de fundamentação a um estudo em torno dos extremos a que pode chegar o homem premido pela necessidade. A crueza do romance, em seu retrato de homens crescentemente animalizados, que se desvestem progressivamente de todo e qualquer princípio moral em favor do instinto de sobrevivência, atinge tais extremos que a tornam em alguns momentos até mesmo pouco verossímil, pois a escrita naturalista não produz uma imagem fechada, estável ou realista do ambiente, e sim a imagem perturbadora de um mundo em dissolução. Como observou Auerbach,⁶⁹ sua necessidade de representar os aspectos sórdidos da existência em muito ultrapassava o que poderia ser objetivamente considerado *necessário, típico e representativo*.

⁶⁷ TEOPHILO, Rodolpho. *A sedição do Joazeiro*. São Paulo: Revista do Brasil, 1922. p.6.

⁶⁸ BAGULEY, David, op. cit. nota 24.

⁶⁹ AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. p.448.

Tal como o romance de Patrocínio, *A Fome* é a estória de uma errância, retratando populações inteiras que abandonavam sua terra e se punham em marcha, buscando desesperadamente continuar vivendo, seja em regiões mais úmidas do sertão, seja em direção ao litoral: *Os homens e os rebanhos erravam à toa naquela natureza, tocada de morte, procurando a vida.*⁷⁰ Esta dependia, em grande parte, da exploração de todos os recursos que a natureza da região das caatingas poderia prover, o que, como o próprio fenômeno da seca, fortalece a idéia da dependência completa e da conseqüente vulnerabilidade do sertanejo em relação ao meio natural. Hostil e extremamente empobrecida, a natureza do sertão era inicialmente capaz de oferecer ao sertanejo alguma forma de sustento, ainda que breve e provisório, na forma de palmito, seiva e frutos que garantiam a sobrevivência das hordas de emigrantes. O melhor exemplo era a carnaubeira, o *boi vegetal* que, comparada à tamareira dos desertos africanos, concentrava as caravanas de retirantes que se sustentavam de sua goma e aproveitavam desde sua raiz até suas folhas pulverizadas. Por outro lado, as necessidades da sobrevivência transformavam essa natureza rapidamente em uma paisagem, além de empobrecida pela seca, devastada pela exploração intensa de todos os seus recursos, que rapidamente esgotavam-se. Animalizado, o sertanejo se tornava, ele próprio, parte da paisagem natural torturada e seca, no quadro desolador no qual ele não era capaz de exercer nenhuma ação transformadora ou remediadora – o fatalismo naturalista em sua crença no determinismo rígido das condições naturais e da natureza humana estava aqui perfeitamente à vontade. Como observa Chevrel,⁷¹ o naturalismo tem obsessão pela

⁷⁰ TEOPHILO, Rodolpho. *A fome: cenas da seca do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 20. 1. ed. 1890.

⁷¹ CHEVREL, Yves, op. cit. nota 66, p. 101.

derrota, colocando em cena um universo de vencidos, personagens que estão à margem e que acabam por extrapolar a fronteira entre o normal e o patológico.

Entregues à natureza, e portanto em constante risco de morte: assim se definia a situação dos retirantes no romance de Teófilo. Entenda-se *natureza* aqui tanto como o fundo primitivo, instintivo e animalesco da existência humana, quanto como o meio físico natural, contra o qual lutavam durante todo o romance. Se por um lado os retirantes encontravam no meio natural do sertão os poucos meios de sua sobrevivência durante o êxodo, este não deixou de assumir seu aspecto permanentemente ameaçador, seus contornos sombrios, traiçoeiros, impressos exemplarmente no destino infeliz de uma família de retirantes que cruzou o caminho da caravana em que marchava a família de Manuel de Freitas em direção ao litoral. Envenenados por um tubérculo que lhes matara a fome, cada membro da família havia sofrido a perda de um de seus sentidos, sendo a família obrigada a sobreviver da caridade – também ela em queda – dos demais retirantes. Embora na visão de Teófilo a cooperação estivesse presente nos primeiros momentos do êxodo, e ainda que o deslocamento das populações tenha se dado inicialmente em grupos de indivíduos que se auxiliavam mutuamente para a sobrevivência durante o trajeto em direção às regiões mais úmidas ou ao litoral, o romance caminha para demonstrar a dissolução progressiva de qualquer laço de solidariedade, e para encenar, conforme o modelo darwinista da sangrenta *guerra de todos contra todos*, as manifestações mais brutais da luta pela vida entre indivíduos, incluindo o canibalismo.

Não estava contudo completamente eliminado desta literatura o componente mítico capaz de conferir virtude heróica a alguns de seus personagens. No romance *Os*

brilhantes, publicado em 1895, Rodolfo Teófilo concentra-se no fenômeno do banditismo, analisado a partir de um protagonista que, apesar de manifestar um atávico instinto homicida, teria índole humanitária e heróica.⁷² Somava-se neste ponto ao determinismo do meio o determinismo da raça, no estudo de uma sociedade em processo de desagregação progressiva, pelo banditismo e pela seca, compreendidos pela mesma linguagem, a da violência. Fazendo uso dos modelos darwinistas sociais, o autor atribuiu a perturbação da ordem social à composição majoritária da população por elementos das raças tidas inferiores, que trariam em si os germes da agressividade, possuindo uma predisposição ao crime que a vida em sociedade teria apenas abafado, mas que a luta contra o meio despertava.⁷³ Dentre as cenas mais impressionantes deste romance está a invasão do refúgio onde se escondia o protagonista por uma leva de retirantes da seca. O oásis montanhoso perdido no deserto da terra devastada pela seca, que até então servira de proteção ao chefe do bando dos Brilhantes contra o bando inimigo e a força pública, passou então a ser intensamente explorado pelos retirantes,

⁷² Nestor Victor observou este aspecto da literatura de Teófilo, atribuindo-o à sua natureza idealista, que o dotava de uma intenção moralizante, de denúncia e de registro histórico da barbárie sertaneja atribuída às pressões do meio:

(..) seus heróis tomam sobre os ombros trabalhos hercúleos, lutam com dificuldades quase sobrenaturais, arrostam perigos tremendos. Não é que de si não ambicionem o sossego. Mas a natureza é tão ingrata e tão caprichosa com eles, e os outros homens combatem-nos com teimosia tal e tanto ardil, põe-lhes no caminho tão inopináveis alçapões, sujeitam-nos a provas tão múltiplas e tão infernais, que eles não têm remédio senão andar numa roda viva.(...).

VICTOR, Nestor. Perfis de escritores nacionais: conferência realizada a 30 de outubro de 1915, pelo Sr. Nestor Victor. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 40, 1923. p. 225-239. Citação p.: 230.

⁷³ Também para Gustavo Barroso era a própria violência do flagelo natural que explicava a violência social:

Um fato mostra a importância das condições climáticas. Ribeiras houve regadas longos anos seguidos por invernos fecundos e abastecidas por abundantes colheitas. Durante o período de fartura, não surgia um bandido. Os enxotados das vizinhanças não pousavam, porque lhes davam caça. Vieram secas. Os seareiros fugiram para os povoados, emigraram para a Amazônia, ou, de agricultores, se tornaram míseros cabreiros. As terras amaninharam-se abandonadas. O cangaceiro veio de fora e domiciliou-se ou irrompeu da própria gente arruinada.

BARROSO, Gustavo. *Heroes e bandidos*. Os cangaceiros do Norte. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931. p. 22.1. ed. 1917.

que se lançaram de forma brutal a todos os recursos naturais do lugar, fazendo com que ele viesse a perder, em pouco tempo, seu viço original. À violência do banditismo sobrepunha-se a violência da luta contra a seca, flagelo natural que os recursos da natureza apenas aliviavam provisória e precariamente.

Por toda a parte a luta pela vida, uma luta titânica, desesperada! (...) A corrente da emigração não estancava. Não se passava um dia sem que subissem a serra novos retirantes. Era já custoso apanhar um rato ou um lagarto. Já não havia morcegos nas cavernas, nem sapos nos pântanos; tinham comido tudo. Consumida a bicharia, valeram-se dos vegetais. A uberdade do solo, atestavam-na árvores colossais, que se erguiam de espaço a fora. A floresta, embora adoentada, mostrava que havia tido uma vegetação luxuriante, riquíssima, variada, e oferecia aos retirantes o pão de seus tecidos, alguns comestíveis e inocentes, venenosos outros.⁷⁴

Como o judeu errante do conto de Coelho Neto, os retirantes da seca vêm dissolver-se não apenas suas posses, como sua memória, seus laços familiares e afetivos, sua história e sua cultura. A errância era um fenômeno característico da vida do meio rural brasileiro, pois conferia às populações pobres a flexibilidade necessária para a busca de novas alternativas de sobrevivência frente às limitações do meio físico e social. Na sociedade escravocrata, os contingentes de homens livres tinham uma participação marginal no mundo do trabalho, enquanto a concentração da propriedade territorial e os meios de dominação exercidos de forma tradicionalmente truculenta na sociedade patriarcal somavam-se à vastidão de territórios não ocupados produtivamente, que se ofereciam como alternativa possível de refúgio às constantes intempéries. Os deslocamentos populacionais no interior brasileiro intensificaram-se a partir da segunda metade do século XIX, quando as grandes secas, a extinção do tráfico com o incremento do comércio interno de escravos – especialmente das tradicionais zonas açucareiras e

⁷⁴ TEÓFILO, Rodolfo. *Os brilhantes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972. p.246, 248-249. 1. ed. 1895.

algodoeiras do nordeste em direção à cafeicultura do centro-sul –, o recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai, e posteriormente a Abolição impulsionaram grandes ondas de migração interna. A condição de nomadismo teve uma influência marcante sobre os modos de vida das populações sertanejas, que incorporaram a inconstância como um traço de sua cultura, na precariedade de sua moradia, na recusa à criação de animais, na exigüidade de suas posses, na religiosidade constantemente reatualizada de forma a adequar-se às condições momentâneas de vida.⁷⁵ Para além dos conflitos locais, as guerras do final do século XIX e início do século XX, como a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado no Sul, e a Guerra de Canudos no sertão da Bahia expulsaram contingentes significativos de população. O romance *Os jagunços*, de Afonso Arinos, explorou esta dimensão do conflito de Canudos, ao imaginar, em tons messiânicos, a criação de uma nova família e de novos vínculos de solidariedade a partir da agregação de sobreviventes do massacre, que marchavam juntos em direção a uma terra desconhecida onde pudessem deixar para trás sua história de violência e reconstituir seus laços afetivos violentamente rompidos:

A caravana triste se enquadrou na paisagem como um grupo bíblico, sobre o qual descia a luz etérea da bem-aventurança.

Tia Joana passeou o olhar demoradamente pelos companheiros, do mais velho ao mais moço, e deteve-o nos olhos da órfã – abertos, interrogativos, misteriosos –, levantados para a face da velhinha.

Uma comoção nunca sentida empolgou a alma de tia Joana, ao mesmo tempo que sua cabeça era alumiada por alguma coisa semelhante à revelação de mistérios divinos.

Estava ali a velha como a providência benfazeja, a matriarca de uma tribo perseguida, a mãe bendita dos beduínos da fé e do amor.(...)

Tia Joana levantou a cabeça. Deus lhe tomara Conceição e lhe dava agora uma prole inteira. Havia ali uma inversão na marcha da vida. A

⁷⁵ WISSENBAACH, Maria Christina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. V. 3.

velha caminhava ao contrário do tempo, passeando os olhos desde os cabelos grisalhos de Luís ao rosto infantil da órfã.

Estavam ali seus filhos.

A morte lhe arrebatara tragicamente a filha única, no terreiro do Periperi; agora dava-lhe a natureza uma prole inteira, depois de uma gestação tremenda, entre guerras, suplícios, incêndios e bombardeios.

E tia Joana, alquebrada e trêmula, levantou-se, cercada de seus filhos. Os braços mirrados se lhe estenderam; as mãos abriram-se, num gesto dulcíssimo, sobre as cabeças dos jagunços, como duas asas protetoras de ave peregrina.

Os olhos da velha arrasaram-se, seus lábios enrugados tremeram e seus olhos súplices ergueram-se até ao céu, pedindo para os filhos andrajosos e famintos a bênção de Deus.

E a tribo marchou para o deserto.⁷⁶

A condenação da errância perseguiu também João das Neves, personagem principal do romance *O Paroara*, a obra mais bem sucedida de Rodolfo Teófilo. Ele era já de início uma vítima da seca. Ainda criança, perdera-se de sua família que emigrara do sertão durante a seca de 1877, e já adulto intentava reatar o fio perdido de sua vida familiar. Se por um lado nunca conseguiu reencontrar os pais e irmãos, por outro ele foi capaz de constituir uma nova família, retomando de certa forma a história rompida abruptamente pela seca. Após reconstruir a casa dos antepassados, ele se estabeleceu como pequeno agricultor de subsistência, mas o que obtinha da terra mal era o suficiente para a sobrevivência de sua família.

A terra não o ajudava, nem tampouco compensava os seus esforços. Nunca conseguiu uma colheita de toda a sementeira feita. Quando tinha milho não tinha arroz; quando tinha mandioca o algodão era mau e assim vivia de uma dolorosa luta com o solo, senão esfalfado ao menos estéril pela inconstância das chuvas, quando se resolveu a dar um derradeiro combate, fazer uma tentativa afim de arrancar daquela terra ingrata a custa de muito suor, um fundo de reserva, que mais ou menos garantisse o futuro dos filhos.⁷⁷

⁷⁶ ARINOS, Affonso. Os jagunços. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1969. p. 121-384. Citação: p. 382-383.1. ed.1898.

⁷⁷ TEOPHILO, Rodolpho. *O paroara*. Ceará: Louis Cholowiecki, 1899. p. 112-113.

Foi então escolhida uma área para a abertura de nova lavra, um terreno coberto de vegetação exuberante e variada em que João das Neves, auxiliado pelos vizinhos, dispôs-se a derrubar a mata para abrir espaço à plantação. Daí em diante ele se viu condenado a viver com os olhos fixos no céu em busca de algum sinal do próximo inverno, quando poderia semear a terra e alcançar a abundância que nunca vivera. Inicialmente, seus planos pareceram concretizar-se: logo nas primeiras chuvas, ele plantou o roçado e assistiu ao crescimento da plantação, que parecia realmente compensar o esforço. Contudo, uma leve perturbação no inverno pôs tudo a perder, e em poucos dias o roçado de João das Neves reduziu-se ao primitivo campo queimado, dizimado pela praga das lagartas, que alguns dias de seca haviam favorecido. A retomada do inverno trouxe, contudo, novo alento ao sertanejo, que abriu mão do único bem que lhe restava e intentou um segundo roçado. Mais uma vez, contudo, a interrupção das chuvas pôs todo seu esforço a perder: esta literatura sobre a luta contra o meio enfatiza não tanto o caráter destrutivo da natureza, quanto sua perversidade, a crueldade manifesta em uma sucessão de entusiasmo, esperança, desilusão e desespero. A família viu-se assim obrigada a abandonar a agricultura e encontrar nova alternativa de sobrevivência, a caça e a pesca. Incapaz de fornecer ao homem a regularidade climática que possibilitaria a agricultura, a natureza os obrigou, na visão de Teófilo, a *regredir*, da agricultura ao extrativismo, seguindo, segundo ele, os instintos atávicos⁷⁸ das raças selvagens que dominavam a personalidade do mestiço – mais uma vez fazendo referência às teorias raciais. Na liberdade da caça, João das Neves esquecia

⁷⁸ O conceito de atavismo era um dos mais difundidos entre as doutrinas racialistas do darwinismo, especialmente em suas incursões pela psicologia coletiva e a psiquiatria social, referindo-se à potencialidade do mestiço e dos *degenerados* em geral de retrocesso à organização psíquica irracional e violenta dos antepassados da espécie. Ou seja: o conceito remete à selvageria prestes a se manifestar entre os seres humanos *inferiores*.

temporariamente a tristeza da derrota de seu ideal, até que um dia, de passeio à vila, encontrou o paroara José Simão. O termo *paroara* designava, conforme nota do autor, o cearense que emigrava para a Amazônia, e voltava depois ao Ceará, sendo freqüentemente designado para o alistamento de novas frentes de trabalhadores. O protagonista foi prontamente seduzido, como outros sertanejos, pelas promessas de enriquecimento rápido e fácil, e pelo sonho de abundância que despertava a imaginação do homem até então premido pela escassez e pela miséria:

*João, com uma eloqüência desusada relatou os desastres de que havia sido vítima e em algumas passagens deu a sua narrativa tal intensidade de colorido, imagens tão bem achadas, expressas em uma linguagem toda pitoresca, que não pareciam geradas em tão inculto cérebro. Apostrofou o sol, com tanta veemência, que assombrou os ouvintes. Invetivou a terra, chamando-a de madrasta, pior ainda que a cascavel. Esta cobra come os filhos ao nascer, pequeninos, e o Ceará faz pior do que ela, deixa crescer os filhos para comê-los depois de grandes.*⁷⁹

O paroara João Simão, em contraste, pôs-se a louvar o clima, a uberdade do solo, a abundância das águas, a profusão de recursos naturais prontos a serem colhidos na Amazônia. O trabalho fazia fortuna rápida e fácil, bastando engajar-se em um seringal. Seduzido como outros sertanejos por tais promessas, João das Neves seguiu para a Amazônia onde mais uma vez seu destino seria traçado pelas condições do meio natural. Em busca de uma terra em que *não há pé de dinheiro (...) mas há pé de borracha, que é o mesmo*, ele partiu com outros sertanejos para a região que, *ubérrima e pródiga, não nega os frutos de suas entranhas ao cultivador, nem tem canseiras, nem ingratidões*.⁸⁰ Na narrativa do paroara, a Amazônia foi definida em contraste com a secura do Ceará. Os recursos naturais encontravam-se distribuídos com abundância, tão generosos e de

⁷⁹ TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 202-203.

⁸⁰ TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p.217-221.

coleta tão simples que era desnecessário trabalhar para comer com fartura, também porque a terra, que nunca se cansava, produzia durante todo o ano sem demandar esforço. Para o escritor, esta visão paradisíaca da Amazônia ia ao encontro do gosto dos mestiços pelo maravilhoso. A realidade seria, contudo, bem diversa. De uma natureza extremamente escassa, ele passaria à extrema exuberância da Amazônia, na segunda parte da obra, a ser retomada após uma breve contextualização da vida na região naquele final do século XIX.

*O hábito de percorrer o interior amazônico extingue temores, fá-los
vãos, porque não se pode dar um passo sem vencê-los.*

Alberto Rangel, *Inferno verde*, 1908

A mistificação em torno dos insondáveis segredos e riquezas da Amazônia é tão antiga quanto o ingresso da civilização européia na América. Desde então, a região foi construída no imaginário ocidental, a partir de múltiplas referências culturais, como a historiografia greco-romana, as narrativas de viajantes, peregrinos e exploradores, e as fabulações a respeito da Índia. A Amazônia tornou-se herdeira do terror e do encantamento exercidos pela fertilidade extrema das terras distantes sobre o homem europeu, encerrado em um ambiente de escassez e limitações em termos de terras e de recursos.⁸¹ A exuberância da floresta e do rio despertaram a curiosidade e o gosto pelo exótico, nunca totalmente saciado pelas inúmeras incursões no território amazônico.⁸² A

⁸¹ GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero: 1995.

⁸² O interesse do homem europeu pela Amazônia pode ser demonstrado não apenas pelas freqüentes expedições científicas e exploratórias, como por publicações européias especializadas que, no século XIX, difundiam os *assuntos amazônicos*, como a revista italiana *L'Amazzonia*. O exotismo da região a transformou também em tema e cenário para obras de escritores como Edgar Allan Poe, Conan Doyle e

peculiaridade da região – imensa e de natureza particularmente rica e ainda misteriosa, de difícil acesso e efetivamente distante do centro político do Brasil, fez com que ela se tornasse o símbolo máximo da riqueza natural do país, de que dá exemplo Policarpo Quaresma, que em seu desabrido patriotismo *defendia com azedume e paixão a proeminência do Amazonas sobre todos os demais rios do mundo*⁸³.

Na época em que Rodolfo Teófilo publicava *O Paroara*, a Amazônia passava pela fase mais convulsa de sua história. Até a década de 1880, região era a única produtora mundial de borracha, havendo iniciado um processo de expansão da produção em decorrência do crescimento da demanda pelo produto na indústria mundial. Esse processo gerou um considerável aumento de sua população, e criou um volume de comércio até então inédito na região até aquela época muito atrasada e pouco conhecida pelos próprios brasileiros. Como observou o crítico paraense José Veríssimo, ainda que assaz idealizada pelo orgulho patriótico, a região permanecia em geral alheia aos destinos da nacionalidade.⁸⁴ Em sua opinião, esse espírito de desapego nacional e separação tinha origem em sua própria peculiaridade geográfica, que fazia dela um todo coerente porém nitidamente distinto do restante do país. Seus temores quanto à tendência separatista que segundo ele se observava nos estados do Norte eram alimentados pela situação peculiar da economia amazônica no final do século XIX.

Júlio Verne, não por acaso associados à literatura de mistério e exploração do desconhecido. MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fatos da literatura amazonense*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1976. Outros exemplos deste interesse pela Amazônia são o bem sucedido e aventureiro relato de uma viagem à região realizada entre 1909 e 1910, *The sea and the jungle*, de H.M. Tomlinson, e *Uma tragédia no Amazonas*, obra de juventude de Raul Pompéia escrita a partir da literatura amazônica. TOMLINSON, H. M. *The sea and the jungle*. New York: The modern library, 1928. 1. ed. 1912. POMPEIA, Raul. *Uma tragédia no Amazonas*. São Paulo: Clube do Livro, 1964.

⁸³ BARRETO, Lima, op. cit. nota 26, p.23.

⁸⁴ VERÍSSIMO, José. *A Amazonia: aspectos economicos*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Brazil, 1892.

Durante muito tempo os exploradores da região discutiram a questão da viabilidade de sua colonização e exploração econômica. Em toda a sua história, o setor extrativo havia sempre sido sua mais importante atividade econômica, e a coleta do látex veio instaurar um sistema de extração em ampla escala, mas que não alterou em profundidade as relações de produção e de trabalho vigentes na região desde os tempos coloniais, construindo-se, na verdade, a partir da expansão e da consolidação de modos tradicionais de extração e de intercâmbio, e da constituição de uma rede complexa e intrincada de comercialização. A produção da borracha apenas chegou a sua fase áurea no final da década de 1870, quando seus preços começaram a elevar-se muito e a extração estendeu-se em direção a novas zonas de exploração. Até então, sua demanda direcionava-se à fabricação de materiais de uso pessoal e industrial, e era muito dispendiosa para uso em grandes quantidades. Com o surgimento e crescimento da indústria de pneus, e com a difusão da técnica de vulcanização, a borracha tornou-se o *ouro negro*, e passou a dominar completamente a atividade extrativa na Amazônia, aprofundando o colapso dos demais setores de sua economia.⁸⁵ O efeito desestruturante da exploração da seringa sobre os demais setores econômicos e sobre a vida social da região foi representado por José Veríssimo em seu *Cenas da vida amazônica*, num conto em que em que o autor acompanhou a trajetória de uma família simples de sítiantes que vivia da agricultura e da plantação de cacau, e que teve sua vida completamente arruinada quando resolveu atender ao chamado da extração da seringa, tida como sinônimo de enriquecimento.⁸⁶

⁸⁵ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1993.

⁸⁶ VERÍSSIMO, José. *Cenas da vida amazônica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1957. p. 221-236. 1. ed. 1886.

Até a década de 1910, praticamente toda a borracha empregada na indústria era derivada de processos primitivos de extração e preparação. A alta crescente dos preços da mercadoria estimulou os capitalistas internacionais a se interessarem em investimentos para uma produção alternativa de borracha, e com o sucesso da produção das seringueiras cultivadas na Ásia a participação brasileira no mercado internacional caiu drasticamente. Já em 1913 a produção asiática superava a brasileira, cuja participação na oferta mundial reduziu-se gradativamente de modo a tornar-se praticamente marginal. Devido aos menores custos de produção e de transporte da borracha cultivada na Ásia, a borracha silvestre perdeu a maior parte de seu mercado, e rapidamente a economia da região entrou em decadência.⁸⁷ Durante o período mais próspero da extração da borracha no Amazonas tornara-se necessária a ampliação da área explorada, o que coincidiu com as fortes secas no Nordeste, que forneceu um elevado contingente de trabalhadores disponíveis, normalmente enviados para regiões de extração mais distantes onde eles se viam presos pelas dívidas, pela coerção e pelo controle rígido do trabalho nos seringais.⁸⁸ Os anos de expansão da produção de borracha, a partir principalmente da década de 1880, trouxeram prosperidade a todos aqueles que dispunham de algum poder político ou propriedade, mas estes benefícios muito raramente chegavam aos trabalhadores e aos pequenos produtores. Para a maior parte dos seringueiros, a extração da borracha provia apenas uma sobrevivência muito

⁸⁷ Como relata Dean, logo após o colapso da economia extrativa da borracha na Amazônia os empresários envolvidos no seu comércio lançaram-se também ao plantio de seringueiras. A produtividade das árvores plantadas na região era contudo muito baixa em função do chamado *mal-das-folhas*, causado por um fungo que atacava as seringueiras em seu *habitat* de origem. DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

⁸⁸ Os imigrantes que chegavam à Amazônia eram em sua maior parte provenientes do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte. Calcula-se que cerca de cem mil nordestinos tenham ingressado na região nesta época. PRADO, Maria Lígia; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da primeira república. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, p. 285-307. Tomo III: O Brasil republicano, v. 3.

pobre. Grande parte do sistema funcionava por meio do endividamento, uma vez que a moeda era escassa e as operações comerciais baseadas no crédito ou na permuta. Na ausência de um mercado interno além do das grandes cidades da região, o seringueiro era obrigado a adquirir do patrão as mercadorias de que necessitava, a preços muitas vezes extorsivos, trabalhando para escravizar-se, conforme a conhecida fórmula de Euclides da Cunha. A ameaça e à violência eram instrumentos adicionais para a manutenção do sistema.⁸⁹

A segunda parte de *O paroara*, romance de Rodolfo Teófilo, pretendeu retratar a situação dos nordestinos empregados na extração da borracha. Na viagem dos migrantes a vapor pelo Amazonas, em direção a Manaus, seus olhares a princípio deixavam-se magnetizar pela majestade das paisagens da floresta, do rio, das ilhas e árvores, mas logo eles se saciavam daquelas maravilhas, dominados pela exaustão da viagem, pelo temor dos perigos enfrentados durante a travessia do rio, e por uma invencível sensação de monotonia, em contraste com a paisagem risonha, franca e luminosa do Ceará que permanecia em sua memória. Os principais temas serão a partir daí a denúncia do brutal sistema de exploração do trabalho dos seringueiros e a ação deletéria do meio equatorial sobre o organismo humano, já perceptível pelo contraste inicialmente observado entre a fisionomia dos recém-chegados e o ar enfermiço dos que lá estavam há mais tempo. A imagem da natureza acompanhava o sentimento de expatriação que definia a condição dos recém-chegados: a paisagem amazônica foi constantemente colocada em confronto com a nordestina, e curiosamente sempre parecia em desvantagem, carecendo do viço e da variedade desta, em seu ameaçador mistério.

⁸⁹ WEINSTEIN, Barbara, op. cit. nota 85.

João das Neves seguia naquele escuro caminho, de decepção em decepção. Na solidão da floresta, os homens que em sua terra eram destemidos caçadores, exploradores eficientes e lidadores incansáveis contra as asperezas do solo, sentiam-se apavorados pela mata e seus perigos constantes, ocultos. *Ubérrima e pestífera*, a Amazônia é retratada como uma realidade onde a abundância da vida tornava-se um estorvo para o homem, impotente na luta contra um ambiente em tudo infenso à sua ocupação. A *lei fatal da adaptação ao meio* parecia não se concretizar à medida que se observava o generalizado deperecimento em meio ao calor, à umidade e ao *excesso de vida* da região – para a maioria dos sertanejos, não havia adaptação, e sim um contínuo e irreversível esgotamento das forças. A visão de uma terra úmida, em contraste com a seca do sertão, logo foi revertida de atrativo em terrível ameaça à vida. Lá a excessiva abundância de água foi definida como *o maior inimigo da vida deles, o fator de quase todos os seus tormentos*.⁹⁰ A malária grassava em meio a um ambiente de pântanos miasmáticos, condições precárias de vida e alimentação insuficiente. No romance de Teófilo quase todos os imigrados contraíram o impaludismo, dentre eles João das Neves, do qual a doença se apossou lenta mas crescentemente. Os ataques de febre os enfraqueciam, e eram acompanhados de um imenso fastio que tirava sua força para o trabalho. Dos sertanejos que abandonaram a terra natal juntamente com o protagonista, após um ano um quinto já havia perecido, de beribéri ou malária. Os que restavam eram homens em ruínas.

A selvagem exploração do trabalho na Amazônia, um dos principais temas do romance, demonstrava a precariedade de indústria extrativa e a debilidade da formação

⁹⁰ TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 314-315.

social na região, refletidos na barbárie da mortífera natureza amazônica. Weinstein⁹¹ observou o espantoso contraste entre a avançada e altamente capitalizada indústria da borracha e o arcaísmo na produção de sua matéria-prima, pois mesmo durante o período de auge da produção de borracha na Amazônia pouco se alteraram os meios técnicos de sua extração e coagulação, assim como a escassez de capitais dos seringueiros, que dispunham de instrumentos simples e primitivos. Este aspecto não escapou a Teófilo, para o qual a produção dependia do duelo diário do homem contra a floresta, com uma mínima intermediação da técnica: *Pelos utensílios de tão importante indústria agrícola avaliava-se sua miséria científica. Não havia ali um apresto que tivesse o cunho do progresso. Todos eram grosseiros e toscos a exceção dos vasos metálicos que continham o leite.*⁹² A defumação da borracha, que se seguia à coleta da seiva, utilizava também métodos primitivos, e *era uma verdadeira flagelação* que exigia do seringueiro o emprego de uma força física descomunal.⁹³ O escritor conduziu a narrativa por meio de paralelos entre as condições do meio físico e a corrupção do meio social. Como similares aos insetos que transmitiam as febres e que estorvavam a vida cotidiana na floresta e em seus arredores, ele arrolava os homens que à caça de fortuna fácil no Amazonas, cercavam os seringueiros e seus patrões: padres, advogados, médicos, dentistas, engenheiros e até mesmo bacharéis em filosofia, que distorciam o conhecimento e os princípios em troca da venda, a preços exorbitantes, de “soluções” para todos os males que afligiam os seringais. O sentido do termo *natureza* abarca aqui também a *natureza humana*, igualmente cruel na amoral competição dos indivíduos entre si.

⁹¹ Weinstein, Barbara, op. cit. nota 85.

⁹² TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 327.

⁹³ TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 330.

O trabalho na floresta dava-se entre sobressaltos, pelo temor dos ataques dos índios, *selvagens comedores de gente*, na expressão da personagem central, e dos animais da floresta, desde as feras mais assustadoras até os menores insetos, que podiam causar grandes incômodos e representar consideráveis limitações ao trabalho do seringueiro. João das Neves vivia então a saudade da terra cearense, onde tinha tido uma existência quieta e sossegada, sem a ameaça infernal daquela floresta pululante de todas as formas de vida, mas tão agressiva e insondável pelo homem, onde o temor e o abatimento o tornavam incapaz de qualquer ato de coragem ou energia.

*Foram necessárias as agruras daquele viver de bicho, sujeito a todas as intempéries de um clima ruim e a todos os perigos de uma região desabitada, para lhe despertarem n'alma a lembrança da família e a piedade dela. Aqueles sentimentos, que se não fosse o sofrimento não teriam acordado nele, chegavam muito tarde. Estava a muitas centenas de léguas de seu lar, tão longe e tão bem degredado entre feras e selvagens, que era quase certo mais nunca lá voltar.*⁹⁴

Alguns anos mais tarde, João das Neves conseguiria apesar de tudo pagar suas dívidas e reunir algum dinheiro para retornar à terra cearense, depois de uma existência fastidiosa e nostálgica na Amazônia que o marcara para sempre pela malária. Sua volta ao lar foi feita em meio a lancinantes dores físicas, longos e periódicos ataques de febre, entremeados de períodos de sonolência e terrível apatia moral, causados pela malária. Trazia duzentos mil réis, o que não o tornava um *arranjado*, mas que *era quantia que nunca possuía, nem parente algum seu*.⁹⁵ De volta ao sertão a personagem encontrou a mulher agonizante, e veio a saber da morte de todos os quatro filhos pela fome. Por meio do fecho trágico da estória de João das Neves, consumido pela malária e *em companhia de fantasmas que o remorso criava para castigá-lo*, Rodolfo Teófilo

⁹⁴ TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 342-343.

⁹⁵ TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 474.

expressava uma evidente condenação do êxodo nordestino.⁹⁶ Para o escritor, o nomadismo não era causado pela seca, mas pela ambição da fortuna fácil e pelo instinto das raças selvagens, que eram incapazes de estabelecer vínculos com a terra e a família – o que explicaria ser raro o solar em que habitava uma mesma família por várias gerações. O nomadismo da raça indígena seria um traço atávico do comportamento do cearense, caracterizado pelo *instinto de vagabundagem inato ao mestiço*, causa primária do despovoamento do sertão.⁹⁷ Por retornar à terra natal e expressar afeto pela terra e pela família, João das Neves demonstrava ser um *mestiço superior*, que adquirira da raça branca a capacidade de amar e de estabelecer laços afetivos. As restrições do meio, principalmente as secas e a irregularidade das estações, foram assim definidas apenas como *causas secundárias*. Depois de haver dedicado todo o romance a narrar a luta e inevitável derrota do sertanejo pela natureza esmagadora, o escritor terminou por atribuir à pressão das forças naturais uma importância reduzida em relação ao fator racial. Sinal disto, segundo ele, era que mesmo no copioso inverno de 1899 permanecia o êxodo para Fortaleza, para a Amazônia e para o Sul, embora a terra do sertão estivesse sendo fertilizada pelas chuvas abundantes – o que talvez não fosse suficiente para apagar a memória das secas passadas, o que o autor acaba por não considerar. Todas as imprecações contra a *madrasta desalmada* terra cearense foram neste ponto relativizadas em contraste com a condenação do caráter instável do mestiço, inabalável clichê da literatura naturalista brasileira e do discurso social, de fortes tintas darwinistas, característico da época. *O Paroara* mostra-se uma verdadeira epopéia da luta heróica mas ingrata do rude sertanejo contra a natureza da qual dependia completamente, que o

⁹⁶ TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 504.

⁹⁷ TEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 187.

atraíçõava, e que se convertia em ameaça constante à sua sobrevivência e à sua humanidade.

Ao contrário do sertão – *terra ignota*, vazio nos mapas, apenas precariamente conhecido pelos relatos esparsos de viajantes estrangeiros e sobre o qual faltavam informações as mais elementares – a Amazônia na qual Euclides da Cunha chegou, em 1905 era já a seus olhos uma realidade *literária*. O escritor dizia estar já imbuído de uma Amazônia ideal traçada pela longa história das expedições que vinham percorrendo a região desde seu descobrimento. Por isso, ele confessou um angustioso desapontamento quando se deparou com uma realidade em muito inferior àquela que havia sido imaginada de acordo com um modo de percepção da natureza caracteristicamente paisagístico, traduzido em linguagem artística, *isto é, como um trecho da terra desabrochando, na síntese de uma impressão empolgante*.⁹⁸ Existiam, é certo, muitos outros cenários mais pitorescos na natureza brasileira, o litoral do estado do Rio de Janeiro é o exemplo citado. A Amazônia, ao contrário, parecia aos olhos do escritor um quadro monótono, inexpressivo – e aqui, novamente, sua percepção da paisagem assemelha-se à do sertão – sendo comparada a um enorme quadro cuja moldura quebrara-se. Ambas as regiões foram descritas como paisagens permeadas pelo maravilhoso, paraísos terrificantes pela impossibilidade de sua apreensão pela racionalidade, pelos entraves que dificultavam seu conhecimento, ambientes oblíquos e opacos que transcendiam os sentidos do tempo linear e progressivo e do espaço limitado, estável e representável.

⁹⁸ CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. 5. ed. Porto: Companhia Portuguesa, 1919. 1. ed. 1907. p. 5.

Apesar de já constituído aos olhos do escritor a partir de uma longa tradição textual, o cenário amazônico não havia sido, segundo ele, descrito pelo conhecimento científico, uma vez que, em perpétuo movimento de construção e desconstrução, a Amazônia não adquirira ainda a estabilidade necessária para que ela pudesse ser assimilada pelo conhecimento científico, que fixa, classifica, sistematiza. É como uma *página inédita e contemporânea do Gênesis* que a natureza amazônica começou a ser compreendida por Euclides da Cunha que, após uma noite inteira dedicada à leitura de uma monografia do botânico Jacques Huber, despertou subitamente para a beleza daquelas paragens e passou a ver nelas algum sentido.⁹⁹ É que, incompleta, faltaria ainda a elas o que o escritor denominava *a grande lógica inconsciente das coisas*, ou seja, o concatenamento dos fenômenos em uma sucessão determinada que permitia sua apreensão pelo conhecimento e pela sensibilidade do homem. Assim, paradoxalmente, seria a Amazônia *de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e a menos conhecida*.¹⁰⁰ Euclides da Cunha freqüentemente mesclava os sentidos da arte e da ciência: esta última havia sido capaz de despertar nele o sentido do maravilhamento estético. Por outro lado, afirmou ele, não seria o rigorismo da lógica científica a linguagem capaz de traduzir a região, e sim, a imaginação poética capaz de desvendar seus sentidos ocultos, representar a instabilidade de seu universo em formação, pintar uma paisagem tão deslumbrante quanto inescrutável. A primeira impressão do escritor era haver ingressado numa terra que ainda não estava pronta para receber o homem, imagem por sinal já empregada por ele para caracterizar a região de Canudos: *acredita-se que a região incipiente ainda está preparando-se para a Vida*, escreveu ele n'Os

⁹⁹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 2. ed. Porto: Imprensa Moderna, 1913. 1. ed. 1909. p. 307-309.

¹⁰⁰ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 98.

sertões.¹⁰¹ Por sua vez, grandeza inacabada, a natureza amazônica testemunhava para Euclides da Cunha uma visão retrospectiva de formas de vida características de antigas eras da evolução biológica da terra, dos fetos gigantesco às árvores de caules longilíneos e pobres em flores, até a fauna monstruosa povoada por anfíbios e animais primitivos característicos de fases de transição entre as diferentes classes da escala evolutiva. Em sua imaginação científica, essa impressão paleozóica é sinal de um angustioso e bizarro recuo no tempo.

Novamente como o sertão, aquela seria uma região nomeada *deserto*.¹⁰² sua obra sobre a Amazônia, *Um paraíso perdido*, seria sua *segunda vingança contra o deserto*.¹⁰³ O uso do termo ilustra com perfeição o foco do autor: sua visão da natureza é moldada pela presença do homem, ao qual ela deveria conferir abrigo e suporte. A dispersão e a precariedade do povoamento tendem a ser interpretadas como um despreparo do meio físico como espaço a ser ocupado pela humanidade. É como uma realidade inteiramente dominada pela natureza que a Amazônia de Euclides da Cunha apresentou-se. Esta percepção traduziu-se numa peculiar interpretação da vida amazônica, em que ação dos elementos da natureza assumia o sentido de resistência contra a presença do homem. Em primeiro lugar, porque suas condições climáticas induziam ao sobressalto das *funções psíquicas e sensuais* e ao enfraquecimento de suas funções mais nobres,

¹⁰¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1985. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. 1. ed. 1902. p. 104.

¹⁰² O estudo de Jacques Le Goff sobre o imaginário medieval demonstrou como as culturas euro-asiáticas idealizavam o deserto e o revestiam de um simbolismo religioso altamente operativo. Na cultura européia, a floresta assumiu muitos destes sentidos da paisagem desértica – o isolamento, a purificação, o enfrentamento do mal –, além de incorporar referências místicas relacionadas aos cultos pagãos. O intercâmbio dos termos deserto-floresta na obra de Euclides da Cunha pode ser tributado em parte a esta tradição cultural, além, certamente, da ânsia progressista própria ao seu tempo. LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Tradução José Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 46.

¹⁰³ CUNHA, Euclides da. *De Euclides da Cunha a seus amigos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938. p. 179.

representadas pela articulação das idéias e pelo domínio da vontade sobre os instintos, como já observado pelo autor em seu retrato da natureza brasileira n' *Os sertões*. No *paraíso infernal* que é a Amazônia os homens perdiam o estímulo para a ação, tornando-se melancólicos, nervosos, solitários. Na Amazônia, segundo Euclides da Cunha, o homem não era um resultado no meio, mas se fazia *apesar* dele. Extremamente grave nos trópicos, o problema da aclimação foi traduzido pelo escritor em termos darwinistas como um processo rigoroso em que cada componente frágil da fisiologia humana despertaria uma reação física que atuava no sentido da eliminação dos inaptos. Segundo uma lógica finalista, esse processo assumiria a expressão social de força moralizadora, que prepararia a terra para os melhores e mais fortes que deveriam povoá-la no futuro.

Mais grave do que a pressão do clima seria a instabilidade do meio físico. A principal tradução desta, na visão do escritor, era o fenômeno das *terras caídas*, contínua dissolução de grande massa de terra do continente nas águas do Amazonas, o que caracterizava o rio como elemento destruidor. Uma vez que a reconstituição dessas terras solapadas pelas torrentes não se dava em território brasileiro, o escritor chegou a nomear o Amazonas como *o menos brasileiro dos rios*.¹⁰⁴ A terra, infatigável emigrante em busca de outras latitudes, punha-se, assim, em contínua sublevação contra as forças que permitiriam a construção de sociedades, a acumulação dos feitos humanos e seu progressivo melhoramento, o vínculo entre as gerações, a regularidade e a constância dos esforços civilizadores. Pelo contrário, a natureza amazônica fazia-se e desfazia-se continuamente, sem que pudesse ser percebido algum motivo nesta progressão tumultuária desvestida de sentido histórico, ainda que de proporções gigantescas. Prova

¹⁰⁴ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 98, p. 13.

disto é para o escritor que todos os esforços de colonização da região – que sempre fora tão atrativa – haviam se mostrado desde cedo infrutíferos, condenados a uma precoce ruína que era a expressão simbólica do caráter instável do território e de sua força de desagregação. Num meio errante, a única forma de adaptação do homem era, similarmente, a errância. A imagem do escritor é impressionadora: o observador que restasse imóvel nas margens do rio seria testemunha sobressaltada da contínua transformação da terra, enquanto aquele que se movesse no espaço teria a impressão da estabilidade, e mesmo da monotonia. O nomadismo tornava-se, assim, condição para o estabelecimento, ainda que infrutífero e confuso, da presença do homem na Amazônia.

A mais incisiva representação desta natureza contrária ao homem, nos escritos amazônicos de Euclides da Cunha, deriva das idéias do escritor a respeito do significado das paisagens, formas culturais por excelência, no estabelecimento de parâmetros de observação, percepção e de compreensão do mundo:

Há paisagens cultas que vemos por vezes, subjetivamente, como um reflexo subconsciente de velhas contemplações ancestrais. Os cerros ondulantes, os vales, os litorais que se recortam em angras, e os próprios desertos recrestados, afeiçoam-se-nos às vistas por maneira a admitirmos um modo qualquer de reminiscência atávica. Vendo-os pela primeira vez, temos o encanto de equipararmos o que imaginamos com o que se nos antolha, numa exteriorização tangível de contornos anteriormente idealizados.¹⁰⁵

Na paisagem amazônica, contudo, a ausência de semelhança entre o cenário em que se vivia e as formas topográficas mais familiares à experiência humana instalava o sentimento de um exílio radical. Não se tratava, aqui, apenas, de sentir-se estrangeiro em sua própria pátria, como o brasileiro que via a terra desaparecer sobre seus pés e

¹⁰⁵ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 98, p. 48.

perdia a mais forte referência de estabilidade e pertencimento.¹⁰⁶ As metáforas de deslocamento do paradigma, que em sua forma temporal significavam um retorno em direção a eras primitivas da história natural, agora buscavam a referência do espaço. A experiência da vida em um espaço ocultado pela sua própria grandeza, no qual faltavam todas as referências culturais associadas à paisagem e onde terras e águas confundiam-se, causou no escritor uma sensação de encontrar-se num espaço, em sua definição, *extraterrestre: Sente-se deslocado no espaço e no tempo; não já fora da pátria, senão arredio da cultura humana, extraviando num recanto da floresta e num desvão obscurecido da história.*¹⁰⁷ A natureza selvagem da Amazônia visitada por Euclides da Cunha não havia, assim, sofrido a ação construtiva, organizadora e embelezadora da atividade humana, restrita naquelas paragens ao heróico trabalho extrativista que representava já, na visão do escritor, uma primeira forma de domar o deserto. Eram por outro lado inócuos os esforços no sentido do estabelecimento da civilização naquele território, que permanecia negando *a constância e a estabilidade das culturas*. Entendam-se culturas, aqui, tanto como a sedentária e sistemática atividade agrícola, quanto no mais amplo sentido da presença transformadora do homem sobre a terra.

Em seu prefácio a *Inferno Verde*, livro de estréia de Alberto Rangel, Euclides da Cunha adjetivava a obra como *extravagante, bárbara, original*, por isso fadada a despertar a estranheza e o antagonismo do leitor.¹⁰⁸ Certamente o era, e em parte pela influência sensível da escrita do próprio Euclides da Cunha, em sua linguagem mesclada de ciência, oxímoros, paradoxos e surpreendentes analogias. Ambos eram engenheiros, e ambos escreveram sobre a região a partir de uma experiência profissional

¹⁰⁶ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 98, p. 14

¹⁰⁷ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 98, p. 49.

¹⁰⁸ CUNHA, Euclides da. Preambulo. In: RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. Scenas e cenários do Amazonas. 4. ed. Tours: Arrault, 1927. p. 6. 1. ed. 1908.

que os colocou em contato estreito com seus modos de vida. Euclides da Cunha chegou a ela como engenheiro-expedicionário e chefe da seção brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, em 1905. Alberto Rangel exerceu as funções de diretor de terras e colonização do estado do Amazonas, secretário-geral do governo e redator-chefe do jornal *Comércio do Amazonas*. Sua obra produziu retratos em cores fortes da vivência no meio equatorial, acentuando as peculiaridades e as restrições impostas pelo meio físico à sua ocupação pelo homem. O crítico literário Araripe Jr. escreveu um relato curioso de seu encontro com Rangel, a quem havia sido apresentado por Euclides da Cunha:

Logo, à primeira inspeção, reconheci que esse moço, embora nascido no Rio Grande do Sul, contraíra durante a sua convivência com a alma amazônica a acidez violenta dos frutos fantásticos, que pululam naquela região, algo misterioso, onde o verde eterno das florestas e o rubro cambiante dos rios lembram a mitologia orgiástica do Teatro, descrito por Virgílio. A sua frase, desprentiosa, parecia-me refogada num temperamento de formação aluvial, recente. Estivera A. Rangel no Juruá: e, se é lícito dizer que os verdadeiros artistas são precisamente os que mais se deixam infiltrar das singularidades do ambiente, o autor do Inferno verde – pode-se, sem receio de erro, garantir – fermentou-se das belezas daquela terra.¹⁰⁹

O retrato acima diz, certamente, tanto da obra de Alberto Rangel quanto da do próprio Araripe Jr., em suas teorias da *contaminação* do estilo pela natureza – manifestando seu habitual gosto pelas analogias vegetais, e em especial pelas frutas tropicais. O crítico reconhecia as dificuldades de leitura de um texto permeado por digressões científicas freqüentemente convertidas em metáfora da presença do homem no ambiente da floresta. A tônica da obra de Alberto Rangel é o vislumbre da Amazônia *a partir de dentro*, tendo como centro a natureza e todos os seus elementos e

¹⁰⁹ ARARIPE JR, Tristão de Alencar. Inferno verde: cartas a Euclides da Cunha [1909]. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1970. V. 4. p. 251-257. citação p. 252.

fenômenos, aos quais a condição humana seria obrigada a curvar-se ou modificar-se – a possibilidade de adaptação do homem ao meio, que na Amazônia realizava-se em condições extremas, é o grande questionamento de sua obra amazônica. Seu estilo supõe sempre o espanto face à peculiaridade da existência humana na região, tornando-se expressionista e exaltado, tanto nos segmentos ficcionais quanto no estudo do ambiente físico e social, geralmente fundidos no corpo da narrativa.

O conto *O Tapará*, por exemplo, define a experiência amazônica a partir da observação da modelagem sobre ela exercida pela água. O conto busca demonstrar que a natureza da região demandaria a adaptação ao ambiente aquoso, de modo que *o homem trocava bem os seus pulmões por guelras*.¹¹⁰ No tempo da cheia tudo se tornava mais acessível a bordo das canoas, e o caboclo movimentava-se com segurança pelos rios, enquanto na estação seca sua habilidade de locomoção reduzia-se pela dificuldade de identificar as trilhas na floresta. Assim, habituado à canoa dentro da qual reconhecia mais facilmente o espaço no qual se deslocava, o caboclo cansava-se e impacientava-se ao ter que usar os pés, e movimentar-se por caminhos penosos e incertos, seja pelos cipós e galhos que se embaraçavam pelo chão, pelo pólen cáustico do cauixi que queimava a nuca dos passantes, ou pela ameaça constante dos insetos nocivos e venenosos. A marcha pela terra era incerta, ameaçadora e inconstante. Por outro lado, o período da cheia era marcado pela ameaça da fome: impossibilitada a agricultura o homem passava a depender dos resultados incertos da caça e da pesca. Toda a natureza amazônica parece na obra de Alberto Rangel conspirar contra a viabilidade do povoamento efetivo da região. A predominância da água sobre a terra estabelece as

¹¹⁰ RANGEL, Alberto. *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. 4. ed. Tours: Arrault, 1927. p. 29. 1. ed. 1908.

imagens da dissolução, da transformação incessante e da transitoriedade do ambiente amazônico, implicitamente opostos à formação de um estoque de práticas e conhecimentos característicos da formação de uma cultura. Obrigado a renunciar a alguns traços de sua humanidade, o homem passa a ser representado por meio de metáforas vegetais e animais, que salientam sua aderência e passividade em relação ao meio, enquanto a natureza se personaliza, adquire vontade, consciência, personalidade, e voz própria.

Simbólica da dificuldade de estabelecimento dos marcos da presença humana no território amazônico seria o fato de que a terra alagada dificultava em extremo a demarcação das propriedades, pela deterioração rápida causada pela umidade excessiva, pelos temporais violentos que derrubavam troncos e galhos de árvores, arrancando os marcos, pela vegetação exuberante que crescia entre as balizas e apagava o desenho das raias. A própria instabilidade do terreno facilitava as fraudes e criava os litígios, pois a transformação constante de seu aspecto os fazia no curso do tempo praticamente irreconhecíveis. As coordenadas podiam continuar as mesmas, mas a terra teria mudado, não sendo mais possível reconhecer a propriedade adquirida.¹¹¹ Tal como o homem, o solo também era sacrificado pela violência das águas, decompondo-se, desfazendo-se – a Amazônia, alimentada e consumida pelo rio, assemelhava-se antes ao mar que à terra.

Na visão do escritor, a idéia amplamente generalizada de que a região amazônica restava ainda inculta e inabitável demonstrava o quanto o Brasil continuava ignorando a Amazônia, onde vicejava uma sociedade rural, ainda que esparsa na imensidão do território, e submissa a uma luta incessante contra a natureza: *o homem que Buckle*

¹¹¹ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 110.

*fulminou de impotência e nulidade, batalhará o rude combate de sua vida.*¹¹² A atividade agrícola na Amazônia demandava um trabalho constante e exigente, uma vez que a extrema fertilidade da terra prejudicava o esforço do homem – um momento de descanso e a floresta voltaria a tomar conta do lugar de onde havia sido retirada, desta vez sob a forma ainda mais impenetrável da mata de capoeira, de ramagem mais densa e caules mais finos. A paisagem amazônica foi assim definida pelo inusitado de seus aspectos físicos, e pelo contraste entre a aparência e a realidade: apesar de seu aspecto melancólico e monótono, na multiplicidade de seu interior, vicejavam inúmeras e inusitadas formas de vida de desnorteante variedade; ao contrário do aspecto imponente da mata espessa e gigantesca, a floresta era frágil, uma vez que suas árvores não se firmavam no solo, sendo facilmente arrancadas pelo vento. A instabilidade de uma natureza em perpétuo movimento a tornava enganadora para seus próprios filhos, observa Rangel, e todos os cuidados do agricultor não poderiam lutar contra a instabilidade do solo. No conto *Terra caída*, o agricultor voltava a seu roçado depois de breve ausência e não mais podia reconhecê-lo, nem mais encontrava sua casa. A terra havia desabado levando sua propriedade, suas benfeitorias, seu curral, seu pomar. Pensando construir seu futuro no que havia de mais sólido, a própria base ruía: *fundar na terra seria construir nas nuvens*, define o escritor a propósito do fenômeno das *terras caídas*.¹¹³ No dia seguinte, contudo, o agricultor passava a sentir-se um vencedor, lançando as bases para a construção de uma nova casa sobre o que sobrara do terreno: a terra poderia ser instável a ponto de desaparecer, mas o caboclo resistiria, superior aos abalos da natureza, capaz de impor à fragilidade da terra sua agilidade e sua força. O poder metafórico do fenômeno das terras caídas, já evocado por Euclides da Cunha em

¹¹² RANGEL, Alberto, op. cit. nota 110, p. 28.

¹¹³ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 110, p. 90.

seus escritos amazônicos, foi mobilizado por Rangel para demonstrar o heroísmo dos povoadores e definir o conjunto da região:

*De sorte que, quando o mesmo solo naufraga, só esta alma flutua, salva na arca do próprio peito, onde uma grande esperança volta sempre, mal cessa o cataclismo que arrasta o caboclo, poupando-o. Afinal de contas, a “terra caída” bem pode ser a definição do Amazonas. Por vezes, no seu terreno aluvial tudo repentinamente vacila e se afunda, mas reconstitui-se aos poucos. Cai a terra aqui, acolá a terra se acresce. Resulta que, nesse jogo de erosões e de aterros, o esforço do homem é o de Atlas sustentando o mundo e a sua luta a de um Sísifo invertido.*¹¹⁴

O nativo define-se aí por sua pertinência ao meio – e a obra de Rangel preocupa-se com o estabelecimento do caboclo como tipo humano singularmente moldado pela natureza da região. A assimilação deste tipo pelo homem brasileiro em seu futuro equilíbrio etnológico seria a garantia da possibilidade de fixação da ocupação humana na Amazônia. Ele foi definido como um mediador que em sua resistência – apesar de não ter força para por fim à *desordem seringueira* – permaneceria como elemento de equilíbrio e de limitação do conflito resultante do jogo das ambições que movimentavam a região. Mesmo que a atividade seringueira contribuisse para estabelecer a presença humana no território, o escritor a interpretava como um sistema tão brutal para a natureza quanto para o homem. A exploração desordenada da terra sem consideração pelo seu efetivo povoamento é simbolizada no conto *Maibi* pelo trágico destino de uma mulher disputada por dois homens que é morta por um deles, atada a uma árvore e sangrada como se sangrava uma seringueira.

*É que, imolada na árvore, essa mulher representava a terra...
O martírio de Maibi, com sua vida a escoar-se nas tigelinhas do seringueiro, seria ainda assim bem menor que o do Amazonas, oferecendo-se em pasto de uma indústria que o esgota. A vingança do seringueiro, com intenção diversa, esculpira a imagem imponente e flagrante de sua*

¹¹⁴ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 110, p. 91-92.

*sacrificadora exploração. Havia uma auréola de oblação nesse cadáver, que se diria representar, em miniatura um crime maior, não cometido pelo Amor, em coração desvairado, mas pela Ambição coletiva de milhares d'almas endoudecidas na cobiça universal.*¹¹⁵

Em sua defesa, a Amazônia contava apenas com a mobilização de um exército de insetos e microorganismos que fermentavam nos caldos de cultura que eram os rios, pântanos e lagos da região, imenso laboratório onde eram destilados venenos e remédios ainda desconhecidos pela indústria e pelos naturalistas. A mesma água que criava uma vida em abundância, mesmo em excesso, era também o *império da Morte*.¹¹⁶ Assim, a terra que vitimava pela água protegia-se contra o ataque do homem. Durante o dia, o pium tornava-se um martírio constante e inglório, e chegava a ser confundido com o próprio ar que se respirava. À noite outros insetos como a torturante carapanã impediam o refrigério ao ar livre nas noites mais quentes. Ao se rebelarem contra o homem, esses agentes patogênicos e os veículos de sua transmissão evitavam que a Amazônia se transformasse em *um Gobi no equador, maldita zona impérvia, região lunar, espaço vazio, face crestada, mancha sahariana a mais no mapa-múndi*.¹¹⁷ Terrivelmente incômodos e prejudiciais ao homem, esses insetos seriam dotados da virtude de defender a região contra seus *invasores*: estorvando a colonização, protegiam o meio. O que move Rangel não é tanto um desejo de preservar a natureza da região, quanto o de imprimir à sua ocupação um sentido mais racional e sistemático, radicalmente distinto do imediatismo da atividade seringueira, apoiada num regime de escravização do homem e de inconseqüente, desordenada e instável exploração da natureza – ainda que,

¹¹⁵ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 110, p. 218-219.

¹¹⁶ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 110.

¹¹⁷ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 110, p. 4-5.

assevera o autor, este pudesse ser o primeiro passo para o ingresso da civilização na Amazônia.

A produção de borracha natural na região amazônica estava já em franca decadência quando o jornalista Carlos de Vasconcelos lançou seu *Deserdados – romance da Amazônia*, baseado em notas colhidas nos primeiros anos do século XX, quando a produção do látex no Brasil ainda dominava o mercado mundial e o movimento de trabalhadores na região ainda era bastante intenso. A crer nos excertos da imprensa reunidos no prólogo da segunda edição, apesar de um tanto tardio o romance teve repercussão significativa no meio literário brasileiro. O autor utilizou-se do convencional argumento naturalista de que, mesmo que parecesse *por demais violento*, o livro era apenas *sincero e verdadeiro* em seu retrato da luta do homem pela sobrevivência na crueldade do meio natural e social da Amazônia.¹¹⁸ Como o romance de Teófilo, este se inicia pela descrição da paisagem esturricada do sertão nordestino, pelo relato da animalização do homem pressionado pela fome e pela sede, e enfim pelo êxodo em direção ao eldorado verde onde este acreditava poder finalmente vencer a natureza, o que significava, tão somente, extrair dela por meio da força de trabalho os meios para sua subsistência. Mas ainda que num ambiente de aparente fartura, aquela vida em excesso representava uma ameaça constante à sobrevivência. E nada que a paisagem pudesse oferecer como deslumbramento visual e deleite estético poderia reverter o sentido destrutivo e cruel atribuído à natureza, de que dá exemplo a observação por um seringueiro do espetáculo representado pelo vôo de um bando de borboletas multicoloridas:

¹¹⁸ VASCONCELLOS, Carlos de. *Deserdados: romance da Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922. p. 5-6.

Lisonjeando os bravos caminheiros das águas correntes, Vítor lembrou-se que a Natureza, alvoroçada de entusiasmo ante aquela forte plêiade de nortistas, lhes jogava confete à passagem audaz, um confete policrômico, alvíssaro, cheio de vida. feito de asas de lepidópteros e nuances filigranadas de libélulas irrequietas...

*Mas foi transitória a alegria desta imagem. Um inditoso brabo,¹¹⁹ ao empurrar o batelão que encalhara, do lado do rio, viu-se a súbitas arrebatado por um monstro das águas. E com um grito de espasmos mergulhou, com a Morte, no seio turvo do Purus traiçoeiro. Não houve procurá-lo. Do infeliz nem sinal havia afora a lembrança de seu ai de espasmo e de socorro...*¹²⁰

Como observara Rangel, a exploração brutal da natureza causada pela atividade extrativa tinha um símile imediato na escravização do seringueiro em *sua estupenda cruzada contra a floresta infinita*: além de vencer as muitas armadilhas do meio hostil, ele tinha ainda que se submeter à mais cruel exploração de sua força de trabalho.¹²¹ Os sinais da decadência da produção de borracha na Amazônia estavam, na visão do autor, já impressos no modelo devastador de exploração de *um tão valioso patrimônio nacional*, uma vez que as árvores eram muitas vezes *sangradas* até a morte, ou exploradas impiedosamente de modo a inviabilizar a continuidade de sua utilização econômica, o que foi tido pelo autor como um presságio da decadência inevitável da produção amazônica. Sua superação pela seringueira plantada no Oriente foi assim definida pelo autor como *um eloqüente protesto à malfeitoria humana*. Mas ele acreditava que a Amazônia tinha ainda muito a oferecer à riqueza brasileira e à *atividade de reconstrução universal*. Findo o ciclo da borracha, ela apresentava ainda seus víveres, a suposta fertilidade de suas terras, suas madeiras, palhas, fibras, e celulose para uso industrial. Os últimos trechos do romance expressam uma forma de messianismo amazônico crente na debelação dos obstáculos naturais, que impediam o

¹¹⁹ O termo refere-se ao seringueiro iniciante, recém-chegado à Amazônia.

¹²⁰ VASCONCELLOS, Carlos de, op. cit. nota 118, p. 69-70.

¹²¹ VASCONCELLOS, Carlos de, op. cit. nota 118, p. 273.

ingresso da civilização no território, ainda que não cheguem a explicitar como tal vitória da natureza generosa sobre a natureza hostil viria a ser operada, de que forma o *apuí*, a *cobra-grande* e o *mapinguari*, *devoradores*, *definharão no esquecimento*, com o *Mal que se irá*, enquanto a *vitória-régia*, o *uirapuru* e a *iara* tornariam a conquista da terra plena de magia e deleite.¹²²

O impulso que nasceu com o bandeirante, com o desbravador de florestas, com o donatário e seus sucessores, e, depois, com o fazendeiro, perpetuou-se pela história adiante, firmando as normas da aventura e do saque à natureza, como estímulo à ação do homem sobre a terra.

Alberto Torres, *As fontes de vida no Brasil*, 1915

A imagem da luta do homem brasileiro *contra* a natureza do país firmou-se entre a intelectualidade brasileira do período entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, como pode ser testemunhado pela literatura sobre a seca no nordeste e sobre a Amazônia – ambientes em que o meio impunha limitações as mais rigorosas ao estabelecimento e à continuidade da ocupação do território, cuja viabilidade chegava a ser questionada. O darwinismo, visão de mundo fundamentada pela idéia da luta e o modelo literário naturalista com o qual ele chegava a se confundir ajudam a compreender os padrões de representação deste conflito e resumem alguns dos esquemas lógicos mobilizados para a criação de uma perspectiva capaz de abranger a pretensa *totalidade do real*. Contudo, essa literatura servia-se da *linguagem* darwinista mas nem sempre encampava sem restrições sua visão de mundo cética e desprovida de moral, ao buscar no conflito com a natureza as raízes da formação de uma população

¹²² VASCONCELLOS, Carlos de, op. cit. nota 118, p. 311-312.

com traços distintivamente brasileiros moldados pelo meio, conferidos pelo contato árduo com o ambiente natural, ao afirmar o heroísmo dos sertanejos encarregados de abrir o terreno para a futura civilização que se fixaria no território brasileiro, e ao enunciar não poucas vezes sentenças messiânicas dirigidas para a crença num futuro de reabilitação da terra e do homem no Brasil. Por mais que se mostrasse sangrenta e inútil do ponto de vista dos indivíduos retratados, a história deste conflito adquiria um sentido civilizador e ajudava a firmar a imagem de um país que se construía pelo sacrifício do homem que, ao buscar sua própria sobrevivência, ajudava a desbravar e a povoar um território ainda hostil, mas que constituía a base de uma nacionalidade.

A literatura regional brasileira é uma verdadeira saga da terra e da sua vitória sobre o homem, afirmou Afrânio Coutinho.¹²³ Contudo, o conflito do homem com a natureza assumia uma outra face, já prenunciada pelos textos amazônicos em sua condenação do caráter predatório do extrativismo do látex: não apenas a natureza era vista como um conjunto de condições hostis, ameaçadoras e destrutivas frente às quais pouco se dispunha de defesa, como o homem passava a ser visto como um elemento altamente destrutivo em sua relação com a natureza. A imagem da violência imanente à relação do brasileiro com o meio natural em que ele vivia adquiria, portanto, dois sentidos, ambos transformados em temas recorrentes da literatura e do pensamento social da época, e ambos frequentemente considerados em conjunto. No ambiente do centro-sul do país, ocupado originariamente por florestas, a devastação constituiu-se como um verdadeiro marco inicial da presença humana no território.

A história da ocupação das florestas pelo homem é a história de sua destruição e domesticação para os fins humanos, uma história da adaptação da natureza aos seus

¹²³ COUTINHO, Afrânio, op. cit. nota 23, p. 197.

propósitos práticos ou estéticos – a agricultura foi geralmente vista como uma forma de civilizar a natureza, incorporando-a à cultura. A história da convivência do homem com a floresta é conflituosa em sua essência, pois da destruição das florestas dependeu o estabelecimento das sociedades, incapazes a coexistir com elas. A derrubada da floresta hostil e selvagem foi até os tempos modernos inquestionavelmente tomada como condição para o progresso humano.¹²⁴ No caso da floresta tropical, praticamente inacessível, ocupá-la significava necessariamente destruí-la: a perspectiva da colonização implicava na conquista territorial, e no caso do Brasil esta se definiu basicamente pela incorporação de um espaço novo, tido como vazio, tomado à natureza. No contexto da expansão européia isso significou a deflagração de uma guerra aberta contra a natureza que se intentava explorar.¹²⁵

A Mata Atlântica que se estendia por parte considerável do território brasileiro já havia sido significativamente atingida em áreas relativamente extensas antes mesmo da chegada do colonizador europeu, em função da prática da agricultura de queimada e derrubada até então generalizada entre os povos indígenas.¹²⁶ A exploração européia do Brasil deu-se a partir de um intenso e duradouro intercâmbio com os nativos, dos quais se dependia completamente para conhecer e explorar o território. Desta forma, as propriedades atribuídas aos colonos mantiveram um regime de exploração extensiva do

¹²⁴ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1900. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

¹²⁵ SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista Usp*, São Paulo, n. 30, p. 108-119, 1996. MORAES, Antônio Carlos Robert de. A dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 7, p. 79-87, 1994.

¹²⁶ De acordo com Crosby, os colonizadores europeus e os nativos devem ser vistos não apenas como adversários na ocupação de um espaço, mas como duas ondas de invasores da mesma espécie: enquanto a primeira abriu as vias de penetração no território, a segunda ampliou o alcance desta ação por dispor de um sistema produtivo mais complexo, de instrumentos mais efetivos e de uma ação de alcance mais extenso. CROSBY, Alfred W. *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe. 900-1900*. Cambridge: Cambridge University, 1993.

solo baseado nos mesmos métodos de abertura de terrenos para a agricultura, a derrubada e a queimada, o que explica a vertiginosa devastação das florestas, e a enorme e rápida expansão das terras ocupadas pelos colonos. A agricultura e a pecuária, praticadas de forma extensiva e pouco produtiva, assumiram um caráter itinerante que, associado ao uso do fogo, aumentou a pressão sobre a floresta. O fogo é considerado o instrumento mais poderoso na ocupação de uma região de florestas, uma vez que seu uso constante é capaz de modificar o ambiente de forma radical e definitiva.¹²⁷

Mesmo a grande agricultura de exportação desenvolvida no Brasil era empreendida com base em métodos rotineiros e primitivos: a devastação e a queima das florestas virgens, o plantio desordenado e a capina com enxada sem nenhuma forma de correção ou de fertilização do solo. A agricultura predatória induzia ao nomadismo, pois o campo aberto pela queimada, a princípio muito fértil, desgastava-se pelas queimadas anuais e tinha uma curta *vida útil*, cerca de seis anos, após a qual era abandonado até ser completamente tomado pelo mato. Geralmente empreendida entre os meses de julho e outubro, a queimada era precedida pela derrubada, a foice ou facão, dos arbustos e das grandes árvores. O resultado em termos da fertilização do solo era geralmente restrito a uma única colheita, que podia ser beneficiada pelos saís criados na requeima, dada a volatilidade deste adubo. O balanço do emprego desta prática é bastante negativo, tendo como consequências a impermeabilização do solo, a destruição das fontes de umidade, o consumo do azoto, a interrupção da difusão natural das sementes das árvores, a fuga dos animais da floresta.¹²⁸

¹²⁷ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1996. CROSBY, Alfred W, op. cit. nota 126.

¹²⁸ DEAN, Warren, op. cit. nota 127.

Tanto a agricultura de subsistência quanto a grande agricultura de exportação dependiam da terra virgem, pois a única vantagem relativa disponível em uma situação de carência extrema de recursos era a fertilidade excepcional das terras recém tomadas às florestas. O ciclo do café representou a imposição de prejuízos consideráveis à Mata Atlântica em função da crença de que este deveria ser plantado em solo de floresta virgem, o que se combinava à ausência de capital e de trabalho para o plantio em solos menos férteis.¹²⁹ Além disso, a tendência dos plantadores era de abandonar um cafezal sempre que ele se tornasse menos produtivo, o que levou à contínua expansão da fronteira agrícola através do desmate progressivo da floresta, que se tornava assim um recurso praticamente não-renovável. Juntamente com o café, outros fatores favoreceram a destruição da Mata no século XIX: o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a construção das estradas de ferro. As práticas agrícolas continuavam improdutivas e extensivas, na ausência de melhorias técnicas e de plantio, o que conduzia ao abandono contínuo dos terrenos desgastados pelos agricultores. Assim, a modernização observada a partir da década de 1870 não foi capaz de pôr fim aos processos tradicionais de exploração da floresta, conduzindo, pelo contrário, à intensificação da pressão sobre o meio natural, do qual dependiam a agricultura e a manutenção dos centros urbanos em crescimento. O resultado disso foi que a exploração tradicional por meio dos processos de derrubada e queimada expandiu-se por áreas muito mais amplas, uma vez que a mata fornecia madeira e lenha para uso doméstico e industrial.¹³⁰

¹²⁹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920*. Tradução Waldívia Portinho. São Paulo: Paz e Terra, 1977. STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. Tradução Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

¹³⁰ DEAN, Warren, op. cit. nota 127.

De grande impacto sobre a cobertura florestal primitiva do solo brasileiro foi a introdução das ferrovias, a partir da segunda metade do século XIX. Grande parte de sua expansão dependeu da derrubada da mata e levou à expansão da fronteira agrícola, à medida que a distância em relação aos portos tornava-se um fator de menor importância para os empreendimentos agrícolas. Uma vez que a intelectualidade brasileira voltava-se crescentemente para o interior do país e para os processos sociais e produtivos do mundo rural, a derrubada e a queimada foram incorporadas à representação das relações entre o homem e a natureza no país, num momento em que havia já sido destruída uma parte significativa das áreas florestais em sua região centro-sul. A Lei de Terras de 1850 e seus posteriores desdobramentos tiveram grande importância no processo de expansão do desmatamento nas regiões de fronteira aberta, como no Oeste Paulista, onde o problema de aquisição de novos terrenos férteis não existia. Martins¹³¹ demonstrou que, na eminência do colapso do sistema escravista, tornou-se necessário criar mecanismos para impedir o acesso à propriedade da terra, no sentido de viabilizar a oferta de trabalho livre para os latifúndios, uma vez que a expansão da cafeicultura dependia da disponibilidade de mão-de-obra. A partir de 1870, quando a imigração estrangeira passou a ser subvencionada pelo Estado, apresentou-se ao fazendeiro a possibilidade de incorporar este capital, representado pela mão de obra custeada por recursos públicos, à produção agrícola, e a única forma de fazê-lo era ampliar o plantio de cafezais. Como afirmou o autor, a partir de então o fazendeiro não produzia apenas café, produzia sobretudo *fazendas de café*, mesmo quando os preços do produto decresciam no mercado. Ao mesmo tempo, a expansão das linhas ferroviárias em direção ao interior tornava menos relevante o problema do envio da produção aos portos. Muitos desses

¹³¹ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: Lech, 1981.

proprietários eram oriundos das terras de ocupação mais antiga e já esgotadas, em particular do Vale do Paraíba e, considerando a oferta subvencionada de trabalho imigrante, passaram a buscar freneticamente novos terrenos, promovendo a incorporação ao processo produtivo de áreas ainda virgens,¹³² o que elevou consideravelmente o preço da terra.¹³³ Para os colonos recém incorporados à economia cafeeira, essas novas terras eram de grande interesse, uma vez que lhes era permitido produzir gêneros de subsistência entre os pés de café, prática que, graças à fertilidade excepcional das novas terras possibilitava a obtenção de excedentes para comercialização. A fertilidade natural da terra tomada à floresta era, portanto, um componente de fundamental importância tanto para a grande economia exportadora, como para os colonos que se estabeleciam na economia pós-escravista.¹³⁴

Paralelamente, operou-se uma mudança importante na mentalidade das elites, testemunhada pela literatura de temática rural brasileira, na qual se tornaram recorrentes as críticas ao modelo de exploração da terra e de expansão do território tomado à

¹³² O processo de desmatamento não se alterou consideravelmente após o fim da escravidão: tradicionalmente, contingentes significativos de trabalhadores *nacionais*, caipiras e caboclos que sobreviviam como posseiros ou agregados, eram mobilizados para a derrubada, a queimada e a limpeza da terra. No caso dos fazendeiros que não dispunham de capital elevado, apelava-se com frequência para a contratação de empreiteiros que desmatavam a terra e plantavam os cafezais.

¹³³ Especialmente a partir de 1870, quando foi ampliado em São Paulo o prazo para a legalização da posse de terras encerrado em 1854, a corrida por novos terrenos deu origem à expansão da atividade conhecida como *grilagem*. Em seu habitual tom de ironia e revolta, Monteiro Lobato escreveu, em seu livro sobre a expansão da cafeicultura paulista, um hilário relato destas práticas escusas empregadas para a legitimação da propriedade:

Envelhecer um título falso, “enverdadeirá-lo”, é toda uma ciência. Mas conseguem-no. Dão-lhe a cor, o tom, o cheiro da velhice, fazem-no muitas vezes mais autêntico do que os reais. Expõem-no ao fumeiro, a tal distância da fumaça conforme o grau de ancianidade requerido, e conseguem assim a gama dos amarelidos, segredo até aqui do Tempo.

Enquanto o papel se defuma, fazem-lhe aspersões sábias, que lhe dêem a rugosidade peculiar às celulosas d’antanho.

Finalmente, para impregná-lo do cheirinho, do bouquet dos decênios, passeiam-no a cavalo, metido entre o baixeiro e a carona...

E mais coisas fazem que os leigos não pescam, e constituem o segredo do “ponto de bala”.

LOBATO, Monteiro. A onda verde. In: *Obras Completas de Monteiro Lobato*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. V. 5. p. 11. 1. ed. 1921.

¹³⁴ MARTINS, José de Souza, op. cit. nota 131, c. 2.

floresta. Este fenômeno estava relacionado tanto à expansão das estradas de ferro, que tornava o campo mais *visível* para a população urbanizada, quanto à crescente influência do ideário conservacionista nos países centrais do capitalismo. Como demonstrou Thomas,¹³⁵ uma reversão das sensibilidades em direção ao questionamento do princípio de que todo o reino natural foi criado em função do homem era perceptível desde o início dos tempos modernos, em que a submissão da natureza aos propósitos do homem passou a conviver com um crescente desconforto com relação à sujeição da natureza. Assim, estabeleceram-se formas de redefinição do relacionamento da espécie humana com as demais espécies, e de sua posição dentro da natureza, questões já estabelecidas em função do desenvolvimento da história natural e do questionamento do antropocentrismo. Alguns resultados deste processo foram a emergência de um sentido de afinidade entre o homem e os animais e o fortalecimento de práticas de plantio e de conservação de árvores, nem sempre com objetivos práticos. Nas últimas décadas do século XIX este processo estava já bastante avançado nos Estados Unidos e na Europa, refletido nos movimentos conservacionistas e na criação de áreas públicas de preservação.¹³⁶ O grande dilema da modernidade ocidental reside, portanto, na difícil convivência entre esta sensibilidade e a manutenção do poder do homem sobre a natureza, em que se baseou o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas característico do processo de modernização no ocidente, e que garantiu as condições de

¹³⁵ THOMAS, Keith, op. cit. nota 124.

¹³⁶ Um marco do conservacionismo é a criação, em 1872, do primeiro parque natural do mundo, o parque de Yellowstone, nos Estados Unidos, seguida pela de outros quatro até o final do século XIX, naquele mesmo país. ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Tradução Carlota Gomes. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Na visão de Junqueira, a criação dos parques nacionais norte-americanos atendeu àquela que seria uma das características mais expressivas da formação de sua nacionalidade: o confinamento de tudo o que fosse considerado selvagem, simultaneamente à afirmação do mito da fronteira civilizacional em constante expansão. JUNQUEIRA, Mary Anne. *Imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: Edusf, 2000. p. 88.

sua prosperidade material.¹³⁷ Um outro aspecto do problema é que desde a descoberta do Novo Mundo a noção do homem como agente de transformação da natureza recebeu notável impulso, à medida que as mudanças operadas pelo fogo e pela derrubada em terras antes ocupadas por florestas tidas como virgens estavam ao alcance de uma observação direta. Posteriormente, no século XVIII, intensificaram-se os estudos sobre a intervenção do homem sobre o meio físico americano, e se multiplicaram os argumentos sobre o valor científico e paisagístico da natureza bruta. Na Europa, essas idéias somaram-se à observação de ambientes profundamente perturbados pela exploração econômica, e conduziram à emergência da percepção de que o homem poderia produzir mudanças indesejáveis em sua intervenção ao longo do tempo.¹³⁸

No Brasil, o questionamento da relação predatória do homem com relação à natureza não era no final do século XIX um tema exatamente novo. Na fundação do Império, o projeto político de José Bonifácio promovera a problematização da relação da sociedade brasileira com seu ambiente natural, definida como uma dinâmica destrutiva que promovia o mau uso e o desperdício de riquezas do país, dentro de uma ótica de otimização da exploração econômica dos seus recursos.¹³⁹ No período pós-1870 esta temática passa a assumir maior relevância e a ser incorporada pela intelectualidade brasileira, movimento observado tanto na literatura quanto no pensamento social. No

¹³⁷ THOMAS, Keith, op. cit. nota 124, p. 356-358.

¹³⁸ GLACKEN, Clarence. *Traces on the rhodian shore: nature and culture in western thought from ancient times to the end of the eighteenth century*. Berkeley: University of California, 1967.

¹³⁹ Nos seus *Apontamentos sobre as sesmarias*, redigidos por volta de 1823, Bonifácio esboçou um projeto de reforma agrária que propunha que: *todas estas vendas [de terras] serão feitas com a condição de deixarem intacto o sexto do terreno para bosques e matos*. Em suas anotações coligidas sob o título *Caráter Geral dos Brasileiros*, não datadas, ele definiu: *No Brasil a natureza é amiga do homem; mas o homem é ingrato às meiguices da natureza; e todavia o homem vive aqui mais com a natureza que com os outros homens*. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Organização e seleção Miriam Dolnikoff. São Paulo: Companhia das letras; Publifolha, 2000. PÁDUA, José Augusto. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

sentido da revisão da experiência brasileira em sua relação com a natureza,¹⁴⁰ Joaquim Nabuco chamou a atenção para o caráter destrutivo da colonização do país. Sua crítica à escravidão se fundamentava no questionamento dos elementos predatórios que compunham o sistema econômico escravista, inclusive a relação que se estabelecera entre a sociedade humana e a natureza no país. Essa relação era, segundo o autor, calcada na exploração extensiva dos recursos naturais, à qual se seguia o abandono da terra devastada e infértil, o que já se observava na quase totalidade do território da província do Rio de Janeiro, no Nordeste, em algumas regiões de extração seringueira da Amazônia, e mesmo em São Paulo, cuja prosperidade era definida como superficial e passageira. A este sistema de exploração estaria ligada a condição de nomadismo que caracterizava a população rural, em função do rápido esgotamento da terra, o que teria impedido que o povoamento do território brasileiro ocorresse de forma homogênea e menos concentrada nas regiões próximas ao litoral. O escravismo, incapaz de promover o progresso e a difusão da civilização no país, alimentou um sistema que teria produzido, na concepção de Nabuco, uma situação econômica onde o lucro imediato não era capaz de esconder a artificialidade e a fragilidade da situação econômica do país. Gerando apenas benefício econômico aos proprietários, o escravismo teria impedido o desenvolvimento social e a adoção de melhorias tecnológicas nas regiões produtoras e seus entornos.¹⁴⁰

A obra de Alberto Torres retomou e aprofundou o debate sobre a relação entre a sociedade brasileira e a natureza, não apenas um dos temas mais prementes de sua doutrinação nacionalista, como o próprio núcleo em torno do qual se articulava sua compreensão da formação da sociedade brasileira, seu diagnóstico do contexto em que vivia e seu programa reformista. O fundamento de sua crítica à exploração da natureza era uma visão extremamente negativa da civilização em seu sentido antropocêntrico:

A civilização humana é produto do sacrifício da Terra ao impulso de cobiças incontidas. Guiado por suas ambições, no atropelo de conquistas e ocupações territoriais, satisfazendo desejos e necessidades de uma brutalidade vizinha do apetite animal, sem espírito de equilíbrio entre as camadas sociais contemporâneas e sem consciência da continuidade da espécie, o homem estabeleceu-se, no reino de sua vitória material sobre os

¹⁴⁰ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977. 1. ed. 1883.

*outros seres, como um dominador, para quem os bens da terra são despojos conferidos ao gozo de cada geração.*¹⁴¹

Esta mentalidade selvagem e destrutiva não teria sido profundamente alterada pela modernidade, definindo ainda a visão que os empreendedores tinham a respeito do uso dos recursos naturais, baseada numa falsa idéia da inesgotabilidade das forças e energias da terra. O Brasil era, a seu ver, *o caso típico de mais rápida destruição*.¹⁴² Enquanto na Europa já se observava a adoção de medidas no sentido do conter a deterioração do patrimônio natural, o Brasil mantinha-se, segundo ele, em geral inconsciente da gravidade da perda de seus recursos, e chegava àquele momento de sua história sem ter ainda construído nada, mas havendo já depredado seu território. As conseqüências da destruição do patrimônio natural da nacionalidade brasileira já seriam naquele momento sensíveis, comprometendo a vida dos habitantes do país e a produtividade da terra: alterações climáticas e meteorológicas, queda da umidade do ar e da terra, secas periódicas e cada vez mais longas, maior irregularidade das estações, falta de pastagens.

A inexistência de um entendimento seguro e realista da realidade nacional explicava-se, segundo Alberto Torres, pela adoção de modelos de conhecimento elaborados nas sociedades européias que, de formação antiga e estabelecidas em territórios relativamente limitados e densamente povoados, tiveram um progresso histórico em tudo distinto da sociedade brasileira. As diretrizes da formação dessas antigas nações seriam não apenas completamente inúteis para o estudo de países novos que se formaram através de processos de colonização, como também opostas às suas necessidades e interesses. Estes seriam estruturas sociais improvisadas e precárias,

¹⁴¹ TORRES, Alberto. *A organização nacional*: primeira parte – a constituição. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978. p. 174. 1. ed. 1914.

¹⁴² TORRES, Alberto, op. cit. nota 141, p. 175.

elaboradas em função da exploração do território, que não herdaram das metrópoles sua organização e sua estrutura social. Nem mesmo o espírito dos colonizadores, embriagados por lendas de abundância e promessas de riqueza, mantivera-se o mesmo quando estes abandonaram a terra natal e tornaram-se pioneiros, entregando-se a desmesurada cobiça e desenfreada competição. Estabelecidas a partir de relações de exploração, não de fundação, as antigas colônias não se constituíram como nações.

O precário conhecimento da realidade do país seria portanto derivado da manutenção da ótica da expansão e da colonização, que a seu ver regia ainda a relação da sociedade brasileira com seu meio físico. No julgamento de Alberto Torres, o motivo da conquista havia predominado sobre a criação do meio social e físico de uma civilização, vínculos definitivos e estáveis entre o homem e a terra, situação evidentemente *colonial* que o Brasil independente e o Brasil republicano não haviam sido capazes de alterar: as demandas da produção sobrepunham-se às do trabalho, que nunca buscou fixar o homem na terra. Mantendo-se o homem e a terra em conflito permanente, o Brasil não havia constituído uma economia e nem desenvolvido uma sociedade. Este caráter colonial da formação do país, observado ainda no predomínio do comércio e da produção para o exterior, teria como consequência o desconhecimento sobre os processos e instrumentos adequados ao uso dos recursos da natureza brasileira e a ausência de bases sólidas de adaptação ao meio que possibilitassem o progresso material e moral do país. A seu ver, a realidade brasileira era desconhecida e falseada, uma vez que toda a atividade econômica no país se baseava nos preconceitos adquiridos durante o processo de colonização e expansão do país, que visava exclusivamente a produção de riquezas exportáveis, e que não se preocupou com o estabelecimento das

bases de uma sociedade autônoma, integrada, soberana e dotada de perspectivas de continuidade e futuro.¹⁴³

A promoção do conhecimento da realidade física do país era tida como fundamento de suas possibilidades de progresso econômico e social. Em face deste diagnóstico, Alberto Torres desenvolveu um modelo de análise em que foi privilegiado o estudo da exploração dos recursos naturais do país, concentrando-se nas relações estabelecidas entre a base natural e a sociedade brasileira. Das condições específicas de sua geografia dependeria seu destino e a política a ser por ela adotada:

*Estudar a geografia de um país não em seu aspecto descritivo, mas em sua natureza dinâmica e funcional, procurando apreender o caráter das diversas zonas geológicas e mineralógicas, a sua fauna, a sua flora, a sua estrutura orográfica, os seus vasos hidrográficos, para conhecer os elementos e aptidões de sua exploração e cultura, e ao mesmo tempo as condições necessárias ao espírito de unidade social e econômica à solidariedade entre os interesses e tendências divergentes, eis o ponto de partida de toda política sensata e prática.*¹⁴⁴

Na visão do autor, a riqueza do país era ilusória, pois residia em atividades de fundo extrativo e em reduzidos empreendimentos de exploração extensiva, através de processos de trabalho precários que conduziam a uma *vertiginosa desvalorização* da terra, da qual eram extraídos sem reposição todos os principais recursos que, vertidos em capital, eram imediatamente sugados para o exterior em troca de produtos de consumo. O esgotamento das forças produtivas da natureza brasileira tornou-se na

¹⁴³ Em *O século XX sob o ponto de vista brasileiro*, longo artigo publicado no Estado de São Paulo em 1901 e posteriormente editado em opúsculo, o positivista Luís Pereira Barreto expressara uma visão similar à de Alberto Torres, asseverando que o modo de exploração da natureza e de produção econômica do país permanecia ainda essencialmente colonial, ou seja, excessivamente concentrado na exportação de bens hauridos da natureza, e sujeito a circunstâncias fortuitas que poderiam levar o Brasil repentinamente da abundância à penúria, como no tempo da mineração: *O governo colonial nos deu café: permanecemos coloniais! Toda a nossa orientação, todas as nossas esperanças, toda a nossa atividade prática ainda não se diferenciaram de uma colônia típica* BARRETO, Luís Pereira. *O século XX sob o ponto de vista brasileiro: saudação à classe dos engenheiros. O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 abr 1901. p. 1-2.

¹⁴⁴ TORRES, Alberto, op. cit. nota 141, p. 64.

doutrina de Alberto Torres um corolário do abandono do projeto nacional no Brasil, uma vez que ele estabelece uma relação metafórica entre a pátria como solo de origem e fonte de vida, a pátria como sentimento e pensamento nacional. Tornava-se necessário, neste contexto, segundo Alberto Torres, desfazer-se de *uma das mais perigosas ilusões de nossa imaginação, a da riqueza do nosso país*.¹⁴⁵ Contrariando a mítica uberdade e exuberância das terras tropicais, o ensaísta ressalta as limitações desse meio físico.

Segundo ele, ainda que o país possuísse inúmeras riquezas, a exploração de muitas delas seria difícil e inconveniente ao progresso do país. A extração mineral, por exemplo, não era uma atividade considerada adequada ao fortalecimento da economia nacional, por depender de capitais estrangeiros e dragar recursos para o exterior, sendo ainda extremamente depredatória e conduzindo inevitavelmente à decadência. Quanto ao desenvolvimento da atividade agrícola, nos países tropicais esta teria que enfrentar uma natureza em tudo oposta a ele, seja pela temperatura, pela luz, pelos ventos, pelas correntes marítimas, seja por um grande obstáculo climático: a ausência de geleiras e neves que proporcionariam, nos países temperados, a manutenção da fertilidade da terra e da regularidade da produção agrícola. Pois, segundo a explicação de Torres, as neves e geadas seriam fontes de umidade para o ar e para o solo. Nos países temperados, a queda das folhas daria origem a uma rica fonte de reposição da uberdade do solo, a terra vegetal. Nos países tropicais, tal função seria exercida pelo regime de chuvas, dependente da manutenção das florestas e dos cursos d'água. As chuvas e as estações

¹⁴⁵ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 20. 1. ed. 1914.

climáticas não possuiriam contudo, ao contrário do que se observaria nos países frios, caráter de regularidade.¹⁴⁶ Nas palavras do autor,

As terras do Brasil estão subordinadas, essencialmente, em quanto à conservação das condições naturais da produtividade, à conservação e à fartura dos mananciais, que, não tendo nem gelos nem neves que os abasteçam, dependem das fontes naturais, alimentadas, nos países dos trópicos, sobre as altitudes, pelas condensações atmosféricas, sob a guarda protetora das florestas. Sem os poderosos agentes de suprimento d'água, das zonas temperadas e frias: os gelos e as neves, falta-lhes, por isso, com o elemento periódico da conservação da umidade, o processo normal de irrigação, e, com o de formação de terra vegetal, devido à queda das folhas, particularmente nas florestas, o da formação do "humus" (...) Ora, a nossa posição geográfica faz do nosso país, por outro lado, um dos campos de mais intensa irradiação solar, em toda a Terra: coloca-nos, por força desta injustiça na distribuição da natureza, em posição de ter, numa média grosseiramente estatuída, o dobro de calor para a metade da umidade.¹⁴⁷

Logo, em países como o Brasil, *fraquíssimo pela singularidade de sua natureza*, a fertilidade do solo dependeria sobretudo da umidade favorecida pelas florestas e rios, riquezas que o brasileiro, ao invés de conservar, vinha destruindo em ritmo e intensidade vertiginosos. O processo de colonização do país, como origem de seu modelo destrutivo de exploração econômica, nunca convergira para as necessidades do trabalho, mas para as da produção para o mercado. Daí o que o autor identifica como a completa desorganização do mundo do trabalho no Brasil. Alia-se a isso o que é descrito como um estado de abatimento moral associado à relação do homem brasileiro com a natureza tropical, relação eminentemente conflituosa uma vez que derivada do choque entre o explorador e um ambiente natural desconhecido, surpreendente, exuberante, misterioso e hostil. Este é para Alberto Torres um aspecto fundamental da

¹⁴⁶ TORRES, Alberto, op. cit. nota 141, p 99-100 e nota 145, p. 147.

¹⁴⁷ TORRES, Alberto. *As fontes de vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 17-18.

vida brasileira, uma vez que, em sua concepção, é o esforço do homem sobre a natureza que define a realidade de sua existência.

Assim como se fazia necessário conhecer e revalorizar as terras dos vales férteis do Brasil, o autor propôs também a recuperação do homem brasileiro do interior que, embora longamente habituado à ociosidade, é visto como dotado de elevada inteligência e capacidade de trabalho, uma vez que ele *não deturpou o caráter na confusão cosmopolita das grandes cidades*.¹⁴⁸ A indolência observada no homem brasileiro do interior deveria ser tributada, segundo Torres, a um estado de incapacidade prática resultante em grande parte da instrução deficiente – incapaz de despertar o interesse e de promover a eficiência do trabalho – e da desorganização do trabalho no campo. Frente a um diagnóstico sombrio da realidade brasileira, centralizado na idéia da inadequação do modelo de exploração econômica implantado no país pela colonização portuguesa em relação às próprias necessidades de sua população e a um uso racional, eficiente e duradouro da terra, Alberto Torres esboçou um programa que partia do Estado nacional, cujo fortalecimento corresponderia às necessidades de centralização, direcionamento e coordenação dos processos de transformação da sociedade, em ruptura radical com os processos históricos da formação colonial e sua permanência na sociedade brasileira.¹⁴⁹ A reorganização da economia e da sociedade brasileira dependeria, além disso, do estudo, até então inédito, das possibilidades de adaptação do homem ao meio tropical, das condições de utilização do solo e das instituições convenientes a um novo modelo de relação entre o homem e a terra em que ambos se integrassem e se harmonizassem.

¹⁴⁸ TORRES, Alberto, op. cit. nota 145, p. 55-56.

¹⁴⁹ Em seu esquema analítico, fortemente naturalista e organicista, o órgão estatal assumia a missão de organização do povo e tornava-se a única alternativa a duas tendências vistas como *nefastas*: o liberalismo individualista, que separaria a política da sociedade e da economia, e o socialismo, que ameaçaria atribular a ordem social, conduzindo à perda dos direitos individuais. MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. p. 178-180.

Até que tal se fizesse, os brasileiros permaneceriam, segundo Torres, *seres, assim, estranhos ao seu **habitat**, eternos desaclimatados*.¹⁵⁰

Portanto, na visão de Alberto Torres, o Brasil passava naquele momento por uma séria crise da natureza, agravada pela total ignorância do problema e por concepções errôneas implantadas no país durante seu processo de expansão e exploração colonial. As condições de exploração predatória e conquista de territórios que caracterizaram a formação brasileira teriam impedido que aqui se estabelecessem laços de interação entre o homem e o *meio cósmico*, o que explicaria a ausência de conhecimentos relativos aos melhores processos de exploração da natureza e aos mecanismos de adaptação do homem, do trabalho, do espírito e da vida econômica à natureza brasileira. Avaliando a obra da colonização, o autor concluiu que esta havia sido uma *obra de ruína* que teve seguimento com a independência política do país, mantendo-se uma generalizada inconsciência do esgotamento dos recursos e espécimes da natureza. Isso representava, ao seu ver, uma ameaça para a manutenção das fontes materiais de sua vida como nação. Por isso, os brasileiros são definidos como *estrangeiros na sua terra, que não aprenderam a explorar sem destruir*.¹⁵¹

Monteiro Lobato não deixou de observar a contradição inerente entre a representação otimista da população brasileira – tida por Torres como uma das mais inteligentes e sensatas do mundo – e o diagnóstico pessimista da realidade do país que justificava e demandava um amplo programa de reformas. Para Lobato, o elogio do povo brasileiro lido naquelas páginas entraria em contraste flagrante com a situação de completa dissolução da vida social, política, moral e econômica do país: *o leitor sai do*

¹⁵⁰ TORRES, Alberto, op. cit. nota 145, p. 96.

¹⁵¹ TORRES, Alberto, op. cit. nota 147, p. 10.

*livro com esta mirífica lição nos miolos: quanto mais inteligente e sensato um povo, tanto menos capaz de organização e progresso.*¹⁵² Ao contrário de Alberto Torres, Monteiro Lobato não parece ter sido indiferente às condenações raciais que recaíam sobre o povo brasileiro naquela época. É conhecido o retrato que o escritor desenhou do sertanejo brasileiro, na forma caricatural do Jeca Tatu. Tem sido contudo pouco acentuado o principal traço definidor da personagem e o motivo da ira que levou Lobato a recorrer aos jornais e iniciar uma carreira literária: a relação do sertanejo com a natureza. O ano de 1914, em que o escritor vivia na fazenda de sua família,¹⁵³ havia sido excepcionalmente seco e o fogo crepitara nas matas durante meses seguidos. Monteiro Lobato declarou ter-se espantado com as queimadas empreendidas por muitos pequenos agricultores, queimadas estas que inevitavelmente expandiam-se pelos terrenos vizinhos, causando imensos transtornos e prejuízos. O escritor chegou a comparar a febre incendiária que se alastrava nas matas brasileiras, e que transformara a serra da Mantiqueira em um *imenso cinzeiro*, ao furor do exército alemão naquele primeiro ano da Grande Guerra. Mesmo nos dias chuvosos em que escrevia seu protesto aos jornais, o fogo estava ainda latente nos tocos semicarbonizados e ameaçava prosseguir sua obra destruidora, logo que o clima novamente se tornasse propício. O saldo dos longos meses de queimada era catastrófico:

Preocupa à gente civilizada o conhecer em quanto fica na Europa por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra; mas ninguém cuida de

¹⁵² LOBATO, Monteiro. Problema Vital. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1951. V. 8, p. 223. 1. ed. 1918.

¹⁵³ Monteiro Lobato teve também sua experiência de Policarpo Quaresma. Inicialmente, entusiasmou-se pela vida de fazendeiro, e chegou a esboçar grandes projetos agrícolas e a investir na modernização da propriedade, de solo já exaurido. A falta de capitais, o trabalho árduo e a lentidão dos resultados acabaram por desestimulá-lo – por isso, o caboclo acabaria por tornar-se o *bode expiatório* de seus problemas na fazenda. CRESPO, Regina Aída. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

calcular os prejuízos de toda sorte advindos de uma assombrosa queima destas. As velhas camadas de humus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as cento e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona e, dentro delas, a esta ou aquela “situação” agrícola.¹⁵⁴

A causa de todos esses males era, segundo o autor, a atuação parasitária do *piolho da terra*, o pequeno agricultor conhecido como *caboclo* – o termo, de origem racial, adquire aqui conotação bem mais ampla, referindo-se ao pequeno agricultor de subsistência agregado às fazendas. Parecia paradoxal a ele que a mofina e raquítica personagem pudesse adquirir, graças ao fogo, o poder de aniquilar árvores majestosas e milenares de uma mata exuberante que de incêndio em incêndio decaía vertiginosamente até tornar-se um reles sapezeiro. O caboclo era nômade, pois sua ação destrutiva promovia o rápido esgotamento dos recursos naturais e da fertilidade da terra que ocupava, sempre precária e provisoriamente – a errância das populações pobres do campo desestimulava qualquer esforço de acumulação material. Logo que se instalava num terreno, com sua habitação improvisada que parecia a Monteiro Lobato brotar da terra, o caboclo iniciava sua obra de destruição. No princípio, abatendo as aves da floresta com o chumbo adquirido da renda da extração de palmito. Em seguida, recorria às árvores da floresta, pela qual não tinha nenhuma forma de admiração estética – a idéia de que o sentido da beleza das paisagens seria exclusiva aos homens cultos é recorrente no pensamento brasileiro da época. Depois da derrubada, vinha o tempo da queimada. Sem que fosse cavado o aceiro obrigatório e necessário à delimitação da área do incêndio, o fogo alastrava-se, invadindo-a e espalhando-se continuamente até que

¹⁵⁴ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 140. 1. ed. 1918.

algum obstáculo natural, um rio, uma estrada ou uma grotta fria interrompesse sua marcha. Na vida do sertanejo, indolente e desprovido de ambições, a grandiosa obra de destruição, capaz de dar fim a uma longa extensão de florestas, tornava-se um evento majestoso: *a queimada é o grande espetáculo do ano, supremo regalo dos olhos e dos ouvidos*.¹⁵⁵

O caboclo desenhado pelo escritor mostrava-se impermeável ao progresso, por ignorar as transformações da vida moderna representadas pelo colono estrangeiro, as estradas de ferro e o uso do arado, e prosseguir sua vida dependente da mera extração dos frutos da natureza e da exploração mais cômoda da terra, por meio da derrubada e da queimada, destituído de vínculos permanentes com a terra. Num momento em que a vida fazia-se reger pela lógica do aprimoramento contínuo, a personagem permanecia aferrada a seu viver rotineiro, retrocedendo para não ser obrigada a adaptar-se. O atraso da vida do caboclo foi explicado pelo autor a partir de uma lógica que lembra Buckle: dispondo de meios de sobrevivência abundantes e acessíveis, dotados pela uberdade da natureza tropical, ele não se sentia estimulado a aprimorar as condições de sua sobrevivência. Assim, considerando que *o vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente*, estaria na fartura da natureza a razão da imobilidade do caboclo. O contraste doloroso entre o caboclo e a grandiosidade das matas que ele destruía levou Monteiro Lobato a afirmar a inferioridade do homem brasileiro em relação à natureza do país:

No meio da natureza brasileira, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida

¹⁵⁵ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 154, p. 143.

*dionisiaca em escachôo permanente, o caboclo é um sombrio urupê de pau
podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.*

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.

*Só ele, no meio de tanta vida, não vive...*¹⁵⁶

Num momento em que a literatura brasileira em sua inflexão regionalista arvorava-se a idealizar o homem do campo – o caboclo é o “Ai Jesus!” nacional, definiu Monteiro Lobato – o escritor buscou reduzi-lo a suas diminutas e inglórias dimensões de homem que vivia da destruição da natureza, que ele era incapaz de admirar ou mesmo explorar sem destruir.¹⁵⁷ A idealização do caboclo pela literatura regionalista – movimento que ele denominou *caboclismo* – era a seu ver similar ao indianismo em sua adulteração do real em prol de uma imagem romantizada do homem brasileiro *autêntico*. Outro escritor regionalista, Hugo de Carvalho Ramos, expressou o mesmo sentimento, afirmando que o brasileiro culto que conhecia o sertanejo pelos livros ou *mais ou menos caricaturado em comédias e revistas dos nossos teatrinhos*, perderia todo o interesse sertanista quando experimentasse o contato real como o *tipo geral de matuto brasileiro, boçal e rude*.¹⁵⁸ As próprias idéias de Carvalho Ramos e Monteiro Lobato demonstram que nem tudo era idealização na literatura *sertanista*

¹⁵⁶ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 154, p. 155. O mesmo contraste é afirmado pelo escritor no conto *Bucólica*, em que se observa a beleza e o aspecto majestático de uma paineira prestes a ser derrubada para a extração da paina e vendida pelo dono, *um caboclo amarelo, inchado, a arrastar a perna, (...), uma maleita ambulante*. No conto jocoso *Luvás!*, incluído no volume *A Onda Verde*, o escritor contou uma anedota que infelizmente teria longa sobrevivência: após criar e ordenar o mundo, Deus empreendeu a obra de seu aformoseamento, depositando uma grande quantidade de belezas em um Grande Almoxarifado das Belezas Naturais, de onde deveriam ser retiradas as paisagens belas a serem distribuídas pelo mundo. Contudo, como o depósito parecia inesgotável, permaneceu ao fim dos sete dias da criação praticamente intocado. *Estudos posteriores*, afirma o escritor, puderam localizar a sede do Grande Almoxarifado, que se situava no local onde foi construída a cidade do Rio de Janeiro. Em face das reclamações das demais regiões contra a distribuição injusta das belezas, Deus acabou por anunciar aos insatisfeitos que compensaria seu erro colocando naquele lugar um povo que, insensível à beleza natural, fazia com que *o excesso de que vocês se queixam minguará dia a dia*. LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 133, p. 66.

¹⁵⁷ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 154, p. 142.

¹⁵⁸ RAMOS, Hugo de Carvalho. O interior goiano (1918). In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 131-137. Citação: p. 134.

brasileira, em que as paisagens consumidas pelo fogo tornavam-se um cenário recorrente, sinônimo de opressão, acabrunhamento e terror, e em que o fogo transformava-se em personagem extremamente assídua. Na dinâmica deste conflito, o uso do fogo tinha, para o escritor, a força de um tabu. A imagem da guerra contra a natureza, em que a queimada era uma das armas mais constantes, era segundo Monteiro Lobato a representação mais adequada da natureza brasileira. Em sua visão, a paisagem européia – natureza domesticada, ordenada e organizada – resultava da vitória do homem em sua luta contra a natureza. No Brasil, a paisagem era antes um campo de batalha, em que a natureza defendia-se esmagando o observador, enquanto o homem partia ao ataque com a ferocidade de quem matava para sobreviver, *sem normas, sem leis, sem arte, modificando a ferro e fogo*. A paisagem brasileira foi portanto definida como *a luta, cem vezes a derrota, nunca a vitória completa*.¹⁵⁹ O pequeno agricultor nômade corporificado por Jeca Tatu não era, contudo, o único responsável pela assustadora disseminação da prática da derrubada e queimada no Brasil. O procedimento era generalizado e adotado também nas grandes fazendas, com extensão e impacto consideráveis. O próprio Monteiro Lobato testemunhou o instinto destruidor dos grandes proprietários no *Apólogo* destinado a demonstrar que a preguiça de pensar era seu traço característico:

*Se o governo agarrasse um cento de fazendeiros dos mais ilustres e os trancasse nesta sala, com cem machados naquele canto e uma floresta virgem ali diante; e se naquele quarto pusesse uma mesa com papel, pena e tinta, e lhes dissesse: “Ou vocês pensam meia hora naquele papel ou botam abaixo aquela mata”, daí a cinco minutos **cento e um** machados pipocavam nas perobas!*¹⁶⁰

¹⁵⁹ LOBATO, Monteiro. Idéias de Jeca Tatu. In: _____. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. V. 4, p. 56. 1. ed. 1919.

¹⁶⁰ LOBATO, Monteiro. Cidades mortas. In: _____. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974. V. 2, p. 11. 1. ed. 1919.

Este instinto de destruição que Monteiro Lobato observava na elite agrária do país estava em grande parte relacionado à expansão da cafeicultura, descrita no conto *A onda verde*. Traçando a trajetória da cultura do café a partir do oeste fluminense, Monteiro Lobato viu neste movimento a repetição, em maiores dimensões, da aventura bandeirante, que agora não mais apenas penetrava o *mataréu virgem de majestosa beleza*, mas o destruía, *machado ao ombro, e facho incendiário na mão*. Afinal, destituídos da capacidade de contemplação da beleza natural, esses homens deixavam-se conduzir pela ambição que transformava a desordenada, selvagem e variada floresta tropical em um campo regular e homogêneo de café, semelhante a um oceano verde, este sim capaz de *enlevar a alma fria do paulista, que desfez em decênios a obra-prima que a natureza vinha compondo desde a infância da terra*.¹⁶¹ A devastação empreendida pela cafeicultura não se resumia, contudo, observou Monteiro Lobato, à substituição da floresta nativa pelo *mar interno da Rubiácea*. O que parecia a ele mais assustador era o esgotamento rápido das terras férteis empregadas na cultura do café, exigindo a contínua expansão da marcha da cafeicultura, que deixava para trás seu rastro de decadência e assolamento à medida do desgaste vertiginoso da fertilidade da terra, e da conseqüente expansão da fronteira de ocupação do território às custas da violenta redução da área de florestas.

Você dobra a maldição do incêndio que o sol atea nos trópicos...

Alberto Rangel, Anhangá, 1921

¹⁶¹ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 133, p. 4.

A elite culta do país revelava-se, como demonstram exemplarmente as obras de Alberto Torres e Monteiro Lobato, bastante consciente do caráter destrutivo da relação entre o elemento humano e a natureza do país. Enquanto a natureza infringia ao homem os mais duros desafios à sua sobrevivência – a literatura da seca e da Amazônia fornecem os exemplos mais expressivos – o homem persistia na utilização dos métodos mais primitivos e destrutivos de conquista do território de florestas. Após a derrubada da mata de seu sítio para a abertura do roçado, o paradigmático e consciencioso Policarpo Quaresma *não lhe quisera atear fogo. Evitava assim calcinar o terreno, eliminando dele os princípios voláteis ao fogo.*¹⁶² Se chegava às elites, esta consciência parecia ainda muito distante da realidade do mundo rural. O tom dos discursos sobre o tema foi mais constantemente o de denúncia e condenação dos hábitos primitivos da gente do campo. Rodolfo Teófilo utilizou-se de uma certa ironia ao descrever a cena em que as personagens de *O Paroara* observavam a queimada que deflagraram. Em sua obra, o sertanejo é visto tanto como uma vítima da inconstância e da imprevisibilidade do clima do sertão, quanto como um depredador impiedoso da natureza. O marco inicial da tentativa do protagonista de ampliar sua área de cultivo foi a derrubada e a queimada da mata virgem, com o auxílio dos vizinhos – ato de solidariedade que o autor não se esqueceu de louvar. Desde que empenhados em destruir a mata, esses homens pareciam a ele *atacados pela loucura da devastação*, de forma que rapidamente a área de floresta reduzia-se a um amontoado de destroços, campo de guerra após uma renhida batalha, *ruína encravada na mata [que] parecia uma chaga na superfície de um membro são.*¹⁶³

¹⁶² BARRETO, Lima, op. cit. nota 26, p. 97.

¹⁶³ THEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 145.

Às quatro horas da tarde mais ou menos não restava daquele sítio, que um mês antes tinha os encantos das florestas tropicais, com flores, frutos, louras abelhas, aves de gorjeios maviosos e plumagem multicolor, mais do que as ruínas de um incêndio. O fogo havia reduzido tudo a um montão de cinzas que alvejavam como um lençol branco mosqueado de pontos negros.

*João das Neves tinha alcançado uma vitória completa; a queima estava muito de seu gosto.*¹⁶⁴

A ironia de Teófilo traduz uma implícita punição, e a personagem, *inconsciente do mal que havia feito*, acabava derrotada pela natureza, que em sua inconstância não permitira que o sonho de prosperidade do trabalhador fosse alcançado. Retratando a vida no Brasil central, já Taunay observava, n'*A retirada da Laguna*, o terror que a violência do fogo era capaz de causar nos cerrados e campos na região. Em *Inocência*, o escritor reportou a melancolia e as tétricas perspectivas que se anunciavam após um incêndio deflagrado por acaso ou por algum passante, *por mero desenfado*. Ele observou, por outro lado, a capacidade de regeneração da natureza desde que uma chuva copiosa permitisse que ela recuperasse sua vitalidade. Contudo, se a chuva não vinha, as campinas devastadas mantinham aspecto desolador e desesperançado, e o silêncio dominava uma cena em que as formas de vida foram aniquiladas, ou fugiram, restando apenas os ruídos dos animais que buscavam seu repasto nas vítimas do fogo¹⁶⁵. A literatura rural tendeu a representar a época da queimada em tons melancólicos, soturnos, apesar de por vezes ressaltar a euforia inicial que a visão majestática do grande incêndio despertava no agricultor que a empreendia. Hugo de Carvalho Ramos observou que apesar de não serem os sertões de Goiás vitimados pelo fenômeno das secas que atingiam o norte do país, a miséria rondava a terra, em função da incúria do agricultor que ateava fogo para fertilizar a lavoura, fogo este que freqüentemente

¹⁶⁴ THEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 77, p. 151.

¹⁶⁵ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 17, [1872], c. 2.

ultrapassava em muito os limites da área das plantações, estendendo-se pelas matas e pelas campinas férteis até alcançar o leito de um grande rio ou até que outra queimada o extinguisse. As vítimas muitas vezes não eram apenas os animais selvagens, mas o próprio gado. O escritor concluía que:

*A obra de destruição vai lento e lento preparando ali a ruína das gerações futuras, embora a natureza opulenta exubere a cada nova hecatombe com redobrado vigor, e esplenda em louçanias aos primeiros aguaceiros, espalhando aos quatro ventos, indiferentemente, as messes abundantes com que retribui de ano a ano a bronca insensatez do matuto. E ai! do destino daquele ubérrimo rincão, não fôra o recurso natural das imensas florestas virgens e dos sertões ainda por violar!*¹⁶⁶

Em *Gente da Gleba*, o tempo que se seguia ao incêndio era de acabrunhamento e espera, pois *também o homem, agente irresponsável daquela desolação, ressentia-se molestanamente da mágoa que reçuma errante na natureza*.¹⁶⁷ Todos os olhares voltavam-se a partir daí para os céus em busca de sinais das chuvas que podiam dar fim à *nostalgia das águas que se foram*, absorvidas pela terra calcinada, águas que devolveriam o verde das serras, as cores dos ipês e paineiras e os sons do gado bem alimentado nos currais. O tempo da espera era um tempo de preparação, e enquanto a chuva não vinha regenerar os campos, ressentia-se a vida desse termo de desolação que sugeria à alma sertaneja pesares e saudades. Nessa paisagem mortificada pela fumaça e pelas cinzas a que se haviam reduzido as árvores, os cipós, os ninhos, os pastos, a vida fugia para outros lugares, e estancava também nas fazendas, onde tudo se punha à espera da próxima chuva regeneradora. Na falta de pasto, o gado remoía o mato ruim das encostas, dos pântanos e das matas que restaram imunes ao fogo. Mesmo os répteis desapareciam até que o início da estação das chuvas promovesse o renascimento da

¹⁶⁶ RAMOS, Hugo de Carvalho, op. cit. nota 49, p. 89.

¹⁶⁷ RAMOS, Hugo de Carvalho, op. cit. nota 49, p. 90.

natureza. Além do agricultor, que adotava a queima como procedimento de limpeza dos campos, para a eliminação dos parasitas e carrapatos, apenas os animais carniceiros pareciam regozijar-se com a desolação do incêndio. A analogia entre ambos é expressiva.

No sertão nordestino, onde não se podia contar com chuvas regulares, uma queimada acidental adquiria aspecto trágico. Afinal, o pasto seco servia como reserva de alimento importante para o gado, observou Gustavo Barroso. Uma simples faísca de cigarro lançada por algum *comboieiro descuidoso ou um passageiro indiferente* podia fazer com que o fogo se alastrasse rapidamente pelo capinzal e pelos troncos da carnaubeira. Enquanto a onda de fogo lambia os carrascais e devastava as várzeas, era simplesmente terrível; mas quando ganhava as caatingas ressequidas e imensas, tinha *a grandeza trágica das coisas formidáveis*.¹⁶⁸ Logo que dado o alarme por um sertanejo que sentira a ardência da queimada, toda uma região se mobilizava para o combate contra o flagelo que atingia a todos: vaqueiros, fazendeiros, peões, meeiros, agregados armavam-se do machado e da enxada com os quais cavavam o aceiro, que impediria a expansão do fogo e assim permitiria salvar uma grande extensão de terra que, entregue ao fogo, teria exauridos todos os seus parques e fundamentais recursos. Por não poucas vezes, uma fagulha do incêndio, como *pólen da destruição*, lograva ultrapassar a barreira do aceiro e a luta reiniciava ainda mais bárbara e renhida. O incêndio conseguia freqüentemente ainda sobrepujar todos os esforços e se expandia por longos dias até encontrar um aceiro natural. O quadro que restava era desolador em sua esterilidade. Tudo se reduzia a um amplo campo coberto de cinzas, entremeado de toras carbonizadas que sugeriam formas bizarras. Este cenário desolador persistia até que

¹⁶⁸ BARROSO, Gustavo, op. cit. nota 45, p. 17.

uma chuva invernal possibilitasse o renascimento da vida no solo calcinado. Mais de meio século, contudo, era necessário para que brotassem e crescessem novos carnaubais e que a paisagem do sertão retomassem seu aspecto característico. Por vezes, entretanto, isso não acontecia e ali ficavam *eternas a agrura e a desolação*.¹⁶⁹ Para Gustavo Barroso, a continuidade da devastação das matas através da queimada dos roçados para a abertura de campos de criação de animais e para o plantio da maniçoba agravava as causas da redução do espaço de tempo entre as crises da seca, que se tornavam cada mais frequentes.¹⁷⁰

Esta idéia de que a queimada era uma das causas fundamentais das secas havia já sido defendida por Euclides da Cunha, que definiu duas posturas que resumiriam as atitudes do sertanejo em relação ao território do país: enquanto nas regiões de natureza exuberante as populações punham-se a *atacar ferozmente a natureza, a ferro e fogo*, conduzindo à desertificação, no Brasil do norte o homem debatia-se contra o solo pobre do quase deserto em que *vegetava*.¹⁷¹ Na visão do escritor, nos sertões adustos do nordeste, o homem havia sido *agente geológico notável*, contribuindo para o agravamento das condições precárias do meio físico, como observou ele n' *Os sertões* a propósito das investidas das bandeiras:

*Atacou a fundo a terra, escarificando-a nas explorações a céu aberto; esterilizou-a com os lastros das grupiarias; feriu-a a pontacos de alvião; degradou-a correndo-a com as águas selvagens das torrentes; e deixou, aqui, ali, em toda a parte, para sempre estéreis, avermelhando nos ermos com o intenso colorido das argilas revolvidas, onde não medra a planta mais exígua, as grande catas, vazias e tristonhas, com a sua feição sugestiva de imensas cidades mortas, derruídas... Ora, estas selvatiquezas atravessaram toda a nossa história.*¹⁷²

¹⁶⁹ BARROSO, Gustavo, op. cit. nota 45, p. 20.

¹⁷⁰ BARROSO, Gustavo, op. cit. nota 45, p. 31-32.

¹⁷¹ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 98, p. 96-98.

¹⁷² CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 101, p. 132.

Se não criara o clima que o atormentava, o homem havia tido o poder de, ao longo de toda a história de sua ocupação da terra brasileira, piorá-lo: *deu um auxiliar à degradação das tormentas, o machado do catingueiro, um supletivo à insolação, a queimada*.¹⁷³ Euclides da Cunha escreveu sobre os efeitos nefastos da prática generalizada da queima a partir da observação da mudança do clima de São Paulo, que estaria perdendo a regularidade que o adequara à agricultura. Passados eram, diz o escritor, os dias em que os sertanejos podiam contar com a cadência estável das estações e assim prever as condições de tempo que favoreciam cada uma das etapas da atividade agrícola. O saber ingênuo de suas profecias mostrava-se cada vez mais falho. Enquanto na primavera as primeiras chuvas deveriam já ter permitido a dissolução dos nutrientes no solo, o autor observava a permanência de uma intensa insolação que, matando as primeiras flores e secando as folhas, punha fim ao seu ciclo vital. Em meio a esta anomalia climática, as viagens ao interior cobriam-se da monotonia dos campos queimados que, em seu *tom pardacento e uniforme*, pareciam estepes. Tratava-se, asseverou o escritor, de um fenômeno natural criado pelo próprio homem, já previsível em vista da história de *antagonismo terrivelmente bárbaro* que se estabelecera entre a vida humana e a natureza no Brasil, desde os indígenas que utilizavam a queimada como única técnica de cultivo, aos colonos portugueses que a adotaram e expandiram sua abrangência durante suas incursões pela mata virgem. Esta, dificultando a observação do território e abrigando os ataques dos indígenas, era prontamente derrubada e queimada para que se abrissem as perspectivas e que se divisassem as montanhas que serviam de orientação. Expandindo-se nas subseqüentes explorações

¹⁷³ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 101, p. 134.

minerais, esse tratamento bárbaro dado à natureza caracterizou, observou o autor, toda a história brasileira. No Nordeste, a expansão da atividade pastoril dera-se através das queimadas extensas que duravam meses e que, para Euclides da Cunha, contribuíram para que se fixassem na região o regime desértico e as secas recorrentes. O caráter extensivo da atividade agrícola, aliado à queimada, levava a um progressivo esgotamento da vitalidade da terra, sem que nenhuma forma de compensação fosse utilizada. Num momento em que a indústria moderna e os progressos científicos da biologia e da química permitiam já a recuperação dos nutrientes do solo, os procedimentos bárbaros que aniquilavam a terra e que acompanhavam toda a história brasileira permaneciam de uso generalizado. Ausente sob o ponto de vista das inovações industriais na recuperação da produtividade do solo, o único traço mais sensível da modernização no campo era a introdução do transporte ferroviário que se fazia, paradoxalmente, à custa de ainda mais sério aniquilamento das matas. A lenha vegetal era, segundo o escritor, o único combustível então utilizado pelo sistema ferroviário, o que, juntamente com a queimada e a agricultura extensiva, reafirmava a tradição de destruição inconsciente da natureza característica de toda a história brasileira.¹⁷⁴

Os resultados disso eram inelutáveis: a expansão da área de insolação levava ao aquecimento do ar, o que subvertia o curso dos ventos, reduzia a umidade relativa, e tendia a prejudicar a regularidade das chuvas. A queimada em si, ainda que de efeito transitório, vinha agravar esses resultados do desmatamento, por impedir a formação do orvalho que contrabalançaria em certa extensão a ausência de chuvas. Interrompia-se, assim, a dinâmica biológica que permitia a expansão e constante renovação da vida nas matas tropicais. Neste ponto, Euclides da Cunha faz uma curiosa referência a Buckle:

¹⁷⁴ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 98, p. 99.

frente à gravidade da ação destrutiva do homem sobre a natureza, aquele que havia teorizado sobre a influência esmagadora do ambiente sobre o homem acabou taxado de *romântico historiador*.¹⁷⁵ Afinal, a natureza aniquilada que o escritor observou em sua viagem ao interior de São Paulo guardava pouca semelhança com aquela que, exuberante, dominadora e impenetrável, reduzia o homem a mero animal indefeso e insignificante. Este, para o qual segundo Buckle não restava espaço no seio do esplendor da natureza dos trópicos, não dominava e nem corrigia as restrições impostas pela força da natureza. Apenas as extinguiu, barbaramente. A modernidade passava, portanto, bastante longe do Brasil rural, incapaz de promover alguma forma de reversão da história de confronto e aniquilamento que até então caracterizara a relação entre homem e natureza no Brasil.

A devastação em nome da criação de um espaço para as edificações humanas era, portanto, também uma história de frustração, devido aos efeitos negativos que ela era capaz de gerar, em função da progressiva ruína dos recursos naturais e de suas conseqüências nefastas sobre a vida humana. O resultado disso eram formas particulares de “vingança” da natureza contra a vitória do homem, uma *vitória de uno que é o arrasamento de tudo*, na expressão de Monteiro Lobato.¹⁷⁶ Para Afonso Arinos, que observou a expansão da fronteira agrícola pela cafeicultura no interior de São Paulo, essa vitória não se fazia sem prejuízo para os pioneiros:

Nas roçadas o mato miúdo aponta sôfrego e voraz as milhares de cabeças dos seus brotos, como querendo repelir o conquistador e retomar o terreno perdido; a fímbria da floresta hostil aparece à vista e, na sombra impenetrável do arvoredor, o mundo misterioso dos insetos e infusórios zumba, canta, voeja, destila mel e instila veneno, preparando a sua vingança contra o homem audaz que veio perturbar-lhe o secular domínio.

¹⁷⁵ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 98, p. 256.

¹⁷⁶ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 154, p. 52.

*As faces destes primeiros ocupantes da terra nova amarelecem como as folhas ao caírem das árvores; os corpos vibram ao calafrio das maleitas; e, do fundo dos pântanos, da beira do rio sonolento, ou do negrume da floresta, a natureza selvagem espia o resultado da sua vingança no rosto lívido dos jornaleiros, dos trabalhadores da linha, dos empregados da estação.*¹⁷⁷

Foram diversas as formas da “retaliação” da terra calcinada imaginadas pelos escritores brasileiros. A própria violência da prática da queima, que tendia a tornar-se incontrolável e extrapolar os limites que o homem definira para sua abrangência era uma delas. A tragédia da natureza representa-se, assim, na tragédia do homem, tal como no conto *Os inimigos*, de Alberto Rangel. No adusto mês de setembro, a fazenda Pau d’Arco preparava-se para a queima do roçado. Cuidadosamente preparados os aceiros e definidos os planos para o incêndio, dividiram-se os homens pelo terreno com suas tochas acesas que logo crepitavam pelo mato. O vento alastrava impetuosamente as chamas, *com a violência de um tropela de antigas falanges peito a peito.*¹⁷⁸ Os trabalhadores, convertidos em *incendiários*, espalhavam-se pelo *oceano de árvores abatidas*, criando novos focos de incêndio para estimular a difusão do fogo. Enquanto a fumaça se adensava, os animais da floresta punham-se em fuga desesperada, e os próprios homens eram obrigados a correr da progressão das chamas pelas poucas brechas que sobravam no círculo de fogo, com sua pele crestada, a vista turva, ardente, a garganta ressecada e grossas placas de suor escorrendo pelas faces. Para Rangel, tomando espaço às coisas viventes, *o fogo tem pressa de ver-se só*, enquanto o sol escondido pela espessa nuvem de fumaça parecia *uma lua fria, enorme e*

¹⁷⁷ ARINOS, Afonso. Terra roxa [1905]. In: _____. *Historias e paizagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921. p. 155-192. Citação: p. 164.

¹⁷⁸ RANGEL, Alberto. *Sombras n’água: vida e paisagens no Brasil equatorial*. Leipzig: Brockhaus, 1913. p. 348.

avermelhada.¹⁷⁹ Uma tempestade de chamas alastrava-se, de maneira que o escritor imaginou que os poentes vermelhos abandonavam seu lugar no horizonte para se espalharem pelo chão da terra queimada. Temendo a expansão do fogo para além dos limites do aceiro, mantinham-se os homens a *pastorear as chamas* que em sua expansão ameaçavam espalhar-se pelas plantações e pelas casas. De repente, os trabalhadores estacaram e observaram que faltava um dos homens que participara do trabalho de queima. A constatação era dolorosa, mas não deixava dúvidas: envolvido pela fumaça sufocante ou aprisionado pelas labaredas, o filho do fazendeiro não havia encontrado o caminho para fora dos limites do incêndio. Nenhum desses homens pôde sequer empreender qualquer esforço de resgate, evidentemente inútil:

*Na barulhada das crepitações distinguíam-se os gritos pungitivos do filho único do Calixto, no desespero, naufrago impotente, desvairado, naqueles turbilhões escaldantes, que o cercavam. Os trabalhadores estarecidos, procuravam divisar, no claro passageiro das chamas e nos chumaços de algodão do fumeiro a sombra do mancebo lutando. Nenhum sinal de esperança. Nenhum grito mais: só a estalada devoradora das línguas purpúreas.*¹⁸⁰

Em meio aos *despojos da batalha*, encontravam-se, entre os corpos de cotias, tatus e pacas, *um crânio, algumas vértebras e uns sapatos semicarbonizados*: – os *restos únicos do Maneco, sobejados na cremação*.¹⁸¹ Daí em diante, nada foi suficiente para retirar o fazendeiro do abatimento que a catástrofe do fogo causara, e ele enlouqueceu, atormentado pela sensação de estar, como o filho, sendo queimado vivo.

O conto *Moloch*, de Domício da Gama, é um dos exemplos mais surpreendentes do terror e da violência infundidos pela prática da queima no mundo rural brasileiro.

¹⁷⁹ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 178, p. 349.

¹⁸⁰ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 178, p. 351.

¹⁸¹ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 178, p. 353.

Sentindo o ar seco e quente do final de agosto, o fazendeiro que é curiosamente o narrador do conto sentia a iminência do perigo de que alguma fagulha das queimadas que se faziam nas redondezas alcançasse o campo ressecado de sua fazenda. O fogo era já em sua mente uma poderosa sugestão, impressa pela tepidez da atmosfera, pelos matos e campos secos e pelo próprio medo de que o incêndio viesse a atingi-lo. Confirmados seus temores, ele partiu em combate ao incêndio, e tal era seu espanto frente ao quadro assustador que, quando se viu próximo de uma lagoa, ele acreditou ver nela uma mancha do sangue derramado na batalha que o fogo empreendia contra as florestas e os campos. A violência com que as chamas propagavam-se era vertiginosa e, de frente ao incêndio, o fazendeiro impressionou-se com a claridade que podia cegar, enquanto o ar em sua volta transformava-se em fumaça asfixiante e numa sombra densa. Frente a frente com a catástrofe irrefreável, o fazendeiro – e narrador – deixou-se dragar por uma chama gigantesca, e acreditou estar sendo lançado à boca esfomeada de Moloch, divindade cananéia à qual se sacrificavam vítimas humanas.¹⁸² Tomado por um misto de terror e adoração pela exuberância das chamas, ele acabou rendendo-se em sacrifício ao fogo, abandonando suas resistências e deixando-se morrer.¹⁸³

A imagem demoníaca seria também mobilizada por Alberto Rangel para definir o poder aniquilador do fogo. Num conto, o associa a Jurupari, demônio dos tupis.¹⁸⁴ Em outro, o proprietário rural que dá início às queimadas personifica Anhangá que, não

¹⁸² Moloch era o deus dos amonitas, e seu ritual é parcialmente conhecido pela história de sua idolatria em Israel. O culto a esta divindade demandava o sacrifício de vítimas humanas, que cruzavam vivas pelo fogo, que os consumia em honra ao deus para o qual estas vítimas serviriam de alimento, e que personificava o sol divinizado. MOLOCH. In: DICTIONNAIRE de la Bible. Paris: Letouzey et Ané, 1912, t. 4, pt. 2. p. 1223-1230.

¹⁸³ GAMA, Domício da. Moloch. In: OLIVEIRA, Alberto de; JOBIM, Jorge (Org.). *Contos brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1922. p. 387-394.

¹⁸⁴ RANGEL, Alberto. *Lume e cinza: fantasias, contos e recontos, frutos da terra*. Rio de Janeiro: Livraria Científica Brasileira; Sussekind de Mendonça, 1924.

podendo mais causar malefícios e infundir o terror entre os índios, vivia agora a expandir sua obra de aniquilamento que reforçava o calor do sol tropical: *Você dobra a maldição do incêndio que o sol ateia nos trópicos...*:

A terra em torno parecia sossobrar nas goelas de uma erupção. O sol vermelhusco esmaecia-se na cinza do ar. A floresta oferecia-se propiciatoriamente às ambições dos primários que a haviam derrubado. Esse sacrifício não punha entretanto pessoa alguma de joelhos. Para estrumar de uns saís de potassa passageiros o leito de plantações futuras entupia-se um foco das evaporações que aviventam o mundo...

*A queimada alastrava os vagalhões vermelhos coroados de volutas negras em honra de Anhangá, o devastador. O inferno, desatando os seus lumes, gerava a seca, estendia o deserto.*¹⁸⁵

Por outro lado, na obra de alguns autores a denúncia da violência do processo de instalação e manutenção da presença humana no território é em parte contrabalançada pela percepção deste processo destrutivo como ato inaugural, fundador de uma cultura onde antes só havia natureza bruta. Na narrativa de sua visita à Fazenda São Martinho, de propriedade do conselheiro Antônio Prado, Afonso Arinos testemunhou a queimada que precedeu ao plantio dos cafeeiros mais recentes da fazenda, observando a densa nuvem de fumaça escura que pairou sobre o município de Sertãozinho durante vários dias. Apesar do assombro e do horror com que assistira à *verdadeira hecatombe de gigantes da floresta*, e à violência da derrubada de árvores da floresta que restavam inutilizadas, o escritor não deixou de acentuar a grandiosidade e rapidez da expansão da cafeicultura, definida como *obra de verdadeiro patriotismo – o aproveitamento do solo da pátria*.¹⁸⁶ Mesmo em seu elogio à lógica da expansão agrícola, o autor observava que o recente combate entre o homem e a natureza bruta deixara como vestígios uma terra devastada que mantinha, ainda, muito de seu aspecto selvagem, enquanto as árvores

¹⁸⁵ RANGEL, Alberto. *Livro de figuras*. Tours: Arrault, 1921. p. 191-192.

¹⁸⁶ ARINOS, Afonso, op. cit. nota 177, p. 157.

abatidas restavam estendidas sobre a terra roxa. Isso não o desestimulou a divisar um modelo inédito de colonização, em que a ocupação do território nacional era vista como fruto de uma *lei natural* que arrastava os destinos da riqueza do país em direção ao plantio do café nas grandes fazendas. Refutando as críticas à monocultura do café, ele considerava perfeitamente racional o modelo de exploração da terra adotado nas grandes propriedades, uma vez que este maximizava o lucro e a expansão da ocupação do território. O autor não pôde deixar de observar também, no caminho em direção à fazenda, percorrido através da estrada de ferro, o caráter destrutivo da ocupação da região, onde uma mata cerrada havia sido devastada para a construção da linha férrea e das estações. Sua visão da cafeicultura permaneceu contudo entusiástica: *a terra generosa, surpreendida na sua nudez selvagem, caiu, virgem palpitante, nos braços possantes do violador; e agora, vestida com a túnica das lavouras, paga com a opulência dos seus frutos o arrojo do seu vencedor.*¹⁸⁷

No romance *Canaã*, de Graça Aranha, a derrubada e a queimada simbolizam o momento da instalação da mão de obra imigrante estrangeira no solo brasileiro, a partir da cena em que os trabalhadores brasileiros uniram-se aos colonos estrangeiros na empreitada da abertura do terreno da mata para o início da atividade agrícola. A derrubada e a queimada definiam a imposição da ordem humana ao território selvagem. Inicialmente, no corte dos primeiros arbustos, os trabalhadores mostravam-se ainda intimidados pela exuberância da mata. Mas à vista dos primeiros resultados do trabalho, eles como que *despertaram da sua instintiva preguiça* e puseram-se a exercer o trabalho de forma bizarramente enérgica, numa espécie de desforra contra a floresta opressiva e dominadora que os acabrunhava. Nas palavras do autor:

¹⁸⁷ ARINOS, Afonso, op. cit. nota 177, p. 156-7.

*Havia uma raiva, uma fúria histérica de destruição, e em pouco tempo estavam completamente alheios a tudo, entregues à sua vertigem malvada. O ferro não descansava nos braços sempre em movimento, num compasso vagaroso. Ouvia-se cair o machado deslocando o ar e arrancando um ronco forte dos robustos peitos dos devastadores. Quando estes encontravam um pau mais duro, redobravam de ardor, o suor lhes escorria, o golpe era tirado bem do chão, e no impulso furibundo o ferro penetrava tanto que, para desprendê-lo, o homem tinha de fazer um esforço desesperado. Iam para adiante, agora harmônicos e regulares. A pequena fadiga fazia bem aos seus membros hercúleos, e a alegria se lhes espalhava nos rostos congestos.*¹⁸⁸

A fúria de devastação transformava os trabalhadores brasileiros, de indolentes e anêmicos, em seres dotados de uma força hercúlea na luta contra a natureza selvagem. O utópico Milkau, personagem imbuída da crença na bondade que haveria de integrar o homem definitivamente na natureza tropical, não deixou de sentir uma *piedade indefinida* pela mata sacrificada, pela morte da beleza e da opulência da floresta. O homem estaria, segundo ele, espalhando sofrimento pelo mundo, em instinto destruidor que não o permitia escutar os gritos agônicos da natureza destruída para a realização de seus fins. Apesar disso, ele acreditava dever perdoá-lo pela fatalidade do seu destino de submissão à necessidade. Com isso em mente, foi o próprio Milkau o primeiro a conclamar os trabalhadores para a queimada. Na visão de Graça Aranha, a reunião dos homens na floresta destruída para lançar o fogo tinha a solenidade dos *ritos de cultos infernais*. A destruição pelo fogo forma uma cena monstruosa e impressionadora. Os sons da queda das árvores, do estalo dos troncos verdes, das resinas derretidas pelo calor, além dos animais que fugiam desesperados de suas tocas e ninhos, compunham uma sinfonia satânica, que contrastava dolorosamente com a alegria com que os homens viam abater-se o monstro que tanto os perturbava. A exuberância do incêndio vinha

¹⁸⁸ ARANHA, Graça. *Canaã*. 11. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1959. p. 108-109. 1. ed. 1902.

assim destruir a exuberância da natureza tropical, eterna adversária a infundir terror e espanto.

Maior seria ainda esta alegria, não fosse o risco que a queimada representava para seus próprios deflagradores, constantemente ameaçados pelas chamas incontrolláveis espalhadas pelo vento em direção a terras alheias. A *devastação tétrica* não obedecia aos limites estabelecidos pelos que a empreenderam e ameaçava escapar-lhe dos domínios e atentar contra a própria vida de seus iniciadores. A dificuldade de cavar o aceiro, trincheira que delimitaria a área da queimada, mostrava que *a nevrose do pavor centuplicou as forças*. Mais feroz que sua ânsia de destruição da mata era a necessidade de lutarem para sua própria sobrevivência ameaçada pelo fogo que, insubmisso, espalhava-se rapidamente para além da zona inicialmente delimitada. Finalmente domado o incêndio, graças a esforços sobre-humanos dos trabalhadores, Milkau clamou por um tempo de apaziguamento, enquanto os seus companheiros contemplavam orgulhosos, com diabólica satisfação, a mata destruída.

*A felicidade de Milkau era perfeita.*¹⁸⁹ Assim se inicia o capítulo seguinte, em flagrante contraste com as cenas de violência e barbárie narradas no episódio da queimada, e com a postura piedosa da personagem. Afinal, a destruição da mata nativa foi definida como o marco da fundação de um empreendimento agrícola, ao qual se dedicavam os colonos estrangeiros nos terrenos antes ocupados pela mata virgem. O processo de derrubada e queimada representava a passagem da natureza selvagem à natureza cultivada, controlada pelo homem e por ele submissa a seus fins de sobrevivência, acumulação e aperfeiçoamento, inaugurando a nova era da ocupação do país pelo imigrante europeu. A polaridade destruição/criação na relação do homem

¹⁸⁹ ARANHA, Graça. op. cit nota 188, p. 114.

brasileiro com a natureza seria posteriormente retrabalhada por Graça Aranha em sua peça teatral *Malazarte*, em que a personagem-título encarnava os processos de contínua mutabilidade da natureza, nos quais à destruição seguia-se o ressurgimento e a renovação.

Malazarte: (...) embrenhei-me na mata a derrubar madeira. Não houve jequitibá, nem aroeira, nem pau d'arco que me resistisse. Ah, que gosto ver uma árvore bruta, um pau de respeito cair ao peso do machado! Eu parecia um raio rachando aqueles gigantes de meio a meio, e depois arrastava-se a madeira até o rio. E sobre esses paus, sobre essas árvores feitas balsas, pelas águas abaixo, eu vinha cantando...

Eduardo: Malazarte, tu és destruidor!

*Malazarte: Que importa destruir, se tudo renasce e não se acaba, nem pelo fogo, nem pela água. (...) Por que este temor, se tudo vem e vai, se tudo renasce e morre, tudo morre e nasce!*¹⁹⁰

De nada adiantaria, portanto, o pavor da catástrofe natural, uma vez que tudo sobre a terra estaria fadado a inserir-se num ciclo incessante de morte e nascimento. N'A *estética da vida*, esta questão foi retomada: a ilusão de poder vir a vencer a natureza e apossar-se de suas riquezas foi tida como um poderoso impulso de conquista, tendo lançado o brasileiro numa empreitada em que seu *poder diabólico de destruir* deu origem a uma civilização que *vai por arrancos devastando e criando*.¹⁹¹ Devastação e criação tornam-se, assim, dois aspectos inseparáveis da história brasileira: a destruição das matas era a origem irrevogável do estabelecimento do homem no território, origem violenta que os hábitos rotineiros de uso do fogo reafirmavam. Graça Aranha adotou uma visão mítica do fogo a partir da imagem primitiva de que apenas as mudanças induzidas por ele seriam amplas, profundas, definitivas, rápidas e surpreendentes, ainda que este mesmo fogo fosse o grande inimigo do homem, em sua imprecisão que o direcionava para o desvio fatal que levaria ao arruinamento de tudo. O fogo está, é

¹⁹⁰ ARANHA, Graça. *Malazarte*. Peça em um ato. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1973. p. 8. 1. ed. 1911.

¹⁹¹ ARANHA, Graça. *A esthetica da vida*. Rio de Janeiro: Garnier, [192-]. p. 91. 1. ed. 1920.

certo, simbolicamente relacionado a uma profunda purificação, pela redução do heterogêneo ao homogêneo. Seu uso na agricultura possui valor primitivo, associado à eliminação de um mal, os parasitas, e à promoção de um bem, o enriquecimento da terra.¹⁹² Coelho Neto, escritor profundamente influenciado pela mitologia orientalista, desenvolveu poeticamente o tema da dualidade do fogo: por um lado, *a crueldade do homem fez do fogo um carrasco; fazem-no adversário do homem; é o elemento terrível, o instrumento passivo da ferocidade humana*. Por outro lado, o fogo foi também definido como instrumento produtivo, de criação e de modernização:

*Não há mal que resista à sua ação comburente – os germens letais sucumbem, saram as úlceras sob o cautério, o cáustico faz derivar a dor; não é ele o mais antigo camarada do operário?; não é ele que desenvolve a força das máquinas que levam por mar e terra os transatlânticos e os comboios? Não é ele que deventra as montanhas, encurtando, por meio de túneis, a distância entre países? É o guia na solidão; para os terrenos esgotados, é assim o fogo uma primavera intensiva.*¹⁹³

Esta percepção da ambigüidade do fogo demonstra o papel fundamental que ele exerceu no desbravamento das regiões de florestas e na abertura de terrenos para a atividade agrícola, fundando um mundo rural – e um país – onde antes havia apenas natureza bruta. Por outro lado, seu uso indiscriminado e rotineiro denunciava a violência intrínseca e a precariedade técnica do processo de colonização do território brasileiro. No sertão, a violência estava ainda impressa na inclemência do clima, que negava ao homem os elementos mais vitais para sua sobrevivência, enquanto na Amazônia o sacrifício de grandes levas de trabalhadores submetidos a condições das mais hostis não era capaz de produzir nenhuma forma de ocupação sistemática do território e de exploração de suas riquezas. A bárbara vivência no meio rural e nos ambientes

¹⁹² BACHELARD, Gaston. *La psychanalyse du feu*. Paris: Gallimard, 1999.

¹⁹³ COELHO NETTO. O fogo [1905]. In: _____. *Conferências literárias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1911. p. 65-84. Citação: p. 75, 81.

selvagens endossava a suspeita de que o homem poderia estar condenado a sair vencido de sua luta contra a natureza no Brasil. Se seria esta derrota inevitável, não se sabia, mas no final do século XIX novos elementos eram adicionados a este debate. Percebia-se então que o mundo rural, onde o conflito era vivido com constância e intensidade passava por uma fase crítica. O país se viu a partir daí obrigado a reconsiderar a marca de sua formação, pesando a força do campo em sua história e em seus destinos. O sentimento do sertão na vida brasileira e suas implicações para a imagem da natureza na vida do país é o tema do próximo capítulo, em que o mundo rural é visto a partir de uma remanescente perspectiva romântica em busca de uma origem simbólica da nacionalidade, da paisagem natural gravada na memória brasileira, como cenário de uma experiência do sensível que modelou o espírito poético de seus escritores e que definiu sua identidade.

CAPÍTULO 3

A ANGÚSTIA DO EXILADO

O sentimento do sertão na alma brasileira

O passado fugia, como o gigante da fábula, a passadas de sete léguas. Junto ao mar, dentro as fibras do meu ser abalado, cérebro e coração ficaram, sondassem-lhes ao de leve o âmago, como o búzio marinho repetindo os rumores confusos das vagas ausentes... Vagas de florestas e ventanias dos meus pagos nativos!...

Hugo de Carvalho Ramos, *Carta dum romântico*, 1917

No conto *Nostalgias (trecho de carta)*, Hugo de Carvalho Ramos ocupou-se das experiências vividas e narradas pelo velho caseiro do sítio de sua família, no interior de Goiás. Todos se reuniam à sua volta para escutá-lo contar histórias antigas dos agrestes e longínquos sertões do Araguaia, narrativas sangrentas de um território ainda a ser conquistado aos índios e à mata. *A vida primitiva no seio bruto do deserto* não tinha nem contemplações e nem piedade para com os mais fracos, e a natureza era ali a única e *a grande mestra da vida*, guiando os destinos humanos pelas suas leis inexoráveis e amorais: a adaptação ao meio, a luta pela vida e a sobrevivência dos mais fortes, transpostas para a bárbara natureza do sertanejo.⁴⁰² Por outro lado, na visão de Carvalho Ramos não apenas a vida primitiva dos sertões agrestes era uma luta selvagem entre feras. Também assim era vista a vida da cidade grande de onde ele falava, exilado de sua pátria sertaneja num mundo de inimizades onde se debatiam interesses e paixões

⁴⁰² RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 1. 1.ed. 1917. p. 20, 27.

tacanhas. A vida urbana guiava-se, em sua percepção, pela mesma lógica da conquista que movera a existência brutal do velho vaqueiro. Por isso, morando na cidade, o escritor dizia haver conservado o espírito impassível com que escutava as narrativas do sertão bruto, sereno e indiferente frente à violência do viver urbano, como sempre havia sido como ouvinte dos casos sertanejos. Essa assimilação da vida civilizada à barbárie sugeria que, se no meio agreste do sertão a violência poderia ser justificada pelas necessidades da sobrevivência e da expansão colonizadora, e pelos instintos atávicos de agressividade do mestiço, adquirindo sentido ao mesmo tempo heróico, inconsciente e inevitável, no meio urbano *a luta insana pela existência* guiava-se pelas razões mais mesquinhas. Enquanto a brutalidade do sertão tinha a aura das lendas e contos expressivos da alma popular, a luta pela existência no cotidiano da grande cidade parecia a Carvalho Ramos desprovida de qualquer sentido.

O sertão distante e para sempre perdido que o escritor lamentava não era contudo o território violento e heróico da conquista, mas uma paisagem onde o homem já se estabelecera, paisagem esta que modelou sua percepção e permaneceu viva em sua memória: o autor iniciou o conto por solicitar ao destinatário da carta que procurasse num tronco novo de jenipapeiro nos arredores do sítio a marca de seu nome que ele cuidadosamente talhara em sua última visita à terra natal. Se os traços que ele deixou na natureza deveriam já estar apagados pelo tempo, os sinais da natureza do sertão em sua sensibilidade permaneciam indelévels. As reminiscências dos tempos felizes que ele lá vivera valorizavam a percepção e a integração na natureza, com a qual ele estabelecera uma relação de observador simultaneamente participante e extasiado. Por meio da literatura ele reconstituiu este universo sensorial variado, enfatizando os sons, os movimentos e as cores de num cenário em que o homem integrava-se a ponto de

confundir-se com os elementos da natureza. O quadro do sertão que ele descreveu era tão exuberante em sua riqueza de detalhes quanto evocativo na definição de uma vivência harmônica em que o tempo transcorria lentamente. Essa imagem pastoral do sertão, que convivia pacificamente com a memória violenta da conquista do território, era o pano de fundo da tristeza e da nostalgia do escritor, que em sua vida na cidade grande ressentia-se do passado e das paisagens que se confundiam entre seu devaneio e sua memória.

Amigo! Não vale descrever a vida que aí levamos e da qual fruis ainda os doces encantos. Longe, numa terra inóspita para os pequenos e humildes, nesta trapeira velha onde noite alta zune a ventania e vêm visitar-me alcatéias de ratazanas, às voltas com meus tédios e minhas pequenas manias de rabiscador anônimo, o espetáculo grandioso da civilização desenrolando-se ao pé pelo buzinar álares dos autos nas avenidas e pedalar intermitente de tranvias, tão só, à espera dum futuro que não chega e sabendo quão amarga sói às vezes ser a solidão para os que meditam e sonham, e quão duro é viver distante das coisas que nos foram familiares, relembro a paisagem adusta de nossa velha terra e – confesso – não raro uma lágrima furtiva reçuma em minhas faces escaldadas, como óbolo votivo ao torrão onde vi a luz, onde minha infância decorreu como todas, ai, tão depressa e tão descuidosa...

*Mas... basta de sentimentalismo!*⁴⁰³

Carvalho Ramos constrói sua memória do sertão *a partir* de sua visão da cidade, superpondo imagens díspares que se fundem sobre o mesmo substrato emotivo: a amargura do presente, a saudade do passado. Num outro trabalho, intitulado sintomaticamente *Carta dum romântico*, o escritor descreveu a formação de sua sensibilidade a partir da modelagem sobre ela exercida pela natureza do sertão. Trata-se de fato de um texto permeado de referências culturais diversas, que vão da temática sentimental do romantismo ao imaginário simbolista, passando pelos princípios

⁴⁰³ RAMOS, Hugo de Carvalho, op. cit. nota 1, p. 21.

darwinistas. Na visão do escritor a natureza forneceu a ele um amplo repertório de emoções, do arrebatamento frente à exuberância da mata ao lirismo das cores cambiantes do céu do sertão durante o nascer e o pôr-do-sol: *arroubos da terra* refletiam-se em sua emotividade exaltada; a contemplação das tardes de agosto despertara *predisposições mágicas* para a imaginação de outros mundos; a exuberância do meio físico deu a ele confiança e entusiasmo. Na natureza do sertão sua imaginação não encontrou limites, alimentou-se do calor da terra e da seiva dos vegetais, julgando-se ele transportado de retorno a uma fase primitiva da evolução da espécie em que o homem não se apartara ainda do mundo físico-natural. Para esta existência criada e movida pela percepção da natureza, a mudança para a cidade assumiu sentido trágico, e conduziu à perda irremediável de seu passado natural e originário, ao qual ele acreditava não mais poder retornar: *O passado fugia, como o gigante da fábula, a passadas de sete léguas. Junto ao mar, dentro as fibras do meu ser abalado, cérebro e coração ficaram, sondassem-lhes ao de leve o âmago, como o búzio marinho repetindo os rumores confusos das vagas ausentes... Vagas de florestas e ventanias dos meus pagos nativos!...*⁴⁰⁴

Por meio da literatura, as emoções da natureza sertaneja que haviam marcado sua formação regressavam na forma de inspiração e estímulo à imaginação, mas pareciam destinadas a permanecer *apenas* na memória que as manteve quando ele se transferiu para a cidade, civilização definida como ruína de aspecto tragicômico. Não apenas seu corpo foi obrigado a adaptar-se àquele espaço sórdido, barulhento e sombrio, como seu próprio espírito viu-se condenado a curvar-se às novas condições de um meio em que

⁴⁰⁴ RAMOS, Hugo de Carvalho. Carta dum romântico [1917]. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 38-44. p. 40.

ele se tornara *uma árvore transplantada em terra exótica*⁴⁰⁵. Modelado pela natureza do sertão, o escritor viu-se constrangido a assumir uma nova forma, restrita e diminuída, privada de liberdade e de espontaneidade, feita de submissão e de silenciamento frente ao mal estar e à dissolução da vida urbana. Talvez por isso ele julgasse impossível o verdadeiro regresso ao sertão: seu espírito havia sido forçado a abandonar a condição pura que a natureza lhe havia conferido, e que fazia dele, como de muitos sertanejos, *naturalmente* poetas:

*Os seus poetas, dolentes e líricos, na indolência langorosa das redes macias, o solo benevolente e a nostalgia do isolamento mundano favorável às explanações pelas regiões do Sentimento, surgem naturalmente, em proporções mais que lisonjeiras para a exígua população local. Surgem naturalmente, mal os olhos elegíacos duma deidade, a impressão interior duma página forte de leitura, dum aspecto da natureza, lhes tenham despertado, na retina ainda latente de romantismo e poesia que beberam com o leite no berço.*⁴⁰⁶

O mais duro fardo que o escritor se dizia condenado a carregar era justamente a sua memória, e não apenas pela nostalgia da natureza do sertão que havia conformado seus modos de percepção e de compreensão da realidade. Sentindo o peso da lei darwinista da adaptação ao meio, ele se acreditou lançado à recomposição de sua história pessoal à luz da experiência urbana: tudo o que a vida amena do campo havia ajudado a refrear vinha à tona no constante remoer dos fatos passados, pela memória *em mourejo contínuo de formiga trabalhadeira*. Rememorar significava para ele, necessariamente, sofrer, pois apenas aquelas recordações originadas da dor seriam capazes de permanecer: *É que de recordações, só podemos fixar as que tiveram a sua origem na dor vertida. Prazeres e alegrias, tudo isso fumo, poeira, nonada, que se*

⁴⁰⁵ RAMOS, Hugo de Carvalho, op. cit. nota 3, p. 41.

⁴⁰⁶ RAMOS, Hugo de Carvalho. “Nova era” [1914]. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 30-31. Citação: p. 30.

*dissipa ao mínimo esforço de calcular-lhe a impressão, na meia tinta crepuscular do passado vislumbrada! Quem relembra, sofre; sofre duplamente: pelo esforço empregado, pela colheita obtida.*⁴⁰⁷ Sua literatura alimentou-se, assim, da memória do sertão, da nostalgia de suas paisagens e da distância que criava a necessidade de fabular para presentificar o passado perdido, que era fundamental para a afirmação de seu sentido de identidade – dissociado do ambiente de sua infância, ele sentia perder uma parte de si mesmo. O couro da sucuri que a personagem de um de seus contos matara estava no momento em que ele escrevia em frente a seus olhos, estirado na parede de seu quarto de estudante na cidade, como sinal da veracidade da narrativa e como testemunho de sua própria pertinência ao passado recuperado literariamente.⁴⁰⁸

A saudade da vida rural e a evocação da natureza agreste como espaço de formação da sensibilidade brasileira tornaram-se temas recorrentes da literatura do final do século XIX e início do século XX. A mobilização na escrita de Hugo de Carvalho Ramos da noção de lenda e – ainda que acompanhada da autocritica de seu inegável sentimentalismo – das idéias de nostalgia, saudade e tristeza, ao lado da referência direta ao poema *Meus oito anos*, de Casimiro de Abreu, demonstra o quanto a literatura sertaneja nutriu-se dos códigos da literatura romântica, que constituíam naquele momento uma forte tradição na cultura do país. Para Monteiro Lobato, o movimento que ele chamava de *caboclisto* significava uma mera reedição do *indianismo*, equivalentes ambos na idealização extrema do homem do povo, virtualmente o representante autêntico do caráter nacional, ou a marca de sua ancestralidade mítica:

⁴⁰⁷ RAMOS, Hugo de Carvalho, op. cit. nota 3, p. 42.

⁴⁰⁸ RAMOS, Hugo de Carvalho, op. cit. nota 1, p. 24.

*orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica.*⁴⁰⁹ As correspondências estéticas e temáticas destes movimentos ultrapassam, contudo, a perspectiva das escolas literárias. Este aspecto não escapou à crítica da época. Nestor Victor observava, em carta datada de 1919, que o sucesso de *Urupês*, de Monteiro Lobato, *Canaã*, de Graça Aranha e *Os sertões*, de Euclides da Cunha, devia-se à emergência de uma nova sensibilidade na evolução literária brasileira, a sensibilidade *neo-romântica*, marcada por um poderoso influxo místico.⁴¹⁰

O sentimentalismo de Hugo de Carvalho Ramos é reflexo desta impregnação do imaginário romântico na literatura regional, em sua visão nostálgica do campo. A idealização da vida rural não é com certeza um traço permanente na literatura brasileira da época, uma vez que muitos dos mais eminentes representantes desta tendência assumiam uma visão extremamente crítica ou negativa em relação ao meio rural, geralmente pela condenação do tipo sertanejo por sua inferioridade étnica, ou por seu pretenso caráter refratário ao progresso – do qual a relação predatória com a natureza era simbólica. Contudo, o gênero regionalista raramente se furtou a uma contumaz idealização da vida rural, tida como realidade distante no tempo e conjugada no pretérito, o que parecia conferir a ela um valor evidente, convidando à mobilização das categorias do culto romântico das coisas pretéritas. De fato, a formação da perspectiva romântica esteve, como demonstrou Saliba,⁴¹¹ vinculada justamente ao sentimento de ruptura radical com o passado, inspirado pela emergência das revoluções econômicas e políticas do final do século XVIII, frente às quais escritores e intelectuais manifestaram temor e esperança no futuro. Enquanto a crença na renovação da sociedade conduziu a

⁴⁰⁹ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 1. ed. 1918. p. 146.

⁴¹⁰ VICTOR, Nestor. *Cartas á gente nova*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924. p. 176.

⁴¹¹ SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

diversas formas de criação utópica, a apreensão a respeito de seus destinos deu origem à pesquisa das tradições nacionais, ao retorno ao passado antigo e originário. Com isso, buscava-se recuperar a linha de continuidade do tempo aparentemente cindida pelo convulsionamento da sociedade, atitude nostálgica que deu vazão a manifestações da subjetividade, à maior liberdade na criação poética e a formas de misticismo e de busca da essência individual e coletiva. A linguagem do romantismo é definida pelo autor como sinal da dificuldade de simbolização de uma realidade que se desfazia em ritmo acelerado, uma crise de identidade advinda da ruptura com a tradição. A criação cultural intentou deste modo recuperar empaticamente o passado, que poderia iluminar a busca da identidade, e escrever a história que possibilitaria restabelecer a articulação orgânica entre o indivíduo e o grupo.

A busca da profundidade do tempo que permitiria acesso às origens, o culto da tradição, a nostalgia evocada pela cisão da linha de continuidade entre presente e passado são elementos recorrentes do imaginário romântico. Movimento resultante da crise de identidade européia característica do período pós-revolucionário, o romantismo foi capaz de extrapolar este momento histórico específico e tornar-se uma perspectiva cultural bastante ampla, englobando manifestações de características aparentemente contraditórias entre si. Em termos gerais, o romantismo pode ser definido como uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de ideais atribuídos ao passado pré-capitalista ou pré-moderno.⁴¹² Os valores românticos definem-se, portanto, por sua contraposição à modernidade, caracterizada pela revolução industrial e pela expansão da economia de mercado, pela industrialização e urbanização,

⁴¹² LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 34.

pelo desenvolvimento articulado da ciência e da tecnologia, pela propriedade privada, pela ampliação da reprodução do capital, pelo trabalho livre, pela mais ampla divisão do trabalho. Em face desses aspectos característicos da sociedade moderna, a melancolia romântica ressentia-se da ausência no presente de valores intrínsecos à humanidade, valores comunitários, de integração à natureza e à coletividade, de solidariedade e de permanência. O romantismo tornou-se pois uma *crítica moderna da modernidade*: embora revoltados contra seu tempo, os românticos foram profundamente condicionados por esse mundo moderno que os formou. Löwy e Sayre salientaram que, ao lado deste sentido crítico, o romantismo alimentou grandes valores positivos. O primeiro deles seria a totalidade, a idéia de comunhão e integração ao conjunto, em oposição ao individualismo liberal. Este ideal romântico de recuperação da alma coletiva encontrou na exaltação das nacionalidades sua forma privilegiada, um caminho para o restabelecimento da coesão social e sua conseqüente regeneração. O segundo grande valor da era romântica, nascido no interior das transformações operadas pela vida moderna, era a subjetividade do indivíduo, ou seja, o contínuo desenvolvimento do eu, em sua afetividade e sua liberdade de imaginação, uma vez que, apesar de ter possibilitado o advento do individualismo, o sistema capitalista representou também a repressão de sua subjetividade.⁴¹³

Esses elementos articularam-se na criação de uma perspectiva irracionalista, que em seu ideal de recuperação emotiva do passado feudal se voltava contra a filosofia idealista, dialética e histórica do progresso, reagindo às transformações do período pós-revolucionário e aos ideais burgueses. Em condições de progresso social e científico, o romantismo em sua linhagem mais irracionalista traduziu os avanços da época como um

⁴¹³ LÖWY, Michel; SAYRE, Robert, op. cit. nota 11, p. 40.

movimento regressivo, de perda das forças vitais, dos vínculos emocionais com a coletividade, da capacidade de ação e de transformação profunda. Como demonstrou Lukács,⁴¹⁴ enquanto a dialética hegeliana buscava resolver as demandas intelectuais impostas pelos avanços científicos, pelos novos saberes sobre a natureza e pelas transformações da sociedade relacionadas às revoluções políticas e sociais do final do século XVIII, eliminando os obstáculos impostos pela metafísica e construindo um esquema teórico-conceitual essencialmente progressivo e capaz de promover o avanço do conhecimento, o irracionalismo romântico interpretou estas novas questões sob o signo do retrocesso, como a alienação de valores espirituais superiores. Os novos questionamentos científicos, sociais e políticos que surgiam naquele período de crise foram considerados por esta vertente como problemas insolúveis, uma vez que a própria razão seria incapaz de abarcar a realidade: seus conceitos, métodos e teorias não eram tidos como aptos a promover o desvendamento do mundo, e isto se condensava em uma descrença no próprio pensamento. A renúncia à racionalidade acabou sendo adotada, por esta corrente anticientífica, como a origem de uma forma superior de conhecimento, fundamentada pela crença e pelas tradições, pela intuição como único método filosófico verdadeiro, pelo misticismo e pela reafirmação dos vínculos orgânicos entre os seres e as entidades coletivas. A principal característica deste irracionalismo romântico era sua pretensão de anular a dialética e evitar argumentos positivos, em nome da revelação de uma realidade mais verdadeira porque inacessível ao pensamento. O elogio dos tempos imemoriais, do passado pré-revolucionário, da Idade Média, mostrou-se um elemento fundamental deste processo de irracionalização da história, em que a ênfase na subjetividade do indivíduo combinou-se com a crença na submissão da humanidade ao

⁴¹⁴ LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Tradução Wenceslao Roces. 2. ed. Barcelona: Grijalbo, 1978.

destino regido por inabaláveis energias ocultas que se moviam além da capacidade de apreensão racional, e que poderiam conduzir a processos violentos e bruscos de ruptura no sentido da supressão da civilização burguesa.⁴¹⁵

A visão romântica buscou assim o retorno ao mundo pré-capitalista, onde acreditou encontrar os valores da vinculação do indivíduo com a humanidade e o mundo natural, assumindo uma crítica ao modelo capitalista de exploração da natureza como conjunto de recursos econômicos, em favor de um desejo de harmonização e inserção do homem dentro dela. O camponês, puro, ingênuo e poeta, viveria em relação imediata com o mundo natural, seus mitos e lendas seriam a expressão sensualista de uma humanidade não separada ainda dele.⁴¹⁶ A natureza foi um dos pólos mais importantes em torno dos quais a imaginação romântica elaborou seus valores e temas. Dessacralizada e desvinculada do plano do divino, ela se tornou interlocutora do homem e geradora de força vital, espaço de expressão da subjetividade humana e estímulo à reflexão – o homem em processo de criar-se a si mesmo. Em seu intercâmbio com o mundo exterior, a mente humana desenvolvia sua capacidade de observação da natureza, que era transformada na obra de arte por meio da fantasia e da imaginação. No romantismo, mente e natureza eram dois pólos da expressão do sujeito.

No Brasil, a presença da natureza na literatura romântica tendeu a enfatizar o êxtase frente à grandiosidade do cenário natural, perdendo seu valor reflexivo e crítico – esta literatura recebeu prontamente apoio oficial, como forma de atualização do país em relação à cultura européia. A natureza tornava-se objeto de louvor ou cenário para a lamentação nostálgica – a tristeza e a saudade constituíam-se em motivos maiores de

⁴¹⁵ HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich*. Tradução Cláudio Frederico da S. Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993.

⁴¹⁶ MILLET, Claude. *Le légendaire au XIX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

uma literatura em que o tema do exílio era recorrente, o que refletia o necessário distanciamento do artista em relação à sociedade da qual fazia parte. A observação da natureza não estimulava a reflexão transformadora e a imaginação criativa, como no romantismo europeu, mas a nostalgia e o encantamento frente à exuberância natural, enquanto a fragilidade do meio social e a precariedade da cultura e das instituições conduziam ao desprezo pela realidade concreta e presente incorporada no discurso lamurioso do poeta. A fuga para a natureza tornou-se, assim, alternativa à ausência ou à fragilidade do meio social.⁴¹⁷

Este capítulo está, portanto, voltado para uma representação da natureza bastante distinta daquela que foi descrita no capítulo anterior. Não mais se trata de narrar a vida junto ao ambiente natural sob o ponto de vista das agruras do trabalho, das severas condições de sobrevivência, da busca de recursos e da exploração das fontes de vida. O processo de conquista do território à atividade humana, exemplarmente descrito pelas narrativas da prática da derrubada e da queimada da mata havia sido, na visão de muitos autores, a marca do estabelecimento de uma sociedade rural, que concentrou a atividade produtiva e a maior parte da população brasileira em torno da agricultura, da pecuária e da extração de recursos naturais: no início da década de 1920, cerca de três quartos da população brasileira estava ocupada no setor primário.⁴¹⁸ As narrativas reunidas no capítulo anterior adotavam a perspectiva da luta pela sobrevivência como descrição programaticamente realista e objetiva da vida junto ao meio natural, produzindo assim relatos dramáticos, violentos e muitas vezes trágicos de uma oposição fundamental entre o esforço de ocupação do território pelo homem e a força de resistência da natureza, não

⁴¹⁷ LIMA, Luís Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴¹⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 22.

tanto um conjunto de recursos, mas um conjunto de *restrições*, seja por excesso, seja por carência. A fundação da literatura regional do período adquiriu contudo outros sentidos à medida que o olhar mostrou-se também subjetivo, a escrita, memorialística e a representação literária da paisagem, sentimental e sensorial. A visão romântica modelou, como demonstra o texto de Hugo de Carvalho Ramos – que, por sinal, manteve sempre presente em seus escritos a linguagem darwinista – uma escrita passadista, em que o sujeito, não mais narrador objetivo e didático, buscava um sertão construído em sua memória, constituinte de sua sensibilidade e de um sentimento brasileiro de amor à terra natal, ou ainda, de percepções particulares a respeito do sentido do tempo, da história e da *formação*. Para o escritor urbanizado e de origem predominantemente rural, a melancolia e a saudade românticas tornavam-se categorias centrais neste retorno literário e simbólico à paisagem da infância. É exemplar que Machado de Assis, autor urbano e sempre muito crítico quanto à associação imediata da autenticidade nacional à paisagem, tenha evocado entusiasticamente o fundo poético, misterioso e romântico do sertão, evocado pelas informações desconstruídas e aventureiras dos eventos de Canudos, em julho de 1894: *Para nós, artistas, é a renascença, é um raio de sol que, através da chuva miúda e aborrecida, vem dourar-nos a janela e a alma. É a poesia que nos levanta do meio da prosa chilra e dura deste fim de século.*⁴¹⁹ Enquanto o capítulo anterior concentrou-se na observação naturalista da contemporaneidade, e na definição da continuidade dos processos históricos de ocupação do território e de conquista da natureza, este enfoca com frequência visões retrospectivas. A atmosfera espiritual finissecular, que até certo ponto promoveu uma retomada do imaginário romântico em sua abordagem subjetiva, seus contornos

⁴¹⁹ ASSIS, Machado de. A Semana. 22 de julho de 1894. In: _____. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: WM Jackson, 1955. V. 27, v. 2 (1894-1895), p. 143-147. Citação: p. 144.

místicos e irracionalistas, deu outros sentidos a esta representação da paisagem rural brasileira, percebida de acordo com uma “consciente obsessão” pela decadência. Neste registro específico, o escritor sertanista pode ser definido como um romântico, exilado voluntário de sua pequena pátria rural.

*O bem ou mal de Catulo foi o seu afastamento do sertão natal.
Distante, sob a experiência de outros costumes, deixou de ser ator
no cenário nativo, para ser espectador alongado e mais sensível dele.*

Mário de Alencar, *A poesia de Catulo*, 1919

No Brasil, a historiografia literária tradicional tem resumido a influência do realismo-naturalismo de acordo com duas vertentes: a social, urbana e quotidiana, que abarca tanto a literatura realista e crescentemente impressionista de Machado de Assis quanto o naturalismo programático de Aluísio de Azevedo, consagrado como introdutor da corrente no país; e a regionalista, local, rural e vinculada à tradição.⁴²⁰ Não é possível falar de um esgotamento do naturalismo na literatura brasileira pós-1890, mesmo levando-se em conta a significativa emergência a partir de então de duas tendências literárias *poetizantes e transfiguradoras*: o simbolismo na poesia – em seu idealismo cultor do mistério, do oculto e da intuição – e o impressionismo na prosa – em sua exploração da emotividade, dos estados de espírito e das sensações subjetivas. Deve-se, sim, pensar na expansão da perspectiva realista-naturalista estrita, mesmo porque o naturalismo foi decididamente incorporado pela literatura regional em suas concepções

⁴²⁰ COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

da relação entre homem e natureza no Brasil e em sua pretensão de denúncia das agruras da vida no sertão brasileiro.

A dualidade rural-urbano é realmente constitutiva da vida literária da época, à medida que a temática da vida no campo, antes difusa, concentrou-se de modo a constituir um gênero definido, dotado de um conteúdo programático relativamente bem estabelecido, e de uma acentuada auto-consciência em termos de sua relevância cultural. O florescimento da literatura regionalista, na última década do século XIX, demonstra o impacto da modernização e da urbanização sobre a representação dos espaços rurais, à medida que o país realmente passava por um período de inovações técnicas e transformações sociais inéditas, ainda que incipientes, que tinham como corolário o inevitável o esmagamento das sociedades tradicionais pelo mundo civilizado em sua marcha vista como crescente e irrefreável. Se por um lado a literatura regional incorporou os procedimentos do naturalismo em seus tons darwinistas, por outro lado mostrou-se espaço privilegiado para a ressurgência da imaginação romântica, especialmente se entendemos o romantismo como uma atitude global de crítica à modernidade e da civilização, a partir da referência ao passado pré-moderno.⁴²¹ Frente aos efeitos catastróficos do progresso sobre a tradição, o mundo rural foi muitas vezes visto como substrato de autenticidade que salvaguardaria a cultura nacional dos efeitos da modernidade, que se estabeleceu justamente a partir da negação da tradição e do enraizamento geográfico.

O impulso regionalista estava já presente no romantismo brasileiro, em sua prática de fixação de tipos humanos e realidades específicas, que organizavam a narrativa em torno da representação do ambiente, então marcada pela ambigüidade entre o registro

⁴²¹ LÖWY, Michel; SAYRE, Robert, op. cit. nota 11.

verista e a fantasia, como acentuou Antonio Candido⁴²². A emergência do realismo literário acentuou a tendência à objetividade na abordagem das realidades locais e ao caráter documental da narrativa, dentro da ênfase na observação do real já consagrada pelo romantismo. Na ótica naturalista-realista, esse procedimento obedecia a uma inspiração determinista que vinculava o comportamento do homem às condições do seu meio, o que representava um aprofundamento da descrição dos espaços rurais e de seus modos de vida. Antonio Candido viu contudo no regionalismo realista um desenvolvimento bem diverso em seu espírito e suas conseqüências em relação ao regionalismo romântico. Segundo ele, enquanto no romantismo as personagens adquiriam vida própria, autônomas em relação às particularidades ambientais e culturais de sua região, no regionalismo naturalista a humanidade da narrativa seria abafada pelo típico, que convertia o homem em elemento da paisagem, ambos exóticos. Portanto, o regionalista compreenderia o indivíduo como sùmula do ambiente que o criou e que ele encarnava, de forma que as personagens seriam definidas pelo pitoresco, e não por sua individualidade. Tal processo geralmente envolveu a tentativa de retratar um universo cultural que parecia despertar atenção à medida de seu contraste com outras formas de vida, em relação às quais se definiam sua autenticidade, primitividade e interesse. A exterioridade seria sobreposta à interioridade, em busca do exótico. Lembremos que, como define Todorov, o exotismo reflete uma preferência genérica pelo outro, que se trata menos de sua valorização que de uma crítica ao eu, menos um real conhecimento que um ideal. Assim, os principais objetos de culto exótico são as culturas mais

⁴²² CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. V. 2.

ignoradas e distantes, geralmente definidas por seu primitivismo cultural, ou seja, sua diferença em relação a um padrão urbano, cosmopolita e civilizado.⁴²³

Angel Rama, por sua vez, observou como o espírito urbano da cultura latino-americana manifestou-se na representação da natureza, lida de acordo com uma simbologia que refletia questões propriamente urbanas.⁴²⁴ Nesta perspectiva, a leitura de obras regionalistas deve levar em conta sua associação com o processo de urbanização, em sua recuperação simbólica de um mundo em desagregação frente às transformações da vida moderna. É a partir do processo de modernização, de seus valores e ritmos particulares, e de sua percepção do tempo e do espaço, que esta literatura deve ser compreendida, em sua pretensão de registro de culturas obsoletas e condenadas ao desaparecimento, e na criação de um sentimento de autenticidade que as transformava em acervos privilegiados para a observação etnográfica. O regionalismo contribuiu ao mesmo tempo para a permanência de uma visão da realidade brasileira a partir do exterior – a observação aristocrática do homem superior, o homem de letras – , desta vez voltada não para a representação da diferença do país em relação à Europa, mas para as suas próprias diferenças internas. O privilégio concedido à observação, em detrimento da abstração e da invenção, manteve-se, portanto, uma constante na literatura brasileira, do romantismo ao realismo, o que explicaria a transição sem muitos conflitos entre as duas escolas literárias. Aquela última apenas converteu a prática da observação em um procedimento de natureza científica. Impondo-se à reflexão, na ausência de estímulo e de público para a especulação filosófica, o romantismo brasileiro estava já a um passo do realismo, que se encarregou de tornar a prática observadora

⁴²³ CANDIDO, Antonio, op. cit. nota 21, v. 1, p. 213. TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: la réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Seuil, 1989.

⁴²⁴ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

mais sistemática e mais programática, sob a ascendência do método científico. O padrão testemunhal, que afirmava a fundamentação do literário na paisagem e no pitoresco local, acabava por conferir à ficção um papel secundário.⁴²⁵

Como observou Coutinho,⁴²⁶ o regionalismo não se esgotava na problemática do espaço e da localização, pois investia na busca da substância do local, que se estendia da natureza aos homens, aos modos de vida e aos dramas nele vivenciados – muitos deles dramas da luta pela sobrevivência e do conflito entre os seres vivos, é certo, mas também os dramas da identidade, da formação do indivíduo e de sua inserção na coletividade. O determinismo geográfico contribuiu para a fixação desta relação de correspondência entre o homem e a terra, mas não se pode negar a interferência da dimensão romântica na literatura regional, através da representação da beleza das paisagens, da idealização do vínculo entre o homem e a terra e, não raro, de numa estética do sublime e do arrebatamento frente à grandiosidade da natureza tropical. O retorno sentimental ao passado do sujeito, consentâneo com a memória coletiva, demonstra como o regionalismo pôde ser concomitantemente uma literatura subjetivista, por encontrar no passado – o rural é idealmente longínquo tanto no tempo quanto no espaço – uma esfera de liberdade em relação à fria e desenraizada vida urbana e burguesa. No culto romântico da tradição e do popular, na poetização do ambiente, no entusiasmo nacionalista pela reconstrução da realidade verdadeiramente brasileira a partir dos mosaicos da vida local, o programa regionalista buscou acessar a formação da sensibilidade e da afetividade brasileiras, essências em vias de extinção face ao ritmo galopante da vida moderna.

⁴²⁵ MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção* (de 1870 a 1920). 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. LIMA, Luís Costa, op. cit. nota 16. LIMA, Luís Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

⁴²⁶ COUTINHO, Afrânio, op. cit. nota 19.

O romantismo assumiu desta forma uma ânsia de recuperação nostálgica do passado onde os valores humanos que faltavam ao mundo presente estariam depositados. O recurso da renúncia – mesmo que apenas simbólica – à vida urbana em favor da vida no campo respondia aos mesmos estímulos que levaram à busca dos países considerados *exóticos*: ambos eram vistos como lugares onde o passado primitivo tinha de alguma forma sido conservado. Surgiu daí uma visão pastoral, idealizadora e utópica da vida no campo, em sua valorização das metáforas da pureza dos costumes, da inocência, da tranquilidade, da simplicidade e da sabedoria, somados a uma observação pictórica da beleza das paisagens.⁴²⁷ Essa concepção está ligada à idéia do retorno a um lugar onde ainda não se tivessem esgotado as fontes de criação e sensibilidade, ao contrário do mundo modernizado, visto como um mundo exaurido, especialmente à medida que se aprofundava a idéia de ruptura entre a cidade e o campo. Como observou Thomas,⁴²⁸ esse culto do mundo rural adquiria em muitos aspectos um sentido *mistificador e escapista*, à medida que produzia a representação de uma sociedade desprovida de tensões, muito distinta da bastante árdua realidade cotidiana do campo.

A imagem do exílio combinava-se perfeitamente com a perspectiva exótica, senão etnográfica, que foi mais uma vez mobilizada para a representação dos espaços onde a natureza era um elemento dominante, e que eram observados sempre *a partir do exterior*. Victor Segalen tem novamente muito a dizer a respeito desta atração pelo distante. Para o exota, o jogo da diversidade não tinha fim, justamente porque era mutável: em sua terra, ele sentiria o desejo de outros lugares; em outros lugares, ele

⁴²⁷ PONTON, Rémy. Les images de la paysannerie dans le roman rural à la fin du 19^e siècle. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 17-18, p. 62-71, 1977.

⁴²⁸ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1900. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das letras, 1988. p. 300.

seria comovido pela sua terra natal, pela sua disparidade relativa ao espaço que o circundava. O exotismo poderia, portanto, tornar-se consentâneo com a memória, deslocando-se entre o espaço e o tempo: *Bom exemplo disto é Jules Boissière, que, como provençal e felibre*⁴²⁹, *escreveu seus melhores versos felibrianos em Hanói. Moribundo, Gauguin pintava aquele campanário bretão rosa pálido debaixo das neves. Boissière deixou madurar nos trópicos o belo fruto provençal.*⁴³⁰ O mundo rural era representado como um universo exótico, pois a ênfase era colocada em sua *alteridade*: suas paisagens características, seus hábitos e costumes, suas crenças, superstições e religiosidade peculiares, sua narrativa, sua fala e seu léxico, não raramente *traduzido* pelo escritor regionalista em um glossário ao final do volume, nem tanto para facilitar a leitura como para ampliar os conhecimentos do *leitor interessado* nas *autênticas* questões nacionais. Como exemplarmente na fala sobre Gauguin e Boissière, retorno à origem e exílio tornavam-se duas faces de uma mesma demanda de alheamento da realidade. Para o leitor de romances regionalistas, esta literatura poderia promover realmente uma espécie de reconhecimento da memória de sua origem rural, mas o mais importante é que o modelo criado promovia uma forma particular de representação do campo segundo os cânones literários da época, fossem eles românticos, realistas, naturalistas, simbolistas ou parnasianos, ou qualquer combinação particular entre esses estilos. Através da literatura o mundo rural tornava-se uma realidade memorável, sensível e visível ao sujeito letrado.

⁴²⁹ O modelo felibreano foi criado na França a partir de 1854, quando um grupo de jovens escritores provincianos associou-se em torno do estabelecimento da literatura em *langue d'oc*, conjunto de falas dialetais do sul do país, que eles buscavam organizar de forma a reconstruir uma pretensa pureza original que teria sido perdida na linguagem falada, *contaminada* pela língua francesa e por neologismos. THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France: le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991. p. 23.

⁴³⁰ SEGALÉN, Victor. *Ensayo sobre el exotismo: una estética de lo diverso (y textos sobre Gauguin e Oceanía)*. Tradução Jorge Ferreiro. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 44-45.

No Brasil, a marca da transição do romantismo para o realismo foi sobretudo a ampliação da veia descritiva já bem estabelecida e a recusa do sentimentalismo.⁴³¹ O pendor nativista da literatura brasileira, expresso na tematização das realidades locais, através da qual seriam fixados e documentados tipos humanos e paisagens particulares, era doravante empregado na perspectiva do regional, ou seja, a escrita literária passou a ser guiada pelo ambiente que se representava, organizado de modo a se poder reconhecer nele o *típico*. Isto implicava na escolha e na valorização de traços da vida local que passavam a ser tomados como representativos de sua originalidade ou simbólicos para a construção de sua imagem. Um dos elementos do regionalismo romântico que permaneceram em sua fase realista foi exatamente a representação literária das paisagens, ainda que a natureza passasse a ser concebida também como o conjunto das determinações exteriores que agiriam sobre a esfera do homem e da sociedade. Isso é coerente com o que Afrânio Coutinho definiu como o cerne da visão regionalista: a busca da real substância de uma dada realidade, definida como o produto de um determinado *fundo natural*, ou seja, os aspectos do mundo físico que condicionavam a existência humana naquela região. Some-se a isto a descrição dos modos de vida particulares formados naquele ambiente e que o fariam distinto dos demais.⁴³²

Nesse contexto, o modelo naturalista ajudou a conformar a incorporação à literatura dos modos de vida daqueles homens que viviam em estreito contato com a natureza. Tratava-se a partir daí de reconstituir literariamente o mundo rural, levando-se em conta seu inevitável e próximo desaparecimento face ao avanço da modernização,

⁴³¹ MIGUEL-PEREIRA, op. cit. nota 24.

⁴³² COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1971. V. 3, p. 220.

que excluiria as realidades retrógradas.⁴³³ Como observou Dias,⁴³⁴ o traço realista do regionalismo pós-romântico, que produziu uma visão tantas vezes negativa da vida no meio rural, conviveu com a tendência a mitificar o sertanejo e sua terra, concretizada na busca do registro, reconstituição e valorização do folclore regional, no sentido de incorporar à cultura literária a narrativa oral⁴³⁵. Daí a prática sistemática da pesquisa, da observação dos usos e costumes locais e da busca da reprodução da linguagem oral na literatura, o que gerou não pouca polêmica a respeito da aceitabilidade dos dialetos locais e da língua falada na escrita, dada a ligação indissolúvel do capital literário nacional com a língua, tomada como símbolo de identidade⁴³⁶. Esses dados de objetividade não afastaram da literatura regional brasileira um sentimento romântico de lamentação do passado perdido, no qual a coletividade enraizava-se na terra natal e no qual o homem encontrava-se em liberdade no interior da natureza, universo de sensações e paisagem onde se criou sua percepção e sua afetividade – vagas ausentes que o escritor sertanejo escutava ainda que junto ao mar.

⁴³³ RAMA, Angel, op. cit. nota 23.

⁴³⁴ DIAS, Carmen Lydia de Souza. *Paixão de raiz: Valdomiro Silveira e o regionalismo*. São Paulo: Ática, 1984.

⁴³⁵ A forma literária consagrada e característica da estética regionalista da época foi o conto, apesar do surgimento de alguns romances de importância notável. Isto está inegavelmente ligado ao projeto de reprodução do universo sertanejo a partir de histórias que reportavam sua vivência, seus hábitos particulares e sua relação com o meio físico – daí a importância excepcional da dimensão descritiva, que recriava esse universo natural do qual o homem participava intensamente. Na visão de alguns críticos, este fato está ligado à essência mesma do projeto regionalista, em sua dimensão documental conferida pelo modelo realista-naturalista. A narrativa curta teria maior habilidade em reportar os aspectos particulares do meio local, no que teriam eles de pitoresco ou exótico, ao mesmo tempo em que parecia atender à intenção de reproduzir a narrativa oral. ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. 2. ed revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

⁴³⁶ CASANOVA, Pascale. *La république mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999. p. 55-57. Monteiro Lobato, por exemplo, considerava a fala caipira *uma corrupção do dialeto brasileiro (...) pela boca mole do caboclo*. Por isso, condenava a reprodução desta fala na poesia de Catulo da Paixão Cearense, que segundo ele *fez assim um livro que não se dirige a nós brasileiros que lemos e sentimos, mas apenas ao resíduo racial que vegeta nos sertões e que não o lerá nunca, porque é analfabeto*. LOBATO, Monteiro. Bibliografia. Meu sertão. Catullo da Paixão Cearense. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. 4. p. 638-639, 1918. A busca de uma representação fiel da fala sertaneja foi intentada contudo por diversos autores regionalistas, entre eles Coelho Neto e Valdomiro Silveira, que chegou a escrever um livro inteiramente no *dialeto caipira*, *Leréias – histórias contadas por eles mesmos*, publicado postumamente em 1945. SILVEIRA, Valdomiro. *Lereias: historias contadas por elles mesmos*. São Paulo, Martins, 1945.

A busca da origem, experiência caracteristicamente moderna, descreve este movimento de retorno às fontes da subjetividade, traduzindo-se, na literatura brasileira, pela valorização de um lugar, o *sertão*. Como definiu Foucault,⁴³⁷ no século XIX o homem buscou no domínio do originário as fontes de sua identidade, tudo aquilo que fazia parte de um tempo diverso, que nunca estava ausente de sua vida, mas que também não era acessado de imediato. A origem não apontava para uma identidade ainda não atingida pelo outro, pois o ligava àquilo que ele *não* era, àquilo que era anterior a ele e que fugia a seu âmbito. O originário não buscava o início, mas ligava o homem ao que se dava em outro tempo, ao que não era contemporâneo, sinalizando constante e continuamente que o início das coisas era anterior a ele. No constante questionamento de tudo o que se formou no tempo, a origem era sempre algo a se pensar novamente, sempre prestes a retornar, a repetir-se. Estabeleceu-se desta forma um contínuo movimento de aproximação e de afastamento em relação ao domínio do originário, em busca da articulação da experiência do homem com o significado do tempo da natureza e das coisas, com a história e as culturas.

Na literatura brasileira a partir do final do século XIX, a busca do passado individual confundia-se com o processo de fabulação de uma realidade tida como originária para a nacionalidade, e que era ao mesmo tempo percebida como uma alteridade radical, o *sertão*, observado pela literatura como constitutivo da experiência individual e coletiva, ainda que estranho aos modos de vida civilizados e urbanizados que definiam o lugar de onde se escrevia. O termo *sertão*⁴³⁸ adquiriu aí notável

⁴³⁷ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 453-463.

⁴³⁸ A origem etimológica da palavra *sertão* é controversa. Para alguns, seria derivada de *desertão*, a partir de latim *desertu* ou *desertanu*. Outros a tomam como uma corruptela de *mulcetão*, daí *celtão* ou *certão*, vocábulo de língua africana para referir um lugar distante do litoral. GALETTI, Lyliia da Silva Guedes.

generalidade, mobilizando um conjunto amplo de significados e adquirindo um forte valor emocional, pois ligado a este eterno retorno da origem na busca da identidade nacional. O uso literário do termo fixou uma acepção bastante ampliada, denotando todo o interior do Brasil, o mundo rural em oposição ao urbano, por definição afastado da *civilização*, ainda que geograficamente pudesse estar muito próximo a ela. A ampliação do significado da palavra *sertão* chegou a seu extremo, certamente, na fala do médico e romancista Afrânio Peixoto, para o qual “*o nosso sertão*” *começa para os lados da Avenida*, em referência à Avenida Central, marco das reformas urbanas no Rio de Janeiro, fronteira imaginária entre o Brasil *civilizado* e o atraso das periferias urbanas, do meio rural, das regiões ainda selvagens⁴³⁹. Hugo de Carvalho Ramos definiu com maior precisão o uso que o termo vinha adquirindo entre a intelectualidade brasileira e as classes urbanas, ao contrário da acepção que adquiria no Brasil central, de região deserta de natureza agreste⁴⁴⁰:

Ignoram comumente habitantes de cidades do litoral e chamados eruditos de gabinete, o que seja, na realidade, o nosso tipo do “sertanejo”. – Sertão para muitos abrange todos esses vastos latifúndios onde não chegou ainda o silvo da locomotiva, e que se presume totalmente desertos, quando não abalados pelo uivo noturno das canguços e suçuaranas à beira dos bebedouros, ou o chocalhar das cascavéis e sucuris, à espreita da presa fácil nos paludes e remansos dos grandes rios misteriosos.

Alguns mesmo, incluem na denominação vilarejos e cidades que nos assinala o mapa por aqui e além semeadas nessas solidões se não são

Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 3.

⁴³⁹ Citado por: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional.* Rio de Janeiro: Revan; Iuperj/Ucam, 1999. p. 60.

⁴⁴⁰ Na literatura de Taunay, similarmente, *sertão* ou *sertão bruto* designavam uma região remota e desabitada nos confins do Brasil central, descrita por ele em sua novela *Inocência*:

*Ali começa o sertão chamado **bruto**.*

Pousos sucedem a pousos, e nenhum teto habitado ou ruínas, nenhuma palhoça ou tapera dá abrigo ao caminhante contra a frialdade das noites, contra o temporal que ameaça, ou a chuva que está caindo. Por toda a parte, a calma da campina não arroteada; por toda parte, a vegetação virgem, como quando aí surgiu pela vez primeira.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *Inocência*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [197-]. 1. ed. 1872. p. 11-12.

*também metidas em conta duas ou três capitais de Estado, Goiás, Cuiabá, Teresina, todas de mui problemática existência no concerto da União.*⁴⁴¹

No entanto, o próprio escritor empregou inúmeras vezes o termo na acepção mais geral em sua obra literária. Isto indica a mobilização naquele momento histórico específico da oposição simbólica entre campo e cidade, formas das mais significativas de consciência social, que como observa Williams são capazes de representar com intensidade atitudes e referências emocionais.⁴⁴² O autor lembra que embora elas possam ser compreendidas como formas de identificar e isolar aspectos mais amplos da vida social, essas noções não devem ser despidas de seus significados sociais específicos. Pelo contrário, é necessário de buscar identificar a que *outras* idéias as noções algo vagas de *campo* e *cidade* estavam num determinado momento associadas, por serem capazes de conferir consistência material aos pensamentos, e dar corpo à experiência.

No caso da literatura brasileira do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a idéia do mundo rural encontrava-se assimilada a duas visões díspares da relação do homem com o meio. A primeira delas foi intensamente explorada pela obra de diversos autores que se voltaram para a descrição dos hábitos e modos de vida sertanejos: a imagem da existência humana no sertão como um conflito renitente com uma natureza hostil, uma luta pela sobrevivência em face ao meio atemorizante, que impunha uma série de obstáculos e ameaças a serem enfrentados, e frente ao qual o homem agia também violentamente. A segunda estava ligada ao culto romântico do passado rural, que conduzia à representação literária da paisagem sertaneja como cenário familiar pertinente à memória individual e coletiva, elemento formador da

⁴⁴¹ RAMOS, Hugo de Carvalho. O interior goiano (1918). In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 131-137. citação p. 131.

⁴⁴² WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. na história e na literatura. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

sensibilidade poética e recurso metafórico participante da construção das categorias de tempo, de transformação e de constituição da identidade.

Deste ponto de vista, Alberto Rangel foi um dos autores que melhor resumiram o sentido que a mobilização do termo *sertão* vinha adquirindo entre a intelectualidade brasileira no período em questão. Segundo ele, o sertão exercia uma função moral da maior importância dentro do território, por possibilitar o isolamento do país em relação ao litoral, sujeito a oscilações constantes e à influência deletéria dos modismos e dos vícios trazidos ao país pelo comércio e pelas correntes estrangeiras de pensamento. O sertão era, assim, capaz de manter vivos os elementos étnicos mais característicos da nacionalidade, nele conservados durante um longo processo em que o homem sertanejo adaptou-se com perfeição a um ambiente de condições rígidas e pouco generosas, que o modelaram à terra, formando traços étnicos caracteristicamente nacionais. Alberto Rangel faz uso, neste ponto, da teoria de Euclides da Cunha de que os sertões nordestinos teriam já constituído, graças ao seu isolamento e autonomia, uma sub-etnia nacional, expandindo as idéias desenvolvidas n’*Os sertões* para a totalidade do interior brasileiro.

*A alta função moral do sertão é a de ser um isolador às trepidações da faixa, que se achando mais próxima ao espumejo do oceano, por isto é mais sujeita aos espasmos e vícios transmitidos nas trocas do comércio e pensamentos internacionais. O seu papel preeminente é o de conservador de nossos traços étnicos mais fundos, como povo vencedor de uma adaptação estupenda. Se os sertões não fossem algo de estorvo passivo às fáceis desnaturalizações da beira-mar, seríamos uns descaracterizados; na salsugem do contacto marinho dar-nos-ia um uniforme total a civilização dos paquetes e couraçados.*⁴⁴³

⁴⁴³ RANGEL, Alberto. Os sertões brasileiros: conferencia realizada a 17 de junho de 1913 na Bibliotheca Nacional. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35. p. 108-118, 1916. Citação: p. 115.

Era, portanto, graças à ação de resistência do sertão que o país guardava ainda caracteres próprios e não se confundia com o ambiente cosmopolita e descaracterizado do litoral. No sertão brasileiro estariam concentradas, portanto, as energias vitais da nação brasileira que, na concepção do autor, nada teria a ganhar com a absorção dos modos de vida estrangeiros. O conhecimento do universo sertanejo tornava-se condição básica para a afirmação da nacionalidade, uma vez que o sertão consistia *no problema nacional por excelência*. Este discurso foi assumido amplamente pela intelectualidade brasileira.

A obra de Monteiro Lobato exemplifica a convivência entre esta perspectiva romântica de retorno ao sertão como acesso às fontes naturais da nacionalidade e o olhar pessimista em direção à vida rural, mais especificamente quando o assunto em questão era o homem que o habitava e suas relações destrutivas com relação à natureza – postura esta marcada em sua obra pela criação da figura do Jeca Tatu. Por outro lado, no artigo *Estética oficial* o escritor observou a importância da obra de Euclides da Cunha, que teria aberto aos brasileiros *as portas interiores do país*, demonstrando o quanto havia de beleza, força e heroísmo nos sertões brasileiros. Para Lobato, o verdadeiro Brasil estava no interior, no trabalho árduo dos sertanejos, nas fazendas onde *uma metalúrgica semi-bárbara revive um passado morto*, nas regiões onde o homem lutava contra a seca, nas casas de sapé e barro – aquelas mesmas que o autor tanto ironizara ao pintar o retrato do Jeca Tatu: *sua casa de sapé e lama faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-Barro*.⁴⁴⁴ Para encontrar a verdadeira alma brasileira bastava direcionar o olhar para o sertão onde *há a natureza estupenda e, formigando dentro dela, um homem seu filho, expoente da sua vis, rude, bárbaro, inculto, heróico*

⁴⁴⁴ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 8, p. 148.

sem o saber, imensamente pitoresco e – suprema recomendação! – sem um escrúpulo de francesismo a lhe aleijar a alma. A imagem do sertanejo contribuía, neste momento, para a definição do escritor face aos seus próprios pares: dirigir-se à grandiosa natureza do sertão e ao homem que naquele momento era visto como parte dela significava negar o padrão cultural em vigor entre a intelectualidade do país, estabelecendo um novo padrão, a busca de uma verdade nacional pronta a ser adotada pela produção cultural – não apenas pela literatura, como também pelas artes visuais – e que deveria concentrar-se na natureza brasileira e no homem que era a sua imagem.⁴⁴⁵ Portanto, ainda que grande parte da literatura de Monteiro Lobato antes desautorizasse qualquer idealização da vida rural, ele foi naquele momento enfático na defesa da imagem programática e inabalável do campo como âmago da nacionalidade e do seu habitante como o brasileiro legítimo, forte e heróico, parte da natureza, e não seu oponente.

Ao observar esta supervalorização da vida no campo, alguns observadores e críticos da época, como Andrade Muricy em seu *A literatura nacionalista*, buscaram contemporizar, lembrando que o Brasil não era apenas o mundo rural, apesar de reconhecerem os méritos do programa regionalista:

*A preocupação nacionalista não pode residir exclusivamente na escolha de tipos de locais sertanejos. A obra do nosso grande contista, Machado de Assis, é tão brasileira como, por exemplo, a “Inocência” e a “Canaã” dos nossos magnos paisagistas, Taunay e Graça Aranha. O regionalismo, porém, traz o grande bem de emprestar interesse ao que nos rodeia, com a descrição vivaz das paisagens e dos costumes. Fixando o lado pitoresco da nossa arte, isso pode até mesmo constituir um incentivo para o estudo e aplicação desse conhecimento todo subjetivo, e dar azo a que se faça a psicologia do brasileiro, ainda quase toda a fazer.*⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ LOBATO, Monteiro. Idéias de Jeca Tatu. In: _____. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. V. 4. p. 49-50. 1. ed. 1919.

⁴⁴⁶ MURICY, Andrade. *Literatura nacionalista: ensaio*. Rio de Janeiro: Educador Contemporâneo, 1916. p. 24.

À medida que a demanda de descoberta dos sertões e sua incorporação à cultura brasileira se fortaleciam, a tendência regionalista da literatura brasileira foi identificada como essencialmente nacionalista: como o verdadeiro Brasil era o do sertão, a literatura verdadeiramente brasileira seria a sertanista. É certo que, como observou Thiesse,⁴⁴⁷ regionalismo e nacionalismo não podem ser confundidos, nem tampouco simplesmente opostos, uma vez que em circunstâncias históricas particulares incorporam demandas políticas e culturais convergentes ou divergentes, sem perder sua especificidade ideológica. No Brasil do período em questão, a representação da vida sertaneja procurou impor-se entre a intelectualidade brasileira como a expressão do *nacional por excelência*. Isso não significava negar o Brasil urbano e moderno e a literatura voltada para ele, e sim advogar uma precedência fundada na autenticidade do sertão e seu caráter *exclusivamente* brasileiro, ou seja, livre da contaminação da modernidade e da influência estrangeira. Regionalismo e sertanismo tornaram-se, naquele momento específico, avatares da literatura nacionalista. A obra de Machado de Assis foi muitas vezes citada como antípoda dessa tendência: não que ele e sua literatura deixassem de ser brasileiros, apenas eram menos *caracteristicamente* brasileiros, se encarados da perspectiva daquela imensa busca de tudo o que, metaforicamente, brotava da natureza e estava ainda vinculado a ela. O determinismo materialista, assim como o modelo realista-naturalista que fundamentava esta literatura, participavam da concepção desse vínculo afetivo e até mesmo carnal com a terra, fator doravante primordial para que fosse definida a ligação entre o indivíduo e a coletividade.

A referência à natureza e ao mundo rural como marcas da origem tornava-se fator de coesão num universo que a modernidade tornava cada vez mais diversificado, e no

⁴⁴⁷ THIESSE, Anne-Marie, op. cit. nota 28.

qual as diferenças se aprofundavam. Num discurso nacionalista estabelecido a partir da síntese não-conflituosa das diversidades, a diferença era enunciada de forma a extrair-se dela seu valor opositivo. Por isso o sertão, tão vário em sua múltipla *cor local*, era uno: o “seu sertão” é o “meu”, é o “nosso sertão”, definiu Afrânio Peixoto.⁴⁴⁸ As diferenças assim neutralizadas eram então reenviadas para o campo das particularidades locais e da representação territorial e geográfica, dentro do qual a cultura popular vinha a ser inserida e compreendida.⁴⁴⁹ O regionalismo literário desta época foi sempre portanto fortemente ideologizado, e sua valorização extrapolou freqüentemente as considerações de ordem estética, buscando sua legitimação num discurso que tinha sempre o nacional como perspectiva, ainda que por vezes de forma crítica. Para Brito Broca,⁴⁵⁰ o nativismo pitoresco floresceu na literatura brasileira com particular vigor no período pós 1915, associado à idéia do fracasso da civilização européia, com a eclosão da Grande Guerra e a conseqüente reação nacionalista de supervalorização da vida no campo, como fonte primária de acesso à autenticidade e à particularidade nacionais. Duas imagens polarizaram a partir de então este movimento: o lirismo pastoral de Catulo da Paixão Cearense⁴⁵¹ e o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, em sua visão realista e negativa do homem do campo. Por outro lado, é necessário enfatizar que o regionalismo era já uma tendência importante do romantismo brasileiro, e na literatura pós-romântica. Obras das mais importantes do gênero foram escritas bem antes da guerra, algumas delas no final

⁴⁴⁸ PEIXOTO, Afrânio. Um grande poeta. In: CEARENSE, Catullo da Paixão. *Meu sertão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Castilho, 1925. 1. ed. 1918. p.11-13. Citação: p. 12.

⁴⁴⁹ THIESSE, Anne-Marie. *Ils apprenaient la France: l'exaltation des régions dans de discours patriotique*. Paris: Maison des Sciences de L'homme, 1997. c. 1.

⁴⁵⁰ BRITO BROCA. De Catulo ao Jeca Tatu. In: _____. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Unicamp, 1991, p. 346-350. p. 346-350.

⁴⁵¹ O poeta e compositor popular Catulo da Paixão Cearense tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, um dos principais forjadores da lírica sertaneja, tornando-se uma referência constante no discurso sobre o regionalismo na literatura brasileira. Suas obras mais importantes nesta fase são *Meu sertão* (1918) e *Sertão em Flor* (1919), além da popularíssima modinha *Luar do sertão*, composta em 1914 em parceria com João Pernambucano.

do século XIX: citamos *Sertão*, de Coelho Neto, de 1896, e *Pelo sertão*, de Afonso Arinos, de 1898.

Uma das questões mais problemáticas desta escola regionalista na literatura brasileira era por outro lado o estabelecimento do escritor como observador culto e distanciado em relação à realidade que representava, visão do *homem de letras* capaz de reconhecer a riqueza da cultura popular e traduzi-la para o público culto. Os testemunhos críticos da própria época são neste ponto bastante ilustrativos. Num artigo sobre Afonso Arinos, certamente um dos mais prestigiosos dos autores da ficção regionalista pós-romântica, Miguel Couto deu uma peculiar interpretação a este problema das relações entre a realidade representada e o lugar de onde falava o escritor. Segundo ele, o sertão de Afonso Arinos estava guardado em sua *subconsciência* – entendida como o conjunto das referências que governavam as inclinações e a personalidade do indivíduo – edificada durante seus anos de formação vividos no interior de Minas. A atividade literária testemunharia o afloramento das sensações vividas repetidamente em seu passado, que se sedimentaram em seu espírito, constituindo a matéria e a fonte de energia para seu trabalho criador. *O seu sertanismo estava somente na sua subconsciência, e não penetrava no pallium augusto senão para receber a forma lapidária da sua prosa, e lá da velha Europa, onde costumava se acolher, tendo da pátria a essa distância uma visão esférica, como diria Mário de Alencar, ele só a desejava cada vez mais espessa na crosta de civilização que a reveste.*⁴⁵²

⁴⁵² COUTO, Miguel. A alma de Arinos. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. 11, n. 42, p. 179-181, jun. 1919. Citação: p. 180.

Parecia para o crítico fundamental que o sertão vivesse *somente* nas camadas mais profundas da mente do escritor, porque ele, como homem culto e cosmopolita, era capaz de reconhecer que o Brasil não era apenas as selvas e os sertões, mas também as cidades e o litoral, e que a realização do ideal de um país rico, invejado e florescente não poderia ser cristalizada *nas suas matas e nas suas furnas, nos seus indígenas e nos seus caboclos*. Matas e furnas, indígenas e caboclos não faziam o progresso de uma nacionalidade, e seria injusto, a seu ver, acreditar que Arinos pensava o contrário. Amar o sertão teria impedido que o escritor tivesse alguma vez defendido que o progresso viesse a iluminar a existência primitiva do sertanejo, ainda que isto fosse inevitável:

*Na Europa ocupada palmo a palmo pelo homem, Arinos se consolava da monotonia do bulício percorrendo velhas catedrais e afundando-se nos museus e antigüidades, que são como florestas lardeadas nas civilizações; mas, aqui, sem seu sertão integral, desde o indígena silvano até o solo agreste, onde desabafar as suas tristezas? Onde se defender dos homens? Onde reconstruir o seu altar? Se ele o sonhasse, esse sonho seria um pesadelo, do qual sairia num atordoamento onírico para tomar o seu fogueiro Sultão, e a toda brida atravessar cidades e cidades infindas, chorando a catástrofe suprema e irremediável.*⁴⁵³

Ou seja, ao contrário da Europa onde existia a história como templo de celebração do passado nacional, no Brasil a natureza do sertão era a única referência de origem, e esta referência estava fadada a desaparecer, fazendo com que o tempo perdesse definitivamente sua profundidade. O relato de Miguel Couto a respeito desta visão sacralizadora da natureza por Afonso Arinos é eloquente. Ele conta que, numa de suas longas jornadas na companhia de poetas e cantadores sertanejos, o escritor adentrou na grande abertura que havia no tronco de um jequitibá, *a catedral das florestas*, declamando uma *ode heróica à natureza mater*, enquanto um violeiro improvisava um

⁴⁵³ COUTO, Miguel, op. cit. nota 51, p. 181.

hino à lua, o que teria conduzido o escritor a um estado de êxtase cerimonial. Como observou Sevcenko,⁴⁵⁴ a evocação de imagens intensamente relacionadas à natureza e à maternidade instituía um momento de transcendência em que o consciente era suspenso em favor da emotividade ou, como queria Miguel Couto, da subconsciência. O arrebatamento místico-romântico frente à natureza, seja por sua exuberância, sua onipotência ou seu mistério foi uma das sensações mais constantemente exploradas pela literatura voltada para o sertão e a natureza brasileira.

Arinos encontraria na natureza, portanto, os sentidos de continuidade e sacralidade que em sua vida na Europa seriam evocados pela arte e pela história. A associação feita pelo texto entre a floresta brasileira e as catedrais européias não é fortuita. De fato, conforme o estudo de Thomas,⁴⁵⁵ a arquitetura gótica foi tomada desde o movimento romântico como uma representação da floresta, templo primitivo onde os antigos pagãos realizavam seus rituais de adoração da natureza como força de criação e de aniquilação. O temor religioso da divindade e a adoração da árvore pelos cultos primitivos estavam, pois, metaforizados nas linhas arquitetônicas dos santuários cristãos, onde se reproduziam sensações de submissão e terror, e se constituía um espaço de culto às divindades. A exaltação mística de Arinos refletia ainda um aspecto fundamental das relações do homem com o mundo natural: a persistência dos antigos mitos da natureza na civilização moderna, que tem contudo sido amplamente caracterizada por sua fundamentação no controle racional da natureza, objeto de uso, de conhecimento e de transformação para a realização dos desígnios humanos. A persistência dos mitos da natureza mesmo nas culturas mais racionalizadas demonstra

⁴⁵⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 240.

⁴⁵⁵ THOMAS, Keith, op. cit. nota 27.

que suas imagens constituem uma tradição, uma memória social fundamentada em rituais que mantêm formas de culto ao ambiente primitivo, operativas ainda na modernidade, como demonstrou Schama.⁴⁵⁶ Há um rico e complexo conjunto mitológico que estabelece relações profundas entre as questões humanas – a mortalidade e a reprodução, notavelmente – e as formas da natureza, vislumbres antigos e aparentemente soterrados, mas que contribuem para se fazer face ao desencantamento do mundo moderno. Portanto, apesar da racionalidade a partir da qual se constituiu nossa cultura, há um necessário e inalienável contraponto de irracionalidade, representado pelas mitologias da natureza, metáforas exemplares dos ciclos vitais ainda inquietantes para o homem moderno. O elemento sagrado da natureza nunca foi, portanto, soterrado por completo, e a paisagem persistiu como uma projeção dos desejos, dos medos, das ansiedades e das obsessões humanas.⁴⁵⁷

O culto primitivo encenado por Arinos e seu grupo de cantadores sertanejos deve por outro lado ser observado segundo as peculiaridades da condição do escritor e de suas concepções sociais. No capítulo anterior, testemunhamos o misto de assombro e dor com que o autor observava, em sua visita às propriedades do conselheiro Antônio Prado, o sacrifício da mata virgem com vistas à abertura de novos terrenos para a cafeicultura, e as conseqüências deletérias do desmatamento e da queimada para o ambiente e a saúde das populações rurais. *O sacrifício dos gigantes da floresta*, em sua expressão grandiloqüente, foi contudo considerado não só necessário e inevitável, como uma louvável obra patriótica de expansão do domínio humano sobre a natureza

⁴⁵⁶ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

⁴⁵⁷ SCHAMA, Simon, op. cit. nota 55.

brasileira, no sentido de seu enriquecimento e sua ocupação territorial.⁴⁵⁸ Intelectual europeizado ainda que profundamente interessado nas questões nacionais, Arinos parecia dividir-se entre a visão de que o progresso dependia da transformação da mata selvagem em campo cultivado, imagem da racionalidade e da ordem frente à mata ameaçadora e incontrolável, e por outro lado uma percepção crescentemente difundida na Europa modernizada, no sentido do respeito e devoção às árvores.

Em especial a partir do movimento romântico, a natureza selvagem foi tida como espaço de reflexão, inspiração e expansão da subjetividade, sendo o contato com a terra tomado como uma forma de acesso à espiritualidade sufocada pela vida moderna. O natural e o sublime combinavam-se à medida que a natureza se via dotada de uma religiosidade primitiva que evocava a ancestralidade, a ligação com o passado, a coletividade e a divindade. Na Inglaterra, principalmente a partir do século XVIII, a preservação das matas tornava-se uma atividade sistemática, em parte por questões econômicas, dada a necessidade de obter madeira para fins práticos, frente a uma situação de notável escassez. Por outro lado, a aura simbólica das matas, como referência ao passado, como signo de continuidade, como metáfora da existência, referência ao imortal e como símile da existência humana, dava origem a um movimento cultural de profunda reversão de sensibilidades e adoração mística do mundo natural, em que árvores retomavam seu significado ritual.⁴⁵⁹ Afonso Arinos foi, certamente, tocado por esta onda de adoração à natureza bruta que atingia a sensibilidade cultural européia, especialmente à medida que o escritor voltava o foco de sua literatura nacionalista para a paisagem e o mundo rural, espaço ainda *encantado*

⁴⁵⁸ ARINOS, Afonso. Terra roxa [1905]. In: _____. *Historias e paizagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921. p. 155-192. Citação: p. 157.

⁴⁵⁹ THOMAS, Keith, op. cit. nota 27, c. 5.

pelas energias da natureza, pela religiosidade e pelas crenças primitivas, pela alma popular como registro de uma origem brasileira fundada no contato com a terra. O Brasil era, todavia, visto ainda por grande parte da intelectualidade do país – neste ponto, Alberto Torres é a mais notável exceção – como um manancial inesgotável de riquezas, das quais cabia tomar posse em nome de um ideal civilizador. Estas duas posturas convivem na obra de Arinos: este texto sobre a expansão da cafeicultura, *Terra Roxa*, datado de 1905, é um expressivo testemunho desta cisão da sensibilidade moderna entre a promoção do progresso material e a crescente empatia para com o mundo natural, em direção ao questionamento do antropocentrismo, questão primordial na cultura européia da época, então emergente entre a intelectualidade brasileira.⁴⁶⁰

O papel de Afonso Arinos como sertanista, no estudo da cultura rural e no convívio com seus participantes, em nada perturbava sua postura cosmopolita, em seu domicílio europeu e em sua posição privilegiada na sociedade brasileira. O distanciamento em relação ao objeto foi na verdade reconhecido não apenas como um componente inegável da representação sertanista, mas também como condição necessária a ela, o que significou a reedição da temática do exílio tão cara ao romantismo brasileiro. É neste aspecto muito significativa a observação de Afrânio Peixoto, a propósito, novamente, de Catulo da Paixão Cearense.

*Porque a arte é isto mesmo. É a “realidade”, que a beleza nos tornou “sensível”. Junto à minha casinha de Petrópolis há um canto do Piabinha que eu nunca soubera “ver”; admiro-o agora que o “vi”, reproduzido numa deliciosa paisagem de Batista da Costa. Sertanejo exilado que sou na cidade, os versos e novelas que me falam do meu sertão enternecem-me até as lágrimas, mas de lembrança do que senti, sem dar por isso, e me repassam agora na memória do coração.*⁴⁶¹

⁴⁶⁰ ARINOS, Afonso, op. cit. nota 57.

⁴⁶¹ PEIXOTO, Afrânio, op. cit. nota 47, p. 14.

A cena natural só existia, portanto, quando referida a uma representação artística, ou, com bem definiu Thomas, *era pitoresca porque se parecia com uma pintura*.⁴⁶² Em outros termos: a literatura sertaneja criava o sertão, pois apenas tornava-se possível vê-lo à medida que a representação traduzia a experiência na forma do sensível e do memorável. A imagem do exílio era parte deste processo, tornando-se um dos seus necessários mecanismos de mediação, o afastamento necessário para que se tornasse possível ver. Ela tornou-se recorrente também porque o sertão não era jamais o lugar de onde se falava, mas a origem da qual se sentiam os escritores brasileiros irremediavelmente distanciados. E, certamente, a sensibilidade romântica enfatizou a sugestão, a aspiração e a lembrança de tudo o que o sujeito considerava longínquo, seja pelo tempo, pelo espaço, pela morte, pelo esquecimento. Como definiu Praz em estudo sobre o tema, aquilo que se vivia apenas no desejo era dotado da faculdade da transfiguração, uma vez que a distância produzia o apagamento dos contornos nítidos do objeto perdido, possibilitando à imaginação torná-lo infinito.⁴⁶³ Para aqueles que viam no exílio uma condição da escrita, isto poderia ser visto do ângulo oposto: a contigüidade entre sujeito e o objeto tornaria este último irrepresentável. Graça Aranha, por exemplo, observou que não se precisava temer que as temporadas européias significassem o esquecimento da terra brasileira, porque a saudade tinha o poder de incitar à criação, enquanto o contato cotidiano e a proximidade distorciam o objeto e eliminavam a perspectiva necessária à sua representação. Daí *a razão de tantos e inexplicáveis exílios, a que muitos de nós se sacrificam pelas exigências fatais e*

⁴⁶² THOMAS, Keith, op. cit. nota 27, p. 314.

⁴⁶³ PRAZ, Mario. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*. Tradução Philadelpho Menezes. Campinas: Unicamp, 1996. p. 33.

sagradas da produção espiritual.⁴⁶⁴ A busca do distanciamento viria como que por instinto, pois o próprio artista sentiria fatalmente a necessidade de beber nas fontes da inspiração artística européia.

Mário de Alencar interpretou esta problemática na obra de Catulo da Paixão Cearense, que segundo ele tinha a capacidade de promover o reencantamento de uma civilização de desencanto através da remissão da poesia selvagem, criada no contato imediato e simples com o mundo natural. Assim foi, segundo ele, formado o espírito de Catulo, na vivência sertaneja que reproduzia a *fase da infância da terra*, mimetizada na infância do próprio poeta.

*Ali viveu toda a idade plástica do espírito, vendo, ouvindo, cheirando, gostando, palpando, até a saturação dos sentidos, a natureza agreste brasileira. Não ficava lugar para a penetração de outras imagens estranhas; e as que recebesse depois seriam superposições flutuantes, indecisas, efêmeras, incapazes de apagar as primitivas, que já lhe formavam a consciência estética.*⁴⁶⁵

Na visão de Alencar, Catulo era de qualquer forma um poeta nato, estando certamente dotado do talento individual para a expressão do sentimento e da imaginação. Se tivesse permanecido no sertão teria sido um poeta natural como vários dos que se encontravam sob a inspiração da natureza *vizinha e familiar*. O resultado desta inspiração primitiva seria no entanto uma poesia restrita pela própria familiaridade e pertinência do sujeito ao conjunto dos hábitos e costumes do sertão. Isso explicaria porque a poesia caracteristicamente popular era limitada e literalmente curta: seus versos raramente ultrapassavam uma quadra ou chegavam a formar um canto inteiro –

⁴⁶⁴ ARANHA, Graça. Discurso do Sr. Graça Aranha. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, p. 181-191, jan. 1911. Citação: p. 187.

⁴⁶⁵ ALENCAR, Mario de. A poesia de Catullo. In: CEARENSE, Catullo da Paixão. *Sertão em flor*. Rio de Janeiro: Castilho, 1919. p. V-XIV. Citação: p. VIII.

faltava perspectiva para o olhar atencioso dos detalhes e a reflexão demorada sobre o tema, faltava a capacidade de concatenar as idéias e de elaborar os temas poéticos em sua necessária complexidade. Além disso, esta poesia do legítimo sertanejo estaria privada de um elemento essencial para seu florescimento, o público, que no seu caso não poderia servir de estímulo ao poeta e nem instá-lo ao desenvolvimento de um poema longo, uma vez que incapaz de direcionar e manter sua atenção. O ambiente do sertão convidava, na visão de Alencar, à brevidade: os compassos rápidos da viola, a linguagem improvisada, a instantaneidade do sentimento inspirado por algum festejo, a imediatez do contato com a natureza bruta, a essência trivial ainda que ocasionalmente trágica deste contato, a falta de simpatia ou de receptividade à expressão de qualquer sentimento mais profundo. Além disso, o isolamento que definia a existência no campo seria um fator altamente prejudicial à criação, pois na ausência de condições de transmissão das sensações entre o poeta e o público a expressão poética perderia o sentido e as vozes do passado não encontrariam ressonância.

Considerando essas idéias, Alencar observa que *o bem ou mal de Catulo foi o seu afastamento do sertão natal. Distante, sob a experiência de outros costumes, deixou de ser ator no cenário nativo, para ser espectador alongado e mais sensível dele*⁴⁶⁶. A passagem de ator a espectador define a transição de um poeta nato sertanejo a um verdadeiro poeta sertanista. Tal processo consistiria em uma metamorfose da

⁴⁶⁶ ALENCAR, Mario de, op. cit. nota 64, p. IX. Manuel Bandeira observou na crônica *Poesia do Sertão* a generalizada falta de ingenuidade na *poesia de inspiração nacional*, a poesia sertaneja, uma vez que os melhores poetas do gênero na época – a publicação é de 1937 – eram urbanos – ele referia-se a Mário de Andrade e Raul Bopp. A assertiva de Bandeira não era nova: já Taunay criticara Alencar, alegando que a literatura sertanista era baseada antes nos livros do que na experiência. Quanto a Catulo da Paixão Cearense, Bandeira fazia uma observação similar à de Mário de Alencar, ainda que não se utilizasse de seu tom normativo: *Catulo da Paixão Cearense? É sem dúvida um poetão, um sujeito que fabrica imagens com surpreendente facilidade. Mas é tão da cidade grande quanto nós outros. Não se confunde com o sertão. É um sertão de saudade o seu. Um sertão muito saído de vocabulários regionais.* BANDEIRA, Manuel. *Poesia do sertão. Crônicas da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. p. 157-159. p. 158.

sensibilidade: no desenvolvimento de sua humanidade embrionária, em direção à constituição de formas complexas; na expansão dos sentimentos anteriormente limitados aos desafios da existência na natureza rude, em direção a condições espirituais de maior intensidade; no prestígio adquirido por tudo o que havia sido costumeiro e cotidiano, de forma que pudesse ser exposto a ouvidos estranhos a estes modos de vida; no despertar da percepção para a beleza de paisagens *familiares* em relação às quais até então se permanecera indiferente; no desenvolvimento de uma perspectiva necessária à observação; na criação, pela saudade, do sentimento de apego àquela realidade. Sobretudo, as sensações que haviam permanecido guardadas em sua mente teriam sido despertadas pelo choque com uma realidade distinta, e da saturação dos sentidos virgens resultou a força imaginativa do poeta sertanejo em plena cidade, onde ele encontraria as condições e estímulos necessários para a expressão de suas saudades e suas lembranças, num público curioso e interessado.⁴⁶⁷

*Não tinha Catulo precisão de modelo. Bastava-lhe contar o que vira, ouvira, cheirara, palpara e gostara no seu sertão distante. A condição do êxito era a espontaneidade e a harmonia da expressão e do tema: em suma que ele fosse em tudo sertanejo sincero. Convinha que ele esquecesse o que lhe tinha dado a civilização da cidade, e a cultura literária, com os seus benefícios e sobretudo com os seus perigos de imitação e artificialismo.*⁴⁶⁸

Sertanejo sincero ainda que necessariamente distante do sertão, esquecido da civilização mas dependente do seu interesse e curiosidade, impregnado da cultura literária de seu tempo mesmo que devotado à simplicidade e à espontaneidade do meio natural, o poeta sertanejo parecia condenado a permanecer como intérprete nativo na fronteira entre os dois mundos. Ele estaria além disso encarregado de uma representação

⁴⁶⁷ ALENCAR, Mario de, op. cit. nota 64, p. IX-X.

⁴⁶⁸ ALENCAR, Mario de, op. cit. nota 64, p. X.

realista e documentária de seu meio de origem, de forma que o poema fosse, na expressão do crítico, *mais real do que a própria realidade*. Pois, de acordo com Alencar, o que Catulo cantava – e deveria cantar – não era sua própria subjetividade, mas o sertão e o sertanejo: sua métrica seria necessariamente a redondilha que é *o vagido poético do povo* e sua prosódia reproduziria a musicalidade de sua língua quase dialetal, uma vez que seu papel seria o de *transmissor orgânico* da voz do sertão. Sua escrita deveria portanto reproduzi-la fielmente, pois do contrário a consciência urbana estaria se insinuando *naquele estado de inconsciência inspirada*. Uma condição de naturalidade de sua poesia era que seus temas estivessem circunscritos à representação da natureza e do homem agreste, que seria a própria encarnação dela, que *o contorna e lhe define os traços, a cor e os movimentos*. A poesia de Catulo só poderia ser grande como uma arte símile da natureza: *Completo, perfeito em todas as partes de cada poema? Não, antes incompleto, imperfeito em muitas partes dos seus poemas. Mas no fim de cada poema e ainda nas suas poesias menores, a impressão definitiva que ele nos deixa é a de um grande poeta e grande artista, como a natureza*.⁴⁶⁹

O sentimento do exílio não mais consistia necessariamente, portanto, na adoção da perspectiva do intelectual tomado pela saudade do país quando se encontrava em sua temporada européia. Um dos aspectos mais marcantes do pensamento brasileiro pós 1870 é a concepção da diversidade da realidade nacional, mais freqüentemente lida a partir de uma dualidade – a obra de Euclides da Cunha era muitas vezes referida pela intelectualidade da época como marco para a percepção deste aspecto – seja ela entre

⁴⁶⁹ ALENCAR, Mario de, op. cit. nota 64, p. XII, XIV.

Norte e Sul, sertão e litoral, campo e cidade⁴⁷⁰. Isso permitia que o escritor regionalista fosse um exilado dentro de seu próprio país, doravante cindido entre duas realidades tidas como essencialmente contraditórias, e caberia à literatura tornar-se um veículo de comunicação entre elas. A saudade da pátria sertaneja estava vinculada não apenas à distância espacial, mas também a um sentimento nostálgico de que nos confins do sertão ficaram perdidas a terra natal e a memória dos ancestrais, que estabeleceriam a continuidade do indivíduo no tempo, e a infância, espaço privilegiado da formação da individualidade.

O conto *Outrora*, de Domício da Gama, pode ser tomado como um modelo da simbolização do retorno às origens rurais na literatura brasileira. O narrador iniciou o texto já se desculpando por recorrer a um tema tão desmoralizado por sucessivas reedições literárias. Frente à exaltação sentimental arraigada na própria idéia do regresso à terra natal, seria preciso, dizia ele, ter o espírito desprovido de artificialismo para sentir com sinceridade tais emoções, o que seria raro de se encontrar em um bacharel. A personagem central do conto, João da Serra, era entretanto justamente um bacharel recém-formado, que visitava a fazenda onde nasceu e da qual havia se afastado aos doze anos de idade, sem nunca haver antes retornado. *Romantismo à parte*, advertiu o escritor, seu regresso não era uma metáfora ou uma fantasia poética, e sim uma realidade que ele experimentava depois de uma longa jornada, e que inevitavelmente

⁴⁷⁰ Esta escrita pode também ser definida como etnográfica. Na visão de Mazzoleni, enquanto no século XVIII a nostalgia ou empatia em relação ao estado de natureza levou a reflexões sobre a impossibilidade do retorno à condição do selvagem e sobre as semelhanças que permitiam pensar em um passado comum para a comunidade humana, no século XIX o Ocidente criou uma espécie de alteridade interna que não resultou em formas de questionamento da direção assumida pela civilização moderna. Entrou assim em questão a identidade entre este “outro interno” com um “outro” pertencente a uma cultura diferente, ambos homogeneamente contrastados com a elite ocidental. Daí surgiu a dialética entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, que pretendia através da lógica do desenvolvimento converter este último aos valores e princípios do primeiro. MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. tradução Liliana Laganà e Hylío Laganà Fernandes. São Paulo: Edusp; Instituto Italiano di Cultura di San Paulo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo, 1992. p. 56-57.

despertava a força e o prestígio dos sentimentos que se intensificaram no transcorrer dos anos. Experimentá-los significava já, segundo o narrador, que o espírito havia desenvolvido a consciência do peso do tempo, que promovia em seu espírito uma *repassagem da geografia de sua infância*.⁴⁷¹ Em meio à melancólica, desgraciosa e monótona paisagem sertaneja, ele se viu completamente dominado pela sensação de que os doze anos decorridos desde sua partida haviam sido apenas dias – afinal, imóvel e imune ao tempo, a paisagem permanecia idêntica àquela guardada em sua memória, e parecia demonstrar que os dias permaneciam os mesmos de sua infância, e que ele próprio permanecia o mesmo. Após haver primeiro avistado a casa paterna no horizonte, João da Serra experimentou ainda a forte emoção do reencontro com o velho trovador que ele conhecera quando criança e que, aparentemente mergulhado no esquecimento, acabava por evocar suas lembranças mais antigas.

Na fazenda, enquanto seu pai discorria sobre a política geral européia, o bacharel buscava identificar as sensações do presente a partir do que guardava delas na memória, restabelecendo a continuidade do tempo. Estas sensações eram violentas o bastante para serem consideradas *indignas de sua sensibilidade de homem feito*: as vozes que ouvia e que pensava poder identificar como escravos que saudavam os senhores pertenciam, segundo o pai, a pessoas já mortas; o ruído dos grilos e dos sapos formava uma paisagem sonora prontamente reconhecida e familiar – e mesmo estes animais eram tidos como *antigos*; o vento criava nos objetos e nos elementos da natureza sons evocativos e atemorizantes, enquanto o luar conferia prestígio ao cenário desta sua *volta ao passado*. Ele reconhecia que alguns detalhes haviam mudado, mas o aspecto geral da casa mantinha-se inalterado, assim como a canção de outro tempo tocada pelo velho

⁴⁷¹ GAMA, Domicio da. *Historias curtas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1901. p. 70.

menestrel que ele havia encontrado na estrada e que foi definido como a própria encarnação do tempo. João da Serra podia ainda reconhecer a melodia, mesmo que a rabeca houvesse sem dúvida envelhecido e que seu som estivesse mais do que nunca esganiçado e rouco, *dando-lhe a feição inefável das ruínas vislumbradas entre brumas.*

*Era a noite d'outros tempos, a mesma luz, os mesmos sons, os mesmos aromas e a sua agonia era de senti-la tão assim. Os anos decorridos, as coisas que aprendera, os passos que dera no caminho da vida não representavam pois um progresso, que assim volvia e involuntariamente à penumbrosa e confusa psicologia da sua infância? (...) E agora este recordar tão intenso, não podendo ser a renovação da vida irrenovável, só podia ser o estacionamento, a não passagem do tempo, a irrealidade de sua existência enquanto andara por fora... e quem sabe mesmo enquanto cá estivera!*⁴⁷²

Naquele momento, seu espírito que permanecera indissociável da casa onde nascera parecia entrar em choque com sua vida concreta de homem culto e morador da cidade. Desesperado por reconhecer o descompasso entre seu corpo de adulto e sua alma de criança do sertão, e por saber impossível a convivência de ambos, João da Serra rogou pela libertação do peso do tempo antigo que ele acreditava que o havia aprisionado. A casa mostrava-se o refúgio de suas lembranças. Como escreveu Bachelard, o que se acredita conhecer no tempo se conhece apenas à medida que a lembrança se fixa nos espaços em que o ser adquiriu estabilidade, retendo uma duração que se concretiza em seu suporte material, estabilizando-se e imobilizando-se. Ainda que os espaços não existissem mais no presente e se mostrassem alheios às perspectivas de futuro, permaneceriam como marcas da afetividade, às quais se retornava por sonho.⁴⁷³ Daí, a revelação: todas as imagens e sensações do passado que João da Serra vinha experimentando desde que primeiro avistara a casa do pai não passavam de

⁴⁷² GAMA, Domicio da, op. cit. nota 70, p. 82.

⁴⁷³ BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. Tradução Antônio da Costa Leal e Lúcia do Vale Santos Leal. In: _____. *Gaston Bachelard*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 183-354. Os Pensadores.

delírios causados por um ataque de febres – o velho trovador que ele acreditou haver encontrado e ouvido tocar estava na verdade já morto há anos. O recurso ao delírio, ao sonho, à alucinação, era bastante habitual na literatura da época, permitindo que se desse vazão ao imaginário sem prejuízo de uma certa lógica racional que explicava, desfazia esses fenômenos e reenviava o protagonista de volta à seu lugar habitual. A última cena do conto o encontra numa roda de letrados no Rio de Janeiro, expondo seu desvario como resultado de uma profunda indagação existencial e metafísica.

A trajetória de João da Serra e seu delírio não é estranha aos olhos da literatura regionalista brasileira a partir do final do século XIX: homens cultos e ingressos no mundo urbano empreendiam uma viagem de retorno ao campo, onde indagavam sua memória à procura das experiências vividas em seu passado rural, deixando-se envolver pela cadeia de sensações, imagens e narrativas originadas da lembrança e do sonho. Restabeleciam, assim, sua pertinência a este espaço-tempo imóvel, indeciso e sentimentalmente carregado, o sertão, presença fantasmagórica como a imagem do velho trovador que materializava as recordações do bacharel João da Serra. E, como a personagem, esses letrados assumiam a narração do seu próprio delírio passadista-sertanista, elaborado literariamente e lançado para apreciação junto ao círculo intelectual de que faziam parte. Importa observar que as alucinações da personagem encontraram no discurso europeu de seu pai o devido contraponto da realidade. Mas num momento de delírio em que o narrador voltava-se para o ambiente de sua origem e empreendia um profundo mergulho no passado, pouco importava *a intrincada questão dos Bálcãs*.

Com o derreamento atroz entrou-lhe a sensação de que os doze anos de ausência tinham sido dias e de que aquela tinha sido e era a eterna, de sempre e para sempre, paisagem dos seus dias vazios, envoltórios vãos reduzidos a um vulto mínimo sobre a pressão formidável do tempo. E com a idéia de não ter vivido voltou-lhe a humildade antiga, os sentidos e a contemplação de menino.

Domício da Gama, Outrora, 1901

As relações do universo social com o espaço e a imagem que dele se constrói desempenham um papel de primeira importância na criação da idéia que esta sociedade tem de si mesma, da maneira como ela se representa, toma consciência de si própria e se modifica, observou Halbwachs.⁴⁷⁴ De início, o conceito de paisagem designava um determinado gênero pictural em que a representação da natureza tornara-se um tema particular. Em seguida, passou a ser aplicado também a cenários percebidos de acordo com aquele determinado modelo artístico⁴⁷⁵. A paisagem pode ser definida, portanto, como um cenário natural dotado de valor estético, por sua inscrição num código artístico, ou em certos modelos de visão e de percepção. É, portanto, uma forma de representação da natureza⁴⁷⁶, organizada de maneira a permitir sua fruição estética. A invenção da paisagem no ocidente, por volta do século XV, dependeu, na visão de Roger, de dois elementos fundamentais: a laicização dos elementos da natureza, à medida que estes deixavam de ser submetidos à simbologia de uma cena religiosa, e não mais eram signos encerrados na coesão de um espaço sagrado; e sua autonomização, ou

⁴⁷⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laurent Leon Schaffter. Rio de Janeiro: Vértice, Revista dos Tribunais: 1990.

⁴⁷⁵ O substantivo *paisagem* é originado do holandês *landskap*, criado no final do século XV, passando daí ao alemão *landschaft*, ao inglês *landscape* e ao francês *paysage*, de onde, segundo o *Dicionário Aurélio*, chegou à língua portuguesa. ROGER, Alain. Le paysage occidental: rétrospective et prospective. *Le Débat*, Paris, n. 65, p. 14-28, mai-juin 1991.

⁴⁷⁶ Embora atualmente seja bastante corrente o uso do termo *paisagem urbana*, utilizado para definir o cenário composto pelos equipamentos e máquinas, pelas vias de transporte e pelas construções que caracterizam o cenário das cidades, a palavra *paisagem* está sobretudo ligada à representação de um espaço onde a natureza – modificada ou não – tem importância primordial.

seja, a concepção de seus elementos formadores como grupo dotado de unidade, o que foi possível graças à profundidade e ao distanciamento proporcionados pela perspectiva, que apartou os dados da natureza da cena religiosa.⁴⁷⁷

A idéia da paisagem como objeto estético ilustra já um elemento fundamental para a definição do termo: ela não se pode desvestir de seu conteúdo humano. Toda paisagem é resultante de uma longa tradição que se funda no tempo e que é parte inseparável da cultura humana, na forma de práticas, representações, rituais, crenças. Inserida num quadro de referência composto pelos mitos e pelas lembranças, ela é criada pela mente do homem, sendo sempre marcada, mesmo quando objetiva representar a natureza selvagem, pela presença da cultura que a *emoldura*, a descobre, a conquista, a nomeia e a transforma em objeto de culto ou de confronto. As paisagens da natureza não são apenas cenário de contemplação, mas também espaço onde podem manifestar-se conflitos e perdas⁴⁷⁸. Elas devem ser vistas, portanto, antes como componentes da cultura que da natureza, pois são elaboradas pela imaginação que se projeta sobre os elementos naturais, estabelecendo seus limites, sua abrangência e seu significado, e sendo assim capazes de despertar sentimentos e expressar conteúdos culturais determinados. A representação da paisagem natural e rural estabeleceu-se a partir de uma visão urbana da realidade, em circunstâncias em que a vida no campo era observada pelo exterior. Como criação de homens da cidade, o gênero paisagístico dependeu sempre da adoção de um olhar distante, panorâmico, em que os elementos naturais se organizavam e formavam um conjunto autônomo em relação ao qual se estabeleciam, simultaneamente, uma forma de aproximação e outra de distanciamento.

⁴⁷⁷ ROGER, Alain. La naissance du paysage en Occident. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: Heliana Angotti Salgueiro, 2000. p. 33-39. ROGER, Alain, op. cit. nota 74.

⁴⁷⁸ SCHAMA, Simon, op. cit. nota 55.

Enquanto no capítulo anterior a idéia de natureza foi enfocada a partir da perspectiva da ocupação do território e da busca da sobrevivência pelo trabalho e pela exploração dos recursos das regiões rurais e selvagens, neste a ênfase está colocada na natureza como paisagem, ou seja, objeto de observação e representação, veículo de percepção e memória.

A paisagem cria uma determinada relação com a natureza, instituindo uma posição que se considera ideal para sua representação: a natureza se transforma em campo, o campo se torna paisagem. Por meio desse conjunto de deslocamentos, estes quadros e imagens *artificiais* se impõem à desordem das coisas, múltiplas e mutáveis, e organizam a realidade sensível. A paisagem pode ser, assim, definida como a representação, instituída pela cultura, da natureza, mas a tal ponto nossa percepção está condicionada por estes modos estabelecidos de olhar que a imagem parece colada sobre o original, o que fez com que os termos tenham se tornado virtualmente sinônimos: a paisagem é única forma como podemos perceber a natureza e organizar nosso conhecimento sobre ela.⁴⁷⁹ É assim que, na visão de Roger,⁴⁸⁰ a paisagem atua no sentido da criação de um *olhar coletivo*, oferecendo os modelos artísticos que operam nossa experiência de visão, percepção e fruição da natureza.

A paisagem pode ser também lida como um *monumento histórico*. Como instrumento de acesso à memória dos lugares, contém uma noção de pertencimento, por permitir a visualização de um espaço de origem onde se conjugam a natureza, o homem e o tempo. O recurso à paisagem rural adquiriu o significado histórico de uma forma de recuperação de um passado que era sentido como familiar pela população urbanizada,

⁴⁷⁹ CAUQUELIN, Anne. *L'invention du paysage*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France: 2000.

⁴⁸⁰ ROGER, Alain, 2000, op. cit. nota 76.

havendo encontrado sua difusão mais intensa justamente durante o processo de urbanização, êxodo rural e extensão das estradas de ferro na Europa do século XIX. A paisagem campestre é o signo de uma ausência: ela só se fixou no imaginário nacional quando sua presença na vida cotidiana havia se reduzido significativamente. Ela se tornou emblemática, portanto, à medida que saiu do campo da experiência para o da memória.⁴⁸¹

No mundo modernizado e em contínua fabulação, a paisagem exprime a percepção de uma permanência, interpretando visualmente aquilo que continua, que persiste e que existe por si mesmo. *A imagem das coisas participa da inércia destas*, escreveu Halbwachs⁴⁸². A duração está expressa tanto nos aspectos culturais quanto nos aspectos naturais da paisagem. Como gênero, ela busca a perenidade, explorando os símbolos ligados à representação cultural da natureza. A paisagem se dirige ao imutável, ordenando um espaço e uma duração e representando assim um instante que se mantém como uma presença contínua. Age, portanto, como um equivalente da memória, uma vez que nela a natureza e o tempo se compõem de modo a criar no espaço formas de enraizamento e identificação coletiva. Dentro de uma determinada cultura, o olhar paisagístico reflete e renova as lembranças comuns, constituindo-se na *codificação visual daquilo que subsiste*.⁴⁸³ Há, portanto, uma *tradição da paisagem* que fundamenta a identidade nacional, por conferir a ela uma forma natural de existência. Grande parte do fascínio da identidade nacional advém desta tradição visual expressa em mapas e imagens identificadas não tanto com o natural quanto com a terra natal – por extensão, a

⁴⁸¹ NORA, Pierre. Présentation. In: _____. (Org.) *Les lieux de mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986. V. 1. CACHIN, Françoise. Le paysage du peintre. In: NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire II: la nation*. Paris: Gallimard, 1986. V. 1, p. 435-486.

⁴⁸² Halbwachs, Maurice, op. cit. nota 73, p. 133.

⁴⁸³ SIMON, Gérard. Le paysage, affaire de temps. *Le Débat*, Paris, n. 65, p. 43-50, mai-juin 1991. Citação: p. 45.

nacionalidade. Como parte da memória da nação, a memória paisagística fornece uma base física de referência que é capaz de fixar as lembranças e ajudar a mobilizá-las, contribuindo para uma apropriação coletiva dos espaços naturais, para além das experiências individuais.

No conto de Domício da Gama acima citado, o vislumbre da paisagem do sertão, despertou no protagonista o sentimento de haver ingressado uma outra temporalidade, não mais a sucessão linear de eventos que transmitia a idéia de incessante transformação, mas a continuidade das sensações associadas à história individual, que instauravam um tempo longo em que as primeiras impressões do mundo eram tidas como dados originais e imutáveis da sensibilidade. Inalterada, a paisagem sertaneja se transformava na imagem de uma permanência, concretizada visualmente como a exteriorização das imagens gravadas na memória, o que transportou a personagem aos dias de sua infância. Isso despertou no jovem bacharel, que guardava ainda a lembrança da agitada noite anterior no Rio de Janeiro, uma sensação de incômodo e estranheza:

*Com o derreamento atroz entrou-lhe a sensação de que os doze anos de ausência tinham sido dias e de que aquela tinha sido e era a eterna, de sempre e para sempre, paisagem dos seus dias vazios, envoltórios vãos reduzidos a um vulto mínimo sobre a pressão formidável do tempo. E com a idéia de não ter vivido voltou-lhe a humildade antiga, os sentidos e a contemplação de menino*⁴⁸⁴.

Eliminada a camada superficial de acontecimentos, restava a paisagem: o sentimento de uma realidade fundadora de sua existência, a infância rural. A paisagem produzia assim a imagem da continuidade do presente com o tempo da tradição. Por isto, a literatura regionalista brasileira esteve sempre inegavelmente associada a uma perspectiva paisagística. A descrição da natureza tornou-se um procedimento habitual

⁴⁸⁴ GAMA, Domício da, op. cit. nota 70, p. 71-72.

na prosa sertanista, devotada à definição da cor local, também porque permitiria identificar e caracterizar o espaço onde se desenrolava a ficção, conferindo a ela veracidade e atendendo ao princípio da observação da realidade tão caro à literatura brasileira desde o romantismo.

No conto *Buriti perdido*, Afonso Arinos, um dos escritores regionalistas brasileiros mais comumente elogiados por seu pendor paisagístico, demonstrou este sentido da evocação da natureza como elemento de permanência: o conto é uma ode a uma velha palmeira que o autor definiu como a testemunha exuberante e triste dos tempos passados, comparada a um guerreiro indígena petrificado durante o drama da conquista do território pelo colonizador branco. O escritor imaginou que a ameaça que a civilização representava para a árvore não deveria ser temida, já que, *pela sua poesia selvagem e dolorida*, ela sempre tocaria a sensibilidade dos conquistadores do território e seria poupada de qualquer perigo de destruição, permanecendo como *um monumento às gerações extintas*. Traçando uma linha que percorria os tempos, da época em que os indígenas dominavam o território, passando pelo movimento das bandeiras, pela contemporaneidade do autor e por um virtual futuro em que a civilização chegaria àqueles campos, o escritor ressaltou a permanência da árvore como testemunha da vida primitiva dos sertões em face das transformações históricas⁴⁸⁵.

À medida que a literatura regionalista adquiria maior vigor e importância na vida intelectual do país, a descrição das paisagens naturais tornava-se um componente fundamental da representação literária. A linguagem organicista, em seu princípio de valorização da unidade concreta e espiritual dentro da diversidade, permitia compor um conjunto harmônico a partir da conjugação de elementos que se tensionavam, de forma

⁴⁸⁵ ARINOS, Affonso. *Pelo sertão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [191-]. 1. ed. 1898. Citação: p. 64.

a privilegiar a relação entre o todo e as partes. No modelo orgânico da totalidade viva, nada está isolado, nenhuma individualidade se estabelece sem referência a uma outra, de forma que a todas as partes é atribuído um lugar no conjunto, que as engloba racionalmente, de forma que a harmonia é promovida pela linguagem orgânica como reconciliação última e síntese das parcialidades conflituosas.⁴⁸⁶ Esta perspectiva é adotada no momento em que a paisagem integra-se à literatura, mostrando-se a representação mais perfeita da formação de uma imagem da totalidade. Dentro dela os conflitos humanos estão inseridos e pacificados por sua pertinência ao conjunto harmonioso e indiferente da natureza em sua regularidade inabalável e seu movimento próprio, como por exemplo na suspensão da narrativa aventurosa e tensa de Simões Lopes Neto no conto *Trezentas Onças*, em que o drama do protagonista dissolvía-se na totalidade do ambiente:

A estrada estendia-se deserta; à esquerda os campos desdobravam-se a perder de vista, serenos, verdes, clareados pela luz macia do sol morrente, manchados de pontas de gado que iam se arrolhando nos parados da noite; à direita, o sol, muito baixo, vermelho-dourado, entrando em massa de nuvens de beiradas luminosas.

Nos atoleiros, secos, nem um quero-quero: uma que outra perdiz, sorradeira, piava de manso por entre os pastos maduros; e longe, entre o resto da luz que fugia de um lado e a noite que vinha, peneirada, do outro, alvejava a brancura de um João-Grande, voando, sereno, quase sem mover as asas, como numa despedida triste, em que a gente também não sacode os braços...

Foi caindo uma aragem fresca; e um silêncio grande, em tudo. (...)

*E entrou o sol; ficou nas alturas um clarão afogueado, como de incêndio num pajonal; depois o lusco-fusco; depois, cerrou a noite escura; depois, no céu, só estrelas... só estrelas...*⁴⁸⁷

A representação das paisagens na literatura regional possuía ainda uma inegável inflexão determinista, à medida que o meio natural era visto como um conjunto de

⁴⁸⁶ SCHLANGER, Judith. *Les métaphores de l'organisme*. 2. ed. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 120.

⁴⁸⁷ LOPES NETO, J. Simões. Contos gauchescos. [1912]. In: _____. *Contos gauchescos, lendas do sul e casos do Romualdo*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988. p. 36-37.

elementos explicativos do caráter e da conduta do homem, representado por sua similaridade com o meio ao qual se modelou por meio dos processos de seleção e de adaptação, expressão cientificista dessa correspondência orgânica. A idéia do homem como imagem da natureza é um lugar comum da literatura regionalista, atendendo ao que Thiesse denominou *a função Montesquieu*, em referência às teorias do filósofo que associava a diferenciação do caráter dos povos às particularidades geográficas de seu território, em especial o clima e o relevo. A autora demonstrou como o processo de criação cultural das nações européias dependeu não tanto do inventário de seu patrimônio, mas da invenção de um passado dotado de prestígio, processo no qual o povo foi tomado como *fóssil vivo* que garantiria acesso à vida dos ancestrais. Esta unidade de referência à ancestralidade transformou-se à medida que a ênfase do discurso deslocou-se do povo para o camponês, que por estar próximo do solo seria a encarnação autêntica do enraizamento da nação na terra, estabelecendo uma identidade em consonância com as condições geográficas, o que legitimava a formação territorial e dava origem a uma série de associações analógicas entre o homem e a terra, fonte das energias vitais da nacionalidade.⁴⁸⁸

Em seu estudo *A paisagem, no conto, na novela e no romance*, Fábio Luz assimilou nessas noções amplamente difundidas, inspirando-se na temática paisagística para uma introdução à literatura da época.⁴⁸⁹ Segundo ele, a paisagem é uma revelação flagrante da vida de uma sociedade, que os processos de aclimação *orientam e polarizam*. A descrição participaria da literatura como a marca de uma ancestralidade, ou seja, do sentimento coletivo inspirado, na longa duração, pelas imagens e pelas

⁴⁸⁸ THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales*. Europe XVIII^e-XX^e siècle. Paris: Seuil, 1999.

⁴⁸⁹ LUZ, Fábio. *A paisagem: no conto, na novella, no romance*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

sensações do meio físico, *pela causticidade vibrátil da luz tropical, ou vibrada aos sobressaltos pelo pulsar exacerbado das artérias do filho das regiões quentes ou tórridas, movida pelo tremor da mão enluvada em temperatura abaixo de zero.*⁴⁹⁰

Segundo o autor, a influência do mundo exterior sobre o artista não permitia que a obra literária fosse considerada um produto único do espírito criador individual. Pelo contrário, o meio colaboraria com a inspiração infiltrando-se e sendo assimilado por processos análogos à camuflagem: a necessária adaptação à vida determinaria o mimetismo do ser no ambiente, e imprimiria na sensibilidade suas referências fundamentais aos quais sempre retornaria, como origem de sua percepção da beleza e das sensações do mundo físico. Sendo o meio moral e intelectual apenas derivados do *grande formador e modelador de almas e corpos, o meio físico*, a descrição da paisagem, *imagem e impressão da natureza*, operaria o reencontro com as fontes primárias da inspiração e do devaneio poético. Para Fábio Luz, no caso brasileiro o traço característico da paisagem tropical era a ação dissolvente da natureza sobre o homem – argumento bastante comum entre a intelectualidade da época –, que teria seu vigor e suas energias alquebradas pela abundância e pela imutabilidade do cenário, insignificante sua cultura quando comparada ao poder da selva, ao contrário do que ocorreria nos países de climas frios e temperados, em que a regularidade das estações e a ação modificadora da paisagem exercida pelo trabalho dariam ao homem o sentimento de que ele seria capaz de influir na terra. A paisagem tropical seria por isso um reflexo *da vitória do meio físico, minuscilizando o ser humano*. Recorrendo constantemente a analogias com a representação pictórica, Fábio Luz definiu a paisagem como uma espécie de moldura não ficcional da ficção. Por considerar o impulso do meio físico

⁴⁹⁰ LUZ, Fábio, op. cit. nota 88, p. 20.

estímulo primordial da representação literária, toda literatura segundo ele era regional, porque toda ela tinha como grande colaboradora o meio que definia a psicologia de suas personagens.

Na obra de autores como Coelho Neto e Graça Aranha, a paisagem atua como elemento de mediação simbólica entre a exterioridade do universo concreto e factual e o universo interior das personagens. Como observou Paes⁴⁹¹ a propósito de *Canaã*, a paisagem não é nesta obra apenas um contexto nos quais se enquadravam os dramas humanos, mas por seu caráter *intensamente semantizado* ela se tornou parte constituinte da elaboração dramática do enredo. Haveria, portanto, um vínculo explícito entre paisagem e interioridade, constitutiva na visão do autor do ornamentalismo *art nouveau*. Essa característica poderia ser estendida a boa parte da produção ficcional brasileira, particularmente em sua representação dos universos rurais e naturais e, conforme intentou o crítico, seria um traço definidor da prosa do período dito pré-modernista. Ao contrário do naturalismo em sua prática de representação da totalidade do real, do cotidiano, do banal e do sombrio, o *art nouveau* concentrou-se na revelação intensamente estetizada e estilizada dos processos naturais e das estruturas da criação da vida, conduzindo à exaltação dos mecanismos vitais, adotando assim as figuras da flora e da fauna como temas decorativos centrais. Na prosa regionalista brasileira, a representação literária da paisagem teria absorvido a estilização artenovista, em sua ênfase no ornamento.⁴⁹² Bom exemplo disso pode ser encontrado na prosa de Coelho Neto:

⁴⁹¹ PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Edusp, 1992. p. 37-38.

⁴⁹² PAES, José Paulo. O art-nouveau na literatura brasileira. In: _____. *Gregos e baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 64-80.

A noite esvoaçava os seus comparsas para o mistério do amor que eterniza, em constante revigamento, a selva, que se infiltra nos veios da pedra, que define na correnteza das águas, que percorre os troncos irradiando em seiva nos ramos mais delgados, que se espalha com prestígio dando a uma semente perdida em terra sáfara a força da vida, abrindo a flor no ramo, tirando da rocha a gota d'água, fazendo rebentar na podridão dos madeiros mortos o tenro novédio, multiplicando os germes da terra e nas águas um pulular prodigioso e silencioso de encanto.

*Era a irrigação seminal da natureza referta, o grande filtro do amor universal operando na treva discreta a admirável maravilha da reprodução.*⁴⁹³

O *verbalismo ornamental* da obra de Coelho Neto não é entretanto desprovido de sentido ou dissociado da trama ficcional. O universo natural é na obra deste escritor dotado de dinâmica e de dramaticidade próprias, incorporadas ao texto, seja como reflexo da subjetividade das personagens, como contraponto a ela ou como totalidade orgânica que engloba os eventos narrados e confere a percepção de uma energia vital que move o enredo. Além disso, a força sugestiva da natureza, o impacto de sua imagem sobre a sensibilidade, sua capacidade de interferir sobre as ações humanas e de decidir seus destinos fez dela uma personagem muitas vezes central nos textos do escritor. Por si mesmo o ornamento proclamava uma determinada atmosfera espiritual, à medida que, ao nomear os componentes de um cenário, enunciava-se um universo que além de emoldurar, testemunhava e participava do narrativo. Por vezes, a descrição se autonomizava e se tornava ela própria o cerne da matéria literária: *a floresta não deixava ver as árvores*, de acordo com a crítica de Valentim Magalhães a respeito do *estilo superabundante* de Coelho Neto, presumivelmente em prejuízo da idéia e do

⁴⁹³ COELHO NETTO. *Banzo*. Porto: Lello & Irmão, 1912. p. 120.

conteúdo – mas em sua obra o ambiente era por vezes a própria idéia e o próprio conteúdo.⁴⁹⁴

No romance de vertente regionalista, a perspectiva paisagística atendia à fixação de uma memória da vida rural brasileira, concretizada através mesmo da diversidade e da particularidade locais. A descrição da natureza tornou-se um de seus componentes fundamentais do estabelecimento de paisagens *familiares*. Em *Dias de Chuva*, Hugo de Carvalho Ramos conferia forma literária às imagens e ao universo sensorial associados à vivência da natureza sertaneja, evocados no devaneio em que ele se lançou numa noite solitária na cidade: *Vejo, através duma tela úmida, as paisagens distantes do meu torrão natal, e afaz-me a que ando viajando, como antigamente, por esses sertões*.⁴⁹⁵ A encenação desta memória – ou fantasia – era minuciosa e detalhada o suficiente para induzir à visualização do cenário e à reprodução sensorial do contato humano com os elementos da natureza, que compunham um conjunto abundante e pleno, por meio da superposição de diversas imagens. Enfatizava-se sobretudo a sua riqueza em cores, sons, odores, movimentos, a multiplicidade de formas de vida que se acumulavam e que a descrição não apenas enumerava, mas reproduzia em uma sucessão de imagens contrastantes em relação à monotonia urbana – o lugar de onde ele escrevia:

Nas beiradas de mato dos barrancos – onde o carreiro se cavava fundo pelo trânsito continuado – marmeladas de cachorro ofereciam os seus negros e brilhantes frutos maduros, ingazeiros encapotavam-se no alto; saputás polposos, à beira dos córregos, pendiam, num tom berrante de cores escarlatamente retintas, de frutas sazoadas; e perfumes intensos de baunilha e flores silvestres evolavam-se da mata densa, ao misterioso e secreto entreabrir das corolas medrosas... Um grande ramo pendia às vezes, tomando o passo, emperolado de orvalhada; e o alazão, acaçapando-

⁴⁹⁴ COELHO NETTO. *A bico de penna*. fantasias, contos e perfis (1902-1903). 3. ed. Porto: Chardron, 1925. 1. ed. 1905. p. 299.

⁴⁹⁵ RAMOS, Hugo de Carvalho. *Dias de chuva* [1913]. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 63-65. Citação: p. 63.

*se, metia a cabeça, atravessando-o a escorrer. E a floresta prosseguia, interminável e profunda, no silêncio eterno da sua solidão...*⁴⁹⁶

A intensidade deste texto, sentimental e quase inteiramente descritivo, demonstra que o efeito decorativo não é, ao contrário do que afirma Paes,⁴⁹⁷ um enfeite para disfarçar a pobreza da elaboração ficcional. A descrição chegava a ser, como neste caso, autônoma em relação ao fluxo narrativo, e possuía um sentido por si própria, operando a difusão de um conhecimento sobre um ambiente específico, valorizado por sua familiaridade ao autor, e pelo nexo de significações emotivas que materializava. Como bem definiu Sússekind⁴⁹⁸, a constituição do narrador de ficção na literatura brasileira se fez inseparável desse seu *avesso retórico* que é a descrição: o *efeito de lista* que permeia a enunciação descritiva atende certamente a um primado de objetividade vinculado à prática da observação, mas a representação literária da natureza está inegavelmente marcada pelos sentimentos e pela mística que a envolvem, em especial as lamentações nostálgicas que são inseparáveis da memória do sertão que se retrata como uma paisagem sentimental na literatura regionalista.

Por outro lado, a veracidade se impunha como uma das demandas primordiais do estatuto regionalista. A este respeito, a posição de Coelho Neto na literatura regional brasileira é singular, tendo ele sido frequentemente criticado em sua época pela ausência de cor local, de objetividade ou de conhecimento da realidade rural que ele representava em seus romances e contos de inspiração rural. Tristão de Athayde, por exemplo, escreveu a propósito da obra *Sertão: As novelas deste livro traduzem todas elas assunto de vida campestre, mas com uma tal mescla de fantasia que a gente é obrigado a dizer*

⁴⁹⁶ RAMOS, Hugo de Carvalho, op. cit. nota 94, p. 64.

⁴⁹⁷ PAES, José Paulo, op. cit. nota 91, p. 73.

⁴⁹⁸ SÜSSEKIND, Flora. Palavras loucas, orelhas moucas – os relatos de viagem dos românticos brasileiros. *Revista Usp*, São Paulo, n. 30, p. 94-106, 1996. Citação: p. 98.

do seu ‘sertanismo’ o mesmo que Heine, porventura injustamente, disse do lirismo de Vitor Hugo – *forcé et faux*. O título requeria a meu ver mais justeza de traço e mais cor local nas tintas⁴⁹⁹. Brito Broca⁵⁰⁰ observou que Coelho Neto tinha a necessária experiência da realidade rural, mas representou-a de maneira mais sonhadora e imaginativa que realista. Isso não justifica, como aponta o crítico, que a demanda de fidelidade na pintura do real permaneça como critério inquestionado, quando a representação da natureza pelo escritor é essencialmente transfiguradora⁵⁰¹.

O pressuposto naturalista-realista de veracidade e o imperativo de obediência à tradição romântica da *cor local* explicam em parte estas críticas, ao lado da generalizada desconfiança despertada por uma escrita tida como excessivamente decorativa. É entretanto possível que a origem deste tipo de crítica seja fundamentalmente outra: dentre os mais notáveis escritores regionalistas do período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Coelho Neto foi o único que cultivou, ao lado da prosa regional, outros estilos literários, tendo escrito também obras de temática urbana, orientalista, mística, legendária e decadentista⁵⁰². Seria incorreto no entanto apontar sua falta de *compromisso* com o regionalismo, que era já dotado na época de um conjunto

⁴⁹⁹ Citado por: COLARES, Otacílio. Estudo crítico. In: SALES, Antônio. *Aves de arribação* [1914]. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de letras, 1979. p. XVIII.

⁵⁰⁰ BRITO BROCA. Coelho Neto, romancista. In: COELHO NETO. *Coelho Neto: obra seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. p. 3-26.

⁵⁰¹ Brito Broca repete, contudo, o exagero dos demais críticos de Coelho Neto, no que diz respeito à dita ausência de *cor local* na obra do escritor: *Os contos do Sertão e Banzo, por exemplo, ninguém poderá saber onde se desenrolam: falta-lhes de todo cor local*. BRITO BROCA, op. cit. nota 99, p. 16. No conto *Banzo* há algumas referências que permitem identificar com precisão o cenário da narrativa como a região de Vassouras, onde o escritor viveu em propriedade da família de sua esposa.

⁵⁰² Araripe Jr lamentou esta forma de dispersão na obra do escritor. Para o crítico, Coelho Neto era, como Alberto Rangel, um *assombrado*, ou seja, um artista cuja sensibilidade havia sido profundamente marcada pela impressão da natureza brasileira, universo desconcertante de sensações e imagens, gerador do *estilo tropical*: *Não lhe perdão a digressão católico-simbólico-literária em que tem andado a perder um tempo precioso. As suas pastorais e os seus Cristos não se coadunam com a pena que traçou a Praga, Os velhos e outros primores de observação e estilo*. ARARIPE JR, Tristão de Alencar. *Inferno verde: cartas a Euclides da Cunha* [1909]. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1970. V. 4. p. 251-257. Citação: p. 256.

de pressupostos, temáticas e valores: o exílio, o saudosismo, a descritiva paisagística, a reprodução da narrativa popular, o registro da tradição e da cultura rural, e sobretudo, o enraizamento do homem na natureza e a afirmação da vida no campo como núcleo da autenticidade brasileira *em oposição* à vida urbana, modernizada e estrangeirizada. A demanda de veracidade deve ser compreendida não apenas em função dos padrões críticos da época, como ao próprio significado que a literatura sertanista vinha adquirindo no Brasil, no sentido da recomposição de uma origem rural que, sendo a dos próprios escritores, tornava-se também a de toda a nacionalidade.

Essas críticas a Coelho Neto demonstram que o discurso regionalista já estava bem estabelecido. Entretanto, foi exatamente ele um dos autores mais reconhecidos por seus próprios pares como um dos próceres da literatura regionalista, e um dos ardorosos defensores da idéia de que *o interior é que é verdadeiramente a Pátria, lá é que pulsa o coração da nacionalidade*⁵⁰³. Talvez tenha sido ele um dos escritores que trabalhou de forma mais enérgica a noção de um sertão *tout court*, realidade bárbara e originária caracteristicamente brasileira que, extremamente variada na perspectiva das paisagens locais, instaurava uma memória a partir da percepção da ruptura com o passado. Como acentuou Lowenthal,⁵⁰⁴ a criação de uma continuidade com o passado é absolutamente necessária para a assimilação da mudança, e a mudança era o principal tema da

⁵⁰³ COELHO NETO. *Breviário cívico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1957. p. 76. 1. ed. 1921. A influência de Coelho Neto na afirmação da literatura regionalista é inegável, especialmente porque ele foi um dos pioneiros no gênero – o volume de contos *Sertão* foi publicado em 1896. Paulo Coelho Neto chegou a considerar *Praga*, publicado pela primeira vez em 1890 no jornal *Correio Paulistano*, *o primeiro conto regional em nossa literatura*. COELHO NETO, Paulo. Imagem de uma vida. In: COELHO NETO. *Coelho Neto: obra seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. p. LXXXV-CV. Citação: p. LXXXVIII. Entre os escritores gaúchos, por exemplo, encontramos incorporada à edição de *Lendas do Sul*, de Simões Lopes Neto, uma carta em que Coelho Neto agradece a dedicatória do conto *O negrinho do pastoreio*. *Tapera*, de Alcides Maya, é prefaciada por outra carta do escritor. Ambos os textos, publicados à guisa de legitimação por um escritor consagrado nas letras nacionais, têm um certo aspecto de manifestos pela literatura regional, definindo sua importância cultural: o registro da cultura popular e a contraposição à influência da cultura estrangeira.

⁵⁰⁴ LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University, 1985. p. 69.

intelectualidade brasileira da época – mesmo que *virtualmente* indesejável, era tida como inevitável. O sertão tornou-se sobretudo um *lugar de memória*, onde seus restos se condensavam e se refugiavam e onde seria possível restabelecer uma imagem de permanência. Lugares de memória são consagrados para a encarnação da memória ancestral, mítica e presentificadora, que foi alienada e que agora se fixa neles, ainda que dependentes da mediação e do distanciamento da história. São, portanto, resíduos: de sacralidade num mundo que se presume dessacralizado; de enraizamento para os desenraizados; de particularidades frente à homogeneização; de comunitarismo onde se perderam os vínculos entre o indivíduo e a coletividade.⁵⁰⁵

A partir do final do século XIX, o *sertão* encarnou, na literatura brasileira, esses resquícios de memória, que emergiam no âmago das identidades individuais, uma vez que à medida do esfacelamento do equilíbrio tradicional a memória deslocava-se em direção à subjetividade, deixando de ser vivida coletivamente. A mobilização do imaginário romântico devia certamente muito a esta ênfase na relação pessoal com o passado, na criação de uma idéia de origem e de pertencimento que enraizava a identidade, definitivamente desvinculada do passado, doravante tido como totalmente outro⁵⁰⁶. O conjunto das paisagens, das infâncias, das narrativas que sobrevivem dentro dessas memórias pessoais escreveu a literatura rural brasileira, constituindo um *sertão* do qual esta própria memória afasta radicalmente o sujeito, distanciado no tempo e no espaço. Os muitos sertões possíveis se localizam todos, é certo, alhures e no pretérito. Na literatura brasileira, esse aspecto mostra-se coerente com uma das metáforas mais recorrentes da visão evolucionista, como forma de reportar as diferenças e desvios: os

⁵⁰⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-29, dez. 1993.

⁵⁰⁶ NORA, Pierre, op. cit. nota 104.

aspectos não modernos presentes no mundo moderno – outras raças e culturas, mais comumente – são traduzidos como resquícios do passado, formas de acesso a estágios da evolução já superados pela modernidade, sendo o contemporâneo entendido como uma grande colcha de retalhos onde diversas épocas conviviam simultaneamente. Estavam, assim, abertas as portas de acesso ao primitivo, e não há como negar o olhar antropológico que muitos desses escritores adotavam em sua abordagem da vida rural.

Que cruel vingança não toma aquela época longínqua por lhe teres sobrevivido!

Afonso Arinos, *A cadeirinha*, 1898

A obra de Afonso Arinos concretizou o recuo simbólico em direção à origem cultivando simultaneamente o gênero regional e a ficção de fundo histórico, tendo sido ele um estudioso do Brasil colonial⁵⁰⁷. Entretanto, o conto *A cadeirinha* exprime um olhar bastante diverso do que se espera de um culto ao passado, ao observar e refletir sobre o antigo equipamento dos tempos da colônia lançado ao fundo de uma sacristia de cidade pequena do interior. Depois de descrever minuciosamente o objeto e indagar-se sobre o significado das imagens do passado gravadas na madeira, perdendo-se em devaneios sobre seu antigo significado, o escritor deteve-se na reflexão sobre a

⁵⁰⁷ Esse veio histórico da obra de Afonso Arinos foi explorado em sua peça *O contratador de diamantes* – que teve um fragmento reproduzido em *Pelo sertão*. O autor morreu na Europa, em 1916, e havia se tornado, na segunda década do século XX, um símbolo para a intelectualidade brasileira. Em 1919, a peça foi montada com o patrocínio e a participação direta de eminentes representantes da sociedade paulistana, e imediatamente louvada pelo seu valor cívico e pela sua exaltação da origem colonial brasileira. Sevcenko observou a confluência entre o projeto modernista e esta vertente nativista de descoberta do passado e da cultura popular brasileira, havendo ambos encontrado o incentivo da elite paulista. SEVCENKO, Nicolau, op. cit. nota 53, p. 240-246.

sobrevivência dos vestígios do passado. A perspectiva que adotou não conduziu entretanto a nenhuma forma de apego sentimental ao objeto, mas a uma melancólica constatação da ausência de sentido em sua sobrevivência:

Que cruel vingança não toma aquela época longínqua por lhe teres sobrevivido! Coisa inteiramente fora de moda, o contraste flagrante que formas com o mundo circundante é uma prova evidente de tua próxima eliminação, ó velha cadeirinha dos tempos mortos!

*Mas é assim a vida: as espécies como os indivíduos vão desaparecendo ou se transformando em outras espécies e em outros indivíduos mais perfeitos, mais complicados, mais aptos para o mundo atual, porém muito menos grandiosos que os passados.*⁵⁰⁸

Observe-se que o termo *grandioso* não possui, nesta profissão de fé darwinista, um sentido nem um pouco lisonjeiro, denotando antes o peso da inadequação dos grandes organismos ao presente, uma vez que na visão do autor o progresso estava na desagregação e na dispersão. A natureza foi assim definida como o espaço de contínuos processos de mudança, lentos, mas perceptíveis no curso do tempo, dentro de uma concepção naturalista em que o movimento da história mostrava-se desprovido de qualquer sentido metafísico, face à descrença nas revoluções e nas utopias. Os velhos sofriam, nesta perspectiva, de um exílio no tempo, permanências melancólicas num mundo em que não existiam mais seus pares, em que seus hábitos e seu universo de valores haviam caído em desuso, e do qual desapareceram seus objetos de afeição. Não restava a estes exilados num tempo sem sentido senão a benfazeja morte que os poupava do doloroso ridículo de sua permanência num mundo onde eles não mais se adequavam. Mirando a cadeirinha, o escritor manifestou seu desejo de vê-la reduzida a cinzas o mais rápido o possível, pois segundo ele a aniquilação era preferível à sua exposição à curiosidade pública ou à sua entrega à observação burguesa em algum

⁵⁰⁸ ARINOS, Affonso, op. cit. nota 84, p. 54-55.

museu. Para ele, a aniquilação era preferível sobretudo à decadência. Esta é um dos temas fundamentais da literatura brasileira no final do século XIX e início do XX.

Definindo sentidos relacionados ao caráter destrutivo do tempo e à fatalidade do declínio, condensando a percepção de um presente esgotado em face de um passado onde se encontravam as fontes de todas as idéias e princípios que guiam e controlam a vida dos indivíduos e das sociedades, o tema da decadência é um mito fundamental em diversas tradições culturais.⁵⁰⁹ No ocidente moderno, a idéia da decadência floresceu paralelamente à de progresso, incorporando a queda como uma ameaça latente contida no próprio movimento da história. Nenhuma dessas duas categorias, que indicam uma direção ou tendência da mudança social, tem valor em si mesma: as idéias de decadência e progresso são, além disso, essencialmente intercambiáveis entre si. No imaginário romântico, por exemplo, a racionalização e a tecnologização características da marcha ascendente da sociedade capitalista foram definidos como sinais de perda, desumanização, empobrecimento e alienação espiritual, ou seja, indicavam uma trajetória de decadência.

Os últimos anos do século XIX assistiram a transformações intensas na vida artística e intelectual do ocidente, na forma de um profundo questionamento dos paradigmas do conhecimento e da criação estabelecidos no decorrer daquele século. Emergiram a partir daí formas radicais de reversão do otimismo progressista dos anos anteriores, em que haviam sido predominantes a confiança absoluta na evolução da sociedade e a crença na possibilidade de correção dos males sociais, a partir da visão

⁵⁰⁹ No ocidente, o emprego do termo, originado do substantivo latino *decadentia*, e sua aplicação a uma realidade social ampla é relativamente recente. No século XVII, era atribuído aos destinos de reinos e impérios, e no século XVIII passou a ser relacionado ao declínio de uma cultura ou uma civilização. CHAUNU, Pierre. *Histoire et décadence*. Paris: Perrin, 1981.

nítida de um futuro de progresso irrestrito. Na década de 1890, auferiram grande popularidade teorias sociológicas e modas literárias dirigidas para o irracionalismo, a violência, o lado obscuro da realidade, e divulgaram-se concepções científicas e filosóficas voltadas para aspectos da existência que haviam sido até então sistematicamente negados ou relegados a segundo plano: as motivações irracionais da conduta, a imaginação como força criativa, os fenômenos inexplicáveis, o lado oculto do comportamento humano, a valorização da idéia e do conceito de inconsciente. A noção de decadência foi a partir de então incorporada à modernidade de forma autoconsciente. A percepção de que se vivia um período decadente devia-se sobretudo a uma mudança de valores no sentido da ênfase crescente da produção intelectual em aspectos da existência tidos como destrutivos ou ameaçadores⁵¹⁰. Na França, a chamada *geração de 1890* das ciências sociais utilizou os princípios da visão de mundo darwinista e incorporou à sua interpretação da história humana o sentido da *degenerescência*⁵¹¹, como perversão da ordem da natureza, ameaça fantasmagórica ao futuro da civilização representada pela ascensão das massas na sociedade democrática e liberal. Criou-se uma visão temerosa e pessimista da realidade, com o desenvolvimento de uma sociologia que enfatizava as coletividades orgânicas, movidas por forças irracionais e instintivas, pela hereditariedade e pelas pressões do meio – a nação como entidade ancestral, as multidões e os grupos raciais foram sujeitos privilegiados, a violência, o crime e a loucura tornaram-se temas emergentes. A psique adquiriu

⁵¹⁰ FREUND, Julien. *La décadence: histoire sociologique et philosophique d'une catégorie de l'expérience humaine*. Paris: Sirey, 1984.

⁵¹¹ Na definição original de Morel, o termo significava, para a ciência psiquiátrica, *um desvio doentio de um tipo primitivo. Este desvio, mesmo que se suponha de origem simples, contém entretanto os elementos de transmissibilidade de uma tal natureza, que aquele que carrega o germe se torna cada vez mais incapaz de exercer sua função na humanidade, e o progresso intelectual já travado em sua pessoa se encontra ainda ameaçado na de seus descendentes*. Morel, 1857, apud NORDAU, Max. *Dégénérescence*. Tradução Auguste Dietrich. Paris: Ancienne Librairie Germer Bailière, 1894, v. 1, p. 32.

crescente privilégio sobre a razão, e o próprio conceito de racionalidade foi expandido para além da estrita lógica científica empirista e pragmática⁵¹². Mesmo que essas novas pesquisas se servissem inicialmente de procedimentos convencionais, a emergência de novos objetos na ciência social acabou por conduzir ao questionamento da metodologia em vigor, que se mostrava incapaz de descrever um real que parecia cada vez mais ampliado e inapreensível. O generalismo positivista foi questionado em profundidade, à medida que se conferia maior atenção às peculiaridades da experiência e da observação individual.

Esta percepção de que se vivia um momento de declínio da civilização ocidental definia duas correntes essencialmente opostas. A primeira delas buscava através da crítica cultural e social descrever ou denunciar a queda, imprecando contra a emergência de espíritos degradados e suas obras corruptoras. A segunda, ao contrário, glorificava e explorava ao máximo as formas e as experiências ligadas à decadência, por acreditar que a corrupção possuía um poder redentor, permitindo superar as convenções do cotidiano e a mediocridade da vida burguesa. Os ainda influentes entusiastas do progresso linear e contínuo passavam portanto a conviver com duas linhas intelectuais opostas *a eles* e *entre si*: os doutrinadores da degenerescência, de formação darwinista, voltados para as questões da raça, da sexualidade e do gênero, que definiriam as condições da inferioridade humana e os desvios patológicos em relação ao que era considerado o fluxo natural da existência; e os criadores da estética decadentista-

⁵¹² Exemplos significativos desta sociologia são as obras *La psychologie des foules*, de Gustave le Bon, notório divulgador das teorias racialistas, *Les selections sociales*, de Vacher de Lapouge e *La ruine du monde antique*, de Georges Sorel, reflexão sobre a decadência da civilização greco-romana que espelhava o temor do declínio modernidade ocidental. Cabe ainda acentuar a importância da escola antropológica italiana e suas investigações sobre a inferioridade e as anomalias fisiológicas como determinantes das convulsões sociais, das patologias psíquicas e da criminalidade, cujo representante mais notório é Cesare Lombroso. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. BORIE, Jean. *Mythologies de l'héritage au XIX^e siècle*. Paris: Galilée, 1981.

simbolista, que viam na degeneração, na irracionalidade e no culto do artifício possibilidades criativas inauditas à medida da expansão da sensibilidade, da percepção e da linguagem⁵¹³.

Esta segunda vertente tomou forma e constituiu um movimento cultural definido em torno de um imaginário e de uma estética que se intitulou *decadente* ou *decadentista*. As origens desta estética estão, como definiu Praz,⁵¹⁴ uma vertente negra do romantismo, especializada em *motivos viciosos e cruéis*, uma sensibilidade aterrorizada e atraída pela idéia do abismo, e uma melancolia exasperada pelo sentimento do fim de uma raça. Em termos de linguagem, a profusão do exercício descritivo, a relevância dos detalhes, a exaltação do poder de imaginação que libertaria das restrições da racionalidade são algumas das características fundamentais de uma literatura que tendeu a cultivar o artifício, e que nutriu verdadeira aversão à natureza. O mundo em estado bruto inspirava terror, e a própria idéia de eternidade a ele associada era rejeitada pela adoção irrestrita de uma temática da fugacidade, da rapidez das sensações, da artificialidade do espírito destinado a corrigir pela arte o mundo natural imperfeito e rude.⁵¹⁵

O decadentismo *fin-de-siècle*, estetizante, mistificador e alheado da realidade concreta traduziu a quebra do cânone naturalista,⁵¹⁶ de sua técnica científica e da prisão

⁵¹³ KARL, Frederick Robert. *Moderno e modernismo: a soberania do artista (1885-1925)*. Tradução Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

⁵¹⁴ PRAZ, Mario. op. cit. nota 62.

⁵¹⁵ JOUVE, Séverine. *Obsessions et perversions: dans la littérature et les demeures à la fin du dix-neuvième siècle*. Paris: Hermann, 1996. CALINESCU, Matei. *The idea of decadence*. Blomington: Indiana University, 1977.

⁵¹⁶ Tendo sido um dos colaboradores da coletânea *Soirées de Médan*, editada em 1880, e de algumas outras obras didaticamente naturalistas, o mais ilustre criador do decadentismo, Joris-Karl Huysmans, lançou em 1884 a obra fundadora *À rebours*. Nesta ele elaborou uma verdadeira teorização do simbolismo decadentista e criou des Esseintes, sua personagem arquetípica: um excêntrico intelectual

da causalidade, herdeiro dos motivos mais obscuros do imaginário romântico. O decadentismo repudiou a frieza e a objetividade científicas em favor de um culto do artifício que transformava a realidade em espetáculo, a partir de uma estética onírica, lendária, voltada para o ocultismo e os mistérios do mundo imaterial. Seus personagens característicos moviam-se entre fronteiras instáveis, entre a vida e a morte, o masculino e o feminino, o sagrado e o temporal, os mais bizarros desejos carnavais e a mais elevada espiritualidade. A excentricidade decadentista somou-se e acabou por confundir-se com a mais notória reencarnação do espírito romântico na época, o simbolismo, para promover uma radical exploração do inconsciente e da irracionalidade, do misterioso e do inexplicável, criando a partir daí uma forma de pesquisa propriamente estética de grande importância para a afirmação da liberdade criativa promovida pela arte modernista. O simbolismo ampliou a percepção do mundo expandindo as perspectivas temporais e espaciais de modo a dissolver suas fronteiras e criar assim condições para uma apreensão poética da realidade.

A emergência do movimento decadentista-simbolista não representou contudo o colapso definitivo do naturalismo, ainda que em sua fórmula mais estrita este desse nítidos sinais de exaustão à medida do questionamento radical dos princípios científicos convencionais, em sua observação rigorosa, sua busca de regularidades, sua atenção às minúcias e às essências, e sua lógica de causa e efeito. Afirmou-se o notório ecletismo da literatura finissecular, numa atmosfera intelectual de agitação, de insatisfação e de inquietação frente à vida moderna e às radicais mudanças que ela impunha às relações humanas, à paisagem, ao ritmo do tempo e da experiência, que cabia representar com

isolado do mundo, fisicamente degenerado, último representante de uma estirpe nobre, imerso em um ambiente sinestésico totalmente artificial e repleto de ilusionismos. JOUVE, Séverine. op. cit. nota 114.

igual intensidade. Estabelecia-se uma visão de mundo em que as categorias fixas e estáveis pareciam entrar em processo de desagregação, o que possibilitou o cruzamento de linhas de pensamento até então tidas como mutuamente excludentes. Com o esfacelamento da absoluta confiança no progresso, no equilíbrio social e na possibilidade de apreensão objetiva de um real multiplicado, a idéia de revolução e a percepção da inerente instabilidade da sociedade de massas demonstravam a possibilidade de transformação abrupta, de ruptura violenta e inesperada. Obcecado com a morte e com a espiritualidade, o simbolismo foi uma linguagem vital para a emergência desta percepção, uma vez que alçou a imaginação ao atemporal e ao transcendente para além da linearidade da razão positivista.⁵¹⁷

Como o primitivismo que florescia paralelamente na Europa fim-de-século, o decadentismo acentuou a recusa dos valores do progressismo e do positivismo, frente aos quais apresentou uma beleza inútil e fatal. À dessacralização do mundo, às certezas positivistas e à lógica de causa e efeito, o decadentismo opôs o mistério capaz de gerar o espanto, a admiração e a suspensão do tempo proporcionados pela narrativa mítica. Em sua revolta contra a razão, a tradição e as normas, este movimento estético cristalizou a falência do materialismo e da crença absoluta no progresso. Ele fez parte, assim, de um desejo renovador que recorria ao maravilhoso, ao misterioso, à manipulação de figuras míticas, a formas de recuperação mística e religiosa, à revalorização do universo interior, caminhando para a ênfase no irracional e no universo das sensações transgressoras definido pela literatura do romantismo. Esse movimento fez parte de um amplo processo de recusa das motivações racionais da conduta, observado a partir da

⁵¹⁷ BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James. O nome e a natureza do modernismo. In: BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James (Org.). *Modernismo: guia geral*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 13-42.

última década do século XIX, e em grande parte tributário do darwinismo social, em sua negação da consciência e da escolha racional. Naquele fim de século, a noção de inconsciente emergia na vida intelectual com uma força irrefreável, à medida que se entendia que a consciência e as paixões não seriam suficientes para explicar o homem e a sociedade⁵¹⁸. A criação da psicanálise foi um processo chave neste conjunto, permitindo entremear o mundo mental e espiritual ao mundo material, estabelecendo relações inesperadas entre eles e fazendo assim repensar todo o domínio do conhecimento e da experiência. A idéia de uma camada profunda e obscura na constituição do ser elucidaria o mistério profundo das relações humanas, que escapavam à ética e à racionalidade. Essas *determinações fatais* até então definidas como *hereditariedade* foram assim absorvidas no seio do novo conceito, que se tornou elemento fundamental das teorias que, no contexto da ciência darwinista social, buscavam por exemplo explicar os desvios de comportamento e a psicologia coletiva. O conceito acabou por promover, como demonstrou Karl⁵¹⁹, a abertura de um novo campo para a pesquisa e a expressão artística, tornando-se elemento-chave na formação do movimento modernista, em sua linguagem, sua estética e sua temática: sob a camada visível do real, jaziam as bastante vastas e profundas motivações da subjetividade, não redutíveis à razão, à natureza ou a uma lógica linear, mas constituindo, ao contrário, um campo de energia povoado de imagens fragmentárias em constante movimento.

O decadentismo proclamava, contra o pragmatismo e o bom senso, a supremacia absoluta da arte e de formas estéticas raras, bizarras, excepcionais, traços marcantes de

⁵¹⁸ Na visão de Borie, o inconsciente tornou-se um conceito fundamental do debate ideológico na França bem antes que Freud o transformasse em categoria chave da formação do sujeito, em parte pela tradução da *Filosofia do Inconsciente* de von Hartmann, em 1869, em parte pelo que qualifica como a *presença implícita, operatória*, do conceito, antes mesmo que ele chegasse a ser nomeado. BORIE, Jean, op. cit. nota 111.

⁵¹⁹ KARL, Frederick Robert, op. cit. nota 112.

uma literatura que não raro causou escândalo por sua negação dos padrões e por procurar estabelecer uma beleza no âmago da feiúra, da perversão, do sofrimento e da doença. A própria aceitação e emprego do epíteto *decadente* demonstra que este projeto estético não visava tanto estabelecer uma forma singular de representação do mundo quanto desfazer o que existia pela instauração de forças artificiais e sempre contrárias ao sentido do progresso, revertendo os valores vitais e projetando-os em outros lugares – exóticos, artificiais ou transcendentais – e demonstrando assim a inevitável aniquilação da ordem estabelecida. A literatura fim-de-século enunciava um entendimento pessimista da vida, seja na ênfase nos aspectos mais tenebrosos da existência, como no naturalismo, pela idealização do passado, pela criação de universos interiores atemporais e cenários artificiais ultra-refinados, ou pela exploração do imaginário gótico da literatura fantástica. A melancolia pós-romântica encontrava-se aí conduzida ao extremo, originando-se do sentimento da degradação física e mental da raça. A decadência aterrorizava o credo positivista opondo a seu mundo dessacralizado os mistérios que recriariam a admiração e o espanto da narrativa mítica. E o realizava através da profanação: só o que é sagrado pode ser profanado.⁵²⁰

O termo *degenerescência*, originado das ciências biológicas, difundiu-se amplamente pela ciência darwinista social, e foi durante esta época um avatar científico, reacionário e pseudo-médico da idéia da decadência. Ele resumia, de modo geral, os males físicos e psíquicos associados à vida moderna, entendidos como sintomas de manifestações patológicas no organismo social, ligadas à corrupção moral e material.

⁵²⁰ RANCY, Catherine. *Fantastique et décadence en Angleterre: 1890-1914*. Paris: CNRS, 1982. LINGUA, Catherine. *Ces anges du bizarre: regard sur une aventure esthétique de la Décadence*. Paris: Nizet, 1995.

Como demonstrou Hawkins,⁵²¹ um dos pontos de indeterminação presentes nos próprios princípios básicos da teoria darwinista, e que explicam a amplitude de sua influência, era justamente o fato de que o darwinismo não se comprometia a respeito de qual era a direção particular a ser assumida pela mudança, que poderia vir a ser evolutiva ou involutiva. Em função disso, as teorias da degeneração tornaram-se tão prolíficas quanto as teorias do progresso. Ao afirmar que os homens eram desiguais entre si, e que as desigualdades eram transmitidas geneticamente, as teorias social-darwinistas supunham uma pré-seleção biológica que traçava os destinos humanos. As manifestações da degenerescência concretizavam-se nos problemas sociais que emergiam nas grandes cidades, onde o terror das massas assimiladas pela democracia era traduzido como um abastardamento racial. Isso explica o hiato observado por Weber entre a obsessão da decadência que ocupava as mentes da elite cultural, e a realidade concreta, num momento em que as condições de vida, os meios de aprimoramento intelectual e de ascensão social apresentavam melhorias significativas⁵²².

A idéia de degeneração firmou-se na ciência evolucionista também porque era um elemento fortemente implicado nas teorias raciais, e que o racismo social darwinista não deixou de incorporar. Este é um dos aspectos mais significativos da obra de um dos pioneiros da ciência racial, o conde de Gobineau, para o qual a idéia de degeneração era inerente ao próprio movimento da história: a degeneração de uma raça definiria a perda do valor intrínseco que ela possuía anteriormente, uma vez que o sangue de seus fundadores seria crescentemente alterado por alianças sucessivas com raças estrangeiras e inferiores. Esse processo seria inevitável, à medida que a formação de uma nação

⁵²¹ HAWKINS, Mike. *Social darwinism in European and American thought, 1860-1945 – nature as model and nature as threat*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

⁵²² WEBER, Eugen. *Fin de siècle: la France à la fin du XIXe siècle*. Tradução Philippe Delamare. Paris: Fayard, 1986.

estabeleceria paulatinamente uma comunidade de trabalhos e interesses que dissolveria o rancor e o orgulho da conquista, levando à miscigenação. O resultado disso é que as instituições, hábitos e leis abandonariam seu espírito original e se deteriorariam crescentemente, até serem completamente eliminados pela presença majoritária das *raças inferiores*.⁵²³ Estas idéias foram muito influentes, tendo sido recuperadas e intensamente exploradas pelas teorias raciais do darwinismo social, especialmente quando em questão estava a problemática da miscigenação⁵²⁴, mas também por veicularem uma certa concepção da história como um ciclo descrito pela alternância de períodos de apogeu e de uma inevitável decadência.

O sentido cultural da decadência foi definido na própria época como a percepção de um excesso, ou o sintoma do esgotamento de uma civilização que realizara demais, que acumulara demais e que estaria sofrendo naquele momento de uma espécie de fadiga, misturada a um certo tédio que escondia a descrença no futuro. O fim do século seria excessivamente civilizado porque havia acumulado muita coisa, de forma que o passado pesava como nunca antes, e conduzia à hipertrofia da reflexão. Essa idéia, tão comum nas décadas de 1880 e 1890, foi renunciada por Friedrich Nietzsche na segunda de suas *Considerações Intempestivas*, escritas em 1874, em que o filósofo denunciava o demasiado apego de sua época ao passado. Frente a um acúmulo de textos escritos e fatos relatados, a sociedade ocidental era, segundo ele, incapaz de esquecer até mesmo o que não era capaz de apreender, quando ao contrário a riqueza da cultura histórica residiria tão somente em sua aptidão de fazer vislumbrar as potencialidades do

⁵²³ GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines* [1853-1855]. In: _____. *Oeuvres*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1983. V. 1. p. 133-1514.

⁵²⁴ As obras do conde de Gobineau tiveram forte influência na formação da teoria racial de Sílvio Romero, tendo inspirado algumas de suas idéias sobre miscigenação e criação cultural. CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.

futuro e inserir-se no fluxo de uma nova existência – isso implicava saber quando negar e quando afirmar o sentido histórico. Embora considerasse o conhecimento do passado uma instância fundamental para a vida humana, Nietzsche afirmava que a história científica de seu tempo não estava a serviço da vida, mas se impunha a ela de modo esmagador, com conseqüências terríveis para o homem moderno, incapaz de construir um saber relevante a partir do volume incoerente e desmedido de fontes de que dispunha. O resultado disso seria, portanto, uma cultura desvitalizada e decadente, pois o exterior estaria invadindo a interioridade humana, disforme apesar de extensa, incapaz de absorver a abundância de fatos que se impunham a ela. Na visão do filósofo, face a este estímulo frenético da memória, à contínua recepção de novas informações, e ao excesso de história, impunha-se a crença no envelhecimento da humanidade, e adotavam-se as atitudes de ironia, cinismo, egoísmo, inércia, debilidade, falta de autocontrole, e abuso da crítica. Conseqüentemente à destruição de suas energias vitais, a humanidade estaria, portanto, *em vias de degenerescência*. A cultura ocidental teria perdido a autenticidade que só poderia ser reconquistada pelo retorno ao instintivo, verdadeiro guia do conhecimento humano, que submeteria a história à vida e restabeleceria as perspectivas de presente e futuro⁵²⁵.

A idéia do excesso de civilização teve sua expressão mais notória em *Degenerescência*, de Max Nordau, que aliás dedicou grande parte da obra a uma furiosa condenação da *arte degenerada* representada pela literatura do decadentismo. Na visão de Nordau, seu tempo assistia a um tipo de perturbação intelectual que tinha como sintomas o misticismo – compreendido como a incapacidade de articular o pensamento

⁵²⁵ NIETZSCHE, Frederico. *Considerações intempestivas*. Tradução Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, [19--].

de forma clara, e de controlar as emoções –, o egotismo – aberração dos instintos que conduziria ao desejo de experimentar impressões fortes, – e o falso realismo, advindo de teorias estéticas que conduziriam ao pessimismo e à inclinação para as representações vulgares. Esses elementos de degenerescência, que haviam sido até então na história humana esporádicos e isolados, portanto irrelevantes para a vida social, estariam se tornando naquele fim de século realmente ameaçadores, e eram atribuídos à influência perniciosa das grandes cidades, onde crescia o número de loucos e criminosos, dentre eles muitos artistas, *a gentilha dos pastichadores em arte e em literatura*, que incorporavam a insânia à sua falsa estética.⁵²⁶ A outra causa fundamental da degenerescência seria o cansaço da civilização, exposta a estímulos delirantes e inovações contínuas que teriam sobrecarregado o organismo humano, enfraquecendo-o e tornando-o suscetível à demência, o que estaria se refletindo na vida artística e ameaçava destruir o legado da civilização ocidental:

*No mundo civilizado reina incontestavelmente uma disposição de espírito crepuscular que se exprime, entre outras coisas, por todos os tipos de modas estéticas estranhas. Todas essas novas tendências, o realismo ou naturalismo, o decadentismo, o neo-misticismo e suas subdivisões, são manifestações de degenerescência e de histeria, idênticas aos estigmas intelectuais observados clinicamente e incontestavelmente estabelecidos. E a degenerescência e a histeria são, de sua parte, as conseqüências de um desgaste orgânico exagerado, sofrido pelos povos em seguida ao aumento gigantesco do trabalho a ser feito e do forte crescimento das grandes cidades*⁵²⁷.

⁵²⁶ NORDAU, Max, op. cit. nota 110, v. 2, p. 525.

⁵²⁷ No original: *Dans le monde civilisé règne incontestablement une disposition d'esprit crépusculaire qui s'exprime, entre autres choses, par toutes sortes de modes esthétiques étranges. Toutes ces nouvelles tendances, le réalisme ou naturalisme, le decadentisme, le néo-mysticisme e leurs subdivisions, sont des manifestations de dégénérescence et d'hystérie, identiques aux stigmates intellectuels de celles-ci cliniquement observés et incontestablement établis. Et la dégénérescence et l'hystérie de leur côté sont des conséquences d'une usure organique exagérée, subie par les peuples à la suite de l'augmentation gigantesque du travail à fournir et du fort accroissement des grandes villes.* NORDAU, Max, op. cit. nota 110, v. 2, p. 78.

A expressão *fim de raça* foi tomada pelo autor como análoga à degeneração social. Cabe ressaltar o fundo biológico das admoestações de Nordau, uma vez que o fulcro de sua idéia de degenerescência era a consideração de uma ordem natural de irretocável estabilidade, que afinal substituíra a abolida noção do transcendente. Qualquer desvio em relação à natureza, especialmente em questões relativas ao gênero, à raça e à sexualidade, era tomado como sintoma, ou melhor, *estigma*, de degeneração. Ainda que não duvidasse da gravidade da situação moral de seu tempo, Nordau não postulava que esta degenerescência fosse capaz de aniquilar a civilização. Enquanto a humanidade saudável continuaria sua marcha evolutiva, os degenerados seriam incapazes de adaptar-se às condições da natureza e da civilização, sendo portanto condenados à derrota na luta pela sobrevivência, e destinados a desaparecer. Frente à ameaça da decadência, o pensamento do progresso era contudo ainda capaz de se restabelecer e de se impor.

Na visão de Jourde,⁵²⁸ o florescimento da idéia de decadência no fim do século XIX pode ser compreendido de uma forma distinta deste alegado sentimento de fadiga causada por um excesso de civilização. Segundo ele, o pensamento e o discurso em torno do peso do passado eram possíveis não pelo passado em si mesmo, mas pela consciência que se adquiria dele, e pelos meios que a possibilitavam. Na segunda metade do século XIX, a história e a história literária tais como as conhecemos hoje acabavam de ser constituídas, de forma que se abriu o problema do significado para o pensamento de se ter uma história. À medida que o passado se tornou uma forma de reflexão sobre o presente, este se viu relativizado e transformado na conclusão de um longo encadeamento de fatos cuja origem fugia dele. O excesso de civilização era

⁵²⁸ JOURDE, Pierre. *L'alcool du silence: sur la décadence*. Paris: Honoré Champion, 1994.

também o excesso de um passado que se tornara um peso morto: ao invés de definir uma identidade, o passado a destruía. A historicização do pensamento conduziu, na visão do autor, à fragmentação da realidade, dado que ao mesmo tempo em que enviava o passado em direção ao presente, a história passava a estabelecer as particularidades das formas de consciência específicas a cada cultura. A realidade presente podia daí em diante ser pensada a partir de outros tempos e de outros lugares aos quais não se tinha acesso. O cansaço decadente do fim de século não seria portanto resultado de um excesso real de cultura, e sim da tomada de consciência da cultura como ausência, à medida da generalizada relatividade que acompanhou a formação do ser histórico, e que o reenviava para fora de si mesmo. A especificidade histórica deste final do século XIX não residiria exatamente, assim, na idéia de fadiga ligada à *abundância de descobertas e de inovações*, mas na impossibilidade da consciência de pensar continuamente todos os seus objetos. A decadência seria deste modo a expressão da historicidade da consciência. O cansaço fim-de-século derivaria não do excesso de objetos a serem incorporados ao pensamento, mas do excesso de possibilidades de se pensar sobre cada objeto existente, o que, segundo Jourde, esgotou a consciência e levou-a à busca de se liberar de si mesma, desejo de morte e de aniquilação característico da literatura da decadência, em sua estética fronteira em que a beleza se realizava na sua própria negação. A superabundância decadente é definida, assim, como um artifício que busca reproduzir a retomada do passado que se operava naquele momento.⁵²⁹

As correntes estéticas do fim de século promoveram o questionamento do cânone realista a partir de vários pontos de vista que tinham em comum a negação da linearidade progressista da história, dirigindo sua sensibilidade para os vieses da

⁵²⁹ JOURDE, Pierre, op. cit. nota 127, p. 65-73.

consciência expostos através de associações livres, em patente subversão da lógica diacrônica, processo de grande importância para a estética modernista. O período irracionalista pós-1890 é bem mais do que pós ou neo-romântico, e pode ser sintetizado pela atração exercida pela noção de inconsciente e seus desdobramentos, sua expansão em direção à inquirição psicológica e estética, plenamente desenvolvida pelo modernismo. O símbolo mostrou-se um recurso fundamental para a afirmação desse procedimento, como centro imagético capaz de conceber a simultaneidade de manifestações contraditórias entre si. Esta nova ordem simbólica foi estabelecida por meio da noção do mito, através da qual imaginação e subjetividade promoviam uma nova forma de perceber a realidade fragmentária que a poesia era capaz de rearranjar, e que o sonho, promovido a categoria cognitiva fundamental pela nascente psicanálise, apreendia em seus aspectos díspares e contraditórios a partir do procedimento da livre associação. A arte não era mais tida como uma expressão direta do mundo material, mas adquiriu o papel redentor de dar forma ao acaso. Sua origem deveria estar na imaginação que articulava a experiência da modernidade a uma forma de transcendência atemporal. O modernismo herdou do simbolismo sua sensibilidade perscrutadora, sua transcrição do imaginário romântico para uma estética moderna e irônica feita de exageros, elipses, formas múltiplas e vagas, na qual os sentidos se apuravam, a indefinição se estabelecia, a realidade era decomposta em fragmentos e impressa em símbolos do primitivo, do oculto e do passado⁵³⁰. A sensibilidade modernista nasceu a partir do que Bradbury e McFarlane⁵³¹ definiram como um *estado de suspensão* entre as disparidades do real e do sensível, doravante concentrados em imagens multifacetadas

⁵³⁰ SCOTT, Clive. Simbolismo, decadência e impressionismo. In: BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James (Org.). *Modernismo*: guia geral. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p 285-300.

⁵³¹ BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James, op. cit. nota 116.

do inconsciente, fonte primordial de energia criativa. O subjetivo vinha à tona como um objeto que se pretendia expor, esquadrinhar, acompanhar, ver movimentar-se, enquanto a razão se dissolvia, se confundia, a excentricidade e a regra mudavam de lugar, mesclando-se dimensões de tempo e de espaço, da emoção, da temporalidade e do espírito, e estabelecendo o domínio do instável. O moderno exprimia sempre um *vir a ser*, pois seu foco não estava na natureza das coisas, mas no conjunto delas em sua contínua transformação à medida da ampliação do universo da sensibilidade. O olhar tornou-se dinâmico porque não mais buscava as qualidades essenciais, mas as possibilidades de produção, através da arte, de uma nova percepção do mundo, necessariamente múltipla, incerta e efêmera. Enquanto ampliava a perspectiva subjetiva multiplicando suas vozes, o modernismo apelou para uma forma dura, austera, fria e autoconsciente, mas não produziu através disso um retrato do mundo externo, e sim uma imagem interior dele, em que as coisas apareciam distorcidas em seu tamanho, sua proporção, sua localização, seus limites. Seu tempo era caracteristicamente o presente, expresso por uma linguagem descontínua em função da própria especificidade de cada experiência e de cada consciência. O moderno emergiu assim com a noção de que nem tudo podia ser conhecido, e que um imenso conjunto de objetos não seriam apreensíveis a não ser pelo espírito do artista que poderia recompor uma unidade a partir dos múltiplos fragmentos da experiência da modernidade.⁵³² O fim do século possibilitava, assim, a fusão do espírito romântico à abordagem da vivência moderna promovida pelo realismo-naturalismo, abrindo à arte um horizonte inédito de possibilidades.

⁵³² KARL, Frederick Robert, op. cit. nota 112.

A idéia de decadência tornava-se portanto, naquele final do século XIX, um núcleo no qual diversas noções se cristalizavam: a possibilidade de reversão da linha evolutiva do progresso; a emergência do irracional e do subconsciente como forças latentes e irrefreáveis no mundo moderno; a consciência do tempo e o peso de um passado que se tornava excessivo; a idéia do declínio como fim último e necessário da aventura humana; o terror da natureza como estado de brutalidade e imperfeição. No Brasil, à medida que se voltava crescentemente para o mundo rural como espaço originário da nacionalidade, a literatura explorou intensamente este imaginário. Em uma viagem a Minas, o poeta Olavo Bilac encontrou o cenário ideal para a celebração da memória brasileira, que segundo ele vinha sendo, naquele final do século XIX, soterrada pelo *progresso, que rasga montanhas e galga abismos*, [e] *não cuida dos vestígios de gerações mortas que a sua passagem apaga*. Em meio à atribulação dos eventos políticos da capital da República, a viagem significava exilar-se da efêmera agitação cotidiana, em direção ao universo das permanências e da duração⁵³³. Este sentimento de sintonia com uma verdade brasileira continuamente soterrada pelos aportes destrutivos do progresso e das culturas estrangeiras seria despertado, fundamentalmente, pelo mergulho na natureza. *Abrindo o peito ao ar livre do sertão*,

⁵³³ BILAC, Olavo. *Chronicas e novelas*: 1893-1894. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão, 1894. p. 18. As circunstâncias desta viagem são peculiares. Em 1892, por ocasião de um motim, Bilac foi recolhido à prisão durante quatro meses, aparentemente por haver parodiado uma cançoneta francesa em louvor humorístico à figura do Almirante Custódio, numa época em que este gozava da melhor reputação pública. Com a eclosão da Revolta da Armada, no ano seguinte, ele foi acusado de conivência com os rebelados, e novamente ameaçado buscou refúgio em Minas, onde escreveu suas *Crônicas e Novelas*, obra que deveria segundo ele ter sido intitulada *Durante um estado de sítio*. BILAC, Olavo, op. cit. nota 129, p. 9-12.

caio na vida simples dos campos, com a alma a espreguiçar-se voluptuosamente no seio verde e fecundo da natureza. Em Minas este sentimento *verdadeiramente brasileiro* seria incutido pela grandiosidade da paisagem, que o escritor descrevia inspirado pela imagem romântica da natureza exuberante, indomável e esmagadora, que despertava o desejo de aniquilação e de fusão com os elementos:

A natureza abafa o homem, subjuga-o, prostra-o vencido, ajoelhado, lívido de pasmo e de admiração a seus pés.

Diante de certas paisagens, extático e mudo, sinto um punho de ferro constringir-me a garganta: aquilo entra-me pelos olhos, embebedando-me, chamando-me o sangue às têmporas, num rebate de febre, escurecendo-me o cérebro num nevoeiro...

*Depois, passado o assombro, uma comoção inefável me domina. (...) um desejo, enfim, de, aterrado pela minha pequenez, desaparecer dissolvido, absorvido, assimilado pela terra que me chama.*⁵³⁴

Além da natureza, Minas trazia a ele ao mesmo tempo a história, que o libertaria do presente opressor. Segundo Bilac, enquanto no restante do país o povo se desnacionalizava e só sabia falar no presente, o sentimento do passado havia *religiosamente* conservado a memória dos primeiros brasileiros naquele que era *o coração do Brasil*. Foi através da também romântica celebração das ruínas, tema de uma das crônicas de seu exílio mineiro, que o escritor promoveu a fusão de duas imagens fundamentais da afirmação da essência brasileira: a natureza e a memória da origem colonial. Dentre todas as ruínas que ele, na sua extravagância de poeta, visitava constantemente, a que era considerada a mais triste, e logo a mais bela, era a da Rua Doce, em Ouro Preto, que havia sido uma das principais vias em torno das quais se movimentava a cidade nos tempos coloniais, mas onde agora as marcas do homem eram meros vestígios que se mesclavam às árvores, ao mato, às abelhas. *Ruínas: fazem*

⁵³⁴ BILAC, Olavo, op. cit. nota 132, p. 14-15.

sonhar, e dão poesia à paisagem, escreveu Flaubert⁵³⁵. Curiosamente, a Rua Doce parecia a ele a mais forte imagem da ruína justamente porque mantinha o aspecto da rua central de uma cidade, permitindo a ele evocar a transitoriedade das coisas a partir de uma referência presente, bastante familiar: *A diferença é que, desta rua do Ouvidor dos bandeirantes, somente as paredes das casas subsistem. O mato cobre as calçadas de banda a banda. E se alguma coisa, além do sussurro das abelhas, que voam sobre os rosaes silvestres, quebra o silencio profundo, que pesa sobre estes lugares, é o rumor surdo dos nossos passos abafados pelas ervas que pisamos.*⁵³⁶

Entre as ruínas reflete sobre a inerente transitoriedade de tudo o que é humano, ao mesmo tempo em que glorifica a inesgotável capacidade de regeneração da natureza, temas românticos que Bilac desenvolve em consonância com a temática cada vez mais difundida na literatura brasileira de exaltação do interior como porta de acesso à autenticidade brasileira, memória de um passado distante e perdido. O exílio forçado do escritor na Minas colonial ia ao encontro de seu ideal de reencontro com o Brasil profundo que como ele estaria *exilado* no interior, tal como a trajetória dos protagonistas de seu didático *Através do Brasil*, escrito em parceria com Manuel Bonfim, ao longo do rio São Francisco, *o grande rio essencialmente, unicamente brasileiro.*⁵³⁷ Na literatura brasileira do período entre os últimos decênios do século XIX e os primeiros do século XX, a imagética das ruínas estabelecia a marca da decadência na paisagem, e passava a ser freqüentemente relacionada à falência da obra da

⁵³⁵ É esta a acepção que consta no seu *Dictionnaire des Idées Reçues*, projeto iniciado por volta de 1850 mas nunca finalizado pelo escritor, que tinha entre outros intentos o de *restabelecer os laços do público com a tradição, a ordem, a convenção geral*. Na verdade, a obra é um compêndio irônico do senso comum entre os cidadãos cultos, ou medianamente cultos, da época. FLAUBERT, Gustave. *Le Dictionnaire des Idées Reçues*. In: _____. *Bouvard et Pécuchet*. Paris: Pocket, 1997. p. 345-373. p. 371.

⁵³⁶ BILAC, Olavo, op. cit. nota 132, p. 56-57.

⁵³⁷ BILAC, Olavo; BOMFIM, Manuel. *Atravez do Brazil*: narrativa – livro de leitura para o curso medio das escolas primarias. 7. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo; Paris: Aillaud, 1921. 1. ed. 1910. p. VII.

colonização como conquista de espaço às expensas da natureza. Similarmente, em *A cidade do ouro e das ruínas*, Alfredo Taunay trabalhou num mesmo plano a evocação da memória familiar e o culto da memória nacional, sobrepondo a narrativa da morte de seu tio Aimé Adrien e a história da decadência da Vila Bela, cidade de Mato Grosso, antiga capital da província. Na imaginação de Taunay, embora a idéia da decadência casasse mal com a imagem do Novo Mundo, Vila Bela⁵³⁸ era testemunha da imposição da exuberância da natureza tropical sobre as ações do homem:

*(...) árvores que cresceram invasoras e à solta, gigantes da floresta em plena povoação, dominando no seu majestoso vigor e na sempre renascente alegria os destroços da obra dos homens, exuberantes e ativos, sobretudo gameleiras, terríveis estas no rápido engrossar, a se agarrarem às pedras, a insinuarem por toda a parte, raízes, a princípio humildes, tênues, delicadas, depois possantes, violentas, derrubando as mais fortes paredes e desagregando as construções mais rijas, das quais retêm, como que por escárnio, no liame da intrincada trama, enormes fragmentos, rochas inteiras suspensas numa rede de finas e penugentas malhas...*⁵³⁹

Caso extremo na observação das paisagens decadentes era o ambiente amazônico, onde a natureza impunha-se ao homem de forma a exigir dele radicais formas de adaptação de seus modos de vida e mesmo de sua organização biológica. Lá as ruínas eram, para Euclides da Cunha e Alberto Rangel, um sintoma da transitoriedade a que parecia condenado tudo o que era humano naquela região. Fundamentalmente antitéticos, o homem e a natureza disputavam os espaços, e a segunda saía o mais das vezes vitoriosa. Euclides da Cunha recapitulou o fascínio que a região representara para

⁵³⁸ Tanto Alberto Rangel quanto Alfredo Taunay chamaram a atenção para a deterioração dos bens de significado histórico abandonados na cidade quando da transferência da capital para Cuiabá, lamentando esta perda da memória material dos tempos coloniais. Ambos acentuaram a desumanização do cenário, e a conseqüente invasão da cidade pela natureza bruta: *Há árvores imitando gente, por dentro das casas particulares, espiando pelos telhados e umbrais das portas e janelas...* RANGEL, Alberto. Aspectos gerais do Brasil. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 76, pt. 1, p. 455-517, 1915. Citação: p. 508.

⁵³⁹ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A cidade do ouro e das ruínas*: Matto Grosso, antiga Villa Bella. O rio Guaporé e sua mais illustre victima. 2. ed. aumentada. São Paulo: Melhoramentos, 1923. 1. ed. 1891. p. 12-13.

a Coroa Portuguesa e os primeiros esforços para sua colonização: *regulavam as culturas, poliam as gentes, aformoseavam a terra. Prosseguiram a outros pontos, ou voltavam – e as malocas, num momento transfiguradas, decaíam de chofre, volvendo à bruteza original.*⁵⁴⁰

Adotando uma perspectiva semelhante, Alberto Rangel afirmava que a própria opulência e intensidade das formas naturais de vida implantava a fugacidade tão característica dos empreendimentos do homem na Amazônia: *parece que a vida acelerada aos contatos da luz violenta a faz logo decrépita.*

*Há na Amazônia cidades apenas recém-nascidas e já senis. Povoados, ontem, animaram uma paragem longínqua, restos de esteios de piranha, o ferro carcomido de velho engenho, pacovais de filhos raquíticos nos bolbos à flor da terra e algumas laranjeiras brabas e fruta-pão “de caroço”, esterilizadas sob o estufim da mata, indicam hoje a múmia do que viveu na véspera. Não faltam ruínas no país moço; há velhice nesta juventude. O rio Negro, o rio Branco, o Madeira, o Solimões, o Japurá, o Trombetas, o Xingu, o Içá, e tantos outros, viram prosperidades nascentes e sucessivas decadências inexplicáveis.*⁵⁴¹

Alberto Rangel ainda se esforçou por explicar este inexplicável, e seguiu enumerando histórias que descreviam o aparentemente infundado abandono que fazia com que as aldeias fossem engolidas pela mata. Sua narrativa anotou casos de violência, rebeldia, mandonismo e corrupção política, lembrou malfadadas iniciativas pioneiras de exploração dos recursos da região, lamentou sucessos provisórios minados por moléstias devastadoras ou bárbaros ataques indígenas, deplorou a esterilidade de uma vila agonizante ocupada exclusivamente por homens, enfileirando assim sucessivas frustrações. Mas, curiosamente, nessa crônica das vilas amazônicas arruinadas, mesmo

⁵⁴⁰ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 2. ed. Porto: Imprensa Moderna, 1913. 1. ed. 1909. p. 18.

⁵⁴¹ RANGEL, Alberto. *Sombras n'água: vida e paisagens no Brasil equatorial*. Leipzig: Brockhaus, 1913. p. 10, 11.

as alegadas razões da decadência pareciam ser submetidas pelo autor ao fatalismo de uma pura condenação. Isso permitiu a ele dispensar qualquer explicação quando narrava a sorte, por exemplo, da aldeia de São José do Matary, que chegara a ser paróquia em 1833, mas que sessenta anos depois se reduzia a um porto de lenha, mais uma dentre as muitas *idades-espectros* da Amazônia. A vida econômica da região era sinal disso, e mais uma vez as possíveis razões foram abafadas pelo imponderável: *Acabaram-se, na vessada, as lavouras extensas e metódicas de café, do algodão, do arroz, da cana, do tabaco, e das anileiras, num terremoto de que ninguém dá notícia. As indústrias expiraram como se até o ar lhes fosse nocivo. Nunca mais se falou na exploração do “cravo fino”*.⁵⁴² Se a culpa seria do homem ou do clima, o escritor não chegou a concluir, ainda que tenha se estendido longamente sobre estas questões – resta a forte sugestão de uma terra amaldiçoada para o homem.

O tema da decadência, percepção da ação deletéria do tempo sobre as coisas, estende-se à cultura e aos homens no romance *Ruínas Vivas*, em que Alcides Maya refletiu sobre a memória do pampa gaúcho que os novos tempos forçavam à obliteração.⁵⁴³ O protagonista Miguelito foi criado no culto do passado do *Rio Grande heróico e legendar*, induzido pelas narrativas do avô que havia durante toda sua longa experiência intermeado a vida de trabalhador do campo com a de soldado em conflitos como a Revolução Farroupilha, a Guerra de Oribe e Rosas e a Guerra do Paraguai. Miguelito cresceu na admiração pela imagem da vida aventureira nos campos ilimitados transmitida pelo velho, concretizada na imagem da residência do coronel local. A *Casa Grande*, que tivera sua opulência *quase feudal* nos tempos das disputas de território

⁵⁴² RANGEL, Alberto, op. cit. nota 140, p. 18-19.

⁵⁴³ MAYA, Alcides. *Ruínas vivas*: romance gaúcho. Porto: Chardron, 1910.

entre portugueses e espanhóis, e que demonstrara seu *heroísmo primitivo* quando transformada em quartel-general dos Farrapos, experimentava desde então uma lenta decadência, com o abandono e posteriormente as contínuas transformações que descaracterizaram seus traços, mas que não tiraram dela o tom senhorial que mantinha o *prestígio das tradições*. Para o protagonista, vê-la significava evocar tempos de liberdade em meio à natureza:

*Miguelito crescera ao culto desse passado: o avô e a casa formavam para ele um todo homogêneo; escapava-se de ambos algo de estranho ao meio em que respirava, diferente e mais belo, no espaço e no tempo, dando-lhe a aspiração de outro existir, por entre pelejas, no desconhecido das aventuras, na liberdade das várzeas ilimitadas, sobre as coxilhas verdejantes, no recesso de ignotas selvas.*⁵⁴⁴

A *Casa Grande*, agora *reduzida* a *Estância Nova*, condensava a memória das tradições de um tempo que, apesar de não ter vivenciado, era para Miguelito mais real que a própria realidade presente, que para ele se construiu em torno de projetos de rebeldia, planos de justiceiro, vinganças de honra, exaltações guerreiras. Com estes sonhos em mente, ele acabou se tornando, na *realidade imediata, definitiva*, um assassino. Tinha consciência, contudo, de que não matara como nas guerras, tal qual seu avô, mas como um mero bandido que seria denunciado à justiça, que estava condenado a viver como fugitivo ou a ser punido, perdendo exatamente a liberdade que movera seus sonhos do Rio Grande heróico. O que antes talvez fizesse um herói, agora podia apenas fazer um criminoso. Governado pelo passado, pela imagem de um mundo que nunca foi o seu, e que era tão somente o mundo de uma memória revivida pela narrativa, Miguelito se tornou ele mesmo a ruína remanescente de um tempo não apenas passado, mas vencido:

⁵⁴⁴ MAYA, Alcides, op. cit. nota 142, p. 46.

*Numa total concentração de espírito, estimulada por outras libações de cana, estacou de chofre a um grande clarão ao longe, entre arvoredos bastos, num cabeça pedregoso de coxilha. Eram os derradeiros raios solares na vidraçaria da Casa Grande fulgurante. Miguelito contemplou o espetáculo, desperto da cisma perversa que o levava; e o seu último olhar carregado de vingança, cintilante de álcool, foi para a fachada altiva da antiga residência caudilheira. Odiava-a; supunha-a eterna em sua força e retirou-se ameaçando-a, punhos crispados, sem saber que lá, como em tudo ao redor, como nele próprio, só havia restos – de velhas crenças, de velhas construções, de velhas raças...*⁵⁴⁵

Referindo-se constantemente aos grandes eventos que marcaram a vida no Rio Grande do Sul no século XIX, o romance de Alcides Maya movimenta-se entre o tempo da história e o tempo da memória. Para o protagonista, que havia assimilado a experiência transmitida pelo avô, a vida naquele espaço específico era perpassada pela memória de um passado ainda vivo e com o qual ainda haveria comunicação possível. Suas percepções, seus desejos e sua visão do mundo eram todo o tempo modelados pela imagem de heroísmo, liberdade e aventura evocada pelas narrativas de guerra. O Rio Grande em que a personagem se deslocava, os eventos, os espaços, a natureza, as construções, os marcos, compunham uma entidade mítica, portanto sempre atualizável, enquanto o Rio Grande que o escritor afirmava quando estabelecia a linha contínua dos eventos transcorridos era fundamentalmente histórico, e nele o passado não mais participava do presente. Miguelito e seu avô tornavam-se, como o título da obra dá a entender, *ruínas vivas*: permanências corrompidas do passado morto no presente do qual não faziam parte.

O romance de Alcides Maya é modelar em sua condensação da obra de retorno às origens que a literatura rural brasileira buscava naquele momento operar, trazendo o passado à tona, mas eliminando-o radicalmente da vida presente – daí a força do

⁵⁴⁵ MAYA, Alcides, op. cit. nota 142, p. 235.

imaginário das ruínas nesta escrita. Este percurso foi inúmeras vezes realizado, em direção à criação de um *lugar de memória* onde a memória não era mais possível, onde já se vivia e se escrevia sob o domínio da história, que estabelecia a distância e o acesso apenas mediado ao passado. Nada mais expressivo a este respeito que a vida de Miguelito, homem fora do tempo, e fora do lugar, espírito de herói num mundo onde não havia mais heróis. Na literatura brasileira, o projeto de retorno à origem parece ter, como condição fundamental, que ele se frustre a si mesmo, demonstrando a inacessibilidade do passado, afirmando sua perda necessária e, palavra de ordem no discurso *científico* da época, inevitável. Esta perda parece apenas ser lamentada à medida que a escrita podia incorporá-la e transformá-la em símbolo mesmo da cultura brasileira.

Sobrevivências do passado no presente, evocações da memória, as ruínas denunciam a retomada do espaço pela natureza, o que era traduzido como uma forma de involução ou degeneração. Essas imagens de ruína devem, por outro lado, ser compreendidas dentro do contexto do modelo de exploração da natureza e de ocupação do território implantado no Brasil. A agricultura foi, desde os primórdios da colonização, estabelecida no país através de métodos primitivos: derrubar e queimar a floresta virgem, plantar e colher sem lançar mão de tratamentos significativos nas culturas, queimar o campo novamente durante mais alguns anos aproveitando a fertilização proporcionada pelas cinzas, até que o solo se tornasse improdutivo e que forçosamente novas terras fossem conquistadas à mata. Este ciclo se repetia continuamente, tanto nas grandes propriedades agrícolas voltadas para a exportação, quanto nas pequenas

culturas de subsistência – ambas tinham por isso, como demonstrou Dean,⁵⁴⁶ um caráter essencialmente nômade. Nas últimas décadas do século XIX tornava-se cada vez mais evidente entre a classe culta do país a precariedade do sistema e as graves consequências que advinham desta renitente ação destrutiva da natureza brasileira impetrada pelas atividades da ocupação do território. Decerto esta questão adquiria maior visibilidade à medida que o centro dinâmico do país – em particular a região ocupada desde o início daquele século pela cafeicultura – começava a sentir os efeitos deste modelo de exploração predatória e de contínua expansão da fronteira agrícola, que deixava para trás um rastro de ruína. Como observou Stein⁵⁴⁷ em seu estudo sobre a cultura cafeeira no Vale do Paraíba, mesmo durante os anos de prosperidade era possível vislumbrar o potencial autodestrutivo do sistema, o que se refletia no crescente endividamento para compras de novas terras e escravos. A flutuação dos preços do café, a redução do comércio de escravos na segunda metade do século e o aumento de seu preço, a improdutividade dos velhos cafezais, as dificuldades de obtenção de financiamento junto ao mercado de capitais, anunciavam a ruína eminente, em especial a partir da década de 1870. A dependência extrema em relação ao trabalho escravo e a escassez de crédito para a compra de equipamentos eram apenas os fatores mais visíveis de uma crise que refletia em grande parte o esgotamento da terra e a ausência de melhorias tecnológicas no sistema de cultivo e de manutenção das plantações⁵⁴⁸. A

⁵⁴⁶ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920*. Tradução Waldívia Portinho. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

⁵⁴⁷ STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. Tradução Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

⁵⁴⁸ Coelho Neto, observador do Vale do Paraíba fluminense, deixou uma página impressionante sobre a esterilidade da terra cansada e a falta de recursos do agricultor brasileiro para enfrentá-la. Ele imaginou a tentativa desesperada de um lavrador de promover a recuperação de seus terrenos esgotados, no conto *Fertilidade*: atendendo à sugestão de um bêbado de que o sangue teria o poder de fecundar a terra, o protagonista sacrificou todos os bois de seu curral, por acreditar que fazendo o sangue jorrar pela terra ele

fertilidade do solo virgem da floresta recém-destruída era a única vantagem concreta com que se contava.

A decadência do café que atingiu o Vale do Paraíba no final do século XIX estava também relacionada à precariedade de seu sistema de produção e comercialização. O capital investido nas fazendas era controlado por comissários, e ao mesmo tempo em que era aplicado em operações de financiamento e comercialização, entrava na esfera produtiva sob a forma de investimentos, o que conduziu à imobilização de capitais e reduziu em extremo as possibilidades de dinamização do setor. A grande empresa da produção cafeeira para exportação, inteiramente voltada para o comércio e a acumulação, foi construída de forma que eram bastante restritas as possibilidades de rearranjos expressivos no uso dos fatores produtivos. A técnica utilizada no cultivo era muito precária e se alterou muito pouco com o tempo, apesar de algumas melhorias no beneficiamento da produção, mas em geral o estoque extremamente reduzido de capital restringiu bastante a incorporação de melhorias produtivas. Esse sistema era muito estático e as possibilidades de reajustes internos eram mínimas, de forma que a continuidade e a ampliação da produção dependia da incorporação de mais terras e trabalhadores, dentro do mesmo padrão tecnológico, como demonstrou Franco.⁵⁴⁹

Entretanto, apenas o esgotamento das terras não explica a decadência: indica que terras como as do Vale do Paraíba haviam-se esgotado para o café, de acordo com as condições estabelecidas e com o modelo que tornou a cafeicultura brasileira lucrativa e inserida no mercado internacional. Para os fazendeiros que ainda possuíam recursos,

conseguiria vencer sua aridez e restabelecer uma exuberância comparável à da mata primitiva que havia sido destruída. COELHO NETTO. *Treva*. 3. ed. Porto: Chardron, 1924. 1. ed. 1905.

⁵⁴⁹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974. c. 4.

havia a possibilidade de exploração de novas zonas. A ruína dos fazendeiros da região estava condicionada por uma forma de exploração da natureza definida de acordo com os propósitos bem definidos da produção a baixo custo e em massa, o que, somado à elevada possibilidade de expansão territorial, manteve métodos muito precários e rotineiros de exploração. Ao lado da abundância de terra, a escravidão era o outro pilar em que a riqueza do café se assentou. Prosperidade e ruína caminhavam juntas nesse precário arranjo de trabalho escravo, técnicas precárias e expansão contínua no território, o que exigia recursos cada vez maiores, ao mesmo tempo em que os imobilizava, dificultando a capitalização da atividade agrícola.⁵⁵⁰

Já na década de 1860 as reservas de mata virgem estavam esgotadas em vários municípios do Vale do Paraíba, o que se tornava mais grave levando-se em conta o caráter incipiente e rotineiro das técnicas adotadas, que dependiam largamente da fertilidade excepcional das terras recém desmatadas. As saúvas⁵⁵¹, a invasão do capim, e pragas como os gafanhotos e a ferrugem somavam-se à erosão, às chuvas torrenciais que removiam a cobertura fértil do solo e à instabilidade das estações – já na época atribuída ao desmatamento. Apenas trinta anos após seu estabelecimento, as grandes fazendas de café no Vale do Paraíba haviam transformado radicalmente a paisagem da região: em parte significativa dos terrenos as árvores da floresta virgem haviam sido

⁵⁵⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, op. cit. nota 148, c. 4.

⁵⁵¹ O conhecido dístico de Macunaíma, *Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são!*, exprime dois dos maiores problemas do meio rural brasileiro. A *pouca saúde* tornou-se alvo da campanha higienista, empreendida principalmente a partir da década de 1910, enquanto a *muita saúva* foi o motivo de inúmeros esforços isolados, que não deram bom resultado até meados do século XX. Segundo Dean, dentre as inúmeras pestes e pragas da floresta tropical, as formigas cortadeiras eram o maior limitador da agricultura no país, como já haviam percebido alguns dos primeiros cronistas. A saúva agravava o processo de desmatamento uma vez que uma das poucas maneiras de escapar, ainda que provisoriamente, de sua ação destrutiva, era abandonar às formigas os campos mais antigos e abrir, por meio da derrubada e da queimada, novos trechos da floresta. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 124-127.

substituídas por amplos cafeeiros estéreis e abandonados ou por morros desnudos infestados por mato e saúvas. A área cultivável havia sido radicalmente reduzida, uma vez que o solo dos antigos cafezais estava bastante empobrecido, e as áreas remanescentes da floresta tinham seu preço muito elevado. A decadência do café na região foi por outro lado agravada pelas transformações na esfera do trabalho, a partir da década de 1850. Assim como o envelhecimento dos cafezais e a indisponibilidade de novas terras virgens, o progressivo desaparecimento da mão de obra escrava necessária para o tratamento das plantações pelos métodos habituais da capina e da poda agravou a situação da cafeicultura no Vale do Paraíba, e lançou sobre a região a condenação da ruína. Até o final do século XIX, o Vale liderou o mercado mundial, perdendo sua posição para as novas regiões cafeeiras do estado de São Paulo. Coelho Neto, que viveu na região de Vassouras, descreveu a paisagem que restou depois disto:

*O cafezal velho esmarria num lançante de morro de terra seca, exausta, afofada pelas formigas. As árvores excíduas, de galhos avareitados, pareciam raízes invertidas; aqui, ali resistia ainda uma folhagem verde, mas enredada de ervas parasitas; e o mato exúbere alastrava afogando os troncos. Altas gramíneas penachudas esfiavam paina ao vento e o sapê cerrado, denunciando a anemia do solo fatigado, flexuava crepitando como a um fogo latente.*⁵⁵²

A mais conhecida representação literária da decadência das antigas regiões cafeeiras é certamente o conto *Cidades Mortas*, de Monteiro Lobato, datado de 1906. O esgotamento da feracidade do solo sem nenhuma forma de recuperação carregava consigo o capital e o trabalho que fizeram a prosperidade provisória do Vale do Paraíba, partindo em busca de novas terras férteis tomadas à floresta. A ruína era segundo o escritor sinal do caráter nômade do progresso que o café induzia, *deixando atrás de si*

⁵⁵² COELHO NETTO. *Rei Negro*. Romance bárbaro. 2. ed. Porto: Chardron, 1926. 1. ed. 1914. p. 248.

*um rastilho de taperas*⁵⁵³. A tapera⁵⁵⁴ é um dos aspectos privilegiados da paisagem sertaneja na literatura brasileira da época, materialização da decadência e, mais ainda, do tempo como instância destruidora, ao revés do progresso. *E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas*: o uso do termo por Monteiro Lobato demonstra que ele denota antes um estado ou condição atribuído a qualquer construção do homem, que um objeto particular. Sua imagem cristaliza, em primeiro lugar, a consciência da passagem do tempo, estabelecendo-se como a marca depauperada de um passado superior ao presente e que retorna nele. *Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito*⁵⁵⁵. Ao inverter o encadeamento sucessivo dos eventos que implicaria na superação do desatualizado, a percepção da decadência promovia uma forma particular de retorno a um passado que já havia sido superado, o que Monteiro Lobato exemplificou pela retomada do colonial carro de boi, em uma sociedade que já havia utilizado formas de transporte mais avançadas. O passado lido nas formas da decadência não era o passado intocado de um museu, passível de admiração por sua integridade como testemunho histórico. A tapera não era uma revivescência do passado, mas um misto monstruoso de passado e presente em que a posição de ambos encontrava-se invertida: o passado era mais atual que o presente, e os traços do presente estavam na decomposição e na degradação de um tempo que agia ao contrário da linha sucessiva da história e do progresso, tempo que, como força inclemente e destruidora, progressivamente esboroava, consumia e reduzia a matéria a pó. A tapera foi traduzida

⁵⁵³ LOBATO, Monteiro. Cidades mortas. In: _____. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974. V. 2. 1. ed. 1919. p. 3.

⁵⁵⁴ O termo se origina do tupi (*ta'pera*, aldeia extinta). O *Dicionário Aurélio* atribui a ele os sentidos de: habitação ou aldeia abandonada; casa arruinada; fazenda inteiramente abandonada e em ruínas. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

⁵⁵⁵ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 152, p. 3, 4.

por Monteiro Lobato como a realidade da morte, corpos que restavam onde não existia mais o sopro vital: *casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram.*⁵⁵⁶

A redução das coisas à condição da tapera foi ainda representada em termos de um retorno à natureza, em suas formas tidas como *inferiores*, monstruosas, parasitárias ou esterilizantes. Passava o café à medida que se esgotava o solo, estabeleciam-se a saúva, o sapé, o melão-de-são-caetano, o matagal, a samambaia, que grassavam na terra exaurida da seiva, riqueza transferida para novas aventuras de saque à natureza ou dissipada improficuamente, na visão do escritor. A decadência era para Monteiro Lobato sinônima de vingança da natureza que havia sido explorada sem nenhuma forma de compensação, e que naquele momento se fechava em uma esterilidade que impossibilitava a atividade agrícola regular: *E o deserto retoma as posições perdidas.* Monstro híbrido de passado e presente, a tapera era também um híbrido de homem e natureza, condensando a reversão da conquista da floresta empreendida pelos processos habituais da derrubada e queimada. No texto de Monteiro Lobato, a invasão da natureza atingia as casas e construções invadidas por pragas renitentes, e também o homem, caboclo opilado que permanecia na terra por sua incapacidade crônica de ação, reduzido à condição de um *vegetal de carne* que não produzia nada de valoroso, *fauna cadavérica, lagartixa na pedra*, homem-tapera tomado pela barbárie da natureza inferior.

A imagem do meio decadente impresso na fisionomia humana foi explorada também por Graça Aranha em *Canaã*. O autor viu *na trêfega e ossuda criança* que servia de guia aos imigrantes alemães recém-chegados a decadência da obra da

⁵⁵⁶ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 152, p. 4.

colonização portuguesa no Brasil rural que, sem chegar ao apogeu da civilização ocidental, extinguiu-se surda e inconscientemente. A decadência impressa nos homens deixava sinal em uma paisagem onde à majestade da natureza intocada somava-se a mediocridade do trabalho humano na agricultura e na pecuária:

A terra era cansada e a plantação medíocre; ao cafezal faltava o matiz verde-chumbo, tradução da força da seiva, e coloria-se de um verde claro, brilhando aos tons dourados da luz; os pés de mandioca finos, delgados, oscilavam como se lhes faltassem raízes e pudessem ser levados pelo vento, enquanto o sol esclarecia docemente o grande céu e o ar era cheio dos cantos do rio e das vozes dos pássaros, que prolongavam a ilusão da madrugada. Sentia-se, ao contemplar aquela terra sem forças, exausta e risonha, uma turva mistura de desfalecimento e de prazer mofino. A terra morria ali como uma bela mulher ainda moça, com o sorriso gentil no rosto violáceo, mas extenuada para a vida, infecunda para o amor.

.....
*Da estrada pelo morro acima o terreno era inculto, coberto de mata-pasto crescido, e sobre ele viam-se bois agitando com o movimento inquieto das cabeças a sineta que traziam ao pescoço, bufando e catando insofridos a erva. Desenhava-se sob a pele dos pobres animais a rija ossatura. Faziam-lhes companhia aves de mau agouro, anuns que trepavam nas suas costas de esqueletos, piando como pássaros da morte.*⁵⁵⁷

A decrepitude do cenário somava-se à melancolia gravada na fisionomia da elite colonizadora, que mesmo na pureza de seus traços denunciava o peso de sua condição de raça decrépita que havia chegado ao limite de sua força conquistadora. Nela vislumbrava-se a ruína de sua raça, a exaustão de suas virtudes. A destruição operada pelo tempo implacável não se circunscrevia, escreveu Graça Aranha, às coisas e às tradições, mas atingia as pessoas, que restavam liquidadas e estacadas no mesmo ponto do tempo, *fazendo delas o eixo central da morte, e agravando a sensação desoladora de uma melancolia infinita.*⁵⁵⁸ A libertação dos escravos representava o marco final da obra da colonização portuguesa, a partir do qual o tempo foi revertido e passou a

⁵⁵⁷ ARANHA, Graça. *Canaã*. 11. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1959. 1. ed. 1902. p. 9.

⁵⁵⁸ ARANHA, Graça, op. cit. nota 156, p. 11.

significar decadência, e não mais evolução. Neste sentido, as reminiscências das tentativas abortadas de melhoria tecnológica que haviam sido até então adotadas eram enxergadas como os sinais da tentativa de adotar uma *civilização artificial*, porque acima das possibilidades do colono português. A decadência expunha, desta forma, a essência daquela raça que na decrepitude retomava sua verdade e reassumia o caráter primitivo de seu espírito. O que os imigrantes alemães viram na fazenda que visitaram logo que chegaram a Porto do Cachoeiro eram restos de cultura onde a natureza vinha recuperando o espaço perdido para o homem e suas coisas, *numa desforra triunfante*.⁵⁵⁹

A força da natureza tropical sempre pronta a recuperar os espaços perdidos despertou em Alcides Maya a idéia de uma curiosa comparação entre a literariamente consagrada tapera sertaneja e a tapera dos campos gaúchos⁵⁶⁰. A primeira era vista como símbolo da falência da cultura e do retorno dramático da natureza selvagem a uma paisagem rural que assim se desumanizava.

*A mataria invade as mansões destruídas. Ao que magnífico resplande ou nas longas noites perfumadas e tépidas, árvores e raízes avançam, lutam, firmam-se no solo conquistado, apagam os vestígios do homem. Flores olentes crescem à sombra das paredes arruinadas; pelas vigas apodrecidas enroscam-se trepadeiras virentes; colméias regurgitam de abelhas de ouro; borboletas voitam multicolorindo a paisagem viva; há colibris através das frondes, circulando troncos, vibrando por entre tímidos rebentos tenros; ergue-se das folhagens o epinício luminoso das cigarras; onde palpitarão humanos corações, os pássaros aninham; e a verdura atenua com o seu úmido relevo luxuriante, sob os reflexos do céu, a ausência das almas que se foram*⁵⁶¹.

⁵⁵⁹ ARANHA, Graça, op. cit. nota 156, p. 12.

⁵⁶⁰ A *Tapera* que Alcides Maya observava não era, como a do conto homônimo do também gaúcho Apolinário Porto Alegre, o palco onde se encenava o espetáculo romântico do culto ao passado. Porto Alegre evocava a memória de um idealista combatente farroupilha que retornava à casa da amada morta e encontrava a construção consumida pelo tempo, o que terminou por levá-lo ao suicídio como única forma de dar fim ao sofrimento causado pela saudade, e concretizado na transformação da casa em tapera. PORTO ALEGRE, Apolinário. A tapera [1869]. In: _____. *Paisagens: contos*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Ministério da Cultura, Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1987. 1. ed. 1875. p. 88-105.

⁵⁶¹ MAYA, Alcides. *Tapera (cenários gaúchos)*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911. p. 4.

O tempo mostrava que a obra do homem era provisória, enquanto reafirmava a natureza em sua perenidade, o que foi estabelecido pelo autor através da reversão da obra da colonização do território: *ao braço que vessava a terra e as selvas desbravava sucedeu o tatar das aves modulas; aos gemidos e aos brados, aos suspiros e às juras, o sussurro da mata*⁵⁶². Diferentemente, nos campos gaúchos onde as formas de vida não eram tão exuberantes, a tapera mantinha-se íntegra, porém solitária e sarcasticamente ativa, tornando-se sinal da resistência dos vencidos, desesperados, porém orgulhosos e impassíveis. A tapera dos pampas não evocava um passado valoroso, nem a lembrança de eventos passionais, nem uma narrativa brutal ou comovente, o que tornava seu abandono aparentemente infundado. Ela se via assim estranhamente despida de memória, vista como a imagem de uma dispersão, de tradições desaparecidas, um vazio humano plantado na natureza dos campos.

Euclides da Cunha foi um dos observadores mais eloqüentes da decadência das antigas regiões cafeeicultoras. Descrevendo o percurso coberto pela estrada de ferro Central no estado de São Paulo, o escritor observou o progressivo empobrecimento da região a partir da cidade de Cachoeira. A decadência já se insinuava numa visão panorâmica da paisagem: *tumultuando em colinas desnudas, de flancos entorroados; afundando em pequenos vales sem encantos; onde se rebalsam pauis frechados de tábuas; desatando-se, planas arenosas e limpas*.⁵⁶³ Imerso naquele panorama onde nada denunciava a opulência das ridentes florestas que durante trezentos anos haviam sido cenário privilegiado da história brasileira, o viajante era inevitavelmente conduzido à tristeza do solo estéril, assimilado a um campo de batalha repisado por exércitos em

⁵⁶² MAYA, Alcides, op. cit. nota 160. p. 5.

⁵⁶³ CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. 5. ed. Porto: Companhia Portuguesa, 1919. p. 257. 1. ed. 1907.

marcha. No alto dos morros os sinais da decadência condensavam-se nos extensos e velhos cafezais, raquíticos, ressecados e tomados por uma variada vegetação invasora, onde ainda se podia vislumbrar o alinhamento disciplinado da antiga plantação, as trilhas abertas para o trabalho dos escravos, as valas divisórias, as pequenas e esparsas habitações distribuídas na terra nua e solapada pela violência das torrentes. O caminho mantinha-se em larga extensão inalterado, salpicado por uma longa sucessão de casebres em ruínas ocupados por homens também em ruínas que em nada lembravam, na visão do escritor, os mateiros que haviam contribuído para a heróica empresa de abertura do vale à aventura das bandeiras. Em sua revoltante humildade, o caboclo era apenas um simulacro extremamente depauperado do seu antecessor.

Euclides da Cunha anotava que, nas áreas de cerrado onde as árvores reconquistavam o terreno perdido, misturavam-se ainda alguns poucos pés de café, que demonstravam que a floresta primitiva ia lentamente reconquistando o solo violentamente usurpado. Na estrada misturavam-se às árvores e aos barrancos longos fragmentos de velhos muros que desmoronavam, testemunhando a destruição de sítios que já haviam sido prósperos. Os poucos que restavam ocupados haviam perdido a agitação do trabalho, enquanto a maioria mal se destacava no panorama desértico, envolvida pelo matagal que invadia tudo, entrando pelas casas, firmando suas raízes nas paredes de barro até derrubá-las, *à maneira de uma reação formidável e surda da natureza contra os que outrora, ali, aplicaram no seu seio, torturando-a, o cáustico fulgurante das queimadas*.⁵⁶⁴

⁵⁶⁴ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 162, p. 260.

Estudando o substrato romântico da obra de Euclides da Cunha, Hardman⁵⁶⁵ observou a importância da imagética das ruínas na concepção de história do escritor: a civilização não poderia ser resumida ao sentido evolutivo relacionado ao progresso técnico, mas deveria também ser lida como um processo brutal e destrutivo, *criador de ruínas* que concretizariam a força dos elementos primitivos da natureza em seu movimento caótico que refletia a realidade desordenada do universo. Na história brasileira, este movimento teria como testemunhas mudas as realidades tocadas pelo progresso provisório e nômade, em que o arruinamento da paisagem natural era correlato à conseqüente e inevitável destruição da obra humana, de que dá testemunho o panorama das cidades mortas observadas pelo escritor no interior de São Paulo – ruína da natureza, ruína do homem. A presença constante da tapera na literatura brasileira da época, como tradução sertaneja da imagem romântica-decadentista das ruínas, demonstra uma particular compreensão da história brasileira entre a intelectualidade do país, num momento percebido como de ruptura radical com o passado da colonização, em particular no que dizia respeito à exploração dos recursos naturais e ao modelo de ocupação do território.

*A árvore, que possui a alma da assassinada, vinga-se lentamente
enquanto as outras farfalham na grande selva, enchendo as noites
pavorosas de lamentos.*

Coelho Neto, *A Tapera*, 1896

⁵⁶⁵ HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

Como lembrou Hugo de Carvalho Ramos, era corrente no sertão considerar as taperas lugares mal-assombrados.⁵⁶⁶ E é certo que a decadência das antigas regiões cafeeiras imprimia ao cenário um quê de fantasmagórico. Euclides da Cunha não se furtou a acentuar este aspecto, observando que ainda que as antigas vivendas senhoriais tivessem guardado a aparência de grandiosidade dos seus dias faustosos, mantinham-se sempre vazias, até que o abandono as destruísse de vez. Mesmo no desconforto das chuvas e ventanias, o caboclo não se atrevia a buscar nelas abrigo. Como observou Grivel,⁵⁶⁷ a ruína é na imaginação literária não apenas espaço *inabitado*, como também *inabitável*, restando abandonado e, mais do que isso, resistindo à ocupação. O viajante, imaginou Euclides da Cunha, poderia aventurar-se a cruzar os umbrais, subir pelas escadarias onde faltavam degraus, ingressar no salão deserto, e percorrer a casa vazia tomada pelos morcegos. Se não se deixasse tomar pelo medo, ele poderia ainda se deixar comover pela *visão retrospectiva dos belos tempos em que a vivenda senhoril pompeava triunfalmente no centro dos cafezais floridos*.

*Então era o tropear ruidoso das cavalgadas que chegavam; a longa escadaria onde rolavam saudações joviais, risos felizes, subidas e descidas tumultuárias entre os estrépitos argentinos das esporas; o vasto salão referto de convivas; a velha sala ornada para os banquetes ricos; e à noite as janelas resplandecendo, abertas para a escuridão e para o silêncio, golfando claridades e a cadência das danças, enquanto fora, no terreiro limpo, ao brilho das fogueiras, turbilhonava o samba dos cativos ao toar melancólico e bruto dos cachambás monótonos.*⁵⁶⁸

O viajante – personagem e narrador subjetivo disfarçado em terceira pessoa, como em outras obras de Euclides da Cunha – seria naquele momento tomado por uma perturbação emotiva ainda mais forte que a de qualquer caboclo. Invaso pela

⁵⁶⁶ RAMOS, Hugo de Carvalho, op. cit. nota 1, p. 16.

⁵⁶⁷ GRIVEL, Charles. *Fantastique-fiction*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 48.

⁵⁶⁸ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 162, p. 262.

superstição dos ingênuos caipiras, a saída do casarão seria uma fuga intempestiva por matagais que um dia foram jardins ou pomares, e seu retorno, improvável. O terror era contudo justificável, acreditava o escritor, se traduzido para o homem culto como o vislumbre fantasmático das *sombras de um povo que morreu, errantes, sobre uma natureza em ruínas*.⁵⁶⁹ O passado do Brasil colonial e escravocrata estava morto, mas amedrontava ainda, espectro perturbador e constante que era. Em seu passadismo, a literatura brasileira do período em questão tendeu ao deslocamento metafórico em direção à imagem do fantasma, uma vez que ela representa exemplarmente aquilo que, pertencente ao passado, surge no presente como uma reminiscência, ou melhor, *um resto simbólico que retorna*⁵⁷⁰. E não se deve abstrair o fato de que este passado morto-vivo teria sempre algo a dizer: a imagem fantasmagórica adquire em fundamentação moral o que nunca poderia adquirir como fundamentação lógica. Não se sabe o *como*, mas se pensa no *porquê* da aparição, numa narrativa que tem a violência como regra. Daí a recorrência da imagem da vingança da natureza em sua obra de reocupação do espaço, resposta violenta à violenta história da colonização.

A essência fantasmagórica das taperas que eram a marca da decadência no mundo rural foi intensamente explorada pela literatura da época. Em princípio, narrar histórias de fantasmas correspondia à proposta da escrita sertaneja de anotar os ditos *casos* ou *causos* do sertão, reproduzindo as narrativas orais. Isso proporcionaria acesso a um mundo ainda encantado e povoado de terror e magia, revisitado a partir de um olhar objetivo e de uma narrativa realista. Como observou Caillois,⁵⁷¹ a literatura dita *fantástica* adquiriu sua forma clássica apenas no século XIX, à medida da afirmação da

⁵⁶⁹ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 162, p. 264.

⁵⁷⁰ GRIVEL, Charles, op. cit. nota 166, p. 62.

⁵⁷¹ Citado por: GRIVEL, Charles, op. cit. nota 166, p. 25-26.

concepção científica do ordenamento racional dos fenômenos segundo a vinculação entre causa e efeito. A princípio *banido* do mundo pela visão científica, o fantástico reviveu na literatura, que promoveu a suspensão da ordem racional e o retorno de um imaginário incontrolável que escapava ao real: o fantástico foi recortado como modelo em negativo, a partir dos próprios padrões cognitivos em vigor. Não espanta, portanto, que uma literatura preocupada com a passagem do tempo e com as transformações operadas pela modernidade tenha elegido como signo privilegiado a tapera, marca da ruína e da monstruosa invasão da natureza num Brasil que se queria em processo contrário, de modernização e urbanização. Neste momento, a literatura rural encena o terror da decadência, explorando o medo, o espanto, o sobrenatural, e a dissolução das fronteiras, representados por uma visão mórbida do mundo natural.

A tapera é um espaço privilegiado para a aparição do fantástico: despojada de sua funcionalidade como habitação, ela manifesta uma estranha ambivalência entre obra do homem e obra da natureza, possuiu contornos mal estabelecidos e atmosfera sombria. No conto *Na tapera de nhô Tido*, de Valdomiro Silveira, a sensação do fantástico era já antecipada pela descrição da casa em desamparo onde *tudo chorava por uma enxada, quando não por uma foice*.⁵⁷² A presença humana desaparecera e a natureza ocupava seus espaços. Maior foi o espanto quando o protagonista, que chegava à tapera para vingar-se de uma ofensa recebida, foi atacado por uma estranha criatura, galinha d'angola que crescera em proporções descomunais e sofrera estranhas metamorfoses de modo a se assemelhar a um animal de grande porte. O terror da conversão do humano no natural dá o tom do conto, tanto na descrição da tapera quanto na cena terrificante do ataque, que o protagonista interpretou como a encarnação em corpo animal do dono da

⁵⁷² SILVEIRA, Valdomiro. *Os caboclos*. São Paulo: Revista do Brasil. Monteiro Lobato, 1920. p. 24.

casa, possivelmente morto. Já em *Assombramento*, de Afonso Arinos, o protagonista Manuel Alves fez as vezes do homem cético e corajoso disposto a pernoitar na tapera em que todos os demais tropeiros recusavam-se a pousar, prometendo a seus companheiros *tirar a cisma da casa mal assombrada*. Sua coragem inicial acabou entretanto vencida pela monstruosidade de um espaço onde o abandono havia mesclado casa, plantas, móveis e animais, estabelecendo uma imagem de dissolução que prenunciava os eventos sobrenaturais que logo se seguiriam. Também ele não saiu da tapera vitorioso, enlouquecido talvez para sempre pela lembrança de sua luta insana contra as sombras que defendiam um tesouro escondido entre as ruínas.⁵⁷³

No conto *A Tapera*, publicado no volume *Sertão*, Coelho Neto levou a extremos a imagem da decadência como derrota do humano e vingança da natureza, que retornaria vitoriosa aos espaços que havia perdido pelas mãos do colonizador. A trajetória involutiva do espaço em que se dá o episódio é impressionadora. A Fazenda Santa Luzia havia feito fama em todo o sertão: pelas suas terras férteis; pela imensidão de seus campos plantados; pela variedade de suas riquezas; pelo arrojo de seu proprietário que havia sido o primeiro a introduzir na região maquinário para beneficiamento das culturas; pelas festividades que atraíam para sua capela romeiros e cantadores. Tudo isso restava na memória dos mais velhos moradores da localidade, e havia naquele momento adquirido uma aura de lenda, em contraste com o cenário arruinado que encontrava o narrador, que viajava pelas terras abandonadas da antiga fazenda depois de haver cruzado uma larga extensão de mata densa e virgem:

Livres, sem encontrarem o embargo humano, as árvores independentes iam, aos poucos, reconquistando a terra, em invasão lenta, dia a dia. Nos sulcos do arado antigo ressurgiam, para novos

⁵⁷³ ARINOS, Afonso, op. cit. nota 84.

florescimentos, troncos de aroeiras abatidas outrora; nas ruínas nascia, com exuberância, a parietária e, as raízes do jequitibá gigantescos, retorcendo-se à flor da terra, repeliam e trituravam as vigas carcomidas e tudo mais que ainda resistia ao tempo atestando a passagem de uma era de vida humana nesse desamparo que, em breve, cederia à compressão formidável dos vegetais invasores.

*O farfalho das árvores era sonoro e grandioso como um hino de triunfo. Sentia-se o orgulho, a alegria da flora ativa e pujante que vinha tomando o sítio, palmo a palmo, coberta de flores e de ninhos, num delírio festival, como um povo que reconquista a pátria e entra por ela, em júbilo, agitando palmas, ao som dos velhos hinos épicos da raça. Os ramos moviam-se como braços combatentes e, quando uma lufada passava, com o espadanar frenético dos galhos, tinha-se a visão trágica de um grande movimento de pelotões compactos partindo, cerradamente, em arremetida guerreira.*⁵⁷⁴

No meio daquele panorama de desolação, o narrador-viajante deparou-se subitamente com uma figura que parecia confundir-se com as ruínas da antiga fazenda: um velho encarquilhado, em farrapos, longos cabelos e *longa barba farta emaranhada d'ervas*. Tratava-se do proprietário da Santa Luzia, que havia sido um jovem empreendedor agrícola arrojado, culto e engenhoso – naquele momento a forma humanizada da decadência, homem-vegetal. Deste velho, o narrador escutou aquela que seria a verdadeira história da queda da fazenda: havendo assassinado a esposa infiel, ele perdera a consciência e fugira para a floresta onde vivia como guardião das ruínas que o povo do sertão acreditava mal assombradas. Em seu delírio, ele acreditava que a alma da morta havia sido incorporada pela mais majestosa das árvores da floresta, que o acompanhava onde quer que ele fosse e o supliciava terrivelmente sempre que chegava a meia noite:

A árvore agitou-se como em espreguiçamento e sucessivos estalos e crepitações ríspidas fizeram com que meus olhos baixassem das ramas às raízes e não sei que estranha força fez com que meu corpo arriasse sobre os

⁵⁷⁴ COELHO NETTO. *Sertão*. Porto: Lello & Irmão, 1933. 1. ed. 1896. p. 78-79.

joelhos. O colosso desprendia-se como um polvo enorme, abandonando a rocha, despegando, um a um, os tentáculos terríveis.

A primeira raiz levantou-se curva, nodosa e negra e estirou-se pela terra dilatadamente. Outra estalou, arrancou-se, desenroscou-se zunindo como uma vara recurvada que se liberta e silva ganhando a linha natural. De repente, em bando, todas as raízes deixaram o solo e a árvore grande, extraordinária, folhuda, sacudiu-se com horrísono farfalho. As raízes foram-se curvando em garras e o vegetal levantou-se sobre esses pés aduncos lançando derramadamente um tentáculo, outro, e veio lento, bambo, murmulhante, um monstro formidável coberto de folhas híspidas que o luar fazia de prata, em direção ao sítio onde eu me prostara cativo, avassalando, sob a pata racinosa, arbustos, ervas e o arvoredado novo.⁵⁷⁵

A imagem deste monstro híbrido de mulher vingativa e vegetal leva a extremo a metáfora da retaliação da natureza contra o homem que a destruiu para explorá-la. Não espanta que a vítima seja um enérgico empreendedor que substituiu a mata virgem pela *selva enflocada de neve* – a plantação de algodão. A natureza que retornava transformando em ruínas as marcas da obra humana retornava também como uma versão animista do *fantasma vingativo* que o romance gótico tomou de empréstimo às lendas populares e à tragédia shakespeareana.⁵⁷⁶ Na obra de Coelho Neto, a figura feminina é constantemente associada à natureza bruta⁵⁷⁷, e neste caso a falência do projeto do fazendeiro em sua obra de conquista da natureza era correlata à derrota de seu ideal doméstico: a frustração deste último conduzia irrevogavelmente à perda do primeiro. O pavor da morte foi traduzido pelo escritor através da indiferenciação e da fusão com a natureza impura e bruta, na imagem de uma árvore antropomorfizada: A

⁵⁷⁵ COELHO NETTO, op. cit. nota 173. p. 113-114.

⁵⁷⁶ PRUNGNAUD, Joëlle. *Gothique et décadence: recherches sur la continuité d'un mythe et d'un genre au XIX^e siècle en Grande-Bretagne et en France*. Paris: Honoré Champion, 1997. p. 409.

⁵⁷⁷ A representação da natureza é assimilada à representação da feminilidade na maioria das culturas. Ambas são tidas como universos velados, misteriosos e fechados ao olhar perscrutador. ROSSET, Clément. *L'anti-nature: éléments pour une philosophie tragique*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France: 1986. A literatura explorou intensamente as analogias da mulher e da natureza selvagem. Na obra de Coelho Neto esta associação é recorrente, como por exemplo em *Tormenta*, onde se lê: *A mulher deve ser florestal. A selva é a mãe eterna dos germens mas, nem por isso ela quer ser trigal ou olivedo, campo de linho ou de milho: ela é a gênese grande, forte, magnífica, inconsciente; a mulher deve ser como a selva – germinadora*. COELHO NETTO. *Tormenta*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901. p. 70.

*árvore, que possui a alma da assassinada, vinga-se lentamente enquanto as outras farfalham na grande selva, enchendo as noites pavorosas de lamentos.*⁵⁷⁸

Este traço, a confusão dos limites entre o humano e o natural, pode ser associado não apenas à temática da decadência de uma próspera fazenda – o retorno da natureza domada à natureza bruta – como a uma monstruosidade sustentada pelo imaginário da literatura *decadentista* do fim do século XIX⁵⁷⁹, no terror que esta nutriu em profundidade por tudo o que fosse selvagem, natural, bruto, em oposição ao seu culto do artifício⁵⁸⁰. A metáfora aterrorizante propriamente *decadentista* do fantasma vingativo que pela morte fundia-se com a natureza foi trabalhada pelo escritor também em seu conto *Praga*, em que a mãe assassinada pelo filho retornava na forma de um *revenge ghost* também meio humano, meio natureza bruta:

*À claridade do plenilúnio frio Raymundo viu estatelada à porta, coberta de algas e de jias coaxantes, a boca gotejando água podre do pântano, toda enroscada de ervas, o crânio fendido, a tirar lentamente com os ossos dos dedos partículas de miolos roxos e rãs pequeninas, verdes, de olhos fosforescentes, Mãe Dina, a morta, com um braço erguido hirto, os dedos apartados, num gesto terrível de ameaça.*⁵⁸¹

Imagens decadentes e decadentistas, os monstros femininos vingativos de Coelho Neto reproduziam um sertão lendário que seria narrado nas *Mil e uma Noites brasileiras*⁵⁸², projeto literário imaginado, mas não totalmente realizado pelo escritor,

⁵⁷⁸ COELHO NETTO, op. cit. nota 173: 116-117.

⁵⁷⁹ Coelho Neto chegou a escrever pelo menos um romance inteiramente modelado pela temática do decadentismo, *Esfinge*, devidamente povoado de suas personagens típicas, a mulher fatal e o andrógino, em um ambiente estetizado e artificial, sob uma atmosfera de mistério, perversão e misticismo. COELHO NETTO. *Esphinge*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.

⁵⁸⁰ A recusa da natureza, juntamente com a negação do amor ideal, é um dos pontos principais em que o imaginário decadentista diferenciou-se do romantismo, abandonando alguns dos valores vitais da escola que inspirou muitos de seus temas e imagens. RANCY, Catherine, op. cit. nota 119.

⁵⁸¹ COELHO NETTO. *Praga*. Rio de Janeiro: J. Cunha, 1890. p. 83.

⁵⁸² No autobiográfico *A Conquista*, Ruy Vaz (Aluísio Azevedo) repreendia Anselmo Ribas (Coelho Neto) por sua *mania de orientalismo: põe-te em relação com a natureza de tua pátria, tens um campo vasto de explorações, desde o sertão, quase virgem, até a rua do Ouvidor que é o círculo central das almas*

em que ele coligiria as narrativas do mundo rural na riqueza de seu imaginário, em seu misticismo terrificante, no seu universo permeado pelo fantástico, em que a impressão da natureza assumiria papel central⁵⁸³. De acordo com Brito Broca, este ambicioso projeto pretendia fazer surgir o passado brasileiro, não na perspectiva da história, mas da lenda, ou, podemos dizer, da memória popular⁵⁸⁴. Tanto em *Tapera* quanto em *Praga* o terror e a confusão dos limites entre o humano e o natural estabelecidos pela morte e pela violência têm contudo uma saída pela racionalidade. Em *Praga*, o protagonista delirava em meio às febres causadas pela peste que atingia o sertão. Em *A Tapera*, na eminência de testemunhar o ataque da árvore que teria aprisionado o espírito da mulher assassinada, o narrador desfalecia e acordava em sua casa, sendo prontamente informado que o fazendeiro que ele acreditava ter visto estava já morto há anos. Tanto ele quanto sua mulher haviam sido vítimas de um violento levante de escravos.

Tudo não passava, é certo, de um pesadelo ou visão delirante, mas este delírio tinha algo a dizer: o passado de escravidão era um outro fantasma com o qual a literatura brasileira defrontava-se em seu mergulho no sertão. O volume da segunda edição de 1895 dos *Vinte Contos*, de Valentim Magalhães, publicados pela primeira vez em 1886, abre com uma peculiar advertência dos editores: *Julgou este [o autor] de bom*

brasileiras. Ribas recusava-se a renunciar à mistificação e à fantasia que o inspiravam, em favor do realismo professado pelo amigo, e por sua vez argumentava: *A minha faculdade essencial é a imaginação – vivo a sonhar, as idéias pululam no meu cérebro e sinto que são as sementes antigas que se fazem floresta. Comecei a estudar em livros orientais – foram as Mil e uma noites a obra que mais funda impressão deixou em meu espírito quando se ia formando, depois as histórias que me contavam nos serões tranqüilos e, finalmente, as leituras*. COELHO NETTO. *A conquista*. 2. ed. Porto: Chardron, 1913. 1. ed. 1899. As mil e uma noites brasileiras operariam uma possível fusão entre as duas vertentes.

⁵⁸³ Um dos temas centrais da obra sertaneja de Coelho Neto é força mistificadora da natureza, que perturbaria a capacidade humana de apreendê-la pela cultura e pela arte. Uma bem acabada expressão desta idéia está no conto *Bom Jesus da Mata*, publicado em *Treva*. Neste, um artista tem a pretensão de aperfeiçoar uma obra da natureza, mas acaba mistificado pela sua própria criação, e derrotado por ela. COELHO NETTO. *Treva*. 3. ed. Porto: Chardron, 1924. 1. ed. 1905.

⁵⁸⁴ BRITO BROCA. Coelho Neto, romancista. In: COELHO NETO. *Coelho Neto: obra seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. p. 3-26.

*aviso, e com ele concordamos, excluir desta edição o conto **Praça de Escravos**, que tão profunda impressão produzira, e substituí-lo por outro, por entendê-lo inteiramente descabido na época atual, em que nem quase memória felizmente resta daquelas cenas atrozes e vergonhosas.*⁵⁸⁵ A exclusão do conto era entretanto o melhor sinal de que a escravidão restava ainda, incomodamente, na memória brasileira. Na literatura voltada para o meio rural e para a incorporação de sua narrativa à cultura brasileira, mostram-se recorrentes histórias da escravidão que, como a do conto excluído de Magalhães, são histórias de violência. Afinal, este era um componente fundamental para a manutenção do sistema escravista, seja para a vigilância do trabalho, a defesa dos limites da propriedade, a expulsão de posseiros ou o controle dos não proprietários e, particularmente, para a repressão dos próprios escravos⁵⁸⁶.

Apesar da vontade de esquecer, as narrativas da escravidão são uma marca indelével na memória do sertão que a literatura brasileira se propunha a registrar. Em *Gongo-Velho*, de Rodrigo Octavio, um jovem advogado reproduzia a narrativa aterrorizante que escutara de um velho escravo quando deixava a capital paulista para ocupar seu primeiro cargo judiciário, no interior de Minas. O regime brutal de trabalho em uma lavra havia causado uma violenta rebelião de escravos que culminara no massacre de todos eles pelo senhor vingativo. A evocação do terror criava o medo de despertar os fantasmas daquele passado que era narrado, mas que convinha apagar definitivamente: *hoje tem outro nome que o coração manda calar para que se não saiba ao certo o lugar deste drama.*⁵⁸⁷ Também *João Quilombo*, de Viriato Correa, é a

⁵⁸⁵ MAGALHÃES, Valentim. *Vinte contos*. 2. ed. corrigida. Rio de Janeiro: Laemmert, 1895. 1. ed. 1886. p. VII.

⁵⁸⁶ DEAN, Warren, op. cit. nota 145, p. 36.

⁵⁸⁷ OCTAVIO, Rodrigo. *Gongo-Velho*. In: OLIVEIRA, Alberto de; JOBIM, Jorge (Org.). *Contos brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1922. p. 357-368. Citação: p. 361.

narrativa de uma violência incontrolável, que gerava outra ainda maior e instaurava o horror. Tudo isso foi aqui envolvido por uma atmosfera mítica que convertia o vingativo protagonista, desta vez um escravo, numa figura lendária em sua força primitiva de aniquilação.⁵⁸⁸

Revolta, violência e vingança são os tons de *Rei Negro*, de Coelho Neto, *romance bárbaro* em que o escritor delineia uma trajetória de decadência instaurada pela brutalidade da escravidão. Macambira era um escravo melancólico na lamentação do reino africano perdido que não chegara a conhecer, e que imaginava apenas através das imagens e das estórias contadas pelos negros mais velhos. Nascido no cativeiro, sua nobreza passara a significar amor ao trabalho, sobriedade e disciplina, que fizeram dele, sobretudo, um homem civilizado, peça fundamental para a manutenção da fazenda em que vivia. Apartava-se dos demais negros por sua moralidade superior, pela sua autoridade e seu livre trânsito na casa do senhor. Por isso não chegara a sentir o *peso da escravidão*.⁵⁸⁹ Estranho tanto no mundo dos negros quanto no mundo dos brancos, Macambira parecia tender para este último quando se casou com Lúcia, mulata clara criada segundo os hábitos da casa-grande. Contudo, ao tomar conhecimento de que sua mulher havia sido violentada pelo filho do senhor, o escravo passou a ser dominado pela idéia de vingança e insurreição contra os brancos. Sua figura deixava assim de ser nostálgica para tornar-se heróica, bárbara e destrutiva. Isto se traduziu no abandono do trabalho na natureza cultivada e domesticada da fazenda pela vida em meio à natureza bruta da mata, onde ele entregava-se a uma existência selvagem consumida em um

⁵⁸⁸ CORREA, Viriato. *Contos do sertão*. Rio de Janeiro, 1912.

⁵⁸⁹ COELHO NETTO. op.cit. nota. 151, p. 38.

delírio de sangue. A marca da decadência será mais uma vez a fusão com a natureza primitiva.

Refugiado na mata, varejando profundamente os labirintos da solidão, conhecia-a de ponta a ponta, desde as samambaias da orla até a lagoa taciturna, coberta de táboas, em cujas margens apauladas saracuras e ererês cantavam e lentos jacarés, rastejando no lodo, de vez em vez empinavam-se, engalfinhando-se com um latido rouco.

*Afeiçoando-se ao vasto homizio, amava enternecidamente as árvores, afagava-as, detinha-se a mirá-las parado diante dos troncos que subiam lisos eretos, em colunas ou torcicolosos, escalavrados, derreando-se como ao peso das frondes bastas.*⁵⁹⁰

O peso da escravidão acaba portanto por fazer-se sentir, e a violência lançara o escravo *civilizado* pelo trabalho rural de volta à natureza selvagem, com a qual passava a se confundir. Contudo, alguns intelectuais brasileiros consideravam a herança da escravidão a partir de perspectivas distintas dessa que era inspirada pelas narrativas violentas e fantasmagóricas do sertão. Em *Canaã*, Graça Aranha assimilou a decadência das antigas propriedades cafeeiras ao fim da escravidão, e reproduziu o discurso de um antigo escravo saudosos dos tempos de cativo: *Que importava feitor... Nunca ninguém morreu de pancada*. Ele comparava a *vida amparada na domesticidade da fazenda, com o desespero do isolamento de agora, com a melancolia de um mundo desmoronado*.⁵⁹¹

Para Oliveira Viana, 1888 é o marco da dissolução da sociedade rural em que se formaram os traços característicos da índole nacional, traços eminentemente rurais expressos pelas tradições familiares e domésticas. A despeito do crescente influência dos modos de vida da civilização moderna, em Minas Gerais ele acreditou haver encontrado intactas, graças ao isolamento das montanhas e à situação geográfica continental, as estruturas do caráter brasileiro modeladas pela vivência no campo nos

⁵⁹⁰ COELHO NETTO, op. cit. nota 151, p. 260-261.

⁵⁹¹ ARANHA, Graça, op. cit. nota 156, p. 15.

tempos da escravidão. Deixar Minas significava, por isso, exilar-se do Brasil – um Brasil rural patriarcal, escravista e moldado pelo *calor do nosso solo*, que ele lamentava estar para sempre perdido.⁵⁹²

Neste ponto é possível identificar a influência exercida sobre Oliveira Viana pela obra de Joaquim Nabuco, que tomou a escravidão e a vida rural como componentes essenciais da formação da nacionalidade brasileira⁵⁹³. Vimos anteriormente como Nabuco traçou em *Minha formação* uma verdadeira profissão de fé do cosmopolitismo da *belle époque* ao exaltar a civilização ocidental e seu patrimônio acumulado de arte, história e cultura escrita. Nesse contexto, o que o Brasil tinha a oferecer significava para ele a antípoda deste legado: a natureza, a paisagem. Entretanto, por baixo dessa camada de pensamento que explicava sua *atração do mundo* havia a raiz brasileira de seu *sentimento*: Massangana, o engenho em que viveu os oito primeiros anos de sua vida – *esse período inicial, tão remoto, porém, mais presente do que qualquer outro*.⁵⁹⁴ Na memória de sua infância, a paisagem rural tornava-se uma imagem cultivada como a lembrança de um universo de sensações constituintes de um passado onírico que não era apenas um começo, mas uma *origem*:

⁵⁹² VIANNA, Oliveira. Minas do lume e do pão. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 56, p. 289-300, 1920.

⁵⁹³ Segundo Vasconcellos Torres, Joaquim Nabuco foi o paradigma intelectual de Oliveira Viana, leitor entusiasta de *Minha Formação* e *O Abolicionismo*, pela sua fundamentação filosófica e sua pesquisa da história brasileira. A figura do orador durante a campanha abolicionista teria também causado forte impressão sobre o jovem Oliveira Viana, que seguiu citando-o e apoiando-se na figura de Nabuco. TORRES, Vasconcelos. *Oliveira Viana: sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1956.

⁵⁹⁴ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: UnB, 1981. 1. ed. 1900. p. 129. A força das imagens de Nabuco em suas reminiscências de sua infância no engenho foi evocada por Manuel Bandeira em suas *Impressões de um cristão novo do regionalismo*. Na crônica, Bandeira imagina um *Regionalista Aprendiz* que, apesar de encantado pelas coisas regionais, só conhecia o engenho pelos livros: *queria sentir de verdade o famoso cheiro das tachadas que respirado na infância, dizia Nabuco, embriagava para o resto da vida. E perguntava a si mesmo se seria ainda possível embriagar-se agora*. BANDEIRA, Manuel. *Impressões de um cristão novo do regionalismo*. In: _____. *Crônicas da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. p. 209-212. Citação: p. 209.

Durante o dia, pelos grandes calores, dormia-se a sesta, respirando o aroma, espalhado por toda a parte, das grandes tachas em que cozia o mel. O declinar do sol era deslumbrante, pedaços inteiros da planície transformavam-se em uma poeira de ouro; a boca da noite, hora das boninas e dos bacuraus, era agradável e balsâmica, depois o silêncio dos céus estrelados, majestoso e profundo. De todas essas impressões nenhuma morrerá em mim. Os filhos dos pescadores sentirão sempre debaixo dos pés o roçar das areias da praia e ouvirão o ruído da vaga. Eu por vezes acredito pisar a espessa camada de canas caídas da moenda e escuto o rangido longínquo dos grandes carros de bois...

.....

*Mês e meio depois da morte de minha madrinha, eu deixava assim o meu paraíso perdido, mas pertencendo-lhe para sempre... (...) Massangana ficou sendo a sede do meu oráculo íntimo: para impelir-me, para deter-me, e sendo preciso, para resgatar-me a voz, o frêmito sagrado, viria sempre de lá. Mors omnia solvit... tudo, exceto o amor, que ela liga definitivamente.*⁵⁹⁵

Despertando o passado, a natureza encontrava-se aí sempre mesclada às imagens do trabalho do engenho, que aos olhos do autor como que a dignificavam. Não se trata aqui de *um trecho do planeta de que a humanidade não tomou posse*, mas de uma paisagem natural profundamente alterada pelo homem. Um componente fundamental da visão de mundo de Nabuco passava a ser, assim, a força do trabalho escravo que incorporou a natureza bruta ao patrimônio humano, transformando o *natural* em *rural*: *seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou.*⁵⁹⁶ A escravidão tornou-se conseqüentemente um componente basilar dessa memória do engenho, de uma memória do *torrão natal* que era também uma memória brasileira – ele extrapolava o domínio da experiência individual em direção ao nacional. Neste momento, Nabuco afirmou seu vínculo com a nacionalidade, a despeito de sua atração cosmopolita, que parecia suplantada frente à lembrança de Massangana na reflexão de sua maturidade. *A escravidão permanecerá por muito tempo como a*

⁵⁹⁵ NABUCO, Joaquim, op. cit. nota 193. p. 129-130, 134.

⁵⁹⁶ NABUCO, Joaquim, op. cit. nota 193. p. 45, 131.

*característica nacional do Brasil.*⁵⁹⁷ O que surge daí é uma imagem em tudo oposta à visão aterrorizante e fantasmática que a literatura regional tantas vezes criou, em suas narrativas de vingança, ódio, e violência relacionadas à escravidão. Na perspectiva de Nabuco, o egoísmo do senhor era apenas equivalente à generosidade do escravo que nutriu e acariciou seus primeiros anos. A dedicação do escravo ao seu senhor teria dotado a alma brasileira de sua característica brandura, da espiritualidade infantil de suas lendas e mitos, de sua alegria imotivada e irrefletida, de sua tristeza sem rancor e de sua essencial melancolia. Com a Abolição, estaria definitivamente perdido este passado de suavidade e afeto desinteressado que unira escravos e senhores sob o *jugo suave* estabelecido durante sua longa existência conjunta⁵⁹⁸.

*Nada mostra melhor do que a própria escravidão o poder das primeiras vibrações do sentimento... Ele é tal, que a vontade e a reflexão não poderiam mais tarde subtrair-se à sua ação e não encontram verdadeiro prazer senão em se conformar... Assim eu combati a escravidão com todas as minhas forças, repeli-a com toda a minha consciência, como a deformação utilitária da criatura, e na hora em que a vi acabar, pensei poder pedir também minha alforria, dizer o meu **nunc dimittis**, por ter ouvido a mais bela nova que em meus dias Deus pudesse mandar ao mundo; e, no entanto, hoje que ela está extinta, experimento uma singular nostalgia, que muito espantaria um Garrison ou um John Brown: a saudade de escravo.*⁵⁹⁹

⁵⁹⁷ NABUCO, Joaquim, op. cit. nota 193, p. 131.

⁵⁹⁸ Segundo Nabuco, esta espécie de relação em que o fermento da desigualdade não pode penetrar foi característica da vida rural nas regiões mais tradicionais do país, em especial no nordeste, e dificilmente poderia ser aplicada à totalidade do país:

Também eu receio que essa espécie particular de escravidão tenha existido somente em propriedades muito antigas, administradas durante gerações seguidas com o mesmo espírito de humanidade, e onde uma longa hereditariedade de relações fixas entre o senhor e os escravos tivessem feito de um e outros uma espécie de tribo patriarcal isolada do mundo. Tal aproximação entre situações tão desiguais perante a lei seria impossível nas novas e ricas fazendas do Sul, onde o escravo, desconhecido do proprietário, era somente um instrumento de colheita. Os engenhos do Norte eram pela maior parte pobres explorações industriais, existiam apenas para conservação do estado do senhor, cuja importância e posição avaliava-se pelo número de seus escravos. Assim também encontrava-se, ali com uma aristocracia de maneiras que o tempo apagou, um pudor, um resguardo em questões de lucro, próprio das classes que não traficam.

NABUCO, Joaquim, op. cit. nota 193, p. 132. Idéias similares seriam defendidas posteriormente por Gilberto Freyre em seu *Casa Grande e Senzala*.

⁵⁹⁹ NABUCO, Joaquim, op. cit. nota 193, p. 131.

A crítica à formação colonial brasileira e à instituição do trabalho escravo não afastava esse componente emotivo que estava, na obra de Nabuco, indissoluvelmente ligado à memória de sua infância e ao sentimento do Brasil, de *Paraíso Terrestre* desprovido de valor humano a *paraíso perdido rural*, incorporado pelo trabalho escravo ao patrimônio da civilização. Alberto Torres manifestaria este mesmo sentimento ao lembrar-se dos tempos da escravidão: *pelo preto, todo brasileiro da geração que testemunhou os costumes da escravidão, sente a ternura comovida que liga a imagem do servidor leal e bom desses tempos à lembrança das emoções da nossa antiga vida doméstica, tão encantadora em sua cordial simplicidade, e da nossa vida do campo* (...) ⁶⁰⁰ Somava-se assim mais uma saudade ao já sentimentalmente carregado sertão que os intelectuais brasileiros lamentavam e inventavam. A melancolia se estabelece neste discurso de formas diversas: na nostalgia da vida no campo, originário e perdido; na perspectiva do escritor exilado de sua pátria sertaneja; na criação de uma paisagem distante identificada como cenário de continuidade em meio à atribulação da vida contemporânea; na observação do efeito destrutivo do tempo que concretizava nas taperas fantasmagóricas a decadência do meio rural; na saudade da infância, da natureza e do escravo, pontos de origem que definiram as identidades individuais e a memória brasileira. Até que ponto esta melancolia plantada na relação com a origem poderia ter *contaminado* a própria identidade nacional e marcado a relação do país com seu ambiente físico é a questão que surge daí em diante.

⁶⁰⁰ TORRES, Alberto. *A organização nacional*: primeira parte – a constituição. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978. p. 64. 1. ed. 1914.

Somos um povo melancólico; representamos um contraste mesquinho e doloroso nesta alegria perene da natureza americana.

Matheus de Albuquerque, *Melancolias*, 1915

A paisagem do sertão é *sempre melancólica, quase contristadora*, afirmou Taunay, grande admirador da beleza dos cenários do Brasil agreste. *As gradações de cor que tomam os campos até o azul diluído e vaporoso produzem uma impressão profunda, como que de desgosto e desapego à terra, que só conhece quem a sentiu*⁶⁰¹. Tal como demonstrou Süsskind,⁶⁰² melancolia e alheamento são inseparáveis do próprio exercício descritivo operado pela obra de Taunay, uma vez que em sua viagem pelo sertão descobrir a beleza de uma paisagem significava necessariamente perdê-la: *É que a rápida contemplação de tamanhos primores nos trazia a certeza de que os admirávamos pela primeira e última vez e de pronto nos incutia a saudade de logo perdermos aquilo que ainda estava debaixo dos nossos olhos*⁶⁰³. Nem a representação pictórica nem a literatura seriam capazes de reter a magia destas paisagens recém-descobertas e já perdidas. A melancolia da paisagem sertaneja está certamente nos olhos daqueles que a vêem, seja porque – como Taunay – o observador tinha dela a visão fugaz de um viajante, seja porque o sertão se tornava a imagem sentimental de um passado distante ao qual o sujeito – o escritor, o brasileiro – não pertencia mais.

⁶⁰¹ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Viagem de regresso de Matto Grosso à Corte [1869]. In: _____. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 35-84. Citação: p. 79.

⁶⁰² SÜSSEKIND, Flora, op. cit. nota 97.

⁶⁰³ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. O rio Aquidauána. In: _____. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 7-34. Citação: p. 9.

Uma particular percepção da temporalidade acompanha esta representação melancólica do sertão. Euclides da Cunha anotou a sensação de imobilidade temporal que o perturbava terrivelmente em seus dias sertanejos, definindo-a como *a impressão estranha de um spleen mais cruel do que o que se deriva dos nevoeiros de Londres; spleen tropical feito da exaustão completa do organismo e do tédio ocasionado por uma vida sem variantes*⁶⁰⁴. Na literatura regional brasileira, a tristeza rural esteve constantemente associada à sensação de um tempo que se arrastava penosamente, à medida que o ritmo da vida humana se confundia com a imobilidade da paisagem natural⁶⁰⁵. Uma das melhores expressões deste exílio temporal induzido pela vivência do sertão é certamente a novela *Vida Ociosa*, de Godofredo Rangel, relato de um juiz de direito que visitava amigos da roça onde viveu sua infância, observando o ritmo particular da vida sertaneja e deixando-se conduzir por ele. A preguiça tornava pesados seus movimentos, enquanto a monotonia dos dias instalava-se em todas as coisas. Mesmo o sol era passível de condenação pela invariabilidade de sua luz que

⁶⁰⁴ CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939. Citação: p. 78.

⁶⁰⁵ Podemos citar dois exemplos expressivos. Num de seus *Contos Amazônicos*, Inglês de Souza observava o semblante sorumbático, o retraimento apático e a gravidade do gesto característica da gente que vivia à margem do Amazonas, gente naturalmente melancólica que refletia a paisagem monótona e triste do rio. SOUZA, Inglês de. *Contos amazônicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, Brasília: INL, 1988. 1. ed. 1893. p. 22-23. Em *O Caboclo*, Avelino Foscolo imprimiu um sentimento de tristeza à própria paisagem, com a qual se confundia a percepção humana do tempo:

Casava-se, além disso, com sua natureza, com o tédio da vida perseguindo-o, aquela melancolia de julho, com um azul imaculado durante o dia, durante a noite soprando bulhões e, pela manhã as pesadas brumas subindo em blocos dos vales para o cimo dos serros. As próprias árvores, desnudadas de folhas, esqueléticas, preparando-se para o verde atavio da primavera; as gramíneas ressequidas, de um verde clorótico, as campinas mundanas manchadas de negro, aqui e ali, pelas “queimadas”; e tarde o fogo lavrando, espiralando em linhas fulvas, estalindo através das pastagens; o azul dos montes, ao longe, que o fumo tornava mais negro; o desfilar dos escravos vindos do trabalho, da agra faina, na derrocada da mata; as cantatas populares moduladas em saudosa melodia; o pio das aves na floresta à aproximação das trevas, o balado terno dos bovinos chamando as crias e a resposta aguda dos bezerros presos no curral; a voz do campônio, acompanhada de viola, cantando numa melodia muito expressiva; toda esta tristeza amalgamava-se com sua alma, imantando-o, prendendo-o, tornando-o parte constituinte daquele todo voltejante.

FOSCOLO, Avelino. *O caboclo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902, p. 29.

entorpeceria o organismo. O estar no campo era uma eterna busca de repouso *no meio daquela pasmaceira soçobrança* governada pela lentidão e pela paciência. Mas para um *homem civilizado*, a ociosidade trazia consigo o sentimento do vazio: *o vácuo pesava-me como chumbo*. Na obra de Rangel, a observação urbana do mundo rural e as relações com este tempo lento são ambíguas. Por um lado, o tédio o oprimia, o enervava, enquanto sua mente ociosa refletia sobre as agruras e os contratempos de sua vida na cidade. Por outro lado, o tempo que corria lentamente representava uma instância redentora face às pressões da vida urbana, por libertar sua mente das ambições, da pressa, do cansaço, da ânsia de realizações e de contínuo desenvolvimento. Por isso, seu ideal de vida no campo era sempre manter aspirações, sem no entanto realizá-las. Ao instaurar este tempo peculiar da vida rural, o narrador explicitava a aura lendária das histórias e das vivências do sertão, localizadas no tempo pretérito da narrativa: *Já repararam que tudo que nos contam de bom e digno de ser visto, ou fica para muito longe ou se passou há muito tempo?*⁶⁰⁶

O sertão, é certo, existia em outro tempo. O ritmo lento da vida rural e a ociosidade que ela inspirava no narrador-personagem de Rangel foi um dos temas privilegiados pela literatura regionalista da época. Uma de suas traduções era a preguiça. Monteiro Lobato não foi o primeiro escritor a apontá-la como um dos traços característicos do homem do campo no Brasil. Em crônica datada de 1882, Valentim Magalhães observava seu aspecto anêmico, esquelético, depauperado, *com fisionomias melancólicas e desesperançadas*. O que explicava isso, a seu ver, era a preguiça. Dominado por ela, o homem do campo seria desprovido de ambição e não se esforçaria

⁶⁰⁶ RANGEL, Godofredo. *Vida ociosa*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [19--]. 1. ed. 1917. p. 155.

por melhorar seus padrões miseráveis de vida. Sua languidez, sua indolência e sua melancolia constituiriam o único legado deixado aos filhos, *umas crianças remelasas e tristes, que continuam as tradições e a hidropisia paternas*. Em face deste quadro, a sentença do autor era uma versão pessimista da célebre vocação do país para a agricultura: *O Brasil é um país desesperadamente agrícola*. Nesta conjuntura, o vaticínio significava uma condenação ao mais extremado pauperismo:⁶⁰⁷

*No descaído dos ombros, na flacidez e magreza das carnes, na estreiteza dos pulsos, e sobretudo nas posições de cansaço e de sono em que continuamente os vemos, reconhece-se que nestes infelizes é a preguiça o gérmen de todas as moléstias. E na verdade é a malandrice a grande, a incurável enfermidade que exaure os nossos camponeses. Eles têm uma natural e irresistível aversão ao trabalho. A mourejar o dia inteiro, voltando à noite para casa com algum dinheiro e muito apetite, preferem apodrecer estupidamente à porta da mansarda, como um faquir, cobertos de moscardos e imundície.*⁶⁰⁸

Apesar disso, anotou o escritor, o roceiro continuava sendo matéria para a poesia nacional, idealizado em sua simplicidade e aferro aos costumes: *Para fechar pomposamente uma écloga, o roceiro serve. Também é só para o que presta.*⁶⁰⁹ O sertanejo não apenas era triste, ele inspirava tristeza naqueles que o observavam, como escreveu Lima Barreto a propósito do *aspecto cataléptico* do mundo rural brasileiro: *essa atonia da nossa população, essa espécie de desânimo doentio, de indiferença nirvanesca por tudo e todas as coisas, cercam de uma caligem de tristeza desesperada a nossa roça e tira-lhe o encanto, a poesia e o viço sedutor da plena natureza.*⁶¹⁰ Em 1918, algumas décadas depois de Valentim Magalhães, e alguns anos após a publicação do *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, a celebridade alcançada pela personagem de

⁶⁰⁷ MAGALHÃES, Valentim. *Quadros e contos*. São Paulo: Dolivaes Nunes, 1882. p. 136.

⁶⁰⁸ MAGALHÃES, Valentim, op. cit. nota 206. p. 133.

⁶⁰⁹ MAGALHÃES, Valentim, op. cit. nota 206. p. 136.

⁶¹⁰ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1993. p. 165. 1. ed. 1911.

Monteiro Lobato consolidou a imagem de um sertanejo abatido, indolente⁶¹¹ e ocioso, diametralmente oposto ao *rude titã acobreado* em luta enérgica contra o meio hostil, consagrado por Euclides da Cunha n' *Os sertões*.

O acento muitas vezes recaía na inferioridade do homem em relação à natureza que o cercava, como na crônica *Índio versus Caboclo*, de Roque Callage, a propósito do Jeca de Lobato: *Vejamos a singularidade estranha de seu perfil e teremos o esboço de um derrotado. De gesto mole, corpo alquebrado no verdor dos anos, ele é um símbolo doloroso do cansaço, da própria lei do menor esforço. Um vencido antes da luta! Contrasta vergonhosamente com o empolgante cenário que o cerca.*⁶¹² Mais do que isso, freqüentemente a excessiva generosidade da natureza explicava a indolência, a tristeza e o abatimento do sertanejo – era esta a explicação encontrada pelo próprio Lobato.⁶¹³ Somada à preguiça, à lentidão e ao ócio, a tristeza sertaneja era já um tema estabelecido pela literatura rural, e havia aqueles que a apontavam como um absoluto. Mário de Alencar, por exemplo, refletiu sobre o tema em um texto em que comparava as cigarras da mata com as do Rio de Janeiro. Segundo ele, as que eram ouvidas na cidade e nas florestas que a cercavam tinham uma voz aguda que semelhava a um raio de sol diluído em ondulações ao atravessar o espaço. Seu canto explosivo e estridente dava a impressão de um eco, para logo se suavizar, prolongando-se, crescente, e depois se apagar até nova explosão em outra escala, preenchendo de tal forma o espaço que todos os demais sons ficavam amortecidos. Sua sonoridade tinha, por isso, uma força

⁶¹¹ *Ai, que preguiça!* diria o Macunaíma, de Mário de Andrade. Landers demonstrou as várias confluências entre a obra de Monteiro Lobato e a formação do modernismo brasileiro, a partir do confronto entre as personagens Jeca Tatu e Macunaíma. LANDERS, Vasda Bonafini. *De Jeca Tatu a Macunaíma: Monteiro Lobato e o modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

⁶¹² CALLAGE, Roque. *Terra natal: aspectos e impressões do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso, 1920. p. 11.

⁶¹³ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 8, p. 150.

exclusivista comparável à luz do sol: o canto da cigarra *urbana* dominava o espaço de modo a tornar-se a própria voz da natureza na alegria de sua exuberância vital. Contudo, afirmava Alencar, esta imensa e aérea alegria significava necessariamente leviandade e imprevidência. A vida não era apenas feita de regozijo, mas também de trabalho e esforço. A cigarra da mata, similar à formiga da fábula, parecia saber disso, e seu canto não dava a impressão de luminosidade, mas, ao contrário, de sombra:

É o que há nesta outra voz estranha de cigarra da mata, não se parece com o som de luz, não é explosiva de entusiasmo; não tem a trepidação do embevecimento. É antes um anseio e um queixume; vem menos do alto que sobe ao chão; arquejo, soluço, voz oprimida, que incute melancolia. Arrasta-se, monotônica: a-a-a-háan.

*Ouvindo-a, onde a primeira vez a ouvi, entre o rumor silencioso da mata virgem, achei-a harmoniosa com a imensidade sombria, pesada, desconhecida da espessura impenetrável. Era bem a voz alada, que, tendo o seu vôo interceptado pela maranha das frondes, retrocedia e quebrava-se em notas incompletas, constrangidas, quase abafadas, mas cuja sonoridade ficava mais profunda, como uma força contida.*⁶¹⁴

As cigarras que o escritor escutara em Teresópolis, e cujo canto lhe parecera tão peculiar e tão diverso daquele que ouvia no Rio de Janeiro, seriam cigarras da mata trazidas pelo sopro do vento. Naquele momento, acreditava ele escutar o canto simultâneo de ambas, umas estridentes e ciciantes, outras melancólicas e oprimidas, mas parecia-lhe que elas nem se escutavam nem se compreendiam umas às outras. Ele é que acreditava entendê-las, e através da comparação entrevia nelas refletida a diversidade do povo brasileiro, o do litoral e o do sertão: *da mesma raça, e de canto e maneiras tão diferentes, pela frivolidade e alegria de uns, e pela tristeza fundamental dos outros, ainda espantados da imensidade e silêncio da terra.*⁶¹⁵

⁶¹⁴ ALENCAR, Mario de. As cigarras. In: _____. *Contos e impressões*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto, Renascença Portuguesa, 1920. p. 175-178. Citação: p. 177.

⁶¹⁵ ALENCAR, Mario de, op. cit. nota 213, p. 178.

A dita *tristeza fundamental* era um tema dos mais expressivos para a intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX, sempre de alguma forma associado à inserção do homem no ambiente tropical, embora nem sempre o tema estivesse circunscrito à vida no campo. Havia aqueles panegiristas das virtudes da vida rural que acreditavam que o fundamento da existência humana estava no contato com a terra, e que a civilização, à medida que se afastava desta sua origem, desvirtuava-se e esbatia-se em uma vida de complicações e artifícios, o que produzia nela uma *mórbida tristeza*. Ou seja, a tristeza do campo talvez fosse apenas fruto do olhar cansado do homem da cidade.⁶¹⁶ Outros, como Horácio de Carvalho, sugeriam que a suposta melancolia rural circunscrevia-se na verdade às fazendas de café, num certo arruinamento da paisagem do latifúndio monocultor refletido no homem: *a monotonia do panorama criou nos traços fisionômicos da população dessas fazendas uma impressão de tristeza; nos movimentos, certo vagar, certa preguiça*.⁶¹⁷ Este tema adquiriu outros contornos à medida que foi tomado como signo da própria nacionalidade.

Na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero partiu de um estudo da influência enervadora e dissolvente dos climas quentes, que submeteriam o organismo do homem à alternância da sobre-excitação com o abatimento e a prostração, para se lançar a uma definição do espírito brasileiro:

Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa em sua mor parte. (...) O brasileiro é um ser desequilibrado, ferido nas fontes da vida; mais apto para queixar-se do que para inventar, mais contemplativo do que pensador; mais lirista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes do que de idéias científicas e demonstradas. Não

⁶¹⁶ LUIS CARLOS. *Encruzilhada*. Rio de Janeiro: Castilho, 1922. p. 66.

⁶¹⁷ CARVALHO, Horacio de. *Itáyáia: ascensão às Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900. p. 51.

*temos filosofia, nem ciência, nem a grande poesia impessoal dos grandes gênios europeus. Temos o palavreado da carolice, a mística ridícula do beatério enfermo e fanático, de um lado, e de outro, os devaneiros fúteis da impiedade impertinente e fácil; na poesia, o lirismo subjetivista mórbido, inconsistente, vaporoso, nulo. A nação não ama de frente a natureza, nem se une a ela pela ciência, ou pela arte.*⁶¹⁸

Acanhamento, prostração, morbidez, foram, assim, definidos tanto como resultados da ação deletéria do clima quanto como sinais do divórcio em relação à natureza, que não seria apreendida pelo brasileiro sob a forma de ciência ou de poesia. A ausência de *inspiração nacional*, ou seja, da busca do fortalecimento do espírito brasileiro pela sua integração com a realidade do ambiente físico, definiria a vida intelectual no país. Os brasileiros não *procuram casar suas idéias aos arroubos de nossa natureza. Enclaustrados nas cidades*, os intelectuais viveriam uma situação de fatal desconhecimento a respeito do país em que viviam, empenhando todo o vigor de sua juventude em questões de povos alheios e esgotando-se rapidamente, fato de que dariam exemplo os poetas do romantismo brasileiro.⁶¹⁹

Pesar, abatimento e inapetência para a vida prática seriam os resultados de uma existência em que o brasileiro seqüestrou-se da *alma nacional* e das fontes de sua originalidade, definidas pelo ambiente natural do país. Essa melancolia fundamental estaria para alguns autores estabelecida na própria origem brasileira. Como de praxe numa obra voltada para o público escolar, Coelho Neto iniciou seu *Compêndio de Literatura Brasileira* por uma introdução ao Brasil e, de forma ainda mais familiar, por uma evocação das virtudes paradisíacas da natureza do país: *Não há olhos, ainda os mais indiferentes que se não alonguem, deleitados, pela alfrombra dos seus campos, tão*

⁶¹⁸ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. V.1. p. 94. 1. ed. 1888.

⁶¹⁹ ROMERO, Sílvio, op. cit. nota 217, p. 94.

*bem vestidos de verdura, mais copiosamente regados d'águas límpidas; pela redondeza aveludada das suas colinas, pelos recostos dos seus montes, pelo interior de suas luxuriantes florestas.*⁶²⁰ O contraponto a esta visão do paraíso seria não obstante um desapontamento: o colonizador não pôde saborear os primores desta hospedagem. Em primeiro lugar – argumento tão intensamente explorado – porque a grandeza e a fertilidade da terra lhe pareceram hostis, enquanto os perigos da vida selvagem instilavam o terror. E mais, porque *a nostalgia da pátria lhe abrumava o espírito*. A história da origem brasileira, o processo de colonização, é neste texto a história de tristezas que se encontraram. O português sofria com o terrível contraste entre sua paisagem familiar, estreita e acolhedora, e a temível exuberância da natureza brasileira: *pensava na aldeia para o sempre, talvez, perdida, nas festas alegres, nos vinhedos, nos trigais, nas aves, em tudo que havia deixado*. O índio, aprisionado em sua própria pátria, por sua vez, escutava o chamado misterioso do fundo da mata, e se ressentia da nostalgia de sua tribo, de sua vida livre em meio à natureza selvagem, *sentindo o aroma forte dos bosques e dos campos em flor, deixava-se morrer de pura saudade, cantando baixinho, e com lágrimas tristes, os feitios dos seus maiores e as maravilhas do seu país*⁶²¹. Outra agonia seria ainda somada a estas, a dos negros escravizados. O Brasil nascera, assim, como uma terra de deserdados e exilados, onde três grupos melancólicos se aliavam com brutalidade mas sem paixão, e como os demais europeus que por aqui chegaram nada puderam contribuir para a formação da alma do país, nela só se tornou decisiva a melancolia de suas raças. Em outro de seus escritos, Coelho Neto atribuiria a tristeza brasileira à inautenticidade de sua vida cultural – em sua expressão, *absoluta*

⁶²⁰ COELHO NETTO. *Compendio de litteratura brasileira segundo o programma do Gymnasio Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905. p. 5.

⁶²¹ COELHO NETTO, op. cit. nota 219, p. 9.

falta de sinceridade –, advinda do gosto pela cópia do estrangeiro, do abandono das tradições nacionais, e da recusa da maior fonte de alegria e inspiração na terra brasileira: a natureza e a paisagem. O já desgastado tema romântico enuncia aqui o contraste entre a imaturidade do povo brasileiro em sua ânsia infantil de imitação e o peso das fontes européias de que ele se alimentava: *merencória velhice vai ser a tua, povo de velhos que ainda balbuciam*.⁶²²

O reflexo mais considerável desta índole melancólica na vida brasileira era, ressentia-se Matheus de Albuquerque, sua característica pobreza de atitudes. Segundo ele, o gênio nacional, mal definido ainda na fusão de três raças incoerentes, poderia ser comparado, quase um século após a independência, *a um mancebo enfermiço, um tanto apelintrado e doidivanas, desejoso de marchar, serenamente, ao lado dos rapagões desempenados do seu tempo, mas tonto ainda da claridade, exuberância e desordem dos seus domínios, e em cujo semblante as cores da saúde e da alegria mal disfarçam as rugas precoces da gafeira hereditária*⁶²³. Seguia-se a enumeração das três tristezas constituintes: *a melancolia errante dos iberos, a escura nostalgia da Costa d'África e a indolente velhacaria dos aborígines*, que aqui, como em Coelho Neto, chocavam-se com a riqueza do meio natural do país. Como a vinculação entre estes dois elementos – a melancolia do povo e a exuberância da natureza – não está muito bem estabelecida, o contraste entre eles parece falar por si só. A tristeza originária é a raiz da caracterização do povo brasileiro empreendida pelo autor, um verdadeiro inventário do que nos faltava: faltava ao espírito o porte, a destreza e a linearidade, faltava ao corpo integridade, à fala, clareza e conclusão. E sobretudo – o autor retomava o tema inicial – faltavam ao

⁶²² COELHO NETTO. *A bico de penna*. fantasias, contos e perfis (1902-1903). 3. ed. Porto: Chardron, 1925. p. 339, 340. 1. ed. 1905.

⁶²³ ALBUQUERQUE, Matheus de. Melancolias [1915]. In: _____. *Sensações e reflexões*. 2. ed. aumen.. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada, [19--]. 1. ed. 1916. p. 155-162. Citação: p. 155.

brasileiro atitudes, o que o faria envelhecer precocemente, raquítico de espírito e de corpo, o que daria a ele *o aspecto tristonho de um fim de raça ou de uma raça transitória*.⁶²⁴ O resultado disso seria especialmente visível em dois aspectos da vida nacional: os já históricos desacertos de sua atribulada vida política, e a vida social brasileira, especialmente no que toca aos seus costumes.

Na visão de Albuquerque, o brasileiro sofria de uma covardia fundamental, ancestral, uma *bisonhice histórica* que refletiria nossa *bisonhice doméstica*. O resultado disso é que, ao contrário das nações ilustres, cuja formação teria sido sempre marcada por lances comoventes e audaciosos, a história brasileira pareceria risível, faltosa de alegorias, de ditos célebres, de atitudes heróicas ou pelo menos simbólicas: *O grito do Ipiranga, mercê de cujo estouvamento iniciamos a nossa vida de povo livre, é, moral e esteticamente, quase humorístico*.⁶²⁵ Uma das consequências deste espírito acanhado seria o pessimismo, manifestação extrema de comodismo e covardia, entremeada de um entusiasmo retórico e febril que rapidamente se esgotava. Enquanto as terras brasileiras restavam em grande parte incultas, levas de bacharéis alimentavam o patriotismo de fachada e disfarçavam a *inatividade satisfeita* com *entusiasmos ferozes*. Um dos resultados do desapego à terra e da alienação em relação às suas riquezas era a excessiva admiração pelo estrangeiro, afirmara Matheus de Albuquerque em outro de seus escritos, datado de 1911: *Nós, meu amigo, os filhos do país do sol, da luz abundante e rica, só nos iluminamos do estrangeiro*.⁶²⁶

⁶²⁴ ALBUQUERQUE, Matheus de, op. cit. nota 222, p. 156.

⁶²⁵ ALBUQUERQUE, Matheus de, op. cit. nota 222, p. 157.

⁶²⁶ ALBUQUERQUE, Matheus de. *Da arte e do patriotismo*. Lisboa: Portugal-Brasil, 1919. p. 130. Na hilária crônica *Patriotismo*, Coelho Neto criou uma melancólica personagem que se lamentava desta mesma ausência de grandes atitudes na vida brasileira, o que explicaria a acentuada dependência espiritual do país em relação ao estrangeiro: *No dia 13 de maio bandos e bandos atravessaram a rua cantando a Marselhesa. Houve até um homenzinho que, ao sair da Câmara, agitou o chapéu e atirou aos*

Os hábitos do brasileiro seriam a melhor demonstração deste acanhamento do espírito nacional, que mais uma vez foi visto como um contraste humilhante com a natureza que o cercava. Um dos sintomas mais nítidos da timidez do espírito brasileiro seria justamente sua incapacidade de fruição da beleza natural: o povo permanecia perpetuamente alheio à luz e à beleza.

*Somos um povo melancólico, de uma melancolia soturna e quase hostil, que, acumulada, tem explosões periódicas, alarmantes, mas passageiras. Possuímos uma natureza colossal, uma luz clara e rica, uma primavera sempre moça. O belo espírito de imprevista maravilha. Temos praias esplêndidas, que um jovem de setenta anos, com uma virilidade intelectual escandalosa, transformou em avenidas fantásticas – mas para uso e inveja dos visitantes estrangeiros. Desamamos o ar livre; a luz nos acoberta. A nossa admirável Avenida Beira-Mar vive deserta. Encafuamo-nos em casa, ainda jogamos a biscoito entre as quatro paredes escuras dos nossos quintais coloniais, de cujos fundos discretos gostamos também de espreitar os quintais vizinhos. Não nos espiritualiza a virtude ilustre da palestra: não sabemos conversar. Tolhe-nos a faculdade improvisadora um medo infantil de parecermos despropositados: cultivamos o cavaco. Divertimo-nos, sim, não abominamos de toda uma pândega mais desenfreada, contanto que seja intramuros, na penumbra: daí, por certo, o nosso gosto crescente pelo cinematógrafo e seus derivados. (...) Somos um povo melancólico; representamos um contraste mesquinho e doloroso nesta aleluia perene da natureza americana.*⁶²⁷

Enquanto alguns se lamentavam da perda de uma autenticidade brasileira estabelecida no passado – colonial, rural e escravocrata – havia aqueles que como Matheus de Albuquerque não mais suportavam este peso, e sonhavam com o dia em que o brasileiro viesse a se tornar imagem de sua natureza: exuberante, rico, belo, forte, iluminado e risonho. Abandonar a tristeza que abatia e acanhava o espírito brasileiro era um dos itens fundamentais para a libertação do terror, na metafísica da civilização brasileira esboçada por Graça Aranha n’*A estética da vida*. De acordo com o escritor, a

ares este grito da História: À Bastilha! (...) Somos um povo incaracterístico. Só temos a paisagem, a natureza. COELHO NETTO. *Scenas e perfis*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910. p. 216-217.

⁶²⁷ ALBUQUERQUE, Matheus de, op. cit. nota 222, p. 158-159.

natureza brasileira era cheia de um entusiasmo ímpar, por causa da luz que envolvia tudo de forma tão dominadora que impedia o adormecimento da vida. Isso faria com que o homem brasileiro se perdesse, sentindo no meio tropical *a angústia do exilado*: a alegria da natureza transformava-se, em seu espírito excessivamente arrebatado pela beleza da terra, em tristeza e lirismo. A exaltação mística da natureza, adversária do homem em sua obra de conquista do território, mantinha-o em *estado de imobilidade*, uma vez que o desconectava do meio físico, impedindo sua ação positiva e prática sobre o mundo por meio da cultura. Ele era, assim, um *perpétuo desterrado*: *por vezes tem-se a impressão de que o homem brasileiro deixou as suas raízes em outras paragens; é um transplantado que enlanguesce numa singular nostalgia. (...) O homem brasileiro é melancólico, e a sua tristeza se exprime pela voz da poesia.*⁶²⁸ O excesso de luz tirava das coisas a sensação da cor.

Dizem que somos tristes. O escritor libertário Fábio Luz se pôs, em seu livro sobre a paisagem natural na literatura, a discutir a suposta melancolia do brasileiro⁶²⁹. Mais uma vez, enumerou-se a amálgama das três tristezas: os infelizes portugueses, mistificados pela doutrina cristã e pelo longo cativeiro árabe; os nostálgicos africanos desgarrados de terra natal; os dolentes aborígenes, esmagados pela exuberância das

⁶²⁸ ARANHA, Graça. *A esthetica da vida*. Rio de Janeiro: Garnier, [192-]. p. 109-110. 1. ed. 1920. O tema da inadaptação do europeu à terra brasileira, e uma idéia do desterro como experiência fundamental da colonização brasileira teria futuros desenvolvimentos. Assim iniciaria Sérgio Buarque de Holanda seu *Raízes do Brasil*:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico de conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e teimando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desconfortável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevisos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [1936]. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 3.

⁶²⁹ LUZ, Fábio, op. cit. nota 88, p. 103.

florestas, aprisionados e usurpados pelos colonos. A tristeza brasileira seria, contudo, acredita Luz, um mito difundido entre a intelectualidade brasileira pela visão superficial dos visitantes estrangeiros: *os observadores de juízo preconcebido decretaram que somos fundamentalmente tristes, como já haviam legislado que o Brasil é um país essencialmente agrícola*⁶³⁰. A visão crítica destas representações um tanto dogmáticas e tão amplamente aceitas pela elite intelectual brasileira não impediu o autor de dar sua própria versão sobre o tema. Para ele, o brasileiro era por natureza excessivamente afetivo, mas pouco expansivo. Sua alegria não era nem comunicativa, nem explosiva, e carecia de grandes expansões, manifestando-se em nível individual e pessoal, não sendo capaz de contagiar multidões. Sua tristeza era profunda e comovente, expressa igualmente em lamentos de *tons baixos*. Verdadeiramente triste, em sua visão, seria um povo decadente que perdera suas tradições populares e as substituiu pelos costumes cosmopolitas – não era este o caso do Brasil, em que o povo guardava ainda a adoração de sua própria terra. O espírito brasileiro era, em sua introspecção, dado à zombaria, à sátira e à ironia, e não ao humor leve ou às gargalhadas. Seria este o estado de espírito propriamente nacional, porque coerente com a paisagem natural do país:

*Não bastaria para explicar nosso comedimento nas dores e no prazer o silêncio desta natureza eternamente vivaz, imutável e gigantesca, não bastaria o ritual sereno destes templos drúidicos para justificar a invariabilidade e igualdade de nossa índole, enquadrados nas mesmas paisagens, emoldurados na mesma e constante primavera, de conformidade perfeita com a selva que nos sitia de todos os lados, aos transpormos os limites das cidades mais populosas?*⁶³¹

Numa terra radiosa vive um povo triste: a célebre sentença de Paulo Prado na abertura de seu *ensaio sobre a tristeza brasileira*, o *Retrato do Brasil*, respondia,

⁶³⁰ LUZ, Fábio, op. cit. nota 88, p. 104.

⁶³¹ LUZ, Fábio, op. cit. nota 88, p. 105.

portanto, a um debate virtualmente já estabelecido entre a intelectualidade do país, à medida que esta se voltava para a busca de uma origem brasileira. *Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram*.⁶³² O conceito de melancolia é um tanto impreciso, englobando um conjunto amplo de sintomas psicológicos relacionados a sentimentos de lamentação, tristeza, desânimo, desinteresse e apatia. Como disposição particular do espírito, conduz a condutas passivas ou letárgicas, que minam a capacidade de ação e de transformação do mundo e do próprio lugar do ser dentro dele. A melancolia constitui, portanto, como definiu Lambotte, uma *doença da identidade*.⁶³³ Em seu *Luto e melancolia*, Freud associou-a à impossibilidade do sujeito de se separar do objeto perdido que era causa de sua lamentação. Este objeto estaria sendo incorporado a ele próprio, que assumiria a ambivalência de sentimentos referentes ao objeto amado. Sua perda adquiria por isso o sentido de uma perda do próprio eu – daí a inibição da auto-estima característica do sujeito melancólico. Freud observou ainda que a perda originária do estado melancólico é de natureza sobretudo *ideal*, pois talvez o objeto não estivesse realmente ausente ou destruído, mas tivesse sido perdido apenas como objeto de afeição – uma perda simbólica e não real.⁶³⁴

O melancólico imaginário de exílio, saudade, passadismo, temor, lamentação, nostalgia e decadência, estabelecido na busca da origem rural e da definição da paisagem natal e natural brasileira, deu forma a este objeto de afeição que foi perdido, e frente ao qual se estabelecia uma relação no mínimo ambígua: o campo está morto, pois então que se o transforme em uma literatura, memorialística e sentimental. Num Brasil

⁶³² PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 53. 1. ed. 1928.

⁶³³ LAMBOTTE, Marie-Claude. *Esthétique de la mélancolie*. 2. ed. Paris: Aubier, 1999. p. 34.

⁶³⁴ FREUD, Sigmund. Luto e melancolia [1917]. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 14, p. 275-291.

ainda maciçamente rural, esta perda não poderia ser senão idealizada, e por isso mesmo de essência melancólica. Em seu estudo sobre os mitos do caráter nacional mexicano produzidos pela cultura hegemônica naquele país, Bartra⁶³⁵ demonstrou como o mundo rural tornou-se um verdadeiro espaço edênico e anti-utópico, autêntico à medida que constituinte de uma essência mítica e intocável da nacionalidade. Um dos componentes da definição do caráter dos mexicanos, *almas arcaicas* em sua *trágica relação com a modernidade* era, demonstrou o autor, justamente a melancolia. Não há, portanto, nada de especificamente mexicano, nem de especificamente brasileiro, nesse discurso da tristeza fundamental criado a partir da manipulação de conceitos da cultura européia – a idéia muito antiga de melancolia foi uma das obsessões do século XIX europeu.⁶³⁶ O discurso melancólico correspondia, ao contrário, à atribuição à cultura latino-americana de um conjunto de padrões de comportamento que há muito a cultura ocidental havia atribuído ao selvagem e ao rural, freqüentemente assimilados⁶³⁷. A literatura latino-americana incorporou o arquétipo da melancolia à medida que o mito do tempo original se contrapôs ao tempo moderno e que o campo e o camponês, estimularam a consciência da modernidade e do progresso. Como substrato mítico que respondia às contradições da sociedade moderna, o mundo rural era incorporado à cultura como parte de um processo em que a modernidade se estabelecia como ordem racional em sua elaboração do futuro. Neste discurso, as dualidades entre campo e cidade, atraso e avanço, tradição e modernidade, estabilidade e transformação, agiam no sentido da

⁶³⁵ BARTRA, Roger. *La jaula de la melancolía: identidad y metamorfosis del mexicano*. México: Grijalbo, 1987.

⁶³⁶ LAMBOTTE, Marie-Claude, op. cit. nota 232.

⁶³⁷ Um bom exemplo do quanto esses padrões culturais eram generalizados pode ser encontrado na obra de Eugen Weber sobre a França rural: em meados do século XIX, os camponeses eram definidos pela elite do país como tristes e sofredores, desesperançados, abatidos, tímidos, apáticos, lentos, preguiçosos e sombrios. Estabeleciam-se a partir daí paralelos freqüentes com os *selvagens* observados a partir da experiência imperial. WEBER, Eugen. *La fin des terroirs: la modernization de la France rurale (1870-1914)*. Tradução Antoine Berman e Bernard Génès. Paris: Fayard, 1983. c. 1, 29.

dissolução de contradições sociais bem mais complexas, ao mesmo tempo em que constituíam uma cultura nacional unificadora.⁶³⁸

Não é de se espantar que essa melancolia que revestia a instância de retorno à origem fosse sempre colocada em contraste com a natureza tropical, e aqui não se trata apenas de afrontar metaforicamente a vivacidade da terra ao abatimento do homem. *Na origem colonial*, portugueses, negros e indígenas eram todos exilados num meio que não era o seu, ou que não mais era o seu. Naquele final de século XIX e início de século XX, um similar sentimento de expatriação tomava conta daqueles que escreviam o *Brasil autêntico*: urbanizado, o homem que resultara da fixação daqueles tipos à terra se via novamente apartado de sua origem, o campo, arrancado das raízes que nutriam sua autenticidade, desvinculado da paisagem que era o símbolo de sua continuidade no tempo. Perdida a ligação com a terra, perdia-se a veracidade, a profundidade e a comunicação com o passado. Por outro lado, o sertão estava perdido também porque era *decadente*. A intensa exploração da imagem da tapera difundia a visão do esfacelamento deste mundo originário, rural, escravocrata e português, e que retornava para o domínio da natureza à medida que se percebia a falência da ação do homem sobre o território. A melancolia dessas paisagens e homens em ruínas, a melancolia de uma escrita que sofria a perda ideal de seu sertão *natal e natural* se ampliava e abraçava a própria idéia do que era o Brasil, como um precário substituto de uma identidade ausente que ela própria denunciava. A melancolia, sintoma de uma crise identitária, foi tomada como a própria definição de uma identidade. A legitimidade de um Brasil moderno e urbano se via aparentemente questionada, mas esse questionamento não chegava a suas últimas conseqüências, dada a ambigüidade que revestia a relação com essa origem perdida: o

⁶³⁸ BARTRA, Roger, op. cit. nota 234.

elogio do exílio é o melhor exemplo disso, pois era o exílio que tornava o campo visível, ao torná-lo *literário*.

A melancolia na literatura brasileira da época era uma máscara que mal se distinguia do rosto sobre o qual se fixava. Este era presumivelmente o rosto do brasileiro – alguns o quiseram caracteristicamente melancólico, fruto das três tristezas fundadoras – mas era certamente o rosto daqueles escritores algo românticos que escreviam as narrativas rurais sob a forma de relatos freqüentemente autobiográficos e altamente dependentes do testemunho do passado. Perdido para a coletividade, o sertão se construía a partir das memórias individuais, e de uma experiência que, além de garantir a demanda de veracidade do relato – o bom escritor sertanista saberia deixar sinais que permitissem a identificação precisa do seu objeto – definia por exclusão o lugar – a cidade – e o tempo – a contemporaneidade – de onde se falava da vida rural e do passado. Este alheamento temporal-espacial demonstraria sua incompatibilidade com o avanço modernizador subentendido nesse massivo trabalho coletivo, que era bem mais que um registro, a criação de uma convenção cultural doravante denominada *sertão*.

Assim, a criação literária do homem do campo atendia ao estabelecimento do próprio mito do homem moderno, ainda que fosse trágica a consciência da ruptura entre eles. A melancolia foi a forma como a intelectualidade elaborou o sentimento popular na cultura nacional, e também a forma como ela expressou seus próprios sentimentos a respeito de um passado rural que foi reconhecido como a origem de sua identidade individual e, por extensão, da identidade brasileira em sua ligação com a terra que a modelou e a nutriu. A literatura permitia acessar este passado, ainda que ele tenha permanecido no presente apenas como uma ruína. A natureza que se representava neste

momento de retorno ao sertão era ao mesmo tempo um universo sensorial incorporado à subjetividade e recuperado pela memória no exílio, um cenário de liberdade onde as relações com o meio físico eram diretas e ricas, uma paisagem da infância que estabelecia pertencimento e continuidade, e uma força destrutiva do ponto de vista de sua capacidade de retomar espaços perdidos na obra de colonização do território. No ambiente selvagem dos trópicos, o brasileiro havia transformado e dado forma à natureza – que, por sua vez, infiltrara-se em seus sentimentos e instintos –, constituindo uma sociedade rural que naquele momento percebia-se sob o signo do retrocesso. As ruínas e taperas habitadas pelos fantasmas do mundo rural nada mais eram do que formas participantes do passado, mas que não deixavam de se mostrar presentes.

Na literatura da época esta estética das ruínas demonstra a ascensão de uma consciência aguda da ação transformadora do tempo, num momento definido como de ruptura com uma tradição fundadora da nacionalidade, origem da qual se aproximava e se afastava incessantemente. Tematizando a nostalgia, a saudade e a melancolia, a intelectualidade brasileira refletia sobre a temporalidade que constituía a memória e a sensibilidade, suspendendo o tempo linear e irreversível em favor da recuperação da experiência vivida no passado. Como escreveu Eduardo Lourenço,⁶³⁹ por meio da mobilização destas categorias sentimentais o passado adquire sentido e é inventado tal *como uma ficção*. Irremediavelmente perdido ou não, ele é evocado como um objeto de desejo naquele momento inalcançável. Escrevem-se assim relatos da memória de um tempo e um lugar virtualmente extintos, pertencentes ao passado ainda que visíveis no presente, fantasmagóricos, portanto, onde a natureza gravou-se como paisagem, como

⁶³⁹ LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das letras, 1999. p. 13

substância formadora da sensibilidade, e como instância destrutiva, aterrorizante em sua ameaça de retorno. O mundo rural em decadência marcou a visão da natureza do país a partir de um olhar que se voltava para trás – a obra da colonização parecia reverter-se à medida que a natureza reocupava espaços e parecia reconduzir à barbárie. Esse olhar passadista tinha como pressuposto sua característica modernidade, e era ainda capaz de ver muito futuro pela frente. Neste futuro poderiam ser escritas novas relações com a natureza e com o mundo rural no Brasil, e é isso o que se busca no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

REDENÇÃO

Progresso e transformação da natureza

Parecia coisa de encanto. A gente deixava de ir uns poucos de meses num lugar e quando aparecia lá ficava de boca aberta vendo tudo mudado: casas novas, negócios sortidos como os da Corte, igreja, circo de cavalinhos, botica, e o mato, que é dele? Trem de ferro ia comendo tudo, tal e qual como na terra brava depois do roçado quando a plantação brota.

Coelho Neto, Banzo, 1912

O antigo escravo Sabino, do conto *Banzo*, de Coelho Neto, era uma testemunha das mudanças que o meio rural brasileiro vinha sofrendo desde o final do século XIX. Ao retornar à fazenda onde vivera a maior parte de sua vida, e de onde havia sido expulso após a Abolição, o velho encontrou um mundo transformado, quase irreconhecível: novo proprietário, novas casas, muitas máquinas, trabalhadores brancos. Dos tempos antigos, restavam apenas ele e a gigantesca gameleira que de tempos em tempos lhe dava abrigo, e sob a qual ele recebia as esmolas daqueles que o viam como uma relíquia viva dos tempos passados. O olhar do ex-escravo, percorrendo a *correnteza da vida*, estabelecia os marcos da transformação a partir do contraste entre o passado que ele guardava na memória e o presente que se apresentava à sua frente. Vagando sem rumo pela região do Vale do Paraíba fluminense, *desde a Barra até o Pati*, ele observava a mudança da paisagem e lamentava-se do devastador efeito do

tempo e da ação do homem sobre o ambiente. Uma das dimensões privilegiadas pela narrativa é a destruição da natureza à medida que se expandia a exploração do território:

Tudo mudara para Sabino. A terra, outrora rica, frondosa de matas, estava toda nua, escalvada, mostrando lanhos de pedra, lombos de rochas, grotas sem água. Num ponto e noutro tocos assinalavam derrubadas, lanços de morros ofereciam o aspecto lúgubre de borralhos enegrecidos de toros carbonizados. Nas plantações vasqueiras raro uma árvore copava – era tudo ralo, tolhiço, um fim de vida.

O Paraíba, dantes caudaloso, barulhando nas pedras em cachões borbulhantes, às vezes crescendo tanto que transbordava alagando extensamente as margens de onde os moradores fugiam abandonando as casas – ali estava secando. (...)

O próprio céu descorado esmaecia, cada vez mais pálido.

*Sabino sentia a morte da natureza: tudo estava acabando.*⁶⁴⁰

O Paraíba secava, muitas árvores haviam sido derrubadas, a fonte onde ele costumava se banhar extinguiu-se, a mata desvestiu-se de seus sons e da exuberância original de suas formas de vida, novas culturas eram introduzidas, novas variedades de animais de aspecto inusitado chegavam às fazendas. *Já era de ontem* a construção da ferrovia⁶⁴¹. A chegada dos engenheiros e a inauguração da via férrea eram eventos marcantes na memória do velho. Para ele, o trem de ferro mostrara-se um grande portador de coisas novas, havia acelerado o crescimento das cidades, transportado os imigrantes europeus e as máquinas que se tornavam mais numerosas nas fazendas. Havia, por outro lado, causado incêndios que ajudaram a consumir matas e lavouras⁶⁴².

⁶⁴⁰ COELHO NETTO. *Banzo*. Porto: Lello & Irmão, 1912. p. 19-20

⁶⁴¹ A construção da estrada de ferro que ligava o Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro foi concluída em 1864, mas teve efeito econômico relativamente limitado, pois a região já se encontrava nesta época no auge de sua produção. Por outro lado, deu sobrevida adicional à sua economia por baratear os custos do transporte do café. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. Tradução Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁶⁴² Como assinalou Dean, as ferrovias brasileiras aceleraram o processo de desmatamento. Em primeiro lugar porque, com a escassez de moeda estrangeira nos primeiros anos do século XX, passaram a substituir o carvão mineral pela madeira como combustível. Em segundo lugar, como observou a personagem de Coelho Neto, as fagulhas produzidas pelo carvão das chaminés das locomotivas provocavam incêndios em plantações, florestas e cafezais, o que obrigou algumas fazendas a mobilizar

Para Sabino, tudo isso significava que o mundo havia envelhecido, esvaziado e se amesquinhou. Tudo agora tinha dono, tudo agora valia dinheiro. O grande responsável por isso não era tanto o trem de ferro, mas o trabalhador europeu que ele trouxera, *o usurpador que entrara apoderando-se de tudo*.⁶⁴³ Enquanto os antigos escravos, que haviam desbravado as terras e nelas plantado, viviam soltos pelo mundo e morriam à míngua, *perseguidos*, os estrangeiros estabeleciam-se, chegavam a enriquecer, adquirir fazendas e riqueza. O velho declarava odiá-los, mas ainda acreditava que a natureza que se esgotava vingaria um dia o abandono dos negros libertos.

A memória que a visão dos lugares familiares despertava em Sabino evocava *a felicidade do cativo*, o movimento das fazendas de café, a exuberância da natureza primitiva da região. Banzo, a dor do africano nostálgico apartado de sua terra natal, define o sentimento de um homem para o qual a terra parecia haver desaparecido sob os pés, pois o mundo que ele conhecera era agora apenas vagamente reconhecível, entre as imagens do passado e a assustadora alteridade do presente. Observando a paisagem transformada, o velho via reunirem-se à sua frente imagens sobrepostas dos tempos de D. João VI, da Corte, do desbravamento da densa mata, dos primeiros cafezais, da construção da ferrovia, da tumultuosa escravaria, dos eventos da Guerra do Paraguai e, mais recentemente, trajetórias de grandes fortunas que se desfaziam ao passo que imigrantes miseráveis tornavam-se ricos e arrojados empreendedores. *A bem dizer a mesma terra era outra, do tempo antigo só ele e a árvore do cômodo, a gameleira, lá*

contingentes fixos de trabalhadores para o combate ao fogo. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 250.

⁶⁴³ COELHO NETTO, op. cit. nota 1, p. 25.

em cima.⁶⁴⁴ Quando esta foi derrubada, o velho não resistiu e tombou também. Com eles o passado parecia ser definitivamente enterrado.

Banzo resume algumas das dimensões privilegiadas pela literatura brasileira em sua observação do mundo rural e natural. Não é, contudo, um texto dedicado primordialmente às relações destrutivas do homem com a natureza, em sua obra de contínua expansão no território, ainda que a devastação fosse reconhecida como uma nítida consequência do modo de exploração da terra implantado no Brasil. E nem mesmo está centrado na melancolia das paisagens rurais decadentes, tema privilegiado na constituição da memória do sertão brasileiro. Ao contrário, ao observar o que viera *após a decadência*, a narrativa descreve trajetórias de progresso e dinamismo, exemplificadas por novidades e melhorias, como a antiga venda que na lembrança do velho não passava de um rancho de sapê, mas que prosperara e tornara-se negócio de vulto. A própria fazenda onde ele vivera era naquele momento acessível por novos caminhos, ocupada com novas culturas, a velha casa grande reformada e renovada. *Parecia coisa de encanto. A gente deixava de ir uns poucos de meses num lugar e quando aparecia lá ficava de boca aberta vendo tudo mudado: casas novas, negócios sortidos como os da Corte, igreja, circo de cavaleiros, botica, e o mato, que é dele? Trem de ferro ia comendo tudo, tal e qual como na terra brava depois do roçado quando a plantação brota*.⁶⁴⁵ A devastação do tempo representada pela devastação da natureza passava a significar, no interior da narrativa, a obsolescência do próprio observador, à medida que ele se constituía em elemento de permanência – a memória, a tradição – num universo em que a transformação tornara-se a regra. O que para o velho

⁶⁴⁴ COELHO NETTO, op. cit. nota 1, p. 23.

⁶⁴⁵ COELHO NETTO, op. cit. nota 1, p. 16.

foi definido como a ruína do mundo construído pela mão do escravo, foi afirmado pela própria narrativa como o estabelecimento de uma nova realidade. A destruição da natureza parecia ser uma consequência inevitável deste processo de crescimento em que os elementos de estabilidade – a paisagem, as matas e os rios, a própria terra – esfacelavam-se frente à expansão das áreas ocupadas pelo homem, às transformações impressas por novas formas de atividade e por novas relações econômicas. Da destruição da mata para o estabelecimento da agricultura cafeeira à decadência que parecera restabelecer o domínio da natureza sobre o território, a mudança impõe-se como uma nova perspectiva, fundamental para que se compreendam os múltiplos significados que os espaços naturais e rurais adquiriam para a intelectualidade brasileira no período em questão. O fato de ser cenário do conto a região de Vassouras, uma das antigas zonas cafeeiras mais atingidas pelo processo de decadência relacionado à Abolição e ao esgotamento da terra, apenas fortalece a imagem da *emergência do novo*.

Na forma de novas sensibilidades, narrativas, discursos, técnicas, mentalidades, sonhos, projetos, percepções e práticas, a transformação progressista é o tema deste capítulo. Nos capítulos anteriores, foram desenvolvidas três formas de abordagem adotadas pela intelectualidade brasileira em suas incursões pelas regiões selvagens e rurais do território: a primeira delas estava vinculada à ciência determinista, e supunha que as condições mesológicas seriam capazes de modelar o caráter de uma sociedade, por meio de sua influência sobre a formação fisiológica e mental dos indivíduos, das condições de sobrevivência oferecidas pelo meio, das necessidades de trabalho e do impacto do meio físico sobre a sensibilidade e a imaginação; a segunda forma de representar as relações do homem com a natureza foi no período em questão modelada pelo darwinismo social, que endossava a imagem de que as relações entre homem e

natureza no Brasil eram essencialmente conflituosas, através de narrativas violentas e terríveis da ação destrutiva dos elementos do meio sobre o homem, ou de estórias – e da história – da destruição impiedosa do meio natural empreendida para o estabelecimento da sociedade no território selvagem; a terceira forma de tratamento do tema da natureza na vida intelectual do país estava relacionada à mistificação romântica em torno da paisagem natural, à nostalgia do campo manifestada pelos escritores *exilados* na cidade, à idealização da vida rural, à percepção da decadência como vingança da natureza destruída, ao terror da reconversão do civilizado à natureza bruta e do retorno fantasmagórico do passado – sentimentos do sertão no imaginário brasileiro. Este último capítulo enseja demonstrar como a cultura nacional foi capaz de representar uma outra imagem da natureza, a despeito desses signos de inexorabilidade, de violência e de melancolia. A ênfase dos discursos foi então colocada na técnica, como instrumento de mediação e de exercício de controle, exploração e aperfeiçoamento da natureza pelo homem, articulada à idéia de transformação profunda da sociedade e a utopias regeneradoras através das quais se acreditava poder construir uma nova natureza e um novo homem brasileiro: a modernidade, enfim.

A imigração estrangeira a que o velho Sabino se referia com tamanho rancor foi o marco mais significativo das transformações do meio rural brasileiro nas últimas décadas do século XIX, e um dos fatores mais expressivos da transformação da vida social e econômica brasileira nos anos seguintes. Como observou o antigo escravo, a mão de obra imigrante foi favorecida em relação ao trabalhador nacional, e sua prosperidade relativa estava relacionada à discriminação em relação ao trabalhador

brasileiro negro ou mulato⁶⁴⁶. A adaptação do imigrante às necessidades da produção de café como grande cultura de exportação estabelecida sob o regime de mão de obra escrava foi contudo bastante problemática. O trabalho no latifúndio não recompensava o colono europeu, que também não se adaptava às condições de dominação e coerção que haviam regido o trabalho escravo. Sua passagem pelas fazendas de café foi freqüentemente vista como uma condição para o acesso à terra, para o cultivo de gêneros variados, pois os fazendeiros se viram obrigados a fornecer aos colonos oportunidades para plantarem e comercializarem seus gêneros. Ao mesmo tempo em que os imigrantes proporcionavam às grandes fazendas cafeeiras um aumento de produtividade e de lucro, puderam produzir algum excedente – nas regiões férteis do interior de São Paulo, notadamente, a rentabilidade da agricultura era elevada – e abrir oportunidades de novas formas de atuação econômica⁶⁴⁷. Com isso, foi viável para parte deles abandonar as fazendas, o que rapidamente reproduziu sua condição de falta de mão de obra. Ou seja, para a imediata manutenção do sistema da produção cafeeira, os

⁶⁴⁶ O descaso para com o trabalhador nacional em favorecimento do colono europeu foi denunciado por Lima Barreto em seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em irônica referência às doutrinas do evolucionismo: *Pela primeira vez notava que o self-help do Governo era só para os nacionais; para os outros todos os auxílios e facilidades, não contando com a sua anterior educação e apoio dos patrícios* BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1993. p. 103-104. 1. ed. 1911. Mesmo a classe proprietária ressentia-se do seu abandono pelo poder público. Em *Canaã*, de Graça Aranha, um fazendeiro dialogava com os recém-chegados imigrantes:

Hoje em dia tudo aqui é de estrangeiro, governo não faz nada por brasileiro, só pune por alemão... (...) Vosmecê vai ficar aqui? Daqui a um ano está podre de rico. Todos seus patrícios eu vi chegar sem nada, com as mãos abanando... E agora: Todos têm uma casa, têm cafezal, burrada... De brasileiro governo tirou tudo, fazenda, cavalo e negro... Não me tirando a graça de Deus...

E os seus olhos tristes obscureceram-se. A névoa que os cobria, tornou-se mais densa, como que sobrecarregada agora da pesada visão da conquista da terra pátria pelos bandos invasores.

ARANHA, Graça. *Canaã*. 11. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1959. p. 15. 1. ed. 1902.

⁶⁴⁷ A introdução do imigrante conduziu a uma dinamização das regiões cafeeiras, com efeitos que muito extrapolaram a economia do café. A adoção da mão de obra estrangeira fez com que a vida econômica se tornasse mais variada, uma vez que crescia a demanda de consumo de um maior número de bens. Imigrantes viam a oportunidade de dedicarem-se a ofícios para a produção de uma gama variada de produtos de consumo e pequenas indústrias, além dos setores do comércio e da indústria. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974.

fazendeiros foram obrigados a aceitar condições que se mostrariam desfavoráveis para eles, mas que permitiam atender a algumas das pretensões do imigrante, o que favoreceu o esvaziamento progressivo das fazendas, fazendo-se necessário um reajusteposterior da mão de obra com base em trabalhadores rurais despossuídos.⁶⁴⁸ A percepção da personagem de Coelho Neto de que a vida na região adquiria inusitada mobilidade exprime transformações da esfera produtiva relacionadas a este processo.

No Vale do Paraíba, onde as terras estavam esgotadas para a cafeicultura, a decadência das fazendas de café deu espaço a uma segunda onda de colonização, voltada para a criação extensiva de gado, aproveitando-se em grande parte do capim que se alastrava nos terrenos exauridos pelo café. As pastagens eram amplas e baratas, estendendo-se pelos cafezais improdutivos e abandonados. Sua precariedade técnica era similar à das fazendas de café, e as propriedades passavam a dedicar-se ao abastecimento das usinas que atendiam ao crescente mercado urbano. Ao lado disso, organizavam-se companhias agrícolas com a fusão de fazendas falidas e adoção de métodos de administração empresarial. Os antigos senhores que possuíam algum capital acorriam às novas regiões cafeeiras de São Paulo e do leste do Rio de Janeiro, ou se urbanizavam, adotando profissões liberais e o funcionalismo público. Também os escravos libertos buscavam as novas fazendas de café e as cidades, que ofereciam outras oportunidades, enquanto a expansão das atividades comercial e industrial abria colocações no mercado de trabalho.⁶⁴⁹

A devastação das matas era, como observado por Sabino, o resultado mais visível do fim do ciclo do café no Vale do Paraíba fluminense. A cultura cafeeira deixou no

⁶⁴⁸ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, op. cit. nota 8.

⁶⁴⁹ STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. Tradução Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

entanto outras marcas, observadas pelo antigo escravo em sua recapitulação da história da vida agrícola na região: o café partia para o exterior, mas graças a ele vinham a imigração européia, inovações técnicas como o telégrafo, as ferrovias que criavam novas formas de acesso ao interior do território e que traziam as novidades. Além disso, a riqueza do café proporcionou a criação de recursos para a educação das elites que se urbanizavam. As transformações observadas por Sabino eram resultados inelutáveis da decadência da economia cafeeira, mas a ênfase do conto está na idéia de que a crise produzira uma nova ordem, e que era possível observá-la não melancolicamente, mas com otimismo na força inexorável do tempo que trazia evolução e progresso. Não havia lugar para Sabino neste novo mundo, entretanto.

O romance *Canaã*, de Graça Aranha, tematizou o choque cultural representado pela imigração européia no Brasil. Seu ponto de partida era, em contraste com a riqueza da paisagem natural intocada, a ruína, a observação da decrepitude da obra da colonização portuguesa empreendida no Brasil, que chegara à decadência antes de alcançar o apogeu, numa terra exausta que definhava lentamente. O tempo significava naquele momento uma força destrutiva capaz de fulminar as tradições que se mostravam impermeáveis ao progresso, agora convertidas em restos de cultura, fragmentos esparsos e desordenados. A sensação dominante inicialmente na narrativa era a imobilidade que, afinal, conduzia à degradação: o que não era capaz de progredir regredia melancolicamente, desgastava-se com o tempo, perdia seu lugar ao sucumbir à força invasora da natureza bruta – imagem simbólica da decadência. Em contraste com a paisagem obsoleta, o olhar do utópico imigrante Milkau vislumbrava a imensa potencialidade daquela terra, a construção da prosperidade a partir da força revigorante do trabalhador europeu. Isto se traduzia no olhar lançado sobre a paisagem:

*A princípio, dentro do circuito dos morros, a perspectiva era estreita. Em cima, porém, eles dominavam a vasta região acidentada, e os olhos dos estrangeiros tiveram um delicioso instante de êxtase. O contorno arredondado das montanhas cobertas de uma relva basta, rente, fulgurante nas suas cores matizadas, o rio por entre os vales, o ar límpido e seco mantendo estável a atmosfera, a força da claridade desdobrando pelas colinas o panorama, a abóbada celeste de um imenso azul cobrindo docemente a terra, todo esse conjunto de luz, de cor, de traços, dava à paisagem um aspecto total de grandeza e confiança.*⁶⁵⁰

O imigrante observou então que se passava por um momento de radical ruptura com o passado. Para além da terra morta das antigas fazendas, abria-se um novo panorama, uma imensa extensão de terra virgem pronta para ser assumida pelos trabalhadores estrangeiros em sua obra de reconstrução e revigoração: *e aí havia de germinar o futuro povo que cobriria um dia todo o solo.*⁶⁵¹ Milkau viu na imigração a ameaça de aniquilamento da tradição brasileira: o destino do europeu seria promover a transformação radical do Brasil, implantando uma nova civilização. Ele temia que isto viesse a promover a desagregação completa do legado da colonização portuguesa, trazendo a incompreensão entre os grupos sociais e a trágica dissolução do fluxo da cultura que se desenrolava do passado em direção ao futuro: *E a tradição rompeu-se, o pai não transmitirá mais ao filho a sua imagem, a língua vai morrer, os velhos sonhos da raça, os longínquos e fundos desejos da personalidade emudecerão, o futuro não entenderá o passado...*⁶⁵² Os imigrantes eram, assim, definidos como bárbaros destruidores. Outras vezes, Milkau revertia este raciocínio e afirmava a dissolução de sua própria cultura, que seria absorvida e vencida pela tradição já consolidada pela colonização brasileira. O imigrante sentia, apesar de seu universalismo utópico, a dor do expatriamento, imerso num mundo material no qual ele não pudera estabelecer nenhuma

⁶⁵⁰ ARANHA, Graça, op. cit. nota 7, p. 27.

⁶⁵¹ ARANHA, Graça, op. cit. nota 7, p. 28.

⁶⁵² ARANHA, Graça, op. cit. nota 7, p. 37.

forma de integração ou intimidade, um ambiente estranho em que ele não conseguia se comunicar com as coisas: *E percebia, num grande desalento, que o conjunto tropical do país o deixava extático, errante e incompreensível, e que a sua alma emigrara dali, incapaz de uma comunhão perfeita, de uma infiltração definitiva com a terra.*⁶⁵³ Ainda, e fundamentalmente, ele vislumbrava a possibilidade da futura fusão das duas raças e culturas, a autóctone e a estrangeira, submissas ambas às mesmas condições físicas, em direção à criação de uma nova raça que prosperaria e que povoaria o mundo, ao mesmo tempo adaptada ao meio tropical e dotada de uma vigorosa capacidade civilizadora.

A natureza da terra de Canaã evocava para os imigrantes o movimento incessante, a exuberância e a riqueza dos estímulos sensoriais, em sua riqueza, fertilidade e variedade. Tratava-se, contudo, de um universo de barbárie que deveria ser transformado em favor da obra de civilização, na esperança da construção de um futuro de fartura e progresso. Em seus momentos mais pessimistas, *Canaã* lembrava o poder aniquilador da natureza sobre o espírito humano, que dificultaria sua ação transformadora do meio. O que unificava o *invasor* estrangeiro e o habitante nativo era a igual submissão à espantosa magnificência da floresta tropical e a necessidade de dominá-la energicamente para o estabelecimento da presença humana no território. Na visão do escritor, a natureza representava para ambos os grupos de exploradores da terra o constrangimento do excesso, violência e mistério somados à opressão dos elementos. Na história brasileira, a exuberância da natureza teria sempre representado um entrave para o avanço da presença do homem que, somada à fragilidade e ao espírito pouco industrioso do colono português, condenara o país à decadência – por isso a imigração representou, em *Canaã*, a possibilidade de redenção da terra. Neste sentido, seria

⁶⁵³ ARANHA, Graça, op. cit. nota 7, p. 218.

fundamental promover a assimilação ao futuro dos valores culturais estabelecidos na história da colonização portuguesa no Brasil, da vida rural, do trabalho da raça negra. Os influxos externos deveriam ser submetidos a um processo de metamorfose que promovesse a assimilação da herança do autóctone, dissolvendo a marca de sua origem em favor da criação de uma civilização moderna de raízes brasileiras. À imigração foi atribuída, em *Canaã*, a virtude transformadora que possibilitaria que a modernização alcançasse o mundo rural brasileiro.

Coelho Neto tomou *Canaã* como uma referência para estudar o impacto da imigração sobre a vida rural brasileira. Em *A nova raça*, o autor descreveu a vida nas fazendas em três fases sucessivas, radicalmente distintas uma da outra. A primeira havia sido uma era de *abundância e alegria*: com a força do trabalho escravo e a prosperidade do café – lembre-se que o autor é um observador privilegiado do Vale do Paraíba fluminense – as fazendas construíram-se como pequenas cidades plantadas no meio de árvores, onde o viajante encontrava sempre uma mesa farta e uma acolhida generosa, e onde *as festas eram fantásticas* na abundância de seus *suntuosos regalos*. O fazendeiro foi descrito pelo escritor como um verdadeiro nababo, com seus bolsos repletos de maços de dinheiro e ouro cintilante, com suas jóias à mostra, e uma postura autoritária de homem superior. Esta aura de nobreza estendia-se à sua descendência: *um filho de fazendeiro tinha foros de príncipe – era uma entidade quase sobrenatural, um como Aladino dos contos árabes*. Pródigo e orgulhoso, tinha ele todo o crédito à disposição, e todos os privilégios de uma vida de prazer e prodigalidade. Nesta época *o café valia seu peso em ouro*.⁶⁵⁴ A segunda fase foi descrita pelo escritor como a decadência, que

⁶⁵⁴ COELHO NETTO. *A bico de penna*. fantasias, contos e perfis (1902-1903). 3. ed. Porto: Chardron, 1925. p. 110-111. 1. ed. 1905.

transformou muitas das suntuosas fazendas em taperas ermas em que a vegetação agreste recuperou o espaço conquistado pela lavoura. Nem mais se falava do fazendeiro, figura apagada e inglória em sua humilhante falência, obrigado pelos credores a abandonar a propriedade com a família e as poucas relíquias de seu passado glorioso. Os que restavam aguardavam a miséria, pois o preço do café baixara tanto que nem sequer podia custear a colheita e a manutenção da propriedade. A terceira fase assistiria à emergência de uma nova raça conquistadora, os imigrantes que chegavam como submissos colonos, mas que graças a seu trabalho árduo, vida sóbria e econômica, mostrar-se-iam capazes de lucrar com a ruína dos antigos fazendeiros⁶⁵⁵. Assim adquiriram terras nas quais eles próprios eram os trabalhadores, impondo-se *pela força e pela perseverança*. Citando *Canaã*, Coelho Neto inquietava-se com o risco de radical ruptura da tradição brasileira, mas confessava que seu instinto patriótico indicava ao contrário que o Brasil passava por um processo de transformação, e não de absorção. Os imigrantes, buscando no país a fartura da natureza, mostravam-se agentes vigorosos da prosperidade e do legítimo reencontro do trabalhador com a propriedade da terra:

*Demandam ansiosamente a terra do sol e das flores, onde não há
invernos que transam nem miséria que mate, onde sobram campos aos
pastores e ainda existem regiões inteiramente virgens (...) Chegam, são*

⁶⁵⁵ A descrição do estilo de vida pródigo do fazendeiro de café por Coelho Neto não poderia ser mais discrepante em relação à elaborada por Maria Sylvia de Carvalho Franco. De acordo com a autora, a economia cafeeira se estabeleceu em condições extremamente restritivas em termos de capital, de forma que se tornou necessário para a produção em massa e a preços baixos limitar o padrão de consumo ao mínimo possível. Tal padrão assentou-se numa *tradição de pobreza* relacionada à origem rústica do proprietário. A constituição da fazenda como um universo autônomo atendia ao imperativo de gastar pouco, ainda que a abundância das mesas pudesse ser garantida pelos bens que a fazenda podia produzir, reduzindo a incorporação de supérfluos e de produtos adquiridos no mercado. Desta forma, na vida de algumas das famílias mais importantes, a simplicidade e o despojamento mantiveram-se mesmo com a recuperação da prosperidade, ainda que alguns refinamentos pudessem vir a ser incorporados. Acreditamos que a descrição de Coelho Neto, além de possivelmente baseada em exemplos individuais, atendesse primordialmente à necessidade de definir um estilo de vida extinto, criando um efeito vivamente contrastante com outro que foi tido como mais racional e destinado a fazer cumprir o futuro de prosperidade do Brasil. Além disso, a visão do escritor foi construída sobre a imagem da crise, explorando os extremos da ruína em nome da almejada regeneração. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, op. cit. nota 8, c. 4.

acolhidos pelo clima tépido, que é uma carícia natural, respiram, a largos pulmões, o puro ar das florestas, dessedentam-se nas límpidas águas dos arroios que murmuram, contemplam os grandes rios, admiram, extasiados, as borbulhantes cachoeiras e, contentes com o que vêm, dão graças a Deus pela redenção e vão imediatamente tratando do estabelecimento, que é o primeiro passo para a conquista.

*Fazem-se colonos e, como já conhecem a miséria, trabalham ambiciosamente, acorçoados pela fertilidade. Na casa, mealheiro é comum, e como a família vive com sobriedade, os lucros crescem, em pouco tempo. (...) o senhor abandona a propriedade absorvida pela hipoteca, os colonos tornam-se pequenos proprietários e começa a expansão na terra.*⁶⁵⁶

Para o escritor, a analogia histórica parecia inevitável: a decadente e viciosa raça romana havia sido obrigada a ceder seu território aos bárbaros robustos. Com isso, ganhava o Brasil, onde algumas tradições se perdiam enquanto novas se criavam. E o país seria desta forma capaz de manter a unidade do território e da língua, florescendo como nunca antes através do processo de seleção dos mais fortes, em que *a raça desanimada* era despojada definitivamente pela gente nova. Não valia a pena preocupar-se com o que ficava para trás: *Foram os bárbaros que renovaram o mundo ocidental: venceram, mas foram assimilados pelos vencidos e, para fazer a assimilação das hordas que chegam, basta-nos o nosso Sol.*⁶⁵⁷ A ruptura da tradição era uma questão relevante à medida que se percebia que a modernização possuía um potencial inequivocamente destrutivo, do ponto de vista da cultura autóctone, face ao universalismo do modelo civilizador. Como observou Bendix,⁶⁵⁸ as revoluções políticas e econômicas ocorridas na França e na Inglaterra a partir do final do século XVIII conferiram aos demais países o status de *sociedades seguidoras*, lançando sobre elas o estigma do atraso e da tirania, o que polarizou sua vida cultural entre os defensores da

⁶⁵⁶ COELHO NETTO, op. cit. nota 15, p. 114-115.

⁶⁵⁷ COELHO NETTO, op. cit. nota 15, p. 116.

⁶⁵⁸ BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 1996. p. 387.

tradição e os arautos da modernização – o exemplo típico é o debate entre ocidentalistas e eslavófilos da Rússia czarista. No Brasil pós-1870, os reflexos deste dualismo se fazem ouvir, ainda que as fronteiras entre os dois temas fossem aqui bastante fluidas.

A literatura regional brasileira se esforçou por documentar o mundo da tradição rural virtualmente soterrada pelo tempo enquanto ele ainda encontrava abrigo na memória individual, e assim este universo foi reconstituído poética e romanticamente, mesmo que seu desaparecimento muitas vezes parecesse condição necessária para tal registro. Gustavo Barroso, por exemplo, em seu *Idéias e Palavras*, escreveu várias crônicas lamentando-se *que não reste mais aos espíritos fatigados da aspereza científica o afago poético de uma só* [lenda], pranteando o fim das tradições legitimamente brasileiras e o despreparo do país para o *culto da saudade*.⁶⁵⁹ Mais comumente, essa perda soava inexorável, como na interpretação de Matheus de Albuquerque a respeito da demolição do Convento da Ajuda no Rio de Janeiro, que havia sido adquirido por uma empresa norte-americana para a construção de um hotel. *O que move a pena do cronista é o amor da tradição*. Seguiu ele evocando o longo tempo que conferira à velha *monstruosidade colonial* essa *auréola invisível que os anos e as gerações muitas vezes criam em torno dos homens mais vazios e das coisas mais inexpressivas*.⁶⁶⁰ O prédio não parecia conter nenhum valor em si, mas sua perda foi anotada em tons melancólicos, uma vez que com ele desaparecia o passado de que fora testemunha, o que parecia grave por ser considerado o Brasil um país *quase sem história*. Na iminência do desaparecimento, a antiga construção despertara a curiosidade pública em busca de mistério, de lenda, de tradição, de encanto – mera superstição,

⁶⁵⁹ BARROSO, Gustavo. *Idéias e palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1917. p. 7, 11, 36.

⁶⁶⁰ ALBUQUERQUE, Matheus de. *Arreda!* [1911]. In: _____. *Sensações e reflexões*. 2. ed. Lisboa: Portugal-Brasil, [19--]. 1. ed. 1916. p. 171-183. Citação: p. 174-175.

anotou o cronista, pois nada havia de atraente naquele grotesco aleijão abandonado. *Ah!, a civilização é decerto uma boa cousa, mas cada vez nos distancia mais do passado.*

A obra gigantesca do homem, com o assombro dos seus múltiplos aspectos, alarga-se, distende-se, ramifica-se por toda a parte; e, não satisfeita com penetrar no seio virgem das florestas, para que nasçam daí cidades maravilhosas, e rasgar o ventre áspero das serras em longas ruas subterrâneas, afim de que as atravanque a onda turbilhonante dos comboios, e transformar o velho mar, o vingador truculento, no escravo submisso que “hoje carrega no dorso o fardo das ambições e tiranias”, leva a sua sede de conquista aos lugares piedosos e indefesos da Religião, destinados à prece e ao recolhimento.”⁶⁶¹

A febre iconoclasta era, em sua visão, a forma moderna da barbárie. O escritor, consciência dividida entre o acalento poético das tradições e o entusiasmo do aprimoramento, parecia obrigado a conformar-se com a onipotência da civilização moderna, em sua força destruidora e criadora. Ele restava perplexo entre a constatação da inevitabilidade da transformação causada pelo tempo, e o protesto contra a profanação de dois espaços sagrados da memória: o convento, remanescente do Brasil colonial, e a natureza.

O povo brasileiro precisa, como os estrangeiros que aqui aportam, antes mesmo destes, ser “imigrado” à posse da sua terra e ao gozo de seus bens.

⁶⁶¹ ALBUQUERQUE, Matheus de, op. cit. nota 21, p. 178, 179-180.

Uma espécie de prestação de contas com a tradição e com o passado brasileiro de exploração brutal da terra e do homem, somada à busca de uma visão crítica da modernização, no sentido do desenvolvimento de um modelo autônomo de evolução econômica e social para o país – assim pode ser definida a obra de Alberto Torres, em seu questionamento do modelo de ocupação da terra e de progresso econômico no Brasil. Para as economias mais tradicionais, como a produção açucareira no Nordeste e as fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense onde viveu Alberto Torres, assim como para regiões pouco dinâmicas como o interior do Espírito Santo onde se passava *Canaã*, a economia e a sociedade tradicionais foram bastante abaladas pelo fim da escravidão, enquanto as novas zonas cafeeiras de São Paulo afirmavam sua hegemonia política e mantinham-se como grandes economias de exportação. Na visão de Alberto Torres, a crise causada pela extinção do trabalho escravo tinha um efeito desagregador. Afinal, segundo ele, a escravatura fundou toda a presença humana no território brasileiro. Além disso, havia sido a única forma de organização do trabalho conhecida pelo país, a única ordem estabelecida, o único elemento de estabilidade e dinamismo orgânico, sob a direção laboriosa, ainda que ignorante, imprevidente e violenta, do proprietário.

Para o autor, isso demonstrava a urgência da reorganização das relações econômicas, sociais e políticas no Brasil, promovendo o estabelecimento de vínculos entre a sociedade humana e os elementos de sua vida material e espiritual, impondo a unidade, a harmonia e a integração do país, temas fundamentais de sua doutrinação

nacionalista. A realização desse programa implicaria em uma tomada de consciência dos interesses nacionais até então ausente do *descuidado* espírito brasileiro, naturalmente *romântico e contemplativo, ingênuo e simples*, tendo em mente o estado de decadência a que chegara a sociedade do país, alheada das coisas nacionais e dos assuntos de interesse concreto em favor de um idealismo vago e sobremaneira inútil⁶⁶². No diagnóstico do autor, as nações criadas no Novo Mundo pelo processo de colonização exploratória não chegaram a constituir sociedades, no sentido da integração e da assimilação dos grupos e indivíduos num todo articulado, e menos ainda no sentido de forjar estímulos conjuntos característicos da vida em uma comunidade baseada em interesses comuns, na vizinhança, na ligação ao mesmo meio físico, que poderiam compor nexos de solidariedade e associação.

Essa idéia da ausência de vínculos sociais – entendida como a ausência de articulação orgânica entre as partes para a promoção da harmonia do todo – é generalizada na obra de Alberto Torres, e seria legada a seus seguidores, em particular Oliveira Viana⁶⁶³. Segundo ele, não existia uma verdadeira história brasileira, à medida que não existia uma consciência da unidade espiritual entre seus habitantes. Não existiria tampouco uma economia nacional – no sentido da articulação entre as

⁶⁶² Esse processo de decadência do espírito brasileiro foi descrito pelo autor a partir de uma comparação entre a literatura romântica e a realista-naturalista. A seu ver, o impulso de autonomia intelectual do romantismo estimulou os escritores do país a buscarem representar a alma do brasileiro e a emoção de sua natureza, enquanto o naturalismo, realizando uma mera cópia do modelo europeu, infringiu ao país uma visão pessimista e desesperada que lançava contra o Brasil condenações inexoráveis. TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 35. 1. ed. 1914.

⁶⁶³ A idéia de que faltavam ao país uma base social e econômica autônoma e estável, vínculos históricos efetivos para a constituição de um todo articulado, era uma constante também nos escritos de Capistrano de Abreu, para quem o Brasil tendia à dissolução, dominado por *forças centrípetas*. A este respeito, escreveu ele, em carta a João Lúcio de Azevedo datada de 17 de maio de 1920: *A História do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola*. ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954. V. 2, p. 161.

atividades produtivas, da organização do trabalho e da provisão das necessidades internas de sobrevivência – e nem mesmo uma sociedade brasileira, no sentido da vinculação e da integração entre os interesses dos diversos grupos.⁶⁶⁴ A formação nacional nos países novos deveria ser, portanto, concluiu Alberto Torres, um processo artificial de constituição de uma sólida base social e política capaz de permitir a articulação das forças produtivas em torno de um movimento dinamizador. No caso brasileiro, a formação geográfica do país, tanto por sua extensão territorial quanto pelas restrições impostas à exploração econômica pelo meio tropical, faria com que a adoção de um programa de regeneração nacional fosse mais difícil e mais necessária.

Levando-se em conta a urgência de uma ação consciente no sentido da reversão do padrão depredador associado à exploração econômica em geral, e em especial à realizada nos países colonizados, Alberto Torres propôs um conjunto de medidas direcionadas ao meio rural e à reestruturação da vida econômica brasileira a partir do estabelecimento de novas relações com a natureza. Para além da noção abstrata de pátria, ele refletia sobretudo sobre a concretude da terra e a melhor maneira de amoldar a ela seu povo. A base de seu programa era a afirmação de que o Brasil deveria, forçosamente, ser uma nação agrícola:

Nosso país tem que ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora ridículo contestar-lhe esse destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários à vida e dos que empregam matéria-prima nacional. É isso que nos impõe a área do nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. O equívoco dos que pensam de outra forma só pode resultar do prejuízo de que a produção deve constar dos gêneros comuns na Europa, e da idéia, arraigada no espírito de muitos, da necessidade de grandes propriedades, de extensa exploração intensiva. O Brasil, exatamente porque é um país tropical e equatorial, pobre em muitas regiões, e onde a terra e o clima carecem, quase geralmente, de elementos

⁶⁶⁴ TORRES, Alberto. *As fontes de vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 41.

*necessários às culturas européias, deve ser um país agrícola, não no sentido ianque, de país de vastas propriedades e fazendas-modelo, mas no de nação de pequenos proprietários remediados, vivendo na infinidade de produtos da nossa terra, de excelente valor nutritivo para seu clima, sendo reservadas as regiões temperadas para algumas culturas européias e confiado o suprimento de outros produtos, absolutamente inaclimatáveis, assim como o dos produtos industriais que não têm aqui matéria-prima, às trocas com o estrangeiro.*⁶⁶⁵

Este trecho pode ser tomado como uma súmula do programa de regeneração nacional proposto pelo autor em seus escritos. A base deste programa era a formação de uma base de conhecimento prático e efetivo sobre as condições do meio físico brasileiro. O próprio autor deu curso a este gênero de trabalho em seu estudo das condições de exploração do território impostas pela colonização brasileira, em que condenava seu padrão extremamente depredatório e de graves conseqüências para o futuro da nacionalidade. O conhecimento das condições geográficas brasileiras em seu conjunto integrado – clima, solo, regime de chuvas, relevo, vegetação nativa – proporcionaria determinar *o quê e como* a terra poderia produzir, no sentido de poupar ao máximo as reservas vegetais intocadas, recuperar as que haviam sido destruídas, e promover o melhor uso possível das terras já desmatadas pela agricultura extensiva. A terra, *infiel, com suas estações e seus climas irregulares, ao esforço do braço*, seria desta forma utilizada de acordo com suas características próprias e ainda desconhecidas, uma vez que o Brasil consistia, acreditava Torres, no maior esforço empreendido para a colonização em terras tropicais e equatoriais, e que praticamente nada havia sido feito ainda para superar a ignorância a respeito de suas condições mesológicas.⁶⁶⁶ O lugar destinado ao Brasil no concerto das nações estaria determinado pela adaptação do homem e de suas atividades produtivas às condições da terra, de forma que fosse

⁶⁶⁵ TORRES, Alberto, op. cit. nota 23, p. 207.

⁶⁶⁶ TORRES, Alberto, op. cit. nota 23, p. 47.

garantida a continuidade de sua exploração no futuro – isso dependeria, fundamentalmente, de que o poder público, até então alienado em relação às grandes questões da vida rural brasileira, tomasse como prioridade a reabilitação das potenciais fontes da autêntica riqueza nacional – os recursos da terra.

As reformas propostas por Alberto Torres consistiriam em primeiro lugar na contenção do processo de *deterioração do capital territorial do país*. Em seu projeto de revisão constitucional, esse desígnio foi expresso no seguinte artigo: *Promover a defesa do solo e das riquezas naturais do país, propondo as medidas necessárias para preservar as fontes de riqueza ainda virgens e para assegurar a conveniente exploração, conservação e reparação das que estiverem em exploração.*⁶⁶⁷ As medidas propostas para tal foram o estabelecimento de restrições à agricultura extensiva, o privilégio à exploração de terras já desmatadas através de novas culturas de caráter intensivo, o fim da devastação das florestas, o controle do extrativismo, a adoção de um programa de recuperação das terras arruinadas pela monocultura, especialmente a do café, através da recolonização do território pelo elemento nacional e, apenas se necessário, pelo imigrante estrangeiro⁶⁶⁸. Alberto Torres propunha também a progressiva reorganização da propriedade territorial com ampliação do acesso à terra pelo pequeno agricultor. *O povo brasileiro precisa, como os estrangeiros que aqui aportam, antes mesmo destes, ser “imigrado” à posse da sua terra e ao gozo de seus*

⁶⁶⁷ TORRES, Alberto, op. cit. nota 23, p. 262.

⁶⁶⁸ Alberto Torres não era contudo favorável à política de estímulo à imigração estrangeira. A seu ver, deveria ser concedida prioridade à colonização pelo elemento nativo que, secularmente apartado da terra, deveria ser educado para o trabalho e para estabelecer novas relações, não depredadoras, com a natureza. Além disso, o imigrante, destituído de laços com a sociedade à qual aportava, era considerado um mero explorador das riquezas da terra e do povo brasileiro, *indiferente ou hostil* aos interesses nacionais em sua ambição de acumular e fazer fortuna. Além disso, a imigração implicaria em alterações radicais na formação da população brasileira, perturbando sua base social e moral. TORRES, Alberto, op. cit. nota 23, p. 65 e TORRES, Alberto, op. cit. nota 25, p. 35-36.

bens.⁶⁶⁹ Este programa tornaria a atividade rural capaz de prover o país de todas as suas necessidades, inclusive o suprimento das populações urbanas e a importação dos bens não produzidos no país. A agricultura de exportação era entendida como um recurso necessário, mas deveria passar por uma profunda reestruturação no sentido do aprimoramento das técnicas de cultivo e uso da terra.

O objetivo de promover a limitação progressiva da grande propriedade territorial e enfrentar os problemas que ela acarretava por oprimir a população rural, submetendo-a a regimes precários de trabalho, era em seu programa reformista articulado a uma política de aperfeiçoamento da mão de obra nacional e de melhoria das condições técnicas da agricultura brasileira. Para Torres, havia um desequilíbrio geral na educação do povo e das elites, caracterizado pelo despreparo para o trabalho, excessivo literatismo, desconhecimento das condições da vida material e ausência de saber técnico necessário para utilização eficiente dos recursos naturais do Brasil, o que explicaria a condição de ociosidade em que recaía parte significativa de sua população. Considerando que a terra era capaz de produzir todo o necessário para a sobrevivência no país, o autor observava a falta do espírito prático no brasileiro, o que deveria ser nele inculcado pela educação técnica para o trabalho agrícola. A ciência forneceria ainda recursos para a restauração das condições de produção desgastadas pelo uso depredatório da terra, recuperação de sua umidade perturbada pelos desmatamentos, correção do solo, irrigação das áreas secas e drenagem das insalubres. Com isso seria possível criar vínculos estáveis entre o homem e a terra brasileira, à medida que ele pudesse se adaptar à fonte de suas energias vitais. Na concepção de Alberto Torres, a garantia da alimentação do povo era o principal desafio que ele deveria enfrentar, o

⁶⁶⁹ TORRES, Alberto, op. cit. nota 23, p. 65.

verdadeiro fundamento da construção de uma sociedade – tratava-se, em sua definição, de um problema *pré-econômico* e *pré-agronômico*.⁶⁷⁰ Por isso, muito mais importante do que definir as relações da produção agrícola com o comércio internacional seria produzir para o consumo interno e com isso possibilitar o sustento e o desenvolvimento físico e mental de um povo brasileiro que estava ainda para ser criado, à medida que o interesse e o amor ao trabalho fossem absorvidos via educação técnica. O trabalhador nacional, que vegetava na indolência, merecia reabilitação, mas não era um degenerado, e sim um homem rude adequado às condições do meio e capaz de fazer frutificar a atividade nacional, reproduzindo a formação humana genuinamente brasileira.

O programa de Alberto Torres apresenta um caráter antimodernizador, pois ele se dizia contrário à aplicação ao Brasil de elementos do progresso capitalista em escala mundial, construído segundo ele a partir da devastação brutal da natureza e da destruição dos laços que mantinham a coesão das sociedades tradicionais. Exemplo disso, segundo Torres, eram as estradas de ferro que, segundo ele, acelerariam a exploração predatória de novas regiões e a drenagem de seus recursos para os países ricos, promovendo *a criação de hábitos, costumes, ambições e estímulos contrários à estabilidade, ao trabalho, à vida serena e sóbria, no pequeno torrão cultivado*.⁶⁷¹ As ferrovias eram definidas como elementos de desestabilização e desvalorização do trabalho, minando o apego à tradição e sedentarismo característicos da vida no campo. Elas traziam a vertigem de um progresso fugaz e destrutivo, promovendo o êxodo rural, o consumo supérfluo e a disseminação dos valores prejudiciais da civilização industrial. Na ausência de desenvolvimento do trabalho, da produção e do comércio internos, as

⁶⁷⁰ TORRES, Alberto, op. cit. nota 25, p. 47.

⁶⁷¹ TORRES, Alberto. *A organização nacional*: primeira parte – a constituição. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978. p. 192. 1. ed. 1914.

vias férreas contribuiriam para a obra do imperialismo em sua exploração desmedida dos países mais pobres. A condenação de inovações como as estradas de ferro e a defesa da vocação agrária do Brasil faziam parte de uma política voltada para impedir sua conquista pela política imperialista das grandes potências do capitalismo mundial, em um programa de reorganização econômica e institucional do país que enfatiza sua autonomia e seu isolamento frente às correntes do capital internacional. Na visão do autor, a ameaça do imperialismo tornava-se muito grave no país em virtude das condições de seu meio tropical, no qual o esgotamento da fertilidade da terra e dos recursos naturais era bem mais rápido do que nas regiões temperadas. Além disso, o país encontrava-se em desvantagem pelo fato de que nada vinha sendo feito para poupar seus recursos, enquanto em grande parte dos países capitalistas avançados já vinham sendo adotados mecanismos de recuperação e conservação da produtividade do solo e das riquezas naturais.

Até então excessivamente voltada para o litoral, a nacionalidade brasileira nasceria, assim, de um retorno ao interior do país e à terra que deveria ser a base de sua economia, à medida que, a partir do conhecimento, se desfizesse a conflituosa relação entre o homem e a natureza que caracterizava, na visão do autor, a ocupação do território brasileiro. A ruralidade garantia, na visão do autor, tanto a especificidade do problema brasileiro quanto sua possibilidade de organização e afirmação nacionalista. A industrialização era aceita desde que estritamente subordinada à produção agrícola, como forma de suprir as necessidades urbanas e de criar riquezas para o meio rural. Apesar de localizar na história da colonização brasileira a origem de grande parte dos males que afligiam o país, Alberto Torres ancorava seu programa nacionalista na defesa de uma tradição brasileira fundamentada na memória dos antepassados, na origem

portuguesa, na escravidão e no universo rural, de forma tornar possível a continuidade entre o passado e o futuro do país. Esse programa se baseava ainda no poder civilizador criado, no continente americano, pela inexistência de instituições aristocráticas. Destaque-se o fato de que para ele as jovens nações americanas tinham que enfrentar a mais nefasta herança da colonização, a grande propriedade da terra, que teria viciado o modelo de exploração agrícola.

De fato, o esforço de análise da formação brasileira e o projeto reformista proposto por Alberto Torres englobavam duas questões centrais. A primeira delas, que merece destaque no contexto deste trabalho, é o fundamento *ecológico* de sua reflexão, baseado na busca do conhecimento científico das condições de ocupação e de exploração econômica do território, na idéia do conflito e da inadaptação do homem à terra, ou seja, às condições do meio físico tropical. A atividade econômica, segundo ele de base *colonial*, teria promovido o mau uso e o desperdício das potencialidades naturais do país porque não fixara o homem ao território, e nem havia adequado a produção à particularidade do ambiente, de modo a garantir a eficiência e a continuidade da exploração dos seus recursos. A fraqueza dos vínculos entre o homem e a terra seria a origem da generalizada desarticulação da sociedade, da economia e da história brasileiras, *desenraizadas* porque alienadas do conhecimento da natureza. A decorrência deste diagnóstico da realidade nacional é um programa reformista concentrado na defesa do fortalecimento da presença do Estado na sociedade, segundo ele o único elemento capaz de criar *artificialmente* uma nacionalidade a partir de um povo disperso e de uma geral desarticulação das forças sociais. Demandava-se, portanto, um poder executivo extremamente forte e bem equipado, que assumisse as tarefas de coordenação, controle e reforma da economia e da sociedade. Enquanto o fundamento

ecológico da análise de Alberto Torres não teria maiores desdobramentos sociológicos, o tema da falta de articulação orgânica do país e a defesa de um Estado forte o suficiente para promovê-la teve longa repercussão nas obras de Oliveira Viana e Plínio Salgado, por exemplo, dois de seus seguidores mais ilustres. A busca da produção de um saber “científico” das condições do desenvolvimento institucional do país, ou seja, a consideração dos problemas concretos da formação sócio-política do país, da constituição de seu povo e de sua elite, a condenação da baixa integração social como característica mais notável da história brasileira, foram os temas de maior repercussão nas obras de seus discípulos, o que o vinculou, na historiografia política brasileira, à ideologia autoritária de crescente influência a partir da década de vinte. Trata-se, contudo, de uma visão limitada do pensamento de Alberto Torres⁶⁷².

A obra de Alberto Torres pode ser compreendida como o esforço mais amplo, profundo e consistente de transformação da economia brasileira a partir da regeneração do setor agrícola. Suas idéias refletiam preocupações e discussões correntes no seu tempo, como por exemplo a fragilidade da situação da agricultura do país e a necessidade de reformas que atualizassem os métodos e a mentalidade dos produtores. Seu pensamento deve ser portanto inserido em um contexto mais amplo de reflexão sobre os destinos da economia agrícola brasileira, em função da crise despertada pela

⁶⁷² Mais importante seria entender suas idéias no contexto de sua própria época e de sua atuação pública, como jurista. Kuntz observou sua ação como defensor da criação de instrumentos jurídicos para o respeito à liberdade e a proteção dos direitos individuais, através de propostas como a ampliação do conceito de *habeas corpus* e a criação do mandado de garantia, prevista em seu projeto de constituição. Quanto ao aspecto propriamente *ecológico* de seu pensamento, ele adquiriu alguma continuidade principalmente por meio da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, criada em 1932, que ao final da década de 1930 possuía mais de mil células ativas em todo o Brasil. O movimento assumiu ações relevantes em nível local, como adoção de práticas conservacionistas, fornecimento de instrumentos agrícolas, distribuição de sementes e atividade educativa nas escolas. Congregou além disso alguns dos discípulos mais notórios de Alberto Torres, como Oliveira Viana, Plínio Salgado, Juarez Távora e Ari Parreiras, ainda que a integração do fundamento ecológico às suas obras não tenha sido significativa. DEAN, Warren, op. cit. nota 3, p. 275. KUNTZ, Rolf. Alberto Torres. A organização nacional. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001. V. 2. p. 259-278.

abolição e do reordenamento das elites sob o regime republicano. As transformações no universo do trabalho e os arranjos necessários para a articulação dos diferentes grupos políticos no contexto do federalismo da república recém-implantada conduziram à definição de um movimento voltado para a reestruturação do poder no interior das classes rurais, a partir da idéia-força da vocação eminentemente agrícola do Brasil. Este movimento ficou conhecido como *ruralismo*, e expressava uma divisão no interior da classe agrícola na disputa pelos benefícios estatais⁶⁷³. Tratava-se, na definição de Mendonça,⁶⁷⁴ de um movimento e de uma ideologia política de agentes sociais ligados à atividade primária, em torno de interesses comuns. A *vocação agrícola brasileira* e o anti-industrialismo, na luta contra a adoção de tarifas protecionistas relacionadas à expansão industrial, eram os motes mais comuns – ainda que o movimento abarcasse notáveis conflitos de interesse.

À medida que com a Abolição estava perdida uma de suas referências mais tradicionais, as classes rurais apoiaram-se na idéia de que o Brasil passava por um momento de crise e desequilíbrio, de onde surgiria a necessidade de forjar medidas de recomposição da ordem. Na visão de Mendonça,⁶⁷⁵ essa visão da crise possuía caráter instrumental, desempenhando um papel sobretudo político e ideológico. Representava uma mitificação da realidade, onde as diferenças regionais eram aparentemente desconsideradas, em nome da defesa dos interesses da agricultura nacional, unificada pela noção de crise e pela conseqüente necessidade de reforma. Substituía-se, em

⁶⁷³ Representativa deste processo foi a criação, em 1897, a partir de um núcleo inicial formado no âmbito da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, da Sociedade Nacional de Agricultura. A instituição colaborou para a articulação de forças diversas no interior da classe agrária, em especial os setores menos favorecidos pela política republicana. MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro* (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

⁶⁷⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de, op. cit. nota 34.

⁶⁷⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de, op. cit. nota 34.

seguida, a idéia de *crise*, advinda da ruptura com a tradição, pela de *atraso*, o que instaurava a lógica do progresso necessário através de propostas e programas de reordenação, controle e racionalização da atividade agrícola. No contexto desse sistema político, a dita *vocação agrícola* encontrou condições favoráveis, dada a inserção do Brasil no comércio internacional e seu papel na divisão internacional do trabalho como produtor de produtos primários, bens de consumo e matérias-primas industriais – afinal, ao contrário do que postulou Alberto Torres, defendiam-se irrestritamente as excepcionais vantagens naturais do país. A principal demanda apresentada era a superação da monocultura através de ações que incentivassem o aprimoramento de uma gama mais ampla de produtos agrícolas. À medida que a urbanização e a industrialização incipientes criavam a necessidade de fornecimento de bens de consumo e matérias primas, as críticas à monocultura, imbricadas à problemática do latifúndio, tornavam-se mais generalizadas, em grande parte em função da crise da cafeicultura na primeira década do século XX⁶⁷⁶.

Esta plataforma de diversificação da produção agrícola era defendida por três grupos principais: o primeiro deles era composto por profissionais com formação técnica originados das regiões agrícolas decadentes, em defesa da policultura como solução para a crise regional; o segundo era composto por políticos em defesa do revigoramento econômico das áreas onde tinham suas bases de poder, buscando criar instrumentos econômicos, fiscais e tarifários para apoio à policultura; o terceiro compunha-se por segmentos da grande agricultura de exportação, que tentavam criar alternativas de proteção frente à instabilidade do mercado internacional, não no sentido

⁶⁷⁶ A cafeicultura passou por uma séria depressão, em particular entre 1901 e 1907, decorrente da expansão desmedida do plantio na década de 1890, em muito superior ao crescimento da demanda mundial pelo produto. Já em 1903, foi adotada uma legislação que proibia o plantio de novos cafezais, no sentido de impedir a queda acelerada dos preços do produto. DEAN, Warren, op. cit. nota 3, c. 10.

de substituir a agricultura cafeeira, mas de reafirmar e reforçar seu poderio econômico e sua hegemonia⁶⁷⁷.

Com a afirmação do dogma da vocação agrícola, os proprietários de terra buscavam estabelecer uma correspondência direta e imediata dos rumos da vida agrícola com o futuro da nacionalidade como um todo. No horizonte intelectual da época, os valores e códigos da agricultura tinham acentuada predominância na vida brasileira, e mesmo entre os grupos mais modernos da sociedade a dita *vocação agrícola* do país tinha ampla aceitação. A literatura sertanista que florescia nesta mesma época ocupou um espaço dúbio neste contexto. Por um lado, conduziu à idealização e à valorização da vida rural como *locus* da permanência de uma verdadeira e original cultura brasileira, brotada do contato íntimo com a terra. Por outro lado, essa literatura assumiu um olhar urbano que conduziu tanto à crítica do atraso das formas de exploração e convivência com a natureza, retrógradas e extremamente destrutivas, quanto à afirmação do campo como um *lugar de memória* que, ainda que disponível no presente, pertencia ao passado. Esse movimento pela diversificação produtiva e pela modernização do campo teve repercussão notável entre a elite intelectual do país, especialmente aquela de alguma forma ligada à vida rural.

Cerca de uma década antes da publicação de *Banzo*, Coelho Neto escreveu alguns ensaios relacionados à transformação da vida rural brasileira, tratando de alguns temas caros ao ruralismo que vinha se afirmando no país, e que não se restringia ao discurso e

⁶⁷⁷ Entre as principais lideranças do movimento pela policultura e pela modernização agrícola, citam-se: Assis Brasil, notório defensor da *agricultura científica* e do incentivo do Estado à diversificação agrícola e sua modernização; Nilo Peçanha, que em sua presidência do estado do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, apresentou iniciativas políticas pela diversificação produtiva, através da criação de incentivos à pesquisa de culturas paralelas à do café; Carlos Botelho, secretário da agricultura de São Paulo entre 1904-1909, grande proprietário e agrônomo, defensor da agricultura intensiva e da policultura, e sobretudo da aplicação ao Brasil do modelo agrícola *científico* norte-americano. MENDONÇA, Sônia Regina de, op. cit. nota 34, p. 28-36.

à atuação das classes agrárias. Na visão do escritor, a decadência da agricultura brasileira havia sido determinada pela *mania rotineira da monocultura*, que confiara o destino da agricultura nacional ao café. Uma crítica feroz à grande produção cafeeira é *O paradoxo contemporâneo*, uma fantasia literária em que o autor conduziu a problemática da superprodução *ad absurdum*: ele imaginou uma situação em que a fertilidade e a abundância extremas traziam ruína e desesperança ao homem do campo, oprimido pelo excesso de vitalidade das lavouras e da criação, impossibilitado de levar qualquer produto ao mercado porque todos os produtores queriam vender, mas nenhum deles podia comprar, o que tirava sua possibilidade de obter o que mais pudessem precisar para sua sobrevivência: *Não há esperança – tudo é verdura. Nunca a terra se mostrou assim próspera: não há memória de tão inclemente fecundidade. Dir-se-á que um Deus andou semeando e abençoando a sementeira, porque não há sol que a esturrique, não há geada que a creste, não há lagartas que a destruam.*⁶⁷⁸ Na bizarra fábula de Coelho Neto, a fertilidade inesgotável surgia como uma praga que criava a necessidade de um trabalho incessante de luta contra a reprodução das culturas, que chegavam a invadir as casas e se tornavam um terrível estorvo. O texto criou a imagem de uma generalizada exuberância que desgraçava, de uma fartura que trazia a miséria – seu alvo era um só: o café.

Lá vai vagarosamente, aparecendo, desaparecendo por entre uns outeirinhos aveludados, um comprido e pesado trem de carga – café. Dos sertões feracíssimos descem diariamente tropas numerosas; são campainhas tinindo desde a madrugada até a noite, às vezes pela noite adiante e tropeiros bradando – café. Pelos rios, em balsas, descem milhares de arrobas que vão ter às pequeninas estações onde embarcam para o porto. Os horizontes são verdes – onde acaba o cafezal começa o céu, e as

⁶⁷⁸ COELHO NETTO, op. cit. nota 15, p. 33.

*árvores, sobrepujadas pelos frutos, achaparram-se; é a maravilha da fertilidade, a praga arruinadora do excesso.*⁶⁷⁹

*E há ainda quem gabe a terra cafeeira, a terra roxa da cor da agonia*⁶⁸⁰. Ao lado da supressão da *mania da monocultura*, tema central nesse processo de superação do atraso passava a ser a criação de uma agricultura *científica*, acreditando-se que a regeneração da agricultura brasileira viria da pesquisa, da intensificação dos processos produtivos, da adoção de técnicas modernas de cultivo e tratamento do solo, do ensino técnico agrícola e da criação de infra-estrutura de apoio à produção e à comercialização⁶⁸¹. A idéia da atualização da agricultura, que ajudava a defender o setor das pressões da industrialização e da urbanização, buscava criar uma nova racionalidade, que promovesse a superação dos métodos rotineiros e precários de produção e a adoção de inovações técnicas que aumentassem a eficiência do sistema produtivo, ainda que a precariedade das relações de trabalho não fosse um problema

⁶⁷⁹ COELHO NETTO, op. cit. nota 15, p. 37-38.

⁶⁸⁰ COELHO NETTO, op. cit. nota 15, p. 41. Coelho Neto foi profético ao imaginar a solução proposta por um fazendeiro para a terrível crise despertada pela abundância das safras: o fogo, instrumento corriqueiro das práticas agrícolas brasileiras. Posteriormente, a política estatal de valorização do café queimaria sacas de café para reduzir estoques:

Faria um aceiro protegendo apenas o cafezal novo, o mais que fosse, que o incêndio levasse e o pouco dos anos vindouros salvaria o prejuízo dos tempos copiosos. Só o fogo!

Mas para isso seria necessário que todos os fazendeiros entrassem no acordo sinistro tomando, cada qual, um archote e ateando o incêndio que, vindo de pontos diversos, às lufadas vermelhas, deixasse apenas, em cada fazenda, como pequenas ilhas, dois ou três alqueires de culturas verdes. Escassearia o produto e cresceria o preço.

COELHO NETTO, op. cit. nota 15, p. 40.

⁶⁸¹ A ideologia e o movimento ruralista, ligados a interesses políticos específicos e a um contexto particular da história econômica brasileira, assumia uma demanda de atualização da agricultura do país que não era inédita no contexto do pensamento reformista e modernizador pós-1870. André Rebouças, por exemplo, publicou em 1883 seu *Agricultura Nacional*, escrito em 1875, no qual articulava o programa abolicionista à necessidade de reorganização profunda da atividade produtiva do país com base no trabalho livre e na *agricultura científica*. As principais propostas de seu programa liberalizante e inspirado no modelo norte-americano eram: a diversificação da produção; o aperfeiçoamento tecnológico e o ensino de agronomia; o combate ao latifúndio e a expansão da propriedade da terra para trabalhadores livres; a criação de engenhos e fazendas centrais para o beneficiamento cooperativo da produção; a instalação de indústrias para processamento dos produtos, de forma a agregar a eles o máximo valor possível; a recuperação dos terrenos tidos como esgotados; o aperfeiçoamento das vias de comunicação para ativação do comércio interno e externo. REBOUÇAS, André. *Agricultura nacional: estudos econômicos*. Rio de Janeiro: A J Lamoureux, 1883.

muito lembrado. A agricultura modernizada era vista como uma forma de civilizar a natureza e o homem bárbaros do sertão, tornando-os capazes de competir com seus adversários mais *evoluídos*: a cidade e a indústria. As idéias mais recorrentes dentro desse programa de atualização do campo eram a necessidade de educar o homem do campo para o emprego de técnicas mais avançadas, para a superação da desordem e da indisciplina, ao mesmo tempo em que a mecanização e a diversificação dos cultivos criariam novas oportunidades de expansão do setor.⁶⁸² Modernizar a vocação agrícola do país significava por vezes articular os interesses da agricultura com os da indústria, através da adoção de uma ética e de uma racionalidade similares, do incentivo à indústria natural e à industrialização da agricultura. Mas como observou Saliba,⁶⁸³ a industrialização da produção agrícola era cogitada desde que assumisse um papel secundário em relação à agricultura de massa, combatendo as políticas federais de apoio à indústria. Ao poder público caberia, ao contrário, promover o aumento da renda produzida pelo setor primário. Estudando as idéias de Cincinato Braga, o autor aponta uma das idéias fundamentais em torno das quais se constituiu a ideologia ruralista: o bem comum estava vinculado ao ideal da vida no campo, que promoveria o aprimoramento da capacidade humana, contrariamente à vida nas cidades e ao trabalho industrial, que cerceariam suas possibilidades de desenvolvimento pessoal. A modernização da economia agrícola brasileira era vista como necessária à produção em massa, por meio da adoção de inovações tecnológicas e da participação direta do Estado, ao qual caberia a criação das condições necessárias a esta atualização do campo, que caminharia no sentido da exploração de todas as possibilidades oferecidas *dentro* da

⁶⁸² MENDONÇA, Sônia Regina de, op. cit. nota 34.

⁶⁸³ SALIBA, Elias Thomé. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga. 1891-1930*. 1981. Tese (Doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981.

divisão internacional do trabalho, tida, no contexto da vocação agrícola, como uma condição *imutável e natural* da economia brasileira.

Para a máquina humana, as matérias-primas mais nobres, mais loucamente disputadas pelas populações do mundo são gado (carne, gorduras e laticínios), trigo e açúcar. Para diversos povos da terra as provisões destes artigos constituem o seu tormento de cada dia.

Para a máquina industrial, as matérias-primas absolutamente imprescindíveis aos povos do planeta são: algodão, lã, combustível ferro e aço. No estado atual da civilização do homem, as grandes guerras só se fazem no encalço das sobreditas matérias-primas.

*O Brasil é um país tão excepcionalmente feliz, que jamais precisará entrar na batalha para alcançar qualquer daquelas provisões. Temo-las à mão, dentro do nosso abençoado território. A questão está em nos decidirmos a explorá-lo eficientemente.*⁶⁸⁴

A ciência promoveria o aproveitamento maximizado dos recursos disponíveis, a terra e o homem. Considerando as *vantagens naturais* de que dispunha o país, a modernização do campo viria explorar com maior eficiência o imenso potencial do país para a prosperidade agrícola. A técnica adquiriria papel central na criação de uma moderna civilização rural que viria inserir o Brasil no movimento de ampliação das fronteiras do capitalismo internacional. A melhor exploração dos fatores produtivos disponíveis seria representada pela produção agrícola em massa para o aumento das exportações de produtos primários e da importação de produtos industrializados. A ideologia ruralista representava, portanto, uma forma de romper a associação do rural com a barbárie, demonstrando que também o campo poderia ser atingido pela onda modernizadora, tornando-se assim um espaço civilizado, onde o homem assumiria o controle dos elementos naturais – doravante pensados sobretudo como *recursos* – perdendo assim o tom fatalista que estabeleceu a idéia do sertão como espaço de uma eterna luta do homem pela vida num meio natural hostil.

⁶⁸⁴ BRAGA, 1918 apud SALIBA, Elias Thomé, op. cit. nota 44, p. 144.

A emergência de uma demanda de atualização das práticas agrícolas encontrou um cronista entusiasta, novamente, em Coelho Neto. Apesar de pintar um retrato negro das regiões agrícolas decadentes e de seu sistema produtivo, o escritor dizia ser um otimista. Para ele, a terra brasileira era capaz de prover um futuro de prosperidade e fartura desde que os processos de sua exploração fossem transformados. Isto já estava ocorrendo, em sua visão, graças ao colono europeu e à emergência de um novo tipo de proprietário. Ao falido senhor de terras e homens, que recebera a propriedade por herança, pouco afeito ao trabalho, habituado a uma vida de ostentação e a longas temporadas nas praias e cidades, substituía-se o fazendeiro novo, tipo perfeito de homem de ação, *inteligente e enérgico, empreendedor e ativo*.⁶⁸⁵ O moderno homem do campo não apenas era um trabalhador incansável, como também um coordenador, um planejador e um técnico, ávido por novos conhecimentos e recursos científicos capazes de aprimorar sua propriedade. Para este *lavrador inteligente*, qualquer crise era somente accidental e não desastrosa, pois ele possuía o instrumento correto para combatê-la: a técnica, que ampliava sua possibilidade de resistência contra as eventualidades da natureza e do mercado, aos quais não mais se submetia, à medida que, diversificando a produção, encontrava sempre alternativas para a sobrevivência e a prosperidade de seu empreendimento.

Se, pelo céu, se vão arrumando nuvens de chuva e há café nos terreiros, ele é o primeiro a lançar mão do rodo dando o exemplo para que se ajunte e recolha e, à noite, na sala vasta, enquanto a esposa acalenta o pimplho, debruçado sobre um livro, cercado de jornais e revistas, lê, anota observações sobre a terra, respigando o que lhe convém, aqui, ali: uma máquina útil, uma sementeira rica, um novo adubo, certo processo de enxertia e, ao primeiro bocejo, levanta-se, abre uma janela, respira largamente o ar puro da noite, sentindo em torno a terra viva e forte,

⁶⁸⁵ COELHO NETTO, op. cit. nota 15, p. 12.

*tratada carinhosamente como animal de raça, fecundando, florindo, frutificando ao esplêndido luar silencioso.*⁶⁸⁶

Com a ciência nas mãos, o homem poderia tornar-se senhor da terra e transformá-la em fonte de prosperidade e de desenvolvimento. O Policarpo Quaresma de Lima Barreto poderia ter se tornado um bom exemplo deste tipo de *lavrador inteligente*, inteiramente devotado ao trabalho no campo, e tecnicamente atualizado. Como homem culto e modernizado, seu ingresso na vida rural se fez acompanhar da catalogação das espécies nativas, de manuais específicos, sólidas noções científicas e sofisticados instrumentos de meteorologia. Seu esforço, que terminou em desengano e na reconversão de seu sítio-modelo em matagal abandonado, poderia talvez ter resultado em algo melhor se em seu fervor patriótico desmedido Quaresma não tivesse se deixado levar pela sua absoluta confiança na feracidade excepcional da terra brasileira, que o fez dispensar os adubos e as técnicas de correção do solo.⁶⁸⁷

Por outro lado, não apenas as regiões onde a presença humana havia já sido estabelecida por meio da atividade rural eram consideradas passíveis de transformação. Também a natureza bruta havia de ser, senão incorporada à civilização, integrada a ela através das novas tecnologias de transporte e comunicação, da intervenção no sentido da superação dos obstáculos naturais à circulação de riquezas e recursos. A demanda de modernização da agricultura era, portanto, apenas um dos aspectos de uma noção mais ampla e generalizada de que a ciência poderia conduzir ao controle do homem sobre a natureza. As origens dessa idéia remontam ao início dos tempos modernos.

⁶⁸⁶ COELHO NETTO, op. cit. nota 15, p. 13.

⁶⁸⁷ BARRETO, Lima, op. cit. nota 7.

Pois bem, o império do homem sobre as coisas se apóia unicamente nas artes e nas ciências. A natureza não se domina, senão obedecendo-lhe.

Francis Bacon, Novum Organum - Aforismos sobre a interpretação da natureza e o reino do homem, 1620

As noções de natureza e cultura no pensamento ocidental, foram, na interpretação de Glacken, marcadas por três questões fundamentais: a teoria do desígnio, segundo a qual o planeta foi criado com a intenção de atender ao homem, a mais elevada forma de criação, o ser superior na hierarquia das formas de vida; a influência ambiental, originada das teorias médicas, que buscava estabelecer relações entre ambientes e traços distintivos dos indivíduos e das culturas; e o tema do homem como agente de transformação do ambiente físico, colaborador de Deus na melhoria e no cultivo da terra criada para ele.⁶⁸⁸ Esta última foi extremamente difundida a partir da Renascença, especialmente à medida que a imagem do Novo Mundo em sua exuberância e vitalidade despertava espanto e admiração e era interpretada como grande prova do poder divino de criação, expandindo em muito os limites que os teólogos e filósofos haviam até então estabelecido. Principalmente a partir do século XVIII, foi bastante enriquecida a literatura sobre as mudanças feitas pelo homem no Novo Mundo e sobre seu poder transformador, e ao mesmo tempo sobre o valor das paisagens primitivas como grandes coleções para estudo dos mistérios da natureza.

Ao mesmo tempo, as novas abordagens filosóficas que emergiam nas primeiras décadas do século XVII, em direção à melhoria da vida e à importância da atividade

⁶⁸⁸ GLACKEN, Clarence. *Traces on the rhodian shore: nature and culture in western thought from ancient times to the end of the eighteenth century*. Berkeley: University of California, 1967. p. vii-xx.

prática, não ignoravam a crescente aplicação das teorias científicas na tecnologia, nem as melhorias técnicas e invenções feitas por artesãos e engenheiros que proporcionaram um uso mais amplo dos recursos naturais. Na Renascença e nos séculos XVII e XVIII, tornaram-se temas filosóficos de fundamental importância a transformação e o controle da natureza pelo homem, devido à sua inteligência e à sua habilidade de interpretar o significado da criação. Havia uma maior consciência a respeito da importância da técnica, graças à observação de que pela mão do homem as coisas que existiam na natureza podiam ser transformadas em outras formas que não existiriam sem ele. Ao mesmo tempo em que passava a ser sistematicamente estudada a capacidade do homem de superar limitações geográficas, graças a inovações bem sucedidas na agricultura, navegação, tratamento de solos, drenagem e irrigação, surgiam as primeiras observações, ainda que esparsas, dos danos potenciais que a intervenção do homem poderia causar à natureza.⁶⁸⁹

A obra filosófica de Francis Bacon está vinculada à questão do domínio do homem sobre o mundo natural e à história das origens do moderno método científico. Seu projeto maior foi a promoção do controle sobre a natureza através do estímulo à invenção e do desenvolvimento das técnicas e das ciências, exaltando a capacidade humana de reproduzir o ato divino da criação. Nesse contexto, ele pretendia promover o progresso do conhecimento reformando-o a partir da crítica da filosofia em sua ineficácia prática, ou seja, à medida que ela não se mostrava capaz de promover melhorias para a vida do homem. Bacon privilegiou a idéia de que o mundo havia acumulado um amplo estoque de observações e experimentos, e de que a expansão do

⁶⁸⁹ GLACKEN, Clarence, op. cit. nota 49, c. 10.

conhecimento sobre o planeta havia conferido a ele o alargamento de sua perspectiva geográfica e de suas possibilidades de desenvolvimento.

Daí em diante, tratava-se segundo ele de promover a acumulação de conhecimentos sistemáticos, e de fundar um método de investigação que proporcionasse o aprimoramento do saber. A base de sua teoria não é a descrição ou a explicação da realidade como uma ordem divina fixa e imutável mas, ao contrário, o estabelecimento de um conhecimento transformador capaz de interferir para o aprimoramento da vida prática: *saber significa poder*, ele repetirá em diversos trechos. O homem não deveria ser, em sua visão, um observador da ordem divina, mas um ser capaz de utilizar o conhecimento como o meio mais adequado para se obter domínio sobre a natureza. Não se trata de estudar o poder de grupos ou indivíduos uns sobre os outros, mas de fornecer meios para a luta contra a natureza travada constantemente pela humanidade como um todo. Concebe-se portanto não uma natureza perfeita, mas uma realidade a ser convertida às finalidades humanas. O homem é definido como *ministro e intérprete da natureza*, por ser capaz de compreender e constatar seus fenômenos pela observação e pelo raciocínio.⁶⁹⁰ Ele deveria aprimorar a função prática da ciência para que o estudo da natureza fosse ao encontro dos saberes específicos, recuperando os direitos sobre o mundo natural a ele atribuídos pela vontade divina⁶⁹¹. Tanto a habilidade física quanto a atividade mental dependeriam do uso de recursos e ferramentas de apoio que fossem

⁶⁹⁰ BACON, Francis. *Novum Organum* ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza [1620]. Tradução José Aluysio Reis de Andrade. In: *Francis Bacon*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 33. Os Pensadores.

⁶⁹¹ Em termos teológicos, considerava-se que ao haver pecado e sido expulso do paraíso, o homem tenha sido alienado do domínio da natureza conferido a ele por *dotação divina*. A inocência poderia ser restaurada pela virtude da vida religiosa, enquanto o controle do mundo natural seria restituído pela ciência e pelo conhecimento, que proporcionariam o uso da natureza para os fins humanos. Ciência e graça divina seriam portanto mutuamente auxiliares. BACON, Francis, op. cit. nota 51, p. 218. LENOBLE, Robert. *Histoire de l'idée de nature*. Paris: Albin Michel, 1969. p. 321.

capazes de proporcionar maior amplitude e controle das ações sobre o mundo, do ponto de vista físico, estimular o intelecto e fazê-lo capaz de predispor-se à observação e prever consequências, do ponto de vista intelectual.

Para tal, era necessário um novo método de inquirição do mundo natural, que proporcionaria a descrição adequada de seus fenômenos a partir da experiência que conduziria ao estabelecimento de leis e causas, suas formas mais amplas. Este método indutivo funda-se na observação sistemática e na experimentação, e é exposto a partir da descrição minuciosa das precauções, técnicas e processos de estudo dos fenômenos naturais, no sentido da construção de um saber eficaz. Vencer a natureza dependia de obedecer a seus princípios, ou seja, conhecer seus processos para ser capaz de interferir sobre ela: *Mas se alguém se dispõe a instaurar e estender o poder e o domínio do gênero humano sobre o universo, a sua ambição (se assim pode ser chamada) seria, sem dúvida, a mais sábia e a mais nobre de todas. Pois bem, o império do homem sobre as coisas se apóia unicamente nas artes e nas ciências. A natureza não se domina, senão obedecendo-lhe.*⁶⁹² O método indutivo propunha, a partir de um conjunto restrito de observações e de processos que as descrevessem, ampliar este saber adquirido para fenômenos similares, conferindo privilégio à experimentação e ao empirismo. A humanidade seria assim capaz de acumular um estoque de conhecimento cada vez mais substantivo, pois cada descoberta abriria caminho para as demais.

Como observou Moscovici,⁶⁹³ o projeto baconiano pretendia assimilar todas as atividades da vida concreta ao estudo da natureza, meio adequado para a expansão e o fortalecimento da civilização. Desta forma, aprimorar a ciência e a técnica significaria

⁶⁹² BACON, Francis, op. cit. nota 51, p. 97-98.

⁶⁹³ MOSCOVICI, Serge. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion, 1977. p. 114.

desenvolver a própria natureza, à medida que o saber sobre seus elementos e seus desvios representaria a expansão das formas de seu uso e a atribuição a ela de novos significados. Bacon propunha assim a criação de uma nova natureza, transformada e superior à natureza bruta. Em *Nova Atlântida*, o interesse fundamental do filósofo foi o de expor o processo de transformação do ambiente a serviço da humanidade, a partir da concepção de uma sociedade ideal regida pela técnica. A imaginária e utópica⁶⁹⁴ Nova Atlântida foi imaginada como um reino que logrou por meio da ciência utilizar da melhor forma seus recursos humanos e materiais, proporcionando à sua população o maior bem estar possível, inserindo-se num ritmo de transformação, inovação e desenvolvimento crescentes. A prosperidade e a abundância daquela sociedade haviam sido estabelecidas pelo domínio adquirido pela ciência sobre a natureza, graças à ação diretiva exercida por uma instituição que congregava os sábios do reino, a *Casa de Salomão*, que tinha como fim *o conhecimento das causas e dos segredos dos movimentos das coisas e a ampliação dos limites do império humano para a realização de todas as coisas que forem possíveis*.⁶⁹⁵ A ela estavam subordinadas todas as demais instituições da sociedade, de forma que a educação, a invenção e a produção de máquinas, a agricultura, a indústria, a exploração dos recursos naturais, a geração de energia, os transportes, eram todos guiados de forma racional e integrada pelos princípios da ciência aplicada.

⁶⁹⁴ Bacon foi certamente inspirado pela obra de Thomas More, *A utopia*, termo cunhado a partir do grego – *de nenhum lugar*. A obra de More, publicada em 1516, foi marcada pelo impacto da descoberta da América no imaginário europeu, e exerceu grande influência, dando origem a outras fabulações sobre a sociedade ideal, das quais as mais notáveis são a *Nova Atlântida*, de Bacon, e *A Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella, editada em 1623.

⁶⁹⁵ BACON, Francis. *Nova Atlântida* [1627]. Tradução José Aluysio Reis de Andrade. In: *Francis Bacon*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 219-254. Citação: p. 245. Os Pensadores.

Bacon e sua lógica científica, juntamente como o mecanicismo de Descartes⁶⁹⁶, a nova ciência de Galileu e a física newtoniana representaram uma mudança de paradigma a partir da qual o próprio conceito de natureza foi transformado: de instância do selvagem e do intocado, ela passou a objeto do conhecimento científico, matéria-prima e espaço para o progresso econômico. Ao propor um domínio completo do homem sobre o mundo natural, a obra baconiana criou, como definiu Oelschlaeger,⁶⁹⁷ um ponto de vista radicalmente moderno, em que a idéia de que a ciência poderia modelar o mundo para atender aos propósitos humanos suplantou a visão clássica e medieval da humanidade inserida num cosmos definido e fixado externamente. Estabeleceu-se a idéia de que o progresso contínuo da ciência e da técnica seria capaz de enriquecer a existência humana, e conduzi-la a um patamar bem mais elevado, proporcionando a superação dos obstáculos impostos pela natureza ao seu pleno desenvolvimento. O novo método científico possibilitaria aprimorar o intelecto, enquanto as técnicas e instrumentos elaborados a partir dele promoveriam o alcance dos objetivos mais elevados da experiência humana. Os elementos naturais passavam a ser

⁶⁹⁶ A sexta parte do *Discurso do Método* tornou-se tão célebre a respeito da questão da necessidade do conhecimento científico para o domínio das forças da natureza quanto os aforismos de Bacon:

Mas, tão logo adquiri algumas noções gerais relativas à Física, e, começando a comprová-las em diversas dificuldades particulares, notei até onde podiam conduzir, e o quanto diferem dos princípios que foram utilizados até o presente, julguei que não podia mantê-las ocultas sem pecar grandemente contra a lei que nos obriga a procurar, no que depende de nós, o bem geral de todos os homens. Pois elas me fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam muito úteis à vida, e que, em vez dessa Filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar uma outra prática, pela qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam, tão distintamente quanto conhecemos os diversos misteres de nossos artífices, poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza. O que é de desejar, não só para a invenção de uma infinidade de artifícios, que permitiriam gozar, sem qualquer custo, os frutos da terra e todas as comodidades que nela se acham, mas principalmente também para a conservação da saúde, que é sem dúvida o primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida; (...)

DESCARTES, René. *Discurso do método* (1637). In: _____. *Descartes*. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 116. Os pensadores.

⁶⁹⁷ OELSCHLAEGGER, Max. *The idea of wilderness: from prehistory to the age of ecology*. New Haven: Yale University, 1991. p. 81.

vistos como recursos colocados à disposição do homem, desde que ele soubesse transformá-los a seu favor, e impor uma ordem a uma natureza essencialmente caótica. O fundamento desta crença é a posição *superior* do homem na escala dos seres, o que permitia a ele interferir com a natureza bruta – uma natureza *menor* – para criar, manter e expandir a civilização, assumindo o papel de supervisionar ativamente seus processos. A superioridade do homem seria garantida sua atribuição de cuidar da natureza, como intermediário entre Deus e todas as demais formas de vida, o que conferia a ele direito de utilizar a tecnologia para impor transformações cumulativas no ambiente, fazendo melhor uso da natureza que haveria sido colocada à sua disposição. Considerava-se que o desenvolvimento das forças naturais e do homem eram paralelos e indissociáveis. Embora este processo não tenha sido nem linear, nem desprovido de contradições, no período entre o final do século XV e o final do século XVII as idéias do homem como agente controlador e transformador da natureza se estabeleceram, vindo a se consolidar e a ditar o progresso da civilização ocidental nos séculos seguintes, em que se adquiriu um poder sem precedentes sobre a natureza.⁶⁹⁸

Uma das melhores traduções deste desejo de contínua aquisição de domínio sobre as forças da natureza é o projeto fáustico descrito por Berman em sua análise da segunda parte da obra de Goethe, escrita entre 1825 e 1831.⁶⁹⁹ A concepção deste projeto nascera da contemplação do movimento das ondas do mar, manifestação de forças primitivas e incontroláveis que se mostravam alheias e indiferentes ao esforço humano, e que nada construía. O ímpeto de transformar a condição subalterna do homem em relação à majestade da natureza, de sobrepujar as tirânicas forças naturais

⁶⁹⁸ GLACKEN, Clarence, op. cit. nota 49. OELSCHLAEGGER, Max, op. cit. nota 58.

⁶⁹⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986. c. 1.

em nome da liberdade e dos propósitos do homem traduziu-se numa demanda de *realização*: as energias da natureza seriam concentradas e direcionadas para impulsionar os objetivos do homem. Deste desejo de submissão da natureza surgiram os planos ambiciosos de Fausto, o *fomentador*, que transformaram a *paisagem* em *espaço* ao tomar a natureza bruta como um imenso canteiro de obras, vazio a ser preenchido, no qual a mão do homem se mostrava capaz de converter os elementos da natureza a demandas econômicas e utilitárias.⁷⁰⁰

Por meio de grandes construções, o espaço tornou-se intenso, dinâmico e produtivo: portos e canais promoviam o comércio e a circulação de recursos materiais e humanos; através de represas tornava-se possível modificar a condição dos solos e irrigar áreas secas; a atividade agrícola se expandia por amplos campos enquanto a indústria nascente era impulsionada pela energia produzida pelas obras hidráulicas; cidades e novas instalações eram construídas. O que movia o *fomentador* era o desejo irrefreável de desenvolvimento, sempre crescente e contínuo, que envolvia tanto o ímpeto de construção quanto a necessidade de destruição do mundo velho que se opunha ou que de alguma forma rompia a homogeneidade do espaço modernizado. Mobilizando gigantescos recursos políticos, humanos e de capital, Fausto imprimiu um ritmo acelerado e violento de transformações, rompendo os limites impostos não apenas pelos elementos, como também pela moral e pela tradição, e atribuindo à humanidade o domínio sobre as forças caóticas da natureza que ela enfrentava cotidianamente. O novo espaço que era criado adquiria a forma, a ordem, a direção e a finalidade impostas pelo homem, e conferia a ele um nível inaudito de realização espiritual e de liberdade em

⁷⁰⁰ BERMAN, Marshall, op. cit. nota 60, p. 62.

relação à opressão e à limitação representadas pela natureza bruta, indiferente ao desejo humano de aprimoramento.

Não se pode negar que o projeto baconiano de domínio da natureza e o sonho fáustico que o encarna possuíam um elevado sentido utópico, como aliás a escrita de uma obra do gênero como a *Nova Atlântida* deixa explícito. A técnica e a ciência proporcionariam a libertação do homem, criando um novo mundo de prosperidade, de superação da fome, das privações, da doença, e das intempéries, ao mesmo tempo promovendo uma grande realização intelectual e espiritual. O progresso econômico, científico e técnico confundia-se muitas vezes com a utopia, como um dos aforismos de Oscar Wilde – tão arguto da definição da sensibilidade de seu tempo – expressou com perfeição: *Um mapa do mundo que não compreenda o país da Utopia não merece nem mesmo um olhar, pois ignora o único país ao qual a Humanidade continuamente chega. E quando a Humanidade lá atraca, fica alerta, e levanta novamente as âncoras ao vislumbrar uma terra melhor. O progresso nada mais é que o realizar-se das utopias.*⁷⁰¹

No Brasil, que ocupava um espaço marginal em relação a esta dinâmica sociedade capitalista ocidental em contínuo realizar-se de utopias, muitos olhares sonhadores voltaram-se para a remissão do mundo rural, até então signo melancólico de sua origem bárbara, colonial e escravocrata. Enquanto a marca da decadência na paisagem era a invasão da natureza nos espaços dantes ocupados pelo homem, o progresso deveria nascer exatamente da submissão destas forças, o que significaria reverter o fluxo do tempo no sentido do aprimoramento da presença humana sobre o território. Não mais se

⁷⁰¹ WILDE, Oscar. *Aforismos*. Tradução Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Newton Compton, 1995. p. 32. 1. ed. 1901.

concebia a vitória pela violência do ferro e do fogo, mas pela iluminação da ciência e da técnica.

A carta em que me descreveste os progressos da Tapera deu-me a idéia de uma ressurreição. A terra morta, a terra da saudade e do abandono, rebentava em alegrias e promessas pelo influxo das grandes dedicações e do arrojo de mocidades inteligentes.

Júlia Lopes de Almeida, Correio da roça, 1913

O século é dos homens práticos, e não dos utopistas, definiu uma das personagens de *Ideólogo*, de Fábio Luz, contrapondo-se ao idealismo humanitário do protagonista do romance.⁷⁰² Na literatura reformadora do início do século XX brasileiro, contudo, ninguém se parece mais com um utopista do que um homem prático. A partir da crítica social e política da época e da denúncia da corrupção moral da civilização moderna, o *ideólogo* traçou seu plano de transformação social. A princípio, ele acreditava que realizaria seu ideal no campo, contraponto lógico da vida urbana de vícios, vaidades e artifícios. Ele sonhava deixar a cidade, e fundar, no interior de Minas, uma *colônia de iguais*. No campo, o trabalho, a liberdade, o contato com a natureza e a fadiga do trabalho físico exerceriam uma função depurativa, curando a hipocrisia, os refinamentos, a histeria, os exageros místicos e religiosos. O projeto de propriedade coletiva, trabalho em comum, compartilhamento igualitário da produção e completa igualdade entre os colonos não podia prescindir do lado prático: uma oficina bem equipada, instrumentos agrícolas aperfeiçoados que possibilitassem o aprimoramento do uso da terra, além de uma biblioteca. A partir dos autores citados pelo protagonista,

⁷⁰² LUZ, Fábio. *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1902. p. 26.

imagina-se que esta biblioteca devesse conter obras de Tolstoi, Nietzsche e Kropotkin, autores anarquistas, comunistas, e cristãos – o verdadeiro cristianismo conteria a *intuição da igualdade* presente no comunismo – mas é de se imaginar se não possuiria também livros técnicos voltados para a melhoria da produção, numa época que, segundo o *ideólogo*, era dominada pelos maquinismos. Seu ideal de redenção pela vida comunitária no campo⁷⁰³ acabou não se realizando, e foi mesmo na cidade que sua utopia se inseriu na vida prática, a partir do momento em que ele decidiu dedicar-se à obra de ajuda aos miseráveis, operários e proletários urbanos. Para tal ele fundou uma associação de auxílios mútuos e uma revista semanal voltada para a educação e a moralização. Seu trabalho consistia tanto na leitura de obras instrutivas e na pregação da *fé nova*, quanto em palestras em que, ao lado da doutrinação contra os vícios da sociedade, ele ensinava *processos novos e aperfeiçoados de manufaturas*, [e] *manobras de máquinas*.⁷⁰⁴

O ideal de construção de uma sociedade igualitária e tecnicamente atualizada no campo brasileiro imaginado pelo *ideólogo* de Fábio Luz foi defendido em outras obras representativas desta literatura libertária do começo do século XX. Em *Regeneração*, de Curvelo de Mendonça, o protagonista Antônio gerenciava um engenho de açúcar onde promoveu a modernização da produção por meio de *processo novo e fecundo*.⁷⁰⁵ A paisagem inicial com que ele se defrontara no engenho era o cenário habitual da decadência, com sua *fisionomia desanimada*: as máquinas restavam no abandono, o

⁷⁰³ No Brasil, exemplo de uma *colônia de iguais* fundada no campo de acordo com os princípios do comunismo era, segundo o *ideólogo*, o arraial de Canudos, onde se teria manifestado o espírito de fraternidade, igualdade e religiosidade pura das primeiras comunidades cristãs. Antônio Conselheiro, orientador espiritual e criador de um *modelo de organização comunal*, teria possuído a *intuição da igualdade*, o que tornava possível comparar sua missão à de Tolstoi. LUZ, Fábio, op. cit. nota 63, p. 152-155.

⁷⁰⁴ LUZ, Fábio, op. cit. nota 63, p. 181.

⁷⁰⁵ MENDONÇA, M. Curvelo de. *Regeneração*: romance social. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.

pouco gado estava magro, as plantações eram invadidas por erva daninha, poucos trabalhadores espreguiçavam-se nas portas dos casebres. O idealista gerente do engenho era um homem pouco instruído – apesar disso são citadas entre suas leituras obras de Tolstoi, Ruskin, Fourier, Carlyle e Kropotkin⁷⁰⁶ – mas que possuía suas particulares doutrinas econômicas e religiosas, que cumpria na prática e que difundia modestamente entre seus companheiros de trabalho no engenho. Opondo-se à vida urbana, o protagonista acreditava que o trabalho na terra adquiriria graças ao contato com a natureza a virtude intrínseca do revigoramento e do restabelecimento da liberdade. Com base no ideal da produção comunitária, da solidariedade nas relações de trabalho, e do aprimoramento técnico, ele conseguiu restabelecer a prosperidade do engenho. Em poucos meses, *Jerusalém* – o nome da propriedade é significativo, numa literatura que tantas vezes recorre a metáforas religiosas – estava radicalmente transformada. Novos trabalhadores eram aceitos para o trabalho na usina e para o cultivo do que mais desejassem, recebiam abrigo e novos instrumentos agrícolas, de forma que a fama do engenho correu por todo o sertão do nordeste brasileiro como esperança de redenção. Famílias numerosas foram admitidas e a fazenda entrou num período de *atividade e animação*, em que a produção foi diversificada por meio da cultura algodoeira e de uma *abundante colheita de cereais* que chegou ao mercado e proporcionou lucros para investimento de capital na compra de equipamento agrícola moderno e da realização de

⁷⁰⁶ Francisco Foot Hardman observa que, ao lado das fontes internacionais geralmente citadas pelas obras libertárias, principalmente Tolstoi, Kropotkin e Fourier, não pode ser ignorada a influência exercida por duas *matrizes internas* fundamentais para a definição das questões de fundo que interessavam à literatura social: *Canaã*, de Graça Aranha, que através do idealismo utópico de Milkau discutiu as condições de renovação da sociedade brasileira – representadas na obra pela imigração – em choque com um mundo tradicional em processo de dissolução, e *Os sertões*, de Euclides da Cunha, em sua problematização das relações do Estado com as comunidades insuladas em relação ao movimento do progresso e aos destinos da nacionalidade. HARDMAN, Francisco Foot. Palavra de ouro, cidade de palha. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 79-87. Informação: p. 84-85.

novas benfeitorias. Entretanto, despende os lucros nesta espécie de investimento pareceu ao tutor do proprietário do engenho um descalabro, e Antônio foi despedido, deixando o engenho e levando consigo os trabalhadores que reunira.

Esta derrota inicial do gerente empreendedor e humanista deu início a um novo período na vida da incipiente comunidade, agora alojada numa pequena vila. Foi um período de preparação dedicado a educar os trabalhadores rurais para sua emancipação espiritual, o desprendimento material, a solidariedade, o trabalho coletivo, a necessidade do conhecimento e do aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, a doutrinação do *amor livre*⁷⁰⁷, a não resistência à maldade ensinada por Tolstoi, o reconhecimento da essência da religião cristã como precursora do comunismo. Depois de alguns anos, Antônio e seus companheiros conseguiram no entanto retornar a Jerusalém, encontrando o engenho novamente deserto e desolado, efeito *da cobiça, do relaxamento e da ignorância: faltava-lhes o conhecimento rudimentar da cultura intensiva, os instrumentos aperfeiçoados da indústria moderna, que economizam o esforço humano e multiplicam a produtividade do trabalho*.⁷⁰⁸ A obra que se reiniciou no engenho teve novamente como bases a utopia libertária e o aprimoramento técnico da produção agro-industrial. Acentuavam-se o uso de processos econômicos mais produtivos e a

⁷⁰⁷ A defesa do *amor livre* é uma constante nesta literatura libertária, geralmente significando tão somente a união monogâmica e estável não oficializada pelo Estado, mas reconhecida pela comunidade. Na história brasileira, entre os anos de 1890 e 1896 a revolução sexual pregada por Fourier repercutiu na experiência da Colônia Cecília, que foi instalada por imigrantes anarquistas italianos no interior do Paraná – ainda que a doutrina tivesse sido neste caso despida de seu feitiço mais escandaloso para a mentalidade da época, como geralmente é o caso na literatura. ABRAMSON, Pierre Luc. *Les utopies sociales en Amérique Latine au dix-neuvième siècle*. 1993. Tese (Doutorado). Université Paris IV, Paris, 1993. p. 39. Em *Regeneração*, há um eco curioso das idéias de Fourier: Curvelo de Mendonça considerou os engenhos de açúcar, que envolviam o trabalho no campo e várias etapas para o beneficiamento fabril da produção, além da criação de gado para transporte, o ramo de atividade ideal para o estabelecimento dos falanstérios, sociedades cooperativas de produção e consumo, em que a renda seria dividida em proporções diferentes entre o talento para a direção, o trabalho e o capital. MENDONÇA, M. Curvelo de, op. cit. nota 66, p. 42-43.

⁷⁰⁸ MENDONÇA, M. Curvelo de, op. cit. nota 66, p. 148.

necessidade da melhoria do cultivo da cana-de-açúcar pela seleção de variedades mais adequadas ao combate à praga que atacava aquela geralmente plantada na região. A *ausência de uma cultura racional* foi combatida pela fertilização da terra, através de práticas de conservação do solo, do uso de instrumentos aperfeiçoados de cultivo, da montagem de uma aparelhagem moderna para o beneficiamento da produção, e do estabelecimento de uma *escola libertária* que tinha por objetivo não apenas a doutrinação espiritual, como a formação para o trabalho – organizaram-se cursos livres, conferências para os trabalhadores e uma volumosa biblioteca. Afinal, segundo o autor era impossível negar a existência da chamada *questão social*⁷⁰⁹, que tanto preocupava os escritores libertários, no Brasil.

Muito eloqüente a respeito desse processo de modernização descrito no romance é a trajetória de José, um dos colaboradores mais próximos do gerente do engenho. Seu natural talento para a cura até então se baseara no conhecimento popular, em ervas e garrafadas, mas foi excepcionalmente desenvolvido à medida que ele, rude sertanejo, veio a adquirir considerável erudição. Havendo aprendido a língua alemã, ele foi encarregado de viajar à Europa em busca de novos instrumentos, técnicas e maquinário moderno para a agricultura e a indústria açucareira, e para estudar processos aprimorados de melhoramento da criação e do cultivo através do uso de produtos químicos e de técnicas para adubação e tratamento dos solos. Além disso, ele se instruiu

⁷⁰⁹ Por outro lado, para a elite brasileira, a ampla aceitação da tese da *vocação agrícola* do país podia significar também uma forma de manter afastado o risco de que a questão social que emergia na Europa com o fortalecimento dos movimentos operários chegasse a ameaçar o Brasil. Para Mário de Alencar, por exemplo, o fato de ser o país essencialmente agrícola possibilitaria evitá-la. Segundo ele, a questão social era resultante da aglomeração de indústrias e trabalhadores nas grandes cidades européias – tratava-se, portanto, de uma questão essencialmente urbana. Um país como o Brasil, ao contrário, possuía ainda uma vasta extensão de terra a ser povoada, de forma que bastava adotar medidas fiscais para reduzir o número de fábricas e impedir a criação de novas para que as forças econômicas do país se redirecionassem para o campo, onde não haveria problemas relacionados ao trabalho. *E fora um dia a questão social nas terras grandes e novas do Brasil*. ALENCAR, Mario de. Ovo de Colombo. In: _____. *Contos e impressões*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto, Renascença Portuguesa, 1920. p. 197-202. Citação p. 201-202.

também em um novo e revolucionário sistema de medicina, baseado no sol, na água purificada e no vegetarianismo. O resultado desta longa temporada européia de atualização foi uma nova onda de desenvolvimento no engenho, em patamar mais elevado. A alimentação da escola foi melhorada, tornando-se mais leve e mais natural, o solo foi enriquecido e recuperado por meio da adubação química, projetos de irrigação e de drenagem foram realizados, variações de sementes e novas espécies agrícolas foram difundidas, o analfabetismo foi totalmente erradicado. O resultado de tudo isso é que a prosperidade do engenho veio a se irradiar pelas redondezas, absorvendo os velhos engenhos de técnica *empírica e rotineira*.

*Jerusalém já era, como se dizia por fora, um Estado dentro do Estado. E, na verdade, não havia como contestá-lo. Era a sociedade nova encravada na sociedade velha que estalava em seus eixos, que não mais oferecia luta, deixando-se invadir, deixando-se fertilizar pelos transbordamentos da seiva que manava a felicidade e o progresso, utilizando as terras imprestáveis, vivificando as forças dormentes e transformando as almas abatidas.*⁷¹⁰

É de se imaginar até onde chegaria esta obra de regeneração em seu processo contínuo de desenvolvimento e absorção da *sociedade velha*, já que uma das utopias do progresso é sua expansão sem limites. Em *Redenção*, Veiga Miranda explicitou o sentido da superação do atraso como uma obra de remissão nacional, a partir de uma espécie de prestação de contas com a história brasileira de escravidão e de mestiçagem, somada à questão mais recente da incorporação do imigrante estrangeiro. Além disso, condenava-se a violência espantosa do processo de ocupação da terra através da derrubada e queimada, e o uso predatório dos recursos naturais. Como em *Regeneração*, o cenário que abre o romance é uma paisagem rural desolada e decadente. Nas mãos do

⁷¹⁰ MENDONÇA, M. Curvello de, op. cit. nota 66, p. 224.

trabalhador agrícola, *o sacrificador*, havia sido realizada uma obra de devastação que calcinara a terra e que trazia a imagem de agonia e de uma morte lenta. O aspecto dos agricultores era, como o da terra, *ruiniforme*, angustiado e desalentado. No panorama estático, ressequido, monótono, *asfaltite maciço de cafezais*, um imigrante italiano recém-chegado ao Brasil se espantava com a violência das queimadas que destruíra *a espessura multiforme, gigantesca, das florestas*. A monotonia e o hábito da destruição entravam em contraste com a imagem da terra paradisíaca que o havia atraído ao Brasil:

*E vinha a deslumbrante perspectiva da terra que os esperava. O clima de tal amenidade e tão benéfico que pompeavam as cores mais sadias todos os habitantes. O solo fértil, tão generoso e amigo que restituía mil grãos por um, tudo sem demora nem excruciantes fadigas. Árvores cariciosas que davam a sombra suave e frutos nutritivos, doces como o mel. Rios serenos cuja água movia os moinhos e os engenhos, e fontes cristalinas com o dom de robustecer o corpo e prolongar a vida. O céu tranqüilo sempre, sem tempestades, sem neve, sem chuvas torrenciais causadoras das enchentes. E, ao par de tudo isso, um povo brando e afável, acolhedor para com o estrangeiro...*⁷¹¹

Ao contrário, ele encontrara uma terra de desalento similar à fisionomia de seu patrão, *transfigurado de melancolia e de placidez*. Manuel Garcia era um dos herdeiros da imensa propriedade deixada pelo pai, capitão-mor e pioneiro na exploração da região. Com a alta dos preços do café, ele enriquecera e se mudara para a capital, despendendo sua fortuna numa vida luxuosa e em viagens ao exterior. Quando o preço do café começou a baixar, no entanto, entrou em decadência e acabou tendo sua fazenda hipotecada. Outro dos herdeiros do capitão-mor era seu irmão bacharel, Maurício Garcia, admirador de Auguste Comte, magistrado e abolicionista. Com a morte do pai defendeu na justiça que os filhos ilegítimos de seu pai, mulatos gerados em suas *incursões extraconjugais*, fossem igualmente contemplados na partilha da herança.

⁷¹¹ MIRANDA, Veiga. *Redenção*. São Paulo: O Pensamento, 1914. p. 34.

Tendo isto sido negado, recusara-se a tomar posse de seus bens, renunciara à magistratura e alheara-se do mundo com seus livros, vivendo do patrimônio deixado pela mãe e dedicando-se à educação dos sobrinhos em ciências biológicas e no respeito à natureza. Seu projeto de compartilhamento da herança paterna incorporou e resumiu um dos temas centrais da obra, a reabilitação do trabalhador nacional, em particular do mulato, tido pelo bacharel como uma raça solidária e hospitaleira, vigorosa, *geradora de povos*, forte e resistente, mas que deixada ao abandono havia decaído e sido condenada ao nomadismo.

A imagem desta raça de desterrados define no romance o resultado da obra da colonização: a escravidão criou e manteve a riqueza, mas aviltou a nobreza do trabalho⁷¹², afastando os homens livres do cultivo da terra. Os fazendeiros criaram os filhos nos braços afetivos das mucamas, e não no trabalho árduo, enquanto a tolerância em relação ao contato sexual com as negras fez brotar a raça mestiça naquele momento deserdada: *na fazenda de escravos houve em breve a família e o serralho*⁷¹³. Recapitulando a *evolução de um século*, o escritor vislumbrou três gerações de fazendeiros: a primeira destruíra a floresta, desbravara o território e estabelecera nele a presença do homem; a segunda enriquecera com a monocultura cafeeira, mas entrou em decadência no solo desgastado e com a baixa dos preços do café; à terceira caberia

⁷¹² Na visão de Maria Sylvia de Carvalho Franco, para as elites agrárias o trabalho no campo mostrou-se uma condição básica para a construção de novas fortunas a partir de uma situação inicial de pobreza, e também para a superação das crises entre os fazendeiros já estabelecidos. As condições econômicas impunham o trabalho como uma necessidade, num meio social pouco segmentado, em que as tarefas de direção e de concretização cabiam igualmente aos homens livres. Desta forma, não houve segundo a autora uma depreciação geral do trabalho. Contudo, este era inequivocamente desqualificado pela tradição escravista. Esta contradição entre valorização e depreciação do trabalho expressaria os conflitos básicos da realidade social da grande propriedade agrícola. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, op. cit. nota 9, p. 203.

⁷¹³ Miranda, Veiga, op. cit. nota 72, p. 132. Esta denúncia da *indolência voluptuosa* do homem da elite brasileira, vivendo entre a *família* e o *serralho*, evoca os estudos histórico-sociológicos que posteriormente seriam desenvolvidos por Gilberto Freire em seu *Casa Grande e Senzala*.

redimir a gente do campo e a terra, que receberam *tratos de mercenários*. Esta terceira geração é no romance representada por André Garcia, que enxergava na história de sua família uma súplica da história brasileira. A figura de seu pai desdobrava-se em sua imaginação, *assumindo proporções formidáveis, para amoldar-se à superfície do país inteiro, revestindo-a de uma camada galvanoplástica de incerteza, de mal estar, de desesperança*.⁷¹⁴

O tema era banal como o pôr-do-sol. Ainda assim, André chegou a meditar sobre a colossal energia humana despendida na transformação do solo, substituindo a vegetação nativa, espontânea, por outra, artificial, cuidada durante anos e anos, de plantas exóticas e preciosas. Quantos milhares de homens, durante quantos milhares de horas, permaneceram curvados sobre a terra virgem e insociável, dominada pela violência que a devastara a machadadas e a calcinara em fantásticos incêndios, preparando-a, suavizando-lhe as asperezas, domesticando aos poucos o dorso das encostas onde a vegetação primitiva irrompia energicamente, num obstinado protesto!

*Expropriados da sua terra os selvagens, a grande área despovoada competira a um exterminador. Sobre a sesmaria vieram os teodolitos traçar linhas e linhas, em cujas interseções as covas se abriam para o plantio. E levantara-se a propriedade semi-feudal, latifúndica, geradora de fortunas poderosas, em quanto os milhares de braços humildes que colaboraram na obra ciclópica desapareciam errantes, passando a outros miseráveis o cuidado da riqueza edificada*⁷¹⁵.

O desesperançado André Garcia, herdeiro deste passado de espoliação da terra e do homem, veio a encontrar conforto no amor de Taciana, à qual se uniu em *casamento livre*. Ela era filha do imigrante italiano que confrontara seus sonhos de prosperidade na nova terra com a paisagem triste, a natureza destruída e a realidade árdua do trabalho na fazenda. A missão redentora que cabia ao representante da terceira geração desta elite agrária brasileira foi realizada a partir da retomada do sonho do tio que, não havendo tomado posse dos bens legados a ele pelo capitão-mor, havia sido o único da família a

⁷¹⁴ MIRANDA, Veiga, op. cit. nota 72, p. 115.

⁷¹⁵ MIRANDA, Veiga, op. cit. nota 72, p. 118-119.

manter a riqueza e o patrimônio em meio à decadência geral. Tratava-se daí em diante de organizar a *sociedade dos bastardos*, obra à qual André se lançou vigorosamente, apesar de a princípio considerar o projeto utópico e temer que tudo caísse na inércia habitual do campo brasileiro. Realizado o *recenseamento da bastardia*, a cada descendente – e os primeiros deles eram já *ruínas da escravidão* – seria conferida uma propriedade de terra, implantando um regime de minifúndios que ele esperava que se tornasse um exemplo para os proprietários rurais, que assim fixariam a população nacional à terra. Impõe-se a imagem de uma radical ruptura com o passado do qual provinham aqueles mestiços, que haviam sido esquecidos no tempo – naquele momento pareciam haver transcorrido muitos séculos desde o fim da escravidão, que os havia abandonado errantes pelo mundo.

Com os capitais de que dispunha o ex-magistrado, iniciaram-se os trabalhos com a chegada da primeira turma de engenheiros, que dividiram os terrenos de forma que todos fossem providos de água corrente e potável, curvando a geometria aos caprichos dos cursos d'água. Em seguida foi construída uma usina para a geração de energia elétrica para as propriedades: *Logo, porém, os engenheiros contrariaram os velhos amores entre o rio e a pedra, ergueram barragens, alinharam canais, e a torrente que lambia o rochedo, submetida ao rigor dos tubos, foi enviada a fazer rodar as turbinas geradoras da força elétrica para as propriedades esboçadas.*⁷¹⁶ Enquanto André supervisionava as obras, o tio Maurício enviava do Rio de Janeiro *instrumentos agrícolas e maquinismos*. No centro do núcleo agrícola seria erguida uma cidade onde se construiriam oficinas mecânicas para a manutenção do maquinário, escolas para o aprimoramento intelectual e espiritual dos trabalhadores e para o ensino técnico,

⁷¹⁶ MIRANDA, Veiga, op. cit. nota 72, p. 333.

bibliotecas, salões de conferência – a tarefa educativa e doutrinadora ocupava sempre espaço central nesses projetos reformadores – além de banhos públicos e salas de ginástica para a criação de um padrão higiênico de vida. Neste contexto, André passou a ser definido como um *ex-acadêmico*. Em sua crítica ao bacharelismo que *desorganizou a vida nacional* – por afastar os herdeiros da elite da gestão dos negócios do campo, atraindo-os à política e ao funcionalismo – o autor transformou o protagonista de estudante de direito em um realizador e um inovador: estudava arduamente livros de agronomia, veterinária, química, mineralogia, geologia, conhecimentos afinal úteis para o progresso da comunidade. Para si, ele criava uma fazenda-modelo que demonstraria aos demais os *processos racionais de cultura*, desenvolvendo produtos pouco comuns, mantendo um viveiro de mudas selecionadas, distribuindo sementes, ministrando aulas práticas. O resultado desta obra se verificava em poucos meses: foi estabelecida uma agricultura intensiva e dotada de maquinário sofisticado, enquanto criavam-se novos costumes e uma vitalidade inaudita demonstrava a regeneração dos *mestiços indolentes*. Da filha do imigrante italiano e do herdeiro da tradição dos colonizadores nasceriam *criaturas predestinadas* que dariam continuidade à obra de aprimoramento. Redimiam-se e fundiam-se, assim, os destinos dos três povos dispersos que povoavam o Brasil naquele começo de século: os desiludidos imigrantes, os falidos proprietários, os errantes mestiços.

O tom messiânico e a linguagem religiosa, o conteúdo doutrinário, a crença absoluta na eficácia dos programas reformistas adotados segundo princípios científicos, o elogio da técnica e das atividades práticas, a valorização do trabalho no campo como fonte de riqueza material e purificação espiritual, o discurso moralizador na definição dos papéis sociais e da ética do trabalho, aliados ao mais estrito racionalismo na

definição de soluções lógicas para os grandes problemas do campo brasileiro – tudo isso somado a uma visão dramática da realidade nacional – não eram entretanto exclusividade da literatura social libertária. O romance epistolar *Correio da Roça*, de Júlia Lopes de Almeida, empregou essencialmente o mesmo programa de recuperação do campo, ainda que alguns problemas como a chamada *questão social*, a propriedade privada e as relações com o capital e o Estado não estivessem em discussão nesta obra. Trata-se de um exemplo didático das possibilidades de atualização da vida rural, verdadeira profissão de fé na moderna civilização agrícola brasileira, em nítida confluência com o discurso modernizador ruralista. O atrativo adicional é que os agentes iniciais da transformação são personagens femininas. A maior parte do romance é composta pela correspondência entre duas amigas. Fernanda passava por uma temporada européia quando Maria teve sua vida radicalmente transformada pela morte do marido e pela necessidade de vender todos os bens que possuía na cidade, restando a ela e às quatro filhas apenas uma melancólica fazenda abandonada, o *Remanso*, à qual se somava um sítio chamado, não por acaso, *Tapera*. Em sua primeira carta, Maria lamentava-se do horror do isolamento e da pobreza do campo, do desperdício das prendas com que as quatro filhas se dotaram para brilhar na alta sociedade carioca, da saudade dos passeios a Avenida (Central), do teatro e das recepções, demandando por isso o envio de um jornal de modas parisienses com que elas poderiam passar o tempo ocioso no campo.

Fernanda, por sua vez, no conforto de sua vida urbana, observava o imenso potencial de que a amiga poderia dispor: os braços das filhas aptas ao trabalho e a disponibilidade de terras localizadas na proximidade das vias férreas. Segundo ela, antes de sentir nostalgia da *mórbida cultura* da vida mundana da capital, mais valeria cultivar

batatas. Recomendava ainda que a uma das moças fosse atribuída a função de estudar as condições de plantio de uma cultura adequada às terras abandonadas da *Tapera*. Sugeriu também a assinatura de revistas agrícolas que transmitissem a elas ensinamentos técnicos e as estimulasse ao trabalho no campo para benefício da propriedade e a higiene de suas mentes e corpos. Encarregadas de tarefas que as expusessem à natureza, ocupadas por trabalhos proveitosos, elas gozariam de saúde e bem estar e seriam capazes de arrancar da ruína a região da *Tapera* coberta de sapê e barba de bode, estendendo por ela *vastos campos de cereais*. Fernanda, apesar de não ser proprietária rural, dizia-se muito interessada pela natureza e pelos destinos do campo brasileiro, assinante curiosa da revista *Chácaras e Quintais*. No seu ócio urbano, o estudo dos assuntos rurais era, em sua definição, uma forma de *esporte intelectual*. Ela acreditava que, sabiamente dirigidas, ainda que com capitais escassos, culturas como a de batatas e criação de galinhas poderiam um dia fornecer recursos suficientes para restituir-lhes a vida faustosa nas avenidas cariocas. O enriquecimento seria contudo apenas um motor aparente: *aproveita essa circunstância em favor da outra, a de veres tuas filhas interessadas pelo progresso e a redenção das terras abandonadas em que vivem e pela civilização dessa gente do povo que lhes rodeia a fazenda e que vegeta mais do que vive, sem proveito nem glória para o Brasil nem para si.*⁷¹⁷

A princípio, Maria definiu a resposta da amiga como uma *crueldade*, evocando o desapontamento despertado em todas pela carta em que se esperava encontrar novidades da *civilização da capital*. A imagem da vida campestre nos é familiar: um mundo tedioso, misérrimo, ocioso, decadente, depredador da natureza, melancólico e muito

⁷¹⁷ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, 1913. p. 15-16.

pouco poético. Na visão de Fernanda, contudo, os dotes com que as filhas da amiga haviam se preparado para a vida social poderiam vir a ser poderosos agentes de transformação, além de garantir o bem-estar no novo ambiente: as línguas estrangeiras seriam úteis para a leitura de manuais técnicos e para a comunicação com os imigrantes estrangeiros; as lições de música contribuiriam para o gozo dos sons da natureza; o desenho as habilitaria para *a apreciação visual das coisas* e para a realização dos mapas e projetos necessários para o planejamento dos campos de cultivo, pomares e jardins. Iniciou-se aí o envio que se tornaria habitual de mudas de flores e árvores frutíferas, da cidade para o campo.

A amiga do Rio de Janeiro, que se dizia dotada de *alma virgiliana*, lançou-se em seguida a uma minuciosa análise do problema dos transportes no Brasil, logo reconhecidos pela nova fazendeira como uma das maiores calamidades da vida rural. Com a consultoria de um engenheiro que construía estradas de ferro em diversas regiões brasileiras, Fernanda transmitiu diversas orientações à correspondente, no sentido da importância de bem planejar a construção e a conservação de estradas, fundamentais para a condução de seus produtos ao mercado. A natureza exuberante e tortuosa dos terrenos na maior parte do território do centro-sul do país tornava mais complexa esta tarefa, mas nada que um conjunto bem articulado de preceitos técnicos e um planejamento minucioso não pudesse contornar. Acentuava-se que estes caminhos deveriam ser traçados com vistas ao transporte por automóveis, *destinados a desbancar as próprias locomotivas e comboios das vias férreas*, e não em carros de boi.⁷¹⁸ O próximo desafio para a formação de uma estrutura capaz de fornecer conforto e aprimorar a produção da fazenda foi a instalação de luz elétrica.

⁷¹⁸ ALMEIDA, Julia Lopes de, op. cit. nota 78, p. 39.

Paulatinamente, as filhas de Dona Maria, assim como a própria mãe, acabaram por se interessar pelas sugestões da amiga distante, vendo nelas uma forma de ocupar o tempo e de melhorar as condições de sua vida na fazenda. O ingresso da civilização no campo não poderia prescindir da reconhecida panacéia nacional da época: a educação. Duas das moças resolveram-se assim a formar uma modesta escola para transmitir conhecimentos de português às crianças da colônia, espanhóis e italianos, *radicando-os pela língua e pelo estudo à nossa terra tão mal compreendida*, em resposta à inquietação generalizada quanto ao potencial dissolvente da imigração sobre a cultura nacional.⁷¹⁹ À sombra das jabuticabeiras, eram ainda ministrados rudimentos de matemática, desenho e música, sendo a conselheira urbana prontamente encarregada de enviar ao campo livros de pedagogia e higiene, além de hinos agrícolas de louvor à natureza brasileira e ao trabalho com a enxada e o arado, o que ajudaria a combater a propensão natural do povo do campo brasileiro para a tristeza e a indiferença⁷²⁰. Com tudo isso, a outrora desconsolada Maria já não mais considerava o *Remanso* assim tão apartado da vida e da civilização.

A grande obra da *regeneração do nosso campo* pelas mãos femininas prosseguia em uma trajetória de sucesso contínuo e realizações cumulativas, a despeito dos escassos capitais com que a fazendeira dizia poder contar: com a construção de estradas confortáveis, seguras e bem planejadas, os colonos se viram incentivados a plantar cereais, que desta forma podiam ser enviados ao mercado; o jardim cobria-se de flores;

⁷¹⁹ ALMEIDA, Julia Lopes de, op. cit. nota 78, p. 53.

⁷²⁰ Um dos conselhos mais curiosos de Fernanda é a respeito dos gêneros de dança que deveriam ser estimulados entre os campônios, e que denota o problema da assimilação da cultura negra na sociedade brasileira da época. Segundo ela, os bailados legítimos da gente do campo, *danças aldeãs e engraçadas*, seriam os mais adequados, no lugar das valsas, polcas e quadrilhas, e sobretudo no lugar do samba, definido como uma dança soturna de melancolia profunda, *que faz mal à alma que as escuta*. ALMEIDA, Julia Lopes de, op. cit. nota 78, p. 65-66.

o pomar estendia-se por longo terreno prometendo colheitas fartas; o galinheiro provia a fazenda de recursos preciosos para alimentação própria e para o comércio, sendo sua produção cuidadosamente contabilizada em caderno próprio; na área da *Tapera*, a plantação de batatas em terreno arado e adubado havia sido tão bem sucedida que proporcionara a renovação da antiga senzala, reformada e caiada para abrigo dos lavradores; uma oficina de carpintaria educava pequenos caboclos para o trabalho e realizava as benfeitorias necessárias. Sem nunca esquecer o lado humanitário da empreitada, as fazendeiras conseguiram ainda construir um hospital para atender aos colonos e aos moradores pobres da região.

O romance logo se expandiu com a presença de novas personagens, desta vez masculinas: além do engenheiro que dera instruções para a construção das estradas da fazenda, a família travou conhecimento com um jovem vizinho agrônomo e lavrador – com quem se casa uma das filhas. Este é um exemplo de agricultor moderno e bem instruído, o que é denotado especialmente por sua crença na pequena lavoura, *o nervo das sociedades democráticas*: herdeiro de vasto latifúndio, ele próprio tomou a iniciativa de dividi-lo entre colonos competentes, que transformou em sócios com total autonomia para decidirem o que cultivar. Enquanto isso, Fernanda aprimorava seus conhecimentos na companhia de um atlético jovem de formação norte-americana, eletricista, e devidamente instruído na mais moderna tecnologia de adubos, correção de solos, maquinário e equipamento agrícola. Da parte dele vieram diversos folhetos didáticos distribuídos gratuitamente pelo Ministério da Agricultura⁷²¹ e destinados a

⁷²¹ A instituição do Ministério foi sugerida pela Sociedade Nacional de Agricultura em 1901. A princípio, ele não se ocuparia do café, mas de um leque amplo de culturas, e sua principal função seria promover a melhoria técnica da produção agrícola brasileira. Esta demanda de encaminhamento dos interesses dos setores não-cafeeiros representou a criação de mais um instrumento de pressão pelo favorecimento econômico nas políticas públicas estatais, e acabou enfrentando a árdua oposição dos deputados paulistas.

indicar os *meios pelos quais os fazendeiros podem tornar higiênicas as suas plantações, nédio o seu gado, feliz o seu pessoal*⁷²². Além destes surgiu ainda um engenheiro, também com experiência norte-americana, enviado à região da fazenda para a construção de uma usina – com este se casa outra das filhas. Observe-se que se tratavam todos de homens dotados de conhecimento técnico, atuantes em trabalhos práticos necessários para o aprimoramento da civilização agrícola moderna que foi implantada na antes decadente fazenda. A estes se somou ainda o marido de Fernanda, que encontrou num relatório do Instituto Colonial de São Paulo diversas sugestões para a melhoria das condições de instalação dos colonos europeus nas áreas rurais do Brasil, incluindo recomendações quanto à manutenção de uma estrutura voltada para os cuidados com a saúde e ao atendimento de demandas sociais diversas, quanto à regulamentação do trabalho, à comercialização da produção, às relações entre patrões e empregados. O problema da integração do imigrante estrangeiro à terra brasileira era considerado decisivo para o progresso do campo.

O útil e o agradável são inseparáveis neste romance. Exemplarmente, a máquina fotográfica que uma das irmãs recebeu de presente de casamento adquiriu uma função adicional à da preservação da memória, da comunicação de imagens, e da reprodução artística das encantadoras paisagens do campo. *Na fazenda, um kodak prestará excelentes serviços: estampará a figura dos animais prediletos dos colonos e da*

O projeto seria aprovado em 1906, como Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, mas a criação da instituição só foi concretizada em 1909. Ainda que tenha podido proporcionar uma difusão mais ampla e em nível nacional de modelos de modernização da agricultura, restrições diversas como a interferência do setor cafeeiro, os conflitos causados pela pressão de diferentes setores minoritários em relação ao bloco no poder, séria limitação orçamentária e instabilidade política reduziram sua atuação e o tornaram secundário dentro do aparelho político republicano. MENDONÇA, Sônia Regina de, op. cit. nota 34, c. 5.

⁷²² ALMEIDA, Julia Lopes de, op. cit. nota 78, p. 121, 130.

*criadagem, o que pode ser até um excelente meio de policiamento e de prevenção.*⁷²³

Ainda que a fazendeira considerasse a amiga urbana mais *utopista do que prática*, todos os conhecimentos que transmitiu tornaram-se úteis e todas as suas sugestões mostraram-se bem-sucedidas, inclusive a primeira delas, a respeito da plantação de batatas nas terras da *Tapera*, o que a princípio soava mais como uma provocação do que como um conselho. A recuperação do sítio até então arruinado teve um significado particular: a demonstração de que os caboclos, que tinham *atrás do seu passado vastas gerações de ignorantes*, não eram irrecuperáveis. Pelo contrário, com a educação precoce para o trabalho, podiam mostrar-se inteligentes e ativos, revelando, em sua resistência, elasticidade e força, dotes físicos adequados para o trabalho no campo. *A carta em que me descreveste os progressos da Tapera, deu-me a idéia de uma ressurreição. A terra morta, a terra da saudade e do abandono, rebentava em alegrias e promessas pelo influxo das grandes dedicações e do arrojo de mocidades inteligentes.*⁷²⁴ A utopia de Fernanda nunca se dissociava da capacidade realizadora de Maria, suas filhas e, posteriormente, dos genros e amigos encarregados dos trabalhos práticos e técnicos. Neste romance, a *Tapera* foi posteriormente rebatizada como *Ressurreição*: a exclusão do termo, tão difundido e tão intensamente associado, na literatura brasileira, à ruína, à melancolia e aos fantasmas do passado do decadente Brasil rural, era o sinal mais nítido de que os tempos eram outros, ou de que pelo menos assim se esperava.

Essa espécie de *messianismo rural* fundamentado na técnica nutriu-se, entre esses romancistas voltados para a superação da decadência e do atraso, de uma imagética e de uma linguagem místico-religiosa: *redenção, salvação, regeneração, libertação das*

⁷²³ ALMEIDA, Julia Lopes de, op. cit. nota 78, p. 104.

⁷²⁴ ALMEIDA, Julia Lopes de, op. cit. nota 78, p. 115, 141, 165-166.

trevas, ressurreição, são alguns dos termos utilizados para descrever o sentido da conversão da ruína em progresso. Pelo poder da racionalidade e da técnica, os sertões brasileiros poderiam, na definição daqueles práticos e utopistas heróis da modernização, transformar-se em uma terra verdadeiramente paradisíaca – e tal se faria em pouco tempo, como é sempre ressaltado: *e a tarefa fez-se como por encanto*.⁷²⁵ Estes paraísos de natureza e tecnologia não podiam prescindir de seus pares edênicos, cujos filhos estariam destinados a dar continuidade a suas obras: em *Ideólogo*, Anselmo casa-se com Elsa, redimindo desta forma aquela que era fruto da sedução de uma mulata por um moço rico; em *Regeneração*, Anita, filha do reformador Antônio, casa-se em *aliança livre* com o herdeiro da usina de açúcar doada à comunidade; em *Redenção*, a pobre imigrante italiana se une, também em casamento livre, ao herdeiro da fazenda de café; em *Correio da Roça*, duas das quatro filhas da fazendeira encontram maridos no campo – um é o engenheiro que realiza melhoramentos, outro um proprietário instruído e laborioso⁷²⁶.

Mesmo quando não se limitava à vida no campo e professava sua fé na sociedade urbana e industrial, a ficção utópica escrita no Brasil das primeiras décadas do século XX reservava um papel fundamental para a atividade agrícola e para o potencial regenerador da atividade rural, no sentido do restabelecimento da ligação com a terra, que era tida como fundamento do sentido de nacionalidade. É o caso de *Regeneração*

⁷²⁵ MENDONÇA, M. Curvello de, op. cit. nota 66, p. 152.

⁷²⁶ Em outro romance de Júlia Lopes de Almeida, *A intrusa*, a trajetória da personagem feminina é similar: ela opera transformações importantes, em sua vida e na de todos que a cercam, porém o sucesso de sua atuação é efetivamente coroado pelo casamento. ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A intrusa*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1994. 1. ed. 1905. Nos romances libertários citados acima a posição feminina não era diferente. A elas a doutrina reservava o papel de boas filhas, esposas e mães, portanto de educadoras natas e agentes da caridade, mas as funções do trabalho prático, do planejamento e da realização cabem sempre aos homens. A metáfora mais recorrente a este respeito é a própria natureza, contraposta à cultura: a mulher representaria o sentimento e o instinto, o homem a racionalidade e a técnica. Aceitava-se amplamente que convinha não misturar os papéis.

Nacional: crônica da sociedade brasileira futura, ou São Paulo no ano 2000, de Godofredo Emerson Barnsley. A obra, publicada em 1909, narra o sonho de um estudante paulista que se viu transportado ao ano 2000, pondo-se a observar os imensos progressos experimentados pela sociedade brasileira durante o século XX. A descrição da prosperidade material e do aperfeiçoamento moral e intelectual alcançados neste utópico futuro é confrontada com a crítica à sociedade brasileira do início do século. No que diz respeito à vida rural, a obra reproduz a crítica à monocultura, ao atraso técnico e ao latifúndio, diretamente relacionados à ausência de uma educação técnica e prática para o aprimoramento do trabalho agrícola num país de bacharéis:

*Se a nossa produção agrícola e industrial é insignificante relativamente aos recursos e à população do país, fundem-se, com a mais larga profusão, escolas agrícolas principalmente que despertem nas novas gerações o amor à terra. Só assim se poderá remodelar o nosso sistema de agricultura, vicioso e primitivo, e destruir o preconceito, muito comum entre os brasileiros, contra esse gênero de trabalho. Fazei ver à nossa juventude que as riquezas naturais só terão valia desde que o homem esteja em condições de explorá-las compensativamente e que o Brasil só poderá ser grande no dia em que os seus filhos se mostrarem virtualmente grandes. As constantes e perturbadoras crises econômicas que abalam o país, lesando todas as classes, têm como fundamento a ignorância dos nossos lavradores sobre os mais mezinhos princípios de economia política, a rotina nos processos com que cultivam o solo e o calamitoso sistema da monocultura. Só a iniciativa das novas gerações no trabalho agrícola, racional e praticamente executado, é que poderá pôr um termo a esses fenômenos perturbadores. Precisamos compreender que o nosso futuro está na lavoura, que, larga e intensamente desenvolvida, poderá levar o país a uma prosperidade invejável.*⁷²⁷

Barnsley adotou uma perspectiva bastante irônica ao contrastar o *discurso* de que o Brasil era “um país essencialmente agrícola”, tão amplamente difundido entre as elites do país, e a *realidade* de sua vida rural, ou seja, a exigüidade da produção

⁷²⁷ BARNSELEY, Godofredo Emerson. *Regeneração nacional: crônica da sociedade brasileira futura*. Ou S. Paulo no ano 2000. São Paulo: Rothschild, 1909. p. 299.

comparada à extensão das terras férteis, à riqueza e variedade de suas condições geográficas e à produção de outros países, o anacronismo das técnicas em geral utilizadas e a precariedade do ensino técnico agrícola. *Porque a lavoura era a eterna enjeitada, a humilde besta de carga, a miserável, a angustiada, que todos exploravam e à custa da qual todos viviam (...).*⁷²⁸ Através da educação técnica, da policultura intensiva e científica, da progressiva partilha dos latifúndios e da adoção de restrições à expansão da cultura cafeeira, o país teria podido alcançar, ao raiar do século XXI, uma prosperidade agrícola sem precedentes, que é definida na obra como o fundamento de uma sociedade brasileira mais igualitária e mais autêntica, pois o conhecimento da terra era definido como a base do *amor à pátria*.⁷²⁹

A utopia da regeneração futura da sociedade despertou também a imaginação de Rodolfo Teófilo, que publicou seu *O Reino de Kiato* em 1922.⁷³⁰ Diferentemente das demais obras citadas, que tinham como problemática os destinos do Brasil e como base sua história, Teófilo construiu sua utopia numa terra que não existia no mapa-múndi. A observação da vida daquele reino foi feita pelo olhar de um cientista um tanto ou quanto excêntrico: um médico norte-americano devotado às pesquisas em laboratório para a produção de um remédio, o *nevrosecida*, que trouxesse a cura da loucura coletiva que segundo ele afligia a civilização – a Grande Guerra havia sido sua demonstração mais patente. Na terra desconhecida à qual ele chegara depois de um naufrágio, tudo era *diferente e superior*, desde que um revolucionário rei transformara a sociedade decadente aplicando a ela regras rígidas de moralização em nome da *salvação pública*. Assim como na São Paulo do romance de Barnsley, apesar de ser descrita como uma

⁷²⁸ BARNSELEY, Godofredo Emerson, op. cit. nota 88, p. 222.

⁷²⁹ BARNSELEY, Godofredo Emerson, op. cit. nota 88, p. 298.

⁷³⁰ THEOPHILO, Rodolpho. *O reino de Kiato: no paiz da verdade*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

sociedade urbana e industrial, a agricultura tinha uma importância central na vida de Kiato, o que ajuda a confirmar a virtude regeneradora que era na época amplamente atribuída ao trabalho no campo.

O povo de Kiato, depois da decadência, tornou-se agronomaníaco. A terra daria ao homem a vida do corpo e a paz do espírito. A humanidade voltaria às primeiras idades, quando o gênero humano, dividido em pequenos núcleos, tirava da terra o seu sustento e reinava a fraternidade humana.

.....
Restaurada a saúde e a moral, começou uma vida nova, o socialismo enfim.

As classes armadas não tendo mais razão de ser, foram dissolvidas (...) Agora em vez de exercitar-se nas armas, exercitava-se nos instrumentos agrícolas. Todo o cidadão era obrigado a cursar a escola de agronomia durante três anos. A terra é que trazia a fraternidade humana depois do expurgo das taras, das diáteses que infectam a humanidade. O mais difícil problema social, a harmonia entre o proletário e o capitalista, havia resolvido a enxada.⁷³¹

As práticas e o discurso da civilização agrícola já soam familiares: com base em sólidos conhecimentos científicos em diversas áreas, os alunos aprendiam por exemplo sobre a necessidade da adubação; instrumentos aperfeiçoados de trabalho agrícola eram empregados, sendo alguns deles desenvolvidos no próprio país; as terras haviam sido divididas em pequenas unidades produtivas; pesquisavam-se espécies melhoradas e criavam-se novas variedades por meio da cultura e da seleção. A maior novidade é que todo o trabalho agrícola era feito por máquinas elétricas, que o homem apenas construía e guiava. Concluía-se que a civilização moderna não era corrupta em sua essência, pelo contrário, possuiria todos os meios técnicos e científicos para o desenvolvimento físico e espiritual da humanidade. Bastava para isso controlar seus vícios e aprimorar sua constituição biológica. O que se segue é a defesa de um regime totalitário, em que a

⁷³¹ THEOPHILO, Rodolpho, op. cit. nota 91. p. 63-64.

vida privada era regulamentada pelo Estado, especialmente no tocante ao controle da procriação, para a produção de variedades melhoradas também entre os homens. A fábula de Teófilo possui um tom moralizante tão incômodo como os extremos do grotesco naturalista utilizados pelo mesmo escritor para descrever os efeitos da fome sobre os retirantes nordestinos em *A fome – cenas da seca no Ceará*.

Como observou Francisco Foot Hardman,⁷³² podem ser percebidos inusitados cruzamentos entre vertentes tão aparentemente díspares da produção cultural brasileira pós-1870 quanto a nascente imprensa operária, o discurso modernizador estatal encarnado pela engenharia de obras públicas e a estética da crítica e da literatura em suas diversas formas, do parnasianismo à crônica urbana. O cientificismo progressista do discurso libertário, que justificava o anarquismo e o comunismo como a possibilidade de criação de uma sociedade completamente *racional*, não se distanciava, do ponto de vista prático, do discurso modernizador das elites rurais, ainda que suas vinculações de classe e os processos políticos defendidos pudessem ser virtualmente opostos. O que importa reter é que, para além das diferenças entre ideologias e posições sociais, os autores preocupados em reformar a sociedade e tão interessados na força regeneradora do trabalho aperfeiçoado no campo tinham absoluta confiança no poder da técnica e da ciência como meios de conferir ao homem controle sobre as forças da natureza, tal como preconizado pelo projeto de Bacon concebido no século XVII, e que o conduziu em direção a uma escrita que acabou também por se tornar utópica ao imaginar uma *Nova Atlântida*. Assim também no Brasil do início do século XX, Rodolfo Teófilo criou o reino de *Kiato*, Veiga Miranda a *sociedade dos bastardos*,

⁷³² HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305.

Curvelo de Mendonça a usina *Jerusalém*, Júlia Lopes de Almeida o sítio *Ressurreição*. Como sugeriu Veiga Miranda, para estes visionários muitos séculos pareciam haver transcorrido desde os tempos da escravidão. Por outro lado, para além desta utópica civilização agrícola baseada na manipulação, controle e adaptação dos elementos da natureza às exigências de eficiência, racionalidade e produtividade, a modernização das relações da sociedade brasileira com seu meio físico dependia também da ampliação da presença do homem civilizado no território e da transformação das condições naturais para possibilitar a expansão das forças produtivas no Brasil.

Desbravar esses sertões, torná-los produtivos, submetê-los à nossa atividade, aproximá-los de nós, ligar os extremos por eles interceptados, aproveitar a sua feracidade e as suas riquezas, estender até os mais recônditos confins dessa terra enorme, a ação civilizadora do homem – eis a elevada meta de uma política sadia e diligente.

Cândido Mariano da Silva Rondon, Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra, 1916

Desbravar os sertões incultos significava vencer o deserto. Como demonstrou Kern,⁷³³ a recorrência da idéia de *espaço vazio* na cultura ocidental, nas últimas décadas século XIX, estava relacionada à percepção da virtualidade de seu esgotamento, com a progressiva dilatação das fronteiras relacionada ao poderio imperial e à expansão do povoamento do Novo Mundo. O espaço aberto exercia enorme força de atração como instância de conquista, liberdade e constituição identitária, como no caso da literatura

⁷³³ KERN, Stephen. *The culture of time and space – 1880-1918*. Cambridge: Harvard University, 1983. p. 165-166.

sobre o império e sua obsessão por novas terras, por lugares ilimitados, e como no desenvolvimento pela historiografia norte-americana do conceito de *frontier*, na obra de Frederick Jackson Turner. Ao mesmo tempo, o imaginário do vazio exalava solidão, horror e ameaça, no momento da emergência de um novo sentido de distância, conferido pela difusão das tecnologias de transporte e de comunicação, pelas novas linhas de penetração em territórios até então desconhecidos, pela aproximação sem precedentes entre povos distintos⁷³⁴. Um dos trechos mais destacados pela crítica no momento em que foram publicadas as *Impressões da Comissão Rondon*,⁷³⁵ escritas pelo Major Amílcar Botelho de Magalhães, falava justamente do impacto do deserto no espírito do homem civilizado, e demonstrava a urgência de vencê-lo:

(...) *No desertão – segundo se exprime o General Rondon – de Mato Grosso, as esperanças do convívio humano saltam grandes distâncias...*

Acabrunhadora noção do ermo! Ter a certeza de que ninguém poderá ouvir um grito de socorro ou uma descarga de Winchester; sentir-se a gente como isolado do mundo, sem ter com quem trocar uma idéia, sem ver ninguém; servir-se a si mesmo em tudo de que precisa para viver; contar consigo unicamente para sua defesa; sentir como que o peso da solidão, no silêncio da floresta... são coisas que jamais entraram nas cogitações de

⁷³⁴ Uma das mais poderosas representações do impacto do ambiente selvagem sobre a mente civilizada que, ao ingressar no espaço *pleno* da floresta – equivalente ao espaço *vazio* do deserto –, alienava-se da realidade, das noções do tempo e do espaço, foi produzida por Joseph Conrad, em sua radical incursão pelos confins da racionalidade na aventura do imperialismo europeu em meio à selva africana:

Subir aquele rio era como viajar no tempo de volta aos primórdios do mundo, quando a vegetação, desordenadamente profusa, tomava conta da terra, e as grandes árvores reinavam sobre tudo. Um rio vazio, um grande silêncio, uma selva impenetrável. O ar era quente, denso, pesado, indolente. Não havia encanto no brilho do sol. Os longos trechos do rio corriam, desertos, para dentro de sombrias distâncias. Nas margens de areia prateada, hipopótamos e jacarés tomavam sol lado a lado. As águas alargavam-se, fluindo através de um conjunto de ilhas cobertas de mato; você perderia a direção naquele rio como num deserto, e passaria o dia inteiro batendo em bancos de areia, tentando encontrar o canal, até acreditar que havia sido enfeitiçado e separado para sempre de tudo que uma vez conhecera... em algum lugar distante... talvez em outra existência.

CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Tradução Albino Poli Jr.. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 70-71. 1. ed. 1902.

⁷³⁵ A quinta edição da obra, publicada pela *Coleção Brasileira* em 1942 encerra-se com alguns elogiosos artigos jornalísticos escritos à época da primeira edição, que apresentavam a obra ao público, e que louvavam seu empenho de difundir as experiências da Comissão Rondon. MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 427-440. 1. ed. 1921.

*quem pela vez primeira assim se encontra, são sensações que se não descrevem e de que só se faz nítida idéia quando por tal situação passamos.*⁷³⁶

A epopéia da Comissão Rondon em sua guerra contra o deserto foi certamente o episódio mais heróico do processo de criação de uma infra-estrutura técnica nas áreas de comunicação e transporte, iniciado nas três últimas décadas do século XIX, a partir do desenvolvimento de uma rede ferroviária e telegráfica, da renovação do sistema portuário e da marinha mercante. Isto proporcionou a ativação dos intercâmbios internacionais do Brasil e sua articulação aos grandes centros do capitalismo mundial, ao mesmo tempo em que interligou através de um sistema de comunicação rápido e eficiente o núcleo mais dinâmico do país às regiões produtoras e às áreas mais remotas do território. As proporções desta empreitada, ainda que modestas se comparadas à extensão da rede telegráfica européia e norte-americana, atingiam um espaço geograficamente bastante amplo e implicavam no enfrentamento de regiões desertas e até então escassamente exploradas. A partir do final do século XIX, o Estado brasileiro estabeleceu uma política de integração territorial visando sobretudo incorporar ao centro político do país as regiões da fronteira ocidental e o extremo norte do país, o que implicava na produção de um conhecimento geográfico inédito sobre as regiões amazônica e centro-oeste, e o estabelecimento preciso das fronteiras nacionais, criando condições para o controle geopolítico de uma extensão considerável do território, que englobava os estados do Mato Grosso, Pará, Amazonas e Acre⁷³⁷. A política de

⁷³⁶ MAGALHÃES, Amílcar Botelho de, op. cit. nota 96, p. 32-33.

⁷³⁷ Os esforços de interligação técnica e institucional dessas regiões ao centro político começaram ainda no Império, com a criação da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, em 1888, que buscava articular o oeste do país à rede telegráfica estabelecida no litoral e que pela primeira vez levou o telégrafo ao estado do Mato Grosso, encerrando seus serviços em 1898. ARAÚJO, Hermes Reis de. *D'une nature à l'autre: technique, construction de l'espace et transformation sociale. Brésil, 1850-1910*. 1997. Tese (Doutorado) – Paris, Université de Paris VII, 1997. p. 44-50.

unificação do território por meio da expansão da rede telegráfica foi intensificada com a instituição da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, em 1900, que ficou conhecida pelo nome de seu comandante⁷³⁸, ou, significativamente, como *Missão Rondon*.

Entretanto, as conferências proferidas por ele e as obras escritas na época sobre os trabalhos realizados tratavam dos trabalhos de construção da rede telegráfica como um tema quase incidental. O que sobressaía, de fato, era a busca do conhecimento e a avaliação das condições de colonização, povoamento e utilização econômica do território. Além do muito citado trecho sobre a angústia do deserto, outro aspecto da obra do Major Amílcar Magalhães destacado pela crítica na época de seu lançamento era o prefácio redigido por Coelho Neto, que apesar de comumente repreendido pelos excessos de sua escrita artística, e por vezes mística, era um escritor profundamente interessado e constantemente convocado quando as grandes questões nacionais estavam em discussão: a luta do homem contra o meio, a memória do mundo rural em dissolução, a modernização do campo, os espaços de natureza selvagem no território e no imaginário nacional. Coelho Neto estabeleceu uma comparação que parece realmente irresistível para quem leu a *Retirada da Laguna* e reconheceu nos textos da

⁷³⁸ Rondon ingressou nos trabalhos de construção da rede telegráfica em 1890, podendo sua atuação ser definida em cinco etapas. A primeira, de 1890 a 1898, estendeu a rede até Cuiabá, estabelecendo também suas condições de conservação e de melhoramento. A segunda etapa, entre 1900 e 1904, levou a linha telegráfica de Cuiabá a Corumbá, daí para Aquidauana e Forte de Coimbra, no estado do Mato Grosso. Entre 1905 e 1906, a rede atingiu as fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, no sul daquele estado, e interligou Cuiabá a Livramento, Poconé e Cáceres. Entre 1907 e 1915 a linha chegou ao Amazonas, ligando Cuiabá a Santo Antônio do Madeira e, finalmente, entre 1915 e 1919, concentrou-se nos trabalhos exploratórios de uma vasta região compreendida entre o Mato Grosso e a região amazônica. MAGALHÃES, Amílcar Botelho de, op. cit. nota 96, p. 367-368.

Comissão Rondon os mesmos topônimos, a mesmas hostilidades naturais e os mesmos desafios a serem enfrentados⁷³⁹.

Aí vão eles domando a natureza que se defende agressivamente com seus prodígios, decifrando arcanos que desabrocham em maravilhas e, onde passam e acampam em volta da bandeira, içada em tronco linheiro, ainda sangrando seiva, deixam, em rastros de amor e de fecundidade, as nações bárbaras, as mais adversas, docilmente conciliadas e lavouras medrando. A obra de V. S., cheia de heroísmo aventuroso, que tanto nos seduz na Odisséia, contrasta com a de Taunay. Uma é a epopéia lúgubre da retirada, o recuo heróico por entre insídias conjuradas: desde as traças cruéis do inimigo até as aperturas da fome e da sede; a bala e o incêndio e, logo adiante o tremedal, a peste, as intempéries e o ínvio dos caminhos. Outra é a avançada sem roteiro, é a investida no “deserto”, assaltos de selvagens, revoltas da própria gente da expedição conluída para o morticínio e roubo, passos quase intransitáveis, feras e doenças, fadigas e temporais e adiante, em horizonte impérvio, como de bronze – o mistério. Tanto na obra de Taunay como na de V. S. o que ressalta e as iguala é a energia da Alma brasileira servindo, a um tempo, como a Providência socorreu Israel no êxodo, de nuvem e de coluna de fogo; ora resignação, ora audácia, ambas saídas do mesmo sentimento augusto: o Patriotismo.⁷⁴⁰

O sentido atribuído a cada uma destas duas incursões no território mato-grossense – ainda que ambas possam ser definidas por igual devoção patriótica – é, portanto, diametralmente oposto – a *retirada* e a *avançada*. Enquanto a *Retirada da Laguna* apresentava uma natureza hostil que parecia conspirar misteriosamente contra os desígnios humanos, defendendo-se agressivamente da invasão sofrida e deixando no ar o sentimento do inexorável e da fatalidade, os trabalhos escritos sobre a Comissão Rondon enfatizam o enfrentamento dessas condições hostis, as soluções adotadas para

⁷³⁹ Entre eles, destacam-se: os efeitos da queimada nos campos secos de macega, eloqüentemente descritos pelo próprio Rondon como um espetáculo de grandiosidade ímpar, terrível e maravilhoso; o calor sufocante durante o dia; as chuvas torrenciais; a dificuldade do transporte de víveres e a fome conseqüente; a sede e a secura; o impaludismo dos pantanais insalubres; a dificuldade de avançar nos campos fechados de espinheiros. COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS DE MATO GROSSO AO AMAZONAS, *Relatório apresentado á Diretoria Geral dos Telegraphos e á Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra pelo General Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1915, v. 1. p. 92-96.

⁷⁴⁰ COELHO NETO. Prefácio. In: MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 19-20. 1. ed. 1921.

vencer os obstáculos e os trabalhos para a expansão da presença humana naquele território. Coelho Neto ressaltou duas consequências imediatas deste esforço: a pacificação das populações indígenas com a decorrente possibilidade de sua incorporação à vida nacional, e o progresso das lavouras, sinônimo de ocupação sedentária e efetiva do território. Como o escritor ressaltou, tanto a *retirada* quanto a *avançada* implicaram em terríveis esforços⁷⁴¹, mas enquanto a primeira foi descrita como uma manifestação dos terrores da natureza selvagem, a segunda era uma aventura heróica e bem-sucedida de desbravamento. Para seu comandante⁷⁴², engenheiro militar e positivista ortodoxo, fazia-se mister quebrar *o encanto dos sertões*⁷⁴³.

⁷⁴¹ A *resistência da natureza* contra a invasão da força civilizadora tornou-se um tema central na literatura sobre a Comissão Rondon. Não apenas a construção da linha tinha que enfrentar a barbárie natural, como sua manutenção exigia uma ação sistemática e ininterrupta. Similarmente, Alberto Rangel deixou uma bela página sobre as dificuldades de conservação dos cabos subfluviais instalados por uma companhia inglesa no início do século XX no Amazonas, para atender às demandas do comércio da borracha:

Tomando por acintoso esse trabalho civilizador dos beefs, o rio jurou vingar-se da tência que lhe introduziram no intestino; e, por Deus! nem um momento fraqueja na decisão, pois não a poupa, incomodado por senti-la hospedada nas suas vasas espessas, descarrega-lhes as massas trovejantes das “terras caídas” e o aríete de madeiros vogantes, desmesurados... Não há insídia, que não lhe arme, nem golpe que não lhe desfeche o tirano, melindrado porque o vilão se introduzira nos fidalgos domínios reservados...

RANGEL, Alberto. *Sombras n'água: vida e paisagens no Brasil equatorial*. Leipzig: Brockhaus, 1913. p. 191-192.

⁷⁴² Ao aceitar o convite do presidente Afonso Pena para a chefiar a comissão que estenderia as linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, Rondon abriu mão de duas outras propostas, também relacionadas à gestão territorial e à aceleração do fluxo de transporte e comunicação no Brasil: a realização de estudos exploratórios necessários ao prolongamento da ferrovia Noroeste do Brasil e a construção do porto de Corumbá. MISSÃO RONDON. *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de linhas telegraphicas de Matto Grosso ao Amazonas sob a direcção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon: de 1907 a 1915*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916. p. 62.

⁷⁴³ COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS, op. cit. nota 100, v. 1, p. 7. Rondon e Taunay, em suas andanças pelo Brasil central, foram também dois observadores da decadência de Vila Bela (cidade do Mato Grosso). Enquanto Taunay lançava um olhar romântico e melancólico sobre a fantasmagórica cidade-ruína dos tempos coloniais, Rondon se deixou *arrastar por pensamentos de ressurgimento, de glórias futuras*, que seriam concretizados quando meios modernos de comunicação restabelecessem sua atividade e possibilitassem a exploração de seus recursos naturais abundantes (MISSÃO RONDON, op. cit. nota 103, p. 70).

Os trabalhos da Comissão atendiam, como acentuou Maciel,⁷⁴⁴ ao propósito de *oficialização* da comunicação por telégrafo, de forma a estabelecer nitidamente sua distinção em relação às iniciativas particulares de companhias ferroviárias, empresas estrangeiras e nacionais, que disputavam a exploração deste meio. As linhas instaladas pelo Estado atenderiam, assim, a um propósito nacionalista de ampliação do alcance do poder público sobre a totalidade do território. As ambições da Comissão eram por outro lado bem maiores que a construção e manutenção de linhas telegráficas. A instalação das linhas seria o primeiro passo para a exploração e o povoamento do território: *Desbravar esses sertões, torná-los produtivos, submetê-los à nossa atividade, aproximá-los de nós, ligar os extremos por eles interceptados, aproveitar a sua feracidade e as suas riquezas, estender até os mais recônditos confins dessa terra enorme, a ação civilizadora do homem – eis a elevada meta de uma política sadia e diligente (...).*⁷⁴⁵

. Esperava-se abrir o território à colonização, e franquear seu acesso, garantindo meios de transporte e comunicação permanente, e identificando suas potenciais fontes de riqueza. Ao contrário de expedições anteriores, que estudaram a natureza e o território mas não trataram de incorporá-los à vida nacional, pretendia-se realizar *a tomada de posse do sertão e promover a ocupação do território explorado ou o aproveitamento das riquezas nele descobertas.*⁷⁴⁶ Paralelamente aos trabalhos da linha telegráfica, foram construídas estradas de rodagem que ligavam por terra os pontos atingidos pelo serviço de telégrafos, e que estabeleciam a comunicação entre estes

⁷⁴⁴ MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. 1997. Tese (Doutorado) – São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1997. p. 47.

⁷⁴⁵ COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS, op. cit. nota 100, v. 1. p. 6-7.

⁷⁴⁶ MISSÃO RONDON, op. cit. nota 103, p. 24-25.

pontos com portos fluviais e cidades, no sentido de possibilitar o transporte de gêneros necessários ao abastecimento e a conservação das estações telegráficas. Acreditava-se que a própria necessidade de manutenção da rede criaria um movimento colonizador inédito no interior do Mato Grosso e no Amazonas. Uma das preocupações de Rondon era garantir, em virtude das imensas distâncias em relação aos centros produtores, a autonomia das estações. Em cada uma delas, ele incentivou o estabelecimento de atividades agrícolas e pastoris que reduzissem ao mínimo as necessidades de importação de víveres: *hoje, todas as estações, a partir de Parecis para o Madeira, estão providas de grandes plantações de cereais, cana, banana, mandioca, cará, batata, araruta, ananás, verduras e legumes diversos, possuindo também vacas de leite, porcos, cabras, carneiros, patos, galinhas e pombos em abundância.*⁷⁴⁷ O comércio ambulante viria completar o desenvolvimento desses núcleos populacionais embrionários, auxiliado pelas estradas de rodagem construídas paralelamente à linha telegráfica – nomeada por Rondon *sonda do progresso* e pelos indígenas bororós do Mato Grosso *língua de Mariano*. Futuramente, ele imaginava, as estradas de ferro viriam em busca desses novos centros de prosperidade agrícola. A partir de estações telegráficas construídas pela Comissão, ele imaginou o florescimento de *duas belas cidades nos confins ocidentais do planalto mato-grossense*: Vilhena e José Bonifácio, localizadas em uma região tida como a mais privilegiada do estado, o noroeste. A garantia da manutenção das estações através do incitamento da atividade produtiva em seus entornos tinha, portanto, o objetivo bem mais pretensioso de constituir núcleos de povoamento e de colonização em regiões até então desertas.

⁷⁴⁷ COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS, op. cit. nota 100, v. 3, p. 33.

Na visão de Rondon, os trabalhos da Comissão trariam uma onda de melhoramento nos sertões percorridos: a abertura de vias de acesso, a atividade produtiva ligada às estações telegráficas e a exploração científica do território, somadas à ampla disponibilidade de recursos naturais a serem aproveitados, trariam o povoamento, que promoveria a indústria agrícola e pastoril, que por sua vez estimularia a construção de ferrovias, que dinamizariam a circulação de recursos humanos e materiais. Apesar de definir esse progresso como uma consequência natural do incremento das atividades produtivas em torno das estações telegráficas, do melhor acesso e conhecimento da região, Rondon chegou a propor que o governo estimulasse francamente o povoamento, concedendo gratuitamente terras a todos os interessados em estabelecer atividade agrícola, e conferindo privilégios para exploração das regiões de seringais.⁷⁴⁸ Relatando uma expedição científica e exploratória que realizou na Amazônia conjuntamente com o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt⁷⁴⁹, Rondon se pôs a enumerar os recursos naturais com que contava a região: as terras férteis que seriam adequadas a todos os tipos de cultura, as amplas possibilidades do transporte fluvial, a força hidráulica praticamente sem limites que poderia ser utilizada para mover fábricas e locomotivas elétricas, a facilidade de implantar trilhos em seus

⁷⁴⁸ COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS, op. cit. nota 100, v. 1, p. 339.

⁷⁴⁹ Roosevelt tinha como objetivo principal de sua viagem à Amazônia enriquecer as coleções do Museu de História Natural, de Nova York, com amostras de espécies animais características da região, que o Museu até então não possuía. Grande parte da expedição foi, portanto, consumida em caçadas. Ainda assim, a Expedição Científica Roosevelt-Rondon fez algumas incursões dedicadas a determinar alguns aspectos incertos da geografia da região, como o curso e a embocadura de um rio que havia sido provisoriamente chamado Rio da Dúvida, e que daí em diante ganhou o nome de Rio Roosevelt. ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil*. Tradução Luiz Guimarães Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 1. ed. 1914.

campos planos, possibilitando o amplo intercâmbio entre a Amazônia, destinada a ser uma grande produtora agrícola e industrial, e as demais regiões do Brasil e do mundo⁷⁵⁰.

A abertura para a colonização e o povoamento de uma ampla região do território brasileiro até então deserta dependia também da elaboração de um conhecimento científico sistematizado a seu respeito. Explorar cientificamente o território e incorporá-lo ao mundo civilizado eram definidos como dois aspectos da mesma proposta. Os relatórios da comissão Rondon dão grande ênfase aos estudos de história natural realizados no seu âmbito, e que deram origem a diversas publicações que compreendiam trabalhos relativos a áreas como botânica, mineralogia, lingüística indígena, zoologia, geologia, águas termais, topografia, serviço astronômico, etnografia⁷⁵¹, e determinação de coordenadas geográficas. A Comissão dedicou-se também a um trabalho de reconhecimento geral de rios e acidentes geográficos, o que conduziu à retificação dos mapas existentes e à elaboração da carta geográfica do estado do Mato Grosso, que até então definia uma grande extensão de sua terra como *desconhecida*.⁷⁵² Ao lado da identificação das regiões mais propícias à implantação de atividades agrícolas e pastoris, Rondon demonstrou, em seus discursos e relatórios, um particular interesse pela identificação de recursos minerais disponíveis, chegando a contratar os serviços de um engenheiro de minas para identificar a existência de minas

⁷⁵⁰ RONDON, Candido Mariano da Silva. *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 no teatro Phenix do Rio de Janeiro sobre trabalhos da expedição. Roosevelt e da Comissão Telegraphica*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916.

⁷⁵¹ Neste ramo de conhecimento, a obra mais célebre a ser citada é *Rondônia*, do antropólogo Edgard Roquette Pinto, que acompanhou como naturalista a Comissão Rondon, entre 1907 e 1908. Em 1912, ele percorreu, em pesquisa do Museu Nacional, uma extensa região compreendida entre os rios Juruena e Madeira e cortada pela estrada de rodagem denominada Estrada Rondon. O trabalho da Comissão Telegráfica, tanto no sentido da abertura de vias de acesso, de exploração geográfica da região e de estabelecimento de contatos pacíficos com indígenas, foi reconhecido como a base para o estudo de Roquette Pinto sobre as tribos parecis e nhambiquaras. PINTO, Edgar Roquette. *Rondonia*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 1. ed. 1917.

⁷⁵² MAGALHÃES, Amílcar Botelho de, op. cit. nota 96, p. 370-383.

de ouro numa região da Amazônia dotada segundo ele também de jazidas de mercúrio e diamantes.⁷⁵³

No conjunto de seus esforços para a colonização do deserto, a Comissão chegou a fundar, em localidade próxima à serra do Norte, uma fazenda que, a princípio modesta, estava destinada a *dentro de poucos anos, abastecer de cereais e de gado todo este noroeste, até o Acre e o Alto Amazonas*.⁷⁵⁴ Para este, como para todos os seus esforços colonizadores, Rondon contava com a mão-de-obra indígena, algumas vezes empregada em atividades de manutenção das linhas telegráficas. Os índios estariam em grande parte aptos, na visão do explorador, a se tornarem, em um futuro breve, *campeiros e lavradores*, tornando-se úteis para a economia do país.⁷⁵⁵ A *aliança futura com as nações indígenas* era tida como um poderoso instrumento de promoção do progresso, juntamente com a reabilitação do trabalhador nacional mestiço, por meio do trabalho disciplinado no campo. Rondon chegou a propor que o recém-criado Serviço de Proteção aos Índios, instituído sob o estímulo das atividades de pacificação que a Comissão vinha desenvolvendo, englobasse também as populações sertanejas brasileiras, por meio da criação de estabelecimentos agrícolas similares às colônias fundadas para os imigrantes estrangeiros. Estes núcleos rurais não seriam primordialmente voltados para a obtenção de resultados econômicos, mas sobretudo *ao melhoramento da situação moral e mental dos habitantes do nosso abandonado interior, ao aperfeiçoamento dos seus meios de trabalho e à implantação de hábitos duma sociabilidade larga e sadia*⁷⁵⁶. No projeto modernizador e civilizador incorporado

⁷⁵³ MISSÃO RONDON, op. cit. nota 103, p. 179-181.

⁷⁵⁴ MISSÃO RONDON, op. cit. nota 103, p. 161.

⁷⁵⁵ RONDON, Candido Mariano da Silva, op. cit. nota 111, p. 172.

⁷⁵⁶ MISSÃO RONDON, op. cit. nota 103, p. 234-235.

pela Comissão Rondon, deveriam ser levados em conta todos os espaços do território nacional, e todos os homens nele ainda dispersos.

Jeca forte, Jeca sábio, eu conheço muitos, porém só ousou apresentar o general Rondon, escreveu Luís da Câmara Cascudo em uma nota sobre a personagem de Monteiro Lobato e as paródias rehabilitadoras⁷⁵⁷ que surgiram com a polêmica em torno do sucesso de *Urupês*.⁷⁵⁸ O termo *jeca* confunde-se aqui com caboclo e sertanejo, em referência à origem mestiça e rural de Rondon, descendente de índios e nascido em um lugarejo próximo a Cuiabá. Ao criar o Jeca Tatu como uma amargurada vingança contra o caboclo incendiário que arruinava a natureza e contribuía para o malogro de sua experiência como fazendeiro, o discurso de Monteiro Lobato assumia um tom determinista e fatalista que, ainda que não explicitamente, ecoava as condenações darwinistas contra as raças mestiçadas, tão difundidas entre a intelectualidade brasileira da época. Já em *Urupês*, Monteiro Lobato expressava sua admiração por Rondon, contrapondo seu trabalho de exploração e conhecimento efetivo dos sertões com a fabulação literária do homem primitivo que, segundo ele, deu origem ao indianismo romântico e posteriormente ao sertanismo que idealizava o viver bucólico do campo: *Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e*

⁷⁵⁷ Dentre elas, são as mais notáveis o intrépido *Mané Xiquexique*, criado por Ildefonso Albano e o *Jeca Leão* de Rocha Pombo. Posteriormente surgiram ainda o *Jeca Bravo*, curado pela higiene e pela eugenia, segundo o médico Renato Kehl. Duas outras encarnações do Jeca saíam da pena de Monteiro Lobato: dez anos depois do original, surgia o *Jeca Tatuzinho*, olhar afetivo do escritor frente ao caboclo doente, que circulava em almanaques dos produtos farmacêuticos Fontoura promovendo remédios contra a verminose e a anemia. Já o *Zé Brasil* surgiria em 1947, em crítica contra o latifúndio e o conservantismo agrário brasileiro. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj/Ucam, 1999, p. 140. LAJOLO, Marisa. Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 101-105.

⁷⁵⁸ CASCUDO, Luiz da Câmara. A humanidade de Géca Tatú. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 57, p. 84-85, set. 1920.

a *Iracema* aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho⁷⁵⁹. Para Lobato, Rondon simbolizava também a superioridade da atividade prática, técnica e científica sobre o bacharelismo que combatia tão arduamente como um dos maiores males que afligiam a nacionalidade.

O impacto do Jeca Tatu criado por Lobato sobre a intelectualidade brasileira foi notável⁷⁶⁰: muitos encontravam verdades nas palavras do escritor, mas o texto lançava sobre grande parte da população brasileira uma condenação inexorável, e parecia demonstrar a inviabilidade do progresso no Brasil. Alguns anos depois, contudo, Monteiro Lobato viria a público pedir desculpas ao Jeca. A reabilitação do homem rural brasileiro pregada pelo escritor encontrou seus fundamentos na medicina higienista⁷⁶¹ brasileira, que lograva naquele momento identificar alguns dos principais agentes patológicos que medravam nos sertões brasileiros. Com a engenharia de um lado, e a medicina de outro, a intelectualidade do país passava a buscar soluções e a endossar

⁷⁵⁹ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 145. 1. ed. 1918. A dita *epopéia da Comissão Rondon* encontrou contudo muitas críticas na época, expressas principalmente pelo *Jornal do Comércio*, a partir de 1911. Questionavam-se sua efetiva necessidade, as vantagens realmente auferidas, os custos crescentes da construção e sua eminente superação técnica pela radiotelegrafia. De fato, quando encerrados os trabalhos da Comissão, a linha já era tecnicamente obsoleta. MACIEL, Laura Antunes, op. cit. nota 105, p. 114. Nada que afetasse o propósito colonizador e civilizador do qual ela se acreditava imbuída, nem o valor simbólico, patriótico, que despertava o entusiasmo de Monteiro Lobato.

⁷⁶⁰ Um fato que muito contribuiu para isso foi a palestra proferida por Rui Barbosa em março de 1919 no Rio de Janeiro, na qual o então candidato à presidência expressava sua admiração por Lobato e referia-se à sua obra para criticar a exploração do trabalhador, a corrupção política e o mandonismo local no Brasil, tidas por ele como verdadeiros determinantes da *questão social* no Brasil. O impacto do discurso de Rui Barbosa esgotou a terceira edição de *Urupês* e serviu de impulso à publicação da quarta. BARBOSA, Ruy. A questão social e política no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. 10, n. 40, p. 381-241. abr. 1919. AZEVEDO, Carmem Lúcia de, CAMARGOS, Márcia Mascarenhas de Rezende, SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. ed compacta. São Paulo: Senac, 2000.

⁷⁶¹ Segundo Lugenbuhl, a partir do início do século XIX europeu, o higienismo começou a organizar-se de forma mais definida, dissociando-se da abordagem estética da natureza, a partir da adoção de práticas de saneamento urbano, do equipamento das cidades, do abastecimento de água e criação de rede de esgotos, e da pesquisa científica das fontes de doenças e de epidemias. LUGENBUHL, Yves. Nature, paysage, environnement, obscurs objets du désir de totalité. In: ROBIC, Marie-Claire (Org.). *Du milieu à l'environnement: pratiques et représentations du rapport homme/nature depuis la Renaissance*. Paris: Economica, 1992. p. 14-68. O higienismo constantemente extrapolou o estudo e o combate das doenças ao apresentar propostas de reorganização da sociedade, sobre a qual procurou exercer uma ação normatizadora. HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 1998.

projetos redentores, vencendo o fatalismo geográfico e racial que para muitos obstava o progresso e a modernização da sociedade brasileira. A medicina higienista vinha, desde o final da primeira década do século XX, tratando mais intensamente das grandes questões nacionais.⁷⁶² O marco da difusão deste conhecimento entre a elite brasileira foi a publicação, em 1917, de um conjunto de artigos escritos por Belisário Penna que expunham a problemática da saúde pública no Brasil e propunham uma ampla campanha de saneamento dos sertões. Estes artigos do *Correio da Manhã* foram no ano seguinte reunidos no livro *O saneamento do Brasil*,⁷⁶³ que chegaria a Monteiro Lobato e o levaria a rever sua posição a respeito do caipira brasileiro: de cético e desesperançado fazendeiro a entusiasta do movimento de redenção dos sertões pela medicina.

O *Problema Vital*, livro em que Lobato se empenhou em divulgar a campanha sanitaria, foi também composto por artigos inicialmente publicados na imprensa, em 1918. Sua epigrafe é breve e eloquente a respeito da superação do fatalismo: *O Jeca não é assim; está assim*.⁷⁶⁴ Acreditando que o primeiro passo para a cura era a conscientização a respeito do estado patológico em que tombava grande parte da população brasileira, o escritor se empenhou em reunir informações científicas e apresentá-las de forma clara, descrevendo os agentes patológicos e os transmissores, os modos de contágio, as condições ambientais favoráveis à propagação das doenças, estatísticas a respeito do número de atingidos pelas moléstias mais comuns e os efeitos no organismo dos doentes. Estes correspondiam, de maneira geral, ao abatimento, à preguiça, à fraqueza, à indiferença, à idiotia que o escritor descrevera no Jeca Tatu.

Buscando demonstrar que uma grande campanha higiênica no meio rural brasileiro era

⁷⁶² LIMA, Nísia Trindade, op. cit. nota 118.

⁷⁶³ PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918.

⁷⁶⁴ LOBATO, Monteiro. *Problema Vital. Obras completas de Monteiro Lobato*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1951. V. 8. p. 221. 1. ed. 1918.

factível, para cada um dos males descritos Lobato apresentou também sua profilaxia e as condições de sua prevenção, descritas como medidas simples e relativamente pouco onerosas. O texto de Lobato foi permeado de metáforas políticas, que associavam o parasitismo dos agentes patológicos que atacavam a população rural à força opressora das classes políticas e dos mandatários locais, e ao bacharelismo que, sem propor soluções efetivas, consumia-se em discussões estéreis e alienadas da realidade nacional. Para finalizar, o escritor utilizou o exemplo de uma obra redentora confluyente com as descritas pela literatura utópica em sua ideal relação homem-técnica: um grupo de frades franceses instalara-se numa pequena localidade no interior de São Paulo, e não podendo contar com a mão-de-obra imigrante para a implantação de seu projeto agrícola – a *Trappa Maristella* –, resolveu empregar trabalhadores nativos; antes disso, curaram-nos na medida de suas possibilidades, deram a eles alimentação nutritiva e abundante e os instalaram em casas higiênicas e salubres.

Resultado: uma ressurreição.

Das carcaças opiladas onde morrinhava a indolência do pobre Jeca Tatu, saiu, pelo equilíbrio alimentar, um homem resistente; pela cura das mazelas, um homem ativo; pela noção do relativo conforto, um homem sedentário, que “parava” na fazenda e criava amor à faina agrícola.

As faculdades cerebrais beneficiando-se logo com os reflexos da saúde, foi possível ensinar-lhes as mil coisas necessárias a um bom operário; foi possível discipliná-los; foi possível adaptá-los ao maquinário agrícola.

*Breve, graças à inteligência da solução dada ao problema, pôde a Trappa movimentar toda a sua enorme exploração arrozeira, a mais aperfeiçoada que existe no estado, fazendo funcionar as mais modernas máquinas de lavrar, plantar, ceifar. Como resultado surgiu logo uma produção de 15 a 20 mil sacas de arroz, extraídas de uma terra que vivia a monte, por meio de músculos definitivamente classificados pela opinião geral como equivalentes a zero.*⁷⁶⁵

⁷⁶⁵ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 125, p. 283-284.

Na falta de saúde da população estava identificada a origem dos grandes males econômicos e sociais do Brasil e a mais séria ameaça à soberania do país: *Por instinto de conservação é força que o bacharel – **Triatoma bacalaureatus** – entregue o cetro da governança ao higienista, para que este, aliado ao engenheiro, consertem a máquina brasílica, desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubim.*⁷⁶⁶ Como a medicina curaria os homens e os tornaria ativos produtores, a engenharia haveria de superar os males do território – suas condições geográficas, suas distâncias, a barbárie da natureza selvagem – e transformar os elementos naturais em fontes de riqueza. A instalação de linhas telegráficas nos mais remotos desertos brasileiros fez parte de um projeto modernizador que visava inserir as terras distantes no movimento de aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e circulação de bens e informações, estabelecendo ao mesmo tempo o controle político sobre a totalidade do território. No discurso da Missão Rondon, essa obra acabou por se traduzir logicamente num esforço de colonização do território e produção de riquezas, de acordo com padrões atualizados de eficiência fundamentados por um conhecimento científico consolidado sobre suas condições naturais – que em última instância podia então ser definido como um trabalho de levantamento de recursos disponíveis. Esta perspectiva criada pela engenharia traçaria planos ainda mais ambiciosos para o Brasil.

O louco desta espécie não olha para um deserto, sem pensar logo nos trilhos de ferro em paralelas quiméricas pelo sertão afora. Cada extensão dos vales férteis é um paraíso provável da colonização próspera, que ele tem obrigação de promover. Uma cachoeira que se

⁷⁶⁶ LOBATO, Monteiro, op. cit. nota 125, p. 245.

despenha é a projeção de uma força aproveitável para mover e iluminar. A impressão destas paisagens dilata-lhe a pupila num sonho epilético.

Augusto de Lima, O turbilhão, 1906

Os efeitos desta ânsia de modernização que atingia a intelectualidade brasileira nas últimas décadas do século XIX e início do século XX foram o tema da palestra humorística *O turbilhão*, proferida por Augusto de Lima em Belo Horizonte, no ano de 1906. Na definição do escritor, o Brasil via-se atacado por uma verdadeira febre epidêmica que medrava espantosamente no país: *são seus sintomas principais a impaciência pela realização de um ideal; a acumulação imoderada de meios, simultaneamente empregados para realizar; a convicção de que é necessário antecipar, modificar, às vezes ab-rogar as leis naturais, vencer a própria contingência e forçar as portas do futuro.*⁷⁶⁷ Segundo ele, essa loucura coletiva caracterizada pela busca da ruptura dos limites do espaço e do tempo atingia a humanidade de quando em quando, e escrever sua história representaria resumir os fatos mais importantes do progresso da humanidade. Desde que moderada, essa febre seria salutar, mas no limite poderia conduzir ao aniquilamento à medida que as forças da natureza e as divindades revoltavam-se contra a aceleração forçada do ritmo essencial das coisas – vide Prometeu e sua exemplar punição pela conquista do fogo, a confusão das línguas na Torre de Babel e a morte de Ícaro pelo seu desejo de voar. Na visão do conferencista, sob a combustão dos trópicos, e na instabilidade de suas raças, o Brasil possuía uma tendência natural a deixar-se atingir por esta febre: *somos talvez o povo mais vertiginoso da série de impaciências febris*. Prova disto é que, em apenas três séculos, havia constituído uma nação, e construído uma história que o autor resumiu como a sucessão vertiginosa e

⁷⁶⁷ LIMA, Augusto de. *O turbilhão* [1906]. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro. p. 209-228. abr. 1912. Citação: p. 210.

cinematográfica de arroubos heróicos, decisões precoces, e golpes impensados. Nada mais discrepante em relação ao retrato do brasileiro soturno, triste, inativo, preguiçoso e pobre em atitudes, tão comum entre os defensores da tese de nossa melancolia fundamental. *Fala-se em indolência do povo brasileiro: nada menos exato, e já deixei provado.*⁷⁶⁸ Para Augusto de Lima, *a instabilidade, a impaciência, o atordoamento, a ânsia do ideal* atingiam naquele momento todas as classes brasileiras, mas em particular os estadistas e todos aqueles devotados à promoção do bem público.

*O louco desta espécie não olha para um deserto, sem pensar logo nos trilhos de ferro em paralelas quiméricas pelo sertão afora. Cada extensão dos vales férteis é um paraíso provável da colonização próspera, que ele tem obrigação de promover. Uma cachoeira que se despenha é a projeção de uma força aproveitável para mover e iluminar. A impressão destas paisagens dilata-lhe a pupila num sonho epiléptico.*⁷⁶⁹

Esta vertigem de transformação tinha quase sempre, contudo, na visão do conferencista, um final inglório. O brasileiro era, em sua definição, mais intelectual que industrial, ou seja, mais interessado na velocidade, no brilho e na grandeza das grandes realizações da indústria do que propriamente em sua importância econômica. É que, ansioso por forçar as leis naturais – por exemplo, buscando promover o povoamento dos longínquos sertões antes que as regiões férteis junto ao litoral estivessem devidamente ocupadas – o homem voltado para as questões públicas traçava planos quiméricos que dependiam de corrigir a natureza por meio de obras de engenharia, que no entanto esbarravam na falta de recursos financeiros e acabavam não sendo realizadas. Expandindo-se demais, a mentalidade brasileira não lograva aprofundar-se, em sua contínua busca por novidades que adquiriam valor por si

⁷⁶⁸ LIMA, Augusto de, op. cit. nota 128, p. 222.

⁷⁶⁹ LIMA, Augusto de, op. cit. nota 128, p. 219.

mesmas, numa vida de grandes sonhos e esperanças. Isso, a seu ver, nos condenava à decepção, ao descrédito e ao permanente descontentamento. Afinal, frente à desproporção entre a grandeza dos fins e a escassez dos meios, a vontade de agir enfraquecia, também precocemente. Portanto, era necessário não mais pretender imprimir à vida nacional uma intensidade que ela era incapaz de sustentar, e não alimentar ilusões quanto à possibilidade de submeter as forças da natureza, *tarifar os trovões e organizar tabelas para as estações*. Vivendo sempre à beira do abismo, *corremos do nosso destino, na ilusão de caminharmos para ele!*

E a natureza prossegue impassível. O deserto continua na sua monotonia, quebrada apenas pelo timbre da araponga e, de quando em quando, pela cantilena dos campeiros do sertão. Os vales só sentem a interrupção da sinfonia das aves (só das aves!), pelo machado que derruba e pelo incêndio que devora as suas matas.

As cachoeiras continuam a rolar livres e cantantes pelos releixos das penhas escarpadas.

E passa o período de governo e passam os governos, e cada um desses mártires da abnegação e do sacrifício a esbarrar no penedo implacável, que lhe diz: “Não podes ir adiante!”

*Mas lá vem um dia em que a soma de todas essas vertigens se converte numa força criadora, e a Nação vai caminhando.*⁷⁷⁰

Augusto de Lima traduzia assim o sentimento de urgência e o entusiasmo progressista que atingiam a elite modernizadora brasileira no começo do século XX, sob o estímulo do que Maria Alice Rezende de Carvalho definiu como as *formas prometéticas* de ação sobre o mundo, das quais a engenharia era tanto uma *ferramenta* quanto uma *metáfora*.⁷⁷¹ A vertigem de transfiguração da paisagem de que fala o escritor nos remete ao modelo fáustico de desenvolvimento descrito por Marshall Berman – projetos grandiosos de engenharia voltados principalmente para a produção de energia e

⁷⁷⁰ LIMA, Augusto de, op. cit. nota 128, p. 220.

⁷⁷¹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ/UCAM, 1998. p. 127.

a aceleração do ritmo dos transportes, no sentido do desenvolvimento das forças produtivas em longo prazo e da integração entre homens e regiões. Como observou Berman, este modelo de crescimento chegou a sua plena forma no século XX, assumido por agências voltadas para a realização de grandes obras: usinas, canais, ferrovias, rodovias, pontes, represas, sistemas de irrigação, cidades. Sua expansão abarcou tanto os países capitalistas avançados quanto os países periféricos e os socialistas, ávidos de um crescimento rápido e heróico simbolizado por grandes monumentos da engenharia. No Brasil do início do século XX, ciente das restrições à realização de obras tão grandiosas quanto inviáveis, Augusto de Lima ironizava os visionários do progresso apontando o contraste entre tamanhos vislumbres transformadores, desprovidos de base material e política, e a passividade da natureza que seguia seu ritmo, indiferente às pretensões humanas, ainda que suscetível à sua força destruidora. No contexto brasileiro da época, sua visão era aguçada: a ação transformadora do homem expressava-se o mais das vezes em depredação do patrimônio natural, e não em melhoria da estrutura produtiva do país. Mas o fato é que já naquela época algumas destas pretensões viriam a adquirir expressão concreta – a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, é certamente o melhor exemplo –, e que nas décadas posteriores muitas delas sairiam das mentes visionárias dos engenheiros e alcançariam a realidade.⁷⁷² Entre muitos delírios e alguns acertos, o país certamente caminhava no sentido de sua incorporação ao grande movimento do capitalismo em escala mundial, reconheceu Augusto de Lima. As mentes desvairadas descritas por ele eram certamente a vanguarda intelectual deste movimento.

⁷⁷² HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

Um dos fundamentos intelectuais da modernização no século XIX foi a transformação dos modos tradicionais de gestão do espaço. A paisagem tornou-se uma realidade a ser transformada, seus elementos passaram a ser tidos como materiais a serem utilizados pelo homem, potenciais a serem aproveitados ou óbices a serem vencidos.⁷⁷³ “A Serra do Mar é uma espinha atravessada na garganta do Brasil. Muito o tem incomodado. Antes do mais, cumpre atacar este obstáculo no maior número possível de pontos, levando perpendicularmente à costa linha de comunicação e de respiro ao pobre do Centro”.⁷⁷⁴ Estas palavras do imperador D. Pedro II, proferidas na primeira metade da década de 1860 e reproduzidas por Alfredo Taunay em suas *Memórias*, dão a dimensão de uma problemática que passaria a ocupar cada vez maior atenção entre a elite modernizadora brasileira: a superação dos empecilhos impostos pela natureza à ocupação da totalidade do território, à comunicação entre as regiões do país e deste com os centros do capitalismo internacional, e à circulação ampla de homens e bens materiais no Brasil. Ao evocar esta fala do imperador, Taunay observava que naquele ano de 1865 os trabalhos de construção da estrada de ferro que possibilitaria a transposição da Serra do Mar iam já adiantados, sob a direção de engenheiros ingleses. A ferrovia Santos-Jundiaí, que ligava as novas regiões cafeeiras de São Paulo ao Porto de Santos foi concluída em 1868, tornando-se a mais rendosa e mais poderosa estrada de ferro em todo o Brasil⁷⁷⁵. Principalmente a partir da década de

⁷⁷³ ARAÚJO, Hermetes Reis de, op. cit. nota 98.

⁷⁷⁴ TAUNAY, Alfredo d’Escragno. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, [19--]. 1. ed. 1921. p. 107-108.

⁷⁷⁵ A construção desta via férrea foi liderada pelo Visconde de Mauá, com capital – na forma de investimentos diretos – administração, técnica e suporte material ingleses. Posteriormente somada a linhas adicionais, atendeu a uma vasta região, colaborando para a expansão da cafeicultura em direção ao interior do estado de São Paulo. GRAHAM, Richard, op. cit. nota 2. Sobre a construção desta ferrovia e os problemas financeiros que ela veio a causar para seu principal empreendedor, apesar do *bem transcendente que resultou de [sua] intervenção*, há um trecho elucidativo na *Autobiografia* de Mauá

1870, a instalação de ferrovias foi o primeiro passo para as transformações modernizadoras na economia brasileira. Taunay, observador entusiasta das paisagens naturais intocadas, expressaria naquele momento grandes esperanças na onda progressista que seria despertada pela revolução nos transportes, numa anotação de seu diário de viagem, feita em Campinas, aos dez de maio de 1865:

*Tornando a montar a cavalo, vencemos mais duas léguas passando pelos belos cortes da estrada de ferro, que muitas e muitas vezes atravessa, oscula e segue o caminho que trilhávamos. Os trabalhos já vão adiantados, e breve ouvirão aquelas matas seculares o estrepitoso e pouco harmônico assovio da civilização. Os pássaros atônitos conhecerão os hinos e cantos nada eufônicos da indústria, e assustados procurarão na solidão de outras florestas o silêncio e o deserto, onde os seus gorjeios e trinados se levantam como hosanas à natureza livre. Esses lugarejos podem perder os seus melífluos e alígeros habitantes, mas ao receberem como compensação, em seu seio, massas de bípedes implumes, mais ou menos racionais, ganharão a vida e animação que lhes têm faltado, desde a fundação, e o desenvolvimento que sempre segue a estes dois predicados capitais.*⁷⁷⁶

A maior parte destas vias férreas estava localizada nos estados cafeeiros, São Paulo em particular, e seu traçado correspondeu, de maneira geral, à difusão do café em direção ao interior, de forma que na segunda década do século XX cerca da metade das linhas instaladas no país atendia à economia cafeeira. A cafeicultura, somada à ferrovia, mostrou-se um poderoso elemento impulsionador das transformações econômicas e sociais experimentadas pela sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XIX pois, além de ter possibilitado a expansão da fronteira de ocupação econômica e do mercado consumidor para produtos industrializados, significou posteriormente um importante suporte para a primeira industrialização do país. A transformação da paisagem brasileira operada por estes modernos equipamentos tornava visível uma nova

MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*: exposição aos credores e ao público seguida de O meio circulante no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943. p. 159-173. 1. ed. 1878.

⁷⁷⁶ TAUNAY, op. cit. nota 135, p. 94-95.

forma de apropriação do espaço que teve impacto significativo sobre os modos de produção e de circulação no interior do território, estabelecendo ao mesmo tempo uma conexão direta de zonas cada vez mais distantes do litoral ao fluxo do comércio, dos novos equipamentos e das inovações do mercado internacional, ao qual se articulavam pelos portos de Santos e do Rio de Janeiro⁷⁷⁷. Lembre-se que antes dessa expansão ferroviária da segunda metade do século XIX, os caminhos e as rotas comerciais no território brasileiro mantinham as linhas gerais que haviam sido estabelecidas a partir dos caminhos indígenas e das expedições colonizadoras dos séculos XVII e XVIII, e por caminhos vicinais mal conservados, de forma que a penetração no interior dependia de precários meios de transporte⁷⁷⁸. Por outro lado, as vias férreas construídas nas regiões menos dinâmicas na economia brasileira, como o norte e o nordeste, sempre sofreram graves problemas financeiros, constituindo-se o mais das vezes de linhas isoladas que atendiam a interesses específicos. O resultado deste imediatismo que em geral guiou a construção das estradas de ferro brasileiras foi um conjunto desarticulado de esforços,

⁷⁷⁷ De acordo com as informações citadas por Araújo, no final do Império as ferrovias brasileiras totalizavam 9.937 km. Na virada do século, este número aumentou para 15.316 km e, em 1920, para 28.653 km. Esses valores eram pouco expressivos, mesmo se comparados aos de outros países sul-americanos como a Argentina. ARAÚJO, Hermetes Reis de, op. cit. nota 98, p. 200.

⁷⁷⁸ Em junho de 1904, Afonso Arinos publicou na imprensa um artigo intitulado *Tropas e Tropeiros*, no qual ele observava a incúria em que restavam as estradas do Brasil, às quais as linhas férreas deveriam ser articuladas para que pudessem ser conduzidos os produtos às estações. Em sua pesquisa das *cousas genuinamente nacionais*, o autor prestava ainda sua homenagem ao trabalho das tropas, que segundo ele salvara a obra épica de povoamento do interior do Brasil:

Para aquilatar a importância do tropeiro, basta lembrar que o Brasil tem cerca de oito e meio milhões de quilômetros quadrados de superfície e, nessa extensão toda, possui apenas uns poucos milhares de quilômetros de vias férreas, e nenhuma estrada propriamente de rodagem; que a sua navegação fluvial é nada, diante da porção navegável de seus rios. Quer isso dizer que o comércio interno de grande parte dos Estados tem de ser feito em costas de cargueiros.

*O que se chama enfaticamente a riqueza nacional, principalmente no sul, onde é maior, se ergueu em sua quase totalidade, no lombo do burro e no braço do negro. Duas longas orelhas ficariam melhor, como símbolo da nossa nacionalidade, que o lema **ordem e progresso**, inscrito em nossa bandeira*

ARINOS, Afonso. *Tropas e tropeiros* [1904]. In: _____. *Historias e paisagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921. p. 101-130. Citação: p. 102.

sem o planejamento necessário para a constituição de uma verdadeira rede de transportes, e mesmo desprovido de normalização técnica.⁷⁷⁹

Para Euclides da Cunha, no Brasil as estradas de ferro com maior frequência eram um resultado do progresso – no caso, da economia cafeeira, que muitas vezes financiou a construção de linhas ferroviárias – que uma causa dele. Para aquele que acreditava que *a geografia prefigura a história*, o Brasil tinha *um velho inimigo* a enfrentar: *nossa amplitude e impenetrabilidade continental*. Até então a única condição de enfrentamento deste problema havia sido a paulatina criação de uma raça de mestiços bárbaros como a terra, bandeirantes que abriram as primeiras trilhas de acesso ao interior.⁷⁸⁰ Entre *os coeficientes de redução do nosso progresso*, o caráter compacto do território e sua linha litorânea inteiriça somavam-se às peculiaridades de sua estrutura geológica, *antemurais graníticas precintando planaltos*, que dificultavam o acesso e o domínio da totalidade do território, tornando o enfrentamento da problemática dos transportes essencial para a criação das pré-condições necessárias para o povoamento do interior e o aproveitamento econômico dos recursos naturais generosamente distribuídos pelo imenso território.⁷⁸¹ O escritor, engenheiro e exímio cartógrafo, mostrou-se um crítico acerbo das vias de transporte ferroviário instaladas no país em seu artigo *Ao longo de uma estrada*. Segundo ele, nenhuma das estradas de ferro construídas no país atacava o problema fundamental de nossa *fatalidade geográfica*, ou seja, elas não se direcionavam ao centro, buscando o estímulo das fontes potenciais da riqueza do país, de acesso tão dificultado pela distância em relação ao litoral. Pelo contrário, sua

⁷⁷⁹ GRAHAM, Richard, op. cit. nota 2. ARAÚJO, Hermes Reis de, op. cit. nota 98.

⁷⁸⁰ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 2. ed. Porto: Imprensa Moderna, 1913. p. 206, 262, 140. 1. ed. 1909.

⁷⁸¹ CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. 5. ed. Porto: Companhia Portuguesa, 1919. p. 290. 1. ed. 1907.

expansão era ditada pela agricultura extensiva de exportação, cujo avanço para o interior era antes um resultado do processo contínuo de esgotamento e conseqüente abandono das terras, que deixava para trás seu rastro de decadência e de degradação do patrimônio natural do país: *Povoam, despovoando. Não multiplicam as energias nacionais, deslocam-nas. Fazem avançamentos que não são progressos.*⁷⁸² Era, portanto, bastante contestável e apenas aparente este desenvolvimento ferroviário. Na visão do escritor, faltava a ele um *caráter francamente nacional*, ou seja, sua articulação com um projeto mais amplo de garantia da soberania nacional, de integração do território e de expansão das forças produtivas em direção ao centro do país. Euclides da Cunha não se furtou a finalizar o artigo com uma proposta redentora: a construção de uma estrada de rodagem – *o automobilismo libertou a velocidade do trilho* – de São Paulo a Mato Grosso. O escritor definiu algumas de suas características – sua extensão, modelagem, traçado, material, velocidade do percurso e obras adicionais necessárias – e imaginou as condições de sua realização – as esferas do poder público encarregadas da iniciativa, a possibilidade de participação da engenharia militar e da mão de obra do exército, os equipamentos e técnicas disponíveis, a acessibilidade do terreno e as condições de seu aplainamento.⁷⁸³

Contudo, a força crítica deste artigo foi algo abafada pela confiança na superação deste problema estrutural da rede ferroviária do país, pois em duas notas inseridas no texto o autor desmentia sua atualidade⁷⁸⁴, com base na crença de que a então recente iniciativa da construção da *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, somada a outras vias

⁷⁸² CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142. p. 294.

⁷⁸³ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142. p. 294, 296-298.

⁷⁸⁴ Felizmente, na definição do escritor, ficava o artigo apenas como documento. Segundo ele, em cinco anos muito havia mudado. Como *Contrastes e Confrontos* foi publicado pela primeira vez em 1907, é de se imaginar que o artigo tenha sido escrito por volta de 1902, ano da publicação d' *Os sertões*.

planejadas para a penetração no território e a integração de seu povoamento esparso, promoveriam a necessária conexão do centro geográfico ao dinâmico litoral brasileiro. O entusiasmo despertado pela construção da Noroeste⁷⁸⁵ foi reafirmado num artigo posterior, publicado em *À margem da história*, em que o escritor-engenheiro descreveu com detalhes o trajeto da ferrovia, as soluções técnicas adotadas para superação dos óbices geográficos que se apresentavam e algumas de suas consequências econômicas mais imediatas. A importância desta via férrea despertou no autor o vislumbre de um futuro de prosperidade, pois assim o país alcançaria acesso ao Oceano Pacífico, para onde, acreditava-se, dirigiam-se os rumos da civilização. Ela estaria também destinada a se tornar o marco inicial de arrojados projetos de engenharia voltados para a conversão das forças da natureza em fontes do progresso humano:

*Além disso, como observa o Dr. Hermillo Alves na sua notável monografia (**Problema da Viação Férrea para Mato Grosso**) os terrenos compreendidos entre as duas quedas, Urubupungá no Paraná e Itapura no Tietê, distantes uma légua, são a base vindoura **do mais importante dos centros industriais da América do Sul**, dispondo da energia mecânica incalculável daquelas catadupas, que somando-se à derivada do salto de Avandava, e transformando-se em energia elétrica, não só satisfará a todos os mistérios das indústrias como à tração das estradas de ferro que por ali passarem.*

Assim se loca, idealmente, mas com previsão segura, naqueles lugares desfreqüentados, onde mal se distinguem, hoje, afogadas em carrascal bravia, as ruínas de malograda colônia militar – uma cidade opulentíssima do futuro.

Sobretudo se advertirmos que ela será uma das mais concorridas escalas do maior tráfico interoceânico deste continente.

*Porque o destino intercontinental da Noroeste, é inevitável e extraordinário.*⁷⁸⁶

⁷⁸⁵ O empreendimento foi organizado em 1904 e previa um trajeto que se estenderia de Bauru, no interior de São Paulo, a Corumbá, no Mato Grosso. O início das obras deu-se em 1905, tendo sido o primeiro trecho, de Bauru a Lauro Müller, inaugurado em 1906. Em 1908, contudo, sua extensão original foi limitada até o município de Itapura, na fronteira com o Mato Grosso, tendo sido seu prolongamento concedido à Estrada de Ferro Itapura-Corumbá, que alcançou Porto Esperança, no Mato Grosso, em 1914.

⁷⁸⁶ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142. p. 162.

À fatalidade geográfica substituíam-se a fatalidade do progresso. Em um artigo intitulado *Civilização...* Euclides da Cunha refletiu sobre uma de suas maiores fontes intelectuais, a obra de Herbert Spencer, fundador do evolucionismo. Spencer acreditava ser a teoria de Darwin – *A origem das espécies* foi publicada em 1859, quando o evolucionismo spenceriano estava já estabelecido em suas linhas gerais – um caso específico dentro de sua teoria geral, que poderia ser aplicada tanto ao mundo biológico, quando à cultura e à criação do universo. O spencerismo tornou-se uma das matrizes intelectuais mais importantes de seu tempo, por defender a existência de uma ordem da natureza que conduzia inevitavelmente à evolução em direção à formação de espécies, indivíduos e sociedades mais complexas, mais integradas, mas especializadas, mais eficientes e mais coerentes, desde que nenhuma forma externa interferisse em seu curso normal. Seu sistema cognitivo baseado na ciência e no empirismo era simples e globalizante, e exerceu, entre as décadas de 1860 e 1890, notável influência na Inglaterra e nos países que desejavam seguir seu modelo de industrialização, liberalismo e livre iniciativa. As leis do spencerismo produziam explicações finalistas, conferiam um sentido à história, depositavam irrestrita confiança no progresso dos indivíduos e sociedades através da contínua redistribuição de energia e da melhoria constante de seus meios de vida e de conhecimento – transmissíveis de uma geração a outra por mecanismos biológicos –, dentro de um sistema teórico em que toda a dinâmica do universo e da vida podia ser explicada.

A evolução segundo Spencer constituía basicamente de três processos: a mudança do incoerente ao coerente, a partir da integração da matéria; a passagem do homogêneo ao heterogêneo, a partir de redistribuições de estrutura em conjuntos que já possuíam alguma coerência; a conversão do indefinido ao definido, ou seja, a mais nítida

distinção entre as diversas partes e a integração de funções mais consolidadas e melhor combinadas com as demais. Este movimento evolutivo era tido como inevitável, por três fatores principais: a instabilidade do homogêneo, uma vez que submetido a forças diversas; a multiplicação de efeitos a partir de uma única causa, a partir por exemplo do progresso técnico representado pela instalação de uma ferrovia; o processo de seleção ou de segregação, que forçava à especialização funcional. Além disso, a transmissão por hereditariedade das transformações funcionais – os ditos caracteres adquiridos – , implicariam na crescente complexificação das estruturas orgânicas e melhor adaptação dos seres vivos ao ambiente.⁷⁸⁷ A teoria de Spencer devia grande parte de seu fascínio à sua capacidade de síntese de todo o conhecimento, dada sua crença na existência desta lei natural universal da evolução, estabelecida a partir da metáfora orgânica, que se estendia a todos os domínios, do cosmos à vida social. Havia para ele uma *analogia transcendental* que designava as relações entre as leis da natureza e as leis sociais. Becquemont e Mucchielli definiram com precisão este aspecto: seu organicismo estava baseado num mecanicismo reducionista que limitava o domínio do vivente aos fenômenos básicos da redistribuição da matéria e do movimento, enquanto as leis da sociedade eram tidas como um prolongamento das leis da natureza, porque estas seriam leis mecânicas.⁷⁸⁸ A metafísica abolida em nome da ciência retornava na teoria spenceriana como uma necessidade humana de conhecimento que era tão afetiva quanto intelectual, no sentido da busca de uma representação da história do mundo e da atribuição a ela de um sentido. A obra de Spencer representou o apogeu deste ideal e

⁷⁸⁷ BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent. *Le cas Spencer: religion, science et politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

⁷⁸⁸ BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent, op. cit. nota 148, p. 153-154.

desta certeza que abraçavam natureza, sociedade e tempo⁷⁸⁹. A ciência que propunha uma explicação geral do universo pôde assim se adequar a um modelo similar aos religiosos, substituídos por uma fé no progresso e na ciência desprovida de vínculos explícitos com a religião. Sua obra constituiu assim uma síntese de religião natural secularizada e adequada à sociedade industrial, produzindo um sistema cognitivo em que tudo poderia ser inscrito.⁷⁹⁰

A influência do pensamento de Spencer no Brasil foi ampla e teve papel fundamental por possibilitar o traçado de uma linha que ligava o presente ao futuro, concebido sob as lentes da racionalidade e da história. A escola forneceu uma fundamentação intelectual para a elite modernizadora brasileira, ainda estabelecida num meio social conservador, oferecendo explicações convincentes a propósito da formação do ambiente em que atuavam, ao mesmo tempo em que dotava sua intervenção de um sentido, o progresso inexorável. Além disso, o evolucionismo adicionava à leitura da evolução do mundo natural uma crença positiva e conquistadora, notavelmente utilitarista, que se adequava com perfeição a um universo social a ser convertido às finalidades gerais do aprimoramento capitalista.⁷⁹¹ A teoria evolucionista foi portanto a principal matriz ideológica da elite modernizadora brasileira, que encontrou nela

⁷⁸⁹ No meio intelectual inglês da década de 1880, entretanto, a influência de Spencer encontrava-se já em notório declínio, e mesmo muitos de seus discípulos voltavam-se energicamente contra alguns aspectos de sua doutrina, em particular seu radical anti-intervencionismo. Além disso, a cientificidade de seus trabalhos passava a ser questionada pelos métodos da biologia experimental. Por fim, os avanços da genética negavam a hereditariedade dos caracteres adquiridos, elemento central da sociologia spenceriana. Sua ascendência como ideólogo do capitalismo industrial e do liberalismo econômico em países como os Estados Unidos e, em menor extensão, o Brasil, continuou no entanto bastante considerável, pelo menos até a década de 1920, freqüentemente assimilada ao darwinismo social. BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent. op. cit. nota 148, pt. 1, c. 8. LÖWY, Michel. L'affinité élektive entre social-darwinisme et libéralisme. L'exemple des États-Unis à la fin du XIXe siècle. In: TORT, Patrick (Dir.). *Darwinisme et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 161-167.

⁷⁹⁰ BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent, op. cit. nota 148, p. 345-346.

⁷⁹¹ GRAHAM, Richard, op. cit. nota 2.

argumentos que sustentavam seu discurso e sua intervenção, e que contribuíram imensamente para a afirmação das idéias de progresso e de transformação técnica, dado que o fundamento das teorias de Spencer era a crença na inevitabilidade do progresso e em sua estreita correlação com a ciência. A acumulação gradativa de conhecimento promoveria um crescente domínio da realidade material e um aprimoramento humano cada vez mais rápido. No Brasil, o aspecto político do pensamento spenceriano articulava-se com o espírito liberal de muitos dos seus reformadores, ainda que mesclado, como exemplarmente na obra de Euclides da Cunha, com princípios darwinistas sociais.

A distinção e as conexões entre o evolucionismo spenceriano, o darwinismo e o darwinismo social tornaram-se fontes de muitos equívocos. Apesar de acreditar que a competição e a sobrevivência do mais apto eram mecanismos fundamentais do progresso, para Spencer elas só deveriam dar-se em nível individual, aplicando-se à sociedade sem qualquer forma de mediação, e assim promovendo um equilíbrio espontâneo – as idéias de intervenção do governo na sociedade, assim como de luta entre grupos ou raças pareceram a ele, liberal e extremado individualista, verdadeiramente terríveis. Em função disso, no final de sua vida, o autor via na sociedade européia a emergência de uma onda de rebarbarização, representada pelo imperialismo, o militarismo e a guerra ou, conforme seus termos, o *canibalismo social*. Euclides da Cunha, em quem a leitura de Spencer instilou uma adoração verdadeiramente religiosa pelas leis evolutivas, definiu o pessimismo de Spencer na última década do século XIX como a mágoa de um velho rancoroso que se sentia morrer enquanto a civilização marchava heroicamente nas mãos de ousados transformadores: *Rompe o herói político, esplendamente burguês; o herói que faz o*

*trust do ideal; o herói que aluga a glória e que, antes de pedir um historiador, reclama um empresário.*⁷⁹² Esses heróis seriam, bem possivelmente, engenheiros, como Euclides da Cunha e o próprio Herbert Spencer⁷⁹³.

A grande tarefa do engenheiro consistia, por um lado, na superação das distâncias e dos obstáculos impostos pela natureza ao aprimoramento da civilização, promovendo a criação de riquezas, sua livre circulação, e intercâmbios rápidos de mercadorias, bens materiais e humanos. Cabia a ele, ainda, converter os elementos da natureza em recursos, e sua força em energia. Como vimos no segundo capítulo, é representativo que Euclides da Cunha tenha se referido a Buckle ao observar a ação extremamente destrutiva do homem brasileiro em sua atividade agrícola precária baseada nos métodos de derrubada e queimada, classificando aquele que havia sido uma referência teórica importante n'*Os sertões* como um *romântico historiador*.⁷⁹⁴ Capistrano de Abreu, por sua vez, em carta a João Lúcio de Azevedo datada de 7 de agosto de 1918, lembrar-se-ia de Buckle ao se referir a suas viagens por via férrea, durante as quais ele observava também a pobreza da vegetação queimada e o impacto dos cortes feitos pelas obras de engenharia no terreno: *Como isso quadra mal com as afirmações de Buckle!*⁷⁹⁵ A ação modificadora do homem, seja pela agricultura predatória, seja pela intervenção vigorosa dos engenheiros em tudo se opunha à representação da natureza que de tão exuberante impedia a marcha da civilização, criada pelo historiador inglês.

⁷⁹² CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 305.

⁷⁹³ Depois de concluída sua formação escolar, com a idade de dezessete anos, Spencer empregou-se nos trabalhos de engenharia de uma empresa ferroviária, assumindo pouco depois o cargo de engenheiro assistente, ocupando-se eventualmente com invenções técnicas e chegando a adquirir notável prestígio profissional. BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent, op. cit. nota 148, p. 19-20.

⁷⁹⁴ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 256.

⁷⁹⁵ ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954. V. 1, p. 107.

Além da impenetrabilidade do território e da conformação geológica dos terrenos, Euclides da Cunha lutaria ainda contra outra das grandes *fatalidades* da natureza brasileira: as secas que atingiam o nordeste, e que se estabeleceram na literatura sob o signo do conflito fundamental entre homem e natureza no Brasil. Ao invés de obras monumentais e dispendiosas,⁷⁹⁶ o escritor propunha a construção de uma numerosa rede de pequenas represas que aumentariam a retenção da água no solo, formariam amplas áreas irrigadas e férteis e proporcionariam a correção do clima seco. Em *Plano de uma cruzada*, o autor voltaria a defender este mesmo projeto apresentado n' *Os sertões*. Suas assertivas partiam da crença no poder transformador do homem *como agente geológico notável*, tanto no sentido destrutivo, pois a seca era vista como consequência da prática das queimadas, quanto no sentido construtivo, pois caberia a ele, através dos recursos da engenharia, corrigir as restrições do meio físico. Nos sertões do Norte, onde o homem vivia ainda em estreita dependência em relação às condições do meio físico, o combate contra o deserto adquiria o sentido de interromper *o martírio secular da Terra*, que era também o martírio secular do homem.⁷⁹⁷ A partir do impulso empreendedor característico da sociedade do sul do Brasil, o escritor convocava a elite brasileira para a tarefa urgente de enfrentamento do problema da seca. A dualidade Norte-Sul que constituía, para Euclides da Cunha, o traço distintivo da história brasileira, comportava também um sentido de interdependência entre as duas grandes regiões. Haveria, segundo o autor, uma dívida de quatrocentos anos a saldar, uma vez que *nós devemos*,

⁷⁹⁶ N' *Os sertões*, o autor recuperava os projetos desenvolvidos em 1877, no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, com a participação de alguns notáveis cientistas da época: *Idearam-se, naquela ocasião, luxuosas cisternas de alvenarias; miríades de poços artesianos, perfurando as chapadas; depósitos colossais, ou armazéns desmedidos para as reservas acumuladas; açudes vastos, feitos cáspios artificiais; e, por fim, como para caracterizar bem o desbarate completo da engenharia, ante a enormidade do problema, estupendos alambiques para a destilação das águas do Atlântico!...* CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1985. p. 136. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. 1. ed. 1902.

⁷⁹⁷ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 157, p. 131,137.

*em parte, à sua miséria um pouco da nossa opulência relativa, e às suas desgraças a melhor parte da nossa glória.*⁷⁹⁸ Tal seria devido, em primeiro lugar, a um elemento de ordem climatológica: os ventos alísios, superaquecidos em contato com a superfície do sertão e daí repelidos pelo ar quente das chapadas, conservavam as chuvas que se condensavam apenas na vertente dos rios que tornam fecundas as terras do Sul. Além disso, a guerra contra o deserto proposta pelo escritor, guerra a ser impetrada pelos homens do sul, fundamentava-se na crença de que parte da riqueza do país, no caso a derivada da exploração da borracha na Amazônia, havia tido origem no povoamento da região pelos *caboclos* expulsos do sertão pela seca. Saldar velhas dívidas se torna o sentido moral da *cruzada* proposta pelo escritor. Tratava-se também de restabelecer, na dualidade que os separava, um sentido de unidade capaz de integrar sul e norte na totalidade nacional.

A guerra contra o deserto envolveria ainda, na concepção do autor, uma batalha contra o desconhecimento, representado pelo vazio nos mapas e a carência de informações, mesmo as mais básicas, sobre o sertão nordestino. Afinal, todas as medidas por ele propostas dependeriam de um estudo sistemático da região, até então inexistente, e do estabelecimento de um contato próximo entre a ciência e o território sobre o qual se buscava atuar, de modo que fossem identificadas as causas da seca. Tal desconhecimento do território era, para Euclides da Cunha, uma das conseqüências de um processo histórico amplo, verificado desde que o país alcançou sua autonomia política. Segundo ele, a partir de então a vida do país sofrera um deslocamento em direção ao litoral, enquanto o interior do país jazia no esquecimento e o estudo do território ficava restrito às iniciativas dos naturalistas estrangeiros. *O verdadeiro Brasil*

⁷⁹⁸ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 81-82.

*nos aterra.*⁷⁹⁹ Tal *exílio subjetivo*, tal alheamento do brasileiro em relação à base física da nacionalidade, retirava das artes e dos empreendimentos feitos no país o que eles poderiam ter de característico, de original, de expressivo, ou mesmo de útil e viável – na definição do escritor, faltava-lhes *a seiva materna*, ou seja, a vinculação entre a vida material e espiritual do povo com a terra. Esta idéia, fundamentada na analogia orgânica, é muito similar aos argumentos de Alberto Torres. Neste ponto, observamos que, embora tenha constantemente censurado os homens do litoral em seu desinteresse pelos assuntos nacionais, o escritor nunca deixou de atribuir a eles uma elevada função moral, dada a sua atuação dinâmica e progressista na história brasileira, ao contrário da ausência de energia que ao ser ver caracterizava a história do Norte. Tratava-se de deslocar o objeto de interesse dos homens do Sul em direção à inserção do Norte em sua órbita e na órbita do movimento global de transformação e aquisição de conhecimento. Tanto a cruzada contra a seca quanto a própria campanha de Canudos podiam ser, assim, interpretadas como incursões da civilização em regiões a serem resgatadas para a contemporaneidade. *Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários*, concluía o autor n’*Os sertões*.⁸⁰⁰

Tais assertivas adquiriam importância adicional para Euclides da Cunha à medida que o autor as inseria no contexto da política imperialista das grandes potências mundiais. Tal política consistiria num fenômeno de ordem física, pois, segundo ele, simplesmente refletia o transbordamento das energias vitais dos países povoados por

⁷⁹⁹ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 86.

⁸⁰⁰ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 157, p. 499.

raças fortes, que viviam um contínuo e irrefreável processo de expansão que as conduzia a superar a *clausura das fronteiras*⁸⁰¹. Ao contrário, no Brasil, permaneciam desconhecidas e inexploradas grande parte das riquezas naturais, inventário no qual o escritor se empenhava em um artigo, *A arcádia da Alemanha*, voltado, justamente, para a questão do imperialismo:

*De feito, vai, ao parecer, dando demasiado nas vistas esta nossa vida fácil e perdulária, esta nossa vida à gandaia, ociosa e comodista, sobre a enorme fazenda de uns quatrocentos milhões de alqueires de terras, onde sestiámos, fartos, entre os primores de uma flora que tem tudo, desde o mais reles cereal ao líber, à fibra e ao látex para os labores da indústria – e que nos dá tudo de graça com sua exuberância incomparável, permitindo-nos contemplar, (contemplar apenas como coisas meramente decorativas de um vasto parque de recreio), as nossas virgens bacias carboníferas, as nossas montanhas de ferro, as nossas cordilheiras de quartzito, os nossos litorais dourados pelas areias monazitas, o estupendo dilúvio canalizado dos nossos rios, e os cerros lastrados de ouro das grupiaras, e os pendores numerosos, onde se desatam perpetuamente as longas fitas alvinitentes da hulha branca à espera das roldanas que elas moverão um dia... Coisas que mal vemos, pisando distraídos sobre o macadame sem preço dos cascalhos diamantinos e errando nos paraísos vazios dos **gerais** sem fim...*⁸⁰²

À luz do processo de expansão do capitalismo em escala mundial, a natureza brasileira se convertia, para o autor, numa inesgotável fonte de recursos economicamente exploráveis, mas até então intactos. Como observou Sevcenko, enquanto a paisagem romântica colocava o observador em situação de passividade, em seu deleite estético e sensorial face ao ambiente sublime, as descrições realistas da paisagem eram intermediadas pela idéia de mercado, e se concentravam no desejo de assimilação dos elementos naturais como fontes de riqueza, objetos inertes prontos a

⁸⁰¹ As idéias de Euclides da Cunha confluíam neste ponto com o pensamento geopolítico de Friedrich Ratzel, que definia a fronteira como *os inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar*. Citado por: MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 14.

⁸⁰² CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 88.

serem apropriados pelo empreendedor vigoroso.⁸⁰³ Esses *paraísos vazios* mantidos em grande parte do território representavam, para Euclides da Cunha, um doloroso contraste frente à intensidade do processo de crescimento econômico observado em outros países, nos quais o imperialismo representava apenas a consequência *natural* de um desenvolvimento *orgânico*. Nos escritos derivados de sua viagem à Amazônia, o escritor voltaria a manifestar sua preocupação com esta ameaça, que a seu ver só poderia ser enfrentada à medida que a região fosse integrada à nacionalidade. O ingresso nesse outro deserto – pois assim são definidos o sertão e a Amazônia – e a luta contra ele, despertou a imaginação do escritor para projetos de engenharia voltados para enfrentar o vazio, a ausência do homem nos espaços naturais, no sentido de promover o conhecimento, o mapeamento e a intervenção sobre eles, seja através da correção de suas condições adversas à sociedade humana, seja através da exploração econômica que os converteria em patrimônio nacional. As propostas do escritor partiam da constatação do quanto esta região adquirira vida própria e se tornara autônoma em relação aos destinos nacionais.

As novas circunscrições do alto Purus, do alto Juruá e do Acre devem refletir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que na ordem prática exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das idéias, de pronto transmitidas e traçadas na inervação vibrante dos telégrafos.

*Sem este objetivo firme e permanente, aquela Amazônia onde se opera agora uma seleção natural de energias e diante da qual o espírito de Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo, a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil naturalmente e irresistivelmente, como se desapega um mundo de uma nebulosa, pela expansão centrífuga do seu próprio movimento.*⁸⁰⁴

⁸⁰³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 327-241.

⁸⁰⁴ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 214.

Nos seus escritos sobre a Amazônia, o escritor inseriu a região num domínio à margem da história, como cenário inacabado, ainda despreparado para a ocupação do homem, que surgia como um invasor precipitado, destinado a enfrentar sem tréguas um ambiente em contínuo processo de elaboração, ordenação e transformação. Esse elemento de transitoriedade refletia-se, na visão do autor, na impossibilidade de descrever e desvendar essa realidade, uma vez que o próprio conhecimento sobre ela revestir-se-ia desse caráter desarticulado, provisório, parcial e surpreendente que a resumia. A Amazônia tornava-se, assim, mais assimilável por via da imaginação do que da racionalidade, o que faria penosa sua conquista pela sociedade. Ausente do domínio da história, a região mostrava-se também ausente dos domínios da nacionalidade. Outro aspecto que fazia da Amazônia de Euclides da Cunha uma realidade não nacional era seu aspecto cosmopolita. Tendo atraído aventureiros de todas as partes do mundo, a atividade extrativista deveria promover, dentre estes, uma *seleção natural dos fortes*, da qual, acreditava o escritor, o caboclo nortista sairia vitorioso, graças a sua resistência e a suas melhores condições de adaptabilidade ao ambiente da região.⁸⁰⁵ Isso viria possibilitar a futura imposição dos elementos nacionais à multiplicidade dos elementos reunidos em função da extração da borracha.

A Amazônia de Euclides da Cunha é um território não histórico, não nacional, não contemporâneo – despertava no escritor um vislumbre da era paleozóica – e uma paisagem tão estranha à percepção usual que chegou a ser caracterizada como extraterrestre.⁸⁰⁶ A observação da sistemática insubordinação da natureza no tocante à sua inserção no movimento da história e da nacionalidade levou escritor a traçar

⁸⁰⁵ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 221-213.

⁸⁰⁶ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 141, p. 49.

projetos que buscavam corrigir suas tendências dispersivas, com o objetivo de promover a *nacionalização* da Amazônia – sua efetiva integração ao Brasil através do aprimoramento das vias de transporte e de comunicação. A própria iniciativa e a concretização desses projetos representavam para o autor uma oportunidade de integração da região à órbita da nacionalidade, em relação à qual ela se mantinha em grande parte alheia. O primeiro destes é um projeto de salvação de um *rio abandonado*, o Purus, projeto este que consistia na remoção dos obstáculos criados à navegação no rio pelas *terras caídas*, dissolução de faixas de terra nas águas fluviais. De longo prazo, esse projeto tinha para o escritor a importância de integrar o rio ao progresso brasileiro, devolvendo a ele a navegabilidade que o transformaria numa das linhas da expansão do povoamento do território brasileiro:

De qualquer modo urge iniciar-se desde já modestíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno embora no começo, mas crescente com os nossos recursos - que nos salve o majestoso rio (...).

.....
O Purus é um enjeitado.

*Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas de nossa expansão histórica.*⁸⁰⁷

De missão similar foi incumbido o projeto da ferrovia *Transaccreana*, que representaria a superação da errância que até então caracterizara o povoamento da região, em grande parte traçado em consonância com as vias de navegação fluvial. A *terra farta, mercê duma armazenagem milenária de riquezas, excluía a cultura. Abria-se-lhe em avenidas fluviais maravilhosas. Impôs-lhe a tarefa exclusiva das colheitas.*

⁸⁰⁷ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 45-46.

*Por fim tornou-lhe lógico o nomadismo.*⁸⁰⁸ Essa dependência com relação às linhas sinuosas dos rios vinha já sendo enfrentada pelos povoadores da região, que abriam na floresta veredas ligando uma vertente fluvial a outra, de forma a se estabelecer um gradativo domínio do território. Estes numerosos esforços deveriam, na concepção do escritor, ser articulados e incentivados pela ação governamental, que poderia aproveitar-se dessas trilhas já traçadas e estabelecer uma estrada de ligação entre as capitais do Amazonas, Pará e Acre. Melhor ainda seria a construção de uma estrada de ferro que, cortando os vales da região em linha transversal, promovesse a distribuição de seu povoamento, complementando a função exercida pelos rios. O escritor-engenheiro examinou as condições do terreno e os obstáculos naturais a serem enfrentados, imaginando já o traçado da via férrea, sua modelagem e características técnicas, assim como as condições econômicas de sua construção e seu desenvolvimento futuro: as estradas de ferro nasciam primitivas, *como verdadeiros caminhos de guerra contra o deserto, imperfeitos, selvagens*, e evoluíam paulatinamente, tornando-se mais complexas através de um processo contínuo de aprimoramento, *como se fossem enormes organismos vivos transfigurando-se com a própria vida e progresso que despertam.*⁸⁰⁹ A ferrovia idealizada, a *Transaccreana*, possuiria uma existência e um desenvolvimento *naturais*, como uma consequência lógica da presença transformadora do homem, de suas ambições e de sua luta contra as restrições do meio. Seu movimento de expansão orgânica era visto como auto-alimentado, pois a estrada distribuiria o povoamento, enquanto o povoamento impulsionaria o aprimoramento da estrada. Esta iniciativa deveria ser dirigida e assumida pelo poder público não apenas como forma de promover o desenvolvimento estável da região, tão prejudicado pela instabilidade do

⁸⁰⁸ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 116.

⁸⁰⁹ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 127.

meio, mas também de estabelecer a marca da nacionalidade sobre o território. Seu valor estratégico estaria em permitir o controle das regiões da fronteira setentrional do país, frente às ameaças do imperialismo e aos conflitos possíveis com os países vizinhos. Esses projetos algo messiânicos representavam para Euclides da Cunha bem mais do que a solução de problemas físico-naturais, econômicos ou estratégicos. Tratava-se de estabelecer uma diretriz nacionalista ao desenvolvimento da região, que se encontrava, naquela primeira década do século XX, em considerável ebulição graças ao ciclo da borracha.

Essa visão redentora do futuro da Amazônia segundo Euclides da Cunha seria compartilhada por outros intelectuais, como o jornalista Mário Guedes em sua obra *Os seringais*.⁸¹⁰ Para ele, a civilização moderna, caracterizada por sua essência universalizante, encontrara nos climas temperados as melhores condições de realização, mas tenderia a movimentar-se dos países temperados para os quentes, uma vez que o progresso técnico facultaria ao homem melhores condições de sucesso nos climas *menos favoráveis*. A Amazônia seria, por isso, uma das últimas regiões do globo a serem civilizadas, intensa e profundamente no entanto. Ao elemento nacional incumbiria a tarefa de *aplainar os caminhos da Amazônia* para o futuro recebimento das correntes migratórias que garantiriam o povoamento da região e sua inserção no conjunto da civilização ocidental. *Não se compreende progresso sem luta, sem trabalho, sejam eles de que espécie for. Pois que o progresso é a resultante de um duelo entre o homem e natureza*.⁸¹¹

⁸¹⁰ GUEDES, Mario. *Os seringais*: pequenas notas. Rio de Janeiro: Typographia de Martins de Araújo & C, 1914.

⁸¹¹ GUEDES, Mario, op. cit. nota 171, p. 176.

Na visão do escritor, a população do nordeste do Brasil, que fugia de uma região *flagelada pela seca* para outra *flagelada pela água*, promovia, ao desbravar a Amazônia, uma melhoria de suas condições sanitárias, o que possibilitava, à custa de uma elevada mortalidade, o ingresso de outras populações. Isto seria já perceptível através da transformação da paisagem amazônica. Abria-se progressivamente o caminho para a civilização através de trabalhos preliminares que facilitariam o ingresso do branco, menos resistente ao meio que o mestiço, cuja capacidade de sofrimento e resignação frente às asperezas do meio físico havia sido conferida pela experiência da seca. A natureza operava uma forma de seleção dos mais fortes, mais saudáveis, mais capazes ou, na fórmula utilizada pelo escritor, *os mais animais*.⁸¹² Na visão de Mário Guedes, esta animalização do homem era útil e necessária à sobrevivência na floresta e por isso a degradação física e moral causada pela exploração seringueira adquiria sentido evolutivo. Similarmente, segundo ele o sertanejo que decidiu partir para a Amazônia era já um homem superior, um elemento de progresso por haver sido capaz de renunciar à sentimentalidade do apego à terra de origem e assumir um espírito prático, *mostrando-se um animal apto a lutar pela vida e olhá-la de frente*.⁸¹³ Ainda que falho e incompleto em suas ações e seu espírito desordenado, o mestiço teria exercido função de maior importância para a civilização e a nacionalidade, ao iniciar a obra de desbravamento da Amazônia, obra épica, trabalho imenso num meio onde tudo conspirava contra o homem: ele derrubou a mata, drenou terrenos e, perdendo a saúde e a vida, deu saúde e vida àquele lugar, em favor das raças mais fortes, *que têm por isso mesmo mais do que ele direito à vida*.⁸¹⁴ Na linguagem darwinista social, a civilização

⁸¹² GUEDES, Mario, op. cit. nota 171, p. 195.

⁸¹³ GUEDES, Mario, op. cit. nota 171, p. 199-200.

⁸¹⁴ GUEDES, Mario, op. cit. nota 171, p. 95-97.

estava associada à imposição do homem branco, seu criador e agente, dotado da capacidade de iniciativa e de melhoramento técnico-científico que era freqüentemente negada às demais raças. A civilização avançada que seria estabelecida na Amazônia e que representaria a vanguarda da humanidade seria, portanto, uma civilização branca construída sobre os alicerces estabelecidos pelo trabalho físico das raças mestiças, mas adequadas à vida na selva.

Em sua descrição da vida amazônica e seus dramas peculiares, o engenheiro Alberto Rangel observou que a *invasão* da terra amazônica pelos aventureiros já produzira, depois de três séculos de investimentos dispersos e desordenados, um enfraquecimento das aterrorizantes forças de resistência da terra – isto era anotado num conto que comparava a Amazônia a uma mulher prostituída que não tinha como se defender dos ataques dos bandos de aventureiros que a invadiam.⁸¹⁵ A *resistência passiva* oferecida pela sua imagem de barbárie e pela proteção das florestas e pântanos desfazia-se à medida que o homem vinha instalando verdadeiras *linhas de operações* em sua guerra de conquista de um território que já havia sido liberto da mistificação da impenetrabilidade. Em face de um diagnóstico sombrio das condições da região naquele momento em que ela vinha sendo violentamente explorada, seu futuro foi imaginado pelo autor em tons messiânicos. No conto *Inferno verde*, do livro homônimo, a personagem principal é um engenheiro recém formado que abandonara a família no sul do país buscando fazer fortuna na Amazônia. Acabou porém fulminado pelas febres palustres, e morreu em delírio escutando a voz da própria natureza amazônica. Esta dizia ter sido um paraíso de fartura e bondade para os indígenas, passando após a invasão branca a purgatório, e tornando-se finalmente um inferno para o explorador

⁸¹⁵ RANGEL, Alberto, op. cit. nota 102, p. 54-55.

moderno, em sua ânsia de vencê-la e dominá-la. Dizia então ser a terra prometida às raças superiores, firmes, inteligentes e ricas, que plantariam na Amazônia a *definitiva obra da civilização*, apenas precariamente rascunhada pelos exploradores da borracha, vândalos que a esquadrinhavam desordenadamente. Mas ela viria a ser *semeada e desbravada*, dando origem, sobre o acampamento provisório do explorador desenraizado, a uma nova cidade. O estabelecimento da civilização sobre o território amazônico seria uma obra de violência e morte, e exigiria o sacrifício de homens que, apesar de denegrirem a terra, eram uma presença fertilizadora, os primeiros batedores que abriam o território à conquista das *raças fortes*. Por isso, apesar de extremamente crítico em relação ao sistema extrativo, o escritor demonstrava admiração por personagens como os caucheiros, que promoviam através de sua atividade nômade a abertura venturosa de novos territórios da floresta à conquista pelo homem, indicando o caminho cada vez mais em direção ao seu interior.

A Amazônia era por certo o cenário ideal para a invocação do poder transformador do homem e da capacidade do progresso de regenerar o meio. Misteriosa, ainda insondável e ao mesmo tempo presente na vida brasileira com uma força inaudita entre o final do século XIX e o início do século XX, a região parecia mesmo ter o poder de inflamar as mentes civilizadoras daqueles que a conheciam, e que, como Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Mário Guedes, dividiam-se entre a visão trágica da luta do homem contra o meio e a visão messiânica do lugar a ser ocupado pela região no cenário nacional e internacional do futuro. Em seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, Euclides da Cunha evocou as primeiras sensações nele despertadas pela paisagem amazônica, lembrando a decepção inicial com um cenário que ele havia imaginado glorioso, mas que na realidade lhe pareceu opressor, em sua monotonia e sua

vastidão sem fim. A percepção da beleza singular da paisagem só havia sido possível com a intermediação de uma obra científica em que o escritor pôde desvendar a geografia da região. O que a ciência lhe proporcionou ao abrir suas vistas para aquele ambiente extraordinário foi, curiosamente, uma visão comovida e permeada por imagens religiosas: *uma página inédita e contemporânea do Gênesis (...); o grande rio deveria nascer no Paraíso...*⁸¹⁶ O escritor não pôde contudo deixar de observar a aparente incongruência entre o arrebatamento verdadeiramente místico-poético que ele passara a experimentar e o texto que o despertara, um texto técnico, áspero, desprovido de metros e rimas. A linguagem objetiva do cientista havia naquele momento superado a eloquência e a poesia. Este intróito do discurso pareceria designado a legitimar a posição alcançada pelo escritor, como engenheiro que recebia o reconhecimento da elite literária do país, mas seu alcance é mais amplo. Para Euclides da Cunha, a engenharia tornava-se uma atividade cada vez mais subjetiva à medida que o próprio domínio que ela lograva adquirir crescentemente sobre a realidade tornava os engenheiros mais idealistas e visionários. Não seriam eles a dominar a realidade, mas a própria realidade, cada vez mais ao seu alcance, a torná-los místicos e fascinados, em seus vislumbres de intervenção que pareciam não apenas modificar a natureza, mas possuir a virtude divina da criação. O resultado era um olhar transfigurador, em que a materialidade das coisas dissolvia-se e se confundia com os sonhos de transformação – sobrepostas, realidade e fantasia indistinguiam-se, o que parecia imensamente perturbador:

Realmente, ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés das existências, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeição a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. Os rumos para o

⁸¹⁶ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 309.

*ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. (...) Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo (...). Imaginai uns tristes poetas pelo avesso: arrebatam-nos também o sonho, mas ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra.*⁸¹⁷

O que Augusto de Lima definira como *sonho epilético*, Euclides da Cunha dramatizou a partir de sua *vida dupla de chefe de operários e homem de letras*, desfazendo esta dubiedade ao estabelecer a ciência como imenso manancial poético e a poesia como derivativo do impacto das impressões objetivas sobre o espírito do engenheiro deslumbrado com o próprio poder de transformação da natureza⁸¹⁸. Esta visão mística da engenharia pode demonstrar que, como defendeu Philippe Muray⁸¹⁹, as correntes intelectuais geradas no século XIX não podem ser compreendidas sem que sejam devidamente reconhecidas as conexões entre progressismo e misticismo, destacados um do outro para garantir o equilíbrio do conjunto: o misticismo preparava os interesses transcendentais da crença no progresso regenerador, enquanto o

⁸¹⁷ CUNHA, Euclides da, op. cit. nota 142, p. 312-313.

⁸¹⁸ CUNHA, Euclides da. *De Euclides da Cunha a seus amigos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938. p. 119. A propósito de suas crenças religiosas, de seu fascínio pelo mundo material e de seu impulso idealista de transformação, Euclides da Cunha escreveu em carta a Coelho Neto datada de 1903:

*Então... eu não creio em Deus?! Quem te disse isto? Puseste-me na roda dos singulares infelizes que usam o ateísmo como usam de gravatas: por **chic** e para se darem ares de sábios... Não. Rezo sem palavras, no meu grande panteísmo, na perpétua adoração das coisas; e na minha miserabilíssima e falha ciência sei, sei positivamente, QUE HÁ ALGUMA COISA QUE NÃO SEI... (...)*

Se existir o teu céu, meu brilhante amigo – para lá irei direitinho, num vôo, num largo vôo retilíneo desta alma aquilina e santa (...). E serás meu companheiro de jornada, porque é na nossa super-enervação, e é no nosso idealismo sem fadigas, e é na nossa perpétua ânsia do belo que eu adivinho e sinto O QUE EU NÃO SEI... Singularíssimo ateu!

Citado por: COELHO NETTO. *O meu dia*. Hebdomadarias d'A Noite. Dezembro de 1918 a dezembro de 1920. 2. ed. Porto: Lello & Irmão, 1928. p. 57. 1 ed. 1922.

⁸¹⁹ MURAY, Philippe. *Le XIX^e siècle à travers les âges*. 2. ed. Paris: Denoël, 1999. p. 70-71.

progressismo marcava o lugar do oculto, dos milenarismos e do misticismo na realidade social. A virtude mágica de transformação atribuída à técnica e a ciência alimentou *sonhos epiléticos*, delírios futuristas, projetos revolucionários, visões transfiguradoras – todos eles envolvidos em evocações místico-religiosas da redenção e do retorno ao paraíso. Natureza e engenharia, ferrovias e paisagens, poesia e técnica, elementos e matérias-primas, encontrariam múltiplas confluências à medida que a própria percepção estética da natureza se transformava frente ao desejo de modernização.

*Aí encontraremos, como em Niagara Falls, pontes suspensas,
elevadores, planos inclinados, enfim a arte do engenheiro tentando
elevant-se à altura do Fiat de Deus!*

*André Rebouças, Excursão ao salto do Guaira ou Sete Quedas,
1876*

Em 1889 o Visconde de Taunay proferiu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma memória destinada a apresentar as *Curiosidades naturais da província do Paraná*, da qual havia sido presidente, com a intenção de despertar o interesse pelas suas belezas naturais, até então desconhecidas do público brasileiro em geral. Em suas pretensões a sábio e artista, ele se mostrara um devotado admirador e descobridor de paisagens naturais, mesmo as tão selvagens e ameaçadoras como o sertão mato-grossense que ele revelou n’*A retirada da Laguna*. Sua exposição sobre a natureza paranaense, em circunstância tão diversa daquela do trágico episódio da Guerra da Paraguai, representava a natureza bruta como um imenso potencial de exploração econômica e, inclusive, turística. A divulgação desta memória obedecia ao fito de tornar

públicas as maravilhas naturais da província e criar a consciência de que muito poderia ser feito para torná-las acessíveis. Isso dependeria, por outro lado, da reversão da atitude depredadora até então assumida em relação à natureza, e da criação de uma consciência do belo que conduzisse à sua contemplação e conservação:

*Se a mão do homem, inteligentemente dirigida, se empenhasse em dar mais alguma comodidade ao ingresso daquela enorme caverna, melhorasse as suas condições internas e fizesse realçar as suas muitas belezas em vez de servir só para destruir, a poder de picaretas, alviões e martelos, os mais interessantes e bem lavrados estalactites e estalagmites, fora a gruta de Tapiruçú motivo de lindíssimo passeio e digna de ser apreciada por quantos chegassem ao planalto de Curitiba.*⁸²⁰

Como a mão do homem havia se mostrado até então apenas destrutiva, a viagem de Taunay foi relatada como uma sucessão aventurosa de canseiras, desconfortos, ferimentos, ousadias e caminhos tortuosos. Desbravador, ele assumia a postura que caracterizara o sertanejo Lopes, guia nativo da expedição militar ao Mato Grosso, e repetia seu gesto de pioneiro, pondo-se a nomear lugares – como também Rondon faria diversas vezes em sua exploração dos sertões do centro-norte do país, atribuindo topônimos, ou substituindo os existentes por outros mais evocativos e mais patrióticos – promovendo desta forma uma espécie de incorporação simbólica da natureza selvagem à nacionalidade. Cabia aos homens de ação devotados à promoção do bem público completar a obra franqueando a chegada até as maravilhas naturais que ele apresentava e nomeava.⁸²¹

⁸²⁰ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Curiosidades naturaes da Provincia do Paraná. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico Brasileiro em Agosto e Setembro de 1889. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 53, pt. 1, p. 193-241, 1890. Citação: p. 209.

⁸²¹ O primeiro desses batismos operados por Taunay foi o de uma cachoeira que recebeu o nome de Salto Visconde do Rio Branco: *e todas as grandezas da natureza inconsciente, aquelas revoltas e estrondosas águas, aquelas imensas rochas, aqueles solenes e alentados madeiros, tudo se abateu e ficou pequeno ante a estatura moral do estadista, cuja recordação esse glorioso nome evocava no meio de ínvios sertões!* O segundo foi um porto natural que recebeu o nome de Beaurepaire Rohan, *em honra*

Ainda que observada por diversas vezes a impossibilidade de reproduzir a beleza e a expressividade das paisagens brasileiras pela linguagem literária, e mesmo pela arte dos mais talentosos pintores, Taunay declarava sua intenção de excitar a curiosidade dos potenciais turistas para as belezas naturais que se espalhavam generosamente pelo território brasileiro, haja vista a generalizada falta de sensibilidade e interesse pela contemplação da natureza no país. Com este objetivo ele escreveu também uma crônica sobre a Floresta da Tijuca, observando inicialmente que a maior parte da mais ilustrada e culta população do Rio de Janeiro não conhecia o local, seja pelo seu *quase invencível torpor, em assuntos de arte e belezas naturais, por hábitos arraigados de indolência e indiferentismo, saturação das magnificências da natureza*, ou qualquer outro motivo incerto. A natureza que ele lá observava era contudo bastante distinta daquela dos sertões do Mato Grosso ou do Paraná: o que a caracterizava, o que fazia dela notável, e ainda mais convidativa ao turismo, era o fato de constituir uma combinação harmoniosa de duas forças grandiosas: a poética natureza do Brasil, e a inteligência do homem, *no desenvolvimento do mais elevado pensamento artístico e na procura inquieta e insaciável do Belo e do Ideal*.⁸²² O Belo e o Ideal haviam-se encarregado de transformar a floresta em um jardim, e como tal ela foi descrita por Taunay:

Imaginal – de relance – um sem número de aléias, caminhos e veredas, encantadores todos, de suavíssimo declive, curvas onduladas e contrastadas, estradas ou azinhagas, mantidos com a perfeição meticulosa de aristocrático parque inglês e ensombrados por belíssimas árvores,

ao sábio e ao viajante, que tanto estudou e conhece a província do Paraná. O terceiro, e o mais evocativo de todos, seria atribuído a uma enseada que foi denominada *Sertanejo Lopes*, dupla homenagem: ao guia da expedição ao Mato Grosso, e ao seu irmão, encarregado pelo Barão de Antonina de explorar as vias de comunicação de São Paulo a Mato Grosso. O nome deste barão seria atribuído a outra curva do litoral, enquanto caberia a alcunha do poeta Basílio da Gama, autor de obra não menos patriótica – a epopéia *O Uruguary* – a um lago da região do Iguaçu. TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 181, p. 215-233.

⁸²² TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. A Floresta da Tijuca [1885]. In: _____. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 107-126. Citação: p. 107-108.

*muitas das quais preciosas madeiras de lei – uma verdadeira floresta, enfim, brasileira, mas sem emanções pestilenciais, sem agruras, na qual a elegância substituiu a exuberância desordenada, e a mão do homem aproveitou sabiamente tudo quanto fosse belo, e esbelto, ou possante e grandioso (...).*⁸²³

A inteligência humana era naquele momento representada pelo barão d'Escragnolle, então administrador da Floresta, definido como o verdadeiro criador daquele ambiente. Traçando *sinuosos e ensombrados* caminhos, construindo pontes, plantando sementes e mudas de plantas de jardim e árvores tropicais, ele transmutara a paisagem, *de lombas quase estéreis da serra num local tão misterioso, quanto cheio de magia e deliciosas surpresas*. O Barão era, aos olhos do escritor, tanto um cientista que adotara um sistema moderno de silvicultura para a recuperação da terra desmatada, quanto um artista capaz de harmonizar, ordenar e realçar as belezas naturais, produzindo através delas vivas impressões sensoriais. Entre natureza e artifício, a floresta da Tijuca foi percorrida como um *parque inglês* por Taunay, que descreveu minuciosamente suas impressões e sensações, destacando tanto os prodígios da natureza quanto os caminhos que foram traçados até eles. Frente a este ambiente cuidadosamente arranjado, restava ainda uma outra paisagem digna de observação: o panorama da cidade do Rio de Janeiro e da baía da Guanabara, que se estendia a partir da floresta da Tijuca como um vasto, variado e grandioso painel.

As veleidades turísticas de Taunay já o haviam levado a Teresópolis que, como a Floresta da Tijuca, era, segundo ele, ainda desconhecida da maioria dos cariocas. A decisão de ir até lá não foi desprovida de conflitos: dentro de sua consciência debatiam-se um espírito de Dom Quixote, heróico, audacioso e amalucado, ávido por desvendar e

⁸²³ TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle, op. cit. nota 183, p. 108.

descobrir paisagens imensas, e um Sancho Pança que lembrava as dificuldades e desconfortos de uma viagem até aquela cidade, os caminhos precários, a falta de acomodações decentes, as despesas de vulto. A crônica desta viagem tem, em contraste com o tom de êxtase e encantamento da descrição da Floresta da Tijuca, um aspecto humorístico, em sua observação dos incômodos da viagem e do comportamento estóicodo escritor em face deles⁸²⁴. Em sua visão, isto em parte justificava que os turistas mantivessem suas precauções de Sancho Pança a respeito de um passeio até Teresópolis. Ele se enamorou entretanto da cidade e de seus arredores, considerou válidos todos os incômodos então necessários para se chegar até lá, e chegou a sonhar com a transferência da capital do Império, em parte por motivos climáticos – a atividade política seria dinamizada por um clima mais fresco – e em parte porque isso implicaria na realização de obras que revelariam a beleza do lugar e o tornariam acessível:

Transportada a cabeça do Império para aquele fortificante clima, abrir-se-iam estradas monumentais para ligar Teresópolis ao litoral, romper-se-iam, por todos os lados, as florestas, as obras de arte de toda a sorte tornariam a subida da serra uma maravilha; movimento imenso de vapores sulcaria a baía; jardins deliciosos, palácios riquíssimos se ergueriam em todos esses pontos em que só dominam, por ora, a tristeza e o abandono; a cidade política a dois passos da comercial...

Sonhos que, talvez, nunca se realizem! Ceda o passo à realidade: Teresópolis é linda. Teresópolis merece tudo, mas nada atavia a sua beleza,

⁸²⁴ Eis a descrição do local onde se hospedou Taunay:

Às nove horas cheguei à Barreira e aboletei-me numa manhosa hospedaria. Ofereceram-me o que comer; aceitei e arrependi-me, por isso que só às 11 horas, quando eu já dormia, é que me apresentaram uma carne renitente aos dentes e três ovos arrancados a uma incubação bastante adiantada.

Praguejando, contra mim mesmo, por me não ter munido de umas empadinhas e croquetes como um sujeito alto e pouco comunicativo que engoliu a sua matalotagem, sem oferecer migalha a ninguém, voltei à cama.

O colchão é duro, mas os lençóis podem passar por limpos; entretanto acredito que um sibarita franzisse o sobrolho antes de entregar o corpo à posição horizontal.

Felizmente pertenço à escola estóica; por isso peguei no sono com a consciência tranqüila de que não ofendia a princípios de profissão filosófica

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Theresopolis [1873]. In: _____. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 105-141. Citação: p. 135.

*nenhuma comodidade é proporcionada ainda àquele que quiser de perto apreciar seus múltiplos encantos.*⁸²⁵

O que Taunay chama de *obras de arte* são, certamente, obras de engenharia que tornariam a viagem até Teresópolis confortável e prazerosa, podendo o turista despreocupar-se do caminho e lançar-se exclusivamente aos prazeres do movimento e à contemplação da natureza. A palavra *arte* assumia, naquele contexto, o sentido amplo da capacidade de criação humana a partir do manejo da matéria. Para André Rebouças, contemporâneo e grande amigo de Taunay, as obras de engenharia possuíam em si próprias um valor estético capaz de despertar o êxtase característico da observação romântica da natureza. Em seus escritos, a observação da natureza mostrou-se inseparável do sonho de transformá-la, e de promover a fusão da obra divina com a obra humana – o que havia levado o engenheiro Euclides da Cunha a se sentir mistificado pelo poder de criação que o conhecimento técnico lhe conferira. Como Taunay, Rebouças expressou o sentido sublime da combinação entre a arte da natureza e a arte do homem, buscou demonstrar a importância da promoção do turismo, e definiu a apreciação da natureza como um elemento imprescindível para a atração do homem à terra e a afirmação do sentimento nacional – isso já implicava na necessidade de modificá-la para tornar seu alcance fácil, rápido e confortável, de acordo com os pouco aventureiros padrões burgueses.

Sob o ponto de vista prático e de aplicação ao Brasil (...): assim iniciou André Rebouças uma das notas de sua viagem à Europa e aos Estados Unidos, realizada entre 1872 e 1873.⁸²⁶ Os temas prevaletentes em seu diário são a pesquisa de soluções

⁸²⁵ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, op. cit. nota 185, p. 138.

⁸²⁶ REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas (1866-1871)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 224.

técnicas, maquinário moderno, técnicas de produção industrial, inovações no uso de materiais, projetos arrojados de engenharia, exploração de recursos naturais, novidades nos ramos de transporte, melhoramentos urbanos, comunicações – levando-se sempre em conta o custo, as possibilidades de financiamento, a rentabilidade dos empreendimentos, a possibilidade de sua aplicação no Brasil e as prioridades a serem definidas. Sua confiança na técnica parecia absoluta, assim como sua admiração pela audácia dos projetos de engenharia, observada principalmente nos Estados Unidos: *pelo que tenho observado o capricho dos maquinistas e a monomania das apostas, tão freqüentes na raça anglo-saxônia, contribuem mais para os acidentes nos caminhos de ferro e nos vapores nos Estados Unidos do que a ousadia das construções.*⁸²⁷

Difícilmente seria possível, portanto, caracterizar Rebouças como um turista. Em seu passeio ao Niagara, ele observou que a *indústria da exploração do estrangeiro* estava bem mais desenvolvida nos Estados Unidos do que na Europa, pelo menos quando em questão estava o aproveitamento comercial das atrações turísticas. Sua observação concentrou-se no *arrojo yankee* das obras de engenharia construídas junto às cataratas, nos trens e trilhos, pontes suspensas, elevadores, e frente ao malogro da indústria manufatureira que havia sido planejada na região, que por isso vivia apenas do turismo. Ele não descreveu contudo *as maravilhas do Niagara*. No dia seguinte, *Mr. perpetual-motion Rebouças* – como o definiu um conhecido – estava já a caminho de Oil Creek, centro de exploração petrolífera localizado em Titusville.⁸²⁸ O deslumbramento que ele não expressara pelas cachoeiras aflorou *nas margens desse riacho maravilhoso; negras do petróleo que por elas destila!*

⁸²⁷ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 187, p. 252-253.

⁸²⁸ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 187, p. 255.

Um sem número de nascentes de gás hidrogênio carburetado, queimando livremente em tubos de 3” e iluminando a floresta e o Oil Creek; então o “Burning Spring” do Niagara desceu na nossa imaginação a um brinco de criança!

*Às 10 da noite, o espetáculo atingia o maravilhoso. No fundo do vale o Oil Creek, o regato de petróleo, refletindo, de espaço a espaço, as longas chamas dos tubos de gás; uma linha negra, uma ousada ponte suspensa provisória para os operários; a floresta elevando-se nas colinas até o céu; árvores, projetando sombras fantásticas ao clarão de uma iluminação ciclópica; o sibilar das máquinas a vapor queimando gás natural, o ranger das armações de madeira dos “derricks”; a pancada das barras de mina nos poços em perfuração; o arfar da locomotiva do caminho de ferro paralelo ao rio...*⁸²⁹

A emoção que o espetacular empreendimento despertava foi descrita por Rebouças a partir de uma surpreendente fusão entre os elementos naturais e os gigantescos equipamentos para a perfuração de poços, extração e armazenagem do petróleo: a luzes das chamas que saíam dos tubos de gás refletiam-se nas árvores e criavam um magnífico jogo de sombras; sobrepunham-se a imagem da floresta natural *viçosa e bela*, que se estendia até as colinas e a de *uma verdadeira floresta de “derricks”* – torres para poços; os trilhos da ferrovia acompanhavam o leito do rio; o gás natural era queimado por máquinas a vapor. Para Rebouças, natureza e técnica haviam se fundido numa só paisagem, para o cumprimento do desígnio divino de libertação dos escravos, pois a exploração de petróleo em Oil Creek chegara a seu auge durante a guerra civil nos Estados Unidos.

Embora a exploração de petróleo tenha despertado no autor maior comoção que o Niagara, ele não esqueceu o exemplo das obras de transporte que foram realizadas para incrementar a exploração turística das cataratas. Em artigo datado de 1876, e publicado em 1898, Rebouças fez um árduo exercício de imaginação, buscando demonstrar a

⁸²⁹ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 187, p. 251.

conveniência de se implantarem, na região de Sete Quedas, os melhoramentos observados em sua viagem aos Estados Unidos – trata-se de fato de um comentário em seguida ao relato de viagem publicado no mesmo periódico, que narrava a arriscada aventura do Capitão Nestor Borba em sua viagem às Sete Quedas. Tratava-se de idealizar um *Brasil no apogeu da riqueza e da prosperidade*, apesar do desânimo de um empreendedor que sempre enfrentou grandes problemas para realizar seus projetos, da penúria das condições materiais do país naquele momento, e da consciência de que os esboços que eram então apresentados não seriam realizados num futuro próximo. A demonstração das potencialidades de exploração das belezas naturais do país devolveu contudo ao escritor seu visionário otimismo progressista. Sua argumentação seguiu, passo a passo, o exemplo norte-americano. Reunindo citações entusiásticas sobre as maravilhas de Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo, o autor afirmou sua importância patriótica e seu forte potencial turístico, cujo aproveitamento dependia de condições objetivas que já vinham sendo criadas – acesso por ferrovia, construção de estradas e pontes, regulamentação específica, definição de políticas de conservação e manutenção financeira.

A transformação das belezas naturais de um país em bens de uso público, como havia sido feito no caso de Yellowstone, não era, advertia Rebouças, uma questão de idealismo, pois este deveria ser visto como um aspecto importante do mais significativo problema das nações do Novo Mundo: a atração de imigrantes. Segundo ele, para que um país atraísse colonizadores, ele deveria ser *bom e belo*. O primeiro aspecto, que dependia de condições sociais, econômicas e políticas, fugia dos limites do artigo, mas o segundo trazia seu argumento principal: *para isso é evidentemente necessário pôr em relevo, cercar das maiores comodidades possíveis, todos os prodígios naturais, que ele*

*encerra; quer eles se chamem Niagara, quer salto do Guaíra!*⁸³⁰ Na Europa e já também nos Estados Unidos, dizia ele, o turismo vinha adquirindo grande importância econômica, e gerando consideráveis lucros financeiros. No Brasil daquele momento, seria já suficiente que a natureza intocada do país cumprisse sua função de atrair colonizadores e naturalistas. Porém, *quando dos vales do Tibagy-Paranapanema, do Ivaí e do Iguaçu possuírem vapores e locomotivas, então poderemos convidar os turistas para virem admirar uma região que possui rios que não temem confrontação com o Mississipi, cascatas que rivalizam com o Niagara; e, o que não há nas belezas naturais dos Estados Unidos, a flora mais linda, mas variada e mais opulenta do mundo (...).*⁸³¹

Colocadas em comparação com as anteriormente citadas virtudes do Yellowstone, as belezas do Guaíra demonstravam, na visão do autor, nítida superioridade. Vislumbrando o mapa do Brasil, Rebouças demonstrou como muitas regiões brasileiras poderiam dar origem ao primeiro parque nacional do país – e, de acordo com o modelo norte-americano, para isso seria obviamente necessária a melhoria das condições de chegada dos visitantes. A imaginação do autor vislumbrou vapores como os do Mississipi no Tocantins e no Araguaia, vias férreas laterais acompanhando suas cachoeiras, barcos a vapor franqueando fortes emoções aos turistas na descida de uma corredeira do Guaíra:

Lancemos os olhos agora para um grande futuro; repitamos a viagem do intrépido capitão Nestor Borba, não a cavalo, mas sim em confortável carro palácio, como hoje se vai ao Niagara; não em canoa, mas em um

⁸³⁰ REBOUÇAS, André. Excursão ao salto do Guaíra ou Sete Quedas, pelo capitão Nestor Borba – notas e considerações geraes, pelo engenheiro André Rebouças [1876]. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 61, pt. 1, p. 74-87. 1898. Citação: p. 81.

⁸³¹ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 191, p. 83.

desses belos vapores, adornados com a riqueza e a magnificência de salões de baile, como ora se viaja pelo Hudson e por England-Island-Sound!

.....
Aí [Setes Quedas] encontraremos, como em Niagara Falls, pontes suspensas, elevadores, planos inclinados, enfim a arte do engenheiro tentando elevar-se à altura do **Fiat** de Deus!

Depois passemos, dias e dias, a admirar todas as maravilhas naturais, grupadas no Parque Nacional do **Guaíra**, e por todo o Paraná, até o Iguaçu; terminemos nossa excursão no Salto de Santa Maria! E voltemos a Curitiba pelo caminho de ferro de Guarapuava, certos de haver realizado a mais bela viagem circular, que se pode fazer neste mundo!⁸³²

A exaltação mística que caracteriza o discurso de André Rebouças e de Euclides da Cunha demonstra que, como afirmou Herf,⁸³³ os engenheiros podiam articular irracionalismo e progresso técnico, como observado na Alemanha a partir da década de 1870. Eles se tornavam, assim, ideólogos, à medida que, promovendo uma espécie de *espiritualização da tecnologia*, combinavam a tradição nacional – no caso brasileiro, a tradição romântica de exaltação da natureza como símbolo de riqueza e originalidade – com o progresso técnico de expressão internacional. Sua expressão era, portanto, permeada de *símbolos, palavras-chave e metáforas carregadas de emoção*, inserindo a tecnologia no campo da cultura ao vislumbrá-la como um simulacro ou um aperfeiçoamento do mundo natural, sendo a engenharia comparável a um processo criativo e subjetivo – divino, como na expressão de Rebouças.⁸³⁴

André Rebouças introduziu, contudo, uma quebra no texto – nitidamente delimitada por sinais gráficos – após o auge de seu entusiasmo e de seu esforço imaginativo, retornando à realidade e acordando do sonho de transformar Sete Quedas em Niagara. Segundo ele, naquele momento tornava-se absolutamente necessário

⁸³² REBOUÇAS, André, op. cit. nota 191, p. 86.

⁸³³ HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich*. Tradução Cláudio Frederico da S. Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993.

⁸³⁴ HERF, Jeffrey, op. cit. nota 194: 179.

enfrentar a realidade da devastação das riquezas do país e, na impossibilidade de realizar as obras que poderiam torná-las atraentes para os turistas, que fossem pelo menos mantidas *intactas, livres do ferro e do fogo*, suas grandes belezas naturais, em benefício das gerações futuras.⁸³⁵ O texto de Rebouças divide-se entre dois fortes sentimentos: por um lado, a partir do modelo norte-americano sua imaginação era inflamada pelo vislumbre do que poderia ser feito a favor do progresso do Brasil, o que dava origem a afirmações entusiásticas; por outro, surgia a consciência da realidade, da atitude destrutiva em relação à natureza no país, da falta de recursos financeiros e dos embaraços da política, e a descrença quanto às possibilidades de aplicação dos seus sonhos de engenheiro à realidade, o que dava origem a um amargo sentimento de desilusão. Em cartas a Taunay, Rebouças explicaria o recurso por ele utilizado para *combater a obsessão brasileira e humanitária: a obsessão matemática*.⁸³⁶ Inventando difíceis problemas de cálculo diferencial e integral, ele ocupava sua mente e impedia que ela fosse tomada por seus sonhos de progresso ou seu desespero de idealista condenado à frustração.⁸³⁷

⁸³⁵ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 191, p. 86.

⁸³⁶ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 187, p. 407. TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. André Rebouças. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 77, pt. 1, p. 115-124, 1916. Informação: p. 118.

⁸³⁷ *Ai, que mísera posição a dos Engenheiros do Brasil!*, assim resumia Rebouças seus sentimentos frente às resistências por ele encontradas na realização de seus *projetos destinados a acelerar o progresso do Império*. REBOUÇAS, André, op. cit. nota 187, p. 134, 181. Na visão de Carvalho, estas resistências, que tanto dificultavam e retardavam as mudanças no país e a ruptura com o passado, eram exercidas pela burocracia estatal, por grupos de interesse tradicionais e pelos representantes políticos da classe senhorial, que se atemorizavam frente a um modelo de engenharia empresarial ainda inédito no Brasil. Dentre os projetos de Rebouças, citam-se: regulamentação legal e criação de seis companhias de docas, fundação de uma companhia de abastecimento de águas para o Rio de Janeiro, construção de dois cais na mesma cidade, estabelecimento de três companhias de transporte ferroviário e legislação própria, um empreendimento de exploração florestal no Paraná, uma empresa de navegação no rio Paraná. Apenas as docas Pedro II e da Alfândega, no Rio de Janeiro, e a Companhia Florestal Paranaense chegaram a ter existência concreta. CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit. nota 132, p. 111. REBOUÇAS, André, op. cit. nota 187, p. 181.

O turismo visionário de Rebouças em seu tom mais entusiástico foi retomado no opúsculo *Ao Itatiaia!*, narrativa de uma excursão àquela serra, pontuada pela comparação entre as paisagens brasileiras e as paisagens norte-americanas e européias, notavelmente as da Suíça, onde se encontravam os mais consagrados cenários turísticos de montanha. Como de hábito, observava-se que, considerada a dotação de maravilhas naturais, o Brasil possuía nítida superioridade, ainda que as condições do desfrute destas paisagens fossem aqui bastante dificultosas: *O Mount Washington, há dezenas de anos, possui caminho de ferro; o Rigi Kulm ostenta duas vias férreas, no Itatiaia-Açu, rigorosamente, nem há picadas....* O romantismo da ascensão à montanha por um caminho *tão variado e tão poético*, enfeitado e perfumado por flores, ervas e árvores, e acompanhado por panoramas *tão vastos e tão majestosos* não parecia compensar o esforço físico e aliviar a crítica à *desídia dos governos e também dos povos*, que não cuidava de lhe facilitar o acesso.⁸³⁸ Desde a partida do Rio de Janeiro, as condições da viagem foram cuidadosamente anotadas, não se furtando o autor a definir algumas das características técnicas e esboçar diversas críticas ao sistema adotado na ferrovia Pedro II. Uma das grandes emoções experimentadas durante a viagem foi proporcionada exatamente pela ferrovia: durante a passagem por túneis, o autor se via dominado pelo ilusionismo dos fortes efeitos criados pelo movimento, pela escuridão, pela suspensão das impressões exteriores, pelo traçado da linha – uma acumulação de sensações fortes e ambíguas que iam do estranhamento à ansiedade, ao medo, à angústia e à *grata sensação de júbilo* com que ele sentia, aliviado, haver terminado a aventura.⁸³⁹ Durante esta jornada, as fortes emoções experimentadas durante a passagem pelos túneis da ferrovia somente eram comparáveis ao êxtase declarado frente às Agulhas Negras

⁸³⁸ REBOUÇAS, André. *Ao Itatiaia!* Rio de Janeiro: Lombaerts, 1878. p. 4.

⁸³⁹ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 199, p. 23.

quando primeiramente avistadas: *havia alguma coisa de majestosamente dramático, a produzir uma sensação de terror, nesse perfil severo, alto, grande e colossal...*⁸⁴⁰

Pouco depois da partida do Rio de Janeiro, o autor já se sentia afetado por um doloroso sentimento do vazio, ao observar a existência de vastas extensões de terrenos incultos, mesmo numa zona tão próxima à capital federal e à estrada de ferro. Sua sugestão era mais uma vez seguir o exemplo norte-americano, que favorecia o papel do trem de ferro como *mensageiro do progresso*, estímulo ao povoamento e à exploração econômica das terras, através da concessão a baixos preços de terras próximas à linha férrea para imigrantes, em ação conjunta dos governos e das companhias ferroviárias. A imaginação de Rebouças voltou-se sobretudo, nesta viagem ao Itatiaia, à problemática da colonização de terras. Suas sugestões antecipavam muitas das palavras de ordem do discurso da modernização agrícola que floresceria no país: defesa do ensino técnico, crítica à monocultura e ao latifúndio, preconização da cultura intensiva, da utilização de maquinário, e das práticas de fertilização e conservação dos solos – em resumo, adoção dos princípios científicos da *agronomia hodierna*. Isso dependeria, certamente, da ação dos engenheiros que realizariam, por exemplo, obras de drenagem para a conversão de terrenos pantanosos em largos campos férteis adequados para receber a colonização estrangeira. Com a fertilidade dos vales onde se estendiam amplos pastos naturais, as terras do Itatiaia poderiam tornar-se uma das regiões agrícolas mais prósperas do país. Segundo o autor, se o povoamento da região se fizesse pela inteligente e laboriosa raça suíça, alcançaria uma prosperidade ímpar, dando lugar a vastas plantações de cereais e a um sistema racional de criação de gado. Lá seriam encontradas excepcionais condições de aclimação de finas e úteis espécies animais, não apenas bois e cavalos, mas lhamas,

⁸⁴⁰ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 199, p. 65.

alpacas, camurças, cabritos e veados, que atenderiam a múltiplos usos além da alimentação, como o transporte, e a produção de lã e de material para vestuário. O autor acentuou ainda a possibilidade de criação de uma agroindústria na região, que tirasse proveito da abundância de ananases silvestres para a produção de bebidas, doces e xaropes. O exercício de sua missão civilizadora apoiava-se sempre na sobreposição de uma paisagem européia ou norte-americana na cena brasileira. *É uma região inteira a povoar; um cantão da Suíça, admiravelmente situado a algumas dezenas de quilômetros das florestas de vegetação tropical da província do Rio de Janeiro.*⁸⁴¹

Em termos turísticos, embelezada por largos campos agropecuários e facilitado seu acesso por meios modernos e confortáveis de transporte, a região poderia tornar-se tão atraente quanto os Alpes. Além disso, possuía perfeitas condições para a criação de uma *Higienópolis*, uma *cidade modelo* voltada para a melhoria da saúde e o repouso, e que teria a capacidade de *prolongar o mais possível a vida de seus habitantes*, beneficiando-se das excepcionais qualidades de seu ar seco, do clima moderadamente frio, da pureza de suas águas e da ausência de insetos. Neste ponto o autor abandona o discurso no condicional, e assume a certeza de que o destino do Itatiaia seria brevemente cumprido: *Sem dúvida alguma, em futuro bem próximo, esta situação privilegiada, – esse magnífico planalto do Itatiaia-Açu, – servirá de sede a uma cidade, que nada terá a invejar aos mais afamados pousos de salubridade da Itália e da Suíça.*⁸⁴² Nas condições em que se encontrava a região naquele momento, contudo, o turista estava condenado a passar por más experiências, dada a inexistência de *hotéis que mereçam este nome*, determinada pela franca hospitalidade dos fazendeiros.

⁸⁴¹ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 199, p. 77.

⁸⁴² REBOUÇAS, André, op. cit. nota 199, p. 72, 73.

Rebouças definia o dilema do viajante no Brasil: ter que escolher entre o desconforto dos pousos disponíveis e o constrangimento de incomodar alguém. Por isso ele defendia uma lógica turística baseada em relações impessoais e eficientes – capitalistas, em suma – de hospedagem e alimentação. Experimentado em viagens pela Europa, Rebouças dizia ressentir-se no Brasil de um dos maiores prazeres do turista: conhecer especialidades culinárias variadas, o que se tornava impossível na improvisação das refeições em casas particulares.⁸⁴³ As críticas à precariedade da infra-estrutura e às dificuldades da ascensão às montanhas atendiam, contudo, ao objetivo da narrativa, de tornar mais conhecidas as belezas naturais da região e demonstrar suas potencialidades de exploração econômica como pólo agroindustrial, que no caso somavam-se a seu inegável potencial turístico como estação climática.

De fato, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ainda se discutia no Brasil o termo adequado para se referir à prática turística. Os autores dividiam-se entre o francês *touriste* e a forma em português, grafada como *tourista* ou já como *turista*; existiam ainda as alternativas *excursionista* e *viajante*. Em 1910, Carlos Góes procurou pôr fim ao galicismo em prática, criando um neologismo: *omnâmbulo*, do latim *omnis* – tudo – e *ambulare* – andar –, sugestão que não parece ter encontrado ressonância.⁸⁴⁴ Anteriormente, em 1900, já Horácio de Carvalho insurgira-se contra o uso generalizado do termo francês: *É com suprema repugnância que escrevemos a palavra francesa **touriste**, hoje corrente em várias línguas (...) **Turista** seria um híbrido, um aleijão*. Como alternativa, ele propunha também um neologismo, recorrendo à origem etimológica do termo francês e transladando-a para o português a

⁸⁴³ REBOUÇAS, André, op. cit. nota 199, p. 33-34.

⁸⁴⁴ GOES, Carlos. *Historias varias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911. p. 95.

partir do latim: *tornista*, aquele que dá voltas *em torno dos lagos, das montanhas, das altas serras, de todos os lugares pitorescos, de todas as belezas naturais*.⁸⁴⁵ Esta busca de alternativas de nacionalização da palavra correspondia a um crescente interesse pela prática que era ainda pouco comum dentro do país, mas que atendia aos sentimentos patrióticos de fortalecimento dos vínculos com a nação a partir do conhecimento e da admiração pelo território. Os autores que escreviam sobre o tema queixavam-se generalizadamente da falta de interesse do brasileiro pelas maravilhas de sua terra – tema caro na obra de Taunay, desde *A retirada da Laguna*. Para Horácio de Carvalho, na Europa a prática turística era o resultado de uma necessidade moral que já havia se tornado hereditária: a *necessidade do belo*, que alimentava o espírito, recuperava a saúde da alma, afastava a melancolia e a neurastenia, e assim criava melhores cidadãos. Os brasileiros não haviam ainda sido educados para tal. Além disso, eles constrangiam-se facilmente pelas dificuldades de acesso aos lugares mais soberbos. Era este o caso do pico de Itatiaia, tido então como o ponto culminante do país, mas que não havia sido até aquele momento conquistado pelo homem. Essa primeira e triunfante tentativa de *mantiqueirismo* – o termo foi cunhado em substituição a *alpinismo* – assumia um sentido bem diverso do encontrado na obra de André Rebouças. Seu principal objetivo era o de narrar detalhadamente a aventura de ascensão ao Pico do Itatiaia, demonstrando que, apesar de árdua e perigosa, a tarefa não era impossível, e fornecendo informações úteis aos interessados em repeti-la, marcando obviamente o alegado ineditismo da peripécia. Frente à magnificência do panorama, o autor se perdia entre êxtases românticos e divagações filosóficas, mas não cogitava profundamente em transformar

⁸⁴⁵ CARVALHO, Horacio de. *Itatyáia*: ascensão ás Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900. p. 140-141.

aquele ambiente ou torná-lo mais facilmente acessível: a tônica do texto é a aventura da conquista das grandes montanhas, não o movimento regular de visitantes à região.

Estas narrativas de viagem que a partir do final do século XIX dedicavam-se a descrever refúgios pitorescos e maravilhas naturais do território brasileiro tomaram o trem de ferro mais do que como um meio de transporte que encurtava as distâncias, permitia a apreciação da paisagem durante o percurso e o tornava mais confortável. Elas comumente fizeram dele uma verdadeira personagem e uma atração por si própria, como dão testemunho eloqüente as narrativas das emoções contraditórias vividas por Rebouças nos túneis da ferrovia Pedro II. De fato, a história do turismo foi determinada pelas transformações técnicas que permitiam acesso mais amplo e facilitado aos locais considerados pitorescos, mas o trem de ferro tornou-se mais do que um *meio*. Esta será uma constante nas narrativas turísticas brasileiras. Curiosamente, a mesma circunstância que levou a Minas Olavo Bilac – escapar das ameaças do estado de sítio decretado em função da Revolta da Armada – fizeram com que o cronista e crítico literário Carlos de Laet viajassem também a Minas Gerais – *terra onde por último se acolheria a liberdade*. Nela ele esperava encontrar abrigo frente às perseguições, às suspeitas e ao barulho dos canhões.⁸⁴⁶ A princípio, as cidades coloniais mineiras representavam, em face das atribulações, da violência e da agitação da cosmopolita capital federal, o espírito pacífico, conservador, sisudo, moderado, puramente brasileiro. De dentro do expreso para Minas, Laet observava a sucessão rápida de paisagens, o ondulante trajeto da ferrovia na Serra do Mar, as obras que, modestas se comparadas às ferrovias alpinas, demonstravam ainda assim a perícia da engenharia brasileira. A estrada de ferro Oeste

⁸⁴⁶ LAET, Carlos de. *Em Minas. viagens, litteratura, philosophia*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1894. p. VI.

de Minas mereceu minucioso estudo e um capítulo à parte na narrativa, onde foi descrito seu trajeto, seu movimento de passageiros e cargas, suas possibilidades de expansão e articulação com o transporte fluvial, ao mesmo tempo em que se vislumbravam as paisagens do percurso de modo a ressaltar o valor estético das serras, matas, pântanos, rios e vales em sucessão.

Como de hábito nestas estórias de viagem, a contemplação da beleza natural não se dissociava da anotação dos recursos disponíveis para exploração econômica. No caso de Carlos de Laet em passeio pelos arrabaldes de São João del-Rei, foram privilegiados os recursos minerais – cascalho adequado para cobertura de estradas, fina sílica para fabricação de vidro, fontes ferrosas, gasosas e termais a serem aproveitadas para fins higiênicos e medicinais – e as férteis várzeas próprias à criação de colônias agrícolas, mas que até aquele momento despertavam no escritor a sensação de solidão e de um grande vazio, *a mesma sensação que salteia o navegante quando lhe foge a terra e começa o alto mar*.⁸⁴⁷ O escritor observou que as montanhas, sublimes e terríveis, certamente despertavam no viajante maior arrebatamento que as várzeas, mas estas tinham também sua poesia. Beleza e aproveitamento econômico – o que inclui o aspecto turístico – são aspectos indissociados na narrativa de Laet:

O rio Carandaí, afluente do das Mortes, forma no nordeste da várzea uma grande cachoeira, tão importante pela sua face estética quanto pelas aplicações industriais de que seria suscetível.

A extensão encachoeirada regula por meio quilômetro, se tanto, e encerra quatro quedas sucessivas. A primeira é antes um rápido, vindo as águas lançar-se em um espécie de lagoa formosíssima.

.....
A diferença de nível na grande cachoeira é de cerca de 85 metros (na de Paulo Afonso 80 e na do Niagara 50); mas, não tendo a pretensão de eclipsar as formidáveis cascatas de outros rios da primeira ordem, nem por isso a do Carandaí causa menos impressão ao excursionista apaixonado

⁸⁴⁷ LAET, Carlos de, op. cit. nota 207, p. 52.

por belezas naturais. O rio, atirando-se de alto rochedo, espuma raivoso, trovejando e alvinitente. Causa vertigens contemplar-lhe a carreira das águas e, entretanto, dessa atração do abismo custa a gente a alongar-se!

*A força motriz da catadupa, que por minuto vasa, em tempos de seca, 240 toneladas de líquido, não necessita de encarecimento para os leitores, homens do seu século e conhecedores da transmissão da força por meio da eletricidade. Se na várzea do Marçal vier a realizar-se o desejo do Sr. Dr. Aarão dos Reis – a edificação, dentro de três anos, da primeira cidade da América do Sul – a cachoeira do Carandaí mui breve terá onde aplique a pujança com que a dotou o Criador.*⁸⁴⁸

Lamentando o vazio de tão promissora região agrícola, Laet não deixou contudo de observar que a exploração econômica da natureza representava também uma força destrutiva. Nesta observação do duplo potencial, turístico e hidrelétrico, da cachoeira do Carandaí, ele não chegou a considerar a evidente contradição entre ambos. No entanto, ao visitar uma gruta denominada *Casa de Pedra*, ele anotou *a originalidade e magnificência da natureza*, lamentando profundamente que, sendo a gruta de propriedade da empresa que produzia cal a partir das pedras das cercanias, corria-se o sério risco de que *suas lindíssimas estalactites, os mimosos festões e as grandiosas arcarias daquele assombroso palácio* viessem a ser transformadas em matérias-primas para alimentar os fornos industriais. Cabia ao poder público municipal cuidar para que *tal idéia [que] gelou-nos de horror* não fosse jamais concretizada (Laet, 1894: 58).⁸⁴⁹

Nós os brasileiros gostamos pouco de viajar em nosso país; desde que não se possa ir ao estrangeiro preferimos a tudo ficar em casa, observou Júlia Lopes de Almeida em seu relato de viagem ao Espírito Santo, publicado em 1912.⁸⁵⁰ A autora já iniciou o texto assumindo o quanto seu projeto parecia descabido a alguém que vivia no Rio de Janeiro, além de mais progressista, mais belo. Apenas um dos amigos

⁸⁴⁸ LAET, Carlos de, op. cit. nota 207, p. 55-56.

⁸⁴⁹ LAET, Carlos de, op. cit. nota 207, p. 58.

⁸⁵⁰ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Scenas e paizagens do Espirito Santo. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 75, pt. 2, p. 175-217, 1912. Citação: p. 214.

consultados a respeito, por sinal o ufanista Affonso Celso, lembrou-se de elogiar a beleza da baía de Vitória, enquanto todos os demais a advertiam quanto ao desconforto a ser experimentado num estado que vivia em tamanho *atraso material*. Apesar disso, Júlia Lopes assumiu o desafio – com a bagagem devidamente munida de frascos de perfumes e desinfetantes para suportar o dito mal-cheiro de Vitória – acreditando atender assim à necessidade de *fazer propaganda do Brasil – não só na Europa, onde ela deve ser feita com extrema habilidade, como no próprio Brasil*. Tal era o motivo alegado para a narração da viagem, que ela advertia não conter nenhum interesse político ou pessoal.⁸⁵¹ Sua primeira fonte de satisfação estética foi proporcionada pela própria estrada de ferro:

É bem possível que me fuja da pena uma ou outra expressão, que possa parecer ao leitor demasiada em relação à beleza dessa estrada, que sobe em voltas de valsa de longas elipses até a uma altura de setecentos e dezesseis metros, e que desce do mesmo modo até quase ao nível do mar.

Os cortes das montanhas desenham pórticos de roxo antigo no fundo verde da vegetação. A estrada, evitando a perfuração dos túneis, como se tivesse medo ao escuro, coleia pelo dorso das montanhas, quase na grimpá, ora aproximando-se, ora fugindo de águas que se despenham ou que deslizam. (...)

*Há, porém, um trecho dessa belíssima estrada de Leopoldina, de que jamais se esquecerá quem o tenha percorrido com a cabeça fora da portinhola do trem: é o “Soturno”, ou Garganta do Inferno. O trem corta o flanco da penedia imensa, cosendo o seu corpo de réptil negro e fumegante ao corpo duro e frio da pedra branca. O precipício é terrível. Não tem mistérios. É a ribanceira enorme, íngreme, alvadia, em que se despedaçaria, implacavelmente, carne humana ou ferro bruto, que nele fosse despenhado.*⁸⁵²

As emoções da excursão iniciavam-se, portanto, no percurso pela ferrovia. Para a autora, a jornada por trem em si só já justificava o interesse de uma viagem ao Espírito Santo. Terror e êxtase, medo e sentimento do sublime, permeiam uma movimentada

⁸⁵¹ ALMEIDA, op. cit. nota 211, p. 177.

⁸⁵² ALMEIDA, op. cit. nota 211, p. 180.

cena em que natureza e artifício se fundem e formam uma só fonte de estímulos sensoriais e encantamento estético, à qual se sucedem doces e bucólicas paisagens rurais. O olhar de Júlia Lopes não deixou de observar o potencial econômico da região percorrida, as condições da colonização já estabelecida e a necessidade de incrementá-la, para preencher o vazio de paisagens férteis porém desertas: *a terra está à espera do trabalhador que a fecunde, do rebanho que a anime*.⁸⁵³ Sua estadia em Vitória constituiu um meticuloso exame de seu *esforço de transformação*, de sua *ânsia de progresso*: ao contrário das sombrias assertivas dos amigos que consultou antes da viagem, a escritora encontrou naquela cidade sinais evidentes de que muito estava sendo feito no sentido de seu melhoramento e atualização, especialmente através da realização de obras de engenharia: construções, drenagem, urbanização, iluminação elétrica, saneamento.

A paisagem da *poética baía* do Espírito Santo despertou na autora não poucas palavras entusiásticas, ainda que ela admitisse que aquele artigo não pretendia ser uma peça de belas letras, mas uma avaliação o mais clara o possível das condições do progresso naquele estado, *com a esperança de que elas possam servir de alento a outros Estados de mais frouxa iniciativa*.⁸⁵⁴ Ao deixar o Rio de Janeiro, uma de suas preocupações e prevenções contra o Espírito Santo havia sido despertada pela ampla e negativa repercussão alcançada na imprensa carioca pela assinatura de contratos entre o governo daquele estado e uma empresa estrangeira, para a extração de madeiras das afamadas florestas do Estado. Como *advogada das nossas árvores urbanas e florestais*, Júlia Lopes de Almeida havia já dedicado livros, palestras e artigos de jornal contra o

⁸⁵³ ALMEIDA, op. cit. nota 211, p. 181.

⁸⁵⁴ ALMEIDA, op. cit. nota 211, p. 193.

desmatamento no Brasil, e em defesa do plantio de árvores⁸⁵⁵. Ela era, por outro lado, uma ardorosa apologista da modernização, da intensificação da atividade produtiva no país e da colonização mais ampla do território. O dilema de Júlia Lopes é uma singela demonstração daquela *sensibilidade cindida* entre o uso econômico e a conservação da natureza que, como demonstrou Thomas, caracteriza a sociedade moderna.⁸⁵⁶

O fato ocorrido no Espírito Santo tornou-se, por causa disso, tema de uma séria palestra com um informante local que a escritora considerou exato e neutro. Nas palavras deste, as árvores eram vítimas inevitáveis do progresso, que dependia de sua extração para a abertura de campos agrícolas, estradas e cidades. A política do estado consistia em transformar essas árvores – que de qualquer forma estavam condenadas ao fogo, a despeito dos protestos gerais – em fontes de renda para os cofres públicos, e condicionar a exploração das florestas à atração de imigrantes e sua fixação à terra. Sendo o povoamento do território e sua eficiente exploração econômica considerados os mais graves problemas do país, que assumia *o triste papel de mendigo de colonos*, na expressão da autora, e em face dos cálculos e esquemas gráficos apresentados, ela acabou por concordar que disputar ao fogo as árvores das *bárbaras e incultas* terras devolutas do estado, para com isso promover a colonização do território, seria sem

⁸⁵⁵ Outros exemplos da difusão do discurso conservacionista entre a intelectualidade brasileira no início do século XX podem ser encontrados na obra de Coelho Neto, em uma palestra proferida em 1902, *A Árvore*, e, em 1911, no *Discurso sobre a devastação das florestas*, apresentado quando ele ocupava o cargo de deputado federal pelo Maranhão. COELHO NETTO. op. cit, p. 341-346. COELHO NETTO. *Falando... discursos na Câmara, discursos litterarios*. 2. ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1927. 57-82. 1. ed. 1919. Gustavo Barroso denunciou também a generalizada falta de amor pelas árvores no Brasil, enquanto Monteiro Lobato contestou com ironia a superioridade de um maleitoso caboclo, o Urunduva, sobre uma bela árvore que ele pretendia derrubar: *Aquela maleita ambulante é “dona” da árvore. O Urunduva está classificado no gênero “Homo”. Goza de direitos. É rei da criação e dizem feito à imagem e semelhança de Deus*. LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 87. 1. ed. 1918. BARROSO, Gustavo, op. cit. nota 20, p. 215-220.

⁸⁵⁶ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1900*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das letras, 1988. p. 339.

dúvida uma política sábia e eficiente. O dilema entre a promoção do uso dos recursos naturais para a aceleração do progresso econômico, e o intuito de conservar as belas paisagens e os prodígios da natureza, a variedade da flora e da fauna brasileiras e o equilíbrio ambiental, dissolvia-se frente à pretensa inevitabilidade das queimadas e ao imperativo da colonização. Urgia preencher as paisagens *vazias*.

Essas narrativas de viagem pelo Brasil são bastante peculiares se comparadas às que emergiam no contexto turístico europeu. Principalmente a partir da segunda metade do século XIX, a implantação dos sistemas ferroviários e da navegação a vapor na Europa deu impulso a um movimento de viagens de lazer até então desconhecido. Certamente, a prática da viagem era bem anterior à era do turismo, cujo advento dependeu da difusão do desejo pelas paisagens naturais, muitas vezes tidas até então como terríficas ou mesmo repulsivas⁸⁵⁷. O turismo se constituiu ao mesmo tempo como prática e como representação, mediatizado que foi pela escrita e pela imagem. Ambas foram agentes fundamentais da transformação material e simbólica do sentido da viagem de lazer, em torno da qual se formaram uma indústria – a indústria do conforto e da diversão mundana – e um discurso: o turista moderno constituiu um olhar e uma escrita particulares, e foram as publicações de viagem que infundiram o desejo pela natureza, ensinam a viajar, a organizar as impressões da paisagem e classificá-las de acordo com os sentidos do sublime e do pitoresco⁸⁵⁸. Tais narrativas tornavam-se,

⁸⁵⁷ Simon Schama estudou a emergência da imagem da sublimidade das montanhas no universo sensível do romantismo, em contraste com o terror religioso, mescla de adoração e opressão, ligado a elas até meados do século XVIII. SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1996, pt. 3. A ascensão do desejo pela beira-mar na Europa a partir da segunda metade do século XVIII dependeu, correlatamente, da reversão das representações ligadas à paisagem litorânea na época clássica, em que ela evocava medo e repulsa. CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

⁸⁵⁸ Desde as primeiras décadas do século XIX europeu, a prática turística e as viagens pitorescas popularizadas pela litografia, pela gravura e pelo desenho ao ar livre deram impulso à representação da natureza e à criação de uma classe de profissionais da paisagem. A fotografia passou a ocupar seu espaço

portanto, vetores pedagógicos de transmissão da experiência individual, no sentido da normalização de um comportamento e de uma sensibilidade coletivas⁸⁵⁹. O turismo significava todavia, lamentou-se o exota Segalen, uma *má atitude exótica*, em seu não-comprometimento com a diferença.⁸⁶⁰

No Brasil, viajar dentro do país significava cruzar o deserto, e inventariar as ausências que suscitavam o desejo de transformação, de forma que o olhar turístico confundiu-se com o olhar colonizador e modernizador. Os relatos turísticos assumiam aqui, muitas vezes, um tom similar ao das narrativas dos viajantes estrangeiros que Pratt⁸⁶¹ denominou *a vanguarda do capitalismo*, referindo-se aos exploradores que chegaram à América do Sul a partir da década de 1820, em busca de matérias-primas, riquezas potencialmente exploráveis, abertura de caminhos. Esses viajantes, enviados como representantes de companhias européias interessadas na expansão de investimentos e na exploração de recursos, vislumbravam um mundo natural a ser conquistado, para realizar algo e desvendar o que restava oculto. Neste discurso neocolonialista, a natureza bruta dava origem ao desejo de transformação: florestas seriam substituídas por plantações e manufaturas, e a terra seria ocupada por nativos convertidos de selvagens indolentes a trabalhadores disciplinados⁸⁶². No caso das

a partir da década de 1870, principalmente. As publicações turísticas que traziam os relatos de viagem eram concomitantemente incentivadas pela criação de associações de turismo, que reuniam seus sócios de maneira cada vez mais ampla e mais eclética, nas últimas décadas do século XIX, o que contribuiu para afirmação das ideologias conservacionistas e de proteção das paisagens. LUGENBUHL, Yves, op. cit. nota 122, p: 30-34.

⁸⁵⁹ LAVENIR, Catherine Bertho. *La roue et le stylo: comment nous sommes devenus touristes*. Paris: Odile Jacob, 1999. C. 2.

⁸⁶⁰ SEGALÉN, Victor. *Ensayo sobre el exotismo: una estética de lo diverso (y textos sobre Gauguin e Oceanía)*. Tradução Jorge Ferreiro. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 47.

⁸⁶¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999. C. 7.

⁸⁶² Apesar de não pertencer a esta categoria da *vanguarda capitalista*, o naturalista Saint-Hilaire deixou uma página altamente representativa deste discurso colonizador, em sua *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*:

narrativas de viagem escritas por estes eminentes intelectuais brasileiros, os dois aspectos confundiam-se de forma até mesmo desconcertante: muitas vezes referia-se à obra de modernização e de colonização como o agenciamento de um ideal estético – a terra ordenadamente lavrada era tida como mais bela e pitoresca que a terra desértica, bárbara ou sem fins utilitários; os artifícios da engenharia sobrepunham-se à natureza bruta formando um conjunto fantástico, prodigioso e belo. Similarmente, a estética do sublime em sua admiração pela natureza bruta não esteve nunca ausente destas narrativas de viagem, mesmo naquelas tão pragmáticas como as de André Rebouças no Itatiaia.

A narrativa de Nestor Vitor sobre sua viagem ao Paraná é exemplar a respeito deste duplo aspecto. O próprio título, *A terra do futuro*, dá uma idéia do sentido da obra: demonstrar como aquele estado possuía condições privilegiadas para tornar-se o mais rico do país, a julgar pelo progressismo de suas cidades, pela abundância de seus recursos naturais e pelo seu imenso potencial turístico. A narrativa do crítico literário

Lançando os olhos sobre o Jequitinhonha, os sonhos que acalentara na primeira juventude (...) voltaram a se me apresentar perante a imaginação. Via-me possuidor de algumas léguas de terra às margens do Jequitinhonha. Chego com um criado fiel e alguns escravos. Levanta-se, às pressas, um abrigo semelhante ao dos botocudos, para passar a primeira noite. A princípio passo a existência privado de todas as comodidades da vida; o desejo, porém, de delas gozar, em breve me anima ao trabalho. Parte dos escravos é empregada em cortar árvores nos lugares em que se deverá plantar milho e algodão para o ano seguinte; outros em construir uma cabana. A pouco e pouco o mato desaparece ao redor de minha morada, e o sol aquece com seus raios uma terra sobre a qual não brilhava há séculos. Mando vir cabeças de gado; introduzo um sistema racional de agricultura; construo um engenho de açúcar, ou de serra, e eis-me proprietário de canoas que me vão levar as colheitas a Belmonte. Dentro de pouco tempo minha cabana transforma-se em uma agradável residência; acrescento-lhe um pomar, e mando fazer para mim um jardim inglês abrindo picadas pela mata. Um trecho de matas várias vezes queimado fornece-me gordas pastagens; meu gado, bem tratado, fornece-me queijo e manteiga; numerosos galináceos e todas as espécies de animais domésticos me animam os arredores da habitação. Introduzo leis na minha pequena república; meus negros são bem alimentados, bem vestidos; pequenas recompensas estimulam-nos ao trabalho; bons tratos, provas de interesse tornam-lhes a existência mais suportável, e fazem-nos amar seu amo.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 262. 1. ed. 1830.

começou por Paranaguá, sua cidade-natal e, por alguns momentos, ele pareceu tentado a conferir a ela o tom habitual das viagens sentimentais de retorno às origens: ele se lamentava que a longa ausência havia destruído a intimidade fundamental estabelecida entre ele e o ambiente, visto naquele momento com mais estranhamento que familiaridade. *Era a conseqüência natural de tão prolongada ausência para os que não acompanham o renovamento constante, próprio da vida, uma cidade pequena como aquela, cuja população inteira conhecíamos, passados vinte anos, transforma-se em uma necrópole.*⁸⁶³ Um interlocutor – este será um artifício literário utilizado constantemente na obra para dar a ela a vivacidade dos diálogos e expor os dois lados de uma polêmica – observou que esta sensação era advinda da perda do caráter sedentário da cidade, que acompanhava o fluxo crescente de emigração e imigração característico de uma era progressista. Será este o olhar adotado pelo autor em toda a sua obra: a transformação e o movimento constantes em substituição à rigidez da sociedade do passado. Em sua concepção, de nada valia lamentar a perda da memória, pois o tradicionalismo conseqüente da estagnação era estéril, especialmente numa terra como o Brasil, que não tinha uma grande tradição cultural a perder. Aqui, o que se mantinha intacto atestava, segundo ele, *caquexia, senilidade precoce.*⁸⁶⁴ Pelo contrário, o que prometia a nova *sub-raça paranaense*, formada pelos imigrantes europeus – naquele momento ainda concentrados no planalto, mas destinados ao povoamento de todo o estado – era instilar juventude, vigor e otimismo e construir um *Brasil jovem*, destinado pelas suas riquezas naturais e pelo grande movimento progressista da humanidade a inaugurar uma nova fase de atividade enérgica e tecnicamente aprimorada.

⁸⁶³ VICTOR, Nestor. *A terra do futuro*: impressões do Paraná. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1913. p. 225-239. Citação: p. 24.

⁸⁶⁴ VICTOR, Nestor, op. cit. nota 224, p. 42.

*O mundo inteiro americaniza-se, meu patrício, e com ele o Brasil. Estamos entrando num período de característica industrialização em todo o país. O que hoje queremos é capitalizar, porque sentimos uma necessidade de vida intensa que até aqui não conhecemos.*⁸⁶⁵ Sua observação da natureza foi pontuada pela anotação dos recursos disponíveis: a areia cristalina da praia era própria ao fabrico de vidros; as conchas marinhas depositadas nos sambaquis forneciam boa matéria-prima para a fabricação de cal e para obras de estuque; dos mangues poderia ser extraído tanino para a indústria de curtumes; a argila era material abundante para indústria cerâmica; as deslumbrantes florestas proveriam madeiras variadas para construção e mobiliário, além de fibras têxteis. Um dos recursos naturais mais enfatizados pelo autor era a denominada *hulha branca*, ou seja, a hidroeletricidade. Como o século XIX havia sido do carvão de pedra que fizera a riqueza da Inglaterra e dos Estados Unidos, o século XX estaria destinado a ser movido pela eletricidade. O Paraná – e quiçá o Brasil – teria seu futuro industrial garantido pelo potencial energético das abundantes quedas d’água. *E não é só pelo lado estético que se deve encará-lo. O mui competente Barão Homem de Mello calcula a energia que poderão fornecer os saltos do Iguaçu em 14.000.000 de cavalos. Quer dizer que esses saltos, só por si, seriam capazes de acionar todos os motores industriais do Brasil!*⁸⁶⁶ Reproduzindo estudos de André Rebouças, Nestor Victor atestava ainda a função civilizadora a ser exercida pelo rio Paraná que, desde que ligado por vias férreas ao litoral do Atlântico, estaria a destinado a cumprir a mesma função que o Missouri cumprira nos Estados Unidos, e favorecer a criação de uma Omaha – na época um

⁸⁶⁵ VICTOR, Nestor, op. cit. nota 224, p. 27.

⁸⁶⁶ VICTOR, Nestor, op. cit. nota 224, p. 367.

importante centro industrial norte-americano – na América do Sul⁸⁶⁷. Esta mesma Omaha seria também o Niagara brasileiro, *cidade de prazer, onde o **touriste** irá admirar a mais bela cascata do mundo, porque, para cúmulo do prodígio, é nesta zona incomparável que se despenham os grandiosos saltos do Iguaçu e do Guaíra, este formado pelo rio Paraná*. O autor lastimava-se profundamente que aquele imenso potencial de riquezas estivesse ainda *quase intacto, como se ainda não tivesse sido descoberto pelo mundo civilizado*.⁸⁶⁸

Em verdade, é impossível dissociar a fruição estética da natureza da exploração do seu potencial econômico, nesta narrativa. As deslumbrantes paisagens naturais – como de hábito, comparadas a consagrados cenários pictóricos europeus – eram, equivalentemente, matérias-primas do progresso. Parte disso devia-se à promoção do turismo: com entusiasmo Nestor Victor anotava os planos para a criação de uma estação balneária na Ilha do Mel, cujo panorama lembrava, segundo ele, os lagos da Suíça, com a construção de um grande hotel e residências para famílias, implantação de meios regulares de transportes, estabelecimento de diversões para os excursionistas, e uma série de outras melhorias. Embora o turismo interno fosse considerado um instrumento eficaz para o necessário fortalecimento do amor pátrio no Brasil, ele observava que a Terra inteira estava constituindo um só panorama à medida que os meios de transporte tornavam-se mais eficientes e mais rápidos. O Brasil não se inserira ainda neste movimento, assumia ele, e grande parte das belezas naturais do país deixava de ser

⁸⁶⁷ Como demonstrou Carvalho, Rebouças acreditava que o *determinismo geográfico* que limitava a penetração territorial, a circulação de mercadorias e conseqüentemente, o desenvolvimento do interior brasileiro, poderia ser no caso paranaense vencido pela criação deste *segundo litoral* no Rio Paraná, que desempenharia importante papel na integração e na colonização do território. CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit. nota: 132, p. 106. Neste sentido foi idealizada por ele a Companhia de Navegação do Alto Paraná ao Uruguai, a partir de idéias defendidas em *Agricultura nacional*. REBOUÇAS, André, op. cit. nota 42, p. 83-87.

⁸⁶⁸ VICTOR, Nestor, op. cit. nota 224, p. 75-76.

admirada em virtude da precariedade e da limitação da comunicação entre as regiões. As maiores maravilhas do Paraná permaneciam de difícil acesso, mas eram, segundo o autor, destinadas a atrair grandes levas de admiradores, no futuro em que, por exemplo, as cataratas do Iguaçu fossem acessíveis através de estradas de ferro⁸⁶⁹.

A ferrovia Curitiba-Paranaguá proporcionou a Nestor Victor as mais intensas emoções experimentadas em toda a viagem. Como André Rebouças e Júlia Lopes de Almeida, ele demonstrava que o meio de transporte era em si mesmo uma grande atração. Esta estrada de ferro estaria destinada a atrair correntes de *touristes* em busca das fortes emoções de um panorama natural exuberante e do verdadeiro *milagre da arte* que ela representava, então considerada o maior prodígio da engenharia brasileira. As dimensões do empreendimento pareciam desafiar mesmo o testemunho da visão: *está-se vendo aquilo e continua-se a inquirir como é que se pôde levar a cabo aquela obra gigantesca, toda ela executada na aba das montanhas e suspensa sobre abismos pedregosos, regados por límpidas correntes, ou então exuberantes da nossa soberba vegetação tropical*⁸⁷⁰ As sensações evocadas por este mergulho em velocidade na natureza agreste de matas, rios e montanhas, transpostas por ousadas obras humanas, dezenas de pontes e túneis, davam a Nestor Victor a impressão de um cenário cuidadosamente arranjado por um artista caprichoso que buscava criar um efeito teatral que despertasse no espectador as mais fortes sensações. No percurso de Antonina até Curitiba, cada sensação despertada pelo movimento do trem e pela natureza ao redor foi minuciosamente descrita. Exatamente às 4 horas e 45 minutos da tarde iniciava-se o

⁸⁶⁹ Na Europa, desde a última década do século XIX começava a ser observada uma importante transição, que teria segundo Lavenir, dado origem ao turismo moderno: a ferrovia perdia parte de sua importância para a prática turística, à medida que com a crescente popularização da bicicleta e do automóvel o viajante adquiria maior liberdade de ir e vir, e maior facilidade de penetração no interior do espaço rural. LAVENIR, Catherine Bertho, op. cit. nota 220.

⁸⁷⁰ VICTOR, Nestor, op. cit. nota 224, p. 80.

trecho mais emocionante do caminho, capaz segundo Nestor Victor de evocar um sentimento de transcendência que a religião não mais lhe proporcionava – lembramos aqui de Euclides da Cunha, mistificado pelo poder da engenharia, e de André Rebouças comparando a arte do engenheiro ao gesto criador de Deus:

Sacode-nos pela primeira vez a alma um misto de deslumbramento e terror: é enorme o precipício e o espetáculo é solene como outro não se conhece bem assim. Não se sabe se admirar, se temer. E, neste conflito de duas extremas tendências opostas, fica-se extático e quedo. Aparentemente contradizendo-se, aquelas sensações completam-se e equilibram-se, engrandecendo-nos fortuitamente, pelo prestígio da sua transcendência. O que o sentimento religioso já hoje não nos inspira, proporciona-nos assim a idéia do grande perigo e o sentimento da irrecusável beleza.

Ainda bem não se saiu desse arrebatamento inicial, vemos cortando um grande horizonte, à esquerda, em plano superior àquele em que estamos, uma enorme curva cavada sobre a rocha viva, à beira de precipícios medonhos, curva por onde temos de passar fatalmente dentro em poucos segundos. É aí que, antes de tudo, se atravessa o viaduto Carvalho, fazendo uma volta violenta. Estamos em meio do quilômetro 60. Esta é a mais perigosa dentre todas as arcadas naquela linha, pois que se encastoa por uma parte a um imenso rochedo, dando pela outra sobre um medonho despenhadeiro, sem parapeito algum que separe o trem do abismo sem fundo que o transpõe.⁸⁷¹

Tal era a intensidade das sensações provocadas, o movimento, o medo da morte, a magnitude do panorama, o efeito da altitude e as paisagens aniquiladoras, que o autor chegou a indagar-se sobre a real e legítima necessidade de todas aquelas obras – a sucessão hiperbólica de imagens evocava a suspeita maldosa de que todos aqueles artifícios não passavam de uma demonstração de exibicionismo dos construtores da linha. A engenharia não criava, portanto, soluções para os problemas existentes, mas sim seus próprios desafios. Com esta idéia em mente, Nestor Victor prosseguiu sua narrativa ofegante, que procurava reproduzir o dinamismo febril das visões em superposição, e que daquele momento em diante incluíam maior número de *obras de*

⁸⁷¹ VICTOR, Nestor, op. cit. nota 224, p. 84-85.

arte, entre galerias, pontes, bueiros, túneis, viadutos, pontilhões, em um caminho sinuoso que acompanhava as escarpas. De repente, ele se viu surpreendido pela visão de pequenos lagos à distância, imagem imprecisa, espumosa e onírica, intercalada por elevações no terreno e manchas estranhas que a ele pareceram *bandos de aves aquáticas pairando muito baixo*. Este ilusionismo provocado pela altitude e pela distância foi logo desvendado: as pequenas e indefinidas figuras eram a baía de Paranaguá, a cidade-natal do escritor, Antonina, o porto D. Pedro II; logo depois seriam visíveis Morretes, Porto de Cima, e a linha litorânea inteira, identificáveis na diáfana atmosfera. A surpreendente sucessão do negrume dos túneis e da luz que explodia no horizonte deixava o autor perplexo e deleitado, despertando novamente o sentimento da transcendência: *e assim, cinematicamente, duas, três vezes, entre a emoção do perigo, que não só persiste, mas de cada vez mais se patenteia, e o arrebatamento imposto por esses quadros maravilhosos da natureza, vamos levados em deliciosa, ao mesmo tempo inquietadora vertigem, como que um pouco fora da vida, acima da terra, a alma em verdadeira transfiguração*.⁸⁷² A mais forte sensação vivida pelo autor estava ainda por vir: a travessia da Ponte de São João, considerada a máxima realização de toda a ferrovia, pela sua altitude, sua extensão, seus quatro vãos diferentes, e que, transposta pelo trem de ferro, causava um ligeiro estremecimento nas vigas de sustentação, deixando os passageiros pálidos de medo, ainda que fascinados.

Tanta comoção começava, por fim, a cansar o viajante, que à vista do amplo panorama que se estendia da serra ao litoral, sentia-se hiperestesiado, esgotado pelas sensações em excesso: *aí se verifica que o sublime exaure; sente-se um homem quase*

⁸⁷² VICTOR, Nestor, op. cit. nota 224, p. 87.

*impotente para tanto!*⁸⁷³ Seguiam-se ainda a colossal *Garganta do Inferno*, o majestático *Pico do Diabo*, contraste sinistro entre a ameaçadora pedra e os límpidos rios que se avolumavam abaixo, e o *Véu da Noiva*, uma bela cachoeira que das alturas se desfazia em vapor. Afinal, subitamente, encerravam-se as maravilhas panorâmicas. Para surpresa do viajante e do leitor, que finalizam a mais longa e detalhada descrição paisagística e a mais emocionante seqüência de cenas da obra, haviam decorrido apenas quinze minutos desde que o narrador ingressara no trecho mais empolgante do caminho. Eram 17 horas, e ele, em sua *fraqueza humana*, a beira de cair anestesiado por tais sensações, sentiu finalmente o alívio de não ser mais submetido a tantos estímulos sensoriais. A fugacidade e a intensidade daquela experiência em que se sobrepunham natureza e engenharia davam a dimensão da ansiedade, do entusiasmo e da fé absoluta na civilização moderna adquirida por aqueles extasiados intelectuais, que enfrentavam o medo e o passado, viam na riqueza da terra brasileira uma profecia de prosperidade, e no progresso técnico o instrumento mágico de transformação.

A crescente conquista de poder sobre a natureza, característica da modernidade, estabeleceu a idéia de que o homem estaria incumbido de concluir a obra divina, aperfeiçoando a criação, o que conduziu, demonstrou Glacken⁸⁷⁴, ao estímulo da atividade prática, da capacidade de realização dos ideais do espírito humano, da expansão do conhecimento em direção à ação sobre o mundo físico, tal como estabelecido na filosofia ocidental por Bacon e Descartes. Era esta a condição da reconquista do paraíso perdido após a Queda. Bacon chegou a considerar a possibilidade de que a ciência e a técnica agissem no sentido da degradação do homem,

⁸⁷³ VICTOR, Nestor, op. cit. nota 224, p. 88.

⁸⁷⁴ GLACKEN, Clarence, op. cit. nota 49, p. 494.

promovendo a maldade, a luxúria e as paixões mesquinhas, mas acreditava que *a razão reta e a verdadeira religião* seriam sempre capazes de conduzi-lo na direção correta da redenção que é representada pela reconquista do mundo físico⁸⁷⁵. A leitura de enredos e discursos como os da Comissão Rondon, dos reformistas sociais do início do século XX, dos turistas tão entusiastas da natureza quanto da vertigem da velocidade e da intervenção na paisagem, dos propagandistas da agricultura científica, dos pacificadores do conflito entre o homem e a natureza, dos idealizadores das grandes obras de preenchimento do vazio dos sertões, apresenta inúmeras referências a esta *construção do paraíso*. Não mais se pensava no *paraíso terreal* dos primeiros entusiastas das riquezas naturais do Brasil, mas em um éden construído pela mão do homem, capaz de mesclar natureza e técnica na composição de uma só paisagem.

Luís Pereira Barreto iniciou seu discurso de saudação à classe dos engenheiros, publicado como *O século XX sob o ponto de vista brasileiro*, por uma minuciosa descrição do patrimônio natural do país, *tocando ao ápice da perfeição ideal como largueza, segurança e elegância e atingindo alguns a proporções colossais, tudo, tudo possuímos na mais vasta escala*. Sua preleção seria um familiar inventário ufanista da variedade e da riqueza do Brasil todo-natureza, mas só isso não parecia bastar: *Não seríamos capazes de fazer valer tantos e tão excepcionais recursos?*⁸⁷⁶ Projetos para tal, como os de André Rebouças e Euclides da Cunha, não faltavam. Alberto Rangel somava seu romântico ideal da longa história de solidão que teria depurado nos sertões brasileiros as melhores virtudes nacionais, brotadas do contato do homem com a natureza, com o entusiasmo pela *aviação e o telégrafo sem fio* [que] *operarão o*

⁸⁷⁵ BACON, Francis, op. cit. nota 51, p. 218.

⁸⁷⁶ BARRETO, Luís Pereira. O século XX sob o ponto de vista brasileiro: saudação à classe dos engenheiros. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 abr 1901. p. 1-2. Citação: p. 1.

milagre, para que mais eficientes se tornem o conjunto de nossas aspirações, as resultantes de nossas forças.⁸⁷⁷ O coronel Rondon tomaria emprestadas as palavras de Pero Vaz Caminha para defender seus projetos de colonização do *desertão*:

*Os sertões e as florestas preciosas avultam, encenando terras raras e férteis, nas quais não só se encontra o ouro, a esmeralda, o diamante e o carbonado, como também as especiarias só esperam a mão que as vá colher; aí, múltiplos recursos dá a natureza por si só, sem o auxílio da arte e sem trabalho; bem se vê ser esta terra “em tal maneira graciosa que, querendo-a aproveitar-se dar-se-ia nela tudo”.*⁸⁷⁸

Afonso Arinos, por sua vez, concedia: *A nossa pátria não é essa terra opima da Promissão, onde os ares por toda parte são deleitosos, e por toda parte pinguem as colheitas.* Deveríamos, segundo ele, estar conscientes de que o território possuía também regiões hostis e áridas, cuja colonização só seria possível pela mediação dos recursos da indústria e da técnica. *Mas por isso mesmo que a nossa fera natureza tropical não se deixa domar senão pelo constante e inteligente esforço, tanto mais belo será o Brasil para o brasileiro, quanto mais até certo ponto for obra sua.*⁸⁷⁹ Na última década do século XIX, Coelho Neto havia já dado sua particular versão destas utopias redentoras que, negando o *paraíso terrestre*, espécie de *jardim infantil* denunciado por Nabuco como um constrangedor elogio à natureza em detrimento da civilização, imaginavam um éden tropical criado pela força divina de transformação conferida ao homem pela modernidade:

Imagine todo este império colossal, desde as cabeceiras dos rios amazônicos até as coxilhas pampeanas, os latifúndios enormes, os sertões

⁸⁷⁷ RANGEL, Alberto. Os sertões brasileiros: conferencia realizada a 17 de junho de 1913 na Bibliotheca Nacional. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35. p. 108-118, 1916. Citação: p. 118.

⁸⁷⁸ COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS, op. cit. nota 100, v. 1, p. 6-7.

⁸⁷⁹ ARINOS, Affonso. A unidade da pátria. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1969. 1. ed. 1917. p. 883-898. Citação: p. 893.

*sem almas, as riquezas ocultas. Quando o homem entrar por esses mistérios dentro e for desbravando selvas, desentranhando minas, aproveitando as forças das cachoeiras, substituindo os troncos secos por chaminés copadas de fumaça, com raízes de labaredas, isto será verdadeiramente a terra da Promissão, pululando em lavouras coalhadas de gados, com imensas usinas, fábricas e cidades de grandeza e esplendor ainda não sonhados pelo homem. Eu vejo, Miss...! Vejo no futuro a maravilha que se está incubando neste lenteiro. Por enquanto é isto...*⁸⁸⁰

Oferecendo ao país sua escrita, suas mentes e seus sonhos, estes intelectuais modernos em sua ânsia de movimento conseguiam, enfim, escapar às ingênuas exaltações românticas, à violência e ao conflito, à melancolia e à condenação da decadência, fabulando promessas de redenção do homem e da terra brasileira. Resta pensar no que sobraria de natureza neste paraíso moderno em que toda paisagem parecia incompleta e rogava pela intervenção do homem, no que sobraria daquele grandioso e vazio *tudo o mais* que ainda não era Rio de Janeiro ou São Paulo, mas que constituía uma tradição que cabia ligar aos processos transformadores, no sentido superar a obsessão do atraso que se implantava entre a intelectualidade brasileira.

⁸⁸⁰ COELHO NETTO. *Inverno em flor*. 4. ed. Porto: Chardron, 1928. 1. ed. 1897. p. 318.

PÓS-ESCRITO

No relato de suas expedições aos sertões mato-grossenses, realizadas nas décadas de 1930 e 1940, o etnólogo francês Claude Lévi-Strauss lançou mão de uma imagem similar à evocada por Euclides da Cunha em sua incursão amazônica, desnorteados ambos no encontro com paisagens que despertavam o sentimento do bizarro: *quem vive na linha Rondon facilmente se imaginaria na Lua*.⁸⁸¹ *Extra-terrestre* a Amazônia, em sua denotada ausência dos traços de uma *paisagem*, figura de identificação e de percepção da natureza ao olhar do homem, pela familiaridade ou pela diferença; *lunares* os sertões mato-grossenses, mas não pela ausência completa da marca do homem. O que abismava Lévi-Strauss era um amplo território *quase* inexplorado, cruzado por pequenos grupos indígenas nômades e extremamente primitivos, fonte de seu interesse etnográfico. *Quase*, porque nele estendia-se uma longa linha telegráfica acompanhada por picadas, trechos desmatados que interrompiam a vastidão e forneciam ao viajante algum ponto de referência, além dos quais restava o desconhecido. Era aquela a mesma *terra ignota* que havia aterrorizado a marcha dos soldados da coluna expedicionária na trágica retirada relatada por Taunay, a mesma que despertara o ingênuo otimismo colonizador de Rondon, que acreditava estar franqueando-a à iniciativa dos desbravadores que a transformariam num paraíso de prosperidade a partir da conversão da natureza selvagem em um depósito de riquezas ao alcance de esforços diligentes e da vida sedentária. A descrição de Lévi-Strauss não afastou completamente o sentimento

⁸⁸¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 256.

do terror e a imagem mística de uma terra demoníaca e conspiradora, evocada por Taunay: *a velha maldição parecia ter recaído no planalto*.⁸⁸² A incursão de Rondon havia sido frustrada por uma invencível distância e uma renitente selvageria. O aspecto do deserto, percebeu Lévi-Strauss, mostrava-se ainda mais contristador nos espaços em que a barbárie dominante se misturava aos restos da intervenção humana: os fios do telégrafo, pendentes nos postes apodrecidos, tombados pelo chão, estendidos entre árvores, tornavam-se a patética herança de uma expedição que havia se pretendido heróica. *Confirmando a passagem do homem e a inutilidade de seu esforço, eles marcam, com mais clareza do que se lá não estivessem, o extremo limite que o homem tentou ultrapassar. O aspecto de veleidade do empreendimento, o fracasso que o sancionou conferem um valor irrefutável aos desertos das redondezas*.⁸⁸³

Este relato da barbárie recorrente, da natureza perseverante e vingativa, das trevas que se impunham aos esforços de iluminação, evoca a literatura brasileira do final do século XIX e início do século XX, em sua obsessão pela ruína. Esta era certamente bem mais do que a absorção de uma temática filosófica da época ou de uma moda literária, e mais do que uma assimilação metonímica da decadência das antigas zonas cafeeiras à condição brasileira, condição melancólica que condenava à inércia e à indiferença, uma vez que todo esforço seria de qualquer forma inútil: refletia, de fato, o receio de que a natureza estivesse sempre destinada a vencer a obra humana. Lévi-Strauss retomava o tema do horror da barbárie, habilmente manipulado e enfrentado pela literatura sertanista brasileira, povoada de fantasmas, oscilante entre a razão da voz narrativa e o espanto da imagem obscura. É este certamente um dos traços definidores da emergência

⁸⁸² LÉVI-STRAUSS, Claude, op. cit. nota 1, p. 235.

⁸⁸³ LÉVI-STRAUSS, Claude, op. cit. nota 1, p. 256.

da percepção da modernidade entre os intelectuais brasileiros do período: a convergência, não sem conflitos, entre o sentimento do sertão, misto de medo e apego afetuosos ao primitivo, por um lado, e a confiança cega no poder civilizador do homem capaz de transformar a própria natureza em criação toda sua, natureza turística, decomposta em recursos, caos organizado, forças e elementos direcionados e disciplinados de acordo com uma finalidade de aprimoramento e controle. A paisagem descrita por Lévi-Strauss como resultado de uma grande empreitada civilizadora repetia contudo a imagética do híbrido monstruoso entre o humano e o natural, e não deixava mais que o sentimento do absurdo e do inelutável.

Igualmente impressionante é a tipologia do *modernismo do subdesenvolvimento* desenvolvida por Marshall Berman, em sua evocação dos maciços investimentos em planos modernizadores característicos das políticas desenvolvimentistas no terceiro mundo e nos países socialistas. A conclusão é inevitável: *mas o que torna esses projetos muito mais pseudofáusticos que propriamente fáusticos e bem menos tragédia que teatro do absurdo e da crueldade é o fato doloroso – com frequência esquecido no Ocidente – de que eles simplesmente não funcionam.*⁸⁸⁴ Os motivos do fracasso generalizado destas obras, inseparáveis da opressão de grandes contingentes de trabalhadores, estariam segundo o autor relacionados à sobreposição do domínio do simbólico à realidade objetiva, à medida que os grandes projetos – que se acostumou a chamar de *faraônicos* – atendiam primariamente à demanda de criar a *imagem* de poder divino sobre a natureza que construiria um futuro de prosperidade garantida. Como perceberam algumas mentes mais espirituosas do *fin-de-siècle* brasileiro, havia muito de

⁸⁸⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986. p. 75.

delírio febril nos sonhos de modernidade minuciosamente descritos por projetos visionários de transformação da paisagem, utopias visíveis a olhos fechados, na tentativa de sobrepujar a visão angustiosa do atraso. Podemos certamente somar mais alguns exemplos à observação de Berman, que de alguma forma repete o vislumbre da fatal inutilidade descrita por Lévi-Strauss: a *Transacreana* de Euclides da Cunha não saiu de sua imaginação, mas a *Transamazônica*, imensa cicatriz na floresta amazônica, faixa de terra progressivamente retomada pela natureza, estrada já desaparecida em alguns trechos, é suficientemente absurda e cruel, como absurda e cruel foi a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, no início do século XX; as Sete Quedas não se transformaram em prodígio turístico comparável ao Niagara como idealizou André Rebouças, e sim numa gigantesca usina hidrelétrica que, em plena crise energética do início do século XXI brasileiro, aponta o componente destrutivo da empreitada modernizadora que já inquietava um dos seus primeiros entusiastas e ideólogos, Francis Bacon, consciente e temeroso do poder alcançado pelo homem ao lograr submeter a natureza a seu império; seis décadas depois de Júlia Lopes de Almeida haver calculado as vantagens da venda das matas nativas do Espírito Santo, em troca de colonização europeia e agricultura modernizada, estas mesmas florestas até então praticamente intocadas foram drasticamente substituídas por extensas plantações de eucaliptos a serviço da indústria de celulose, às custas de uma perda irreversível da biodiversidade e do equilíbrio ambiental da região e, correlatamente, ao sacrifício de grande número de trabalhadores. Os exemplos podem se multiplicar na observação de um século XX em que o Brasil transformou-se em muito mais que paisagem.

Curiosamente, a retórica edênica não perdeu de todo sua força num país onde ainda se fazem necessárias campanhas contra queimadas, onde se debate a necessidade

de conquistar *novos* terrenos agrícolas a custa das reservas florestais, onde pouco se avançou no sentido de uma efetiva valorização de sua diversidade social e biológica, e onde o discurso do desenvolvimento, sob a premência dos problemas sociais, não raro entra em choque com as demandas de conservação. A modernização não foi capaz de apagar a força simbólica da natureza como referência *positiva* de constituição da identidade nacional. José Murilo de Carvalho demonstrou a predominância do motivo paradisíaco como fundamento do orgulho nacional entre os brasileiros, a partir de uma pesquisa de opinião realizada em 1996. Para o autor, a predominância deste seria talvez devida à mera ausência de outras motivações, ou mais precisamente à condenação do componente humano da formação brasileira, herança social darwinista não de todo soterrada. O motivo edênico seria, demonstrou ele, inseparável de uma *razão satânica*: o povo não se considera responsável pelo que ocorre no país, não tanto pela falta de participação quanto pela sua pretensão de manter-se isento de responsabilidade em relação às atitudes de seus representantes, não considerando a si mesmo como sujeito político direto ou mesmo indireto.⁸⁸⁵

Por outro lado, a origem rural foi incorporada pelo imaginário brasileiro e por sua modernidade literária, na construção de uma poética da oralidade, na busca de uma narrativa popular e de um Brasil profundo não de todo esquecido pela população crescentemente urbanizada, ou mantida por esta como uma referência sentimental de continuidade com o mundo natural e o passado. O sentido do sertão como espaço inapreensível em seus múltiplos significados foi exemplarmente incorporado por João Guimarães Rosa que, em seu *Grande Sertão: Veredas*, aliou a ousada experimentação

⁸⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 65-79, out. 1998.

da linguagem característica da literatura modernista com a retomada de uma tradição literária regionalista efetivamente afirmada na vida intelectual brasileira a partir do final do século XIX, e assim conduzida ao extremo de suas possibilidades estéticas. Espaço geográfico, memória da constituição do poder político, exploração do inconsciente e dos mitos religiosos, aventura existencial da formação da identidade, indagação metafísica e experiência mística da transformação, são inúmeras as leituras possíveis do romance, reunido em torno das possibilidades de uma palavra, *sertão*, diversas vezes definida, mas sempre indefinível em suas múltiplas dimensões de significação. “*Sertão está em toda parte*”. “*O sertão é do tamanho do mundo*”. “*Sertão é onde manda quem é forte*”. “*Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar*”. “*Sertão: estes seus vazios*”. “*Sertão é isto, o senhor sabe, tudo certo, tudo incerto*”. “*Sertão é o sozinho. (...) Sertão: é dentro da gente*”. “*O sertão é sem lugar*”. “*O sertão é confusão em grande demasiado sossego*”. “*Só que o sertão é grande ocultado demais*”. “*O sertão é uma espera enorme*” (Rosa, 1986: 1, 11, 17, 22, 134, 270, 310, 400, 446, 479, 509).⁸⁸⁶ Na cultura brasileira, o sertão-deserto demonstra seu poder de atração: cruzar o mundo natural, onde a força, a riqueza e a exuberância não afastavam o terror, poderia significar o alcance de uma essência longínqua e oculta, visualizada na paisagem, este *tudo o mais* a que sempre se retornava, na esperança de definir uma identidade, de revelar uma essência, de reconstituir um passado e de alcançar a transformação redentora.

⁸⁸⁶ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1, 11, 17, 22, 134, 270, 310, 400, 446, 479, 509.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

ABREU, Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea [1875]. In: _____. *Ensaaios e estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. 1. série, p. 36-70.

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. 1. ed. 1930.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954. 1. ed. 1907.

ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954. 2 v.

ABREU, Capistrano de. Livros e letras [6/11/1880]. In: _____. *Ensaaios e estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. 4. série. p. 157-159.

ABREU, Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro [1876]. In: _____. *Ensaaios e estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. 4. série, p. 36-69.

AFFONSO CELSO. *Porque me ufano do meu paiz: right or wrong, my country*. 3. ed. revista. Rio de Janeiro: Garnier, [191-]. 1. ed. 1900.

ALBUQUERQUE, Matheus de. Arreda! [1911]. In: _____. *Sensações e reflexões*. 2. ed. Lisboa: Portugal-Brasil, [19--]. 1. ed. 1916. p. 171-183.

ALBUQUERQUE, Matheus de. *Da arte e do patriotismo*. Lisboa: Portugal-Brasil, 1919.

ALBUQUERQUE, Matheus de. De Floriano a Rio Branco [1912]. In: _____. *As belas atitudes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965, p 7-16.

ALBUQUERQUE, Matheus de. Melancolias [1915]. In: _____. *Sensações e reflexões*. 2. ed. aumen.. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada, [19--]. 1. ed. 1916. p. 155-162.

ALBUQUERQUE, Matheus de. O declínio [1911]. In: _____. *Sensações e reflexões*. 2. ed. aumen.. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada, [19--]. 1. ed. 1916. p. 61-71.

ALENCAR, Mario de. A poesia de Catullo. In: CEARENSE, Catullo da Paixão. *Sertão em flor*. Rio de Janeiro: Castilho, 1919. p. V-XIV.

ALENCAR, Mario de. As cigarras. In: _____. *Contos e impressões*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto, Renascença Portuguesa, 1920. p. 175-178.

ALENCAR, Mario de. Ovo de Colombo. In: _____. *Contos e impressões*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto, Renascença Portuguesa, 1920. p. 197-202.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A intrusa*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1994. 1. ed. 1905.

ALMEIDA, Julia Lopes de. *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, 1913.

ALMEIDA, Julia Lopes de. Scenas e paizagens do Espirito Santo. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 75, pt. 2, p. 175-217, 1912.

ARANHA, Graça. *A esthetica da vida*. Rio de Janeiro: Garnier, [192-]. 1. ed. 1920.

ARANHA, Graça. *Canaã*. 11. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1959. 1. ed. 1902.

ARANHA, Graça. Discurso do Sr. Graça Aranha. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, p. 181-191, jan. 1911.

ARANHA, Graça. *Malazarte*. Peça em um ato. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1973. 1. ed. 1911.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar (Cosme Velho). *Dialogos das novas grandezas do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1909. 1. série.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Aluísio Azevedo: o romance no Brasil [1888]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 118-123.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro [1888]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 124-128.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Gregório de Matos [1894]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 279-318.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *Ibsen*. Porto: Chardron, 1911.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Inferno verde: cartas a Euclides da Cunha [1909]. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1966. V. 4. p. 251-257.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Inglês de Souza [1894]. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960. V. 2. p. 365-382.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. José de Alencar: perfil literário [1900]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 32-101.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Literatura brasileira [1887] In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. V. 1. p. 491-497.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. O Dr. Sílvio Romero e o seu novo livro. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. V. 1. p. 293-301.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *O ninho do beija-flor*. Ceará: A. M. de Souza, 1874.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *O reino encantado*: chronica sebastinista. Rio de Janeiro: Gazeta de Noticias, 1878.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Os sertões [1903]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 219-253.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. A poesia sertaneja: primeira carta [1875]. In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro, MEC; Casa de Rui Barbosa, 1958. V. 1. p. 93-99.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Raul Pompéia: *O Ateneu* e o romance psicológico [1888]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Sem oriente. [1882] In: _____. *Obra crítica de Araripe Jr.*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. V. 1. p. 261-264.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Sílvio Romero polemista [1898]. In: _____. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. 319-382.

ARAÚJO FILHO, Luís. *Recordações gaúchas*. 3. ed. Porto Alegre: APLB; PUC/IEL, 1987. 1. ed. 1905.

ARINOS, Affonso. Os jagunços. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1969. 1. ed. 1898. p. 121-384. p. 121-384.

ARINOS, Affonso. Campanha de Canudos: o epílogo da guerra. In: _____. *Notas do dia: commemorando*. São Paulo: Andrade, Mello, 1900.

ARINOS, Affonso. A unidade da pátria. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1969. 1. ed. 1917. p. 883-898.

ARINOS, Affonso. *Pelo sertão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [191-]. 1. ed. 1898.

ARINOS, Affonso. Terra roxa [1905]. In: _____. *Historias e paizagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921. p. 155-192.

ARINOS, Affonso. Tropas e tropeiros [1904]. In: _____. *Historias e paisagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921. p. 101-130.

ASSIS, Machado de. A nova geração [1879]. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. p. 883-849.

ASSIS, Machado de. A Semana. 20 de agosto de 1893. In: _____. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955. V. 26, v. 1 (1892-1893). p. 358-363.

ASSIS, Machado de. A Semana. 22 de julho de 1894. In: _____. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955. V. 27, v. 2 (1894-1895), p. 143-147.

ASSIS, Machado de. A Semana. 25 de março de 1894. In: _____. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955. V. 27, v. 2 (1894-1895). p. 62-67.

ASSIS, Machado de. Belo Horizonte! [1897]. In: ARAÚJO, Laís Corrêa de (Org.). *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, [197-]. 1. ed. 1908.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [197-]. 1. ed. 1881.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 1. ed. 1891.

BARBOSA, Ruy. A questão social e política no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. 10, n. 40, p. 381-241. abr. 1919.

BARNESLEY, Godofredo Emerson. *Regeneração nacional: crônica da sociedade brasileira futura*. Ou S. Paulo no anno 2000. São Paulo: Rothschild, 1909.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1993. 1. ed. 1911.

BARRETO, Luís Pereira. O século XX sob o ponto de vista brasileiro: saudação à classe dos engenheiros. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 abr 1901. p. 1-2.

BARRETO, Tobias. Decadência! [1870]. In: _____. *Obras completas*. Sergipe: Estado de Sergipe, 1925. V. 1. p. 144-145.

BARRETO, Tobias. Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações anti-sociológicas [1887]. In: _____. *Obras completas*. Sergipe: Estado de Sergipe, 1926. V. 9. p. 33-106.

- BARRETO, Tobias. Os homens e os princípios [1870]. In: _____. *Obras completas*. Sergipe: Estado de Sergipe, 1926. V. 10. p. 1-88.
- BARRETO, Tobias. Um discurso em mangas de camisa [1877]. In: BARRETO, Tobias. *Crítica política e social*. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990. p. 122-131.
- BARROSO, Gustavo. *Heroes e bandidos: os cangaceiros do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931. 1. ed. 1917.
- BARROSO, Gustavo. *Idéas e palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1917.
- BARROSO, Gustavo. *Terra de sol: natureza e costumes do Norte*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. 1. ed. 1912.
- BILAC, Olavo. *Chronicas e novelas: 1893-1894*. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão, 1894.
- BILAC, Olavo; BOMFIM, Manuel. *Atravez do Brazil: narrativa – livro de leitura para o curso medio das escolas primarias*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo; Paris: Aillaud, 1921. 1. ed. 1910.
- BIOGRAPHICAL sketch. In: BUCKLE, Henry Thomas. *Essays by Henry Thomas Buckle*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 1. ed. 1903.
- BUCKLE, Henry Thomas. *Historia da civilização na Inglaterra*. Tradução Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, 1900. V. 1. 1. ed. 1857.
- CALLAGE, Roque. *Chronicas e contos*. Porto Alegre: Augusto Corrêa & Dania, 1920.
- CALLAGE, Roque. *Terra natal: aspectos e impressões do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso, 1920.
- CARVALHO, Elysio de. *O factor geographico na politica brasileira*. São Paulo: Monitor Mercantil, 1921.
- CARVALHO, Elysio de. *Os bastiões da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.
- CARVALHO, Horacio de. *Itatyáia: ascensão ás Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1955 1. ed. 1919.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. A humanidade de Géca Tatú. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 57, p. 84-85, set. 1920.

COELHO NETTO (RIBAS, Anselmo). *Bilhetes postaes (1892-1893)*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894.

COELHO NETTO. *Falando. . . discursos na Câmara, discursos litterarios*. 2. ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1927. 1. ed. 1919.

COELHO NETTO. *A bico de penna*. fantasias, contos e perfis (1902-1903). 3. ed. Porto: Chardron, 1925. 1. ed. 1905.

COELHO NETTO. *A conquista*. 2. ed. Porto: Chardron, 1913. 1. ed. 1899.

COELHO NETTO. *Banzo*. Porto: Lello & Irmão, 1912.

COELHO NETTO. *Breviário cívico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1957. 1. ed. 1921.

COELHO NETTO. *Compendio de litteratura brasileira segundo o programma do Gymnasio Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905.

COELHO NETTO. *Esphinge*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.

COELHO NETTO. *Inverno em flor*. 4. ed. Porto: Chardron, 1928. 1. ed. 1897.

COELHO NETTO. *Miragem*. 4. ed. Porto: Chardron, 1926. 1. ed. 1895.

COELHO NETTO. O fogo [1905]. In: _____. *Conferências literárias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1911. p. 65-84.

COELHO NETTO. *O meu dia*. Hebdomadarias d'A Noite. Dezembro de 1918 a dezembro de 1920. 2. ed. Porto: Lello & Irmão, 1928. 1 ed. 1922.

COELHO NETTO. *Praga*. Rio de Janeiro: J. Cunha, 1890.

COELHO NETTO. Prefácio. In: MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. 1. ed. 1921.

COELHO NETTO. *Rei Negro*. Romance bárbaro. 2. ed. Porto: Chardron, 1926. 1. ed. 1914.

COELHO NETTO. *Scenas e perfis*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

COELHO NETTO. *Sertão*. Porto: Lello & Irmão, 1933. 1. ed. 1896.

COELHO NETTO. *Tormenta*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.

COELHO NETTO. *Treva*. 3. ed. Porto: Chardron, 1924. 1. ed. 1905.

COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS. *Relatório 1907-1910*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1912.

COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS. *Relatório apresentado á Diretoria Geral dos Telegraphos e á Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra pelo General Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1915. 3 v.

CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Tradução Albino Poli Jr.. Porto Alegre: L&PM, 1987. 1. ed. 1902.

CORREA, Viriato. *Contos do sertão*. Rio de Janeiro, 1912.

COUTINHO, Afrânio (Org.). *A polêmica Alencar/Nabuco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

COUTO, Miguel. A alma de Arinos. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. 11, n. 42, p. 179-181, jun. 1919.

CUNHA, Euclides da. *À margem da historia*. 2. ed. Porto: Imprensa Moderna, 1913. 1. ed. 1909.

CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. 5. ed. Porto: Companhia Portuguesa, 1919. 1. ed. 1907.

CUNHA, Euclides da. *De Euclides da Cunha a seus amigos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1985. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. 1. ed. 1902.

CUNHA, Euclides da. Preambulo. In: RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. Scenas e cenários do Amazonas. 4. ed. Tours: Arrault, 1927. 1. ed. 1908.

FOSCOLO, Avelino. *O caboclo: costumes mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1902.

GAMA, Domicio da. *Historias curtas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1901.

GAMA, Domicio da. Moloch. In: OLIVEIRA, Alberto de; JOBIM, Jorge (Org.). *Contos brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1922. p. 387-394.

GOES, Carlos. *Historias varias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.

GUEDES, Mario. *Os seringas: pequenas notas*. Rio de Janeiro: Typographia de Martins de Araújo & C, 1914.

JOÃO DO RIO. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1994. 1. ed. 1907.

LAET, Carlos de. *Em Minas*. viagens, litteratura, philosophia. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1894.

LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Introdução. In: BUCKLE, Henry Thomas. *Historia da civilização na Inglaterra*. Tradução Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, 1900. V. 1. 1. ed. 1857.

LIMA, Augusto de. O turbilhão [1906]. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro. p. 209-228. abr. 1912.

LOBATO, Monteiro. A onda verde. In: *Obras Completas de Monteiro Lobato*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. V. 5.1. ed. 1921.

LOBATO, Monteiro. Bibliografia. Meu sertão. Catullo da Paixão Cearense. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. 4. p. 638-639, 1918.

LOBATO, Monteiro. Cidades mortas. In: _____. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974. V. 2. 1. ed. 1919.

LOBATO, Monteiro. Idéias de Jeca Tatu. In: _____. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. V. 4. 1. ed. 1919.

LOBATO, Monteiro. Problema Vital. *Obras completas de Monteiro Lobato*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1951. V. 8. 1. ed. 1918.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 1. ed. 1918.

LOPES NETO, J. Simões. Contos gauchescos. [1912]. In: _____. *Contos gauchescos, lendas do sul e casos do Romualdo*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.

LUIS CARLOS. *Encruzilhada*. Rio de Janeiro: Castilho, 1922.

LUZ, Fábio. *A paisagem: no conto, na novella, no romance*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

LUZ, Fábio. *Ideologo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1902.

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. 1. ed. 1921.

MAGALHÃES, Valentim. *Quadros e contos*. São Paulo: Dolivaes Nunes, 1882.

MAGALHÃES, Valentim. *Vinte contos*. 2. ed. corrigida. Rio de Janeiro: Laemmert, 1895. 1. ed. 1886.

MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*: exposição aos credores e ao público seguida de O meio circulante no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943. 1. ed. 1878.

MAYA, Alcides. Natureza opulenta. . . In: _____. *Através da imprensa* (1898-1900). Porto Alegre: Octaviano Borba, 1900.

MAYA, Alcides. *Ruínas vivas*: romance gaúcho. Porto: Chardron, 1910.

MAYA, Alcides. *Tapera* (cenários gaúchos). Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

MENDONÇA, M. Curvello de. *Regeneração*: romance social. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.

MIRANDA, Veiga. *Redenção*. São Paulo: O Pensamento, 1914.

MISSÃO RONDON. *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de linhas telegraphicas de Matto Grosso ao Amazonas sob a direcção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon*: de 1907 a 1915. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916.

MURICY, Andrade. *Literatura nacionalista*: ensaio. Rio de Janeiro: Educador Contemporâneo, 1916.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: UnB, 1981. 1. ed. 1900.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977. 1. ed. 1883.

NIETZSCHE, Frederico. *Considerações intempestivas*. Tradução Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, [19--].

NORDAU, Max. *Dégénérescence*. Tradução Auguste Dietrich. Paris: Ancienne Librairie Germer Baillière, 1894. 2 v.

OCTAVIO, Rodrigo. Gongo-Velho. In: OLIVEIRA, Alberto de; JOBIM, Jorge (Org.). *Contos brasileiros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1922. p. 357-368.

OLÍMPIO, Domingos. Luzia-Homem. São Paulo: Ática, 1985. 1. ed. 1903.

PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*. 2. ed. São Paulo: Três, 1973. 1. ed. 1879.

PEIXOTO, Afrânio. Um grande poeta. In: CEARENSE, Catullo da Paixão. *Meu sertão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Castilho, 1925. 1. ed. 1918. p.11-13.

PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918.

PINTO, Edgar Roquette. Rondonia. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 1. ed. 1917.

POMPÉIA, Raul. *Uma tragédia no Amazonas*. São Paulo: Clube do Livro, 1964.

PORTO ALEGRE, Apolinário. A tapera [1869]. In: _____. *Paisagens: contos*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Ministério da Cultura, Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1987. 1. ed. 1875. p. 88-105.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997. 1. ed. 1928.

RAMOS, Hugo de Carvalho. Carta dum romântico [1917]. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 38-44.

RAMOS, Hugo de Carvalho. Dias de chuva [1913]. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 63-65.

RAMOS, Hugo de Carvalho. “Nova era” [1914]. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 30-31.

RAMOS, Hugo de Carvalho. O interior goiano (1918). In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 131-137.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. V. 1. 1.ed. 1917.

RANGEL, Alberto. Aspectos gerais do Brasil. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 76, pt. 1, p. 455-517, 1915.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde: scenas e scenários do Amazonas*. 4. ed. Tours: Arrault, 1927. 1. ed. 1908.

RANGEL, Alberto. *Livro de figuras*. Tours: Arrault, 1921.

RANGEL, Alberto. *Lume e cinza: fantasias, contos e recontos, fructos da terra*. Rio de Janeiro: Livraria Scientifica Brasileira; Sussekind de Mendonça, 1924.

RANGEL, Alberto. Os sertões brasileiros: conferencia realizada a 17 de junho de 1913 na Bibliotheca Nacional. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35. p. 108-118, 1916.

RANGEL, Alberto. *Sombras n'água: vida e paisagens no Brasil equatorial*. Leipzig: Brockhaus, 1913.

RANGEL, Godofredo. *Vida ociosa*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [19--]. 1. ed. 1917.

REBOUÇAS, André. *Agricultura nacional: estudos econômicos*. Rio de Janeiro: A J Lamoureux, 1883.

REBOUÇAS, André. *Ao Itatiaya!* Rio de Janeiro: Lombaerts, 1878.

REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas (1866-1871)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

REBOUÇAS, André. Excursão ao salto do Guaíra ou Sete Quedas, pelo capitão Nestor Borba – notas e considerações geraes, pelo engenheiro André Rebouças [1876]. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 61, pt. 1, p. 74-87. 1898.

RIBEIRO, João. Impressões da Alemanha. Democracia e socialismo: uma digressão pela América. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 4, t. 13, p. 346-356, 1898.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. V.1. 1. ed. 1888.

ROMERO, Sílvio; RIBEIRO, João. *Compêndio de história da literatura brasileira*. 2. ed. refundida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1909.

RONDON, Candido Mariano da Silva. *Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1922.

RONDON, Candido Mariano da Silva. *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 no teatro Phenix do Rio de Janeiro sobre trabalhos da expedição. Roosevelt e da Comissão Telegraphica*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916.

ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil*. Tradução Luiz Guimarães Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 1. ed. 1914.

SEGALEN, Victor. *Ensayo sobre el exotismo: una estetica de lo diverso (y textos sobre Gauguin e Oceanía)*. Tradução Jorge Ferreira. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Organização e seleção Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das letras; Publifolha, 2000.

SILVEIRA, Valdomiro. *Lereias: historias contadas por elles mesmos*. São Paulo, Martins, 1945.

SILVEIRA, Valdomiro. *Os caboclos*. São Paulo: Revista do Brasil. Monteiro Lobato, 1920.

SOUZA, Inglês de. *Contos amazônicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, Brasília: INL, 1988. 1. ed. 1893.

TAINE, Hippolyte. *Histoire de la littérature anglaise*. Paris: Hachette, [19--]. 1. ed. 1864.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, [19--]. 1. ed. 1921.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A cidade do ouro e das ruínas: Matto Grosso, antiga Villa Bella. O rio Guaporé e sua mais illustre victima*. 2. ed. aumentada. São Paulo: Melhoramentos, 1923. 1. ed. 1891.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. A Floresta da Tijuca [1885]. In: _____. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 107-126.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Tradução Sérgio Medeiros. São Paulo, Companhia das letras, 1997. 1. ed. 1871).

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. André Rebouças. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 77, pt. 1, p. 115-124, 1916.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Curiosidades naturaes da Provincia do Paraná. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico Brasileiro em Agosto e Setembro de 1889. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 53, pt. 1, p. 193-241, 1890.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Inocência*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [197-]. 1. ed. 1872.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. O rio Aquidauána. In: _____. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 7-34.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Viagem de regresso de Matto Grosso à Corte [1869]. In: _____. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 35-84.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Theresopolis [1873]. In: _____. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 105-141.

TAYLOR, Helen. Biographical notice. In: BUCKLE, Henry Thomas. *Miscellaneous and posthumous works of Henry Thomas Buckle*. London: Longman, Green, 1872.

TEÓFILO, Rodolfo. *Os brilhantes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972. 1. ed. 1895.

TEOPHILO, Rodolpho. *A fome: scenas da seca do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. 1. ed. 1890.

TEOPHILO, Rodolpho. *A sedição do Joazeiro*. São Paulo: Revista do Brasil; Monteiro Lobato, 1922.

TEOPHILO, Rodolpho. *Historia da seca no Ceará (1877-1880)*. Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883.

TEOPHILO, Rodolpho. *O paroara*. Ceará: Louis Cholowiecki, 1899.

THEOPHILO, Rodolpho. *O reino de Kiato: no paiz da verdade*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

TOMLINSON, H. M. *The sea and the jungle*. New York: The modern library, 1928. 1. ed. 1912.

TORRES, Alberto. *A organização nacional: primeira parte – a constituição*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978. 1. ed. 1914.

TORRES, Alberto. *As fontes de vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. 1. ed. 1914.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in american history*. New York: Robert E. Krieger, 1976. 1. ed. 1920.

VASCONCELLOS, Carlos de. *Deserdados: romance da Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.

VERÍSSIMO, José. *A Amazônia: aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Brazil, 1892.

VERÍSSIMO, José. *Cenas da vida amazônica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1957. 1. ed. 1886.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 1 ed. 1915.

VIANNA, Oliveira. Minas do lume e do pão. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 56, p. 289-300, 1920.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história – organização – psicologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, v. 1, 1. ed. 1920.

VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1913. p. 225-239.

VICTOR, Nestor. *Cartas à gente nova*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.

VICTOR, Nestor. Perfis de escritores nacionais: conferencia realisada a 30 de outubro de 1915, pelo Sr. Nestor Victor. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 40, 1923.

WILDE, Oscar. *Aforismos*. Tradução Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Newton Compton, 1995. 1. ed. 1901.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ABRAMSON, Pierre Luc. *Les utopies sociales en Amérique Latine au dix-neuvième siècle*. 1993. Tese (Doutorado). Université Paris IV, Paris, 1993.

ABREU, Regina. O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os sertões* na virada do século. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 93-115, jul. 1998, Suplemento.

ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Tradução Carlota Gomes. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALAMBERT, Francisco. Literatura e política no Visconde de Taunay. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold, LIMA, Eli Napoleão de (Org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. 2. ed revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ALONSO, Ângela. Epílogo do romantismo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 139-162, 1996.

AMED, Fernando José. *História ao portador: interlocução privada e deslocamento no exercício da escrita de cartas de João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* (1928). 25. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *D'une nature à l'autre: technique, construction de l'espace et transformation sociale. Brésil, 1850-1910*. 1997. Tese (Doutorado) – Paris, Université de Paris VII, 1997.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. O mercado, a floresta e a ciência no mundo industrial. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 65-90.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

AZEVEDO, Carmem Lúcia de, CAMARGOS, Márcia Mascarenhas de Rezende, SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. ed compacta. São Paulo: Senac, 2000.

BACON, Francis. *Nova Atlântida* [1627]. Tradução José Aluysio Reis de Andrade. In: *Francis Bacon*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 219-254. Os Pensadores.

BACON, Francis. *Novum Organum* ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza [1620]. Tradução José Aluysio Reis de Andrade. In: *Francis Bacon*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Os Pensadores.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. Tradução Antônio da Costa Leal e Lúcia do Vale Santos Leal. In: _____. *Gaston Bachelard*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 183-354. Os Pensadores.

BACHELARD, Gaston. *La psychanalyse du feu*. Paris: Gallimard, 1999.

BAGULEY, David. *Le naturalisme et ses genres*. Paris: Nathan, 1995.

BANDEIRA, Manuel. Poesia do sertão. In: _____. *Crônicas da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. p. 157-159.

BANDEIRA, Manuel. Impressões de um cristão novo do regionalismo. In: _____. *Crônicas da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. p. 209-212.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Edusp, 1986.

BARTRA, Roger. *La jaula de la melancolía: identidad y metamorfosis del mexicano*. México: Grijalbo, 1987.

BECQUEMONT, Daniel. Aspects du darwinisme social anglo-saxon. In: TORT, Patrick (Org.). *Darwinisme et société*. Paris: Universitaires de France, 1992. p. 137-159.

BECQUEMONT, Daniel. *Darwin, Darwinisme, Evolutionnisme*. Paris: Kimé, 1992.

BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent. *Le cas Spencer: religion, science et politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

BÉJIN, André. Les trois phases de l'évolution du darwinisme social en France. In: TORT, Patrick (Dir.). *Darwinisme et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 1996.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.

BHABHA, Homi K. DisseminNation: time, narrative, and the margins of the modern nation. In: BHABHA, Homi K. (Org.). *Nation and narration*. London: Routledge, 1990. p. 291-322.

BORIE, Jean. *Mythologies de l'héritité au XIX^e siècle*. Paris: Galilée, 1981.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

BOSI, Alfredo. Introdução. In: ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978. p. IX-XX.

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. *História da análise sociológica*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BOWLER, Peter J. *Darwinism*. New York: Twayne, 1993.

BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James. O nome e a natureza do modernismo. In: BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James (Org.). *Modernismo: guia geral*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 13-42.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Oliveira Viana. Populações meridionais do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001. V. 2. p. 299-326.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. O mito épico na ficção brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 139-148, 1992.

BRITO BROCA. Coelho Neto, romancista. In: COELHO NETO. *Coelho Neto: obra seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. p. 3-26.

BRITO BROCA. De Catulo ao Jeca Tatu. In: _____. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Unicamp, 1991, p. 346-350.

BRITO BROCA. O itinerário político do Visconde de Taunay. In: _____. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Unicamp, 1991. p. 42-49.

CACHIN, Françoise. Le paysage du peintre. In: NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire II: la nation*. Paris: Gallimard, 1986. V. 1, p. 435-486.

CALINESCU, Matei. *The idea of decadence*. Blomington: Indiana University, 1977.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol* [1623]. Tradução Aristides Lobo. São Paulo: Atena, 1950.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair na modernidade*. Tradução: Heloísa Pezza Centrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. V. 2.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Brasil 1870-1914: a força da tradição*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1992. 29 f.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 65-79, out. 1998.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco. Minha formação. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001. V. 2.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ/UCAM, 1998.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989. p. 303-321.

CASANOVA, Pascale. *La république mondiale des lèttres*. Paris: Seuil, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CAUQUELIN, Anne. *L'invention du paysage*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France: 2000.

COELHO NETO, Paulo. Imagem de uma vida. In: COELHO NETO. *Coelho Neto: obra seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. p. LXXXV-CV.

COLARES, Otacílio. Estudo crítico. In: SALES, Antônio. *Aves de arribação* [1914]. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de letras, 1979.

- COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. T.4. Paris: Schleicher Frères, 1908. 1. ed. 1839.
- CONRY, Ivette. *L'introduction du darwinisme en France au XIX^e siècle*. Paris: Vrin, 1974.
- CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1971. V. 3.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 15^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CRESPO, Regina Aída. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- CROSBY, Alfred W. *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe. 900-1900*. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- CHAUNU, Pierre. *Histoire et décadence*. Paris: Perrin, 1981.
- CHEVREL, Yves. *Le naturalisme: étude d'un mouvement littéraire international*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920*. Tradução Waldívia Portinho. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- DESCARTES, René. Discurso do método (1637). In: _____. *Descartes*. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Os pensadores.
- DIAS, Carmen Lydía de Souza. *Paixão de raiz: Valdomiro Silveira e o regionalismo*. São Paulo: Ática, 1984.
- DUTRA, Eliana de Freitas. O não ser e o ser outro: Paulo Prado e seu Retrato do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 233-252, 2000.
- EVERDELL, William R. *Os primeiros modernos: as origens do pensamento do século XX*. Tradução Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FARIA, L. de Castro. Populações meridionais do Brasil – ponto de partida para uma leitura de Oliveira Viana. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 29, p. 1-25, set 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLAUBERT, Gustave. *Bouvard et Pécuchet*. Paris: Pocket, 1997.

FLAUBERT, Gustave. Le Dictionnaire des Idées Reçues. In: _____. *Bouvard et Pécuchet*. Paris: Pocket, 1997. p. 345-373.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar*. São Paulo: Brasiliense, 1976. Cadernos de Debate.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia [1917]. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 14, p. 275-291.

FREUND, Julien. *La décadence: histoire sociologique et philosophique d'une catégorie de l'expérience humaine*. Paris: Sirey, 1984.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

GLACKEN, Clarence. *Traces on the rhodian shore: nature and culture in western thought from ancient times to the end of the eighteenth century*. Berkeley: University of California, 1967.

GOBINEAU, Arthur de. Essai sur l'inégalité des races humaines [1853-1855]. In: _____. *Oeuvres*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1983. V. 1.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero: 1995.

GOULD, Stephen Jay. Kropotkin não era nenhum pancrácio. In: _____. *Viva o brontossauro*. Reflexões sobre história natural. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 318-331.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. Tradução Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRIVEL, Charles. *Fantastique-fiction*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laurent Leon Schaffter. Rio de Janeiro: Vértice, Revista dos Tribunais: 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

HARDMAN, Francisco Foot. Palavra de ouro, cidade de palha. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 79-87.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

HAWKINS, Mike. *Social darwinism in European and American thought, 1860-1945 – nature as model and nature as threat*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich*. Tradução Cláudio Frederico da S. Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital, 1845-1875*. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*. Tradução Sieni Maria Campo e Yolanda Steidel de Toledo. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [1936]. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IGLESIAS, Francisco. Prefácio à terceira edição. In: TORRES, Alberto. *A organização nacional: primeira parte: a constituição*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

- JOURDE, Pierre. *L'alcool du silence: sur la décadence*. Paris: Honoré Champion, 1994.
- JOUE, Séverine. *Obsessions et perversions: dans la littérature et les demeures à la fin du dix-neuvième siècle*. Paris: Hermann, 1996.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: Edusf, 2000.
- KARL, Frederick Robert. *Moderno e modernismo: a soberania do artista (1885-1925)*. Tradução Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- KERN, Stephen. *The culture of time and space – 1880-1918*. Cambridge: Harvard University, 1983.
- KUNTZ, Rolf. Alberto Torres. A organização nacional. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001. V. 2. p. 259-278.
- LAJOLO, Marisa. Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 101-105.
- LAMBOTTE, Marie-Claude. *Esthétique de la mélancolie*. 2. ed. Paris: Aubier, 1999.
- LANDERS, Vasda Bonafini. *De Jeca Tatu a Macunaíma: Monteiro Lobato e o modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- LANGLADE, Jacques de. *Disraeli: le fou de la reine Victoria*. Paris: Penin, 1996.
- LAVENIR, Catherine Bertho. *La roue et le stylo: comment nous sommes devenus touristes*. Paris: Odile Jacob, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Tradução José Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LEENHARDT, Jacques. A construção do imaginário pessoal e social através da história e da literatura. In: LEENHARDT, Jacques, PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa ficcional*. Campinas: Unicamp, 2000. p. 41-50.
- LENOBLE, Robert. *Histoire de l'idée de nature*. Paris: Albin Michel, 1969.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- LIMA, Luís Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LIMA, Luís Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LIMA, Luís Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj/Ucam, 1999.

LINGUA, Catherine. *Ces anges du bizarre: regard sur une aventure esthétique de la Décadence*. Paris: Nizet, 1995.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University, 1985.

LÖWY, Michel. L'affinité électorale entre social-darwinisme et libéralisme. L'exemple des États-Unis à la fin du XIX^e siècle. In: TORT, Patrick (Dir.). *Darwinisme et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 161-167.

LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUGENBUHL, Yves. Nature, paysage, environnement, obscurs objets du désir de totalité. In: ROBIC, Marie-Claire (Org.). *Du milieu à l'environnement: pratiques et représentations du rapport homme/nature depuis la Renaissance*. Paris: Economica, 1992. p. 14-68.

LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Tradução Wenceslao Roces. 2. ed. Barcelona: Grijalbo, 1978.

MACFARLAINE, James. O espírito do modernismo. In: BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James (Org.). *Modernismo: guia geral*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 55-74.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon". 1997. Tese (Doutorado) – São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. 1996. Tese (Doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: Lech, 1981.

MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. tradução Lilita Laganà e Hyllo Laganà Fernandes. São Paulo: Edusp; Instituto Italiano di Cultura di San Paulo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo, 1992.

MEDEIROS, Sérgio. Introdução. In: TAUNAY, Alfredo. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Tradução Sérgio Medeiros. São Paulo, Companhia das letras, 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MERCADANTE, Paulo. O germanismo de Tobias Barreto. In: MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antônio. *Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação*. São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1972, p. 153-157.

MEYER, Marlyse. Um eterno retorno: as descobertas do Brasil. In: _____. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 19-46.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

MILLET, Claude. *Le légendaire au XIX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

MOLOCH. In: DICTIONNAIRE de la Bible. Paris: Letouzey et Ané, 1912, t. 4, pt 2. p. 1223-1230.

MONTALDO, Graciela. El cuerpo de la pátria: espacio, naturaleza y cultura em Bello y Sarmiento. In: STEPHAN, Beatriz González; LASARTE, Javier, MONTALDO, Graciela, DAROQUI, María Julia (Org.). *Esplendores y miserias del siglo XIX*. Cultura y sociedade en America Latina. Caracas: Monte Avila, 1995. p. 105-121.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fatos da literatura amazonense*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1976.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. A dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 7, p. 79-87, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*. 1983. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1983.

MORAIS, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORE, Thomas. A utopia [1516]. In: MORE, Thomas. *Thomas More*. Tradução Luís de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Os pensadores.

MORTON, Peter. *The vital science: biology and the literary imagination, 1860-1900*. Londres: George Allen & Unwin, 1984.

MOSCOVICI, Serge. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion, 1977.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

MURAY, Philippe. *Le XIX^e siècle à travers les âges*. 2. ed. Paris: Denoël, 1999.

NASCIMENTO, José Leonardo do. *Culture et politique: positivisme et darwinisme social. Genealogie d'une sensibilité brésilienne (1870-1930)*. 1989. Tese (Doutorado) – Nanterre, Université de Paris X, 1989.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-29, dez. 1993.

NORA, Pierre. Présentation. In: _____. (Org.) *Les lieux de mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986. V. 1.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). *Narrativa, ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

OELSCHLAEGGER, Max. *The idea of wilderness: from prehistory to the age of ecology*. New Haven: Yale University, 1991.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Edusp, 1992.

PAES, José Paulo. O art-nouveau na literatura brasileira. In: _____. *Gregos e baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 64-80.

PAIM, Paulo. Importância e limitações da obra filosófica de Tobias Barreto. In: MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antônio. *Tobias Barreto na cultura brasileira*. Uma reavaliação. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1972. p. 159-196.

PARKER, Christopher; *The english historical tradition since 1850*. Edinburgh: John Donald Publishers, 1990.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1950. 1. ed. 1730.

PONTON, Rémy. Les images de la paysannerie dans le roman rural à la fin du 19^e siècle. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 17-18, p. 62-71, 1977.

PRADO, Antonio Arnoni. *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO, Antonio Arnoni. Ficção e verdade n'Os sertões. *Remate de Males*, Campinas, n. 13, p. 25-29, 1993.

PRADO, Maria Lígia; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da primeira república. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, p. 285-307. Tomo III: O Brasil republicano, v. 3.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997. 1. ed. 1928.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a invenção da América. Tradução Maria José Moura da Luz Moreira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 151-165, 1991.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999.

PRAZ, Mario. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*. Tradução Philadelpho Menezes. Campinas: Unicamp, 1996.

PRUNGNAUD, Joëlle. *Gothique et décadence: recherches sur la continuité d'un mythe et d'un genre au XIX^e siècle en Grande-Bretagne et en France*. Paris: Honoré Champion, 1997.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RANCY, Catherine. *Fantastique et décadence en Angleterre: 1890-1914*. Paris: CNRS, 1982.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Constança Marcondes César, Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997. 3 t.

ROGER, Alain. La naissance du paysage en Occident. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: Heliana Angotti Salgueiro, 2000. p. 33-39.

ROGER, Alain. Le paysage occidental: rétrospective et prospective. *Le Débat*, Paris, n. 65, p. 14-28, mai-juin 1991.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSSET, Clément. *L'anti-nature: éléments pour une philosophie tragique*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France: 1986.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SAID, Edward. W. *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. 1. ed. 1830.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SALIBA, Elias Thomé. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga. 1891-1930*. 1981. Tese (Doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e a “redescoberta do Brasil”. In: ARAÚJO, Hermes Reis de. *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 23-46. KARL, Frederick Robert. *Moderno e modernismo: a soberania do artista (1885-1925)*. Tradução Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

SCOTT, Clive. Simbolismo, decadência e impressionismo. In: BRADBURY, Malcom; MC FARLANE, James (Org.). *Modernismo: guia geral*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p 285-300.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SCHLANGER, Judith. *Les métaphores de l'organisme*. 2. ed. Paris: L'Harmattan, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEAMAN, L.C.B. *Victorian England: aspects of English and imperial history – 1837-1901*. Londres: Methuen, 1973.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998. V. 3. p. 7-37.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista Usp*, São Paulo, n. 30, p. 108-119, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

SIMON, Gérard. Le paysage, affaire de temps. *Le Débat*, Paris, n. 65, p. 43-50, mai-juin 1991.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. Tradução Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 1987.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

SÜSSEKIND, Flora. Palavras loucas, orelhas moucas – os relatos de viagem dos românticos brasileiros. *Revista Usp*, São Paulo, n. 30, p. 94-106, 1996.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France: le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

THIESSE, Anne-Marie. *Ils apprenaient la France: l'exaltation des régions dans de discours patriotique*. Paris: Maison des Sciences de L'homme, 1997.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XX^e siècle*. Paris: Seuil, 1999.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1900*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V. 1.

TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: la réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Seuil, 1989.

TORRES, Vasconcelos. *Oliveira Viana: sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1956.

VENTURA, Roberto. *A narração do mundo: ensaios sobre ficção e história*. 1999. Tese (Livre-docência) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

VITOUX, Pierre. *Histoire des idées en Grande-Bretagne: politique, économie, société*. Paris: Ellipsis, 1999.

WEBER, Eugen. *Fin de siècle: la France à la fin du XIXe siècle*. Tradução Philippe Delamare. Paris: Fayard, 1986.

WEBER, Eugen. *La fin des terroirs: la modernization de la France rurale (1870-1914)*. Tradução Antoine Berman e Bernard Génès. Paris: Fayard, 1983.

WEHLING, Arno. A temática do cientificismo. In: _____. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu: a fase cientificista. In: _____. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 169-216.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade. na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

WILLIAMS, Raymond. Social darwinism. In: _____. *Problems in materialism and culture*. Londres: Verso, 1997. p. 86-102.

WIMMER, Norma. *Marcas francesas na obra do Visconde de Taunay*. 1992. Tese (Doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.

WISSENBACH, Maria Christina Cortez. Da escravidão à liberdade. Dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1999. V. 3.

YOUNG, Robert. Darwinism is social. In: KOHN, David (Ed.). *The darwinian heritage*. Princeton: Princeton University, 1985. p. 609-638.

YOUNG, Robert. *Nature's place in victorian culture*. Cambridge: Cambridge University, 1985.

ZILLY, Berthold. A barbárie: antítese ou elemento da Civilização? Do Facundo de Sarmiento a Os sertões de Euclides da Cunha. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold, Lima, Eli Napoleão de (Org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2001. p. 271-301.